



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO**

HELENA DORIS DE ALMEIDA BARBOSA QUARESMA

**TURISMO NA TERRA DE MAKUNAIMA: sustentabilidade em
parques naturais da Amazônia?**

Belém
2008

HELENA DORIS DE ALMEIDA BARBOSA QUARESMA

**TURISMO NA TERRA DE MAKUNAIMA: sustentabilidade em
parques naturais da Amazônia?**

Tese apresentada para obtenção do título de
Doutor em Desenvolvimento Socioambiental,
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos,
Universidade Federal do Pará. Orientadora:
Prof^ª. Dr^ª. Ligia T. L. Simonian.

Belém
2008

HELENA DORIS DE ALMEIDA BARBOSA QUARESMA

**TURISMO NA TERRA DE MAKUNAIMA: sustentabilidade em
parques naturais da Amazônia?**

Tese apresentada para obtenção do título de
Doutor em Desenvolvimento Socioambiental,
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos,
Universidade Federal do Pará. Orientadora:
Prof^ª. Dr^ª. Ligia T. L. Simonian.

Aprovado em: 26 de janeiro de 2009

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Ligia T. L. Simonian – Orientadora
Universidade Federal do Pará – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Prof^ª. Dr^ª. Edna Maria Ramos Castro – Examinadora Interna
Universidade Federal do Pará – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Prof^ª. Dr^ª. Rosa Acevedo Marin – Examinadora Interna
Universidade Federal do Pará – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Prof^ª. Dr^ª. Claudia Garcez López - Examinadora Externa
Museu Paraense Emílio Goeldi – Coordenação de Ciências Hmanas

Prof. Dr^ª. Denise Genuina da Silva Adrião – Examinadora Externa
Faculdade Integrada Brasil Amazônia – FIBRA

Resultado: Aprovada

A **Luis Augusto** (Guto), razão de minha vida e cuja existência e amor me fazem não esmorecer e me dão forças para prosseguir. “A confiança é a base de tudo”.

À minha família, meu alicerce, cujo incentivo, apoio e compreensão foram primordiais à concretização de mais esta etapa de nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

O amigo é a criatura que escuta todas as nossas coisas sem aquela cara que parece estar dizendo: - E eu com isto?

Mário Quintana (2006, não paginado).

Ao me propor a realizar o Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDTU) tinha consciência das dificuldades e superações pessoais e profissionais com os quais me depararia durante este trajeto. As “batalhas” inesperadamente enfrentadas e os desafios que se configuraram ao longo deste caminho me oportunizaram de fato reconhecer os verdadeiros amigos – os já existentes e os conquistados durante o Curso – bem como o quanto nós, meros seres humanos, necessitamos da solidariedade e do auxílio de todos que passam direta e/ou indiretamente por nossa existência. Esta tese só pôde ser realizada graças ao apoio e colaboração de muitos (pessoas e entidades) que de alguma forma mostraram-se solidários, os quais, com muita sinceridade, não poderia deixar de agradecer.

A meus pais, o início de tudo, que sempre procuraram direcionar o meu caminhar e que pelo exemplo, confiança, estímulo, força, solidariedade e colaboração me auxiliaram a galgar mais um dos estágios da vida, pois acreditaram na minha vontade de vencer os obstáculos que surgem em nossas vidas. Agradeço a compreensão de vocês, que me permitiram abdicar de algumas obrigações e assumiram por mim, para dedicar-me ao doutorado.

A minha família, é com vocês que quero compartilhar esta vitória, pois ninguém mais do que vocês sabem o quanto nos superamos para que ela acontecesse. Sei que em muitos momentos estive ausente, e nem por isso desacreditei da compreensão, da solidariedade, da preocupação e do carinho de todos. Acreditem, isto só foi possível com a ajuda de vocês. Obrigada por tudo que me foi proporcionado até aqui. A Tatão, Mônica e Dinda, que sempre estiveram prontas para ser “mãe” em meu lugar, obrigada.

A vida profissional e acadêmica, nem sempre é possível de ser desassociada da vida pessoal. Ao longo delas, são construídas redes de confiança e de amizade que em alguns momentos ficam adormecidas, bem como de desencantos, que precisamos ter maturidade para suplantá-los. É necessário ultrapassar as coisas pequenas a fim de nos tornarmos pessoas melhores. Agradeço sinceramente ao Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) – onde minha vida profissional teve início – por meio da Coordenação de Museologia, primeiro

“Departamento” da Instituição a me acolher; da Coordenação de Ciências Humanas, com o Projeto Recursos Naturais e Antropologia das Sociedades Marítimas, Ribeirinhas e Estuarinas da Amazônia: Relações do Homem com seu Meio Ambiente (RENAS), nas pessoas de suas coordenadoras, Dr^a. Lourdes Gonçalves Furtado e M. Sc. Isolda Maciel da Silveira, nas quais sempre me espelhei para enveredar pelos caminhos da pesquisa ética e competente; da Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna, nas pessoas de Fátima Teles, Ana Maria Oliveira e Graça Figueredo, e ao conjunto de colegas e amigos que conquistei ao longo do período em que fui funcionária daquela casa, e que anonimamente torcem por mim, pois foi lá que me foi oportunizado constituir uma base profissional sólida e ética, e que ainda hoje rende valiosos frutos. Obrigada.

A UFPA, minha “casa de trabalho” nova, que me recebeu de forma acolhedora e sincera, ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), na pessoa de sua diretora Prof^a. Dr^a. Maria Elvira Sá, e a Faculdade de Turismo, nas pessoas da Prof^a. M. Sc. Marilsa Daguer Ewerton e Prof. M. Sc. Paulo Moreira Pinto, que sempre foram incansáveis no apoio e colaboração para a viabilidade deste trabalho.

Ao NAEA/PPGDTU e seu corpo docente e técnico, pela oportunidade de galgar com êxito mais esta etapa, lapidando uma pedra bruta. À Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), pela colaboração para a viabilidade de parte deste trabalho.

A minha orientadora Prof^a. Dr^a. Ligia Simonian, que desde o mestrado trabalhamos juntas, demonstrando ser uma profissional competente, ética, amiga e solidária, e que com seu ideal e profissionalismo, contagia os que “cruzam” o seu caminho. Obrigada por me fazer acreditar que tudo isto seria possível!

Aos meus colegas de curso, pela oportunidade de compartilharmos nossas diferenças, o exercício da solidariedade e da humildade. Em particular, a inesperada surpresa que a vida me deu de presente, a amizade de pessoas incríveis como Marcos Orguen, Manuel Pinto e Émina Santos. Obrigada por fazerem parte desta história. A esta última, pelos momentos acadêmicos (ou não) compartilhados, a quem tive a sorte de conhecer durante a fase de seleção do doutorado, ocasião em que nos tornamos “amigas de infância”. Valeu!

Ao Raul, amigo com o qual sempre pude contar e companheiro de muitas passagens, desde o nosso ingresso no Museu. Obrigada pelas elucubrações, puxões de orelha, paciência, colaboração, experiências e trabalhos compartilhados e pela *mão* amiga.

Aos velhos-novos amigos, cúmplices e colegas de trabalho, Paulo Pinto, Silvia Helena e a “Mestre” e amiga Marilsa Ewerton, pelos debates acadêmicos, trocas de experiências, pela paciência e estímulo durante esta trajetória.

Aos “companheiros de jornada” Paulinho, Biba, Rô, Mary e Adriano, que me possibilitaram o exercício da determinação, da solidariedade e do carinho acima de qualquer coisa durante “as nossas escaladas”. Vocês foram fundamentais para a realização desta etapa, “...pero que si, pero que no....”, infinitos agradecimentos.

Aos amigos e “anjos da guarda” Léo e Maber, pelo companheirismo, carinho, paciência, incentivo, profissionalismo e pela mão amiga. Obrigada!

Aos verdadeiros “condutores” de uma inesquecível viagem (Teodoro, Gladys, Emília, Maria, Luis e Pablo – índios Pemón) moradores de Paraitepui, Parque Nacional Canaima (PNC), que com profissionalismo e atenção nos “desvendaram os caminhos da Terra de Makunaima”, obrigada.

Aos amigos Magno e Lena, militantes árdios de uma prática turística ética e compromissada com o outro, obrigada pela força, estímulo e carinho. A todos os novos-velhos amigos e colegas conquistados em Boa Vista, que, como sua cidade, acolheram-me com carinho, muito obrigada. Um agradecimento especial às minhas novas famílias (Iara, Iandara, Emília, Janete, Elisete, Índia e Nilene), que acolheram “uma desconhecida” com afeto e carinho, me permitindo compartilhar de suas vidas e de seus espaços, milhões de obrigadas. Iara, você é minha amiga-irmã, obrigada, você sabe que tem um lugar especial em meu coração. Não posso esquecer também de Nilo, Raquel, Márcia, Chica, Vilalba, Rafael, Renato, João, Jaqueline e toda a turma que sempre me acolheu e apoiou, obrigada.

Aos funcionários da Primeira Comissão Demarcadora de Limites (Belém/PA), na pessoa de Ivete Botelho; do Departamento de Turismo da Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima, nas pessoas de sua diretora Fernanda Oliveira Maciel e do técnico Shigeaki Ueki, sempre muito atenciosos e prestativos; da Biblioteca da Universidade Federal de Roraima (UFRR) na pessoa do Prof. Rafael da Silva Oliveira; da Biblioteca Pública de Boa Vista; da Prefeitura Municipal de Uiramutã, na pessoa da Prefeita Sra. Florany Mota e do Sr. Gilson Almirante de Souza; do IBAMA /Fundação Chico Mendes, nas pessoas do Sr. José Ponciano Dias Filho e Sra. Sônia Regina; do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) Roraima, nas pessoas das professoras Elizabeth Melo, Leila Ghedin e Verônica Souza, e da Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista (FETEC), na pessoa de seu diretor de Turismo, Sr. Paulo Roninson pelas “figurinhas trocadas”, e pelas informações durante a realização da pesquisa, pelas quais agradeço imensamente.

Ao Consulado da Venezuela, na pessoa da consulesa deste país em Belém (PA), Sra. Gladys Armas Rojas, pela colaboração na coleta de dados na biblioteca do consulado. Ao Ministério das Relações Exteriores (Brasília), na pessoa da Diplomada Maria Silvia Laurindo, pela colaboração e receptividade e a Fundação Alexandre de Gusmão pelo apoio na pesquisa bibliográfica e participação nos eventos organizados pela instituição.

A Luis Augusto pelo incentivo, credibilidade e por compartilhamos o melhor presente da vida: o Guto.

A Prof^a. Dr^a. Netília dos Anjos pela revisão competente e atenção dada a este trabalho e a Prof^a. Ana Paula Velasques pela revisão do espanol.

Ao Guto, pelo grande amor, companheirismo, paciência, compreensão e pelo ombro amigo nos momentos de alegria e de angústias. Obrigada por compreender minhas ausências (apesar da pouca idade) e por ter entendido que em alguns momentos da vida, há necessidade de abirmos mão de nossas prioridades em favor do outro.

E acima de tudo, agradeço por acreditar na força superior que sempre me guia pelos caminhos, abrindo portas e me apresentando a verdade. Que as habilidades que me são oferecidas, eu possa utilizá-las para a construção de uma sociedade melhor.

Não tem tanto valor aquilo que vem de graça, quanto o que é conquistado com muito esforço e grande desafio, porque quem vive a ganhar, não tem oportunidade de contemplar um caminho que ele mesmo não percorreu. Aquele, porém, que se esforçou por conseguir, relembrará em cada pedaço do caminho um tempo de luta e um sabor de conquista.

J. S. Nobre

RESUMO

Este trabalho contextualiza em uma perspectiva comparativa as políticas públicas ambientais e de turismo que envolvem Parques Nacionais (PN) na Amazônia, perpassando por questões que estão direta ou indiretamente relacionadas com o assunto, como a organização local, a sustentabilidade, a etnicidade e a questão de fronteira internacional. O *lócus* da pesquisa foi o Monte Roraima, uma área de fronteira sob a jurisdição trinacional do Brasil, Venezuela e Guiana, países limítrofes entre si e que abrigam etnias indígenas e outros assentamentos humanos que vem ao longo do tempo deparando-se com várias transformações em seus territórios, dentre elas as políticas públicas ambientais e o turismo. Evidencia-se, assim, a trajetória da constituição das fronteiras Brasil, Venezuela e Guiana, a questão indígena presente no processo de fronteirização da Amazônia, as políticas ambientais de criação de áreas protegidas neste espaço, perpassando pela questão da inserção do turismo como elemento dinamizador de transformações locais. A pesquisa efetivou-se a partir da “triangulação” metodológica, privilegiando, para a coleta de dados, a observação direta associada a técnicas como entrevistas, histórias de vida, registros fotográficos e fonográficos, que permitiram a construção de dados sob uma perspectiva qualitativa associada à pesquisa quantitativa, possibilitando, assim, uma abordagem integrada do objeto estudado.

PALAVRAS-CHAVE: Unidades de Conservação. Turismo. Sustentabilidade. Monte Roraima. Amazônia.

ABSTRACT

Based upon a comparative perspective, this work contextualizes the environmental and touristic public policies involving National Parks (NP) in the Amazon, involving questions that are directly and/or indirectly related to the following issues: local organization, sustainability, ethnicity and international frontier. Mount Roraima was the locus of the research, a frontier area, under a three-nation jurisdiction of Brazil, Venezuela and Guiana, that hold Indian groups and other human settlements, which through time have facing several transformations in their territories, between them environmental public policies and tourism. It evidences the trajectory of the frontier formation of Brazil, Venezuela and Guiana, the Indian issues present in the frontier process of the Amazon, the public policies of protected areas, and the inclusion of tourism as a dynamic factor of local transformation. The research was based upon a methodological “triangulation” privileging for data collecting, direct observation associated to interviews, oral history, photographic and phonographic recording, which permitted data elaboration under a qualitative perspective associated to quantitative research, this way, making possible an integrated approach to the studied object.

KEY-WORDS: Protected Areas. Tourism. Sustainability. Roraima Mount. Amazon

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1:	Mapa de localização geográfica do Monte Roraima	31
Figura 2:	Mapa de delimitação do Parque Nacional Canaima (Venezuela)	94
Figura 3:	Mapa de sobreposição do PNMR e da TIRSS (Brasil)	106
Figura 4:	Mapa de delimitação do PN Monte Roraima (Brasil)	112
Figura 5:	Mapa de localização do PN Monte Roraima (Brasil)	113
Figura 6:	Mapa das áreas protegidas da Guiana	132
Figura 7:	Esquema da arena turística	206
Figura 8:	Trajetória rodoviária Boa Vista (Brasil) - Paraitepui (Venezuela)	227
Figura 9:	Mapa de localização do município de Pacaraima (Brasil)	230
Figura 10:	Croqui dos acampamentos	278
Figura 11:	Croqui dos atrativos do topo do Monte	315
Figura 12:	Faixa etária e gênero dos visitantes brasileiros ao Monte Roraima em 2007	321
Figura 13:	Com quem viaja?	323
Figura 14:	Você sabe o que é uma UC?	324
Figura 15:	Considera uma UC importante?	325
Figura 16:	Perfil do Roraiminha	333

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Acordos na área de turismo entre Venezuela e demais Países	68
Quadro 2: Divisão e limites da região das Guianas	71
Quadro 3: Expedições à região das Guiana	72
Quadro 4: Periodização das relações entre Venezuela e Grã-Bretanha	75
Quadro 5: Expedições exploratórias ao Monte Roraima	78
Quadro 6: História cultural da Venezuela	83
Quadro 7: Trajetória da estrutura demográfica da Venezuela	88
Quadro 8: Áreas protegidas na Venezuela	93
Quadro 9: Principais atrativos turísticos do PN Canaima	99
Quadro 10: Atividades turísticas realizadas nos tepuyes	101
Quadro 11: Periodização dos contatos	116
Quadro 12: Crescimento populacional de Roraima	118
Quadro 13: Fisionomias vegetais de Roraima	122
Quadro 14: Características das fisionomias vegetais de Roraima	122
Quadro 15: Ocupação humana da Guiana Inglesa	126
Quadro 16: Desenvolvimento histórico social do turismo	175
Quadro 17: Políticas públicas de turismo no Brasil – velhos e novos paradigmas	178
Quadro 18: Agenda 21 para a indústria turística	191
Quadro 19: Ações geradas pelo turismo sustentável	192
Quadro 20: Espécies vegetais do Monte Roraima	302
Quadro 21: Fauna do Monte Roraima	303
Quadro 22: Hotéis do Monte Roraima	311
Quadro 23: Visitantes brasileiros agenciados ao Monte Roraima	321
Quadro 24: Origem dos visitantes do Monte Roraima	324
Quadro 25: O que faria de diferente?	326
Quadro 26: Sugestões para a proteção do Monte Roraima	330
Quadro 27: Sugestões para o aprimoramento dos serviços turísticos	331
Quadro 28: Mandamentos do Monte Roraima	332

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1:	Monte Roraima	79
Fotografia 2:	Vista Parcial do Monte Roraima	79
Fotografia 3:	Quedas d'água que dão origem a rede hidrológica da região	80
Fotografia 4:	Parque Nacional Canaima (Venezuela)	95
Fotografias 5 e 6:	Salto Angel (Venezuela)	96
Fotografias 7 e 8:	Construção da ponte sobre o rio Tucutu (Guiana)	128
Fotografias 9 a 12:	Diversidade sócio-ambiental de Uiramutã (Brasil)	229
Fotografia 13:	Loja comercial na BR 174 (Brasil)	231
Fotografia 14:	Centro comercial de Pacaraima (Brasil)	231
Fotografias 15 e 16:	Zona rural do município de Pacaraima (Brasil)	232
Fotografias 17 e 18:	Marcos fronteirços delimitando os territórios da Venezuela e do Brasil	235
Fotografia 19:	Placa do PNMR (Pacaraima/Brasil)	237
Fotografia 20:	Escritório do IBAMA em Pacaraima (Brasil)	237
Fotografias 21 a 23:	Área de fronteira entre Brasil e Venezuela	238
Fotografias 24 e 25:	Fila para abastecimento de combustível no lado venezuelano	238
Fotografia 26:	Sr. Lucas Fernández Pena com Padre Cesáreo, ao lado de um dos primeiros marcos fronteirços entre Brasil e Venezuela.	240
Fotografias 27 e 28:	Ruas do centro comercial de Santa Elena (Venezuela)	241
Fotografias 29 a 30:	Casas de veranistas em Pacaraima (Brasil)	242
Fotografia 31:	Centro internacional de visitantes de Santa Elena de Uairén (Venezuela)	243
Fotografias 32 e 33:	Hotel Cassino Anaconda (Venezuela)	243
Fotografias 34 a 39:	Equipamentos de hospedagem em Santa Elena de Uairén (Venezuela)	245
Fotografia 40:	Palco de apresentação do Micaraima (Pacaraima/Brasil)	247
Fotografias 41 a 44:	Feira livre de Santa Elena de Uairén (Venezuela)	248/249
Fotografia 45:	Preparação dos transportes para a viagem a Paraitepui (Santa Elena/Venezuela)	251
Fotografia 46:	Indicação de acesso ao Paraitepui (Venezuela)	252
Fotografia 47:	Troncal 10 (Venezuela)	252
Fotografia 48:	Via de acesso ao Paraitepui (Venezuela)	252
Fotografia 49:	Comunidade indígena – ao fundo os Montes Roraima e Kukenáng em 1911	253
Fotografia 50:	Comunidade de Paraitepui – ao fundo os Montes Roraima e Kukenáng	253
Fotografia 51:	Habitação indígena tendo ao fundo o Monte Roraima, em 1911	253
Fotografia 52:	Acampamento do rio TéK, tendo ao fundo o Monte Roraima	253
Fotografia 53:	Vista parcial da comunidade de Paraitepui (Venezuela)	254
Fotografia 54:	Padrões habitacionais de Paraitepui (Venezuela)	254
Fotografia 55:	Comunidade de Paraitepui (Venezuela)	254
Fotografia 56:	Igreja católica em construção (Paraitepui/Venezuela)	254

Fotografia 57:	Campo de futebol – Paraitepui (Venezuela)	254
Fotografia 58:	Busto de Simon Bolívar – Paraitepui (Venezuela)	254
Fotografia 59:	Índia Pemón alimentando animal, em 1911	255
Fotografia 60:	Índia Pemón vindo da roça	255
Fotografias 61 e 62:	Índias Pemón porteadoras e auxiliando no preparo dos alimentos	257
Fotografias 63 e 64:	Índias Pemón vendendo artesanato em San Francisco de Uairén (Venezuela)	257
Fotografia 65:	Índia Pemón com seu alimento	258
Fotografia 66:	Índia Pemón transportando latas vazias de cerveja	258
Fotografia 67:	Queimada em Paraitepui (Venezuela)	260
Fotografias 68 e 69:	Áreas queimadas na trilha de acesso ao Monte (Venezuela)	260
Fotografias 70 a 72:	Cestos utilizados para o transporte das mochilas e demais objetos	263
Fotografia 73:	Cabana utilizada para reunião com os turistas (Paraitepui/Venezuela)	264
Fotografia 74:	Área de descarga (Paraitepui/Venezuela)	264
Fotografia 75:	Banheiro feminino (Paraitepui/Venezuela)	264
Fotografia 76:	Área de estacionamento e banheiro masculino (Paraitepui/Venezuela)	264
Fotografia 77:	Sacos de lixo para serem depositados em <i>containers</i>	265
Fotografia 78:	Vista do acampamento turístico de Paraitepui tendo ao fundo o Monte Roraima (Venezuela)	267
Fotografias 79 e 80:	Aspectos externo e interno dos chalés (Paraitepui/Venezuela)	268
Fotografia 81:	Espaço Aberto para atividades variadas (Paraitepui/Venezuela)	268
Fotografias 82 a 85:	Contratação de porteadores/guias sob o olhar das crianças (Paraitepui/Venezuela)	269
Fotografia 86:	Início da trilha (Paraitepui/Venezuela)	270
Fotografia 87:	Caminhada no primeiro dia (Paraitepui/Venezuela)	270
Fotografia 88 e 89:	Trilha de acesso ao Monte (Paraitepui/Venezuela)	271
Fotografia 90:	Manchas de vegetação ao longo dos cursos d'água na trilha de acesso ao Monte (Paraitepui/Venezuela)	271
Fotografia 91:	Porteadores Pemón	272
Fotografia 92:	Porteador Pemón da expedição de Koch-Grumberg em 1911	272
Fotografias 93 e 94:	Vista geral do acampamento do rio Ték (Venezuela)	275
Fotografia 95:	Sanitário	275
Fotografia 96:	Café da Manhã	275
Fotografia 97:	Acampamento do rio Kukenán (Venezuela)	276
Fotografia 98:	Acampamento Base (Venezuela)	276
Fotografias 99 e 100:	Travessia do rio Ték (Venezuela)	280
Fotografia 101:	Água escorrendo no paredão do Monte Roraima	281
Fotografias 102 a 105:	Travessia do rio Kukenán	283
Fotografia 106:	Ermita de Santa Maria de Tokwono	284
Fotografia 107:	Solo compactado (Venezuela)	285
Fotografia 108:	Solo arenoso e com gretas (Venezuela)	285
Fotografia 109:	Solo úmido (Venezuela)	285

Fotografia 110:	Solo pedregoso (Venezuela)	285
Fotografias 111 a 113:	Acampamento Base	286
Fotografias 114 e 115:	Vista do Monte em horários diferenciados	287
Fotografias 116 e 117:	Rampas que dão acesso ao Monte	288
Fotografias 118 e 119:	Trechos de acesso ao Monte	289
Fotografias 120 e 121:	Travessia do Passo das Lágrimas	290
Fotografias 122 a 127:	Registro visual das espécies da flora local	291/292
Fotografias 128 a 130:	Trechos da etapa final de ascensão ao topo	293/294
Fotografia 131:	Formação que representa Makunaima	294
Fotografia 132:	Guardiões do Monte Roraima	294
Fotografia 133:	Kukenán	296
Fotografia 134:	Visão parcial do Kukenán ao fundo	296
Fotografias 135 a 140:	Formações rochosas sobre o Monte	299
Fotografias 141 a 146:	Registro visual das espécies endêmicas do platô	301
Fotografias 147 e 148:	Rã negra e lagartixa	304
Fotografias 149 a 154:	Lixo encontrado ao longo das trilhas e acampamentos	305/306
Fotografias 155 a 158:	Placas informativas ao longo do trajeto	308
Fotografias 159 e 160:	O Fosso, localizado no topo do Monte	309
Fotografias 161 e 162:	Jacuzzi	310
Fotografias 163 a 165:	Hotéis no topo do Monte	311
Fotografias 166 a 168:	Hotéis com sinais de impactação no topo do Monte	312
Fotografia 169:	Carro Maverick – ponto mais extremo do Monte	313
Fotografias 170 a 173:	As Janelas	314
Fotografias 174 e 175:	Vale dos Cristais	314
Fotografias 177 a 181:	Marco piramidal	317
Fotografias 182 a 184:	Visitantes do Monte	320

LISTA DE SIGLAS

ABEQUA -	Associação Brasileira de Estudos do Quaternário
ALCA -	Área de Livre Comércio das Américas
ANVISA -	Agencia Nacional de Vigilância Sanitária
APT -	Áreas Protegidas Transfronteiriças
ARPA -	Projeto Áreas Protegidas da Amazônia
BIRD -	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CAF -	Corporação Andina de Fomento
CBD -	Convenção Sobre Diversidade Biológica
CBTS -	Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável
CEFET -	Centro Federal de Educação Tecnológica
CI -	Conservation International
CIMI -	Conselho Indigenista Missionário
CIFOR -	Centro para la Investigación Florestal Internacional
COP 7 -	Conferência das Partes
CORPOTURISMO -	Corporación de Turismo de Venezuela
CONAMA -	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPING -	Conselho do Povo Indígena Ingarikó
CPNAP -	Comissão de Parques Nacionais e Áreas Naturais Protegidas
CPRM -	Serviço Geológico do Brasil
CVG -	Corporación Venezolana de Guyana
DETUR -	Departamento Estadual de Turismo
DNPM -	Departamento Nacional de Produção Mineral
DST -	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EDELCA -	Electrificación Del Caroni C.A
ELETRONORTE -	Centrais Elétricas do Norte do Brasil
EUA -	Estados Unidos da América
FBCN -	Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
FETEC -	Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista
FITCAR -	Feira Internacional de Caracas
FNMA -	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FOMPLATA -	Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata
FRONTUR -	Seminário Internacional de Turismo de Fronteiras
FUNATURA -	Fundação Pró-Natureza
GAHEF -	Guyana Agency for Health Sciences
GEF -	Global Environmental Facility
KFW -	Instituto de Crédito para a Reconstituição
IBAMA -	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF -	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIRSA -	Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana
IME -	Instituto Militar de Engenharia
INATUR -	Instituto Nacional de Promoción y Capacitación Turística
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA -	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPARQUES -	Instituto Nacional de Parques da Venezuela

IPHAN -	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA -	Instituto Socioambiental
MERCOSUL -	Mercado Comum do Sul
MMA -	Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
MARNR -	Ministerio del Ambiente y los Recursos Naturales Renovables da Venezuela
NAEA -	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NAFTA -	North American Free Trade Agreement
NPAS -	National Protected Areas
NDS -	National Development Strategy
OMT -	Organização Mundial do Turismo
ONG -	Organização Não Governamental
ONU -	Organização das Nações Unidas
PF -	Polícia Federal
PN -	Parque Nacional
PNC -	Parque Nacional Canaima
PIN -	Programa de Integração Nacional
PNMR -	Parque Nacional do Monte Roraima
PNUD -	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
POCOF -	Posto de Controle e Fiscalização
POLAMAZONIA -	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PPGDTU-	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentavel do Trópico Úmido
PPG-7 -	Programa Piloto de Proteção as Florestas Tropicais do Brasil
PRODESUR -	Proyecto de Desarrollo Sostenible de Sur
PUP -	Plano de Uso Público
PWPA -	Programa de Trabalho Sobre Áreas Protegidas
RADAM/BRASIL -	Projeto Radar da Amazônia
RPPN -	Reservas Particulares de Patrimônio Natural
SBE -	Sociedade Brasileira de Espeleologia
SBG -	Sociedade Brasileira de Geologia
SBP -	Sociedade Brasileira de Paleontologia
SEMA -	Secretaria do Meio Ambiente
SIGEP -	Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos
SISNAMA -	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC -	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
STN -	Sistema Turístico Nacional
TBPA -	Transboundary Protected Áreas
TPA -	Terra Preta Antropogênica
TI -	Terras Indígenas
TIRSS -	Terra Indígena Raposa Serra do Sol
UC -	Unidade de Conservação da Natureza
UEE -	União Econômica Européia
UFRR -	Universidade Federal de Roraima
UICN -	União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
UFPA -	Universidade Federal do Pará
UNESCO -	Unit Nations Educational Scientific and Cultural Organization
VARIG -	Viação Aérea Riograndense SA

WWF -
ZEE -

World Wildlife Fundation
Zoneamento Econômico Ecológico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	DELINEAMENTO DO PROBLEMA	22
1.2	HIPÓTESES	40
1.3	OBJETIVOS	41
1.4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	42
2	O MONTE RORAIMA E A FRONTEIRA TRINACIONAL	56
2.1	O MONTE RORAIMA NA VENEZUELA	81
2.2	O MONTE RORAIMA NO BRASIL	103
2.3	O MONTE RORAIMA NA GUIANA	125
3	PERSPECTIVAS TEÓRICAS: FRONTEIRIZAÇÃO, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TURISMO	137
3.1	A FRONTEIRIZAÇÃO DA AMAZÔNIA	137
3.2	AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES SÓCIOAMBIENTAIS	152
3.3	O TURISMO – UMA PRÁTICA EMERGENTE?	171
3.4	O TURISMO E A QUESTÃO INDÍGENA	196
4	O TURISMO NAS TERRAS DE MAKUNAIMA	213
4.1	O MONTE RORAIMA COMO PRODUTO TURÍSTICO	217
4.2	O CENÁRIO DO TRAJETO	226
4.3	O TRAJETO E SEUS ATORES	251
4.4	A TERRA DE MAKUNAIMA E SEUS VISITANTES	295
5	DISCUSSÕES	338
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	358
	REFERÊNCIAS	364
	APÊNDICES	407
	ANEXOS	417

1 INTRODUÇÃO

A constante relação indivíduo *versus* recursos naturais vem sendo pautada ao longo do tempo por contingências biológicas, sociais, simbólicas, econômicas e políticas, a partir de interações intensas e em larga escala que por séculos vem se (re)construindo e permitindo reflexões desde a Antiguidade. Almino (2003), ao traçar a trajetória filosófica do processo ecologizador, passando pelas diversas revoluções tecnológicas da humanidade desde a Antiguidade até os dias atuais, afirma que a gênese da ecologia está associada ao século XIX, ao Iluminismo e à Revolução Industrial, Almino (2003, p. 31) enfatiza que “[...] de uma forma geral, o culto da natureza é subproduto da sociedade industrial. [...]. Mas se, de um lado, surgiu como reação as conquistas da Revolução Industrial, a consciência ecológica, de outro, foi alimentada pelo próprio progresso tecnológico e o desenvolvimento científico”. No trabalho ora apresentado, discute-se este processo no âmbito das políticas e ações recentes acerca do turismo em Unidades de Conservação da Natureza (UC) no contexto internacional da Pan-Amazônia.

As dinâmicas que se davam no passado eram condicionadas por fatores geográficos e ecológicos, e o indivíduo e a natureza eram concebidos como pólos antagônicos, estando esta última sempre a serviço do ser humano. Como resultado, no dizer de Bernardes e Ferreira (2003), desenvolveram-se práticas cuja acumulação se dava a partir da intensa exploração da natureza, que impôs efeitos perversos à sociedade e ao meio natural. Entretanto, a partir dos séculos XVIII e XIX este quadro se altera, a complexidade das interações do ser humano com o ambiente se edifica em função do acelerado ritmo das transformações que vem ocorrendo no mundo, tendo como principais vetores o avanço tecnológico e a internacionalização econômica.

É imputada uma ordem global nova e de intensidades diferenciada, que, no entender de Appadurai (2002), fazem emergir tensões de caráter homogeneizadores e heterogeneizadores. O paradigma novo de desenvolvimento que emerge se constrói a partir da crença de que a humanidade atravessa uma crise sem precedentes, pautada por disfunções globais na esfera ambiental, econômica, social, política e institucional. As origens e alternativas para este processo, segundo Guimarães (1998), transcendem as fronteiras

nacionais, representando nos fatos o esgotamento de um paradigma e modelo de desenvolvimento ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto.

Logo, faz-se necessário, segundo o mesmo autor, um novo modelo de desenvolvimento que tenha como norte uma possibilidade ética do crescimento, na qual os objetivos econômicos de progresso se subordinem às leis de funcionamento dos sistemas naturais e aos critérios de respeito à dignidade humana e de melhoria da qualidade de vida das pessoas. Leff (2002) reafirma esta possibilidade demonstrando que, para tal, faz-se necessário ultrapassar discursos e práticas burocráticas que freiam a racionalidade ambiental e que vem permeando as políticas públicas. Associado a isso, conjugar saberes técnicos e científicos em busca da construção e conjugação dos interesses dos grupos sociais em conflito apresenta-se como indicativo a ser perseguido.

Sob essa possibilidade, políticas públicas mais eficazes podem ser geradas, no intuito de suplantar a racionalidade produtiva que degrada o ambiente por uma conduta pautada no saber ambiental. Neste sentido, a sustentabilidade ambiental do desenvolvimento, segundo Guimarães (1998), deve ser pautada tanto a partir da base física do processo de crescimento, objetivando a manutenção do estoque de recursos naturais incorporado às atividades produtivas, quanto à manutenção da capacidade de sustento dos ecossistemas, ou seja, a capacidade da natureza de absorver e recompor-se das agressões antrópicas. Também o crescimento populacional humano, conforme Vitousek et al. (1986), a necessidade do aumento da base de recursos à manutenção desta população, associada à questão tecnológica, tem condicionado as modificações ocorridas na natureza.

Diante desse quadro, emerge uma série de debates acadêmicos, políticas e ações públicas e privadas que afetam de modo intenso o cotidiano de populações humanas, principalmente frente à questão do uso e finitude dos recursos naturais. No entanto, para compreender tal processo Bernardes e Ferreira (2003, p. 18) enfatizam a necessidade de se conhecer “[...] o processo de produção do espaço, já que a devastação do planeta pela técnica leva o homem a pensar na produção do espaço pela técnica”. Neste espaço, transitam os mais diferentes segmentos sociais internos e externos que, por sua vez, vem sendo responsáveis por um dos mais importantes movimentos sociais da história, “a revolução ambiental”. E esta vem engendrando significativas transformações na concepção e comportamento da sociedade no que diz respeito à relação com o ambiente natural.

Na concepção de Leff (2001), esse processo ainda não se efetivou de fato em função da letargia, e até mesmo da impossibilidade da sociedade em assimilar os fundamentos da nova racionalidade ambiental e desenvolver estratégias no sentido de reestruturar eticamente as bases econômicas produtivas. Avalia Leff (2001, p. 29):

Diante da apropriação econômica e simbólica da natureza e da cultura, emerge hoje uma ética ambiental que propõe a revalorização da vida do ser humano. Essa ética se expressa nas lutas de resistência das comunidades indígenas e camponesas a serem convertidas em reserva etnológicas, a ceder seu patrimônio de recursos naturais e a renunciar à sua identidade cultural.

A criação de Unidades de Conservação da Natureza (UC) se coloca apenas como uma das muitas estratégias de mudança de comportamento adotadas pelo Estado na tentativa de preservação dos recursos disponíveis, tendo como foco central de atenção em um primeiro momento a questão da biodiversidade. De acordo com a Fundação Pró-Natureza (FUNATURA) (MILANO, 1991, p. 9), compreende-se por UC,

[...] as porções territoriais, com características naturais de relevante valor, de domínio público ou propriedade privada, legalmente instituída pelo poder público, com objetivos e limites definidos, às quais aplicam-se regimes especiais de administração e garantias de proteção .

Esta vem sendo uma das estratégias utilizadas pelo poder público em âmbitos nacional e internacional no sentido de, em um primeiro momento, “resguardar” a biodiversidade existente em áreas com potencialidades de ameaça.

Segundo McGrath (1997), a importância da biodiversidade geralmente é justificada a partir de três questões: a) o seu papel no funcionamento do ecossistema, uma vez que a presença de espécies se faz primordial ao equilíbrio dos ecossistemas e a perda da biodiversidade fatalmente ameaçaria a estabilidade, resiliência e eficiência do processo ecológico; b) o valor econômico e social de espécies já identificadas e ainda por serem identificadas; c) a ética planetária, que está fundamentada na compreensão de que o ser humano é apenas um dentre outras centenas de espécies, não podendo por sua vez privar as outras espécies de existirem. Gadgil (2003, p. 47), de certo modo, comunga desta visão, na medida em que compreende a biodiversidade como “[...] variety of living organisms utility other than as bulk material resources like fuelwood, nutrient sources like dung and leaf manure, and structural such bamboo, cane and timber”.

E, na concepção do Centro para la Investigación Florestal Internacional (CIFOR),

Gran parte de la preocupación existente alrededor del bosque húmedo tropical tiene que ver con el temor de una extinción inminente. Por ello, se han realizado grandes esfuerzos para identificar los sitios, mas importantes para el manejo forestal. La evaluación principal de las agencias encargadas de la conservación del medio ambiente, y cada vez con mayor frecuencia se incluye. Sin embargo, la información obtenida por lo general tiene poco impacto puesto que la mayoría de las decisiones reflejan otras propiedades (CENTRO, 2004, p. 1).

A partir de uma variedade de concepções, a questão da preservação dos recursos naturais foi o principal elemento norteador da criação de áreas protegidas, atendendo a pressões internacionais que “exigiam” como contrapartida para o financiamento de projetos, ações voltadas à conservação da biodiversidade presente.

Essa conduta pode ser atribuída à postura até então adotada pelo Estado no que tange à política ambiental, ou seja, uma prática centralizadora e impositiva. No entanto, de acordo com Cunha e Coelho (2003, p. 43), a partir da década de 1980,

[...] as transformações no processo de instituição de políticas voltadas ao controle e mitigação dos problemas ambientais – redefinindo prioridades, arranjos institucionais e padrões de relação entre organismos estatais e não estatais – resultaram na necessidade de se repensarem as estratégias de gestão pública. Democratização dos processos de tomada de decisão, ampliação da participação da sociedade civil na resolução dos problemas ambientais e descentralização das atividades de monitoramento e fiscalização passaram a fundamentar modelos alternativos de gestão ambiental.

O Brasil, mais especificamente a Amazônia, é detentor de uma das mais amplas biodiversidades do mundo (AYRES, 1995; BRASIL, 2001; VIEIRA; SILVA; D’INCAO, 2001), o que o situa como palco ideal para implantação de políticas ambientalistas que se adequam as “exigências” internacionais de proteção ambiental.

1.1 DELINEAMENTO DO PROBLEMA

Colocar o ser humano como ator fundamental para o êxito das propostas públicas de conservação não era prioridade até recentemente. Os estudos realizados até a década de 1970 tinham um caráter eminentemente etnográfico, estando o indivíduo em um estado de semi-invisibilidade. Com a emergência dos debates acerca da finitude dos recursos naturais, dos movimentos ambientalistas e da organização de alguns segmentos da sociedade, ocorre uma ruptura em tais enfoques.

As estratégias direcionadas à preservação, entendida como “[...] ato de resguardar, defender, guardar com cuidado” (CIVITA, 1971, p. 1410), conservação, enquanto “[...] ato de manter no seu lugar ou no estado atual (CIVITA, 1971, p. 434) e proteção da biodiversidade se configuram entre as ações ditas prioritárias no que concerne à proteção da biodiversidade. O planejamento de políticas públicas para a conservação ambiental ainda se mantém, segundo Albagli (1998), pautada no paradigma da conservação *in situ* das espécies florestais, a exemplo das áreas protegidas. A autora aponta a necessidade do estabelecimento de corredores ecológicos que propiciem o “fluxo de genes”, indicando como alternativa à crise o uso sustentável da biodiversidade florestal que ainda se encontra em fase embrionária.

Cunha e Coelho (2003) periodizam as políticas ambientais nacionais a partir da década de 1930 em três momentos diferenciados: o primeiro vai até 1971, marcado de um lado por um Estado centralizador e regulatório de códigos de uso dos recursos naturais e, por outro, por um incipiente aparato institucional na área ambiental. O segundo, a partir de 1972, quando o Estado passa a ter sua ação influenciada não só pela consciência ecológica frente à crise ambiental, como também por uma economia modernizadora e integrada. O terceiro, a partir de 1988, quando os conceitos de desenvolvimento sustentável, manejo e descentralização passam a influir as ações do Estado, que consolida uma nova perspectiva de política ambiental com a Constituição de 1988.

Coadunados a esse processo, emergem debates acerca do uso sustentável do ambiente. Organizou-se fóruns e reuniões nacionais e internacionais, congregando poderes públicos, sociedade civil, intelectuais e organizações não governamentais (ONG) no sentido de discutir questões relativas ao uso e finitude do ambiente. Neste contexto, de acordo com Sachs (1993), Cavalcanti, C. (1995) e Souza (1996), foram realizadas a Reunião de Founex,

em 1971; a do Clube de Roma, em 1972; a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo (ECO-72), em 1972; a Conference on Trade and Development, em 1974, que resultou na Declaração de Cocoyok; a reunião da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), e no Relatório Brundtland ou Futuro Comum, em 1987/1988; a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano no Rio de Janeiro (ECO-92) em 1992.

Este último fórum culminou com a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), que se constituiu em um avanço significativo no que tange à proteção da biodiversidade. Sua meta consiste na conservação e utilização sustentável dos seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos (DOMINGUES, 2005). No entanto, transcorrido todo este tempo os problemas ambientais avolumaram-se e continuam a ser o grande foco de atenção da sociedade mundial.

Toda essa trajetória vem sendo marcada por uma visão quase linear sobre a Amazônia, e por ações intervencionistas internacionais com aval do governo. Tais ações, no dizer de Bentes (2005, p. 239),

[...] reafirmam a atribuição de status superior à ciência legitimando o papel central de cientistas e tecnoburocratas nos processos decisórios e ignorando que a Amazônia é patrimônio histórico-cultural dos amazônidas, em particular daqueles que praticam o plantio-manejo ecológicos de recursos naturais, os quais, apenas marginalmente tem alguma influência nas decisões.

Prova disso pode-se citar a Reunião de Joanesburgo, na África do Sul, em 2002, com a presença de mais de 196 países, que apesar de gerar como produto comum a difusão/consolidação em torno dos debates do “novo” paradigma, o desenvolvimento sustentável (MOUTINHO, 2003), pouco acrescentou de fato na mudança da prática internacional até então adotada por entidades ambientalistas, cientistas e poder público.

No dizer de Domingues (2005), essa conferência evidenciou que poucas foram as conquistas. A partir de então, as próximas metas para o novo milênio seriam: reduzir pela metade, até 2015, o número de pessoas que não tem acesso aos serviços básicos de saneamento; produzir e utilizar produtos químicos, até 2020, que não tenham efeitos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente; reduzir, até 2010, a taxa atual de perda de diversidade biológica, e priorizar os ecossistemas de forma integrada. Tais objetivos estão relacionados aos problemas mais emergentes que hoje afetam o ecossistema.

Apesar das ações e análises que se sucederam a partir desse novo contexto terem como foco de atenção o ser humano, principal elemento norteador das ações sobre o meio, na proposta de Bentes (2005, p. 234-235), o Brasil, no entanto, adota uma *práxis* marcada

[...] pela lógica da ciência que separa uso produtivo de práticas de conservação. Uso produtivo significa utilizar tecnologia moderna predatória. E conservação dos recursos naturais se traduz em transformar áreas consideradas especiais em reservas, gerenciadas por cientistas e onde o uso produtivo é proibido [...] os governos não chegaram ao ponto de tratar toda a população brasileira como objeto de políticas ambientais justas, capazes de dividir o ônus social entre todos e de acordo com a gravidade da agressão ambiental de cada atividade econômica e do consumo individual e coletivo de cada um; condição fundamental para que o nível de diálogo e consumo social capaz de tornar as medidas ambientalistas efetivas seja atingido.

Mesmo assim, apesar de todo este arcabouço jurídico de proteção ambiental que vem sendo erigido desde a década de 1960 no Brasil, e com mais intensidade a partir da década de 1980, ele vem sendo alvo de críticas, seja pelo modo como tal política vem sendo conduzida, seja pelas taxas altas de desmatamento que ainda persistem e são constantemente veiculados pela mídia impressa ou não e pela produção acadêmica acerca da questão. Segundo Ribeiro, G. (1991), é de se reconhecer que a realidade ambiental não conhece fronteiras, passando a criar fenômenos transnacionais. Como exemplo, cita-se o próprio modelo de construção de AP.

No entanto, as ações em prol da proteção da biodiversidade quase sempre desconsideram o fato de que a biodiversidade presente na região está associada aos saberes e usos locais destes recursos. Desde a ocupação humana na região, o amazônida direta e/ou indiretamente vem ao longo do tempo desenvolvendo práticas de manejo destes recursos em função da estreita relação do indivíduo com o ambiente circundante. Esta relação é abordada por Simonian (2005a, p. 68), ao tratar as relações existentes entre os saberes locais e biodiversidade, enfatizando que “[...] as práticas de conservação da biodiversidade implicam interconexões ecológica e cultural” [...].

Ao abordar a relação indivíduo e natureza, Balée (1989) enfatiza que a ação antrópica também é responsável pela formação de “*tipos*” diversos de florestas. O autor afirma que a relação entre indivíduo e recursos naturais em tempos remotos se dava de forma concocmitante na medida em que um “altera” diretamente o outro. Ao definir uma cronologia dos estudos que evidenciam a presença de “florestas cultivadas”, este autor ressalta a relação intrínseca mantida entre sociedades humanas pré-históricas e o ambiente no qual estavam inseridos.

Praticamente, todas as florestas apresentam indícios de perturbação humana. A compreender-se tal processo, no dizer de Balée (1989, p. 97), tem-se uma “[...] adaptação indígena ao meio [...]” e o que se define como matas culturais. Em se tratando da Pan-Amazônia, o autor acima mencionado aponta a Guiana como espaço onde as florestas manejadas se apresentam em maiores quantidades. A evidência destas matas pode ser aferida a partir da presença de Terra Preta Antropogênica (TPA), ou Terra Preta de Índio, além da presença de espécies como o babaçu (*Orbignya phalerata* Mart.), bambu (*Guadua* spp.), cocais (*Elaeis oleifera*), além de outras palmeiras.

Furlan (2006) em seu trabalho acerca das florestas culturais aponta a dicotomia existente entre a visão conservadora dos recursos naturais (mais especificamente as florestas naturais) enquanto um conjunto de ambientes e a percepção dos recursos naturais enquanto florestas culturais ou sociais. Estas últimas seriam

[...] as florestas manejadas pelas populações rurais particularmente em áreas indígenas, comunidades ribeirinhas, seringueiros, quilombolas, caiçaraws entre outros. São espaços sobre s quais as comunidades tradicionais não tem documentos de propriedade privada da terra e a ocupam e usam seus recursos de forma compartilhada (FURLAN, 2006, p. 5).

Abrangem florestas de uso comum em terras públicas ou privadas, muitas vezes sobrepostas a áreas protegidas institucionalmente ou com vegetação protegida por lei ambiental. Esta perspectiva é a maneira da relação estabelecida pelo indivíduo com seu habitat, é a responsável real pela disponibilidade grande dos recursos ambientais e sua sustentabilidade, imbuídos neste processo não só práticas sociais como valores coletivamente constituídos.

No caso do PNC e PNMR, o uso comunal dos recursos disponíveis foi constituído ao longo do tempo por gerações pretéritas, e até hoje as populações atuais não tem suas práticas reconhecidas ou consideradas no processo de implantação de projetos relacionados com estratégias de conservação. Tal processo de acordo com Furlan (2006) acaba por estabelecer na forma da lei modelos conservacionistas que “[...] não ratificam os usos comuns e a territorialidade, acabam por estabelecer novas lógicas organizacionais que produzem o processo de deslocamento das populações de seu território, trazendo consigo uma cadeia de implicações culturais” (FURLAN, 2006, p. 8). Assim posto, a maneira como o turismo vem sendo implementado em UC amazônicas ou no seu entorno de modo geral vem se convertendo em um canal de estabelecimento de novas lógicas.

No dizer de Lovejoy (2005, p. 5), “[...] o Brasil desenvolveu uma das mais fortes capacidades do mundo em ciência da conservação e os principais avanços nesta área progrediram no meio de forças de destruição horrendas e poderosas”. O êxito das ações relativas à proteção da biodiversidade por parte do Brasil está intimamente relacionado a sua ação em âmbito internacional. Acordos, tratados e convênios internacionais referendam as possibilidades de ampliação do êxito de ações em prol da conservação ambiental. Para tanto, há necessidade de integração e conjunção de anseios, sedimentadas por uma base científica sólida e competente, constituindo-se no grande desafio a ser imposto aos países sul-americanos.

Apesar do avanço apontado, é perceptível a falta de entrosamento entre as políticas ambientais, fundiárias e indigenistas dentre outras. Silva (2005) postula que o Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) vem tentando em conjunto superar tal dicotomia. Para tanto, foi criado um projeto que prevê o planejamento e gerenciamento integrado de Terras Indígenas (TI) e UC em uma perspectiva de paisagem sustentável e corredores de biodiversidade. No entanto, a base deste processo é a condução de maneira equilibrada e tendo como pano de fundo a academia como *locus* de produção de massa crítica que pode apontar subsídios que venham a auxiliar no estabelecimento efetivo de uma ação integrada de uso e gestão de recursos naturais.

Segundo Câmara (2007), as TI compreendem cerca de aproximadamente 10% do território nacional. Algumas destas áreas sobrepõem-se à UC e/ou estão próximas das mesmas. Em alguns casos, os próprios indígenas, incentivados por ONG e apoiados pela “complacência” de alguns órgãos governamentais, transgridem os limites de parques nacionais e estaduais. Como exemplo o autor cita o Parque Nacional (PN) Monte Pascoal, há anos ocupado e degradado pelos índios Pataxó, o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, em São Paulo, cujos invasores são os índios Guarani que falam espanhol, oriundos da Argentina.

Becker (2004) enfatiza a existência de uma postura diferenciada do poder público no que tange às políticas ambientais. A partir da trajetória dos debates ambientais, as políticas contemporâneas para o setor estão assentadas a partir de uma ação “[...] descentralizada e participativa para a proteção da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida das populações locais” (BECKER, 2004, p. 104). No entanto, as fragilidades deste processo descentralizador perpassam pelos mais diversos

segmentos e instâncias relacionadas, desde a frágil consolidação organizativa local até a carência de recursos financeiros e humanos.

A criação de UC em áreas ocupadas por populações humanas tradicionais, quase sempre feitas à revelia dos interesses destas, coloca-se apenas como uma particularidade a mais nesta perspectiva. Desta feita, engendrando, na maioria das vezes, conflitos das mais diversas ordens. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, classifica as UC em duas categorias. A primeira, áreas de uso indireto ou de proteção integral¹ são “[...] aquelas onde estão totalmente restringidas à exploração ou aproveitamento dos recursos naturais, admitindo-se apenas o aproveitamento indireto dos seus benefícios” (BRASIL, 2000a, não paginado). A segunda, áreas de uso direto ou de utilização sustentável² (BRASIL, 2000a, não paginado), são “[...] aquelas em que a exploração e o aproveitamento direto são permitidos de forma planejada e regulamentados [...]”. Entretanto, os objetivos quase nunca são alcançados a contento.

Isso ocorre, principalmente nas UC de uso direto, como posto por Costa, P. (2002), Nepstad (1997), Quaresma (2003, 2000a), Seabra (2001) e Simonian (2000), apesar de suas criações estarem usualmente permeadas pelo discurso conservacionista. Esta tendência afeta sobremaneira o cotidiano das populações humanas, principalmente na Amazônia. Sua história, organização, cultura e transformações com as quais vem se deparando ao longo de sua existência, estão sendo foco de atenção de autores como Becker (2004), Castro, E. (1997), D’Incao (1994), Furtado (1987, 1994), Furtado e Quaresma (2002), Hebéte (1985, 2004), Lená e Oliveira (1991), Magalhães, S. (1996), Maneschy (1993), Mello (1994), Silveira, I. (1979) e Simonian (1996, 2003), que apontam uma série de cenários correntes preocupantes na região, principalmente nas três últimas décadas.

Dentre tais cenários, se tem a abertura de estradas, a implantação de projetos econômicos, a introdução de novas tecnologias, a especulação e valorização imobiliária, a alteração da estrutura produtiva, a migração, o êxodo rural aculturação, e a inserção de “novas” atividades como o turismo, direcionado principalmente para áreas litorâneas. Foi sob esta égide que se deu a ocupação da Amazônia. Para Vieco (2001) este processo gerou um

¹ Integram esta categoria, a Estação Ecológica, Reserva Biológica (REBIO), PN, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre.

² Fazem parte desta categoria, a Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

sistema não sustentável da pecuária extensiva, numa monocultura marcada pela violência e expropriação da população local, além da depredação social e ambiental das mais diversas ordens. Modalidades de uso e gestão existentes na região são frutos de condicionadores espaciais, culturais, temporais e principalmente de agentes exógenos que se direcionaram para a mesma a partir do contato com o europeu.

Este contato, no dizer de Ramos (2004), durante séculos foi representado pelo discurso da construção de uma nação, com uma sólida unidade territorial e lingüística, omitindo assim a diversidade geobiológica e étnica presente no Brasil e, principalmente, na Amazônia. E o fato de a diversidade social local ser um fator relevante nesta região sempre foi ignorado pelo Estado, apesar da questão da conservação, da biodiversidade e do desenvolvimento se converter em uma presença efetiva nos fóruns e discussões mais diversos acerca da questão ambiental. Neste contexto, Vieco (2001) enfatiza que após um período de “sensibilidade ambiental” que se expressou pela eclosão dos movimentos ecológicos, hoje a sociedade encontra-se frente ao processo de globalização e internacionalização de economia.

Nesses termos, prioriza-se a questão econômica em detrimento às sociais, ambientais, culturais etc. Faz-se necessário, apesar deste momento “novo” e das disposições normativas existentes, contribuir para que se impulse o desenvolvimento sustentável na Amazônia, reconhecendo a importância da construção de um Estado social de direito. A expectativa é a de que se possa alcançar um desenvolvimento que seja prudente, equiparando suas relações econômicas, sociais, ambientais e culturais, inserindo-se ainda as questões culturais e históricas.

Relacionar tais aspectos com a questão das políticas ambientais, mais especificamente das UC, vem sendo proposto como objeto de pesquisa por autores internacionais como Fennell (2002), que analisa tal processo na Grã-Bretanha, Canadá, Escócia e Belize, e por brasileiros, principalmente no que diz respeito aos modelos de áreas protegidas adotados no Brasil e, por conseguinte, na Amazônia. Dentre outros, estão os trabalhos de Allegretti (1994), Almeida, A. (1995), Diegues (1994), Lima (1997), Pinto, P. (2000), Quaresma (2000b), Pinto e Campos (1994), Pinton e Aubertin (1997), Simonian (1998) e Simonian et al. (2003). Mais recentemente, a problemática tem se voltado para o aspecto legal destas UC, principalmente após a divulgação de propostas governamentais para

a terceirização da infra-estrutura no caso dos Parques Nacionais ³ e para o arrendamento das florestas nacionais.

As UC se constituem em um dos principais instrumentos que o Estado utiliza para equacionar o processo de degradação dos recursos naturais, haja vista o crescente número de propostas de criação de áreas protegidas no Brasil nas últimas décadas. Segundo Diegues (1994), as décadas de 1970 e 1980 tiveram um aumento significativo da criação de UC, principalmente nos países do terceiro mundo. Neste período, foram criadas 2.098 UC num total de 3.100.000 km², existindo até então no Brasil 429 UC, sendo 72 delas localizadas na Amazônia. Dados mais recentes (IBAMA, 2003) indicam que, em âmbito federal, existem 685 UC cadastradas - aquelas que constam no cadastros, mesmo não possuindo delimitação cartográfica e digital (BRASIL, 2005b) - e 245 mapeadas - que possuem, delimitação cartográfica (BRASIL, 2005b) - distribuídas em dez categorias, o que evidencia o aumento significativo das mesmas, muitas delas em áreas de fronteiras com outros países.

As áreas de fronteira por si só se constituem em *loci* aonde a pressão sobre os recursos naturais vem se dando de forma contínua e intensa, principalmente na Amazônia, uma região continental e frágil do ponto de vista do controle do uso dos recursos disponíveis. Tais áreas são percebidas na maioria das vezes como “marginais”, na medida em que não são definidas como pólos prioritários de políticas públicas, ficando o Estado quase sempre ausente destas localidades. A criação de UC em áreas de fronteira, bem como a prática de um turismo nos moldes da sustentabilidade, podem de fato minimizar tais questões, que poderiam ser superadas de forma integrada.

No dizer de Brito (2000), o tratamento quase sempre marginal dado a essas áreas de fronteira reforçam as dificuldades de gestão ambiental nas mesmas. Conhecer como vem se dando a questão das práticas ambientais em áreas de fronteira, e de que modo estas áreas vem sendo utilizadas pela atividade turística nas fronteiras brasileira, venezuelana e guianense foi analisado neste trabalho. Para tanto, conceberam-se as áreas de fronteira não só como “[...] ponto estratégico de afirmação da soberania nacional” ou uma “[...] perspectiva apenas nacional ou interna” (BECKER, 2004, p. 59), mas, sim, como áreas com dinamicidade latente, onde as relações se dão geralmente pela ausência eficiente do poder público.

No entendimento de Becker (2004, p. 66), as áreas de fronteira teriam que “[...] integrar as áreas remotas ou de densidade demográfica muito baixa, situadas em zonas de

³ A categoria PN foi criada pela Lei nº. 4.771, de setembro de 1965, e pela Lei nº. 5.197, de 03 de janeiro de 1967, o que foi regulamentado pelo Decreto nº. 84.017, de 21 de setembro de 1979 (BRASIL, 2005e).

fronteira que estejam sendo ou possam vir a ser polarizadas diretamente ou indiretamente por centros e/ou forças políticas situadas fora do território nacional”. É ainda Becker (2004, p. 66) quem argumenta que “[...] por forças dominantes na geopolítica mundial – como as ligadas ao comércio ilegal de drogas, ao recrudescimento da guerrilha e fragilização institucional à conservação do meio ambiente e da cultura indígena [...]”, que tais áreas se configuram como espaços permeados por tensões e complexidades diversas.

Isso posto, a importância desta pesquisa se justificou pela necessidade de viabilizar estudos que possam produzir alternativas de inserção e integração efetiva de todos os segmentos locais, embora inseridos em área de fronteira internacional. Principalmente, quanto aqueles envolvidos no processo de criação de áreas protegidas, ampliando o efeito multiplicador do turismo, integrando a comunidade local na atividade turística, conseguindo, assim, minimizar as possíveis pressões antrópicas sobre tais áreas e seu entorno. Bem como evidenciar a possibilidade de implantação de uma política de gestão e uso de recursos naturais a partir do turismo de maneira integrada em áreas de fronteira, minimizando custos e maximizando benefícios, consolidando, assim, o turismo de fronteira.

Desse modo, o turismo sustentável pode vir de fato a ser um dos instrumentos de desenvolvimento local. Assim sendo constituiu-se em uma garantia da efetivação prática de planos de manejo coletivos e participativos. Como resultado tal atividade amplia seu domínio vindo a contribuir de fato com os pressupostos básicos de uma UC.

Conhecer de que maneira vem se dando ou não este processo em qualquer área protegida é fundamental. Mais especificamente a partir da realidade do Monte Roraima tal conhecimento (Figura 1) gerou informações que podem colaborar com a elaboração de planos de manejo por meio dos quais a prática da atividade turística seja contemplada de fato. Desta feita, o turismo pode ser uma possibilidade de proteção dos recursos naturais e desenvolvimento local, a partir de ações públicas efetivas, bem planejadas e respaldadas por estudos científicos.

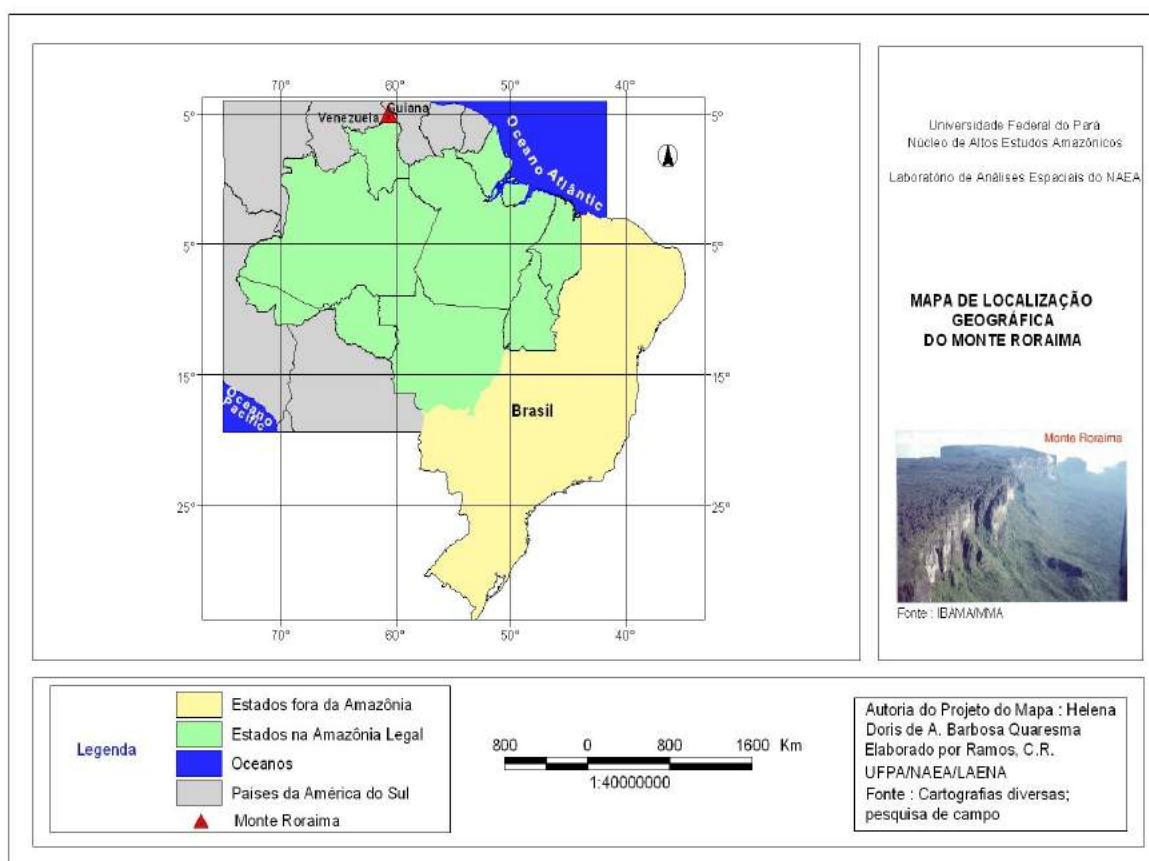


Figura 1 – Mapa de localização geográfica do Monte Roraima.

Fonte: Projeto do Mapa: Helena Doris Quaresma. Elaborado por Ramos, C. R. UFPA/NAEA/LAENA (2005)

As várias abordagens sobre turismo revelam uma tendência à supremacia da vertente econômica sobre todas as outras, principalmente sobre as de cunho social. Isto demonstra, principalmente no discurso político, que existem limites no desenvolvimento da atividade, que tem seu reflexo no planejamento em suas várias esferas, principalmente no que se refere ao planejamento do poder público. Estes limites tem consequência direta no uso do espaço territorial, causando impactos que são visibilizados direta e indiretamente, refletindo nas populações que residem nas localidades ditas turísticas.

A questão da sustentabilidade é colocada como um marco dos modelos de desenvolvimento almejados pelos ditos países em desenvolvimento. “Os países do norte, de repente, não são mais um modelo, mas um problema. [...] Os discursos de sustentabilidade produziram uma crítica radical ao modelo de desenvolvimento do norte” (FATHEUER, ARROYO, MACHADO, 1998, p. 12). Tal abordagem se amplia para setores sociais variados.

Dentre esses, tem-se o turismo no qual a sustentabilidade turística se constitui uma premissa a ser alcançada. Para Molina (2001, p. 94), “[...] o turismo está em condições de

estimular, antes de qualquer uma das outras [atividades] por meio de objetivos e ações, uma nova atitude para com o meio ambiente natural. A condição é inerente ao turismo, desconhecê-la sugere ignorar seu espírito [...]”. Logo, o turismo deve ampliar assim suas dimensões e possibilidades de vir a se tornar de fato um real vetor de desenvolvimento e sustentabilidade social, econômica e ambiental.

A complexa rede de interações que envolve as ações públicas, os discursos políticos, os anseios e especificidades local-regionais muitas vezes apresentam-se como conflitantes no processo de desenvolvimento regional. No caso das políticas ambientais, mais especificamente da criação de áreas protegidas e das políticas de turismo, as várias condutas públicas desarticuladas entre si tem contribuído para desvirtuar os objetivos e metas propostas pelo Estado, comprometendo o êxito das mesmas. Neste contexto, importa que as políticas públicas sejam compreendidas como “[...] propostas, planos, metas definidas a partir de estruturas de poder que podem incluir o Estado e seus representantes mais diretos, destinados ao ambiente, recursos naturais e a sociedade, onde e com quem são implementados” (SIMONIAN, 2000, p. 14), sejam elas na área ambiental ou do turismo.

Tanto as políticas de turismo como as ambientais lidam com matéria comum – o uso dos recursos naturais. Como tal, a articulação entre as duas áreas se faz necessária. Nesta direção, em uma de suas vertentes o turismo passou a ter como campo o desenvolvimento local associado ao uso racional dos recursos naturais o que vem ao encontro dos objetivos mais gerais propostos pela política de criação de áreas protegidas, ou seja, a proteção e uso racional do ambiente. A iniciativa é, desde o início da década de 1970, uma das principais ações do poder público no que diz respeito à área ambiental, conforme se vê na Tabela 1, havendo um aumento substancial das mesmas.

Tabela 1 – Número de UC federais por categoria no Brasil

CATEGORIA	N.	%	AREA
Proteção Integral			
Parque Nacional	55	48,24	17.403.338,00
Estação Ecológica	30	26,32	7.226.150,25
Reserva Biológica	27	23,68	3.796.671,00
Refugio de Vida Silvestre	02	1,75	128.521,25
SUB-TOTAL	114	99,99	28.554.680,50
Uso Sustentável			
Reserva Particular do Patrimônio Natural	412	72,15	(*)
Floresta Nacional	70	12,26	19.190.166,00
Reserva Extrativista	42	7,35	8.297.942,50
Área de Proteção Ambiental	29	5,07	7.156.244,50
Área de Relevante Interesse Ecológico	17	2,97	32.745,00
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	01	0,17	(*)
SUB-TOTAL	571	83,35	34.677.097,00
TOTAL GERAL	685	99,99	63.231.778,50

Fonte: IBAMA (2003).

(*) Dados Indisponíveis.

É possível perceber que no âmbito das UC de proteção integral, os Parques Nacionais consistem na categoria que tem a maior extensão de área protegida. Esta categoria é a mais indicada para a implantação de atividades ecoturísticas (COSTA, P., 2002; IRVING, 2002), em função do grau de conservação de seus recursos. As categorias de uso sustentável são as que detem o maior número de UC e de extensão de áreas protegidas.

Apesar dos números, a realidade brasileira, no que diz respeito às áreas protegidas, vem sendo marcada por um esforço considerável de conservação *in situ* da diversidade biológica (BRASIL. 2000b), entretanto, com pouco êxito no que diz respeito aos resultados oriundos deste esforço. Este quadro é reconhecido pelo próprio MMA, quando afirma que “[...] o total de área protegida por bioma é insuficiente para a conservação da biodiversidade, as áreas já criadas ainda não atingiram plenamente os objetivos que motivaram sua criação” (BRASIL. 2000b, p. 1-2). Hoje, apesar do número considerável de AP brasileiras decretadas pelas esferas federal, estadual, municipal e algumas particulares, as ações ainda deixam muito a desejar.

De fato, a efetividade de criação, implantação e gestão dessas UC se dá de modo fragmentado, passando as iniciativas a serem muitas vezes alvo de críticas por parte de vários

segmentos da sociedade. Inclusive, uma das fragilidades deste processo, segundo Moreira e Anderson (1996), reside nas inúmeras visões divergentes sobre o papel das áreas naturais protegidas, associadas à questão da presença humana nas áreas. Desde 1992, de acordo com os mesmos autores, os debates em torno de UC se efetivam no sentido de construir um consenso, no que tange às propostas legislativas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no Brasil.

Esse sistema foi criado de fato em 2000, na perspectiva de uniformizar e constituir um marco legal único direcionado à criação de UC, tanto na esfera pública⁴ quanto privada. A partir de então, na visão do poder público (BRASIL. 2000b, p. 2),

Pela primeira vez no Brasil, o meio ambiente é visto não como uma restrição ao desenvolvimento, mas como um mosaico de oportunidades de negócios sustentáveis que harmonizam o crescimento econômico, a geração de emprego e renda e a proteção de nossos recursos naturais.

Enquanto o processo se desenvolve, Seabra (2001, p. 42) alerta para o fato de que “[...] nos últimos anos, a perda da tutela da União sobre os espaços protegidos é facilitada pelo estabelecimento de convênios, parcerias e co-gestão entre o poder público, o setor privado e as organizações não-governamentais”. Como alternativa de reversão Dearden (1991, apud FENNEL, 2002, p. 85) propõe que “[...] as filosofias de gestão dos parques tornem-se mais integradas, reconhecendo que estes parques não existem como ilhas ecológicas, mas precisam ser gerenciados de acordo com as condições ambientais, tanto dentro quanto fora de suas fronteiras [...]”, ou seja, seu entorno.

A gestão de recursos naturais em áreas fronteiriças é uma das questões abordadas neste estudo. A gestão ambiental transfronteiriça ainda é considerada difícil de ser efetivada, haja vista a diversidade legislativa específica de cada país, que, de certo modo, está acima de corredores naturais interligados entre si, mas humanamente seccionados no que diz respeito à disponibilidade de uso dos mesmos. Tal fracionamento político quase sempre não colabora de maneira efetiva para o desenvolvimento de uma política integrada dos recursos naturais disponíveis, promovendo, assim, a partir deste processo o alavancar de um desenvolvimento integrado.

Outro ponto que se apresenta como comprometedor do êxito das UC é a não conclusão/implantação dos planos de manejo destas áreas, que zonificam os espaços a serem

⁴ Precisamente, a federal, a estadual e a municipal.

utilizados (QUARESMA, 2000a). Este fato se constituiu, também, em um dos importantes fatores de críticas e controvérsias que giram em torno do Estado, sua ação na gestão e monitoramento de UC. Logo, fica comprometido o cumprimento das finalidades das áreas, que, na maioria das vezes, não tem concluído e implantado seus planos de manejo, associado ao fato do desconhecimento e alienação da população local no processo de criação e de efetivação das unidades.

Nessa perspectiva, há de se revisar o modelo de planejamento e gestão das UC, a fim de que possam alcançar seus objetivos. No entendimento de Kinker (2002), isto já vem se efetivando como uma nova ordem mundial, pois as UC não sobreviverão se não se integrarem de fato a um planejamento regional, fornecendo oportunidades de desenvolvimento local e de seu entorno. Para Yazigi (1999), é fundamental que isso se processe a partir da idéia de “auto-sustentação” das UC, em favor da preservação singularizada.

É válido afirmar que a dimensão continental do Brasil se coloca como um dos elementos que dificultam o êxito das UC, além das carências financeiras e de recursos humanos. Na Amazônia, tais problemas se configuram de maneira mais intensa ainda, em função não só da própria dimensão da região, mas também das distâncias internas que dificultam as ações na região. Em decorrência deste quadro, constrói-se uma série de outras situações, que, por sua vez, são oriundas não só das próprias ações mesológicas, como também de ações antrópicas imputadas à região, entre elas o turismo.

Como atividade que eminentemente tem nos recursos naturais e culturais sua principal matéria-prima, o turismo vem nos últimos anos, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), constituindo-se na atividade que mais cresce no mundo. Para Naisbitt (1994), o século XXI se apresenta como um momento em que o crescimento do setor alcançará patamares expressivos, transformando o turismo na principal fonte de recursos. No âmbito deste processo de expansão e diversificação da atividade, com vistas ao atendimento das demandas emergentes do mercado turístico, muitas vezes o turismo se direciona para áreas naturais que fazem parte de áreas protegidas. Porém, em geral, tal processo ocorre sem uma articulação de sua prática com as diretrizes que norteiam as atividades antrópicas em UC.

Isso é perceptível a partir da disponibilidade de fragmentos de natureza intocada, sobre a qual se tem ampliado uma demanda cada vez maior. Este processo se constitui em um reflexo da evolução de renda, uma vez que o ecoturismo é um segmento da

atividade turística de considerado valor econômico e resultado da disponibilidade do tempo livre, dos habitantes urbanos. A inserção e a gestão do turismo em UC devem ser efetivadas a partir de uma lógica política, mas, segundo Simonian et al. (2003, p.5),

[...] isso não significa dizer que devam ser feitas propostas tecnocratas, de gabinete, alienadas da realidade sócio-ambiental que se quer intervir. Pelo contrário, as organizações governamentais e não governamentais poderiam elaborar [...] e efetivar propostas quanto a conservação dos recursos naturais [...] de melhoria das condições de vida e de trabalho para as famílias residentes na área reservada, bem como na faixa de proteção.

Autores diversos vem trabalhando com a questão da expansão do turismo na sociedade contemporânea. Stronza (2001, p. 261) adverte que

[...] the more holistic perspective will be important as we explore the ways in which ecotourism and other alternative forms of tourism can generate social, economic and environmental benefits for local communities while also creating truly transformative experiences for tourists.

Para Ruschman (1997), a prática do turismo como atividade multidimensional utiliza-se dos recursos naturais como fonte de recuperação do equilíbrio psicofísico. Kippendorf (1989), Lemos, A. (1996) e Rodrigues, A. (1999) analisam o surgimento do turismo como atividade emergente da sociedade contemporânea, que seria motivado por interesses de dominação por parte dos países do primeiro mundo sobre os subdesenvolvidos, detentores de riquíssimos recursos naturais com potencialidades para o uso turístico.

Frente a isso, os processos de transformações sociais, econômicas, espaciais e ambientais pautados pelas demandas do mercado são desencadeados. Pelo menos, é como vem sendo analisado por Castro, C. (2002), Ruschman (1997), Seabra (2001) e Swarbroke (2000). A postura da sociedade diante deste quadro e a busca da diversificação do produto oferecido fizeram surgir o ecoturismo e de modo mais sistemico, o turismo sustentável.

O efeito multiplicador do turismo abrange direta e indiretamente atores sociais diversos. Em virtude desta amplitude, o aspecto que mais se destaca é o econômico, pois quando se fala em turismo, pensa-se logo nos lucros e divisas que ele pode gerar, principalmente por ser uma das atividades que mais cresce no mundo. Porém, o desenvolvimento do turismo voltado exclusivamente para o viés econômico desencadeou o processo de massificação da atividade, convencionalmente chamado de turismo de massa, no qual de acordo com Masi (2001, p. 10) “[...] neste tipo, os turistas querem ver em pouco

tempo o maior número de coisas [...] gostam de *fast food*, coca-cola e de lugares com muita gente. [...] tem uma atitude devastadora. Esperam pouco e oferecem pouco”.

Esse tipo de turismo tem transformado regiões, descaracterizado culturas, impondo-se sem nenhum compromisso local, inclusive, causando impactos mais negativos do que positivos para o meio ambiente e para os residentes locais (SEABRA, 2001; SIMONIAN, 2003). Isto é fruto da ausência de uma “[...] cultura turística [...]” que, no dizer de Ruschman (1997, p. 23), faz com que os turistas se comportem de modo alienado em relação ao meio que visitam. Por sua vez, Yazigi (1999, p. 78) denomina tal desdobramento de “[...] vandalismo paisagístico” apontando que “[...] os novos vândalos são os seres do nosso cotidiano, os eleitos das três esferas de governo, os administradores privados, nossos familiares, amigos, vizinhos e correligionários [...], e quem sabe nós mesmos”.

Assim, surgiram novas alternativas de turismo que consideram não somente os aspectos econômicos, mas também os aspectos sociais, culturais e ambientais. Então, o viés da sustentabilidade passa a ser o elemento ideal do turismo contemporâneo, o chamado turismo sustentável, que, de acordo com Wall (1997, apud KINKER, 2002, p. 17) pode ser definido como:

[...] aquele que é desenvolvido e mantido em uma área (comunidade, ambiente) de maneira que, e em uma escala que, se mantenha viável pelo maior tempo possível, não degradando ou alterando o meio ambiente que usufrui (natural e cultural), não interferindo no desenvolvimento de outras atividades e processo, não degradando a qualidade de vida da população envolvida, mas pelo contrário servindo de base para uma diversificação da economia local.

Ou aquele que é “[...] economicamente viável, mas não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá principalmente o meio ambiente físico e o tecido social da comunidade local” (SWARBROKE, 2000, p. 19). Para Seabra (2001), o turismo sustentável consiste em uma alternativa de lazer harmoniosa, fundamentada na autodeterminação, na valorização das populações nativas e no respeito ao meio ambiente.

Uma definição mais completa e holística é postulada por Irving; Rodrigues e Neves Filho (2002, p. 95), para quem concebem que a atividade se constitui em um

[...] descritor amplo para todos os tipos de turismo, baseado em recursos naturais ou produzidos pelo homem, centrado na noção de temporalidade, envolvendo gerações presentes e futuras, no compromisso de conservação ambiental e valorização de patrimônio cultural, e no engajamento das comunidades locais no processo de tomada de decisões, no sentido de construção de capital social.

Logo, de acordo com Ignarra (1999), o turismo sustentável ganhou força no meio acadêmico, e parece ser o tipo de turismo mais viável por ser ecocêntrico e inclusivo, não só porque engloba todos os tipos de turismo, mas também porque considera todos os sistemas envolvidos no seu desenvolvimento.

Nessa trajetória, a Amazônia passa a ser o alvo mais demandado para o fluxo do turismo sustentável, inserindo-se, assim, nos roteiros turísticos nacionais e internacionais direcionados para a sustentabilidade ecológica. Detentora de categorias de UC diversas, entre elas o maior PN do Brasil e o maior das regiões onde os trópicos úmidos dominam – PN da Serra do Tumucumaque, nos estados do Amapá e do Pará e do PN de Monte Roraima, onde se localiza o ponto mais setentrional do país – a Serra do Caburaí. Ao todo, a Amazônia brasileira abriga 13 PN (Tabela 2), considerados por muitos estudiosos como Irving (2002, p. 51), como a tipologia de UC mais conhecida e mais importante para o turismo, principalmente pela possibilidade de uso de áreas naturais para a recreação e o lazer.

Tabela 2: PN na Amazônia brasileira - 2006

ESTADOS	Nº.	%
Amapá	01	7,69
Roraima	03	23,07
Amazonas	02	15,39
Rondônia	02	15,39
Tocantins	01	7,69
Pará	01	7,69
Acre	01	7,69
Compartilhado (*)	02	15,39
TOTAL	13	100

Fonte: Quaresma (2008) a partir de AMBIENTEBRASIL (2005) e Brasil (2005).

(*) PN da Serra do Tumucumaque (Amapá e Pará) e PN da Amazônia (Amazônia e Pará).

O turismo vem sendo apontado como uma alternativa econômica com perspectiva de sustentabilidade e um meio para conservação dos recursos naturais e culturais. Como exemplo disto pode ser citado o PN de Yellowstone, que recebe três milhões de visitantes-ano e o PN de Iguaçu, no Brasil, que recebe aproximadamente 1,5 milhão de visitantes-ano (AREAS, 2003, p. 4). Isto reflete os esforços e o amadurecimento de alguns segmentos sociais no sentido de coadunar a preservação dos recursos naturais com o uso racional dos mesmos. Castro, C. (2002, p. 134) ressalta “[...] que as ONGs [sic; Organizações

Não Governamentais] tem desempenhado função importante pelas pressões em favor do turismo sustentável”.

Nesse ponto, este trabalho almejou compreender de que modo o turismo utiliza as áreas naturais protegidas e o nível de impactação da atividade nas mesmas para que a atividade possa vir a ser contemplada/inserida nos planos de manejo e de modo coerente e responsável. Tal intento, no dizer de Yazigi (1999, p. 137), é a expressão concreta da prática de um “turismo preservacionista”, ou seja, aquele que “[...] não pode ser um ato individual, mas tem de ser um padrão social, cultural e econômico assumido pelas administrações, empresários, população em geral. É a educação cívica que tem de englobar a ecológica”. De acordo com Cruz, R. (2000), o turismo pode vir a ser um fator de organização social e de (re) ordenamento de territórios para sua realização.

Estudos acerca da maneira como o turismo vem sendo implantado em UC foram realizados em outras categorias de áreas protegidas no Brasil e, particularmente, fora da Amazônia. Entre eles, Costa e Costa (2000), que estudaram o turismo no PE da Pedra Branca (RJ); Costa, P. (2002) pesquisou o PE Paulo Cezar Vinha (ES) e a Reserva Natural Salto Morato (PR); Sansolo (2002) analisou a REBIO de Osório (RS) e o PE da Serra do Mar (SP); Irving, Rodrigues e Neves Filho (2002) estudaram tal problemática no PE do Desengano (RJ).

Tem-se também estudos sobre PN brasileiros, na e fora da Amazônia. Nesta direção, pode-se citar os trabalhos de Niefer, Silva e Amend (2000), que identificaram o perfil dos visitantes do PN de Superagui (PR); de Kinker (2002), que trabalhou com o PN de Aparados da Serra (RS/SC), PN da Serra Geral (RS/SC) e o PN de Caparaó (MG/ES); de Gomes (2007) que trabalhou com a questão do turismo no entorno do PN de Cabo Orange, no estado do Amapá, mais especificamente nas vilas Velha de Cassiporé e Cunani e suas percepções acerca da atividade; e ainda o de Oliveira, M. (2007), sobre turismo e participação local no desenvolvido no PN da Amazônia, especificamente na comunidade de São Luis do Tapajós.

Os trabalhos de Agência (2002), Endres (1998), Magalhães, C. (2002), Moyses (1997), Rodrigues, A. M. (1999), Ruschman (1997) e Swarbrooke (2000) demonstram a viabilidade do turismo sustentável como atividade que conjuga aspectos sociais, ambientais e econômicos. Especificamente, ela busca a maximização dos impactos positivos e minimização dos negativos, e tê-lo como instrumento de desenvolvimento se constitui em um passo para o compartilhamento de responsabilidades, principalmente em uma perspectiva pan-

amazônica. Na Amazônia, estudos nesta linha são poucos e muito há que se desvendar acerca do potencial do turismo regional, seja pela carência de recursos humanos que se dediquem à pesquisa no setor, seja pela recente trajetória do turismo na região que apresenta dimensões continentais.

Estudos como os de Cruz, S. (1999), Endres (1996), Figueiredo, S. (1999), Pinto, P. (2000), Pinto e Campos (1994) e Quaresma (2000a), reforçam a necessidade do preenchimento das lacunas existentes acerca de tal problemática. Esta questão é de fundamental importância para se tentar compreender os entraves que gravitam em torno das UC e da prática do turismo. A partir destes estudos, é de se ressaltar que, é possível detectar alternativas para a efetivação destas áreas e de seus planos de manejo pelo turismo, o que pode se constituir em um dos caminhos para o seu êxito. O mesmo pode ser dito quanto ao desenvolvimento de um turismo regional pautado por políticas públicas comprometidas com todos os segmentos envolvidos no processo, principalmente as populações locais, associado com a sustentabilidade dos recursos naturais.

Acredita-se que o turismo pode de fato ser um vetor de desenvolvimento, desde que o mesmo venha a ser discutido, planejado e gerido a partir do compartilhamento de decisões de forma paritária e não impositiva. No caso da Amazônia, esta perspectiva é viável desde que a atividade não se torne uma “monocultura”. Sob este prisma, o turismo deve ser percebido como uma alternativa completar a dinâmica local, não alterando o cotidiano e a base produtiva das comunidades envolvidas com a atividade e a relação destas com os recursos naturais de que dispõe.

1.2 HIPÓTESES

- a) O modo como as políticas e práticas do turismo vem sendo implementadas no Monte Roraima se constituem em “fator de perturbação” do “equilíbrio” local. Utiliza-se tal concepção a partir de Cândido (1971), que em seu estudo acerca das transformações do cotidiano do caipira paulista, entende o fator de perturbação como processos que contribuem para modificar ou transformar antigas condições de vida material e sócio-culturalmente estabelecidas por pequenos produtores. Neste contexto, há necessidade de se identificar as organizações sociais, a forma de inserção dos diversos grupos no

processo em questão, desvendar especificidade locais, sua lógica em estabelecer possíveis redes integradoras coletivas de uso e gestão dos recursos naturais;

- b) A partir do momento em que as possibilidades de reprodução social decaem, e fatores de perturbação (turismo) se apresentam, alterações são imputadas à população autóctone e antigas formas de uso dos recursos naturais dão lugar a formas de dependência exógenas e diversificadas. São alterados os modos espontâneos de uso dos recursos, bem como as maneiras de percepção dos mesmos e de organização sócio-espacial.
- c) A considerar-se as especificidades locais, o turismo praticado no Monte Roraima, como processo produtivo que abrange as relações de trabalho e de interação entre indivíduo e natureza, não é algo unívoco na região fronteira, mas varia de acordo com fatores ecológicos, históricos, sociais e políticos, apresentando feições próprias em cada território, sem que haja o estabelecimento e uma interatividade entre as mesmas. As políticas de gestão ambiental estabelecidas para o Monte Roraima são fragmentadas e refratárias, invisibilizando grupos étnicos que vem mantendo uma relação simbólica e material com os recursos naturais disponíveis localmente.

1.3 OBJETIVOS

O desafio em buscar compreender as questões relativas à problemática do turismo em áreas protegidas na Amazônia foi o elemento impulsionador desta pesquisa, pois acredita-se que tal atividade pode contribuir sobremaneira para a consolidação das áreas protegidas, associada à prática de um turismo sustentável e promotor de um desenvolvimento coletivo e integrado. Perceber os espaços como um *continuum* natural, e de que maneira estes são geridos a partir da questão dos limites fronteiriços, se apresenta como uma questão relevante no que diz respeito as políticas públicas ambientais e de turismo integradas. O estabelecimento de “protocolos” à prática de um turismo inter-fronteiras, pode vir a se tornar uma ferramenta de minimização de conflitos e impactos antrópicos sobre os recursos na medida em que esforços podem vir a ser congregados em prol da segurança, da qualidade de vida e da manutenção da ética ambiental.

Nessa direção, o objetivo geral deste estudo foi identificar como vem se efetivando a prática das políticas ambientais e de turismo em áreas protegidas, mais

especificamente no Monte Roraima. Para tanto, privilegia-se como objeto de análise as políticas propostas e ações desenvolvidas pelos governos brasileiro, venezuelano e guianense para este espaço. Ainda nesta perspectiva, a expectativa é de que se possa verificar se, de fato, estas ações vem se dando de modo sustentável, coadunadas com os objetivos de áreas protegidas.

Os objetivos específicos foram: a) realizar um levantamento das políticas públicas elaboradas para o uso e gestão do Monte Roraima, enfatizando a questão da gestão ambiental em países distintos a partir da questão dos limites fronteiriços que tem sob seu domínio um *continuum* natural; b) compreender como o turismo vem sendo praticado no Monte Roraima e em que medida suas ações coadunam-se com os pressupostos do turismo sustentável; c) verificar como a atividade de turismo é contemplada nos planos de manejo da área, caso contrário, de que maneira poderá vir a ser um elemento agregador dos atores locais no sentido de se constituir em vetor do alcance dos objetivos destas áreas, bem como de desenvolvimento local em uma perspectiva regional; d) identificar que atores estão envolvidos no processo em questão e como participam ou não da prática efetiva de gestão e uso turístico do Monte Roraima; e) identificar as possíveis alterações geradas pelo turismo no *modus vivendi* da realidade local, e até que ponto acarreta efeitos deletérios e conflitantes.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A trajetória do conhecimento e da produção científica vem sendo marcada pela emergência e superação de teorias, métodos e paradigmas. A história do próprio conhecimento humano se (re)constrói na busca de “verdades” que possam levar o indivíduo à compreensão da realidade e do cotidiano. Logo, as interpretações dadas ao cotidiano estão em constante superação, sendo o pesquisador produto e produtor das “crises” transitórias do paradigma científico. Como expõe Goldemberg (2004), o pesquisador está sempre em estado de tensão porque sabe que seu conhecimento é parcial e limitado – o possível para ele.

Essa incessante busca de revelação da realidade por meio dos fatos, que num segundo momento tornam-se fenômenos, pela quebra de paradigmas que segundo Kuhn (1982) – cuja contribuição teórica é seminal à quebra de paradigmas científicos, são os norteadores da pesquisa. Nesta perspectiva, o conhecimento avança por meio da interpretação de sujeitos, que tem a intenção de explicá-los com um olhar diferenciado. Assim como Morin (2002), que apresenta a idéia de que o “olhar ingênuo” pode levar a produção do

conhecimento a partir das migrações interdisciplinares, Bourdieu (1989) também concebe o conhecimento científico como aquele “não trivial”, aquele que procura o invisível por detrás dos fenômenos, por trás das aparências.

Nesse sentido, configura-se, segundo Lakatos (1999, p. 03), o mais respeitável tipo de conhecimento - a ciência - que evolui a partir das “[...] migrações de programas de pesquisa decadentes para programas de pesquisa em progressão”. Observa-se, assim, que o processo de “migração” se efetiva a partir do “[...] cruzamento de fronteiras [...]” (KLEIN, 1996, p. 28), o que seria uma das muitas formas de construção da interdisciplinaridade. Este processo se configura para a autora como uma das exigências da interdisciplinaridade, ou seja, do amadurecimento epistemológico que leva à criação de zonas de interação que se opõem-se à uma visão departamentalizada e linear.

A pesquisa, então, configura-se como uma construção que busca a elaboração de “verdades” ou “critérios” de aproximação do real cada vez mais pertinentes, e que, no entendimento de Cardoso (1986, p. 95), tem a capacidade de “[...] fotografar a realidade vivida. Sua função é tornar visíveis aquelas situações da vida que estão escondidas e que só por virem à luz, são elementos de denuncia do *status quo*”. Este estudo, portanto, apresenta-se como uma tentativa de aproximação a verdades não absolutas, embasadas em fatos que não são limitados a uma mera observação do objeto fenomênico, mas, sim, em uma construção social, que teve como norte responder questionamentos (problemas) a partir de uma racionalidade científica. Cabe ao cientista a formulação de seu problema, que às vezes está oculto sob a ansiedade da própria construção do processo.

A questão da linguagem é de fundamental importância para a qualidade do produto no produto final. Nestes termos, o autor tem que dar conta da complexidade do objeto a partir de uma análise integrada, o que, segundo Capra (1996), Kuhn (1982) e Morin (1990), necessita de uma linguagem comum (metodologias) que possibilite a integração efetiva e a diminuição de incertezas. Para tanto, Bourdieu (1989) alerta à necessidade de uma constante vigilância por parte do pesquisador na construção do objeto científico, a partir do rompimento com o seu senso comum.

Tal vigilância se expande também às condições de emprego de ferramentas (metodologia e linguagem) adequadas ao problema proposto, alertando para o rompimento da rigidez metodológica disciplinar. Isto leva ao incentivo da busca do conhecimento das disciplinas “vizinhas” para uma interação mais dinâmica, permitindo, assim, uma sucessão de

tarefas com vistas a correções e emendas possíveis diante da complexidade do real, que nada mais é do que o verdadeiro “ofício” de pesquisador. A reavaliação contínua de todas as etapas da pesquisa deve ser uma constante, a fim de que sejam garantidas não só a correção de percurso do processo como o alcance dos objetivos propostos.

Ainda segundo Santos, B. (2004), na atualidade a sociedade se depara com um período de revolução científica que teve início com a física quântica de Einstein no início do século passado (1907), e que vem se construindo ao longo de tempo. Esta revolução ou crise paradigmática é fruto de uma conjunção de fatores relacionados com as condições teóricas (avanço do conhecimento), como também das condições sociais que a sociedade industrial imputa à Ciência e que direcionam seu perfil de desenvolvimento. Assim acontecem as chamadas revoluções científicas, que, no dizer de Minayo et al. (1994), constituem-se em um processo ininterrupto, impossível de verificação definitiva “[...] pela via puramente empírica”.

Para a ciência contemporânea, Newton assume um papel significativo, pois com seus pressupostos de explicar o todo a partir das partes, revolucionou a produção do conhecimento nas mais diversas áreas. É por meio do conhecimento que o indivíduo transita pelos diversos gradientes da realidade para dela tomar posse. Esta é a análise de Cervo e Bervian (1977, p. 28), quando apontam que

[...] o espírito científico é antes de mais nada uma atitude ou disposição subjetiva do pesquisador que busca soluções sérias com métodos adequados para o problema que enfrenta. Essa atitude não é inata na pessoa, é conquistada ao longo da vida em busca de muitos esforços e exercícios, pode e deve ser apreendida, nunca porém transmitida.

A ciência se constitui em um processo humano, coletivo, dialético e em constante (re) elaboração, que, para Khun (1982, p. 57), é “[...] uma construção social [...]”, associada a contextos histórico-sociais específicos de épocas distintas.

A problemática ambiental vem trazer a discussão de temas que são paradigmáticos na medida em que possibilita o cruzamento de fronteiras antes unidisciplinares. A partir de então, os variados modos de uso e apropriação dos recursos naturais pelo indivíduo vem sendo estudados pelas mais diferentes áreas do conhecimento. No tocante à grande área das Ciências Sociais Aplicadas, o turismo e a gestão ambiental vem se constituindo em objetos de pesquisa, principalmente a partir da década de 1990. A complexidade que envolve tal questão se constitui em um profícuo campo de estudo tanto

para incursões de natureza teórica quanto para analisar e avaliar as formas como a prática da atividade turística e de gestão ambiental vem se efetivando na Amazônia.

Sob esta perspectiva, este estudo se propôs a aglutinar procedimentos metodológicos/conceituais a partir de um enfoque interdisciplinar haja vista os diversos aspectos envolvidos na temática abordada, tais como processos ecológicos, sócio-espaciais, culturais, políticos e econômicos. Neste sentido, a congregação de enfoques relacionados à Antropologia, Sociologia e ao Turismo permitiu identificar os possíveis conflitos e tensões presentes na prática da atividade turística no Monte Roraima. Associado a isto o estabelecimento das correlações existentes entre segmentos variados envolvidos no processo, os papéis, expectativas e atuações que compõem o cenário.

Na tentativa de sedimentar a máxima de Oliveira, R. (1996, p.15), que teria de estar presente em todo processo de investigação científica e que consiste “[...] no caráter constitutivo e interligado do olhar, do ouvir e do escrever [...]”, buscou-se realizar uma análise da forma como o turismo vem sendo desenvolvido no Monte Roraima. Mais especificamente tendo como cenário de fundo a criação do PNMR (Brasil), do PN de Canaima (Venezuela) e Guiana. O método comparativo permitiu, como é enfatizado por Woortman (2003, p. 13), o estabelecimento de “[...] meios de organizar o pensar sobre o real [...]”, direcionando o que se observar a partir de determinados parâmetros, possibilitando sua posterior análise.

Esta pesquisa teve como substrato a realização de um estudo comparativo acerca das políticas de turismo e gestão ambiental elaboradas para o Monte Roraima a partir da gestão trinacional, e a forma como vem sendo implantadas. Tal perspectiva permitiu fazer emergir um quadro característico geral do turismo em área fronteira na Pan-Amazônia, sendo possível a apreensão das diferenças e semelhanças no âmbito do planejamento e operacionalização da gestão ambiental, de turismo e das relações que permeiam o processo. Ao mesmo tempo, a identificar os fatores de ações transformadoras nos contextos natural, organizativo e simbólico.

O método comparativo se adequou a esta proposta na medida em que se propõe a analisar em iguais medidas as realidades em países diferentes, ressaltando-se que a análise está centralizada nas questões do turismo e de gestão de áreas protegidas. Como salienta May (2004, p. 231), ele caracteriza-se “[...] como uma abordagem pluralista centrada principalmente, mas não exclusivamente no tema de comparar países”. Segundo May (2004, p. 234), o método tem como meta

[...] entender e explicar como as sociedades e culturas diferentes vivenciam e atuam sobre as mudanças sociais, econômicas e políticas, além de como essas visões relacionam-se com as mudanças mais gerais e portanto as experiências e ações compartilhadas diante de preocupações e pressões semelhantes. O resultado dessa pesquisa permite-nos formatar e agir sobre o futuro através de um conhecimento comparativo maior das nossas práticas presentes e das suas conseqüências potenciais.

A partir deste método, foi possível identificar o que articula as visões e práticas locais semelhantes ou não entre si, no sentido de estabelecer parâmetros que permitam delinear um perfil da prática do turismo em áreas de fronteira, sendo possível apontar diferenças e diversidades neste processo.

Compreender a prática da atividade turística no Monte Roraima se coloca como algo complexo, começando pela percepção de que o mesmo é fruto de uma trajetória histórica. Isto é, uma vivência presente, marcada pelo passado e projetada para o futuro, “[...] num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído” (MINAYO, 1994, p.13). Esta perspectiva passa pelo entendimento do modo como as populações e comunidades indígenas se inserem na prática da atividade turística e nas ações de gestão ambiental.

Para tanto, a pesquisa de campo tornou-se essencial para analisar de que modo o processo de “turistificação” (CORBIN, A.,1989) vem se efetivando no Roraima. Em fevereiro de 2005, realizou-se um *survey* na área, mais especificamente em Boa Vista (RR) em Santa Elena de Uairén (Venezuela), onde foi possível estabelecer uma rede de contatos preliminares e realizar uma pesquisa exploratória. Percebeu-se a dinâmica destas localidades, identificando fontes de informações documentais e possíveis informantes. Além disto, foi realizada uma coleta de informações preliminares que substanciaram este projeto, permitindo a construção e execução desta proposta.

Com o *survey*, no entender de Lakatos e Marconi (1996), o pesquisador tem uma vivência e um contato mais direto com a realidade a ser estudada. Neste momento, a observação é assistemática. São coletados e registrados fatos da realidade a ser pesquisada, sem um aprofundamento mais efetivo ou utilização de técnicas especificamente planejadas. Esta etapa da pesquisa é fundamental para o pesquisador e se destina a estudos exploratórios sobre o campo a ser pesquisado.

A base de elaboração deste estudo se deu a partir da construção de um substrato teórico. A pesquisa documental constituiu-se no elemento condutor do trabalho, permitindo a verificação de eventos e suas aplicabilidades ou não, tomando como base os registros

documentais relacionados com a questão enfocada. Construiu-se a base documental da pesquisa a partir de fontes secundárias diversas, como estatísticas oficiais, textos e dados áudio-visuais em geral, como produtos de práticas sociais de uma dada realidade no tempo e no espaço, estando alerta para compreensão do contexto em que tais documentos foram produzidos.

O viés economicista dado ao turismo tem sido o principal enfoque dos estudos até então desenvolvidos na área. Ultrapassar este perfil constitui-se um desafio e, para isto, como tal, compreender a complexidade da atividade de forma sistêmica requer um olhar interdisciplinar. Assim, buscou-se tomar como fio condutor desta pesquisa tal perspectiva, acreditando que a interdisciplinaridade permitia compreender os demais elementos que transitam em torno do fazer turístico de forma mais abrangente e integrada.

A partir de um prisma interdisciplinar, almejou-se realizar uma pesquisa mais livre, com uma variada gama de autores e conceitos que conduzissem ao propósito da construção de argumentos sólidos e objetivos, mediados pelo processo social presente na pesquisa. A interdisciplinaridade é concebida partir de Etges (2004), que a percebe como uma prática mediadora da comunicação entre as mais diversas áreas do conhecimento e dos cientistas com o “mundo do senso comum”,

[...] cria-se uma linguagem comum entre os cientistas de diferentes campos ou disciplinas ou especialidades mediante a qual eles compreendem o construto do outro e o seu próprio. Não se cria uma nova teoria, mas a compreensão de cada um está fazendo bem, bem como a descoberta de estratégias de ação que lhes eram desconhecidas a ambos, tanto no interior de sua própria ciência, como com relação às outras e ao mundo exterior do cidadão comum (ETGES, 2004, p. 73).

O presente estudo efetivou-se a partir de uma conjunção integrada de enfoques e condutas de pesquisa, congregando, além da comparatividade, o levantamento de informações quantitativas e qualitativas, associadas à pesquisa histórica e à análise de informações.

A partir dessa rede de ações, a pesquisa se constitui a base para a indagação da realidade. Precisamente e de acordo com Minayo (1994, p. 17-18): “[...] as questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos”. Integram-se, assim, as pesquisas qualitativas e quantitativas numa perspectiva de complementaridade dos aspectos relativos ao tema estudado.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes em um nível mais profundo das relações, processos e fenômenos, podendo ser complementada com a pesquisa quantitativa. Na concepção de Minayo (1994), não basta apenas compreender e explicar a dinâmica das relações sociais, produto de crenças, valores, atitudes e hábitos cotidianamente reconstruídos resultantes da ação humana. Faz-se necessário, também, apontar/construir indicadores que permitam analisar o campo exterior ao sujeito, na tentativa de integrar a interioridade e a exterioridade como constitutivas de um todo.

A integração quantitativa e qualitativa pode efetivar-se a partir do momento em que se integrem de forma a permitir que ambas as abordagens venham colaborar no sentido de possibilitar uma visão mais completa e integrada do objeto estudado e dos atores sociais nele envolvidos. Deste modo, a “compreensão dos fatos sociais” dar-se-á de modo efetivo, permitindo assim a descrição consistente do objeto como teia de significados (GEERTZ, 1989). Sob esta perspectiva, o pesquisador vive em constante construção, na medida em que o seu trabalho é fruto não só da observação, mas também de um diálogo entre a visão do pesquisador e a do pesquisado.

Trabalhar temáticas relacionadas com o turismo e a gestão ambiental, no caso deste estudo, as UC, requer o trânsito verticalizado entre os diferentes sujeitos envolvidos na questão. Isso possibilita captar as diferenciadas percepções acerca da questão estudada. Para tanto, em 2007 foi realizada uma etapa de campo em Brasília (DF), no intuito de se conhecer - a partir dos nichos de origem das políticas de turismo (Ministério do Turismo – MTUR), meio ambiente (MMA) e de relações internacionais (Ministério das Relações Exteriores – MRE) - as ações efetivas e /ou em vias de planejamento para a área foco deste estudo.

A coleta de dados se efetivou em cinco períodos de pesquisa de campo. Em 2006 foram realizadas duas etapas, em semestres diferenciados, e em 2007 mais três. Esta estratégia foi adotada em razão da impossibilidade de permanência contínua em campo, haja vista estar cumprindo estágio probatório na própria UFPA. Durante a pesquisa de campo, realizou-se coletas de dados nos municípios de Uiramutã, Pacaraima e Boa Vista, no Brasil⁵; Santa Elena de Uairén e Paraitepui, na Venezuela. Na Guiana, realizou-se um *survey* rápido na cidade de Lethem, pelo fato das ações desenvolvidas pela Guiana na área do turismo ainda

⁵ Como desdobramento deste estudo participou-se do I Encontro Estadual de Turismo de Roraima, realizado no dia 26 de setembro de 2007, quando, a convite das instituições organizadoras, ministrou-se um mini-curso acerca das UC e Turismo.

serem muito recentes e inexistentes na área do Monte Roraima, e no que tange à gestão ambiental, as mesmas ainda estarem apenas no plano propositivo⁶. Assim, não se realizou uma pesquisa direta e efetiva naquele país e, sim, contatos pela internet e pesquisa secundária.

A observação direta foi a técnica adotada em campo. Para Palmeira (1977), a observação direta permite um acompanhamento mais prolongado e minucioso das situações, podendo ser complementada pela técnica de entrevista em profundidade, possibilitando, assim, uma visão mais completa do tema abordado. Com o intuito de vivenciar de fato a prática do turismo em Monte Roraima e de envolvimento com o processo a ser analisado, foi realizada em novembro de 2007 uma escalada de oito dias ao Monte, do modo usual como é praticada por qualquer turista interessado pelo roteiro. E no decorrer desta experiência, integrou-se um grupo de sete pessoas de origens diferentes, embora todas brasileiras.

Assim, foi possível praticar a técnica da observação participante, convivendo com a práxis do “fazer turístico” na área e como parte ativa do processo (MALINOWSKI, 1976; OLIVEIRA, 1996). Para tanto, houve uma preparação individualizada e de condicionamento físico específico durante seis meses, com acompanhamento médico. Isto foi necessário devido a altitude do Monte, bem como pelas especificidades do acesso.

Com o intuito de “[...] dar voz aos diferentes narradores” (FREITAS, S., 2002, p. 81), utilizou-se também o relato oral e a história de vida como fonte de informações e coleta de dados. Estas técnicas permitiram que as comunidades e demais atores envolvidos com a questão do turismo e da gestão ambiental no Monte Roraima, se percebessem como agentes construtores da memória/realidade do processo em questão. Por meio das memórias individuais e coletivas foi possível traçar, de fato, a trajetória do problema estudado, permitindo, a partir da interação com o informante, no dizer de Boni e Quaresma (2005, p. 73), “[...] retratar as experiências vivenciadas por pessoas, grupos ou organizações”.

Foi necessário elaborar roteiros de entrevistas focais diferenciados para cada segmento (Apêndices A, B e C), constituindo-se em um importante norteador da pesquisa, na medida em que não permitem divagações e possibilitam certa unidade aos documentos produzidos da mesma. Freitas, F. (2002, p. 91) alerta que uma “[...] entrevista sem roteiro e direção tende a ser subjetiva e sem dados realmente fundamentais para a pesquisa. Por outro lado, o que o depoente considera relevante pode não ser, do ponto de vista de nosso trabalho”.

⁶ Nesses mesmos termos, a orientadora deste trabalho – a Dr^a. Ligia Simonian – esteve na capital Goergetown e nas cidades fronteiriças de Lethem e Bomfiim em 2006, quando entrevistou os funcionários do Ministério do Meio Ambiente acerca da área guianesa junto ao PN Monte Roraima e ao Canaima, quando constatou esses desdobramentos iniciais quanto a uma política de UC e de turismo para a área em questão.

Entretanto, este processo não se efetivou de modo rígido, pois ao longo da entrevista emergiram questões outras que colaboraram com o presente estudo, vindo, assim, permitir a discussão sobre aspectos de interesse da pesquisa, colaborando com a sua realização.

Apesar disso, cada entrevista tem uma dinâmica própria, com níveis de aprofundamento e empatia diferenciados entre si, mas que merecem ser respeitados da mesma forma. Segundo Haguette (1997, p. 86), esta técnica se constitui em um “[...] processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. Neste processo, a confiança e o respeito mútuo também devem estar presentes, a fim de que as informações coletadas permitam uma aproximação mais efetiva com as questões que permeiam a realidade estudada.

As entrevistas que seriam realizadas com os visitantes durante e/ou após o trajeto precisaram ser redimensionadas, em razão dos desgastes físico e emocional que envolvem o trajeto, inviabilizando as entrevistas com o segmento dos turistas. Como alternativa, optou-se por contactar e encaminhar o questionário (Apêndice D) por e-mail. Foram enviados cinquenta questionários, dos quais somente 16 retornaram. Este quantitativo permitiu delinear um perfil do visitante brasileiro do Monte Roraima, que não se diferencia muito do europeu. Associada a isso, a observação assistemática permitiu, aos moldes do que é exposto por Boni e Quaresma (2005, p. 71), “[...] recolher e registrar os fatos da realidade, sem a utilização de meios técnicos especiais, ou seja, sem planejamento ou controle”.

Assim, privilegiou-se como técnicas de pesquisa a observação direta; as entrevistas (formais e informais); os questionários (que propiciaram a quantificação de informações), os relatos pessoais; o levantamento fotográfico, jornalístico e as consultas em obras raras acerca da região, evidenciando a presença de naturalistas e cronistas que por meio de seus trabalhos podem ser considerados os primeiros divulgadores da riqueza sócio-ambiental da região. Suas percepções, seus olhares podem também se constituir em “olhares turísticos” na medida em que expressam o contato temporário de um visitante em uma nova localidade.

Nesse estudo o uso da fotografia é tomado como um recurso pelo qual pode-se obter uma série de informações, como também um instrumento de comparação de um mesmo objeto em momentos diferentes da realidade local. A exemplo, pode-se retratar o Roraima contemporâneo, no século XXI, a partir das imagens de Kock-Grunberg datadas de 1909. A partir de Simonian (2007, p. 16), entende-se este recurso como uma ferramenta para “[...]”

identificar, analisar e entender o imaginário, as sensações e mesmo as realidades materiais”. Na Amazônia, este recurso se torna mais relevante ainda, na medida em que se constitui em uma possibilidade de registro de perspectivas relativas ao “[...] ambiente, populações e cultura” (SIMONIAN, 2007, p.17) como registros documentais.

O questionário se constituiu em uma técnica relevante, aglutinando perguntas abertas e fechadas. Segundo Boni e Quaresma (2005, p. 75), isso permite “[...] uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos [...]. As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes tem podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa”. Em caráter de complementação foram utilizados em campo instrumentais de registro os mais diversos, como o registro fonográfico para captar as nuances da fala dos interlocutores, suas histórias de vida e relatos de vivências.

A documentação, a pesquisa fotográfica e a localização em mapas a partir de dados georeferenciados também foram utilizadas. Estes instrumentos tem estado muito presentes na produção antropológica (BANKS, MORPHY, 1997; MACDOUGALL, 1997; SIMONIAN, 2004). Assim, tais registros apareceram ao longo do trabalho como possibilidades de visualização dos diferentes momentos da pesquisa e do objeto analisado.

Em suma, este estudo se configura em uma abordagem de “[...] triangulação da pesquisa” (FREITAS, S., 2002, p. 81), que permite uma combinação efetiva e integrada de metodologias e técnicas diferenciadas no estudo de um mesmo fenômeno, corroborado por Bourdieu (1999), quando indica que a escolha do método não deve ser rígida, mas sim rigorosa. Tal possibilidade confirma a máxima de que “[...] é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social” (BOURDIEU 1999, p. 63). Nesta perspectiva, a integração foi perfeitamente viável, na medida em que as fronteiras qualitativas e quantitativas são interpenetráveis e até complementares entre si.

No processo de investigação científica, é imprescindível que o pesquisador tenha consciência de que suas ações são permeadas por contextos sócio-políticos no qual se inserem as correntes acadêmicas vigentes, pela trama de relações de interesses particulares e lutas sociais que se configuram de forma divergente, na maioria das vezes, prevalecendo quase sempre os aspectos político institucionais. Segundo Santoyo (1992), o cientista social depara-se a cada momento com circunstâncias que devem ser contornadas. Este é o dilema apontado também por Gianini (2002) e se constitui como uma constante no processo: coadunar a responsabilidade de pesquisador diante do esgotamento dos recursos e a

necessidade de ajudar determinados segmentos envolvidos com a pesquisa, a acompanhar as transformações como atores sociais, mantendo o respeito às diferenças.

Outra questão que deve ser ressaltada no processo da pesquisa diz respeito às dificuldades que emergem durante a mesma, os “imponderáveis da vida real”, no dizer de Malinowsky (1976). No caso deste estudo, as dificuldades se apresentaram em escala macro, haja vista o objeto de estudo e seu entorno estarem inseridos em países distintos, com legislações específicas. Em 2005, foi promulgada uma Lei Orgânica na Venezuela que limita a atuação de pesquisas realizadas naquele país envolvendo populações indígenas. Estudos que envolvam as etnias indígenas só podem ser realizados mediante consulta à comunidade um ano antes do início da pesquisa e após sua posterior anuência.

Para superar tal limitação, optou-se por entrevistar apenas alguns guias envolvidos com a última etapa de campo (*treking*) e uma liderança da comunidade de Paraitepui. No caso do Brasil, em função do turismo ser uma realidade ainda distante do PNMR e das limitações legais que envolvem pesquisas em comunidades indígenas, além da dificuldade do idioma (poucas lideranças Ingarikó falam português), optou-se por trabalhar com a liderança formalmente constituída por esta etnia. A coleta de dados foi efetivada por meio do Conselho do Povo Indígena Ingarikó (COPING), a fim de que se obtivesse um panorama o mais completo possível das percepções locais acerca da temática analisada.

Dificuldades de ordem física também se configuraram durante o trabalho de campo, mais especificamente em sua última etapa, por ocasião da realização do *treking*. Apesar da preparação realizada anteriormente, limitações orgânicas imputaram uma perspectiva diferenciada à experiência vivenciada no Monte Roraima, ficando evidenciado, mais uma vez, a necessidade contínua do apoio do “outro”, mesmo para um pesquisador em campo, na busca de respostas e informações acerca do problema estudado. Determinação, persistência e companheirismo de “amigos de caminhada” foram a base da conclusão desta etapa, permitindo, assim, a superação de dores físicas e emocionais geradas durante o trajeto, cujas marcas permancem até hoje.

A quase inexistência de análises críticas acerca da questão e dos problemas vivenciados na prática da criação de PN na Amazônia e do turismo neles praticados reforça os equívocos correntes no processo. Almejou-se identificar tais impasses na perspectiva de que a pesquisa possa se tornar um vetor de sustentabilidade e de processos democráticos e participativos. Desta maneira, estar-se-á cumprindo o papel social da pesquisa, ou seja,

consolidando uma nova visão da relação indivíduo *versus* natureza, assegurando, assim, condições materiais de igualdade social em bases sustentáveis.

Sem pretender esgotar tal problemática, este estudo revelou-se importante na medida em que traz à luz dos debates a questão do turismo numa perspectiva pan-amazônica. Os estudos até então existentes são focados em um determinado corte geográfico. Ultrapassar tal “modelo” se constitui em um desafio que precisa ser superado, na medida em que lacunas até então existentes demandam superações em âmbitos local, regional e internacional.

Para tanto, os atores envolvidos na temática em questão necessitam ser preparados no sentido de planejar e desenvolver ações que fomentem o uso e a gestão dos recursos em prol do ambiente global. A produção acadêmica deveria ser o principal norteador deste processo, haja vista poderem ter importante quanto à geração de uma ação político-pedagógica a partir da pesquisa. O papel social da pesquisa viria completar os postulados de Oliveira, R. (1996) de que o ofício do pesquisador seria norteado não só pelo ver, ouvir e escrever, como também pela *práxis* (retorno) efetiva do processo ao *lócus* de estudo, cumprindo o papel social da pesquisa.

No caso desta pesquisa, a tentativa de conhecer e compreender de forma mais clara como as diferenças se relacionam efetivou-se a partir do contato com os diferentes sujeitos sociais envolvidos no processo. Precisamente, elegeu-se como informantes: o poder público relacionado não só com a questão do turismo como também com as de gestão ambiental e de áreas indígenas; o setor privado (*trade* turístico); população local, por meio de suas lideranças; turistas e demais segmentos envolvidos na problemática. Assim, construiu-se um panorama mais fidedigno das diferentes percepções que norteiam o conjunto estudado, compreendendo as dinâmicas envolvidas com as questões da gestão ambiental e do fazer turístico em áreas de fronteira.

Todo processo de pesquisa deve estar permeado pela ética, principalmente na relação pesquisador *versus* comunidade. A pesquisa em ciências humanas e a sua aplicabilidade nem sempre são alvos de reflexão pela própria academia. No dizer de Simonian (2005b), o pesquisador, como gerador de conhecimento, pode possibilitar melhorias para a população envolvida fortalecendo a identidade sócio-cultural local. O fato do objeto de análise e interlocução do estudo ser “um outro” torna a complexidade da pesquisa mais densa.

Anseios, demandas, expectativas e frustrações são expressamente vivenciados, seja de forma direta ou velada. É necessário transpor os condicionantes e as limitações físicas,

a fim de que os resultados gerados pela pesquisa sejam de fato colaborativos no sentido de conterem questões que levem à compreensão de um dado problema e às alternativas de conduta para minimizá-lo. Cabe aos cientistas resistirem às “tentações” que possam vir a comprometer os resultados de seus trabalhos em favor de interesses outros. A ética e o compromisso com as populações estudadas não de constituir-se no viés a ser seguido pela Ciência, como canal promotor do almejado desenvolvimento integrado.

A pesquisa, nesse sentido tem um papel fundamental, na medida em que por meio dela as “verdades” saem de um estado de latência à visibilidade. Santos, B. (2004, p. 17) enfatiza que “[...] na atividade do pesquisador está a busca do homem, na tentativa de interpretar a realidade – atribuindo-lhe um significado – e, na interação com os outros homens, intervir sobre ela, sem por ela ser afetado”. Para tanto, a postura ética totalizadora deve nortear o processo, uma vez que é a partir do contexto social que os indivíduos e instituições se organizam e criam canais que venham responder a seus interesses e aspirações.

As relações entre indivíduos e o meio circundante (natureza) devem ser percebidas a partir de uma ética que respeite as diversidades presentes, por mais que tal postura venha a ser conflituosa. Segundo Candotti (2002, p. 6),

[...] o desenvolvimento científico e as políticas que o promovem não nutrem qualquer simpatia pela preservação da diversidade cultural e nem mesmo atribuem valor aos conhecimentos da natureza que as diferentes culturas preservaram e que permitiram, e ainda permite, a muitas sociedades sobreviver em harmonia com seu meio ambiente.

Isso posto, a relação entre ciência, cultura e natureza é pautada pela inexistência de instituições capazes de educar, conhecer e preservar a diversidade cultural e a biológica, aproximando sociedade e ciência. Esta lacuna será suprida, no entanto, no dizer de Candotti (2002, p. 8):

[...] não há instituições que promovam a mediação. A diversidade cultural é o elemento incômodo no frágil – mas muitas vezes pretensioso – universo da ciência moderna de origem européia e ocidental. A diversidade cultural remete à existência de uma história, de um passado, na construção das relações com a natureza. Questiona-lhe assim a legitimidade do poder.

As políticas públicas de gestão e turismo podem de fato se integrar frente ao processo de reconfiguração espacial ora instalado em âmbito mundial, desde que alicerçadas por uma base científica participativa. As transformações correntes em âmbito físico e social são tratadas como perturbadoras e danosas. No entender de Bourdin (2001), o mundo deixa de ser

ordenado pelas distâncias e se instala o território em rede no qual o *continuum* da gestão/participação das ações públicas e privadas devem estar presentes. Este território em rede, no entanto, não requer uma homogeneização e, sim, uma valorização da identidade local e dadas especificidades presentes, referenciado por Bourdin (2001) como localização.

Cabe a academia cumprir seu papel para além do ensino e da pesquisa. A pesquisa precisa efetivar sua função social, diminuindo a distância existente entre os diferentes saberes da sociedade, bem como entre os atores envolvidos na relação dos indivíduos entre si e com a natureza. Compreender tais diferenças, complementar os diferentes saberes e fortalecer as comunidades/atores locais consiste no produto final da pesquisa, permitindo assim o diálogo, a participação, o compartilhamento e a possibilidade da eficácia de ações sustentáveis que conduzam a práxis de considerar os atores locais como membros ativos na condução de uma história que valorize as questões natural, saberes e diversidades.

2 O MONTE RORAIMA E A FRONTEIRA TRINACIONAL

O Monte Roraima encontra-se em uma área singular do planeta: integra um conjunto geológico onde o limite entre o humano e o natural se configura diante do olhar sobre a imensidão do mar verde de savana. A paisagem física evoca sensações de eternidade, liberdade, paz e infinitude. Retratada das maneiras mais diversas, desperta sentimentos variados, sendo o mais presente a sensação de solidão, reforçada pelo som do silêncio que transporta os visitantes a um mundo singular, cuja única certeza é a fragilidade humana frente às esculturas de pedras moldadas ao longo de milhões de anos.

Na planície de porte grande de savanas pan-amazônicas, os tepuyes surgem inesperadamente como ícones em uma área verde extensa, que algumas vezes é entremeada por manchas de vegetação mais densa próximo a cursos d'água, onde espécies florestais de maior porte se desenvolvem. Os tepuyes, desprovidos de vegetação mais densa e uniforme em seus topos, assemelham-se a castelos de pedra com torres que flutuam em um tapete verde emoldurados por nuvens e um céu azul. Constituem-se em formações rochosas típicas do escudo guianense.

Essas elevações tem de 2.500.000.000 +/- 400 milhões de anos (Período Pré-Cambriano) e foram formadas a partir do depósito de sedimentos e da movimentação das águas ao longo da história geológica. De acordo com a Corporación Venezolana de Guyana (CVG) Electrificación del Caroni C. A, (EDELCA) (apud MARRERO, [199-?], p. 30) o movimento das águas “[...] fueron cortando los terrenos y dejaron como testigos estos montes-islas. Las paredes de los tepuyes pueden alcanzar más de mil metros sobre el cúmulo de material de derrumbe que se extiende a sus pies y que suele estar cubierto por densa selva”. A respeito, tem-se ainda que

En el Escudo de Guyana se identifican cuatro provincias conocidas como: Imataca, Pastora, Cuchivero y Roraima. [...] La Provincia de Roraima derivó su nombre de la secuencia de sedimentos que afloran en el Cerro Roraima, en la región limítrofe de Venezuela, Brasil y Guyana. Las rocas de este grupo se encuentran, desde Tafelberg en Suriname hasta la Sierra de La Macarena en los llanos orientales de Colombia, cubriendo una superficie discontinua de unos 450.000 kilómetros cuadrados que se extiende hasta el área del Río Branco en el Brasil (LAIRET; RODRIGUES, 1989, p. 10).

Segundo MARRERO ([199-?]), a partir de 1991 as formações foram declaradas Monumentos Naturais, ou seja,

[...] es un elemento natural de singular valor paisajístico, geológico o de otro tipo (incluso valor simbólico), desde un árbol centenario hasta un bosque, una cueva, una isla, etc. y cuya conservación aconseja un tipo de protección especial, ya que normalmente se encuentran fuera de un entorno susceptible de tener una protección superior (MONUMENTO, 2006, p. 1),

passando a ser protegidas por uma legislação específica. Constituem-se no relevo mais característico da Guiana venezuelana, com montanhas de distribuição descontínuas e localizadas na sua maioria acima de 1.500 m de altitude.

Geologicamente tal área, de acordo com os estudos realizados por Reis (2006), constitui-se em um marco da estratigrafia do Supergrupo Roraima.

É uma região recoberta em grande parte por vegetação de savana estépica, entrecortada por rios e cachoeiras, onde destacam-se os rios Contigo, Cana, Uailã e Maú. O extremo norte da área é recoberto por Floresta Ombrófila Densa, predominante sobre a savana (REIS, 2006, p. 2).

O Supergrupo representa uma unidade sedimentar de topo, denominada de Formação Matui. Teve sua formação constituída a partir do acúmulo de sedimentos ao longo do período Orosiriano do Paleoproterozóico, com idades que variam em 1,95 a 1,78 bilhões de anos. Abrange uma área contínua de aproximadamente 73.000 km², denominada de Bloco Sedimentar Pacaraima. Por sua vez, este integra o Maciço das Guianas, que se estende desde o Suriname e o Estado Bolívar, na Venezuela, até as margens do rio Orinoco, na fronteira com a Colômbia. Abrange ainda parte dos estados de Roraima, Amazonas e Amapá, no Brasil. Datado de 3,6 bilhões de anos, representa um dos solos mais antigos da Terra.

A formação dos tepuyes se deu a partir do acúmulo de sedimentos em período muito anterior ao da fratura tectônica que dividiu o supercontinente Gondwana, que deu origem à formação do Oceano Atlântico. De acordo com a Teoria Gondwana ou da Deriva Continental, desenvolvida por Wegener em 1912, há cerca de cem milhões de anos o hemisfério sul era composto somente por uma placa continental, que se fragmentou em duas placas, a Sul Americana e a Africana (UNIVERSIDADE, 2008). Elas se movimentam lentamente em sentidos opostos, distanciando-se ao longo do tempo, gerando fenômenos de vulcanismo e terremotos.

O soerguimento dos tepuyes se deu há aproximadamente 150 milhões de anos, quando um bloco de arenito de aproximadamente três quilômetros de espessura elevou-se. A movimentação tectônica e a erosão fracionaram esta área, dando origem aos tepuyes (REIS, 2006). Esta percepção é a base da teoria Gondwana, que postula que a formação mineral do

Monte Roraima é idêntica a das rochas do Saara Ocidental (África), e que ambos faziam parte de um mesmo continente.

As formações permeiam a cosmovisão de grupos indígenas até hoje e, na linguagem pemón, tepuy significa “[...] los retoños de las piedras” (VENEZUELA, 2007, não paginado). Um dos primeiros estudiosos a tratar desta questão foi Frei Cesáreo de Armellada em 1928 (apud MARRERO, [199-?], p. 32), que afirma que os tepuyes são “casa”, mundo onde estão os espíritos.

[...] aseguran los indios que las piedras con huecos hondos que allí hay, son las ollas donde cocinaba Mavari el Dios de las lluvias y tormentas; y que en el expresado cerro hubo una gran batalla entre los indios Taurepanes y los Canaimas, pareciendo en ella éstos últimos casi total; afirmando igualmente que en una laguna próxima al cerro, existió un encantamiento de tigres que, al salir de las aguas se comían a los indios.

Os habitantes da região da “Gran Sabana”, mais especificamente da área dos tepuyes orientais, são os Pemón, compostos pelas etnias Arekuana (sudeste do estado Bolívar), Kamarakoto (centro do estado Bolívar) e Taurepane (sul, na fronteira com o Brasil e Guiana (SANTOS, S., 999), que ocupam esta área desde tempos imemoriais. “El territorio de la Gran Sabana es una meseta de tierras planas y onduladas y de mesetas abruptas (tepuyes) entre las cuales estaca la del Macizo del Anyantepui desde el cual se desprende el Salto Angel, la caída de agua mas alta del mundo, con unos mil metros de altura” (LAIRET; RODRIGUES, 1989, p. 12). A porção ocidental, mais especificamente o extremo oeste do Parque Nacional Canaima (PNC) é habitada pelos Yekuana (Makiritare), que ocupam os vales dos rios Cuntidano, Padamo, Cunucumuma, Ventuari, Caura, Erebató e Paragua. No PNC, os indígenas estão distribuídos em Paratepuy, San Francisco de Yuruani, San Ignacio e San Rafael de Kamoiran.

A cosmovisão dos Yekuna acerca da criação dos tepuyes é também recuperada por Jesús Sanoja Herandez (1986, apud MARRERO [199-?], p. 33-34).

Cuando Kushi volvió a tierra, se transformó en hombres y se sentó a pensar con la cabeza entre las manos (como se le representa en las marcas sagradas) y en la noche se sacó la astilla debajo de la uña y la plantó en la tierra. A la mañana siguiente frente a él hacia crecido Dodoima, un gigantesco árbol del cual parte de su tronco es lo que hoy conocemos como Cerro Roraima. Allí se originaron todos los frutos que conocemos.

Pero Dodoima (Monte Roraima) también se encontraba muy lejos de las casas de los hombres, así es que una mujer (Edeñawad) se fue hasta allá y le pidió a Kushi una estacita del árbol para llevarles los frutos a los hombres, Kushi se la dio. Cuando la mujer inició su regreso a casa tuvo que descansar en el camino y apoyó en el suelo la estaca. Estaba en un lugar llamado Auyanti y allí creció la estaca y

sólo produjo yuca. De ese árbol queda como recuerdo el Auyantepuy con su corteza que se pierde entre las nubes.

Aquella mujer siguió caminando sembrando montañas por todas partes hasta que llegó a un sitio donde la tierra era muy buena donde surgió en una noche, el más alto de todos los árboles; el Marahuaca. Las ramas que salían de ese árbol eran tan largas que cubrían toda la tierra y de cada una de las ramas que retoñaban salían comidas y frutas diferentes; todo el mundo que veía aquellas ramas saltaba de alegría. Unos gritaban y otros lloraban pero de repente toda esa alegría se terminó.

Las ramas y los frutos estaban muy alto y los hombres no podrían alcanzarlos y se quejaban, ya que la gente seguía con la misma comedera de tierra. Finalmente los frutos maduraron a desprenderse, todo el mundo se alegró hasta que cayó un racimo de la Palma Wasa (palma Cucurito) y aplastó a uno que lo esperaba abajo. Después un delicioso racimo de la Palma Pijiguao le aplastó el hocico a la Lapa la cual desde entonces tiene esa cara tan aplastada; y así, siguieron cayendo racimos de todo y aplastando la gente. Nada salía bien para los hombres.

Viendo este desastre, Semenía, quien era el mensajero de Wanadi (Dios) y jefe de todos los hombres decidió tumbar el árbol para acabar con aquel peligro y envió a los Sajoco (los tucanes) con sus grandes picos a cortillo, pero estos se lastimaron el pico el cual le quedó para siempre como serrucho como se puede ver. Finalmente llegó Wanadi (Dios) disfrazado de pájaro carpintero de cabeza roja y logró cortar el árbol a picotazos lo cual hizo un gran estruendo regando todos los frutos por todo el mundo. Las armas que se desprendieron también cayeron a tierra y de esa manera se formaron El Duida, Huachamacari, Sopapo y el resto de las montañas que hoy vemos.

Al caer el árbol que se había agarrado del cielo, abrió un gran boquete por el cual arrastró y derramó el agua del gran lago inundándolo todo y formando así todos los ríos que se conocen: Orinoco, Carona, Carrao, Ventuari, Erebató, Cunucunuma y todos los demás.

Por sua vez, os Pemóntón percebem este *locus*, como “[...] el ombligo de la tierra, el centro del mundo” (VENEZUELA, 2007, não paginado). E a cosmovisão dos índios Macuxi, de acordo com Reis (2006, p. 4), é responsável pela perpetuação da lenda que segue:

[...] nas terras de Roraima havia uma montanha muito alto onde um lago cristalino era espectador do triste amor entre o Sol e a Lua e que, por motivos óbvios, nunca os dois apaixonados conseguiram se encontrar para vivenciar aquele amor. Quando o Sol subia no horizonte, a lua já se pôs. E vice-versa. Por milhões e milhões de ano foi assim. Até que um dia a natureza preparou um eclipse para que os dois se encontrassem finalmente. O plano deu certo. A Lua e o Sol cruzaram no céu. As franjas de luz do sol ao redor da lua se espelharam nas águas do lago cristalino da montanha e fecundaram suas águas fazendo nascer Macunaíma, o alegre curumim do Monte Roraima. Com o passar do tempo, Macunaíma cresceu e se transformou num guerreiro entre os índios Macuxi. Bem próximo do Monte Roraima havia uma árvore chamada de ‘Árvore de todos os Frutos’ porque dela brotavam ao mesmo tempo bananas, abacaxis, tucumãs, açais e todas as outras deliciosas frutas que existem. Apenas Macunaíma tinha autoridade para colher as frutas e dividi-las entre os seus de forma igualitária. Mas nem tudo poderia ser tão perfeito. Passadas algumas luas, a ambição e a inveja tomariam conta de alguns corações na tribo. Alguns índios mais afoitos subiram na árvore, derrubaram-lhe todos os frutos e quebraram vários galhos para plantar e fazer nascer mais árvores iguais àquela. A grande ‘Árvore de Todos os Frutos’ morreu e Macunaíma teve de castigá-los culpados. O herói lançou fogo sobre toda a floresta e fez com que as árvores virassem pedras. A tribo entrou em caos e seus habitantes tiveram que fugir. Conta-se que, até hoje, o espírito de Macunaíma vive no Monte Roraima a chorar pela morte da ‘Árvore de todos os frutos’.

Ainda a respeito, Brasil (1996, p. 25) afirma que “[...] a bravura desse homem não se mede pelas armas que usou, mede-se pelos feitos que o tempo projetou [...]”, e, até hoje, da terra de Makunaima restaram apenas cinzas, carvão e pedras.

Joaquim (1995), ao tentar buscar o significado do mito de Makunaima a partir do grupo indígena Taurepáng, relaciona-o à obra literária de Mario de Andrade – Macunaíma, herói sem nenhum caráter. Em seu trabalho, a autora enfatiza que o mito tem uma força muito grande não só para Roraima, quanto para as etnias que estão presentes na Venezuela e na Guiana, extrapolando inclusive os limites geográficos, tornando-se “[...] um paradigma, movido pelo mistério que envolve seu povo” (JOAQUIM, 1995, p. 5). Este mistério estende-se à natureza, concebendo-a a partir de uma perspectiva “sagrada”, percebendo-o como “[...] forma encontrada pelo herói (Makunaima) para olhar e proteger seu povo” (JOAQUIM, 1995, p. 22), conferindo ao Roraima uma relação pautada na cosmovisão.

De acordo com Kock-Grunberg (2006, p. 126-127), Makunaima é o herói responsável pela criação de animais e ao mesmo tempo tem o poder de transformar o homem e os animais em pedras, seja como punição ou por prazer

[...] o Roraima é o berço da humanidade. Aqui o herói de sua tribo, Makunaima, viveu com seus irmãos. Aqui em sua loucura e cobiça, ele derrubou a árvore do mundo, que dava todos os frutos bons. A copa caiu para o norte. Por isso, ao norte do Roraima nascem todas as frutas na única região de florestas, enquanto ao sul do Roraima, na seca savana, somente com muito trabalho é que o índio tira alimento do solo. O tronco caiu sobre o Caroni. Está lá até hoje, como uma grande rocha que atravessa o rio, formando uma alta catarata, onde os barcos tem de ser descarregados e arrastados por terra. O rochedo Roraima é o cepo que ficou de pé. Dele veio o grande dilúvio, do qual poucos se salvaram.

Com relação a esta percepção, Joaquim (1995) enfatiza que há uma apropriação e deslocamento do mito, que sai da sociedade indígena e passa a se constituir em uma personagem literária da sociedade não-indígena. No entanto, Joaquim (1995, p. 28) propõe que de qualquer modo este será sempre “[...] um conto de um mito particularizado, para uma sociedade geral (nacional)”.

A inserção de elementos naturais e sobrenaturais na explicação da origem do universo é comum em grupos indígenas, o que merece muito destaque nas obras de Lévi-Strauss (2004a, 2004b, 2006). Ao considerar-se a produção sobre a Amazônia, esta “cosmovisão” é tratada por Posey (1988) – que trabalhou com os índios Kayapó, no Pará –, por Magalhães, A. (1994) – que fez pesquisas entre os Parakanã – e por Barbosa (1998) – que

investigou esta problemática entre os Miranha. No caso dos Pemón, seu cotidiano e seu mundo cognitivo configuram-se a partir de uma estreita relação com a natureza, o que influencia sua conduta e valores, mesmo após a longa experiência de contatos com outras sociedades e culturas.

No trabalho acerca dos grupos indígenas da região das Guianas, Gillin (1948, p. 800) identifica, em linhas gerais, três grandes áreas culturais: “[...] (1) the coastal area, (2) the inland mountain-savanna area, and (3) the Amazonian area”. Os grupos humanos distribuíam-se por entre o relevo regional, apesar de “[...] considerable portion of interior Guiana is mountainous, with a rough and broken topography as in the Sierra Pacaraima, Sierra Parima, and the Tumuc-Humac Mountains, but with a fair amount of mountain rain forest, except among the rockier masses, such as Mount Roraima”. Gillin identifica grupos indígenas encontrados na região e que ao longo do tempo desapareceram ou fundiram-se durante o pós-contato: Arawak, Awaké, Carib, Kaliána, Maku, Múra, Sáliva, Sirianá, Tupí e Waraú.

Em 1998, os Pemón totalizavam cerca 10.000 indivíduos e, assim como nas demais comunidades indígenas da Amazônia, vem sendo alvo de ações religiosas por parte da Igreja Católica e das protestantes.

Desde 1930 los capuchinos han adelantado entre ellos un programa misional muy intenso y han fundado 4 centros de importancia: Santa Elena (1931), Kavanayén (1942), Kamarata (1945) y Uonkén (1959). A la influencia del catolicismo se suma la influencia protestante en el Sur de su territorio y con él, la formación de comunidades, pemón típicamente adventistas que difieren radicalmente del resto de la población (MUÑOZ CABRERA, 1998, p. 17).

Situações similares são descritas por Azevedo (1999) na então Capitania do Grão-Pará e por Taylor (2003), que narram o processo de “evangelização” do século XVI. A expansão religiosa na Amazônia não se restringiu às sociedades indígenas. De dentre outros, Araújo (1991) e Peixoto (1991) revelam como os católicos e os protestantes vem influenciando a vida social de ribeirinhos e de camponeses amazônidas.

Apesar da região da grande savana ter sido conhecida mundialmente a partir de Arthur Conan Dayle em 1912 com a novela intitulada “The Lost World”, somente em 1929 ela é identificada como “La Gran Sabana” pelo explorador Juan Maria Mundo Freixas. No entanto, perante o Estado, este reconhecimento se dá em 1938, com o presidente Eleazar Lopes Contreras, quando ele decreta a formação de um grupo interdisciplinar para realizar estudos preliminares da área (MARRERO, [199-?]). A partir de então, tal área passa a ser o foco de atenção não só por aventureiros, como por cientistas, pelo poder público e pelo

turismo. Como exemplo cita-se uma passagem de Wickham (1872, p. 40) em uma de suas expedições na área: “[...] nada impressiona tanto a un viajero en estas latitudes, separado por tanta distancia de casa, como el cielo estrellado- la estrella polar tan alta en la tierra natal, aquí está apenas sobre los árboles. El sol se levanta y se esconde alrededor de las seis”. E também Crevaux (1883, p. 134): “[...] las rocas, los árboles están cubiertos de orquídeas. [...] La pujanza de la vegetación nos llama la atención. Unos árboles inmensos llevan en su tronco, a demás de masas de orquídeas, de bromeliáceas, de escolopendras y otros helechos, una maraña de bejucos aplastados”. A “Gran Sabana” passa a integrar uma área limítrofe entre três países, sendo disputada entre os segmentos diferenciados que vem transitando em seus domínios desde o século XV.

A tentativa de união de países latino-americanos com os da América do Norte remonta ao séc. XIX. A primeira tentativa do estabelecimento de limites entre o Brasil e a Venezuela se deu em 1852, por Miguel Maria Lisboa, o Barão de Japurá, que em Caracas apresentou como divisas as cabeceiras dos rios Içana, Aquio e Tomo até à ilha de São José, no rio Negro. De acordo com Ferreira, M. (1966), esta proposta não foi aceita em 1859, quando foi assinado um tratado de limites e navegação fluvial que delimitava os rios e áreas que pertenceriam a cada país.

Ainda sobre o norte da Amazônia, Chaves (1943) realiza um trabalho de resgate da gênese das convenções das fronteiras, partindo dos indicadores que orientam os conceitos de limites e fronteiras. Ele apresenta evidencia como primeiros documentos as bulas papais⁷, que dividiam o mundo no século XV, e, no pós-contato, o Tratado de Tordesilhas⁸ (1494), o Tratado de Madri⁹ (1750) e o Tratado de Santo Ildefonso¹⁰ (1777). Finalmente, ao abordar a política geográfica da região, o autor resgata os tratados de limites negociados durante o Segundo Império e que definiram as fronteiras com a Venezuela, o Peru e a Colômbia.

⁷De acordo com Ferreira M. (1996) se constitui em instrumentos através dos quais os papas intervinham nas questões de limites entre os países católicos, estabelecendo os domínios para além da Europa sobre as terras que descobrissem.

⁸Tratado assinado entre Portugal e Espanha em 1494, no qual o hemisfério foi demarcado em dois pólos, dando direito de posse a Portugal sobre as terras localizadas a leste da linha de 370 léguas traçadas a partir de Açores e Cabo Verde, e à Espanha as terras que ficassem ao lado ocidental dessa linha (HERMAN, 2000).

⁹Tratado assinado em 1750 entre Portugal e Espanha, por meio do qual foram pactuadas as demarcações do Brasil que pouco divergem das de hoje. Fixou os limites a partir do *Uti possidetis*, ou seja, princípio do direito francês que dizia que uma determinada área pertence a quem realmente a ocupa (FERREIRA, M., 1966.).

¹⁰ Tratado assinado em 1777, confirmando o Tratado de Madri pelo qual a Espanha ficou com a Colônia de Sacramento e a região de Sete Povos das Missões, e devolve a ilha de Santa Catarina para Portugal (HERMAN, 2000).

Todavia, ainda segundo o autor, existem percepções diferenciadas entre limite e fronteira,

[...] à luz do Direito Internacional, o limite tem uma representação física, geográfica, concreta, que se define por uma linha natural ou artificial, intelectual, traçada entre duas nações de comum acordo e que caracteriza para cada uma o fim de sua soberania e o princípio da do vizinho. [...] Enquanto que a concepção do limite é meramente do domínio físico e geográfico, como uma linha de separação que é a concepção de fronteiras paira em um ambiente mais elevado: político, étnico, econômico, certamente ligados as condições climáticas e geográficas (CHAVES, 1943, p. 14).

O contato entre Brasil e Venezuela já se fazia presente formalmente desde o século XIX pela via comercial, sendo efetivado entre Manaus e quatro regiões deste último país, sendo comum o contato interétnico entre os mesmos

As províncias ou Estados de Barinas e Apure, cujos habitantes são descendentes de espanhóis; a de Guyana, atravessada pelo Orinoco, que é a maior da República, e onde existem índios, mas predomina a raça européia; e o distrito chamado do Amazonas, povoado em geral por índios e mestiços (BASTOS, 1975, p. 165).

Bastos, na obra *O vale do Amazonas* ([1866] 1975), descreve as dificuldades de transporte e de contato entre a Venezuela e o Brasil a partir da navegação dos rios Amazonas e Negro. Vapores e batelões (embarcações robustas, construídas em madeira ou em aço com fundo chato, empregados para desembarque ou transbordo de carga nos portos (FONSECA, 2000, p. 170) transitavam sazonalmente na região em função do número de cachoeiras existentes no percurso, parte deste era feito a pé.

Vejamos agora o tempo necessário para uma viagem do centro do distrito Amazonas (na Venezuela) para Manaus (no Brasil). Eis aqui o número de dias descendo: de Maroa a São Carlos (Venezuela) há 2 dias de viagem. De São Carlos a São Gabriel (Brasil) 3 a 4. Para passar as cachoeiras de São Gabriel, 1 dia. De São Gabriel a Manaus descem os batelões em 17 dias; os expressos consomem só 14, com a demora em vários pontos. Total, para a descida de batelões de Maroa a Manaus, 24 dias. Quando sopra vento do sul a viagem é um pouco mais demorada. Subindo, porém, são precisos dois meses para fazer a mesma viagem nas atuais embarcações a vela (BASTOS, 1975, p. 168).

Mesmo assim, para os distritos limítrofes, o comércio com Manaus era mais fácil e rápido do que com portos venezuelanos.

Os primeiros contatos diplomáticos entre Venezuela e Brasil iniciaram em 1842, com a nomeação por parte do Império do Brasil de Miguel Maria Lisboa como encarregado de negócios da Venezuela à conclusão de um tratado de limites entre os dois países. Assim,

exceto pela questão de definição de fronteiras comuns, de acordo com Garcia Herrero (1998), estes países durante os séculos XIX e início do XX mantiveram-se distantes.

A proposta de demarcação da fronteira entre os Estados Unidos da Venezuela e Estados Unidos do Brasil teve início em 1882, a partir do estabelecimento de uma comissão mista que definiu o seu ponto de partida na principal nascente do Memachi até o Serro Cupy. Mais especificamente, o processo começou de fato no ano de 1883, por ocasião de uma reunião em Caracas, proposta pela Venezuela que ocorreu durante as comemorações do centenário de nascimento de Simon Bolívar, general considerado o responsável pela libertação de cinco países sul-americanos do domínio espanhol: Venezuela, Colômbia, Bolívia, Peru e Equador (FISHER, K., FISHER, M. 2006).

No entender do governo proponente, uma “União Americana” teria um caráter

[...] eminentemente Americano humanitario y previsor, en cuyo desarrollo puedan asegurar las Republicas Hispano Americanas positivos bienes providenciales, han adoptado oficiosamente y ad referéndum los puntos siguientes. [...] Que las Naciones Americanas mencionadas tienen el deber de ampararse recíproca y conjuntamente para obtener la integridad de sus territorios de conformidad con el principio de Uti Possidetis de 1810, que como el primero de los dogmas de su derecho público aceptaron y reconocieron desde el día de su soberanía, y que por tantos años han venido sosteniendo y respetando (BRASIL, 1884, p. 210).

Até então, o estabelecimento dos marcos fronteiriços, era realizado a partir de um levantamento feito com o emprego de bússola, telêmetro fleuriais (instrumento de precisão destinado a medição de distâncias em tempo real (WIKIPEDIA, 2008)) trena e trânsito de Gurley ou teodolito, que segundo Espartel (1975, p.78) é utilizado para medir simultaneamente os ângulos horizontais e verticais. As expedições levavam meses para serem planejadas e executadas, haja vista a logística necessária para que acontecessem, de acordo com Brasil (s.d., p. 8) “[...] os marcos foram colocados no divisor, em lugares cortados por caminhos e em gargantas, ou em pontos que eram caminhos naturais na cadeia de montanhas, através dos quais passarão futuramente estradas e picadas”. Um grande contingente de homens era envolvido no processo e dificuldades de toda ordem se faziam presentes, sendo inclusive necessário o auxílio de indígenas que habitavam as áreas próximas, fato recorrente até os dias atuais.

Com a temática *Acordos Bilaterais da Venezuela, no Âmbito do Direito Internacional*, Picón (1995) analisa os acordos estabelecidos pela Venezuela no período que vai de 1835 a 1991. Neste trabalho, a autora investiga a política e a prática bilateral

venezuelana, comparando os acordos firmados pela República. Enfatiza ainda ser importante conhecer o processo, a fim de que possa ser estruturada de fato uma política exterior que obedeça a um projeto de ação política do estado venezuelano como um todo e não de determinado governo ou gestor.

Os termos “acordos” ou “tratados” são, segundo a autora, passíveis de serem utilizados como sinônimos. Ainda conforme Picón (1995, p. 25), compreende-se por tratado internacional:

Cuando los representantes de Estados (sean los jefes de Estado y sus Ministros de Relaciones Exteriores) negocian sobre determinadas materias con el fin de firmar un convenio entre ambos, después de que cada uno de ellos da y exige hasta donde su gobierno se lo permite; cuando tales representantes después de conversar, discutir y negociar llegan a un acuerdo y tal acuerdo se concreta en un tratado, este es la formalización escrita del acuerdo.

Note-se, neste ponto, que a Convenção de Viena (1969) entende por tratado “[...] um acuerdo internacional celebrado por escrito entre Estados y regido por el derecho internacional, ya conste en un instrumento único o más instrumentos conexos y cualquiera sea su denominación particular” (apud PICÓN, 1995, p. 25). Já para Jimenez de Arechaga (1960, p. 101), a definição de tratado não deve se restringir apenas a dois países, precisando ser ampliada e incluir “[...] los acuerdos entre Estados e organizaciones internacionales inter-se”. Como exemplo, cita o tratado trilateral acerca do ponto de convergência na fronteira entre Venezuela, Brasil e Grã-Bretanha, firmado em 1932.

Ao fazer uma retrospectiva das matérias da prática bilateral venezuelana no século XX com diversos países, Picón (1995, p. 75) apresenta uma quantificação dos acordos realizados, que aparece na Tabela 3.

Tabela 3: Acordos bilaterais venezuelanos no século XX

SETOR	Nº DE ACORDOS	%
Agrícola	03	0,9
Amizade e Cooperação	11	3,4
Arbitragem	08	2,4
Científicos	59	18,1
Comerciais	16	4,9
Culturais	57	17,5
Delimitação	25	7,6
Econômico e Industrial	18	5,5
Energia nuclear com fins pacíficos	05	1,5
Entorpecentes	19	5,8
Extradição	05	1,5
Migração	02	0,6
Pesqueiros	02	0,6
Radiodifusão	21	6,4
Seguridade social	17	5,2
Soberania sobre ilhas	02	0,6
Solução de problemas fronteiriços	22	6,7
Transporte aéreo	18	5,5
Tributação: empresas de transporte	10	3,1
Vários (*)	06	1,8
TOTAL	326	99,6

Fonte: Quaresma (2008) a partir de Pincón (1995).

(*) Comunicação; mecanismos de consulta de alto nível; postal filatélico; restabelecimento de convênios internacionais; religião; seqüestro de naves aéreas e marítimas.

Percebe-se que há uma predominância de acordos relacionados às questões científicas e culturais. Tal situação pode ser justificada pela importância dada aos setores científicos e tecnológicos, bem como os culturais, em detrimento às questões ambientais. É importante ressaltar que tal cenário na América Latina não é privilégio apenas quando se relaciona ao Brasil. Nos demais países onde já foram estabelecidos acordos internacionais, este padrão também é presente, haja vista a necessidade de se investir em áreas consideradas de ponta, como indústrias petroquímicas, biotecnologia, informática, siderurgia etc.

Em 1973, foi firmado em Santa Elena um convênio básico de cooperação técnica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela. Seu objetivo foi o de “[...] fortalecer as relações amistosas existentes entre os dois países sobre a igualdade, a soberania e o benefício mútuo”, sendo destacado o fato de que ambos estavam “[...] conscientes de que o turismo representa um fator de integração e entendimento entre as nações” (BRASIL, 2007a, não paginado). Em 1979, foi acordado um ato bilateral na área de turismo entre os dois países, relativo a um Acordo sobre isenção de

visto em passaporte diplomático. Em 2000, foi firmado um ajuste complementar ao Convênio básico de cooperação técnica para cooperação turística, promulgado pelo Decreto n°. 4.351, de 21 de maio de 2002 (BRASIL, 2007b), apresentando uma série de artigos que contemplam ações particulares do mercado, de capacitação de planejadores e de gestores da atividade, de eventos, intercâmbios e de matérias técnicas reguladoras da atividade.

Verifica-se, no entanto, que as áreas relacionadas diretamente com áreas protegidas e com turismo não foram, no século XX, prioritárias pelo governo venezuelano, com exceção do Acordo sobre Circulação de Turistas firmado em 20 de junho de 1990 com o Brasil, com objetivo o de facilitar os fluxos turísticos, aéreos, marítimos e terrestres de nacionais de cada um dos países em território do outro. A partir deste acordo, venezuelanos e brasileiros em viagens de turismo com seus passaportes e formulários de entrada e saída preenchidos podem permanecer em território brasileiro e venezuelano por 60 dias, sem necessidade de formalidades de caráter migratório e vice-versa. Este período pode ser prorrogado por mais 60 dias, mediante pagamento/cumprimento das formalidades exigidas em cada um dos países. Segundo com Picón (1995), a vigência do acordo prorroga-se automaticamente a cada dois anos, desde então.

Apesar desse aparato legal, no entanto, as questões ambientais e sociais (populações indígenas) não são mencionadas. Isso evidencia uma desarticulação de fato com questões que naquele momento já se apresentavam como fundamentais para a efetivação de um turismo pautado na sustentabilidade. Pouco ou quase nada se avançou nesta direção, sendo produzido um discurso pautado por uma retórica pseudo-sustentável e cartesiana.

No que diz respeito aos atos em vigor estabelecidos entre Brasil e Guiana, a maioria deles se concentra nas áreas minero-metalúrgicas, agroindustriais e de transporte (BRASIL, 2007c). Talvez pelo fato de a região fronteira ter uma área com um dos índices populacionais menores e por ainda não haver sido concluída a ponte que liga Lethem (Guiana) a Bonfim (Brasil), os acordos não abrangem setores como o turismo e a questão ambiental.

Na realidade, a preferência por áreas relacionadas a questões culturais e científicas (35,6 %) está relacionada a problemas concretos enfrentados por estes países e que precisavam naquele momento ser solucionados. No entanto, a Venezuela já estabeleceu acordos na área de turismo com outros países (conforme o Quadro 1) que não fazem fronteiras com o mesmo. Com o Brasil, um país limítrofe, há somente um acordo nesta área.

NOME	PAÍS	DATA	OBJETIVOS
Acordo de Colaboração Turística	Itália	01/04/1987	Empreender a colaboração na área do turismo, intensificando e estimulando o movimento de turistas e material promocional; favorecer e intensificar a comercialização e transporte entre os dois países; promover pacotes turísticos dirigidos para o turismo educativo, social e juvenil; fazer intercâmbio e formação de técnicos especializados na área.
Convênio de Cooperação Turística	México	11/02/1988	Fomentar o conhecimento entre os povos e a colaboração técnica na área de turismo a fim de intensificar e estimular o movimento turístico, em especial a grupos que desenvolvam o turismo social e juvenil.
Acordo de Cooperação Turística	Uruguai	18/10/1989	Estabelecer vínculos institucionais entre os organismos oficiais de turismo; coordenar, por meio dos órgãos oficiais de turismo, ações necessárias para o setor público e privado incrementarem correntes turísticas entre ambas as nações, outorgando-lhes facilidades.

Quadro 1: Acordos na área de turismo entre Venezuela e demais países.

Fonte: Quaresma (2008) a partir de Pincón (1995).

Em função da proximidade com o Brasil, o esperado seria que os acordos com os países limítrofes fossem em maior número. Isso se justificaria pelo fato de compartilharem entre si fluxos e potencialidades nas áreas de turismo e gestão ambiental. Vale ressaltar que o Protocolo de “La Guzmania” assinado em 1994 se constituiu em um importante marco para o incremento da cooperação bilateral entre Brasil e Venezuela, facilitando o processo de ação diplomática entre ambos.

O século XX se apresentou como o período em que a Venezuela abre suas portas para a consolidação capitalista, tentando romper com o passado e entrar no século XXI com uma perspectiva modernizadora. No dizer de Sosa (1992), isso significa romper com uma estrutura complexa no âmbito econômico, social, político e cultural. Neste sentido, faz-se necessário rever e enfatizar o papel das organizações civis, a participação cidadã e do Estado, uma vez que a sociedade necessita organizar-se para a defesa dos diferentes interesses setoriais. Para tanto, cabe ao Estado uma atitude de abertura e de comunicabilidade acerca das questões “públicas”, a fim de que a vitalidade social e política sejam mantidas.

Tal postura não implica em enfraquecimento da governabilidade, ao contrário, no dizer de Sumiaga (2000), fortalece o repensar acerca da estrutura e do processo de governabilidade em “los regimenes internacionales”. De acordo com Keohane (1988, p. 81), entende-se por “regimes internacionales”

[...] conjuntos de principios explícitos o implícitos, normas, reglas y procedimientos decisionales en torno a los cuales convergen las expectativas de los actores, en una determinada área de las relaciones internacionales. Los principios son convicciones de hecho, causalidad y rectitud. Las normas son pautas de conducta definidas en términos de derechos y obligaciones. Las reglas son prescripciones o proscriciones específicas para la acción, y los procedimientos decisivos son las prácticas que prevalecen para hacer e implementar elecciones colectivas.

Na realidade, o que o autor enfatiza é o fato de que em âmbito internacional o papel real dos governos não é só o de agir em níveis cooperativos, mas também em situações de conflito nas mais diversas áreas, facilitando a diminuição de incertezas.

No dizer de Sumiaga (2000), a participação em um regime internacional possibilita práticas comuns, conhecidas da comunidade, descentralizadas e que permitem o desenvolvimento de condutas conjuntas em prol de objetivos comuns na esfera internacional. No entanto, este processo tem graus de efetividade diferenciados em função do multilateralismo que permeia o processo. Assim, há necessidade de uma perspectiva integradora que permita o desenvolvimento de ações conjuntas intersetoriais, possibilitando a conjugação de esforços e o fomento de capital social.

A fronteira do Brasil com a Venezuela, de acordo com Silveira, F. (1979, p. 134),

[...] tem seu ponto de tri-junção nas fronteiras Brasil – Colômbia – Venezuela, no talvegue do rio Negro, e segue por uma reta, no rumo 51° 06' 23" SE, até o marco mais oriental construído na margem esquerda do mesmo rio. Desse marco, por uma linha geodésica no azimute verdadeiro de 48° 16' 45", L SE, até o marco colocado no meio do Salto do Huá, no canal de Maturacá. Daí por uma reta no rumo aproximado de 10° NE até ao cerco de Cupi. Deste cerro, prossegue pelo divisor de águas das bacias do Amazonas e Orinoco passando pela cumeada das seguintes serras: Imeri, Tapirapecó, Curupira, Urucuzero, Parima e Pacaraima, o ponto de tri junção das fronteiras Brasil-Venezuela-República da Guiana.

As expedições demarcadoras realizaram-se entre os anos de 1879 e 1884, tendo sido o chefe da Comissão Brasileira o Tenente-Coronel Francisco Xavier Lopes de Araújo, o Barão de Parima. Os documentos de natureza legal que então orientaram o processo demarcatório foram o Tratado entre o Império do Brasil e Venezuela, de 5 de maio de 1859; o Protocolo de Caracas, firmado entre Brasil e Venezuela em 9 de dezembro de 1905; e o Protocolo do Rio de Janeiro, relativo à demarcação da fronteira brasileiro-venezuelana, concluído em Caracas, em 7 de novembro de 1929 (SILVEIRA, F., 1979, p 135). Assim sendo, com relação a Venezuela, F. Silveira (1979, p. 136) informa que “[...] a fronteira se desenvolve em 2.199 km dos quais cerca de 2.100 km em vertentes e 99 km em linhas geodésicas”.

A partir de 1938 o Brasil e a Venezuela criaram embaixadas, e em 1944 foi fundado o Instituto de Cultura Brasil-Venezuela no Brasil, como fruto de um convênio de intercâmbio cultural firmado em 1942. Mas foi só a partir da década de 1970 que ambas as nações realizaram estudos para viabilizar as possibilidades de intercâmbio comercial.

A tal efecto se constituyo un Grupo de Comercio cuya principal función fue la de propiciar la expansión y diversificación del intercambio bilateral, mediante el inicio o ampliación de las exportaciones de uno a otro país, el estímulo a la asociación de capitales venezolanos y brasileños, como en la prestación de servicios y el estudio de mecanismos institucionales adecuados para el fortalecimiento del comercio fronterizo e interregional. También fueron trabajados, mediante la conformación de grupos de trabajo bilaterales aspectos de importancia en los campos de la complementación industrial y de la cooperación técnica (GARCIA HERRERO, 1998, p. 110).

Desde então se sucederam outras iniciativas, que envolveram inclusive outros países limítrofes e deram origem ao Tratado de Cooperação Amazônica¹¹ firmado em 1978. Ainda de acordo com Garcia Herrero (1998), este tratado visava ao uso racional dos recursos naturais e ao zelo pelas atividades etnológicas, arqueológicas e ambientais e a criação de uma infra-estrutura de comunicação.

Na década de 1980, as relações bilaterais tiveram uma expansão enorme, principalmente na área comercial. Dez anos depois, esta ampliação se expandiu para a área política, com o objetivo de estimular a cooperação técnica entre ambos os países e de propor projetos específicos de interesses comuns nas áreas fronteiriças, a partir da criação de um Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Bilateral. Para García Herrero (1998, p. 13),

[...] a partir de ese año los planes de cooperación e integración entre los dos países, orientada hacia la consolidación en la región de un espacio económico integrado, se convirtió en eje central de las prioridades bilaterales, con el objeto de preservar las preferencias y ampliar los flujos de comercio ya existentes. [...] También a partir de ese año los planes de cooperación bilateral han tenido la misión de lograr un desarrollo sostenible tanto en los territorios del Norte brasileño como del Sur venezolano, en vista de la necesidad de dinamizar los flujos de comercio en las zonas fronterizas.

No que importa à “Guiana Inglesa”, D’Azambuja (1892, p. 159) faz uma retrospectiva histórica da posse da área e enfatiza que, na realidade,

¹¹ Acordo assinado entre Brasil, Colômbia, Suriname, Guyana, Bolívia, Peru, Equador e Venezuela.

A posse do rio Branco e de suas vertentes pelos portugueses vem de muito longe, desde 1639; a sua exploração pelo capitão Pedro da Costa Favelha começou no ano de 1670-1671; seguiram-se as do capitão Pedro Ferreira e Christovão Ayres Botelho, nos anos de 1700 e 1736, e do capitão Francisco Xavier de Andrade e José Miguel Ares, em 1740, e mais tarde da comissão científica de que acima se faz menção.

Inicialmente, a Coroa Britânica encarregou a Robert Schomburgh fixar os limites da Guyana Inglesa e o Brasil, não sendo a referida expedição de 1837 apenas uma empreitada “puramente científica e inocente” como era dito na época; na realidade, como documentado por D’Azambuja (1892, p. 144), Schomburgh foi incumbido de “[...] assinalar os limites da Guyana Inglesa com o Brasil, à revelia deste último”.

Mattoso (1898, p. 47) evidencia que o território da Guyana na época era ocupado por “[...] cinco estados diferentes – Venezuela, Inglaterra, Holanda, França e Brasil”. A área foi foco de atenção destes países que procuraram povoá-la não só pela fertilidade do solo, mas em busca do El Dourado¹² e das nascentes de rios de ouro. La Condamine enfatiza ser possível apontar a região da “Guianne ou Guyana” como o local onde se encontra o El Dourado. Esta se estende do Orinoco ao Amazonas, podendo ser dividida de acordo com seus “possuidores” do ocidente para o oriente, conforme visualizado no Quadro 2,

DENOMINAÇÃO	LIMITES
Guyana Portuguesa	Cedida pela França – margem setentrional e ocidental do Amazonas até o rio Yapoco (Oiapoque)
Guyana Francesa	Cayena, e o espaço entre o Oyapoc e Marawini (maroni)
Guyana Holandesa	Rio Marawani e termina no Essequibo
Guyana Hespanhola	Essequibo e o Orinoco

Quadro 2: Divisão e limites da região das Guianas¹³.

Fonte: Quaresma (2008) apartir de Mattoso (1898).

Em sua obra, Mattoso (1898) resgata todas as notícias, expedições e trabalhos produzidos acerca do país do ouro e riquezas extraordinárias, em uma região localizada entre os rios Negro, Branco e Essequibo, conforme pode ser evidenciado no Quadro 3

¹² Cidade perdida, construída em ouro que viajantes buscavam encontrar no Novo Mundo.

¹³ Entende-se como região das Guianas a área que compreende a Guiana Inglesa, Guiana Francesa e o Suriname.

ANO	EXPEDIÇÃO
1498	Cristovão Colombo – avistou o continente
1499	Alonso de Ojeda e Américo Vespúcio – Suriname, rio Doce e rio Essequibo
1500	Vicente Ianes Pinzón – bocas dos rios Amazonas, Oiapoque e Orinoco
1531	Juan Gonzáles* – exploração do extremo norte da Guiana
1537	Gonçalo Pizarro – busca da cidade “Gran Príncipe”**
1540	Orellana e Pedro Ursúa – exploração do rio Amazonas
1545	Felippe Hutten on Utre – viajou pelas Guianas
1576	Expedições holandesas pela Guiana
1595	Walter Raleigh e Francis Drake – expedições saqueadora na Guiana
1604	Laravardiere
1618	Walter Raleigh – expedições militar e bélica
1624	Expedições francesas – fundação de Caiena
1667	Expulsão dos ingleses do Suriname pelos holandeses
1687	Padre Ignácio Llaury – conversão dos índios
1695	Frades carmelitas e jesuítas portugueses – catequese de índios desde o rio Amazonas à Guiana
1717	Missões jesuíticas espanholas pelos rios Cuchivero, Orinoco e Amazonas
1725	Padres carmelitas – catequese no rio Branco, rio Amazonas e rio Orinoco
1732	Padre José Gumilla e Bernardo Rotella – expedições missionárias
1740	Invasões inglesas na Guiana
1741	N. Horstman – rio Essequibo e rio Branco
1778	Francisco Xavier Ribeiro – estudos geográficos pelo rio Branco e Guyana
1781	Lacerda de Almeida – rios Rupununi e Essequibo
1787	Manoel da Gama Lobo e Almada – elaborou importantes trabalhos sobre o rio Branco e rio Essequibo
1787	José Simões de Carvalho – realizou trabalhos sobre o rio Branco e rio Essequibo
1799	Inglaterra se apoderou da Guiana Holandesa
1800	Barão de Humboldt – viagem científica
1802	Restituição da Guyana aos holandeses
1803	Retomada do território pela Gran-Bretanha
1814	Ocupação oficial pela Gran-Bretanha
1828	J.W. Norie – expedição geográfica
1835 a 1839	Robert Schoumburgk – fins científicos e de demarcação de fronteiras

Quadro 3: Expedições à região das Guianas

Fonte: Quaresma (2008) a partir de Mattoso (1898).

(*)- Primeiro a ter contato com índios “Guyannos”.

(**)- Cidade cujas montanhas seriam cobertas de ouro.

A definição dos limites foi pautada por uma trajetória conflituosa e que até hoje tem repercussões de disputa pela Venezuela e Guiana do território conhecido como “zona de reclamación”. Esta área corresponde à porção ocidental da Guiana, que vem sendo reivindicada pela Venezuela há mais de 150 anos (VENEZUELA, 2006. não paginado). A área em questão corresponde a aproximadamente 167.830 km² e é denominada de Guiana Essequiba.

Esse processo de litígio remonta ao século XIX, por ocasião da constituição da chamada República da Grande Colômbia, em 1819. Neste período, a fronteira oriental colombiana era delimitada pelo rio Essequibo, e os principais acontecimentos políticos em torno da região são tratados por Mattoso (1898, p. 86) de forma minuciosa, ressaltando

[...] que culpa temos nós que a Hollanda, possuidora de um pequeno território, cedesse a outrem um pedaço e portanto muito menor? Pequeno ou grande foi o que lhe cederam, e o facto de ser menor que outras colônias não constituem direito para alargá-la usurpando de outros, territórios legitimamente adquiridos.

A disputa entre o Governo Britânico e a República da Venezuela estendeu-se por dezenas de anos. Segundo Parejo Hernandez (1998), a causa principal deste processo se deu a partir de 1841, quando a coroa britânica, na tentativa de ampliar seu domínio, tomando para si parte do território venezuelano, usando uma demarcação unilateral feita por Robert Schomburgk. O território de Essequibo foi a primeira área que passou por tal processo, posteriormente, em 1887 a pretensão se ampliou na tentativa de “[...]usurpar al río Orinoco y las poblaciones de Upata, Tumeremo, Guasipati y El Callao como regiones del dominio británico, parte de Ciudad Bolivar” (PAREJO HERNANDEZ, 1998, p. 329). Em seu trabalho acerca de sua viagem pela América o Sul em 1883 Crevaux esclarece que na época Ciudad Bolivar era denominada de Angostura, que segundo ele “[...] el nombre de Angostura le viene de su situación, en un punto donde el río se hace más estrecho, y también a una corteza amarga, y a un bitter muy apreciado” (CREVAUX, 1883, p. 305).

De acordo com a percepção venezuelana, essa atitude se justificava pela ambição da coroa inglesa pela busca de ouro, ferro e diamante, pela fertilidade do solo e do potencial hidroelétrico da área em questão. Entre 1835 e 1897 o território venezuelano foi subtraído de forma significativa pela coroa britânica. A partir de então, as relações entre Venezuela e Grã-Bretanha foram cortadas, tornando-se necessária a instauração do Tribunal Arbitral de Paris para mediar o conflito em questão. Em 1899 foi sentenciado que a Venezuela perderia o domínio sobre o território de Essequibo, conhecido como “Zona de Reclamación”.

O Tribunal decretou tal espaço sob litígio em favor da Gran-Bretanha, sendo alegado que a área era “despovoada” na época. O processo ficou conhecido como *Laudo de Paris*, e engendrou diversas crises entre os dois países, culminando inclusive com rompimentos diplomáticos (VENEZUELA, 2006). Um farto material acerca da questão foi produzido e aglutinado em uma coletânea das inúmeras cartas e documentos (VENEZUELA,

1896) que abordam a questão da delimitação das fronteiras entre a Guiana Inglesa e a Venezuela.

O primeiro Tratado de Arbitragem referente à questão se deu em 1901, no qual o rei da Itália foi nomeada árbitro. Somente em 1926, pelo Tratado Geral de Limites, é que ocorre a delimitação da atual fronteira com a Guiana Inglesa (FERREIRA, M., 1966). A validade do primeiro parecer dado vem sendo questionado desde então em função da tendenciosidade da questão, na qual não foi permitida a participação de nenhum venezuelano no processo, sendo inclusive feita uma reclamação oficial a ONU em 1962, relatando as irregularidades presentes no litígio. Desde então, a Venezuela empenha-se no sentido de recuperar a posse definitiva de sua área.

Esse fato ainda se constitui em motivo de tensão entre os dois países, que se agravou por ocasião da independência da Nova República da Guiana no ano de 1966. Em 1970 foi estabelecido o Protocolo de “Puerto España” a partir do qual Guiana e Venezuela acordaram congelar as negociações acerca da posse territorial sobre a Zona de Reclamación por doze anos. De acordo com Venezuela (2006, p. 2), tal acordo foi rompido em 1981 e

[...] actualmente, los gobiernos de ambos países siguen buscando una solución al problema, y han anunciado reiteradamente que la controversia está próxima a resolverse. Es así como, estando a la espera de una respuesta definitiva, el territorio situado al Oeste del Río Essequibo sigue presentando en el mapa de Venezuela rayas diagonales que lo identifican como un “Territorio en Reclamación (VENEZUELA, 2006. não paginado).

A história das relações diplomáticas consensuais entre Venezuela e Guiana é relativamente recente. Até o período em que foi colônia inglesa (séc. XIX), era denominada de Guyana Britânica, passando a se constituir no *locus* da política expansionista inglesa, que, no dizer de Parejo Hernandez (1998, p. 329), foi feita “[...] a costa de la integridad de la frontera venezolana”. Esta postura expansionista acarretou embates das mais diversas ordens que deixaram dissabores vistos até hoje nas relações entre ambos.

O episódio marcou de maneira incisiva as relações diplomáticas entre ambos os países, que, segundo Pajero Hernandez (1998, p. 330) podem ser caracterizadas por três momentos, conforme o Quadro 4:

PERÍODO	ACONTECIMENTOS
1º período: 1966-1970	Início das relações diplomáticas; difíceis negociações e tensões constantes. Protocolo de Puerto Espanha (1970) = congelamento dos conflitos por 12 anos.
2º período: 1970 -1983	Descongelamento do protocolo, avanço e melhora das relações que oscilaram com momentos de acusações mútuas e violentas; a partir de 1978 os acordos de cooperação cultural, científica e econômica são firmados e no início da década de 1980 as tensões retornam.
3º período: a partir de 1983	Em 1987 novos acordos bi-laterais se processam, destacando-se a “Prevención, Control y Represion del Conumo y Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Substancias Psicotrópicas” e a “Supervisión de Visas em Pasaportes Diplomáticos”; a partir da década de 1990. Período de diálogo, tendo como intermediador a ONU; a partir de 1994 as relações se dão em busca de uma solução para os impasses que satisfaça a ambos os países.

Quadro 4: Periodização das relações entre Venezuela e Grã-Bretanha.

Fonte: Quaresma (2008) a partir de Parejo Hernandez (1998).

Os avanços nas relações entre Venezuela e Grã-Bretanha podem ser considerados como reflexo da maturidade das ações entre ambos. Com relação aos problemas demarcatórios entre Venezuela e Inglaterra, bem como de invasões de territórios, Figueiredo, L. (1936, p. 24) afirma:

Os ingleses, ciosos de tudo que lhes pertence, guardam suas fronteiras com soldados de polícia, que evitam o exodo dos habitantes para nossos domínios. Os missionários britânicos fundaram missões ao longo da fronteira com o fim inteligente de organizar uma propaganda entre os índios Macuxis e Uaupichanas. A emigração tem sido formidável e, si não houver uma providencia do governo, será total.

Neste período era comum o “civilizado” invadir o domínio dos “íncolas” apropriando-se de seus espaços para a criação de gado. “O índio¹⁴ protesta... as autoridades dormem... os ingleses ganham braços para o trabalho” (FIGUEIREDO, L., 1936, p. 26), entende-se por indígena os “[...] descendentes dos habitantes de um país antes de sua colonização, cujos direitos ainda não estão plenamente reconhecidos [...] vivem, normalmente, em um território específico e tem seus próprios e distintos modos de vida social e cultural” (GRAY, 1995, p.

¹⁴ Macuxis, Uaupichanas e Tauprepã.

111). Em seus relatos Figueiredo (1936) enfatiza que toda atividade comercial na área se efetivava a partir da “villa de Boa Vista”.

Essa bella cidadezinha está localizada a alguns kilometros a jusante da fortaleza de São Joaquim que os portugueses, em 1765, construíram na foz do rio Tucutú, hoje já inexistente. É de crer-se que a villa ocupe actualmente o mesmo local em que os carmelitas, em 1725 organizaram uma das suas missões (FIGUEIREDO, L., 1936, p. 27).

Os trabalhos de demarcação desta região foram realizados por uma comissão mista Brasileiro-Britânica no período de 1930 a 1938, sendo a equipe brasileira chefiada pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Braz Dias de Aguiar. No dizer de Ferreira, M. (1966), somente a partir de 1930 é que os limites são reconhecidos pela Venezuela e Inglaterra e o Monte Roraima é apontado como área de triangulação destes limites.

A definição dos limites da Guiana com o Brasil foi estabelecida no início do século passado. No entanto, tal questão remonta a segunda metade do século XIX, quando o Governo Imperial do Brasil protestou contra a indevida penetração inglesa na região do Pirara – ao norte e oeste dos rios Cotingo e Tacutu, fronteira oeste da Guiana, junto à Venezuela. Em 1901 foi assinado em Londres o Tratado de Arbitramento, pelo qual Brasil e Inglaterra submetem o litígio ao rei da Itália.

O processo de definição de limites teve início em 1904. A legislação e demarcação da fronteira da Guiana e do Brasil foram estabelecidas a partir do Tratado Geral de Limites entre o Brasil e a Grã-Bretanha, assinado em Londres a 22 de abril de 1926. Foi acordada a delimitação de áreas ribeirinhas, na fronteira entre o Brasil e a Guiana Britânica, concluída em Londres por troca de notas, de outubro e novembro de 1932, e fixação dos limites entre o Brasil e a Guiana Britânica nas Notas trocadas no Rio de Janeiro, a 15 de março de 1940. A partir de então, segundo Silveira, F. (1979, p. 152), a fronteira com a Guiana passou a ser estabelecida por 1.606 km, dos quais 816 km em vertentes e 790 km em cursos de água. Ficou determinado que a fronteira entre o Brasil e a Guiana Britânica partiria desde o ponto de Trijunção Brasil-Guiana-Venezuela, na serra Pacaraima, ao longo dos rios Mau (ou Ireng) e Tucutú, assim como a Serra Acaraí, até o ponto de Trijunção Brasil-Guiana-Suriname.

A constituição da fronteira Brasil/Guiana se colocou como mais uma ação exógena a um território que já era tradicionalmente zonificado. O processo se constituiu em meio às turbulências oriundas da independência da Guiana, permeada por conflitos étnicos

entre afro-guianenses e indo-guianenses, principalmente no litoral. Tais turbulências prolongaram-se até a década de 1960, quando, por ocasião de mais uma pressão sobre os revoltosos, entre eles os Wapichana, exilaram-se na Venezuela e Brasil, passando assim a haver o trânsito de um grande contingente populacional por estes países.

O saldo do processo, segundo o trabalho de Baines (2004), é a constituição de um país fragmentado pelos conflitos político-partidários e que pouca ou nenhuma atenção dá aos indígenas. Este contexto é evidenciado na maioria dos países sulamericanos. O Brasil, neste sentido, vem se constituindo na alternativa econômica existente para os Wapichana, fazendo com que a cada dia a migração indígena se efetive para o estado de Roraima.

O Monte Roraima está localizado em uma área considerada uma das mais antigas do continente americano, sendo produto de um processo de evolução/acumulação contínua de areia e outros sedimentos. “[...] O pacote de sedimentos chega, hoje, até 3.000 m de espessura” (MELCHIORRI, 1990). Sua formação geológica começou há 1,7 ou até mesmo 2 bilhões de anos, integrando o Escudo Guianense, e seu componente biótico começou a formar-se há 120 milhões de anos, com espécies vegetais encontradas somente nesta parte do mundo.

Sobre seu cume convergem as fronteiras do Brasil, Venezuela e Guyana e o local ficou conhecido como ponto tríplice. Segundo a Venezuela Virtual (2006, p. 3), o Monte é

[...] compuesto de curarcitas y areniscas con algunos lechos delgados de pizarra, es un importante relieve tabular en forma de meseta, presentando una cumbre totalmente plana y paredes verticales, en las cuales se precipitan bellos saltos de agua. En sus vertientes se avenan aguas para los sistemas Del Essequibo, Del Amazonas por el pequeño río Contingo, y del Orinoco por el río Arobopó, afluente del Kukenán. Tienen gran importancia las especies vegetales endémicas que son, por otro lado, muy escasas.

O interesse pela área se deu a partir do século XIX, quando a Real Sociedade Geográfica Inglesa passou a financiar pesquisas para áreas até então desconhecidas, como África, Austrália, Himalaia, dentre outras. As primeiras expedições para o Roraima foram lideradas por Robert Schomburgk (1835, 1838) e Richard Schomburgk (1845). Desde então muitas outras foram realizadas (Quadro 5), até a chegada efetiva ao topo, em 1884.

PERÍODO	EXPLORADOR
1835 e 1838	Robert Schomburgk
1845	Richard Schomburgk
1864	Karl Ferdinand Appun
1869-1872	Charles Barrington Brown
1877	Flint e Eddington
1878	McTurk e Daddan Wetham
1883	Henry Withely
1884 (chegada ao topo)	Everard Im Turn e Harry I. Perkins
1894	McConel
1898	Quelch
1900, 1905 e 1910	Comissão de Limites
1911	Teodor Koch Grunberg
1916	Clementi
1927	G.H.H. Tate
1927	Marechal Rondon
1931	Comissão de Limites

Quadro 5: Expedições exploratórias ao Monte Roraima.

Fonte: Quaresma (2008) a partir de uma proposta de Ligia T. L. Simonian.

A última expedição (1931) foi a que definiu o limite das fronteiras entre Brasil, Venezuela e Guiana e deu início à construção do “marco zero”. Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores (BRASIL, 1934, p. 8), “[...] de acordo com as Instituições e Ata da 7ª Conferência, os marcos foram colocados no divisor, em lugares cortados por caminhos e em gargantas, ou em pontos que eram caminhos naturais na cadeia de montanhas, através dos quais passarão futuramente estradas e picadas”. Até hoje, na medida em que se deterioram ao longo do tempo, os marcos são trocados, havendo um constante monitoramento e manutenção dos mesmos.

A denominação Roraima advém de Roroima, cujo significado é *Roroi* – árvore frutífera – e *Ma* – grande –. Constitui-se no mais alto tepuy da região da “gran sabana” e, segundo Marrero ([199-?], p. 131), a primeira menção feita ao Monte data de 1596, na obra de Walter Raleigh sobre a Guiana, chamando-o de Montanha de Cristal. Júlio Verne, em sua obra *O Majestoso Orinoco*, de 1898, também faz menção ao Monte.

Ele integra um grupo de maciços que se enfileiram ao longo da linha geodésica fronteira da Venezuela e da Guiana. Corta o vale do rio Kameiran, numa extensão de cerca de 35 km e separa as águas que se direcionam para os rios Orinoco e Mazaruni. O alto do Monte (ver Fotografias 2 e 3) tem a forma de uma mesa tabular de arenito (planalto) com cerca de 40 km², formado por rochas sedimentares integrantes do Supergrupo Roraima (REIS; CARVALHO, 1996). As informações de Marrero (199-?, p. 131) indicam que a rota

de acesso ao cume do Monte ainda hoje é a mesma utilizada pelos ingleses Evereard In Thurn e Harry I. Perkins em 1884.



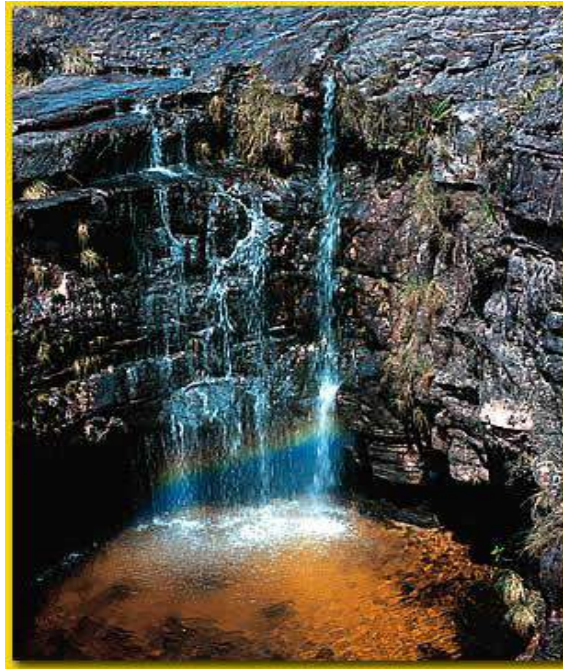
Fotografia 1: Monte Roraima.
Fonte: IBAMA (2005).



Fotografia 2: Vista parcial do Monte Roraima
Fonte: GOOGLE (2005b).

De acordo com Reis (2006, p. 1), “[...] suas escarpas verticais com mais de 500 metros de altura da base ao topo são formadas por arenitos com quase 2 bilhões de anos”. Geologicamente, constitui-se em um marco da estratigrafia do Supergrupo Roraima. Ante a

erosão produzida pelo vento e pela água, possui fendas das mais diversas alturas e larguras que dão origem a quedas de água que se direcionam aos rios da região ou que os formam (Fotografia 3).



Fotografia 3: Quedas d'água que dão origem a rede hidrológica da região.
Fonte: GOOGLE (2005a).

Do ponto de vista hidrológico, é no Monte Roraima que as nascentes de vários rios se encontram. O rio Cotingo é um deles e suas águas atravessam os terrenos sedimentares e planaltos no seu percurso (FREITAS, A., 2001). É ainda Freitas, A. (2001) quem evidencia que o rio Mau também tem suas cabeceiras no Monte e é o demarcador natural da fronteira Brasil-Guiana. Seus principais afluentes pelo Brasil são os rios Uailan e Cana e, pela Guiana, Cacó, Dacã e Socobi.

Por ser uma área inserida no limite de três países diferentes, apresenta particularidades diversas, bem como similaridades, que vão da questão cultural (o fato de integrar comunidades indígenas), à natural, (o fato de serem UC legalmente constituídas ou em via de serem constituídas, como no caso da Guiana). Do ponto de vista estritamente legal no âmbito dos respectivos países e das convenções internacionais, tais áreas teriam que ser “utilizadas” de modo a não acarretar impactos antrópicos de grande porte. Ressaltam-se estas peculiaridades conferindo-lhes uma possibilidade ímpar no que diz respeito à gestão e

conservação da biodiversidade, e à possibilidade do estabelecimento de um programa internacional de uso e gestão ambiental.

2.1 O MONTE RORAIMA NA VENEZUELA

Ao se perceber o tapete verde de savanas e a proximidade do céu azul, experimenta-se um sentimento de liberdade e leveza. É como se o indivíduo estivesse à espera da recompensa pela liberdade depois da superação de obstáculos considerados até então intransponíveis. São muitas as sensações diante da magnitude e grandiosidade da paisagem, como angústia e temor, que se mesclam com sentimentos de respeito e satisfação.

Na tentativa de compreender a gênese da história da Venezuela, Rojas (1972) em seu trabalho, retrata a história da república venezuelana, desde a chegada de Cristóbal Colón¹⁵ em 1498 na costa ocidental do país, mais especificamente no Golfo de Paria, até fatos mais contemporâneos acerca daquele país. Evidencia os primeiros contatos com os índios guaiqueríes, bem como a fundação da primeira colônia, tendo sido esta trajetória, a princípio, marcada por relações de cordialidade. No dizer de Rojas (1972, p. 20), a hospitalidade indígena, a fartura de alimentos e a existência de pérolas na área recém-descoberta pelo almirante Colón induziram que a mesma fosse nomeada de “Tierra de Gracia”.

Esse contato foi descrito e se efetivou a partir do interesse dos navegadores espanhóis pela troca de utensílios de cerâmica e porcelana (produzidos na Europa) por colares e pulseiras de pérolas:

El primer plato castellano en las costas situadas al Norte de la América del Sur acababa de ser admirado por la tribus guaiqueries, las cuales trocaron con delirio aquella obra de la cerámica europea, por las ricas perlas que hasta entonces les había proporcionado el antillano mar. De choza en choza y de tribu en tribu, los platos de Valencia, como don del cielo, fueron admirados. Eran dos civilizaciones que se encontraban: una con la belleza del arte, fuerte, inteligente, vestida; la otra con el arte de la naturaleza, hospitalaria, salvaje, desnuda (ROJAS, 1972, p. 21).

A troca de produtos se constituiu no canal de entrada à consolidação de uma das atividades mais antigas da humanidade: o comércio, e, no caso da costa venezuelana, a exploração/comércio de pérolas.

¹⁵ Comerciante e navegador italiano que em sua primeira viagem atingiu o arquipélago de Bahamas e a Ilha de Ganahani e, na terceira viagem, a região do Orinoco.

De acordo com Rojas (1972, p. 22), como resultado do contato desencadeia-se “la esclavitud del indio y la muerte en pos de ella”. Segundo Figueiredo, L. (1936, p. 29), a denominação *Venezuela* origina-se de “pequena Veneza”, assim batizada em função dos “[...] bellos recantos que o seu littoral apresenta cheio de golfos e bahias pittorescas”. Constituiu-se na primeira parte do continente meridional visitada por Christovão Colombo.

Em 1522, por ordem imperial, foi fundado na Venezuela o primeiro povoado, denominado *Nueva Cadíz*. Constituiu-se na primeira colônia comercial do continente, sendo hoje a capital da Ilha de Cubagua. Em 1543, a primeira colônia castelhana Cubagua deparou-se com tremores de terras que levaram ao desmoronamento de prédios e à extinção de ostras pela superexploração.

A situação imputou a busca do produto em outras áreas. A região descoberta por Colón “[...] había visto extinguirse sus ricos ostiales y los indios que los guardaban, desaparecer la ciudad que próspera creciera, y convertirse al fin en tumba de un pueblo sacrificado por la codicia de los hombres” (ROJAS, 1972 p. 24). O processo de escravidão e morte dos indígenas se perpetuou por mais alguns anos, deflagrando inclusive embates entre conquistadores e colonizados.

A presença da Igreja Católica se constituiu também em uma realidade presente na Venezuela, sendo seus primeiros registros datados de 1498, materializada por meio de Frei Boil, delegado do Santo Padre em conjunto com doze eclesiásticos. No entanto, a presença de religiosos só se efetivou de fato a partir de 1501 por solicitação de Colón ao Santo Padre alertando-o “[...] la necesidad de enviar a las tierras ya descubiertas, sacerdotes que fundasen en América la religión de Jesus Cristo” (ROJAS, 1972, p. 50). Tal pleito se efetivou com o envio à colônia de doze franciscanos e um Prelado chamado Antonio de Espinhel, constituindo-se no berço da ordem franciscana no Novo Mundo, responsável pela construção do primeiro monastério do continente.

A dimensão da Venezuela hoje, não corresponde a extensão territorial da nação venezuelana na época da conquista e no período em que foi colônia. “Con el nombre de Tierra-Firme se conocieron por largo tiempo las dos provincias litorales que tuvo el área venezolana: una oriental, provincia Nueva Andalucía y otra occidental, llamada desde sus orígenes Curiana, por los indígenas y más tarde Provincia de Venezuela” (ROJAS, 1972, p. 91). A origem do termo Venezuela, segundo o autor, corresponde ao diminutivo de Venecia – a “margem do Mar Adriático” – dado pelo conquistador Alonso de Ojeda em 1499, à bela

região do Golfo e Coquivaco, hoje Maracaibo. Ojeda teria se surpreendido com as casas construídas sobre as águas e habitadas pelas nações Caiquetía e Goagira, recordando-lhe Veneza.

A trajetória da ocupação humana da Venezuela segue, em linhas gerais, o mesmo padrão de ocupação da Amazônia brasileira. Assim como os demais países que integram a Pan-Amazônia, a Venezuela era ocupada por numerosas etnias indígenas de línguas Caribe, Arawako, Chibcha e Tupi-Guarani. Segundo Strauss (1992), os Caribe se localizavam nas zonas costeiras entre Paria e Borburata, nos arredores do Lago Maracaibo, nas margens do rio Orinoco, seus afluentes e ilhas do norte de Trinidad.

O mapeamento feito por Koch-Grunberg (2006, p. 18) sobre a família lingüística Karib (Caribe) identificou que seus falantes seriam os “[...] Macushi, Taulipáng, Arekuna, Saporá, Wayumará, Purukoto, Yekuna e Yuarana”. Já os Arawako concentravam-se no golfo de Paria em uma área que corre desde o sul do Orinoco até a desembocadura do rio Amazonas. Os grupos menores se distribuíram ao longo do país. No entanto, a partir do contato com o europeu, a maior parte das populações indígenas foi exterminada ou assimilou culturas exógenas.

Muñoz Cabrera (1998) ao resgatar a trajetória de ocupação humana da região da Venezuela e Caribe (ver Quadro 6), evidencia a presença do indígena na região desde aproximadamente 20.000 anos a.C.

GRUPOS	DATAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Paleo-Índios	± 20.000 – 5.000 a.C.	Caçadores de herbívoros nômades
Meso-Índios	5.000 – 1.500 a.C.	Pescadores, coletores e navegantes costeiros seminômades
Neo-Índios	1.500 a.C. – 1.500 d.C.	Agricultores sedentários, caçadores e coletores-pescadores
Indo-hispânicos	1.500 d.C. - presente	Europeus. Século XV sociedades complexas, cacicados, nômades e pescadores

Quadro 6: História cultural da Venezuela.

Fonte: Quaresma (2008) a partir de Muñoz Cabrera (1998).

Os registros arqueológicos evidenciam que Nueva Cadiz, localizada na ilha caribenha de Cubagua, foi a primeira cidade espanhola fundada na América do Sul. “[...] Para el momento del geneidad de etnias indigenas en el territorio que hoy es Venezuela. Muchas de estas poblaciones desaparecieron por diversos motivos: exterminio, esclavitud, guerras, reducciones, enfermedades y por asimilación a la población global” (MUÑOZ CABRERA,

1998, p. 10). Os indígenas que restaram compõem 27 grupos étnicos dispersos no território venezuelano, pertencentes às famílias linguísticas Arawak e Caribe.

De acordo com Pilo (2006), a história da Venezuela pode ser retratada a partir de sua situação de colônia (momento do contato) até os dias atuais, tendo como ápice a sua independência. A primeira fase do Período Colonial pode ser caracterizada pelo período de conquistas, quando ocorrem guerras contra os índios, inclusive com o extermínio de alguns grupos, primeiros povoados e fundação de cidades. Esta relação conflituosa perdurou por um longo período, sendo inclusive retratada por Wickham por ocasião de sua expedição de 1869

De vez en cuando nos encontrábamos con una curiara; pero a penas nuestro bote era avistado por los Guaraunos, se alejaban, remando como alma que lleva el diablo y desaparecerían en cualquier Riachuelo entre la densa espesura. No hay duda, que esta raza ha sido muy maltratada por los españoles; secuestrados y obligados por fuerzas armadas a trabajar muy lejos, sin saber dónde. Se cree que son bastantes, pero debido al maltrato, son muy tímidos y difíciles de abordar (WICKHAM, 1872, p. 30).

A segunda fase corresponde ao crescimento e ocupação do território por espanhóis e escravos negros que se miscigenaram com os índios. No dizer de Pilo (2006, não paginado), “[...] durante el siglo XVI se calcula que arribaron a la Provincia de Venezuela unos cinco mil españoles y trece mil negros”.

No final do século XVII as províncias existentes na área eram: Venezuela (que hoje corresponde ao Distrito Federal e aos estados de Miranda, Aragua, Carabobo, Lara, Falcón, Yaracuy, Trujillo, Cojedes y Portuguesa, além de Zulia que pertenceu a Venezuela até 1676, quando se anexou a Mérida y La Grita); Margarita (atual estado Nueva Esparta); Trinidad y Guayana (Ilha de Trinidad e os atuais estados Bolívar, Amazonas e Amacuro); Nueva Andalucia ou Cumaná (atuais estados de Sucre, Anzoátegui e Monagas), Mérida e La Grita (os atuais estados de Mérida, Táchira, Barinas, parte de Apure e Zulia) (PILO, 2006, não paginado). Com certa autonomia umas das outras, seus governantes eram nomeados pelo rei da Espanha, passando assim a ter plenos poderes sobre as colônias.

Desde aquela época, as colônias já se deparavam com o enriquecimento ilícito de seus conquistadores/governantes, que se apropriavam de bens e recursos para a constituição de patrimônios particulares. Somente no século XVIII, mais especificamente em 1777, é que se dá a união territorial com a criação da Capitania Geral da Venezuela, na qual foram agregadas províncias circunvizinhas entre si (PILO, 2006, não paginado). O período de subjugação hispânica durou aproximadamente 300 anos, encerrando-se com a independência

que eclodiu a partir das insatisfações dos crioulos, índios e escravos com relação às questões sociais, exploração de impostos, injustiças sociais, etc.

Durante nove anos Venezuela, Nueva Granada e Equador fizeram parte da chamada Gran Colômbia. A fronteira entre o Brasil e a Venezuela permaneceu por um longo período sem definição efetiva em razão não só da falta de interesse acerca da questão, bem como do difícil acesso à região. Somente em 1859, por meio do Tratado de Limites e Navegação Fluvial assinado entre o Brasil e a Venezuela, é que foi estabelecida a linha de fronteira entre estes países e que, de acordo com Freitas, A. (1998, p. 148), passa pelo “[...] cume da Cordilheira de Pacaraima até o ângulo que faz esta com a Serra do Parima, de modo que todas as águas que correm para o rio Branco fiquem pertencendo ao Brasil e as que correm ao Orinoco ficam pertencendo à Venezuela”.

A República Bolivariana da Venezuela, ou simplesmente Venezuela, tem uma população de 23.542.649 habitantes, distribuídos em uma área de 912.050 km² (BRASIL, 2005b). Com uma costa de 2.800 km, composta por golfos, baías e mais de uma centena de ilhas, limita-se ao norte pelo Mar do Caribe e pelo Oceano Atlântico, a leste pela Guiana, ao sul pelo Brasil (com 2.200 km de fronteira) e a oeste pela Colômbia (BRASIL, 2005b). A diversidade geomorfológica do país é apresentada por Hernandez (2005, p. 5) a partir de seis regiões:

[...] 1) **Islas y Litoral Costero**: en donde se encuentran los puertos más importantes del país: La Guairá, Maracaibo, Puerto Cabello y Puerto La Cruz; 2) **Montañosa del Caribe o de la Costa**: comprendida entre la zona costera norte-centro oriental y la depresión de los Llanos. Abarca sólo un 3% de la región del país y es la región más densamente poblada; 3) **Valles y Serranias de Falcón-Lara-Yaracuy**: es una región de relieve variado y poco elevado, con altitudes entre 500 y 1700 mts, ocupa casi la totalidad de los estados antes mencionados. Sirve de transición entre los relieves más enérgicos que caracterizan a las regiones próximas. Comprende las llanuras encerradas de origen lacustre fluvial semiáridos, además del único desierto de carácter microregional del país (los médanos de Coro, costa de Falcón); 4) **Codillera de los Andes**: en este sistema montañoso se destacan las cumbres máximas del relieve venezolano. Constituye una prolongación de los Andes colombianos, los cuales al llegar al nudo de PAMPLONA (Colombia) se bifurca en dos cadenas la Sierra de Perijá y la Codillera de Mérida y de los Andes venezolanos, lugar donde se encuentra el pico más alto del país (pico Bolívar 5007 mts) con sus nieves perpetuas; 5) **Los Llanos**: son extensas superficies de relieve casi plano, ubicadas al centro del país. Abarcan una extensión del 25% del territorio; 5) **Guayana**: Es la más extensa y menos poblada de todas las regiones venezolanas y representan aproximadamente el 45% del territorio nacional. Se extiende al sur del río Orinoco, hasta el límite con Colombia y Brasil. El relieve es variado, desde llanuras suavemente inclinadas hasta las altas mesetas llamadas tepúes cuya altura es de 2800 mts sobre el nivel del mar, son únicas en el mundo. Es importante destacar que en la Gran Sabana se encuentra el salto de agua más alto del planeta: el Salto Angel de 979 mts.

Note-se ainda que a área territorial da Venezuela atualmente integra 23 estados,¹⁶ um Distrito Federal e 72 ilhas e ilhotas no Caribe, entre as quais Margarita, Cubaga e Coche.

Até 1762, uma porção do Estado Bolívar até fazia parte da antiga província de Nova Andalúcia. Depois de várias aglutinações e separações, finalmente a então Vila de Santo Tomás de Guayana ou Angostura passou a denominar-se Ciudad Bolívar em 1846 e, em 1901, adquire o nome definitivo de Estado Bolívar. Com uma superfície de 238.000 km² tem como capital Ciudad Bolívar e apresenta grandes perspectivas econômicas graças ao seu potencial ambiental. A construção da ponte Angostura sobre o rio Orinoco facilitou a expansão da atividade industrial. No entanto, suas reservas minero-metalúrgicas e naturais possibilitam uma diversificação econômica para o Estado, principalmente o turismo.

Com um relevo diversificado, apresenta inúmeras formações

[...] en el occidente del país se encuentran las tierras montañosas de los Andes venezolanos, que se dividen en la cordillera, de la Costa y el macizo Guaynés, con las formaciones de altitud media del sistema Coriano y las depresiones de los estados de Yaracuy e Lara, donde se encuentran las ciudades de Barquisimeto y Carora; asimismo, también se reconoce la topografía de las tierras bajas de la cuenca del lago de Maracaibo, de Los Llanos, en el sistema del delta del Orinoco, y de la llanura del río Casiquiare en el Amazonas venezolano (VENEZUELA, 2005, não paginado).

Dados oficiais apresentados pela Divisão da América Meridional II do governo brasileiro (BRASIL, 2006, não paginado) detalham de maneira mais específica os usos destas áreas a partir de quatro regiões:

[...] as terras baixas de Maracaibo, a noroeste, com uma área plana ideal para agricultura e com depósitos de petróleo; as montanhas do norte, que são uma extensão das Cordilheiras dos Andes, e se estendem no sentido leste-oeste da fronteira com a Colômbia ao longo do Mar do Caribe, são áreas férteis e entre seus vales localizam-se a maior parte da população; as planícies do Orinoco (Llanos) na parte central da Venezuela desde a Costa do Caribe até a fronteira colombiana; as terras altas da Guiana, a sudeste do país, consideradas as mais antigas formações geológicas da América do Sul, abrangem quase metade do país e é dominada por um vasto altiplano (Gran Sabana) e maciças colinas (tepuis).

Atualmente, a população venezuelana que ocupa esta área está distribuída sobre o território de maneira irregular. Mais de 80% da população encontra-se no litoral, vales e sopés da cordilheira dos Andes e da Costa, havendo vazios populacionais ao Sul do Orinoco

¹⁶ Amazonas, Bolívar, Gnarico, Apure, Delta Amacuro, Nonagas, Anzoátegui, Barinas, Táchira, Portuguesa, Cojedes, Miranda, Aragua, Carabobo, Yaracui, Lara, Trujillo, Mérida, Falcón, Zulia, Vargas, Distrito capital, Nueva Esparta, e Sucre (BRASIL, 2005c).

(VENEZUELA, 2005, não paginado). Com relação à população indígena, na sua maioria localizada ao sul da Venezuela, alcança cerca de 15% do total populacional do país, em que 87% reside em áreas urbanas e o restante concentra-se em áreas rurais.

Segundo Farias (1962), a economia venezuelana é pautada por grandes ciclos, nos quais há o predomínio da mono-produção. Fazendo uma trajetória econômica da atividade produtiva do país, Farias evidencia os ciclos produtivos venezuelanos, que giraram em torno do tabaco (*Nicotina tabacum*), do cacau (*Theobroma cacao*), do algodão (*Gossypium hirsutum* L.), da cana (*Saccharum officinarum*), do anil (*Indigofera tinctoria* L.) e do café (*Coffea arábica* L.) “[...] Gracias al cacao, la provincia de Venezuela cambio su sino de pobreza, al que parecía estar atada irremediabilmente, para convertirse en el más próspero dominio agrícola que Españã tuvo en América” (FARIAS, 1962, p. 348). O cacau converteu-se no mais importante produto enviado para a Europa.

A partir do final do século XVIII, com as lutas políticas e as guerras internacionais que envolveram a Europa, declina o comércio cacauero e um novo produto desponta, o café. Este se mantém permeado pelas flutuações do mercado até 1920, quando o petróleo assume a liderança econômica da Venezuela.

Durante el período del petróleo la transformación afecta a la estructura misma, pues Venezuela deja entonces de ser un país predominantemente agrícola; surge una gran masa obrera y urbana a costa de la masa campesina que disminuye en términos relativos; se desarrollan las inversiones del capital internacional y el eje de nuestra economía, se desplaza (FARIAS, 1962, p. 350).

Hoje a mono-produção petrolífera faz com que a maioria dos países latino-americanos seja importador da produção venezuelana.

A mudança de país agrícola para minero-exportador imputa também outras mudanças, dentre elas o surgimento de cidades, o êxodo rural, uma nova estrutura funcional e alterações na estrutura demográfica do país. Na época de sua independência em 1811, a Venezuela era um imenso território desabitado e parte dele, desconhecido. Ao longo do tempo deparou-se com diferentes ritmos de crescimento, conforme evidenciado no Quadro 7:

ANO	HABITANTES
1801 – Humboldt	802.000
1825 – Censo Oficial	659.000
1825 – Codazzi	706.000
1838 – Cagigal	1.047.000
1838 – Censo Oficial	887.000
1839 – Augustín Codazzi	945.000
1844 – Censo Oficial	1.218.000
1847 - “	1.273.000
1854 - “	1.564.000
1857 - “	1.788.000
1881 - “	2.075.000
1891 - “	2.323.000
1920 - “	2.411.000
1926 - “	2.890.000
1936 - “	3.364.000
1941 - “	3.850.000
1950 - “	5.034.000
1961 - “	7.523.999
1971- “	10.721.522
1981- “	14.516.735
1990- “	18.105.265
2001- “	23.232.553

Quadro 7: Trajetória da estrutura demográfica da Venezuela

Fonte: Adaptado pela autora a partir de Farias (1962) e Venezuela (2006).

OBS: Não estão incluídas as populações indígenas.

Para Farias (1962, p. 352), “Este desarrollo demográfico de Venezuela no ha sido uniforme desde el punto de vista geográfico. Particularmente durante los últimos treinta años el país ha visto con no poco temor, el fenómeno de la concentración urbana que ha tenido como centro principal a Caracas”. Percebe-se que a grande explosão populacional do país se dá a partir da década de 1950, justamente quando o potencial petrolífero venezuelano passa a se consituir em um fator de crescimento econômico do país.

Hoje a economia do país está assentada na produção de petróleo e derivados, além da extração de bauxita, alumínio, ferro e aço. Na política internacional, o Brasil se

constitui em um dos países com os quais a Venezuela vem estabelecendo uma série de protocolos bilaterais desde 1994, por ocasião da assinatura do protocolo de “La Guzmania”. O mesmo possibilitou um avanço significativo no que diz respeito às relações comerciais entre os dois países, ao desenvolvimento fronteiriço e à cooperação na área ambiental dentre outras (BRASIL, 2005b). Entretanto, não há um protocolo específico em relação à questão da gestão de áreas protegidas nem para o turismo.

O interesse pelas questões conservacionistas na Venezuela remonta ao período da independência do país, quando Simon Bolívar estabeleceu, entre 1925 e 1929, uma série de decretos relacionados com a questão ambiental venezuelana. Um século depois (1936), o naturalista Henri Pittier, a partir de uma mobilização conservacionista, conseguiu a criação do primeiro PN, denominado de Rancho Grande. Hoje, é conhecido pelo nome de seu criador, PN Henri Pittier.

Em 1992 a Venezuela contava com 39 Parques Nacionais, que ocupavam aproximadamente 16,4% do seu território (12.948 56 ha). Tais áreas eram administradas pelo Ministério da Agricultura e Criação e Administração dos Recursos Naturais Renováveis até 1977. A partir deste ano foi criado o Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (MARNR) e a gestão das áreas protegidas ficou sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Parques (INPARQUES), que passou a adotar uma ação

[...] en la preservación de un conjunto de espacios donde están representadas las muestras de la geografía que contienen el más preciado patrimonio natural del país, a fin de perpetuarlas para fines de investigación científica, educación ambiental, recreación al aire libre y atractivo turístico (GALBADÓN, 1992, 415).

O país naquele momento tinha consciência da necessidade de se constituir de fato um aparato jurídico que coibisse as agressões sobre o meio ambiente.

Nesse sentido, criou-se a Acta da Convenção, o primeiro instrumento legal que regeria os parques nacionais venezuelanos, celebrada em Whashington em 1940, e dispendo acerca da Proteção da Fauna, da Flora e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América. Mas somente a partir de 1958 é que foram criadas normalizações para o controle do uso antrópico nos limite dos parques, com o objetivo de garantir a conservação dos recursos naturais em suas áreas. Entretanto, para Galbadón (1992, p. 416), estas TI abrangem, além da biodiversidade, um patrimônio cultural altamente relevante, pois “[...] presenta una vital alternativa para rescatar la continuidad histórico-cultural del país dentro de un amplio y variado escenario natural”.

Após a celebração da Conferência de Estocolmo a Venezuela se tornou o primeiro país latino-americano, e um dos primeiros do mundo, a criar um organismo nacional diretor da gestão do meio ambiente: o Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (RANGEL VALE, 2000). A partir desta criação e posterior inserção de outros órgãos nacionais na elaboração e efetivação da política ambiental nacional e internacional, a Venezuela vem participando de forma crescente em foros internacionais sobre este o tema.

A posição da Venezuela em diferentes negociações internacionais tem estado condicionada por sua posição de país em desenvolvimento, caribenho, amazônico e andino, possuidor de vastos ecossistemas com uma grande diversidade biológica.

La participación de Venezuela en la política ambiental internacional hace énfasis en la recreación, con los países en desarrollo, específicamente los de la región; incremento de la participación y seguimiento de las tendencias mundiales para la aplicación de directrices y convenciones en materia ambiental; promoción del intercambio de experiencias y tecnologías que orienten la actividad económica hacia un desarrollo compatible con las necesidades ambientales y la promoción de la asistencia financiera que facilite a los países en desarrollo la puesta en practica de las diversas políticas y programas de desarrollo sostenible (RANGEL VALE, 2000, p. XII).

A promulgação da Nova Constituição da República Bolivariana da Venezuela em 17 de novembro de 1999 constituiu uma nova base para a política do país em matéria de meio ambiente e desenvolvimento, uma vez que concede especial atenção a proteção do ambiente, promovendo desta vez uma participação ativa de todos os setores da sociedade, na definição de seus objetivos. Daí a importância de levar a coletividade a conhecer os compromissos do país com o qual contribuirá para efetiva implementação de suas disposições em prol do desenvolvimento sustentável da Venezuela.

Frente a esse quadro, a política adotada, no sentido de aglutinar a preservação natural e o patrimônio cultural, foi a de tentar coadunar o aspecto da preservação, do uso e da conservação. Assim, o uso racional dos recursos naturais associado à re-utilização do patrimônio cultural são praticas efetivas adotadas pelo Estado venezuelano. Para tanto, foi criado em 1989 um regulamento parcial para a ordenação do território, administração e manejo de parques nacionais, que regulou a continuação temporal de atividades agropecuárias e definiu as populações que poderiam permanecer nestas áreas.

A concepção que vem pautando a criação de áreas protegidas na Venezuela vem sendo alterada ao longo do tempo. De acordo com Yerena (2005, não paginado),

[...] las áreas protegidas existentes en Venezuela antes del año 1985 no fueran creadas teniendo en mente un sistema regional de conservación. Surgieron como solución a necesidades parciales y aisladas, como la protección de determinados paisajes espaciales, cuencas para proyectos hidroeléctricos y suministro urbano, o conservación de centros de endemismo biológico.

As finalidades e objetivos da criação de áreas protegidas na Venezuela tem inúmeras vertentes, que vão desde a proteção e conservação de nascentes de água, flora e fauna até a formação de centros de pesquisas para estudo e treinamento de recursos humanos. Ao mesmo tempo, estas áreas, de acordo com a Gazeta Oficial (apud GABALDON, 1992, p. 13), “[...] constituirían al propio tiempo sitios y recreo y atractivo para los turistas a quienes presentarían aspectos interesantes aspectos de la naturaleza tropical”.

A partir de 1985, esse perfil se altera, com o intuito de ser criado um sistema interconectado de áreas protegidas, tomando como base a cartografia de áreas silvestres remanescentes com o auxílio de imagens de satélite, que se consolida em 1985 com a sistematização de uma política de proteção de áreas naturais. Fazendo-se uma retrospectiva da criação destas áreas (Tabela 4), percebe-se um aumento crescente da criação de Parques Nacionais, principalmente na década de 1970. Foi o período em que foi criado o maior número de parques na Venezuela, o Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, além da criação de Parques Naturais em ambientes marinho.

Tabela 4: Criação de Parques Naturais na Venezuela

Década	Nº	%
1930	01	2,38
1940	01	2,38
1950	03	7,14
1960	05	11,90
1970	19	45,24
1980	09	21,43
Princípio da década de 1990	04	9,52
Total	42	100

Fonte: Quaresma (2008) a partir de Gabaldon (1992).

Os instrumentos legais que normalizam os Parques Nacionais se baseiam na Ata Final da Convenção sobre a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, denominada de Convenção de Washington (1941); na Lei Florestal de Solos e Águas (1977); na Lei do Instituto Nacional de Parques (1978); na Lei Orgânica para o Ordenamento do Território (1983) e no Regulamento Parcial sobre Administração de Manejo

de Parques Nacionais e Monumentos Naturais (1989). A partir deste conjunto normativo, fica estabelecido que o planejamento, a implantação, a organização, a guarda, a conservação e a administração de áreas protegidas estão a cargo do INPARQUES, que deve executar a política ambiental de acordo com o que estabelece o Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. Com relação ao uso das áreas protegidas, Galbadón (1992, p. 22) esclarece que “[...] los Parques Nacionales solamente se utilizarán para solaz y educación del público, para turismo e investigaciones científicas, en las condiciones que determinen los respectivos decretos o las resoluciones del Ministerio del Ambiente y los Recursos Naturales Renovables” .

Sob essa perspectiva, foi criado o Sistema de Parques Nacionais da Venezuela, com fins de alcançar com maior brevidade possível os objetivos para os quais foram criados, englobando áreas naturais de diferentes categorias de manejo. Em 1992, tais áreas perfaziam um total de 16,06 % do território nacional, com 39 parques e 41 monumentos naturais (GABALDÓN, 1992, p. 12). Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUD) atualmente, este montante expandiu-se, conforme evidenciado por Márquez (2005), fazendo da Venezuela o terceiro país em número de áreas protegidas (229) na América Latina, destacando-se no conjunto, pois 61 % de seu território está sob algum tipo de proteção legal.

De acordo com o que foi apresentado pela Profa. Mariapia Bevilacqua (informação verbal)¹⁷, a Venezuela contava com 265 áreas protegidas e 43 Parques Nacionais. A criação de áreas protegidas teve início a partir da década de 1930. No período de 1973 a 1982 houve um maior esforço de criação de Parques Nacionais e no período de 1993 a 2003, o processo estacionou. Ainda segundo a referida professora, apesar deste quantitativo, há grandes vazios na cobertura da biodiversidade e desigualdades nos níveis de proteção das áreas, similarmente ao Brasil, que não tem suas áreas demarcadas ou seus planos de manejo concluídos.

Pela legislação venezuelana e pelo Plano Nacional de Ordenamento do Território (elaborado em 1983), existem naquele país 237 áreas protegidas em 14 categorias (Quadro 8), que perfazem 65.710.552 ha., correspondendo a 67,74% do território nacional, em alguns casos sobpostos entre si.

¹⁷ Informação apresentada durante o I Congresso Internacional de Biodiversidade del Escudo Guyanés, na cidade de Sanata Elena de Uiaeren em 2006.

ÁREAS DE PROTEÇÃO RESTRITA			
CATEGORIA	N	SUPERFÍCIE	% TERRITORIAL
Parques Nacionais	43	13.031.531	14,22
Monumentos Naturais	40	6.919.097	7,54
Refúgios da Fauna Silvestre	07	76.165	0,08
Reservas da Biofera	02	9.602.486	10,48
SUB-TOTAL	92	29.629.279	32,32
ÁREAS PROTEGIDAS PARA OUTROS USOS			
Zonas Protetoras	57	116.025.861	12,67
Reservas Nacionais Hidráulicas	13	1.738.552	1,89
Reservas de Fauna Silvestre	02	50.031	0,05
Áreas Críticas	07	3.599.146	3,6
Áreas Recreativas e Proteção Ambiental	02	557	0,01
Zonas de Reserva e Construção de Represas	02	7.043	0,01
Reservas Florestais	10	11.327.416	12,36
Áreas de Bosque Sob Proteção	39	3.391.448 *	3,7
Zonas de Aproveitamento Agrícola	06	357.955	0,39
Áreas Rurais de Desenvolvimento Integral	07	3.983.814	4,35
SUB-TOTAL	145	36.081.273	35,42
TOTAL	237	65. 710. 552	67,74

Quadro 8: Áreas protegidas na Venezuela.

Fonte: Freitas (2003).

(*) Valor estimado.

Tal realidade vem sendo ampliada na medida em que emergem os problemas ambientais recorrentes na região, a saber:

[...] fraca gestão ambiental perante os ilícitos ambientais, processo sucessivos de reestruturação constante do MARN, manejo de áreas protegidas e os poucos recursos financeiros de origem pública e privada em conservação ambiental... inapropriada gestão do lixo urbano e rural, ressaltando o crescente manejo inadequado de resíduos tóxicos ou perigosos que geram problemas sérios em diversas cidades ... degradação de espaços devido a contaminação de ar, água e solos (FREITAS, 2003, p.35)

Percebe-se, assim, que pouca ou quase nenhuma relevância é dada às questões ambientais, ficando esta a reboque de questões emergentes como as novas linhas de transmissão elétrica que vem sendo vetor de impactação e perda da biodiversidade.

No caso deste estudo, o Parque alvo de atenção foi o PN Canaima, que contém em sua área parte do Monte Roraima e do Kukenam. Foi criado pelo Decreto nº 770 de 12 de junho de 1962 com 1 milhão de ha e ampliado em 1975 para 3 milhões de ha, tendo seu plano de uso e ordenamento publicado pelo Decreto nº 1.640 de 18 de julho de 1991 (VENEZUELA, 2007). É considerado o maior e mais importante parque da Venezuela e o

Localizado no extremo sudeste do país, ao sul do rio Orinoco, o PN Canaima abrange toda a bacia da margem direita do rio Caroni, no estado Bolívar. Estão inseridos em sua área os municípios de Gran Sabana e Sifontes. É dividido em Setor Oriental e Setor Ocidental, estando seus principais atrativos inseridos em áreas indígenas.

Sua área compreende do lado ocidental uma impenetrável floresta, e do oriental uma extensa área de savana - formação botânica característica das regiões tropicais semi-úmidas, constituídas, sobretudo, por arbustos e vegetação herbácea (CIVITA, 1971, p. 1467) - denominada “Gran Sabana”. Seus limites, segundo Venezuela (2007, p. 1), são “[...] el Río Carrao, y la Serranía de Lema por el Norte, la Sierra de Pakaraima por el Sur, por el Este siguiendo el Río Venamo hacia el Sur y por el Oeste el Río Icabarú hasta su confluencia con el Río Caroni” Nele, de acordo com Galbadón (1992, p. 53), encontra-se formações rochosas tabulares identificadas pelos indígenas de “tepuyes” (Fotografia 4), abrigando a mais alta catarata do mundo, Salto Angel (*Churum Merú*) (Fotografias 5 e 6).



Fotografia 4: Parque Nacional Canaima (Venezuela).
Fonte: Helena Doris Quaresma (2006).



Fotografias 5 e 6: Salto Angel (Venezuela).
Fonte: Dominguez, D. (2005).

De acordo com Gndelles (1997) o PNC possui muitos tepuyes,¹⁸ entre eles destacam-se o Kukenam e o próprio Roraima. O primeiro tem sua visitação restringida pelo INPARQUES por ser de difícil acesso e por já terem ocorrido óbitos no mesmo. Os indígenas dificilmente aceitam levar turistas até ele, De acordo com F. Rodrigues (2006, p. 29) “[...] os nativos recusam-se a levar turistas ao Kukenan. Muitos não dizem o porquê, alguns afirmam que quem sobe o Kukenam raramente regressa. Fala-se na região que os índios daquela área acreditam que Makunaima mudou-se do Monte Roraima para o Kukenan”.

Na língua Pemón o Kukenan é denominado Matawi-Tepuy, que significa “a montanha onde eu quero morrer”. Matawi seria uma entidade ameaçadora dos homens. Os espíritos existentes no monte seriam de índios inimigos mortos em antigas guerras entre Pemón e os inimigos oriundos das Guianas que queriam invadir os tepuyes. Hoje tais espíritos estariam em busca de vingança, gerando temor sobre os indígenas atuais. Apesar de manterem um contato muito próximo com pessoas das mais variadas culturas a partir do turismo, os habitantes da Gran Sabana ainda mantem de forma muito presente a língua e a cultura e já a

¹⁸ Auyán-tepui, Tereke-yurén-tepui, Kawarkawari-tepui, Apakara-tepui, AnwaraPAINa-tepui, Ptari-tepui, Tramen-tepui, Karaurin-tepui, Wedakapuiapué-tepui, Aparamán-tepui, Chimantá-tepui, Aprada-tepui, Akopán-tepui, Wei-tepui (Cerro do Sol), Sororopán-tepui, Itu-tepui, Yuruani-tepui (Wara-karina) e Matawi-tepui (Kukenan).

percebem como o grande diferencial que vem complementar a crescente atratividade que a região exerce sobre os visitantes.

Frente à disponibilidade de tantos cenários naturais, o espaço vem se consolidando como um dos principais atrativos turísticos da Venezuela. O INPARQUES é o responsável pela gestão das ações desenvolvidas na área. Dentre as atividades desenvolvidas na mesma, definidas no Plano de Ordenamento e Regulamentação para Uso do Setor Oriental do Parque, está o turismo, contemplado no Capítulo Segundo do seu Título Terceiro, artigos 33 e 34, que ressaltam que:

Las operadoras turísticas que pretendan funcionar dentro del Parque, deberán solicitar la correspondiente concesión para prestar los servicios que oferezan ante la Dirección General Sectorial de Parques Nacionales del Instituto Nacional de Parques (INPARQUES) y sujetarse a las estipulaciones establecidas en el correspondiente contrato y en este Decreto.

Parágrafo Único: Los guías turísticas independientes debidamente autorizados o los pertenientes a operadoras turísticas, para ofrecer actividades dentro del Parque, deberán contar con un entrenamiento que será prestado directamente o bajo la supervisión del Instituto Nacional de Parques (INPARQUES) y obtener el certificado de aprobación que los acredite para realizar tales operaciones.

Artículo 34: El Instituto Nacional de Parques (INPARQUES), llevará un registro de los guías turísticos capacitados para ejercer tales funciones dentro del Parque. La inscripción en este registro deberá ser solicitada por el interesado y renovada anualmente. El incumplimiento de las obligaciones o la violación a alguna de las normas de este Decreto dará lugar a la anulación, del correspondiente registro. (VENEZUELA, 1991, p. 278182).

Segundo os indígenas que vivem no entorno dos tepuyes, estes são montanhas planas com fantásticas e diferentes formações. Existem cerca de mais de 100 tepuyes compartilhados entre a Venezuela e o Brasil, muitos deles inexplorados e todos protegidos na categoria de Monumentos Naturais. Deles, o mais famoso é o Tepuy Roraima (Monte Roraima), não só por ser o mais alto, como por ser um dos poucos em que o acesso é permitido de forma controlada, inclusive só sendo possível escalá-lo com segurança a partir da Venezuela. Pelo lado brasileiro, as questões relativas às Terras Indígenas restringem o acesso e, pela Guiana, como se depreende de News (2004), o deslocamento é extremamente difícil.

A área inicialmente era utilizada pelos ancestrais indígenas como *locus* místico permeado por magia e o acesso só era permitido aos xamãs (*piache*) e às jovens em fase de iniciação, sendo o Monte considerado a “Madre de todas las Águas”. A obra de ficção inglesa *O Mundo Perdido*, de Arthur Conan Doyle publicado em 1912, baseada nos relatos de Thurm e Perkins, traz a descrição do Monte Roraima em todos os seus detalhes, plantas e

animais, que teriam parado no tempo, interrompendo o processo de evolução (MELCHIORRI, 1990). O artigo de Uwe George publicado na Revista *National Geographic*, em 1989 no qual descreve o Monte e a obra o *Mundo Perdido*, tornaram o Roraima internacionalmente conhecido e um dos principais roteiros de visitação internacional.

O Parque apresenta-se com grandes extensões de variados ecossistemas pouco perturbados pela a o antrópica e sujeitos às varia es climáticas, que oscilam entre 10 C e 22 C, tendo como principais características “[...] una combinación de extensas sabanas, mesas, valles, y cerros. Igualmente sobresalen saltos de agua, que hechizan al visitante por las fuerzas de sus aguas al caer y el sonido melodioso que halaga el o do” (VENEZUELA, 2007, não paginado). Com excepcional biodiversidade e grande potencial para pesquisa, extensão e lazer, o Parque vem sendo apoiado por várias institui es e organiza es na gestão do espaço, tais como a *Conservation International*. No entanto,

[...] la administración y manejo del Parque Nacional Canaima tendrá como objetivo primordial la protección y conservación de los recursos naturales que en el encuentran y la reafirmación de la soberanía en la zonas fronterizas garantizando el equilibrio ecológico, en beneficio del interés colectivo de las generaciones actuales y futuras. Como objetivos secundarios se tendera a proporcionar a la colectividad facilidades de educación y turismo, todo ello en forma ordenada y dentro de la política de conservación, defensa y mejoramiento del ambiente, respetando las potencialidades y restricciones propias de cada uno de los espacios que conforman el Parque (VENEZUELA, 1991, p. 218178).

Apesar deste aparato jurídico institucional observa-se, no entanto, similarmente ao Brasil, uma insuficiência de recursos humanos no que tange a fiscaliza o de áreas protegidas, tornando-se impossível a gestão de fato destas áreas. Segundo o Parks Watch (2005), a perspectiva de supera o das dificuldades com os quais o Parque se depara, reside na busca de desenvolvimento de modelos de co-gestão. No entanto, tais modelos não vem se concretizando de modo a abranger os países que fazem fronteira e comungam os mesmos ecossistemas, como o Brasil e Guiana.

Projetos de gestão e uso racional no Parque Nacional Canaima já vem se concretizando, alguns deles inclusive envolvendo diretamente as popula es indígenas. Exemplos foram apresentados durante o Forum Nacional sobre Manejo Participativo de áreas Protegidas, no I Congresso Internacional de Biodiversidade del Escudo Guayn s, realizado em 2006 na cidade de Santa Elena de Uairén, na Venezuela, que teve como objetivo,

[...] compartir saberes y analizar algunas experiencias entrelazadas por la complejidad inmanente a las relaciones hombre-ambiente en diferentes países del escudo. Queremos igualmente plantearnos nuevos retos y esquemas, que trasciendan de lo local a lo global, conducentes a la conservación y manejo realmente integral y sostenible de la mayor riqueza de Guayana: la biodiversidad y sus servicios ambientales (ROSALES, 2006, p. 11).

Entretanto, as ações existentes no PN Canaima ainda não atingem efetivamente de forma equilibradas seus setores Ocidental e Oriental.

Todavia, a inclusão de outros países limítrofes em programas para a área da Guiana venezuelana é inexistente. Na medida em que ações em prol da proteção dos recursos naturais se ampliam, as possibilidades de êxito se efetivam, permitindo a constituição de uma rede que não só propicie a conservação do PNC, mas também a inclusão social a partir do uso racional do mesmo, garantindo, assim, sua sustentabilidade. Neste caso, o turismo pode perfeitamente ser um instrumento de efetivação de gestão ambiental uma vez que o próprio INPARQUES já apresenta e divulga os principais atrativos turísticos de PN Canaima, (visualizados no Quadro 09).

Setor Ocidental	Setor Ocidental
Laguna de Canaima	A Pedra da Virgen
Saltos el Sapo, el Sapito, del Yuri, Angel (Karepacupai Merú), el Encanto, Kukenán	Saltos el Danto, Toron Merú, Karuay, Chinak Merú, Chivatón, Kama Merú,
Rápidos de Mayupa	Quebrada Toroncito
Poço da Felicidade	Paruap
Ilhas Orquídeo, Ratón	Anotén
El Auyantepuy	Missão Kavanayen
Comunidade indígena de Kavac, Kamarata, Wareipa, Avak, Kanwaripa	Kamoirán
La Maloca	Arapam Merú
Cueva Uruyén	Rio Soruapa (Woimeri)
Rio Caroní	Comunidade indígena de São Francisco de Yuruani, Paratepui de Roraima, Wonkén
Praia Roberto	Kako Parú (Quebrada de Jaspe)
	Urué Merú
	Ponte sobre o rio Kukenán
	Monte Roraima
	Porto Liwo-Riwo
	San Ignacio de Yuruani

Quadro 09: Principais atrativos turísticos do PN Canaima.

Fonte: Quaresma (2008) a partir de Venezuela (2007).

O PNC foi declarado “patrimônio da humanidade” em 1994 pela *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), isto é, local “[...] que por suas

características históricas, culturais ou representam um bem de interesse de toda a comunidade” (A ÚLTIMA, 2005, não paginado) aumentando assim, o fluxo de turistas para ele. Neste sentido, pensar o conceito de patrimônio da humanidade se configura como algo contraditório, pois associam perspectivas aparentemente opostas. Para Tirapeli (2000, p. 11), corresponde a “[...] lugares que além de servir de lar para as comunidades ou biodiversidades locais, traduzem para o mundo físico, seja por meio da harmonia de um conjunto arquitetônico, seja pela beleza de uma reserva natural, a agradável sensação de que ali a humanidade tem um espelho”.

Segundo Roncaglio (2007, p. 5) com a prática de decretação de patrimônios naturais se estabelece a perspectiva de que a “[...] natureza é simultaneamente um bem material e imaterial”. Tal perspectiva é perfeitamente aplicável a realidade do Monte Roraima, na medida em que este espaço integra o ambiente natural e cultural dos pemón. De acordo com Roncaglio (2007, p. 5) “[...] a natureza é material, mas ao contrário de outros bens culturais é viva, dinâmica e perecível. Sendo imaterial, é passível de representações diversas que a transformam em lugar sagrado, cenário de disputas e combates, espaço de lazer, centro de conhecimento científico”.

A Convenção à Proteção do Patrimônio Mundial, concluída em 1972 e ratificada por 153 Estados, é o principal instrumento de que dispõe a comunidade internacional para legitimar e implementar medidas de proteção ao patrimônio cultural e natural. Assentada sobre duas vertentes, a Convenção estabelece mecanismos de seleção e aprovação de sítios que apresentem “valor excepcional e universal”, os quais passam a integrar a lista de Patrimônio Mundial (VARGAS, 2000, p. 12). A inclusão na lista da UNESCO é o reconhecimento internacional dos esforços de proteção que cada Estado nacional realiza. A ação da UNESCO confere uma nova dimensão à proteção do patrimônio, no entanto, muitas vezes esta proteção de fato não se concretiza, seja pela falta de condições materiais e humanas de efetivá-la, seja pela insuficiência de ações de controle e gestão dos monumentos.

O fato de uma determinada localidade ou bem ser reconhecido como patrimônio, não o isenta do conflito que existe entre a preservação e a depredação do patrimônio e as dicotomias que envolvem este processo. No dizer de Roncaglio (2007, p. 27)

[...] o fato do patrimônio natural ganhar crescente visibilidade no mundo contemporâneo, assim como o fato de sua proteção ser proclamadas nas cartas e declarações oficiais, não significa que sua proteção tem por objetivo salvaguardar a natureza por seu próprio valor intrínseco. Não significa igualmente que se reconhece a importância de se proteger as áreas naturais independente do seu interesse para a sobrevivência e as necessidades da espécie humana.

Isto pode ser evidenciado no Monte Roraima que apesar de ser decretado patrimônio da humanidade, tem no modelo de turismo praticado em sua área associado às queimadas de bosques e savanas de seu entorno, os vetores principais de causas de degradação ambiental. E isto sem que nenhuma ação efetiva seja dinamizada pela própria UNESCO para reverção deste processo de vulnerabilidade.

Além do Monte Roraima, outros tepuyes estão sendo impactados pelo turismo interno e internacional, tanto que o Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis da Venezuela já identificou quais modalidades turísticas estão sendo realizadas nos tepuyes venezuelanos (Quadro 10) e que vem alterando suas configurações naturais.

Nome do Tepuye	Atividades
Roraima	A, B, C, D, F e G
Kukenán	A, B, C e F
Auyan-tepuy	A, B, C, D, E, F, G e H
Guaiquinima	G
Ptari-tepuy	D
Sarisariñama	E e I
Autana	A, B, D, E, F, G e H
Neblina	F e G

Quadro 10: Atividades turísticas realizadas nos tepuyes

Fonte: Adaptado pela autora, a partir de www.areas-protegidas.org, 2005.

(A) Excursionismo livre; (B) – Para pente; (C) – Asa delta; (D) – Escalada e rapel; (E) – Visitas a (B) grutas e topos; (F) Excursionismo guiado; (G) – Filmagens; (H)- Sobrevôos e (I) – Sobrevôos com pernoite.

Ao longo do tempo o turismo vem se tornando uma das principais atividades geradoras de impactos sobre o Monte e seu entorno. Tais impactos estão relacionados à questão ambiental (depredação), à questão econômica (geração de emprego e renda e ampliação da infra-estrutura turística), além da intensa migração direcionada às áreas próximas ao Monte, como a cidade de Santa Elena de Uairén,¹⁹ (Venezuela) e Pacaraima (Brasil). A sazonalidade inerente à atividade turística também se faz presente no Monte

¹⁹ Cidade venezuelana de onde partem os grupos para o acesso ao Monte.

Roraima, havendo maior incidência de visitantes nos períodos de Semana Santa, Carnaval e demais feriados prolongados.

Formalmente, o setor turístico encontra-se relativamente estruturado nas áreas próximas ao Monte. No entanto, no que diz respeito à prestação de serviços turísticos de qualidade, deixa muito a desejar. O *trade* turístico (Santa Elena) é composto em sua maioria por estrangeiros, com exceção dos guias locais, que, pela norma do INPARQUES, devem ser indígenas com experiência no trajeto até o Monte. Porém, já existem guias oriundos da Guiana, que por dominarem o inglês, atendem a uma demanda crescente de serviços na área. Estes guias são contratados por agências, gerando assim uma renda alternativa para as comunidades indígenas, mas atuam somente em atividades que requerem baixa qualificação, além de serem contratados como carregadores e cozinheiros.

A gestão do PNC tem sido compartilhada/apoiada por diversas organizações/instituições no sentido de aperfeiçoar modelos de co-gestão. As principais ameaças à área são: “[...] turismo no regulado, incendios, crecimiento demográfico, infraestructura incompatible con el paisaje y los valores culturales, personal insuficiente y falta de infraestructura, desarrollos hidroeléctricos, conflictos de manejo con las comunidades indígenas” (PARKS, 2005, p. 1). O acesso ao Parque se dá pela rodovia Troncal 10, via utilizada tanto por turistas quanto pelos moradores locais e habitantes de áreas adjacentes.

Apesar de não existir um registro preciso do número de visitantes em todas as áreas do Parque, pesar de ser cobrado um tipo de tarifa para o ingresso no mesmo, é possível afirmar que milhares de pessoas tem acesso à área, condicionados as estações de menor ou maior incidência de chuvas, sendo esta última inadequada para acessar o Monte em função de deslizamentos e do aumento do volume de águas. Na comunidade de Paraitepui é feito um registro de visitantes que se destinam ao Monte Roraima, este registro é encaminhado ao Centro de Visitantes de Luepa chegando de 3.000 a 4.000 pessoas-ano. Parks (2005, p. 2) explicita que

[...] en el caso del tepuy Roraima, el pisoteo constante por la presencia de excursionistas ha causado daños en la vegetación del ecosistema tepuyano. Este problema es crítico en las inmediaciones de los llamados “Hoteles”, que son los sitios utilizados por los excursionistas para acampar. Se ha observado acumulación de residuos sólidos en los lugares más frecuentados de la cumbre del tepuy así como en la ruta de ascenso (PARKS, 2005, p. 2).

Em função disso, o acesso ao Monte foi vedado pelo INPARQUES no período de 1995 a 1996, com o intuito de se promover a regeneração dos ecossistemas locais. Tal medida gerou conflitos entre as comunidades indígenas que dependiam do turismo e o INPARQUES, resultando em incêndios nos postos de fiscalização dos guardasparques. Outro problema diz respeito ao uso de rotas de acesso não autorizadas, provocando erosão do solo e perda da biodiversidade, em razão do uso de carros tracionados de médio e grande porte que facilitam o acesso ao Monte.

Por esse quadro situacional, percebe-se como um dos principais problemas que vem afetando a área justamente a falta de monitoramento dos serviços prestados e das visitas ao parque, além da falta de educação ambiental não só dos visitantes como também de alguns guias locais. Estes, muitas vezes, induzem e permitem a retirada de *souvenirs* (cristais) do Parque e não se preocupam com a questão do lixo durante o trajeto ao Monte. Questionados (os guias) acerca da existência de alguma associação de guias que trabalham no Monte Roraima e possíveis ações em prol da conservação do espaço, foi detectada a inexistência de entidades e/ou ações que minimizem os impactos antrópicos na área do Monte.

2.2 O MONTE RORAIMA NO BRASIL

A questão ambiental no Brasil foi sempre tratada de modo parcial, atendendo inicialmente às pressões de mercado. Tal contexto estabeleceu um modelo de uso dos recursos naturais pautado na “crença velada” da inesgotabilidade dos mesmos e de sua sobreexploração. Esta postura vem impondo um ônus muito elevado à população, que tem no uso coletivo dos recursos (HARDIN, 2002) a principal fonte de reprodução social, bem como em uma escala mais ampla à sociedade humana como um todo, e que tem o acesso ao uso destes recursos limitados pela criação de UC.

Exemplo deste processo foi à criação do Parque Nacional do Monte Roraima (PNMR), pelo Decreto nº. 97.887, de 28 de Junho de 1989, com o objetivo de

[...] proteger amostras dos ecossistemas da Serra Pacaraima, assegurando a preservação de sua flora, fauna e demais recursos naturais, características geológicas, geomorfológicas e cênicas, proporcionando oportunidades controladas para a visitação, educação e pesquisa científica (BRASIL, 2005a, não paginado).

Sua criação deu-se a partir do Programa Nossa Natureza, atendendo aos objetivos acima citados, bem como à materialização do Ponto Tríplice (Brasil, Venezuela e Guiana) no cume do Monte. Tal Programa foi criado pelo governo brasileiro com a “[...] finalidade de estabelecer condições para a utilização e a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis na Amazônia Legal [...]” (BRASIL, 1988, não paginado) .

O PNMR localiza-se na parte norte do estado de Roraima, sendo considerado o sétimo ponto mais alto do país. Até 2004, acreditava-se que o Monte Roraima nele inserido tivesse 2.739,3 metros. Entretanto, por meio do Projeto Pontos Culminantes - desenvolvido pelo IBGE e pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) com o objetivo de atualizar a altura dos picos brasileiros e os dados cartográficos do país (IBGE, 2005) - foi feita uma nova medição, quando foi verificado que na realidade, o Monte tem 2.734,06 metros. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 2005), o Monte consiste em um imenso platô no meio da floresta amazônica, estando a maior parte (85%) em território venezuelano e os 15% restante da sua área no Brasil e na Guiana.

O Parque foi criado com o objetivo de proteger amostras de ecossistemas significativos e diversificados que vão desde áreas alagadas até formações rupestres e serranas, em uma área de 116 mil hectares (REIS, 2006). Configura-se como um local de diversificada riqueza de fauna e de flora regionais, além de formações geológicas e geomorfológicas ímpares na Amazônia internacional. De acordo com o autor acima citado (2006, p. 2-3), esta área “[...] é uma região recoberta em grande parte por vegetação de savana estépica, entrecortada por rios e cachoeiras, onde destacam-se os rios Contigo, Cana, Uailã e Mau. O extremo norte da área é recoberta por Floresta Ombrófila Densa, predominante sobre a savana”. Pelas especificidades, constitui-se em uma área ideal à visitação, com baixo impacto, e à inserção do ecoturismo de modo sustentável, consolidando no estado de Roraima a prática de uma atividade economicamente crescente, bem como uma alternativa de renda para as comunidades indígenas existentes na região.

A criação desse PN insere-se em um contexto conflituoso, pois ele se sobrepõe integralmente à área da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) (ver Figura 3), demarcada como tal pelo Ministério da Justiça na Portaria nº. 820, de 11 de dezembro de 1998, e homologada em maio de 2005. A TIRSS é habitada pelas etnias Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Patamona e Taurepang (LAURIOLA, 2003). A sobreposição de UC em TI vem se

repetindo, uma vez que o próprio IBAMA reconhece a sobreposição de 28 áreas protegidas em TI. No dizer de Lauriola (2003, p. 3), em TI

[...] a maneira como este processo está sendo conduzido mostra, de um lado como, no Brasil as políticas de conservação da natureza podem entrar em conflito com os direitos e as políticas de preservação da diversidade cultural. Por outro lado, mostra como ao invés de representar uma oportunidade para aliviar os conflitos existentes através da busca de novos meios de manejar a natureza enquanto bem comum, o argumento ecológico pode ser apropriado pelos atores sociais e usado como armas em conflitos de natureza política, contribuindo para amplificá-los e agravá-los, afastando ainda mais soluções sustentáveis.

A evidência de que este processo se construiu a partir da verticalização decrescente é facilmente perceptível. O paradoxo, no entender de Lauriola (2001) dá-se no âmbito do próprio poder público que, sob bases tecnocráticas, ignora a existência e ocupação do maior grupo indígena da área, os Ingarikó. “Os Ingarikó não pertencem ao grupo pemón, mas ao grupo kapón, apesar de pertencerem ao tronco lingüístico karib” (BURGARDT, 2006, p. 20). De acordo com Kock-Grumberg (2006, p. 118), os Ingarikó ou Ingalikóg significa “gente que vive na mata fechada” e estão distribuídos em comunidades, ultrapassando inclusive os limites políticos (denominam-se Akawaio na República Cooperativa da Guyana e na Venezuela).



Figura 3: Mapa da Sobreposição do PNMR e da TIRSS (Brasil).
Fonte: Leitão (2004).

A denominação TIRSS segundo o Sr. Gilson Almirante de Souza²⁰ deve-se ao fato da referida área ir desde a Maloca da Raposa (área Macuxi) até a região da Serra do Sol (área Ingarikó). A menção constante das áreas acima permitiu a associação do nome das duas áreas, transformando-as em Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Na região dos Ingarikó existem atualmente sete aldeias: Serra do Sol, Manalai, Kumaipá, Pipi, Awendei, Saparu e Mapaé (PROJETO, 2006, não paginado).

As aldeias integram o Conselho dos Povos Indígenas Ingarikó (COPING), criado em 2003, o qual

[...] não é restrito somente para o povo Ingarikó, como a gente entende que quando se trata de uma política indígena nós estamos discutindo junto com demais organizações, interagindo conhecimento e trocando as idéias, ganhando experiência com as organizações que tem mais experiência de muitos anos. A gente contribui como a gente entende como tem que ser a realidade indígena, como tem que melhorar a realidade indígena, desde o início até a construção de políticas indigenistas (informação verbal)²¹.

²⁰ Secretário de Planejamento do Município de Uiramutã.

²¹ Dilson Ingarikó, vereador pelo município de Uiramutã, presidente da COPING, aluno do Curso Intercultural Indígena da Universidade Federal de Roraima, 2007.

O COPING tem como finalidade servir de ponto de aglutinação e discussão das ações a serem desenvolvidas na área da TIRSS, bem como intermediar práticas efetivas que garantam o cumprimento da legislação existente e dos direitos dos povos indígenas.

O Conselho vem tentando aglutinar debates de questões que afetam o cotidiano das comunidades Ingarikó, no sentido de influenciar uma política indigenista que venha de fato atender às demandas locais.

E o Coping é uma instituição sem fins lucrativos mas que se preocupa em criar uma política própria para as comunidades indígenas que hoje a gente sempre diz, queremos escolas específicas diferenciadas, queremos política própria pra educação, pra saúde, mas quem é que vai fazer? Mas o que que é isso qual a identidade dessa escola diferenciada. O governo ta fazendo a parte deles, a gente vai criticando mas ninguém constrói realmente o que agente quer, então, a gente tem que lutar por isso. O Coping luta bastante por causa disso, fazendo crítica, para as próprias organizações indígenas e próprio eles se criticam, onde, porque será que eu tenho que cobrar assim? Porque não é só apenas falar do governo ou falar de alguém que não está fazendo. E eu como uma Instituição, o que que eu estou fazendo? Qual é o meu papel? Que alternativas eu vou apresentar? Então a Coping pensa neste sentido, só assim eu vou poder contribuir com alguma coisa nas comunidades indígenas.

Então nós criamos uma organização que discutiu internamente uma política própria pra poder contribuir com aquelas pessoas que querem se organizar e muitas vezes estão sem motivação para se trabalhar. A gente discutiu, organizou, planejou. A organização nasceu planejada, não nasceu improvisado, foi discutido, porque será que o povo Ingarikó não tem uma discussão própria? Uma proposta própria que pudesse representar, que pudesse fortalecer e que pudesse mostrar sua identidade própria, quem são o povo Ingarikó? Em que momento nós vamos mostrar nossa identidade? Tudo bem que nós somos índios iguais e temos direitos de todos, sim nós temos esse direito, mas dentro do direito, qual é o meu dever? Cada um tem que fazer alguma coisa .

Todos afirmam que pelo que apresentado a nossa organização é uma organização que discute uma política, sabe o que quer, que não sabe apenas cobrar, é saber cobrar e saber dizer o porquê dessa cobrança, como cobrar. Então, a organização Ingarikó tem essa visão muito ampla, e coloca bem de acordo com a realidade da comunidade, não é uma coisa que eu, como representante, invento uma coisa só pra dizer o que eu quero (informação verbal)²².

Percebe-se que o grau organizativo dos Ingarikó caminha no sentido de obtenção de uma maturidade que permita de fato a formação de uma visão ampla dos contextos envolventes de suas realidades, a partir de uma base endógena, que “[...] pudesse representar, que pudesse fortalecer e que pudesse mostrar sua identidade própria, quem são o povo Ingarikó? Em que

²² Dílson Ingarikó, 2007.

momento nós vamos mostrar nossa identidade? Cada um tem que fazer alguma coisa” (informação verbal)²³.

A homologação da TI veio atender a uma reivindicação histórica de cerca de 14 mil índios da região, que desde 1917 vem se defrontando com impasses no que tange a homologação e posse de sua área. A trajetória de ocupação do estado de Roraima foi marcada por uma ocupação intensiva de áreas indígenas pelos não índios e caboclos,²⁴ mais especificamente pecuaristas, agroindustriais e garimpeiros. A área da TIRSS foi delimitada de forma contínua, e não em forma descontínua, em ilhas, como era a proposta até então apresentada como alternativa para a não expulsão de fazendeiros e arroteiros e a não extinção de municípios já criados, sobrepondo-se a TI que surgiram em função das atividades de garimpo. O espaço demarcado corresponde a 1.747.464 há: “[...] com o decreto começa agora uma nova etapa de desenvolvimento, integração e preservação cultural e ambiental na região, resguardadas as questões de interesse nacional, de segurança nas fronteiras (uma questão de Estado)” (BRASIL, 2005a, não paginado). Deste total, menos de 10% ocupa a área do PN do Monte Roraima.

Algumas ressalvas foram estabelecidas, uma vez que a extinção do PNMR pleiteada pela comunidade indígena não foi acatada.

O Parque Nacional não foi uma reivindicação dos povos indígenas. Ele foi criado sem o conhecimento dos povos indígenas, mas aí como já é um decreto criado pelo Presidente da República e já vem sendo discutido pelo IBAMA, há pouco tempo, no ano de 2000 é que nós já fomos entender o que significa isso e aí desde 97 que já vem acontecendo assembleia que já vem esclarecendo o processo todo e foi feito um levantamento dos povos indígenas. Os Ingarikò que ocupam aquela região do Monte Roraima e do monte Caburáí foram contra a criação do Parque só que já tava criado o Parque e aí quando a Raposa Serra do Sol foi homologada veio um parágrafo dizendo que o Parque Nacional permanecerá como bem público caracterizando dupla afetação. Dupla afetação é Terra Indígena e ao mesmo tempo é uma região de unidade de conservação então onde reconhece dizendo que a FUNAI, o IBAMA e o povo Ingarikó deverão administrar o Parque Nacional. Depois da homologação da Raposa Serra do Sol já tivemos duas assembleias que discutiu esse processo para entendermos esse termo de dupla afetação. Como a gente vai trabalhar de uma realidade indígena e a realidade que é da questão ambiental, que é o que a gente está discutindo (informação verbal)²⁵.

O Parque estaria submetido ao regime de dupla afetação por decreto presidencial, como bem público da União destinado à preservação do meio ambiente e à realização dos direitos constitucionais dos índios, segundo o Sr. José Ponciano Dias Filho, chefe do PNMR/IBAMA

²³ Dílson Ingarikó, 2007.

²⁴ Pessoas que não são consideradas indígenas, apesar de terem alguma descendência distante com os mesmos.

²⁵ Dílson Ingarikó, 2007.

“[...] apesar da Amazônia possuir em seu território a sobreposição de cerca de 35 UC sobre TI, este é o primeiro caso no Brasil de uma UC sob o regime de dupla afetação, ou seja, o Parque deverá ter uma gestão compartilhada entre IBAMA, FUNAI e COPING” (trabalho de campo, 2007). Além disso, ficou excluído da área da TIRSS o 6º Pelotão Especial de Fronteira. As áreas militares foram preservadas com a finalidade de garantir a presença do Estado, assegurando a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal (PF).

De acordo com a Portaria nº 534/2005 (BRASIL, 2005a) do Ministério da Justiça, os equipamentos e instalações públicas na região, linhas de transmissão de energia elétrica, leitos de rodovias e o núcleo urbano do município de Uiramutã serão mantidos. A área da TIRSS abrange três municípios – Normandia, Uiramutã e Pacaraima – sendo que somente dois fazem fronteira com a Guiana e a Venezuela. O acesso ao Monte Roraima só pode ser efetivado por Pacaraima. Com a homologação, ficou proibido o ingresso, o trânsito e a permanência de pessoas ou grupos de não índios dentro dos limites da reserva, exceto aqueles especialmente autorizados. Os colonos e fazendeiros na área terão um tempo limite para se retirarem do local, mediante indenização (quando for o caso). Já os habitantes das vilas (a partir de então extintas) Socó, Mutum e Surumu serão transferidos para outra área, por meio de uma ação conjunta entre FUNAI e INCRA.

A criação do PNMR foi pautada por ações excludentes, das quais não houve de fato a participação efetiva dos indígenas. De acordo com Lauriola (2004, p. 22), tal situação se contitui como um reflexo da forma como “[...] as políticas de conservação da natureza podem entrar em conflito com os direitos e políticas da diversidade cultural”. O que confirma isso é o fato de que somente no momento de implementação do PN, com a elaboração do plano de manejo, 10 anos depois, é que os indígenas tomaram conhecimento da criação do PNMR.

O resultado de tal processo foi expresso pelo termo *Kaané!* (não). Os indígenas não reconheceram a criação do PARNA, muito menos o Plano de Manejo elaborado e apresentado pelo IBAMA para o mesmo. A forma como se circunscreveram as relações destes com os recursos naturais tem uma lógica diferenciada do não-indígena.

As áreas destinadas aos diversos usos muitas vezes se sobrepõem no espaço e no tempo. A floresta representa hoje o espaço para o plantio das roças, área de caça e de colheita. As trilhas que a atravessam são ao mesmo tempo caminhos de acesso aos recursos naturais e cultivados, e percursos de viagens sociais, comerciais e das etnias Akawaio, Patamona, Macuxi e Taurepang, localizados tanto no Brasil quanto na Venezuela e na Guiana, assim como aos lugares sagrados fundamentais na mitologia e na cultura Ingarikó (LAURIOLA, 2004, p. 426).

O Monte Roraima se constitui em um destes *loci* permeado pela cosmovisão indígena.

Essa região constitui-se no espaço de ocupação efetiva desses grupos, do qual são obtidos os elementos necessários para sua reprodução material e simbólica. As práticas indígenas tradicionais passam a ser restringidas em função da conclusão do Plano de Manejo do Parque, que não foi aceito pela comunidade indígena e que até então (fevereiro de 2005), organizava-se no sentido de discutir/apresentar outras possibilidades para o PNMR. A rejeição ao Plano se deu em função da não participação dos indígenas na elaboração do mesmo, muito menos das instituições que trabalham com a questão indígena naquela área. Além disso, na visão dos indígenas, o Parque constitui-se em uma invasão de suas áreas, cerceando-lhes práticas e zoneamentos tradicionais.

Os primeiros estudos a elaboração do Plano iniciaram-se em 1999 e a sua conclusão evidenciou que o zoneamento e as regras de uso previstas conflitam com as atividades e o estilo de vida dos indígenas locais. Estes não aceitaram as propostas apresentadas, muitas menos a criação do Parque, conforme se vê em trechos de depoimentos apresentados por Lauriola (2003, p. 181-182):

Eu sou de aqui, eu vou longe para caçar. Eu não tenho animais em cercado como o branco: ele tem seus animais criados perto. O índio não tem criação perto: ele precisa ir longe e caçar para sobreviver (...). O Parque não vai deixar os índios caçar: se matar um porco do mato eles vão os prender (...) Não quero casas de outras pessoas nesta área. Não quero brancos aqui porque não aceitam o que fazemos para sobreviver: roças, derrubar árvores, queimadas, caça, etc. Não aceito o Parque Nacional do Monte Roraima.

Este trecho retrata claramente o estado de tensão que ficou estabelecido após a conclusão do Plano de Manejo do Parque Nacional, associado a não homologação da Terra Indígena.

Para compreender a situação se faz necessário perceber que o zoneamento étnico é constituído a partir da lógica do capital social, ou seja, a confiança e o respeito, e que os recursos naturais tem diversas representações. Ao mesmo tempo em que a floresta é o espaço para plantio, caça e coleta, é também a área de percurso de viagens sociais, comerciais e de cultos religiosos. O uso destes territórios se dá de forma descontínua no tempo e lugar e a partir da socialização dos espaços por diferentes grupos étnicos de “parentes” que respeitam o uso de seus limites.

O direito ao uso e disponibilidade dos recursos situados no solo de TI é garantido pela Constituição brasileira de 1988. No seu Artigo 231, reconhece “[...] aos índios

os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (BRASIL, 1999). Cabe ao Ministério da Justiça, por meio da FUNAI, o reconhecimento de direitos territoriais indígenas, assim como a demarcação das áreas que só se efetivam plena e definitivamente após a homologação assumida pelo Presidente da República. A sobreposição da TIRSS ao PN evidencia que as políticas de conservação da natureza podem ser conflituosas com as políticas de proteção à diversidade cultural.

No caso da sobreposição existem duas situações: na primeira, o decreto de criação da UC assinado pelo Presidente prevalece, seguindo a hierarquia das leis, sobre a portaria de demarcação da TI assinada pelo Ministro da Justiça; na segunda, a eficácia jurídica da demarcação da TI não é reconhecida, com base no argumento de que falta ainda a assinatura de seu decreto de homologação. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), na tentativa de resolver o impasse de sobreposição, delega a um GT interinstitucional, criado por iniciativa do CONAMA que inclui o MMA, a FUNAI e ONG, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o Instituto Socioambiental (ISA) – a busca de soluções destas questões (LAURIOLA, 2003, p. 168).

Para Lauriola (2003, p. 166), “[...] um modelo de uso e conservação da floresta tropical que atribui maior peso ao fator antrópico do que em outros países surgiu de uma aliança política entre movimentos indígenas e indigenistas, organizações de base de outros povos tradicionais e militantes ecologistas internacionais”. Exemplos deste processo podem ser citados, os Kayapó do Xingu, os Yanomami de Roraima e o movimento nacional dos seringueiros. Segundo o autor, este modelo está se desfazendo, na medida em que, hoje, a tendência da ecologia global “[...] ao invés de promover a resolução local dos conflitos como caminho de sustentabilidade, interfere nos processos de decisão nacionais e locais de tal maneira que o exercício do poder político pelas bases sociais e a diversidade cultural dos povos locais acabam sendo ameaçados” (2003, p. 166).

A sobreposição de TI a UC não se constitui em uma situação exclusiva do Brasil. Na América Latina há similaridades deste processo, no entanto, com certas particularidades. Na Bolívia, a sobreposição se efetivou a partir da própria demanda da sociedade indígena que, para garantir a proteção de suas terras, fomentaram a criação do Parque Nacional Kaa-la Del Gran Chaco. Na Colômbia, a criação do Parque Nacional Natural Alto Fraga-Indiwasi foi efetivada por uma demanda indígena, mas tendo como pano de fundo

a busca da proteção de solos sagrados com ocupações invisíveis culturalmente estabelecidas pelos códigos xamânicos e a cosmologia do grupo.

O PNMR está localizado no município de Uiramutã e próximo ao município de Pacaraima, pelo lado brasileiro, e de Santa Elena de Uairén, pela Venezuela (Figuras 4 e 5). A região integra o Grupo Roraima, marcada por um relevo montanhoso com cota superior a 1000 metros de altitude, pertencente ao Pré-Cambriano Superior, ou seja, composto por

[...] rochas que surgiram primeiramente na superfície do planeta. Não há provas concretas, através de fósseis, da existência de vida nessa área; todavia, a existência do mármore nos terrenos pré-cambrianos é uma prova indireta da existência de vida, possivelmente através das algas”. Corresponde a primeira fase da história da Terra “[...] este longo intervalo de tempo, incluindo os primeiros 4, 000 milhões de anos, foi assim chamado por ir antes do cambriano, que é o primeiro período onde os fósseis abundam [...] foi dividido em Arqueano (com cerca de 2,500 milhões de anos) e o Proterozoico (com cerca de 1,500 milhões de anos)” (FIORGEOGRAF, 2005, não paginado).

Contem grandes quedas d’água, que conservam a superfície do topo, não provocando erosão.

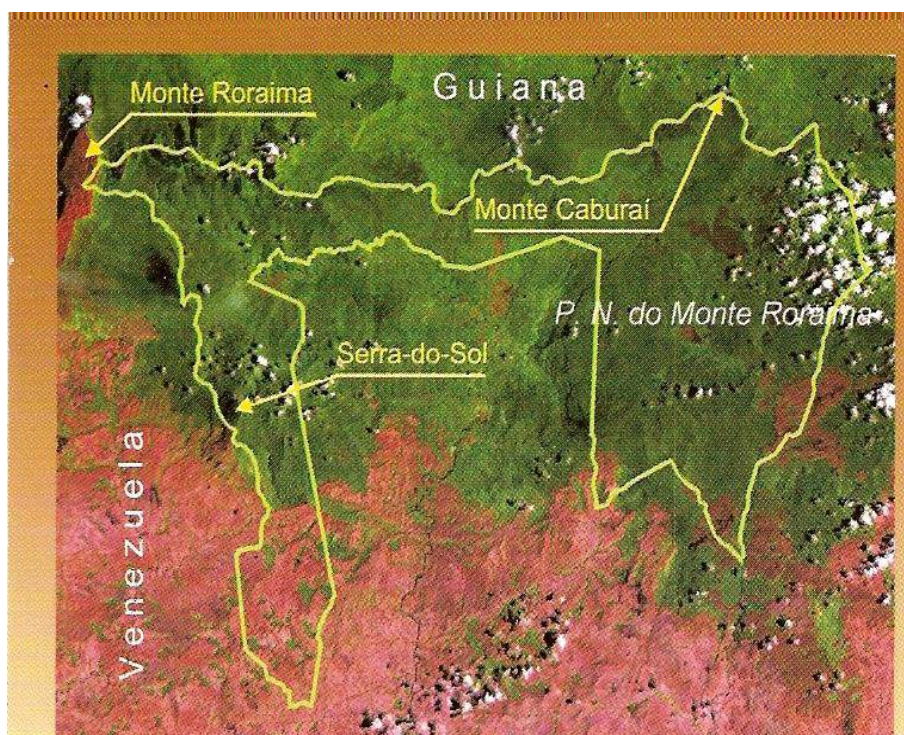


Figura 4: Mapa de Delimitação do PN Monte Roraima (Brasil).
Fonte: Fonte: IBAMA (2005).

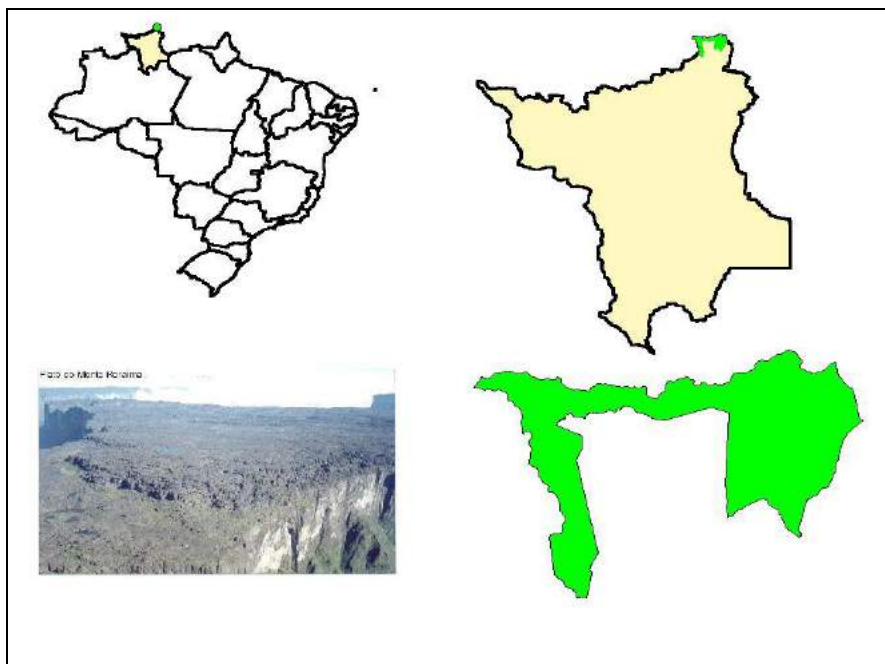


Figura 5: Mapa de Localização do PN Monte Roraima (Brasil).
Fonte: IBAMA (2005).

A fauna do PNMR ainda é pouco estudada, mas a diversidade vegetal aponta para uma variedade faunística similar, favorecidas pela grande quantidade de chuvas, substratos geológicos e variações de altitudes. As primeiras coletas realizadas na área foram de entomofauna, no período de 1927 a 1928, pelo Marechal Cândido Rondon (PROJETO, 1975). Segundo Reis (2006), na área da geologia, os primeiros estudos são creditados a Tate (1930), Paiva (1939) e Gansser (1954). Destas datas até hoje, os estudos são parciais, dispersos e descontínuos, já tendo sido identificados mamíferos, aves e répteis e descritos variados paleoambientes por diversos pesquisadores, mas muito há que ser realizado.

Os recursos naturais existentes no PN constituem-se no principal elemento atrativo da área. Consequentemente, tais recursos conferem ao Monte uma singularidade que atravessa as fronteiras políticas e culturais. Por esta razão, parte de sua área, mais especificamente, somente o PN Canaima, de acordo com a UNESCO (UNIT, 2005), foi declarada patrimônio da humanidade em 1994. Em 2005, um grupo de instituições²⁶ que integram a Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP) protocolara uma proposta junto a UNESCO de registro do Monte Roraima como patrimônio mundial da

²⁶ Academia Brasileira de Ciências (ABC), Associação Brasileira de Estudos do Quaternário (ABEQUA), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), IBAMA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE), Sociedade Brasileira de Geologia (SBG) e Sociedade Brasileira de Paleontologia (SBP).

humanidade (COMISSÃO, 2006, p. 4) e, como tal, deve ser gerido, de modo que suas particularidades sejam mantidas e respeitadas.

Os contatos intertribais na região do “lavrado”²⁷ já se faziam presentes antes mesmo da chegada tardia do europeu, tendo como um grande dinamizador deste processo a sazonalidade da chuva e seca existentes na região.

Os caribes, por exemplo, desenvolveram a partir do médio curso do Orinoco uma enorme atividade comercial e, em muitos casos, verdadeiras conquistas. Navegadores incansáveis, eles já tinham alcançado não só os rios Caura, Paiagua e Caroni, mas também o alto rio Orinoco o rio Urariocera, o Tucuti e Rapununi, região que séculos mais tarde, torna-se-á a fronteira entre Brasil e a República da Guiana (CENTRO, 1989, p. 5).

Evidências deste contato são apontadas por Evans e Meggers (1960), cujos trabalhos arqueológicos na área apontam para uma tecnologia comum ou semelhante entre as diversas comunidades que ocuparam aquela região, podendo ser apontada uma espécie de nivelção entre os mesmos, bem como a consolidação da unificação.

A Amazônia, desde que foi dominada pelos europeus, vem sendo palco de inúmeras ações intervencionistas no sentido de “ocupar” seu espaço e utilizar seus recursos como base produtiva. Neste sentido, o Marques de Pombal (séc. XVIII) pode ser considerado o precursor deste processo, na medida em que impõe à região uma série de ações para garantir o domínio lusitano na região. Segundo Santos, N. (2004, p. 1), Pombal buscava garantir territórios à Coroa portuguesa, construindo fortalezas nas “entradas naturais”, isto é, junto a alguns rios, como nos campos do rio Branco, hoje Roraima.

No entanto, a origem histórica de Roraima remonta a um período anterior:

[...] 1535, quando a expedição do militar espanhol Gonçalo Jimenez de Quesada partiu de Lima – Peru para tentar encontrar os índios remanescentes do império Inca fugidos das atrocidades de Francisco Pizarro, centenas de outras expedições embrenharam-se nos sertões da Colômbia, Venezuela e Roraima em busca do fabuloso El Dorado. Por mais de 300 anos, o noroeste da América do Sul foi palmilhado por aventureiros em busca dos tesouros de Manoa, capital do lendário Império da Guiana, chamada de El Dorado pelos espanhóis, rica em metais e pedras preciosas (FUNDAÇÃO, 1994, p. 27).

O Lago Parima era tido como o local onde o imperador da Guiana tomava banho coberto de ouro. Imaginava-se que estava localizado nas atuais terras de Roraima, no vale do rio Parimé, mas tal afirmação foi muito contestada pelo naturalista Alexandre Von Humboldt, no séc. XVIII. “[...] As primeiras tentativas lusas de chegar a Roraima datam de 1718, quando

²⁷ Termo utilizado para designar a área cultivada.

Francisco Ferreira comandou uma expedição com a finalidade de fazer o reconhecimento geográfico da região, obter ‘drogas do sertão’ e aprisionar índios para trabalho escravo nas fazendas do Pará e Maranhão” (FUNDAÇÃO, 1994, p. 28).

De acordo com o Centro de Informação da Diocese de Roraima (1989), a ânsia de encontrar o Eldorado fez com que acabasse por ser “deslocado à frente do lugar procurado”, ou seja, foi “localizado” em uma área atravessada pelo rio Branco que, ainda desconhecida, estava localizada na Cordilheira do Parima, onde ficava sua mítica lagoa. Esta área corresponde à Cordilheira do Pacaraima, em Pacaraima, atravessada pelo rio Uraricoera (que seria a lagoa), outrora denominado de Parima.

Pelo rio Branco eram atingidas as Guianas, pois desde 1720, Frei Jerônimo Coelho, religioso carmelita e missionário da Aldeia Tarumã, no rio Negro, comerciava com holandeses por intermédio dos indígenas. Os primeiros missionários carmelitas que se estabeleceram na região para efetivar a posse da terra estabeleceram várias missões ao longo do rio Branco, as quais deram o nome de do Carmo, Santa Maria, São Felipe e Conceição. Em 1775, a expedição de Filipe Sturm, a serviço de Portugal, iniciou na confluência dos rios Tacutu e Uraricoera a construção do Fortim de São Joaquim, cuja finalidade era a defesa do sistema fluvial do rio Branco. Em 1788 a obra foi concluída e em 1900, desativada.

A construção do Forte de São Joaquim pelos portugueses propiciou a partir de 1777 que cinco povoados fossem erigidos: São Felipe, Nossa Senhora da Conceição (o mais populoso), Santa Bárbara, Santa Izabel e Nossa Senhora do Carmo (hoje Boa Vista) (CENTRO, 1989, p. 17). Já de acordo com os registros da Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia de Roraima (1994, p. 29), “[...] em volta desse forte foram estabelecidas seis povoações: Santa Bárbara e Santa Izabel ou São Martinho, no rio Branco; São Felipe, no rio Tucutu; Santo Antonio, Conceição e Boa Vista, no rio Uraricoera”. Alguns destes povoados deram origem a alguns municípios que até hoje existem naquele estado.

Datam desta época a ocupação efetiva da região e, por conseguinte, o povoamento e confinamento dos indígenas. Estes se mantiveram aldeados nestas condições até meados de 1780, quando se deram início as diversas rebeliões, deserções e conflitos naquela região. Com a perda da função do Forte de São Joaquim no século XIX, destes povoados, somente o de Nossa Senhora do Carmo resistiu.

Espaço de disputas territoriais diversas, em 1858, o governo federal criou a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, que em 1890 tornou-se o município de Boa Vista do rio Branco.

Antes de serem transformadas em Território Federal, todas as terras do atual estado de Roraima pertenciam ao Estado do Amazonas com exceção de uma faixa de 66 km contígua à linha das fronteiras internacionais que permanecia, por preceito constitucional como patrimônio da União. A falta de uma política agrária e de uma legislação fundiária específica deixou margem para a formação de grandes latifúndios nas terras de Roraima (FUNDAÇÃO, 1994, p. 35).

Depois de disputas territoriais com a Inglaterra, em 1943 foi criado o Território Federal do rio Branco, a partir de uma área desmembrada do Amazonas e, em 1962, tornou-se Território Federal de Roraima (BRASIL. Ministério. 2007d, p. 3). A política de criação dos distritos federais teve seu embrião no Brasil Império, mas se efetivou em 1943, no governo de Getúlio Vargas, no período da II Guerra Mundial. Os objetivos de tal ação, no dizer de Freitas (2001, p. 114), baseavam-se na questão da “[...] integração nacional, [...] intensificação do comércio com os países limítrofes [e da] segurança nacional”. O Território foi elevado à categoria de Estado pela Assembléia Nacional Constituinte em 05 de Outubro de 1988.

De acordo com o Centro (1989), a trajetória do contato dos não-índios com os indígenas da região pode ser periodizada conforme o Quadro 11:

PERÍODO	NATUREZA DO CONTATO
Séculos XVI e XVII	Contatos e guerras caribes
De 1670 a 1755	Conquista portuguesa
1755 a 1800	Reação indígena
1800 a 1900	Consolidação da conquista
1900 a 1943	Tutela, invisibilidade induzida e consolidação do capitalismo a partir da pecuária
A partir de 1943	Integração nacional com a criação do Território Federal e a invasão das terras indígenas pelos fazendeiros

Quadro 11: Periodização dos contatos

Fonte: Quaresma (2008) a partir de Centro (1989).

No entanto, o processo de contato foi contingenciado por períodos de conflito e subjugação, bem como prosperidade econômica e pauperização para a região, marcada por uma relação nada tranqüila, no dizer de Coundreau (1887), com os indígenas. Segundo a Diocese de Roraima (CENTRO, 1989, p. 36), “[...] a situação dos índios continuou piorando.

Das duas dezenas de povos presentes na região do rio Branco na época da conquista portuguesa só quatro sobreviveram enquanto povos: Makuxi, Taurepang, Ingaricó e Wapixana”. O restante, segundo as evidências da época, desapareceu por dizimação ou por ter sido absorvido por um dos grupos remanescentes.

A migração indígena era usual nessas áreas desde o período do contato. As constantes guerras e conflitos dos índios brasileiros com o europeu desencadearam fugas para as Guianas, onde mantinham relações amistosas com os ingleses locais. No entanto, no século XX, com a revolução do país e a saída dos ingleses, o processo se inverteu, tendo os indígenas da região de Essequibo se deslocado para o Brasil. Pertencentes às etnias Makuxi e Wapixana, eram falantes da língua inglesa. Na década de 1950, a língua Macuxi sofreu inúmeras transformações com o contato mais direto com a língua não-indígena. Hoje, no entanto, o processo vem se revertendo e tanto os Macuxis da Guiana quanto os do Brasil vem se empenhando no sentido de recuperar e fazer com que a língua Macuxi se torne língua franca²⁸.

Atualmente, o estado de Roraima compreende uma área de aproximadamente 225.116,1 km², sendo que 150 km de faixa de fronteira pertencem à União, além de reservas indígenas: “[...] o Estado de Roraima dispõe, na verdade, de pouco mais de 20% de sua área total. São apenas nestas terras que o governo estadual pode planejar e trabalhar livremente sem depender do aval da União” (FREITAS, A., 2001, p. 135). Localizado nas direções norte/sul em 6° 43’ 19” e em leste/este 5° 42’ 00”, limita-se com a Guiana (964 km de fronteira) ao norte e leste, com a Venezuela (958 km de fronteira) a oeste, e ao norte e ao sul com o Estado do Amazonas, tem como capital a cidade de Boa Vista, localizada a 212 km da fronteira do Brasil com a Venezuela.

Roraima se “moderniza” a partir da década de 1970, com uma significativa expansão urbana por ocasião dos projetos desenvolvimentistas direcionados para a região²⁹. Exemplo disso é o processo de crescimento populacional do Estado que inicia na década de 1970 e se amplia a partir da década de 1990, conforme evidenciado no Quadro 12.

²⁸ Também conhecida como língua de contato ou língua de relação resultante do contato e comunicação entre grupos ou membros lingüisticamente distintos.

²⁹ Programa de Integração Nacional (PIN), II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA).

PERÍODO	POPULAÇÃO
1950	18.116
1960	28.871
1970	41.638
1980	79.159
1991	217.583
1996	247.131
2000	324.397
2007	395.725

Quadro 12: Crescimento populacional de Roraima

Fonte: Quaresma (2008) a partir de IBGE (2007, 2000, 1991, 1980, 1970) e Serviço (2000).

Tal crescimento vem se constituindo no principal vetor de alteração do Estado e a tendência é que se amplie em função da busca de novas frentes de trabalho. A partir deste processo, e com a elevação do Território à categoria de Estado,

[...] questões como a fundiária associada à das terras indígenas, institucionalizam-se, assumindo, por vezes, choques dramáticos. Grupos de interesses transformam-se em grupos de pressão radicais estabelecendo-se um impasse, já que não há uma autoridade mediadora, um Estado que defina as questões [...] (FREITAS, 2001, p. 130).

As questões indígenas também emergem, tendo como pauta a demanda pela demarcação de suas terras, direito este assegurado constitucionalmente (BRASIL, 1988). A gênese destas questões está relacionada com a privatização (venda) de terras públicas. Conforme o entendimento de Santos, N. (2004, p. 175), “[...] os resultados tem sido as idas e vindas quando das demarcações e homologações de TI ou criação de Reservas Extrativistas e Unidades de Conservação”.

Recentemente, como vitória em uma longa disputa desta natureza pode-se citar a homologação da TIRSS, demandada desde a década de 1970. Marcado por pressões de grupos exógenos às comunidades indígenas e por interesses conflitantes, este processo garantiu a 164 aldeias indígenas da região “viver com mais dignidade na terra que é nossa”, segundo as próprias palavras de Marinaldo Macuxi (CONSELHO, 2005, não paginado). A homologação da área foi contestada judicialmente desde 1999 pelo Estado de Roraima, que se colocava contrário à área homologada em função da disponibilidade de recursos naturais existentes na mesma, bem como da existência de três vilarejos, além de projetos agropecuários já desenvolvidos na área (1.747.464 ha) (BRASIL, 2005d). Entretanto, problemas com relação às TI se mantem, principalmente na Amazônia, haja vista a sobreposição delas pelas UC.

A composição populacional atual de Roraima é de 395.725 habitantes. Destes, 77,57% (306.989 habitantes) estão concentrados na área urbana e 22,42% (88.736 habitantes)

na área rural (IBGE, 2007). Vale acrescentar que a maior parte da população do Estado concentrava-se na área rural e a partir da década de 1980, o quadro se inverte (Tabela 5) inclusive com o deslocamento de vários índios para a capital Boa Vista.

ANOS	POPULAÇÃO TOTAL	POP. URBANA		POP. RURAL	
		Nº	%	Nº	%
1950	18. 116	5. 132	28,33	12. 984	71,67
1960	28. 871	10. 180	35,26	18. 691	64,74
1970	40. 885	17. 154	41,95	23. 731	58,05
1980	79. 159	43. 131	54,48	36. 028	45,52
1991	217. 583	118. 928	54,65	98. 655	45,35
1996	247. 131	153. 936	62,28	93. 195	37,71
2000	324. 397	247. 016	76,15	77. 381	23,85
2007	395. 725	306. 989	77, 7	88. 736	22,42

Tabela 5: Evolução e composição populacional de Roraima

Fonte: Quaresma (2008) a partir de Serviço (2000) e IBGE (2000).

Roraima é considerado o estado com o maior número de população indígena do Brasil, representada pelos grupos Macuxi, Taurepang, Ingarikó, Wapixana, Yanomami, Waimiri-Atroari, Maiongong, Japauaperi, Macu, dentre outros (FREITAS, A., 2001). No entanto, segundo Frank (2002), o processo de criação do Estado de Roraima foi pautado por uma prática “antiindígena”, ou seja, não reconhecer os indígenas como pessoas com afinidades sócio-culturais específicas e que integram o Brasil e tem direito à terra. Roraima já era habitada por 25 grupos indígenas, que após o contato e confrontos com os europeus, foram reduzidos a quatro grupos: Makuxi, Taurepang, Ingarikó e Wapixana (FRANK, 2002). Em seu trabalho acerca do resgate da constituição da paisagem étnica de Roraima desde o século XVIII, o referido autor evidencia que toda ação até então instituída teve como base a postura da negação do indígena.

A trajetória do avanço exógeno sobre o território indígena não é algo recente. Leitão (2004) menciona este percurso a partir do contato com o europeu – evidenciando este momento como a “origem do caos”, – até os dias atuais. Tal processo, segundo o autor, tem como pano de fundo a violação dos direitos territoriais indígenas.

A mesma constatação é evidenciada por Burgardt (2005) e por Vieira, I. (2007). O primeiro o faz a partir de estudo acerca do cotidiano, da identidade e das representações sociais da TIRSS quanto do PNC, tendo como foco de observação as cidades Ciudad Bolívar,

na Venezuela, e Boa Vista, no Brasil. O segundo, a partir de estudo acerca da atuação da Igreja Católica na formação política dos índios de Roraima, contextualizando a situação de opressão e exploração às quais eram submetidos os índios e o forte conflito entre índios e não-índios existente na história de Roraima.

A história da ocupação humana do estado remonta a períodos de aproximadamente 3.000 a.C. Antes da chegada dos europeus (séc. XVIII), o vale do rio Branco já era densamente ocupado por uma população indígena oriunda do Caribe pelo alto Orinoco e rio Branco. A chegada dos europeus no continente sul-americano sempre foi pautada por conflitos e tensões as mais diversas. No caso de Roraima, a região em que se situa foi marcada pela disputa do território e dos recursos por espanhóis, portugueses, holandeses e ingleses desde o início do séc. XVI. Todavia, seu povoamento pelos europeus só foi iniciado de fato a partir do século XVIII. Na concepção de Freitas, A. (2001, p. 88),

[...] a construção do Forte de São Joaquim na confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, em 1775 foi um marco decisivo na conquista de rio Branco pelos portugueses. A decisão para construir o Forte São Joaquim, hoje destruído, foi tomada para que, a partir do Forte, os portugueses pudessem enfrentar a cobiça internacional e assegurar a soberania de Portugal sobre as terras do vale do rio Branco. Após o domínio na região, os portugueses partiram para a criação de povoados reunindo os próprios índios da região.

Várias levadas migratórias se estabeleceram a partir de então, como reflexo de conjunturas políticas e econômicas com as quais a região se deparou, principalmente a partir do século XX. Freitas, A. (2001) e Santos, N. (2004) destacam o período da “descoberta e ocupação” do rio Branco pelos europeus em meados do século XVI, até o início do século XIX; do início do século XIX até a criação do município de Boa Vista, em 1890; da criação dele até a criação do Território Federal do rio Branco e da criação do Território até os dias atuais.

Em tal conjuntura, destaca-se a década de 1970, quando houve a abertura do tráfego terrestre em Roraima, o que facilitou a mobilidade interna e externa no estado. Nas duas décadas seguintes, ocorreram a abertura dos garimpos e a implantação de projetos de colonização desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo governo do Estado, visando à ocupação espacial do território e que atraíram um enorme contingente de pessoas à área, principalmente de nordestinos. Este processo é identificado por Freitas, A. (2001) de “nordestinização”.

Para Vale (2005, p. 13), “[...] no contexto das políticas de incentivo à migração, é a Amazônia uma das regiões que mais recebem migrantes do Nordeste. Com o objetivo

primordial de ocupar a fronteira, para garantir a segurança nacional”. No caso de Roraima, a autora afirma ser o Ceará o estado de onde partiram as maiores correntes migratórias para o então Território Federal. Tal processo se configura pela constituição de novas territorialidades, de uso e apropriação dos recursos, tanto do ponto de vista espacial quanto econômico e social, a partir da troca de “cargas culturais”.

A disponibilidade de recursos minerais foi um fator fundamental na atração de migrantes para a região, o que vem ocorrendo até hoje, inclusive na Guiana e na Venezuela. A potencialidade mineral do escudo guianense já era apontada por Barry (1886) por ocasião de sua visita às minas de ouro da Guyana. Para Leonardi (2000), em Roraima a extração de ouro e diamante se constituíram nas principais atividades dinamizadoras da economia, principalmente nas décadas de 1960. Associada a ela, outras questões até hoje afligem o Estado, entre as quais a devastação ambiental, seguida pelo número de doenças oriundas da atividade mineradora ou relacionadas a sua prática que se estendem inclusive até as populações indígenas.

Roraima se destaca por possuir o maior número de ecossistemas da região amazônica. Esta variedade é composta de: “[...] selva tropical de terra-firme, pântanos, matas de várzea, várzeas de campos, capinaranas, cerrados, campos, matas de encosta e de altitude” (DOMINGUES, 2005, p. 66-67). Ao longo do processo de ocupação do Estado, as “13 florestas e as 5 não florestas” existentes na área vem sofrendo alterações as mais diversas ordens, segundo Gomingues (2005).

De acordo com a Fundação (1994), de todos os estados brasileiros, Roraima é o que possui a maior variedade de fisionomias vegetais (Quadro 13), devido ao forte gradiente pluviométrico do sul para o norte do estado, os diversos substratos geológicos e as variações altitudinais.

SISTEMA	ECOSSISTEMAS
Savana	Campo cerrado, parque e campo
Savana estéptica	Arborácea densa, arborácea aberta, parque e gramínea
Floresta Tropical Aberta	Cipoal e palmeiras
Floresta Tropical Densa	Sub-Montana, Montana
Floresta Semidecidual	Baixa altitude; sub-montana
Formações pioneiras aluviais	Arborácea; arbustiva; lenhosa/gramínoide
Refúgios ecológicos	

Quadro 13: Fisionomias vegetais de Roraima
Fonte: Projeto RADAMBRASIL, 1975.

Roraima é o único estado da região Norte que além de agregar quase a totalidade da tipologia climática do país, detém uma considerável porção do território em clima típico. A pedologia do estado de Roraima pode ser dividida em quatro grupos, conforme visualizado no Quadro 14.

GRUPOS	CARACTERÍSTICAS
Grupo I	Elevada aptidão agrícola; distribuição restrita; constituído de terra roxa estruturada e latossolo roxo; ocupa uma área de 275.000 ha.
Grupo II	Terrenos de média e boa aptidão agrícola; ocupa uma área de 65% do estado (16.8000.000 ha); predomina na região de floresta.
Grupo III	Solos líticos e aluvião; aptidão agrícola restrita; ocupa uma área de 4.100.000 há
Grupo IV	Solos de baixa ou nenhuma aptidão agrícola; maior diversificação de solos (hidromórfico glyzado; laterita hidromórfica, concessionário laterítico; areias quartzosas; rocha fresca; planossolo e hidromórfico cinzento; abrange 1.825000 ha).

Quadro 14: Características das fisionomias vegetais de Roraima
Fonte: Adaptado pela autora a partir de RADAMBRASIL, 1975.

O relevo de Roraima é bastante diversificado, de acordo com Vale (2005, p. 21): há o Planalto Sedimentar de Roraima correspondente à parte mais elevada; o Planalto de Interflúvio divisor dos rios Amazonas e Orinoco; o Planalto Norte da Amazônia, onde se localiza o Monte Roraima, existindo também uma série de pequenos planaltos residuais. Em menor escala há o Pediplano rio Branco/ rio Negro (que correspondem às calhas dos rios e suas margens). Em altitudes mais reduzidas, existem os Campos do rio Branco e Áreas de Acumulação Inundáveis. Magalhães, M. (2006) identifica três zonas fisiográficas no Estado: o alto rio Branco, onde há maior concentração demográfica e a prática da agropecuária; a região

Montanhosa, área de fronteira ao norte deste estado; e o baixo rio Branco, onde se concentram as florestas e a coleta é a principal atividade de subsistência.

Roraima tem a particularidade de ter sido edificada a muitas mãos: paraenses, amazonenses, cearenses, pernambucanas, maranhenses, gaúchas, paulistas, entre outras, além do fato de ser o estado brasileiro que concentra o maior número de áreas destinadas aos índios (FREITAS, A., 2001). Fortes construídos por migrantes, pelos índios que aqui estavam, pelos negros e europeus que se direcionaram para aquela área em busca da esperança da construção de um novo horizonte. As andanças destes povos, pelos lavrados, florestas e savanas evidenciaram as possibilidades de Roraima.

Hoje, de acordo com Vale (2005) e Serviço (2000) Roraima conta com quinze municípios³⁰ e seus respectivos distritos, a maioria deles oriundos de colônias agrícolas. Há ainda a perspectiva de aumento deste número na medida em que ampliam-se distritos e vilarejos. Esta expansão/consolidação não reflete uma qualidade de vida digna aos seus habitantes, no dizer de Santos, N. (2004, p. 252).

[...] há fortes indicadores de insustentabilidade, com a grande mobilidade espacial da população, mesmo para os padrões amazônicos, além da situação quase sempre muito precária dos municípios. Alguns deles foram criados a partir de antigas vilas de garimpos em terras indígenas, para garantir a presença do poder local, e não possuem meios para se manter. No geral dependem cada vez mais de repasses federais e estaduais para atender seus compromissos regulares e não dispõem de estrutura para funcionar como unidades políticas.

Deste municípios, Boa Vista, a capital, tem uma extensão territorial de 5.117,9 km², o que representa 26% de Roraima. Entretanto 28,28% da mesma (1.447,35 km²) é composta de reservas indígenas. A via de acesso à capital se dá pela BR 401, que interliga através de rodovias estaduais e federais pavimentadas aos demais municípios, Venezuela e Guiana. Manaus se interliga pela BR 174 e com as demais capitais por via aérea.

A economia do município é pautada pela agricultura e pecuária, pelo extrativismo vegetal e mineral. O setor agrícola destaca-se pela produção de milho, soja,

³⁰ Boa Vista (Mururpu), Bonfim (São Francisco, Nova Esperança, Vilhena, São Domingos, Alto Arraia e Dormida), Caracará (Petrolina do Norte, Novo Paraíso, Lago Grande, Santa Maria do Xeruíni, Vista Alegre, Terra Preta, Vila São José, Apuruí, Caicubi, Cachoeirinha, Panacarica), Alto Alegre (vila São Silvestre, Taiano e Igarapé Grande), Mucajá (Tamandaré e Apiaú), Iracema (Vila São Raimundo, Apuruí e Roxinho), Normandia (Maloca da Raposa e Vila N. S. de Nazaré), São José da Baliza (Baliza), São Luiz, Amajari (Tepequém, Três Corações e Trairão), Pacaraima (Surumu, Contão, Samã e Boca da Mata), Uiramutã (Água Fria, Vila Socó e Mutum), Cantá (Confiança I, II e III, Vila Félix linto, Serra Grande I e II, Central União e Santa Cecília), São Luís do Anauá (vila Moderna), Rorainópolis (Nova Colina, Equador, Jundiá, Martins Pereira e Santa Maria do Boiaçu), São João da Baliza (Baliza) e Caroebe (entre rios e Jatapu).

feijão, arroz, mandioca e banana, bem como de produtos hortifrutigranjeiros. Na pecuária, o rebanho bovino está estimado em 399 mil cabeças, além da criação de suínos, ovinos, caprinos e galináceos. Existem ainda reservas de diamante, bauxita, cassiterita, cobre, ouro, argila e granito a serem exploradas no Estado.

O setor terciário é marcado por indústrias que se concentram na construção civil, na produção de alimentos (agroindustrial), no beneficiamento de madeira, na produção de confecções e calçados. A prestação de serviços (comércio) corresponde à “[...] cerca de 70% de toda a iniciativa privada formal de Roraima”, sendo o turismo o setor que mais se expande no estado de acordo com o SEBRAE (2000), em função da disponibilidade de recursos naturais adequados à prática do ecoturismo. Na radiografia do estado, o turismo é apontado como a sua segunda maior fonte de renda em potencial.

A segmentação do turismo a ser viabilizado no Estado a partir do seu potencial envolve: aventura, científico, cênico, esportivo, antropológico, cultural, histórico, fluvial, fotográfico, climático e comercial. Todavia, o turismo ainda se constitui em uma atividade recente e que tem pouca expressividade na balança comercial do Estado. Ações vem sendo desenvolvidas pela Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima, pelo Departamento de Turismo de Roraima, pelo *trade* local, bem como pela Fundação de Esportes, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista (FETEC), por meio da Superintendência de Turismo. No entanto, muito há que ser feito no sentido de estabelecer canais efetivos de articulação e planejamento conjunto no que diz respeito a esta atividade e sua interação com a questão ambiental.

“O Brasil recentemente, comprometeu-se, por meio da convenção sobre Diversidade Biológica, a construir um abrangente sistema de unidades de conservação terrestres até 2010 e um sistema marinho até 2012” (BRANDON et al., 2005, p. 10). Porém, as ações eficazes só se concretizam frente a crises mais profundas divulgadas pelos meios de comunicação que demandam ações efetivas e de curto prazo. Para reverter as crises, articulações se fazem necessárias, principalmente a parceria entre a ciência e o poder público, transpondo os resultados da primeira em favor da consubstanciação das ações do segundo no sentido de otimizar práticas exitosas em prol de estratégias mais inovadoras de conservação.

Apesar de ser um dos estados mais novos do país, a preocupação com a questão ambiental na região data de 1960. No entanto, segundo Domingues (2005), tal preocupação se intensificou a partir de 1980, em função do quadro de desmatamento, extinção de espécies

raras da fauna e da flora e da poluição dos rios em consequência do uso intensivo do mercúrio pelos garimpeiros. A política de controle do meio ambiente na área teve início em 1974, com a criação do Posto de Controle e Fiscalização (POCOF), subordinado à Delegacia do IBDF do Amazonas. A partir de 1980 o POCOF/RR ascende à categoria de Delegacia até 1989, quando foi criada a Superintendência Estadual do IBAMA, sendo estes os principais agentes do poder público que transitam em torno das questões ambientais no Estado.

2.3 O MONTE RORAIMA NA GUIANA

Um dos países que detém a gestão sobre o Monte Roraima, a Guiana (República Cooperativista da Guiana), ex-Guiana Inglesa, constitui-se como um dos países integrantes da Pan-Amazônia, localizando-se no extremo norte da Amazônia. Constituída por um vasto planalto, voltado para o Oceano Atlântico, separa-se da bacia amazônica por uma série de maciços montanhosos. Neste maciço, encontram-se os divisores naturais da Guiana com o Brasil (Roraima), Serra Pacaraima; Guiana com o Brasil (Pará), Serra do Acarai; e o divisor natural do Suriname, Guiana Francesa e o Brasil (Pará), a Serra de Tumucumaque.

A área territorial da Guiana é de aproximadamente 216.000 km². Ao longo do litoral, a região é rebaixada e pantanosa, e em alguns locais fica abaixo do nível do mar. Em função disso, o país está sujeito a inundações periódicas.

A Guiana se divide em quatro tipos de formas de território: 1) um cinturão plano litorâneo de solo argiloso, acerca de 1,80 a 2,40 metros abaixo do nível do mar, onde se situa a maior parte da atividade agrícola; 2) um cinturão arenoso de que fazem parte as regiões intermediárias de savanas; 3) uma peneplanície central que inclui as luxuriantes florestas em estado primitivo e extensas jazidas minerais; 4) as terras altas, onde ficam as cordilheiras (RAMPERSAUD, 2007, p.151).

A rede hidrográfica é complexa e de difícil navegação, em função das cachoeiras e corredeiras muito acidentadas. E, pelo que se vê em Civita (1977), o rio mais extenso é o Essequibo, que corre na depressão existente entre a Serra Pacaraima e a Serra Acarai.

A Guiana constitui-se no terceiro menor país da América do Sul, e um dos que tem menor densidade demográfica. Sua fragilidade, no dizer de Ram (2005, p. 96), reside no fato de ser “[...] o único país na América do Sul, e na verdade em todo o Hemisfério Ocidental, onde a maioria da população (52%) tem suas origens na Índia, sendo 36% de

origem africana. O resto é uma mistura de ameríndios (10%) que constituem a maioria nas regiões do interior”. Tal diversidade se expressa também na disponibilidade dos recursos naturais, uma vez que a Guiana detem solos férteis para a agricultura, reservas minerais diversificadas e uma grande extensão de florestas tropicais.

Alvo de inúmeras correntes migratórias, a região foi foco de investidas e disputas de holandeses, franceses, ingleses, asiáticos, africanos e ameríndios. Como colônia, sua área foi delimitada e disputada também pelo Brasil e Venezuela em vários litígios, conseguindo sua emancipação como colônia inglesa em 1966 e proclamada sua “independência” em 1970. Esta trajetória é traçada por Daly (1974), que descreve todo o processo de edificação do território guianense, desde sua “descoberta” até a constituição da República Cooperativa.

A região da Guiana em tempos primevos foi habitada por populações indígenas dos grupos Caribe, Arawak e Warao, responsáveis pela origem do nome da área. Etimologicamente a palavra Guiana provavelmente é originada do Arawak e exprime “*o ana wai*” que significa (terra de) muitas águas (HISTORY, 2006, p. 6). Evans e Meggers (1960), em seus trabalhos acerca dos vestígios arqueológicos na Guiana, descrevem a presença de sete fases ou ocupações humanas anteriores e/ou contemporâneas ao contato europeu, conforme se vê no Quadro 15.

FASE	LOCALIZAÇÃO	DATAÇÃO ESTIMADA (A.P)*
Alaka	Litoral	0 a 500
Mabaruma	Oeste do rio Essequibo	500 a ± 1600
Koriabo	Noroeste da região	1000 a ± 1600
Abary	Noroeste de Trinidad	1100 a ± 1670
Taruma	Interior	1670 a ± 1900
Rupununi	Savanas e cabeceira do Essequibo	depois de 1700
Wai Wai	Brasil e Guiana (cabeceira do rio Mapuera e as Montanhas de Acarai)	± 1900

Quadro 15: Ocupação humana da Guiana Inglesa

Fonte: Quaresma (2008) a partir de Evans e Meggers (1960).

(*): Antes do presente.

Segundo os dois autores, “[...] the peopling of the Guianas began at an unknown time, when some of the wandering hunters who represent the first human inhabitants of the American continent filtered southward and eastward” (1960, p. 333). Alguns indivíduos destes grupos, apesar de serem de fases distintas, chegaram a manter uma intercomunicação,

pois foram contemporâneos, estabelecendo contatos e vínculos. No entanto, nos séculos XVII e XVIII a soberania européia sobre a região na busca do “El Dorado” dissolve de forma intensiva a organização local, gerando impactos diversos, uma vez que em relação à Europa, as Guianas eram os espaços mais acessíveis da América do Sul durante muitos séculos.

A Guiana tem mais de 50.000 índios distribuídos em 120 comunidades de nove diferentes tribos ou etnias. Este total representa mais de 5% da população do país e constitui-se em um segmento em crescente expansão e que se concentra geralmente no interior do país. Assim como no Brasil e na Venezuela, esta parcela da população durante muito tempo deparou-se com terras não demarcadas, falta de atendimento à saúde e à educação, sendo relegados a uma situação de pobreza e abandono social. Desde 1992, o governo da Guiana passou a inserir os índios em programas governamentais: “[...] an Ameridian Development Fund was established, a Minister of Ameridian Affairs has been established to collaborate with other Ministries and agencies in ensuring that Ameridians are included as far as possible”(GUIANA, 2007a, p. 3).

O domínio holandês sobre a área estabeleceu-se a partir do século XVI, seguido pelo dos ingleses, quando a partir de 1815, Essequibo, Demerara e Berbice tornaram-se colônias da Grã-Bretanha. Ainda segundo a obra citada, as colônias foram oficialmente cedidas pelo Reino Unido pelo Tratado Anglo-Holandês de 1814 e no Congresso de Viena em 1815, em 1831 foram consolidadas como Guiana Britânica.

Após a abolição dos escravos em 1834, muitas plantações encerraram suas atividades. Então, mão-de-obra indiana, portuguesa e chinesa foi trazida para o trabalho na agricultura canavieira e algodoeira. Tensões étnicas emergiram deste processo e embora manipuladas ao longo do tempo, tal quadro não influenciou na formação de uma cultura marcada pela inter-etnicidade. A população afro-guianense recém-libertada deu origem aos núcleos urbanos, enquanto que os núcleos rurais foram formados pela população indo-guianense.

A independência do país se deu em 1966, sendo recente a formação da República Guianense, datada de 1970. A vida política do país foi turbulenta e marcada por períodos de autocracia, corrupções e fraudes, sendo os direitos humanos e liberdades civis suprimidas. De acordo com History (2006, p. 3), a partir da década de 1980 um novo momento político se instaura no país, passando de um estado de socialismo e de controle uni-partidário para um modelo de economia de mercado e liberdade social.

A Guiana limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, ao sul com o Brasil (1.119 km), a leste com o Suriname e a oeste com o Brasil e com a Venezuela, possuindo de litoral 459 km. De acordo com (2005) a Guiana tem uma estrutura política formada por dez regiões,³¹ ocupada por uma população de aproximadamente 800.000 habitantes, em que 90% deles ocupam o litoral do país, onde está localizada a capital Georgetown.

As maiores cidades da Guiana podem ser identificadas basicamente por seis grupos étnicos: os índios orientais, que constituem a maior parte da população; os africanos; seguidos por chineses; portugueses; europeus e ameríndios, estes últimos com nove grupos étnicos distribuídos em 65 áreas de reserva (FERRIER, 1992). O restante do território é quase totalmente ocupado por florestas e savanas. O fluxo migratório de brasileiros é muito grande para a área, em função da atividade mineral, crescente no país e que vem sendo analisada por estudos como o de Willis (1992), que estabelece correlações da prática da mineração na Guiana com a atividade garimpeira no Brasil.

Lethem e Bonfim são respectivamente as cidades limítrofes entre a República Cooperativa da Guiana e o Brasil. A ligação entre as duas cidades será efetivada com a construção da ponte sobre o rio Tucutu (Fotografias 7 e 8), que ligará Bonfim pela BR 410 a cidade de Lethem. Há uma grande expectativa em torno da conclusão da ponte, a fim de integrar definitivamente Boa Vista ao Atlântico, bem como alavancar o comércio e o turismo local.



Fotografias 7 e 8: Construção da ponte sobre o rio Tucutu (Guiana).
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

³¹ Barima-Waini, Cuyuni-Mazaruni, Demerara-Mahaica, East Berbice-Corentyne, Essequibo Islands, West Demerara, Mahaica-Berbice, Pomeroon-Supenaam, Potaro-Siparuni, Upper Demerara-Berbice, e Upper Takutu-Upper Essequibo.

A base econômica é a agricultura primária, principalmente arroz e cana. A balança exportadora está assentada no arroz, açúcar, bauxita, ouro, madeira e camarões. Detentora de uma diversificada biodiversidade, cerca de aproximadamente 75% de seu território é coberto por florestas (FERRIER, 1992). Entretanto, a atividade que mais vem afetando estas áreas é o garimpo (clandestino ou não) e com ele o uso do mercúrio. Apesar de todo o seu potencial hidroelétrico, é o segundo país mais pobre do ocidente (RAM, 2005). Tal situação contrasta com a economia da década de 1960, quando a Guiana era um dos países mais prósperos da região.

Sua economia pode ser tipificada, segundo Rampersaud (2007), como pequena, aberta e vulnerável a instabilidades internas e externas. As ações advindas para o setor estão direcionadas como desafios para o futuro, tendo como norte a diversificação produtiva e a ampliação de mercado. Apesar do avanço apresentado e da disponibilidade de recursos, obstáculos precisam ser ultrapassados, principalmente no que tange ao nível de infra-estrutura física (transporte, energia, comunicações, parque industrial, por exemplo) para que de fato a qualidade de vida seja uma constante acessível à maior parte da população.

As relações entre o Brasil e as Guianas como um todo vem sendo ao longo do tempo permeadas pelo crescente fenômeno migratório existente entre eles. Autores como Arouck (2000) e Pinto, M. (2008) vem dedicando-se a analisar o processo na Guiana Francesa, e Corbin, H. (2007) na República Cooperativista da Guiana. Esta mobilidade humana remonta a um passado longínquo, no entanto de acordo com Corbin, H. (2007, p. 54)

[...] during the last two and a half decades, migration across the Guyana-Brazil border has been on the increases as Guyana and Brazil respond to the underlying principles of principles of agreements to facilitate international movements of goods and people as stipulated in the Partial Scopi and International Road Transport Agreements.

No entanto, a ilegalidade ainda está presente nesta trajetória, seja pela dimensão das fronteiras existentes na Amazônia, seja pela fragilidade dos sistemas de controle do fenômeno. O comércio que se desenvolve naquela área é tipificado por Magalhães, M. (2006) como um comércio *formiga*, no qual são comercializados produtos alimentícios, eletrônicos, roupas, calçados e medicamentos.

Corbin, H. (2007), ao traçar a trajetória de contato com os autóctones guianenses com os europeus, evidencia que as situações conflituosas presentes na Guiana, hoje, tem como pano de fundo a coexistência involuntária de grupos étnicos diferenciados que se

deslocaram para a área. As relações diplomáticas com o Brasil tiveram início em 1968, mas somente dez anos depois é que elas se efetivaram

[...] a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, em 1978, promoveu a cooperação bilateral em uma ampla gama de temas, inclusive a pesquisa científica e técnica, o desenvolvimento econômico e social e também consultas para o desenvolvimento de regiões de fronteira, do transporte, na comunicação, turismo e saúde (CORBIN, R., 2007, p. 154).

Tais relações ainda não amadureceram de fato ou geraram eco que permita de fato estabelecer canais efetivos, tal como a conclusão do acesso rodoviário que permitirá novos vínculos com a América do Sul.

Vários acordos vem sendo estabelecidos com o Brasil desde a década de 1970, mas eles se fortaleceram a partir da década de 1990, principalmente com a perspectiva atual do estabelecimento e implantação de alternativas satisfatórias de transporte. Conforme Brasil (2005c), tal processo será consolidado com a conclusão da Rodovia Boa Vista-Georgetown, que permitirá o fortalecimento das relações comerciais bilaterais. Associada à questão econômica, a integração política do norte sul-americano traz também excelentes perspectivas para o desenvolvimento do setor turístico na região.

Até 1992, a Guiana possuía apenas uma área protegida, o PN Kaieteur. Isso é reflexo da baixa pressão sobre os recursos naturais disponíveis, mas à medida que o crescimento populacional e econômico se efetiva no país tal quadro tende a mudar. Apesar do reduzido número de áreas protegidas, no final da década de 1980, o poder público local passou a referendar a importância da conservação dos recursos naturais, tanto que em 1988 foi criada a Agencia Guyanesa para la Educación en Ciencias Sanitarias y la Política del Ambiente y Alimentaria: “[...] la GAHEF, conjuntamente con el Ministerio de Comercio y Turismo y la Comisión de Parques Nacionales, realiza esfuerzos para desarrollar un programa administrativo para la expansión del PN Kaieteur” (FERREIRA, 1992. p. 253). Este intento se defrontou com uma série de limitações (obstáculos) financeiras e humanas, haja vista o período de instabilidade política e econômica com o qual vem se deparando o país, o que fez com que não fossem dirigidos trabalhos mais específicos para a área do Monte.

No que diz respeito à questão ambiental, foi criado um sistema de áreas protegidas, o National Protected Areas (NPAS), que abrange as duas únicas áreas legalmente constituídas no país, o PN Kaieteur (com menos de 300 ha) e o Programa Iwokrama Rainforest (quase 306.000 ha de floresta), criado em 1997 (GUYANA, 2005). Atualmente, a

tendência é que estas áreas se ampliem, haja vista a proposição de novas áreas protegidas, tais como Mount Roraima, Oriuduik Falls, Shell Beach e South-Eastern Forest (Figura 6). Entretanto, em razão da falta de recursos financeiros e humanos, as ações do poder público direcionam-se a parques recreacionais urbanos.

Os baixos níveis de qualidade de vida, de pobreza e o déficit econômico do país vem imputando a necessidade de atrair investimentos e expandir a base econômica. O poder governamental se comprometeu em assegurar a integridade dos sistemas naturais florestais inseridos no NPAS por acreditarem que estas áreas foram selecionadas com fins de conservação e proteção de áreas com alta diversidade biológica, bem como de servirem como reservatórios genéticos para as gerações futuras. Tais áreas poderão também ser utilizadas com fins recreacionais, pesquisa e manutenção da cultura do país.

Para que esse processo se efetive há necessidade de ações em prol da consolidação do sistema. Para tanto, estratégias devem ser constituídas de maneira integrada, fomentando e empoderando não só a população local para participar de forma efetiva neste processo, como também a sociedade civil organizada e o setor empresarial. Nesta direção foi realizada em 1996, em Paramakatoi, uma reunião com lideranças indígenas a fim de integrá-las aos debates correntes acerca das UC e posteriormente participarem do planejamento e implementação do projeto.

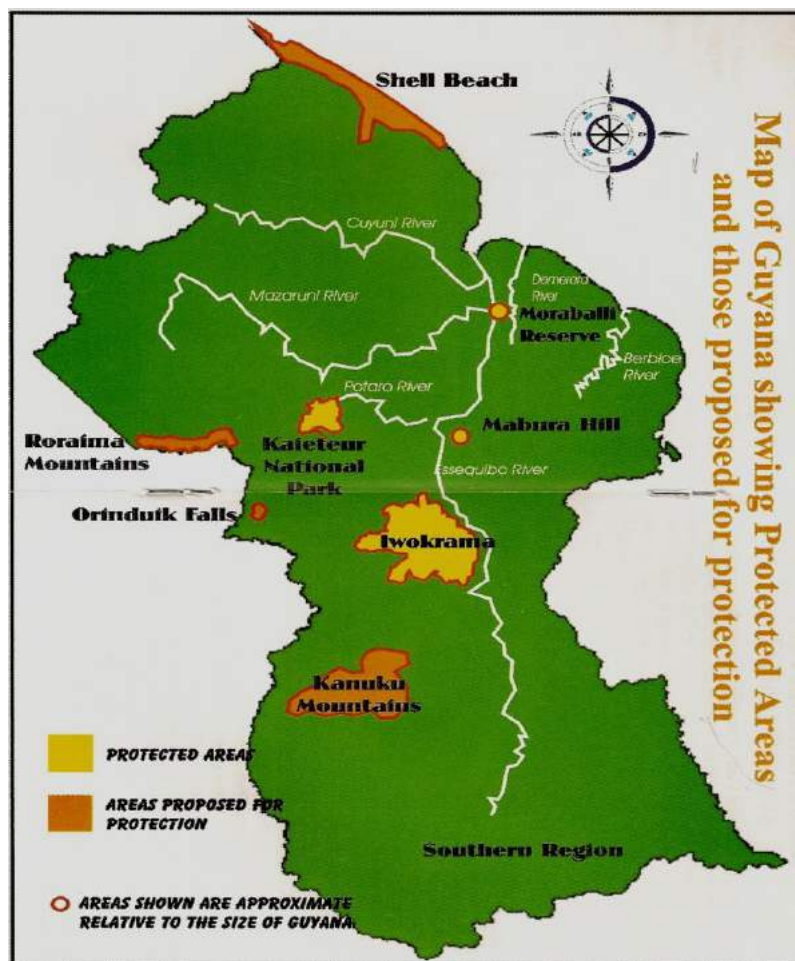


Figura 6: Mapa das Áreas protegidas da Guiana.
Fonte: Guayana, 2005.

No que diz respeito ao turismo na Guiana, só passou a se constituir em uma das prioridades econômicas do país a partir de 1990. O impulso dado ao este processo foi o crescimento do ecoturismo em âmbito global. O fato da atividade não estar até então consolidada no país faz dele um produto ideal para a prática do ecoturismo, não só pela disponibilidade dos recursos naturais ainda pouco antropizados, como também pela sociodiversidade local.

No intuito de superar a média de visitantes no país, que sempre foi baixa, foi criado o Ministério do Turismo, com a finalidade de consolidar ações no sentido de fazer da Guiana um roteiro turístico consolidado. Para tanto, elegeu entre muitos de seus produtos as áreas protegidas, dentre elas o PN Kaieteur, o PN das Montanhas Kanuku e o PN de Pakaraima (CARIBEAN, 2005), este em processo de criação. Para que o turismo se consolide

de fato, fazem-se necessárias ações no sentido de: promover infra-estrutura turística³² e de apoio turístico³³; apresentar produtos diversificados; desenvolver ações de sensibilização turística; socializar e democratizar a atividade; criar linhas de fomento acessíveis específicas para o setor; incentivar o empreendedorismo; consolidar o *trade* e a capacitação de recursos humanos, bem como a conscientização turística em prol da sustentabilidade do setor.

Ações nessa direção já vem sendo desenvolvidas, segundo o Ministério do Turismo (GUIANA, 2005), que apresenta um quadro do avanço neste setor. Um país com aproximadamente 800.000 pessoas mal distribuídas em uma área de cerca de 216.000 km², com uma economia em declínio desde 1970, impondo ao país um quadro de pobreza crescente (SINGH, 2005), necessita expandir sua base econômica sem, no entanto, degradar os recursos naturais existentes. O turismo, neste caso, desenvolvido de modo planejado, coletivamente e racionalmente, pode se tornar uma alternativa viável para o país, desde que seja implantado de maneira sustentável e tendo como principal produto os recursos naturais disponíveis.

Segundo o Ministério do Turismo, indústria e Comércio da Guiana (GUYANA, 2005) tal perspectiva vem sendo efetivada a partir de iniciativas relativas a programas de incentivos fiscais direcionados ao setor, bem como assessoria direta e acompanhamento aos empreendedores do setor. Ações neste sentido são baseadas no documento National Development Strategy (NDS), elaborado pelo governo local a fim de alavancar ações e estratégias que possibilitem o desenvolvimento do país no período de 2001 a 2010. No referido documento são contemplados vários aspectos que estão direta ou indiretamente relacionados com a economia do país.

No capítulo 20 do NDS (GUYANA, 2007b, não paginado), é contemplado o setor de turismo, que é percebido como “[...] tourism is not simply an attempt to save the environment; it is also an important opportunity for Guyana’s economic development. Properly managed, it is a non-depleting, non-consumptive industry that provides ever-increasing economics benefits in a sustainable manner”. Frente a esta visão o poder público local vem tentando adequar seus produtos e serviços as duas categorias de visitantes mais presentes no país, que são os “*business visitors*” e os “*persons visiting friends and relatives*”. Para atingir tal propósito e a partir da própria vivência do país com a atividade turística, foram priorizados para o país seis segmentos de mercado turístico (GUYANA, 2007c, não paginado) que são:

³² Hotéis, transporte urbano e turístico, terminais rodoviários e aeroportuários, conexões aéreas, etc.

³³ Segurança, comunicação, sinalização, assistência médico-hospitalar, urbanização, saneamento, etc.

Nature-based tourism can itself be advantages to Guyana because it endeavors to respect the natural environment and the different cultures of a society. It is a type of tourism which tends to concentrate on small numbers of tourists paying relatively high prices, thus maximizing the economic benefits to the country, while minimizing those negative effects on the environment and society that are generally associated with traditional or mass tourism;

Adventure tourism is another rapidly growing segment of the global tourism market. Adventure tourism is characterized by activities such as observing animals in the wild, whitewater rafting, rock climbing and mountain biking. Recent changes in modern tastes and lifestyles have made these types of holidays popular, and with Guyana's undeveloped interior, there is enormous scope for the development of such a product;

Multi-destination tourism might also be of much benefit to our country. This is a growing segment of the tourism industry, as more holiday makers appear to be eager to spend more money and to travel farther; they have become very amenable to visiting two or more countries at a time. Given Guyana's distance from its main markets of Europe and America and its proximity to the Caribbean, joint destination package could be very beneficial for us;

Heritage and cultural tourism can promote a number of Guyana's sites both for their historical and architectural value. Sites suitable for this type of tourism include Georgetown, Fort Island, Magdalenburg and Kyk-over-Al. Amerindian, African and Indian culture are also of potential interest to tourists. However, at the same time, it is important to protect these cultures and communities, particularly the Amerindian communities, from the negative impact which tourism can have on their traditional ways of life;

Cruise ship eco-tourists. Cruise ship tourism of the wrong kind can destroy the very values that Guyana is trying to sell. It cannot be too strongly emphasized, therefore, that this type of tourism should be carefully monitored and controlled in order to ensure that the detrimental effects of mass do not occur. Accordingly, what should be encouraged are cruise ship passengers who come here specifically as eco-tourists;

Eco-tourism, which has been defined as a form of travel for pleasure that is focused on the natural and cultural environment, represents a very small but expanding niche market. It is designed to have a low impact on the environment, give the visitor a better understanding of the unique qualities of the place being visited, contribute to the well-being of the local population, and promote conservation.

Percebe-se que a maioria destes setores está diretamente vinculada ao meio natural, logo, a correlação entre a questão ambiental e o turismo no país deve estar consolidada, tal perspectiva é contemplada no NDS (GUYANA, 2007b. não paginado) ao enfatizar que “[...] the creation of a Protected Area System, or at the very least, the according of special status to areas known to possess unique natural characteristics, is fundamental of tourism”. A potencialidade natural existente no mesmo é reconhecida, bem como o fato de que “[...] if Guyana is serious about eco-tourism it needs to embrace overarching environmental policies and ethics and promote genuine, indigenous culture so as not to be perceived as fake”.

De acordo com Sinclair e Jayawardena (2003), a perspectiva da efetivação do turismo sustentável na Guiana deve passar por uma ação articulada, envolvendo além das

populações indígenas, as questões do uso da terra, legislação, comportamento ambiental, pesquisas, dentre outros. O fato da maior parte dos atrativos naturais do país estar localizado em áreas indígenas, similarmente ao Brasil e à Venezuela, justifica a perspectiva inclusiva do setor. Agregar à atividade turística a questão ambiental, ou até mesmo a criação de um sistema nacional de áreas protegidas que de fato se efetive, no dizer destes autores, não vem se constituindo de fato em uma prioridade, tendo sido suas discussões postergadas e quando algo acontece neste sentido, apresentam resultados inconclusivos.

Com relação às possibilidades do turismo naquele país, Sinclair (2003) enfatiza o fato de que as comunidades indígenas na Guiana não deveriam se tornar “atrações turísticas”, por si, como ocorre em outros países. O que deve ser direcionado a partir das visitas de turistas às comunidades endógenas é a possibilidade deles terem um entendimento do cotidiano da vida dos indígenas. A ampliação do turismo alternativo pode ser um importante fator positivo para a concorrência com o destino Caribe.

Com a perda cambial oriunda de *comodities* tradicionais (açúcar, arroz e bauxita), o turismo pode ser uma possibilidade para a reestruturação econômica da Guiana. Esta possibilidade, no entanto, vem sendo postergada, no dizer de Sinclair (2003), em função de dois fatores: primeiro, a existência de um estoque natural significativo que poderia ser explorado para o desenvolvimento econômico, priorizando assim um modelo produtivo exportador; e o segundo, o fato da exclusão quase total da Guiana e do Suriname do modelo de turismo até então implantado no Caribe, “*blue waters*”, que consolidou a região caribenha como pólo turístico.

Na Guiana, a maioria dos indígenas ainda se mantem com um modo de vida tradicional, morando na costa ou em áreas distantes no interior, mas a economia se apresenta um tanto mais complexa, incluindo madeira, balata e produção de ouro. Frente a este quadro visualizaado por Sinclair (2003), o turismo é uma possibilidade, porém, desafios urgentes necessitam ser superados em caráter emergencial. Dentre eles, questões relativas a políticas de intervenção e regulamentação da atividade, ao comprometimento do *trade* turístico com as comunidades indígenas, à soberania indígena perante os recursos naturais e culturais e seu envolvimento no processo de tomada de decisões.

O que se percebe é que as questões acerca dessas temáticas ainda são muito recentes naquele país. O que é produzido se configura em um caráter meramente propositivo, sem uma efetivação de fato ou resultados que possam ser analisados. Se não houver uma

política clara que reconheça, respeite, salvasgue a soberania indígena sobre os recursos, que são a base do turismo indígena, uma importante faceta da atividade será perdida. “A soberania indígena deve ter precedência sobre qualquer outro imperativo que direciona operações de turismo indígena”, observa Sinclair, (2003, p. 145). Sob a ótica deste autor, caso o desenvolvimento do turismo indígena na Guiana siga a lógica do mercado e exclua outras considerações holísticas, sérios conflitos acontecerão no país.

3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS: FRONTEIRIZAÇÃO, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TURISMO

3.1 A FRONTEIRIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Os debates acerca da constituição de fronteiras na América Latina vem sendo pautados pela compreensão de que o conceito em questão é um produto histórico que se processa ao longo do tempo, envolvendo aspectos territoriais, econômicos e simbólicos. Alguns autores referenciam o período da colonização como o marco do processo de formação das fronteiras, que para Humboldt (1825, p. 9) “[...] en Amérique la colonization a commencé généralement par la côtes, et n’avance que lentement vers l’intérieur: telle est sa marche progressive au Brésil et dans Venezuela”. No dizer de Grimson (2003, p. 18), este processo pode ter se originado no período da colonização de um lado, e por outro, na segunda ou terceira década do século XIX, por ocasião do início do processo de nacionalização “[...] en algunas regiones existieron fronteras comerciales, políticas e identitárias, pero con fuertes características y sentidos provinciales/políticos, económicos e simbólicos”.

Sob essa perspectiva, Grimson (2003, p. 18) aponta quatro elementos constitutivos de toda fronteira política, sobre as quais incidem grupos e ações sociais:

[...] el limite en sí mismo y los territorios que divide, la población asentada a ambos lados, los regímenes de flujos socioculturales que la atraviesan y los sentidos que la frontera adquiere. Es decir, la frontera es mucho más que una división jurídica del territorio. También excede la estructura demográfica y la composición étnica de la población.

Ainda segundo o autor, o que caracteriza uma fronteira são os tipos de relações econômicas, políticas, sociais e culturais que se constituem, associadas aos elementos acima citados e demais relações sócio-históricas. A fronteirização se dá por etapas em conjunturas históricas marcadas por processos locais, regionais ou internacionais.

A formação do território brasileiro pós-contato europeu foi marcada pela conquista espacial e pela extração produtiva. Este modelo vem norteando a “ocupação do território” pelos mais diversos atores que transitam direta ou indiretamente pelo país. Ao longo do tempo, a expansão se deu de forma diferenciada e com especificidades próprias gerando no território nacional diversos modos de apropriação, uso, produção, relação e

percepção do espaço. Estes modos de apropriação fazem emergir ciclicamente as fronteiras, que, para Lená (1988), se constitui em um fato social total na medida em que, além de ser um fato concreto, constitui-se também em um fato político, ideológico, psicológico e cultural.

As fronteiras se reescrevem no tempo e no espaço, contingenciadas por especificidades locais de ordem humana e natural. López Garcés (2003) aponta a presença militar na fronteira brasileira a partir do século XVIII, por ocasião da construção do Forte Tabatinga, em 1767, como estratégia para garantir a posse sobre o território nacional. A autora (2003, p. 150-151) enfatiza que

[...] los procesos de nacionalización de la población de las regiones de fronteras tornan evidente que estos espacios fronterizos juegan un papel fundamental en los procesos de consolidación de los estados-nación y en el mantenimiento de un orden sociocultural afincado en la nacionalidad. De este modo, las regiones de fronteras, lejos de constituir regiones periféricas, se convierten en los centros neurálgicos de los intereses del Estado y es en ellas donde se logran entender las estrategias materiales y simbólicas que estos deben utilizar para consolidar su presencia y garantizar su soberanía.

O papel político da fronteira vem imputando a estas áreas experiências e papéis que, na maioria das vezes, não considera as especificidades naturais e sociais existentes.

A tentativa de delimitar a fronteira brasileira remonta ao período pombalino (período colonial). Os primeiros “instrumentos” utilizados para este intento foram os fortes e as casas-fortes ao longo do litoral brasileiro. De fato, a formalização deste processo se dá após a revogação do Tratado de Madri, em 1750. Segundo Machado (2000), a concepção de fronteira estabelecida no Brasil, coincidentemente, está associada à linha-limite de terras, correlacionando “lugares de comunicação” (pontos estratégicos da rede fluvial), lugares de povoamentos (missões jesuíticas) e acidentes físicos.

Em seu trabalho acerca da trajetória das fronteiras e da questão da ilegalidade, Machado (2000, p. 18) enfatiza que “[...] não é possível pensar o território como algo sobre o qual se atua e sim como algo com o qual se interage. É esta interação que define tanto o limite quanto a fronteira”. A autora evidencia a “porosidade das fronteiras”, como *lóci* onde a legalidade e a não legalidade perpassam de forma constante as atividades econômicas, os circuitos globais e os indivíduos.

A Amazônia vem ao longo do tempo lidando com essa dinâmica que, na maioria das vezes, é marcada por conflitos e degradações diversas. Como processo altamente complexo e vinculado a determinadas especificidades, vem se constituindo em um fato

presente no Brasil desde o contato com o europeu, como ícone de subjugação, exploração e objeto de diferentes movimentos de penetração. Esta trajetória é descrita por Magnoli (1998), principalmente a partir das relações sociais nela presentes, responsáveis por sua construção e destruição.

A partir da década de 1960 a Amazônia se tornou um espaço de ocupação territorial intensiva, seja pelo discurso da integração econômica seja pelos ciclos agrícola, pecuário e minero-metalúrgico. Este processo é norteado por contradições e conquistas que Martins (1997, p. 147) apresenta como uma “[...] história do recente deslocamento da fronteira, é uma história de destruição. Mas é também uma história de resistência, de revoltas, de protesto, de sonho e de esperança”. Para o autor, o processo de constituição da fronteira no Brasil é a história das lutas étnicas e sociais, e que, na maioria das vezes, são permeadas por situações de opressão e alienação.

Do ponto de vista conceitual, Grimson (2003) postula que a fronteira nada mais é do que uma ação humana. Corresponde à história de agentes sociais que produziram a fronteira, associada aos seus imaginários, sentimentos e práticas em termos latino-americanos, e também de grupos étnicos que incorporam diferentes nacionalidades, tornando-se em um fenômeno sociocultural característico destas regiões. Percebe-se que tais áreas (fronteiras internacionais) se constituem em espaços altamente complexos, marcados por uma grande diversidade de agentes étnicos e de identidade plurinacionais. Isso traduz uma pluralidade nas fronteiras, que, no dizer de Grimson (2003), constitui-se no encontro em um dado espaço territorial de atores sociais que se ajustam, ao menos formalmente, a soberanias e legislações diferentes.

Para Machado (2000, p. 5), os limites estão circunscritos ao âmbito “[...] da alta política ou da alta diplomacia [...]”, já as fronteiras estão relacionadas ao “[...] domínio dos povos [...]”. Para a autora (2000, p. 9), “[...] o limite jurídico do território é uma abstração, gerada e sustentada pela ação institucional no sentido de controle efetivo do Estado territorial, portanto, um instrumento de separação entre unidades políticas soberanas, a fronteira é o lugar de comunicação e troca”. Este contexto, segundo a autora, pode fazer com que os povos se expandam além do limite jurídico do Estado, desrespeitando-o e gerando conflitos. Há outra consequência a que a autora não se reporta, que é a questão da “separação” étnica. No caso do Monte Roraima, as etnias que gravitam no entorno foram politicamente “seccionadas” por ocasião da demarcação fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana. Logo, os grupos

indígenas foram isolados e hoje o que se observa, além da assimilação cultural diferenciada e o isolamento, é a falta de coesão entre os grupos indígenas brasileiros e venezuelanos.

A convergência entre fronteiras e limites deveria ser a base de todo o processo. No entanto, nem sempre o aspecto social é levado em conta na definição de limites. Hoje o cenário mundial depara-se com blocos ou “agrupamentos funcionais” que se proliferam em uma perspectiva internacional. Como exemplo pode-se citar o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a North American Free Trade Agreement³⁴ (NAFTA), entre outros, além de redes que se estabelecem a partir da revolução tecnológica e ultrapassam os limites institucionalizados.

Na Amazônia, a realidade se apresenta como uma dimensão “diluída”, não só em função dos mitos criados em torno da região, quanto da amplitude da mesma, que faz com que os problemas oriundos das fronteiras, também chamadas de frentes pioneiras, tenham um eco profundo. Espaço intensamente disputado desde a chegada dos europeus ao continente, Martins apresenta a questão como um processo altamente complexo, definindo-o como “[...] a frente de expansão da sociedade nacional sobre territórios ocupados por povos indígenas, e um cenário altamente conflitivo de humanidades” (MARTINS, 1997, p.12). Neste contexto, algumas categorias de atores são identificadas: os chamados civilizados (dominadores, pioneiros) e os não civilizados (populações autóctones, grupos étnicos) que interagem no limiar humano e natural de forma conflituosa.

Hébette e Marin (2004a) apresentam o processo de colonização regional como uma das formas institucionais da constituição de fronteira. No entanto, para compreender tal contexto, faz-se necessário associá-lo aos contextos macro-econômicos pelos quais a sociedade brasileira vem se deparando, bem como as suas especificidades. Para os autores (2004a, p. 76),

[...] a fronteira faz parte de uma totalidade social que a transcende; ela é a franja de um sistema em expansão e, portanto, não pode, em hipótese nenhuma, ser entendida dissociada dele. A fronteira se expande e evolui por fases, como reflexo da evolução do sistema, no seu conjunto e, em particular, do seu pólo (ou de seu duplo pólo: interno e externo). São os imperativos do capital que determinam a transição da frente de expansão para a frente pioneira, são eles que determinam, forçosamente, a institucionalização da fronteira, na forma de colonização.

O processo de desenvolvimento nestas áreas se dá de forma não linear, descontínuo, determinado pelos interesses dominantes do Estado e pelo jogo ideológico hegemonicamente

³⁴ Tratado Norte Americano de Livre Comércio.

constituído à efetivação da fronteirização. Este processo, na concepção de Hébette e Marin (2004b), é mediado pelas modalidades mais diversas de subordinação ao capital, que no caso de Roraima, isto se efetiva a partir da rizicultura, atividade econômica que se consolidou na região a partir de empresários oriundos de outros estados.

A Amazônia, em uma perspectiva internacional, tem suas fronteiras como cenários para onde convergem atores sociais de identidades étnicas e nacionais diferenciadas, mediados por um dinamismo próprio e permeados de tensão. López Garcés (2003, p. 159) refere-se à fronteira enquanto espaço onde “[...] la tensión entre etnicidad y nacionalidad como identidades que se entrecruzan estas regiones, donde es posible encontrar nacionalidades que engloban a diferentes grupos étnicos – caso común en los estados nacionales estadales/departamentales”. Por sua vez, Mota (2003) evidencia que o conceito de fronteira pode ser utilizado de muitas maneiras, às quais são agregadas novas perspectivas ao longo do tempo, com ampliação do foco de análise, não podendo, portanto, ser apontada uma definição única e específica para a mesma. Para Grimson (2003, p. 16), “[...] la frontera condensa una pluralidad de límites. Límites jurídicos y militares, políticos y de derechos ciudadanos, límites económicos (precios y tipo de producción), límites identitarios y límites de significado o interlocución”.

Em uma perspectiva nacional, a Amazônia, ao longo de sua ocupação, vem sendo marcada por uma concepção de vazio demográfico, associada a uma conjuntura de necessidade de expansão econômica e de solução aos problemas de outras regiões como o nordeste. Sob esta lógica, o processo migratório para a região se intensifica, principalmente de nordestinos, dando origem à ocupação da Amazônia como fronteira de povoamento. Este processo é analisado por Vale (2005) em Roraima, onde o fluxo migratório teve como principal atração a atividade mineradora.

Do ponto de vista econômico, esse processo tem sido marcado pelo extrativismo mercantilista e por profundas transformações sociais e ambientais. Determinadas categorias sociais, como os caboclos, os ribeirinhos e os seringueiros, entre outros, surgiram em decorrência desta trajetória. O Estado tem sido o intermediário e facilitador deste processo, por meio da criação de vários programas visando ao desenvolvimento da região (ABELÉM, 1992; HÉBETTE, 1985; 2004). Na maioria das vezes, porém, tais programas não obtiveram o êxito esperado, gerando desdobramentos insatisfatórios.

O cenário da constituição de fronteiras abrange implicitamente uma série de outros processos. Dentre eles a migração, que, por sua vez, envolve várias particularidades, tais como espaço e tempo. Com uma variada gama de autores que vem ao longo do tempo se dedicando à questão, Vale (2005, p. 26), a partir de Povoá-Neto e Salim, apresenta um quadro sintético acerca das principais correntes teóricas que estudam a temática.

A primeira delas é a Corrente Neoclássica, que se preocupa com a economia do espaço e a gestão capitalista da mão-de-obra, não havendo apenas uma concepção demográfica. A segunda é a Corrente Perspectiva Histórico-Cultural, que se dedica à análise de grupos e classes sociais a sofrer “[...] as forças das estruturas sociais que explicam a maior ou menor propensão a migrar”. A terceira é a Corrente Mobilidade da Força de Trabalho, que se dedica a estudar a migração a partir do processo de acumulação capitalista, no âmbito do trabalho social. Estas correntes tem em comum o fato de que a mobilidade migratória tem como substrato a questão do trabalho, da produtividade, do *labor*.

Os conflitos que se travam nestes espaços se constituem em função das alteridades neles presentes, diversidades estas que, no dizer de Martins (1997), são marcadas pelos encontros, desencontros e descobertas do outro, com diferentes concepções de vida, de visão e de tempo histórico. No caso da fronteira pan-amazônica, mais especificamente entre Brasil, Venezuela e Guiana, as tensões se constituem a partir de índios, garimpeiros, ONG, missionários, fazendeiros e do próprio Estado nacional que, a partir de ações lícitas ou não, se (re)encontram e dão constituição à fronteira. Esta, segundo Martins (1997, p. 151), só desaparece quando os conflitos desaparecem, os tempos se fundem “[...] quando a alteridade original e mortal dá lugar a alteridade política, quando o outro dá lugar e se torna parte antagônica do nós”.

Quando se fala nas questões de fronteiras, não se tem consciência dos dilemas com os quais as populações indígenas se deparam, apesar destes já virem sendo apontados nos estudos de fronteiras, desde a década de 1960. Bebida, drogas, doenças sexualmente transmissíveis (DST), são questões que podem desencadear uma série de desequilíbrios e que geram problemas graves à comunidade e que para serem solucionados, podem suscitar rupturas culturais, “quebram as regras culturais”. Quando se trata dos problemas de fronteira, não se menciona apenas o tráfico, o não lícito, mas o dilema da ruptura cultural das comunidades indígenas, o que não é verbalizado, visualizado, discutido e incorporado no discurso da sociedade civil a partir da perspectiva do senso comum.

Com relação à migração de indígenas brasileiro, venezuelanos e guianenses,

Como negar os parentes? A política que a COPING quer construir é a de criticar as comunidades indígenas, no sentido da construção, não é uma crítica que vai paralisar, é uma construção que vai abrir a visão e os próprios serem protagonistas daquilo que fazem, daquilo que constroem.

Existem comunidades indígenas que querem desenvolver, tem outras que não querem, estão paralisados, mas querem melhoria para a qualidade de vida, mas só, não se envolvem. O que vão fazer então? Eles (estrangeiros) entram pela Venezuela, entram pela Guiana, vem, fazem o que querem e levam tudo mesmo. Como nós vamos controlar isso? Mesmo com a fiscalização federal ela é insuficiente e levam as coisas daqui.

Com relação à convivência social não há problema algum. A gente está em zona de fronteira com a Guiana, o pessoal da Guiana vem, o pessoal do Brasil vai, mas um problema é que ninguém sabe como está o tratamento lá, a educação, a maioria são pessoas que trabalham no garimpo, às vezes trazem a malária, às vezes trazem as doenças sexualmente transmissíveis porque lá eles não tem controle, e entra por lá maconha e outras coisas porque lá não tem controle, pela Venezuela pode acontecer também da mesma forma, são coisas que a gente tem de tomar muito cuidado.

Hoje na comunidade a quantidade de jovens e crianças é incontrolável, muitas crianças por saberem falar inglês ou português eles viajam pra qualquer lugar, eles querem morar em qualquer lugar, não estão preocupados em organizar sua própria vida naquele lugar.

Precisamos realmente ocupar o jovem naquele lugar, mostrar o trabalho, motivar para que eles trabalhem lá, melhorem a qualidade de vida lá, eles construam uma política lá e não precisar sair pra outro lugar, eles tem todas as potencialidades. A gente está muito preocupado com isso (informação verbal)³⁵.

De acordo com as correntes teóricas a serem trabalhadas, é comum visões específicas sobre este cenário. No entanto, Martins (1997, p. 152) esclarece que no caso da Amazônia a frente de expansão³⁶ expressa a ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas; já a concepção de frentes pioneiras³⁷ não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor.

Na fronteira se constrói o novo a partir do mercado e do pacto contratual estabelecido pelas relações sociais. Sua dinâmica vai além da simples mobilidade humana, em um dado território, consiste na indução do novo, da modernização, da mudança, da expansão do mercado. No dizer de Martins (1997), quando os geógrafos mencionam frente pioneira, articulam com a fronteira econômica, e quando os antropólogos tratam da frente de expansão estão geralmente falando de fronteira demográfica. Entre ambas existe uma zona de ocupação pelos agentes da civilização representados pelos agentes de mercado, da mentalidade

³⁵ Dílson Ingarikó, 2007.

³⁶ Termo utilizado por antropólogos, sociólogos, historiadores.

³⁷ Termo utilizado pelos geógrafos.

inovadora, urbana e empreendedora. Em síntese, a frente de expansão retrata o lugar e o tempo de conflito e alteridade.

Ao traçar uma avaliação da questão da fronteirização amazônica, percebe-se que ela vem se constituindo a partir da mobilidade humana em busca de trabalho nos mais diversos momentos, estando relacionados à borracha, a castanha, a madeira ou a mineração. Logo, pensar fronteira é pensar em migração, no estabelecimento de novas redes sociais. No dizer de Vale (2005, p. 3),

[...] as redes migratórias compõem um conjunto de laços sociais que ligam as comunidades de origem aos específicos pontos de destino nas sociedades receptoras. Tais laços unem migrantes e não só migrantes em uma complexa teia de papéis sociais complementares.

O Estado pode ter um papel relevante na medida em que pode ser um indutor direto ou indireto da fomentação da migração, haja vista a própria história de ocupação da Amazônia a partir da década de 1960, e até mesmo do processo de colonização do país, marcado por correntes migratórias “espontâneas” ou induzidas por questões políticas, sociais ou religiosas³⁸.

Isso posto, independente da corrente teórica a que esteja relacionado, adota-se o conceito a partir de Salim (1992, p. 128), quando enfatiza que a migração consiste em um

[...] fenômeno complexo essencialmente social com determinações diversas, apresenta interações particulares com as heterogeneidades de uma formação histórico-social concreta que tende assumir feições próprias, diferenciadas e com implicações distintas, para os indivíduos ou grupos sociais que a compõem e a caracterizam.

Neste sentido, ao se efetivar, passa a engendrar novas relações internas e externas, dando origem a um novo “contexto ou território”. Estas (re)construções são pré-determinadas e imprimem um novo cenário aos territórios receptores, tanto no âmbito social quanto político, econômico e ecológico, ocorrendo no Brasil desde a sua “descoberta”.

Como exemplo tem-se a edificação geopolítica da Amazônia, que vem se constituindo, na concepção de Mattos (1980), desde sua descoberta pelos espanhóis e sua conquista pelos portugueses. Evidência disso pode ser observada a partir dos inúmeros fortes que balizaram a fronteira do Novo Mundo, tão disputado pelo Velho Mundo europeu, e que se multiplicaram até o século XIX. O autor acima citado resgata em sua obra todas as ações

³⁸ Para um maior aprofundamento da questão, consultar Hébbete (2004).

desenvolvidas na Amazônia no sentido de inseri-la no novo modelo econômico vigente, e que se ampliou durante os governos militares, principalmente com a intenção de fortalecer e intensificar programas e acordos interfronteiras, com os países limítrofes.

Essas ações tinham, naquele momento, a intenção de uma integração para o desenvolvimento e organização regional. No dizer de Mattos (1980, p. 146),

[...] as províncias amazônicas dos países sul-americanos merecem uma política de comunidade que lhes dê um impulso verdadeiro no sentido de seu desenvolvimento econômico e social. Não serão nem a Europa nem os Estados Unidos que terão que vir resolver este problema; seremos nós, os donos do problema.

No entanto, para Costa, D. (2005, p. 31), “[...] o continente sul-americano é um continente onde a doutrina econômica prevalecente tem de ser a doutrina do desenvolvimento. A América do Sul tem que voltar suas ações para transformar seu potencial em poder”.

No dizer de Costa, D. (2005), um dos maiores problemas com os quais os países da América do Sul tem se defrontado é a inexistência de uma base que permita uma economia dinâmica, ou seja, uma ampla infraestrutura econômica de grande escala. A busca pela integração da América Latina vem sendo debatida ao longo dos anos. No entanto, como efetiva-lá sem infra-estrutura básica? Ela poderia vir a atender também as principais deficiências na área social, tanto no espaço urbano quanto no rural. Neste cenário, o turismo poderia vir a ser um dos setores dotados da capacidade de consolidar tal integração, bem como funcionar como alternativa de dinamização da economia, sob o prisma do desenvolvimento integrado.

A Pan-Amazônia pode vir a ser um centro dinamizador desse processo a partir de uma visão integrada de uso dos recursos naturais. A exemplo da rede de rodo-ferrovias e de canais edificadas nos Estados Unidos e Europa, obras como estas na Amazônia e Caribe poderiam sedimentar bases econômicas e de gestão ambiental que possibilitassem o crescimento sustentado mediante a integração inter-regional. Faz-se necessário que iniciativas nesta direção, como a Rodovia Pan-Americana, sejam concluídas e que os países envolvidos no processo de fato se comprometam com a questão, sem, no entanto, ferir suas próprias independências e soberanias.

Entretanto, para a compreensão do processo, no dizer de Machado (1998, p. 41-42), faz-se necessária a percepção das diferenças entre “limites” e “fronteiras”. O primeiro está relacionado à “[...] designação do fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial [...]”, é uma abstração jurídica criada pelo governo central, sem vida própria ou

existência material. Já o segundo, emerge espontaneamente da vida social, são “[...] lugares de comunicação [...]”, de expansão e muitas vezes podem ir de encontro aos interesses do poder central. Sob esta perspectiva, Machado (1998, p. 42) esclarece que

[...] a fronteira é objeto permanente da preocupação dos estados no sentido de controle e vinculação. Por outro lado, enquanto fronteira pode ser um fator de integração, na medida em que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas, o limite é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns físico-geográficos ou culturais.

Martins (1997, p. 47) vem tratando a questão da fronteira a partir dos conflitos e raptos que envolvem brancos e índios na Amazônia. Enfoca o assunto tomando como base a compreensão de fronteira como

[...] lugar social de alteridade, confronto e conflito apontando os etnólogos como os principais reveladores desta questão. Este cenário se constrói a partir da expansão da sociedade nacional (traduzida pelos diversos segmentos que a compõem) sobre territórios ditos “vazios e desocupados”, mas que na realidade já eram ocupados há centenas de anos, constituindo as chamadas ‘fronteiras étnicas’.

Este processo se intensifica a partir da década de 1960, quando a Amazônia passa a ser o alvo de políticas públicas de integração, ocupação e dinamização econômica, preenchendo áreas do território nacional até então desocupadas.

A partir do golpe de Estado de 1964 e do estabelecimento da ditadura militar, a Amazônia transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida que continuou, ainda que atenuado, com a reinstauração do regime político civil e democrático em 1985. Este processo ainda se faz presente, mas com atores e contingências políticas, social e econômicas diferenciadas. Conforme o entendimento de Posey (1982, p. 89), nos anos de 1980 a Amazônia ainda era percebida como a “[...] última fronteira terrestre que desafia a tecnologia moderna”.

Sob esse prisma, pode-se afirmar que a fronteira como *locus* processual, assim como surge em um determinado recorte espacial e temporal, também tende a desaparecer “[...] quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagônica de nós” (MARTINS, 1997, p. 151). A fronteira, neste sentido, é móvel, na medida em que se constitui

como fronteira é absorvida e tende a deixar de ser fronteira quando as diferenças se dissolvem, sendo constituídas em outro local.

Daí emerge uma questão que muitas vezes é invisibilizada ao se tratar de aspectos relativos a áreas de fronteira, que é a questão da etnicidade. Para Ribeiro (2002, p.128)

[...] a etnicidade é resultante da relação com o outro étnico, sendo posta em pauta pelos sujeitos em virtude de necessidades impostas. A etnicidade é portanto dinâmica, concretizando-se e assumindo características determinadas em função dos conflitos étnicos impostos pelo entorno regional.

No dizer de Barth (1998), este processo, ao invés de diminuir as diferenças étnicas pela aculturação ou mudanças, é o responsável pela reafirmação étnica na medida em que o indígena reafirma sua própria identidade diferenciada.

A visão diversificada desse cenário faz emergir a designação “frentes de expansão”, que, no dizer de Ribeiro, D. (1977), corresponde à ocupação do espaço sem levar em conta a propriedade da terra e, sim, as populações indígenas que a ocupam, e que se difere da “frente pioneira”, a qual tem como referência não mais a população autóctone, mas o empresário, o empreendedor exógeno, o capital e o próprio Estado, que se deslocam para estas áreas. Tais enfoques, na realidade, são perspectivas diferenciadas de uma mesma dialética que, no dizer de Becker (1988), consiste em uma realidade que não é dada e sim construída. A autora aponta tal situação como fruto da globalização econômica e da dinâmica dos Estados nacionais.

Similarmente ao ocorrido em Goiás, onde “[...] o Estado foi o indutor deste processo, colocando as bases para a produção voltada para o mercado, através de implantação da infra-estrutura viária do loteamento de terras devolutas” (FERREIRA, I., 1988, p. 45), o mesmo aconteceu em outras localidades. Com estas medidas, o Estado aciona o gatilho para estimular o movimento de migrantes para a região, movimento este que vai além da colônia oficial. Na Amazônia, no dizer de Becker (1988), o poder central é o principal capitaneador deste cenário, a partir “[...] da apropriação monopolista de várias frações do capital”.

Para Becker, esse cenário é marcado por contradições das mais diversas ordens, que refletem a concepção de fronteira, que não é sinônimo de terras devolutas destinadas a pioneiros, muito menos colonização agrícola. Segundo Becker (1988, p. 67), consiste em “um espaço em incorporação ao espaço global/fragmentado”, contendo

[...] elementos essenciais do modo de produção dominante e da formação econômica e social em que se situa, mas é um espaço não plenamente estruturado, dinâmico, onde as relações e as práticas não assumem o grau de cristalização comum em outras circunstâncias, e portanto gerador de realidades novas e dotado de elevado potencial político.

Lená (1988), por sua vez, acrescenta ainda que a fronteira é a expressão das contradições nacionais e de manipulações internacionais.

Como “fronteira agrícola”, Lená (1988) retrata as políticas desenvolvimentistas elaboradas para a Amazônia, enfatizando que toda esta trajetória apresenta especificidades em função da evolução das diferentes regiões amazônicas existentes, e das oportunidades oferecidas por tais regiões. Roraima se constitui em um exemplo deste processo, cuja gênese da trajetória de ocupação é traçada por Silveira e Gatti (1988). Crocia (1994, p. 19), em estudo acerca da fronteira agrícola em Roraima, enfatiza que a mesma passava na época por períodos cíclicos de recessão, dinamismo e de ausência do Estado no que diz respeito à assistência pública.

The frontier in Roraima has entered into a recessive period during the last 6 years. Federal resources are scarce and heavily reduced by the federal budget crisis and the 40% a month inflation rate. However, new colonists are still arriving at the projects, although this does not mean a renewal of the front at all.

Ao passar a integrar políticas agrícolas e de assentamento, Roraima vem ao longo do tempo deparando-se com a dinâmica de áreas de fronteira como pólos potenciais de desenvolvimento. Na visão de Diniz (1998), esta fronteira é conduzida a partir do embate entre a frente dos colonos agricultores e a frente capitalista, esta formada por pecuaristas, agricultores e empresas nacionais e internacionais.

Oliveira, J. (1998) faz uma correlação do surgimento das cidades amazônicas com o processo de expansão da fronteira na Amazônia. O autor (1998, p.41) afirma que tal expansão se dá a partir de um tripé: “[...] a destruição das formas espaciais existentes, a criação das resistências e a reconstrução de formas e conteúdos espaciais dotados de novas dimensões e significados”. Sob este prisma, o autor coloca a fronteira amazônica como possibilidade concreta de um determinado tempo e de uma dada sociedade.

Por sua vez, Hurtienne (1994) afirma que a Amazônia se constitui em uma das últimas fronteiras da economia mundial, considerada como reservatório de recursos naturais que poderiam vir a ser utilizados pelo sistema transnacional empresarial. A extensão da região e a atuação fragilizada do Estado (intencional ou não) fazem com que suas fronteiras se

tornem *locus* de fácil penetração não só para o capital internacional, mas também para o contrabando, o narcotráfico e demais atividades ilegais. Esta situação, na concepção de Arouck (2000), é permeada por conflitos interétnicos, opressão humana, apropriação indevida da terra, sistemas agrários antagônicos, uso de tecnologias primitivas e modernas, populações tradicionais *versus* imigrantes, intervenção governamental e repressão policial. Ainda segundo seu posicionamento, em tais desdobramentos as fronteiras como unidades físicas são conectadas ao fenômeno migratório transnacional, que quase sempre ocorre clandestinamente, induzido pela busca de melhores condições de vida.

Frente a isso, ampliam-se as potencialidades latentes de contravenção e as cidades fronteiriças se tornam *locus* do trânsito da impunidade e da ausência efetiva de um Estado que venha atender de fato os anseios locais. Isso é mais perceptível em “cidades gêmeas” (BECKER, 2004, p. 58), ou seja, cidades vizinhas localizadas em cada lado da fronteira, indicando inclusive o estabelecimento de redes de interação nos mais diversos níveis e envolvendo diferenciados atores sociais. Esta é a nova fronteira que se constrói na Amazônia, não mais induzida pela presença do Estado, mas, sim, por frentes localizadas, impulsionadas por diferentes atores que tem como dinâmica a questão econômica.

No dizer de Ochoa Z., Wood S. e Zárata B. (2006, p. 25), as chamadas cidades gêmeas (irmãs) se constituem em “[...] las ciudades ubicadas en las fronteras internacionales que son asistidas por el Estado no sólo como centros de servicios para la integración y el desarrollo concertado de las fronteras, sino como pólos de soberana en franca competencia con sus pares al lado de los hitos”. Na realidade, o que se observa no caso deste estudo é que tanto em Pacaraima (RR) quanto em Santa Elena (VE) o papel do Estado é pautado pela proteção da soberania do que de fato em atender as demandas locais. Como resultado desta postura em prol da “segurança nacional”, o que acaba sendo gerado são situações de tensão e conflito, ao invés de se potencializar o desenvolvimento econômico integrado.

Até hoje, ao se mencionar a questão da integração sul-americana, tomando-se o Brasil como pano de fundo, percebe-se que o turismo e a gestão ambiental são ignorados ou então invisibilizados. Rosa, L. (2005) aponta cinco ações concretas que refletem esta conduta: a hidrelétrica binacional de Itaipu, em parceria com o Paraguai; o gasoduto Bolívia-Brasil concretizado pela Petrobrás; a importação de petróleo da Venezuela; a ligação com a Argentina para transmissão de energia elétrica em conjunto com o Uruguai. Timidamente o

Parque Nacional de Iguaçu pode ser apontado como um dos resultados na área do turismo que vem a reboque do último exemplo mencionado pela autora.

Baines (2004) afirma que desde o início dos contatos entre europeus e indígenas, as relações estabelecidas entre estes e governos coloniais foram pautadas por acordos comerciais, e no dizer de Ramos (2004), por ações segregadoras e paternalistas que se perpetuam até hoje, capitaneadas pelo Estado ou pela Igreja. O Decreto de 1784 da Companhia Holandesa das Antilhas reconhecia posse plena e livre das terras aos indígenas. Com a demarcação da fronteira Brasil/ Guiana Inglesa, em 1904, a perspectiva da fronteira deixa de ter um cunho militar e passa a ter um cunho econômico (SANTILLI, 1994). A partir de então a migração de indígenas brasileiros para a Guiana se intensificou, frente à violência de fazendeiros e garimpeiros brasileiros. Este fato foi evidenciado por Santilli (1994, p. 68), ao destacar a “[...] ocorrência de um movimento migratório que parece ter se mantido desde meados do século XIX”.

Ao analisar a busca de integração na América, Bucci (2005) enfatiza que isso se dá tardiamente. O processo inicia-se na América espanhola por volta do século XIX, por ocasião da busca da independência e do ideal de unir os países de idioma espanhol. A almejada unificação no século XX passa a ser direcionada pelo mercado, culminando com o estabelecimento de acordos bilaterais e multilaterais de cooperação nos mais diversos setores. Ao tratar desta questão, Bucci (2005, p. 81) afirma que a partir de então,

[...] investimentos e empreendimentos transnacionais passaram a impor modificações profundas na fisionomia da América do Sul, que cada vez mais assume as feições iniciais de uma economia em vias de integração, agora movida pelos agentes de mercado. Do sonho de generais, a integração assume ares de uma causa capitalista.

As aproximações no século XXI vem sendo pautadas pela perspectiva de blocos, ou seja, os países se agregam e em função de interesses comuns, as decisões são tomadas em consenso. No entanto, ainda hoje as questões que conduzem a ações de integração estão reduzidas ao âmbito econômico ou à balança comercial. Pouquíssimas ou quase inexistentes são as aproximações no âmbito da cultura, do turismo ou da gestão ambiental, que podem ser consideradas como áreas periféricas do mercado.

Este processo deve ser compreendido a partir da perspectiva da globalização, que, no dizer de Ianni (2002), reinventa contradições, desigualdades sociais e territoriais em níveis locais, regionais, nacionais e internacionais. Segundo Ianni (2002, p. 127-128),

[...] ao mesmo tempo em que algumas forças sociais divergem e tensionam-se, outras convergem e aliam-se. Em escala internacional, ou mais propriamente global, ocorrem acomodações que articulam interesses e ideais de grupos, classes sociais e outras coletividades. Desterritorializam-se os interesses e as idéias de grupos e classes, quando se lançam em escala global.

Desta forma, intensifica-se a interdependência não só de setores, grupos e indivíduos, como também de nações, gravitando em torno de aspectos econômicos, sociais, políticos e de segurança, estabelecendo trajetórias nem sempre equitativas de “trocas” que freqüentemente desdobram-se em desigualdades. A base de todo este processo está alicerçada na diferenciação e diversidade que a história do ocidente evidencia, por ações pelas quais os países, no dizer de Ianni (2002, p. 127), “[...] buscam equalizar interesses, acomodar alianças, criar e reforçar estruturas de apropriação econômica e dominação política”.

Hoje, a nova configuração da geopolítica da Amazônia, no entender de Becker (2005), dá-se por uma coerção velada sobre a forma como o Estado deve gerir seu território, e pelo estabelecimento de redes construídas a partir do avanço tecnológico. Este avanço, entretanto, tem permitido a constituição de movimentos sociais significativos e que tendem a transnacionalizarem-se. O desafio, segundo a autora, está em quebrar um modelo de economia de fronteira predatório, baseado no uso infinito dos recursos e estabelecer uma condição de economia de fronteira que possa compatibilizar o crescimento econômico com a conservação dos recursos naturais e a inclusão social, levando a um verdadeiro desenvolvimento.

Na atualidade, as fronteiras são capitaneadas por grupos econômicos sólidos e as UC se constituem em um dos mecanismos utilizados pelo poder público, principalmente a partir da década de 1990, para minimizar os conflitos entre as concepções desenvolvimentistas e ambientalistas que se desenhavam na época. Os mais diferentes atores transitam neste processo, com interesses convergentes e divergentes. Entretanto, a situação está dada, havendo necessidade de substituir a postura de crescimento e ocupação econômica por uma conduta de consolidação do desenvolvimento. Esta possibilidade é viável a partir da integração e cooperação internacional assentada em dinâmicas regionais próprias confluentes.

Nessa direção, as políticas ambientais podem se constituir em um sólido caminho para o estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais que escapem do modelo exógeno até então imputado às ações ambientalista locais. A busca de ações endógenas e de práticas tradicionais de gestão dos recursos naturais conjugadas às já existentes, a exemplo a criação de áreas protegidas, pode se constituir em um avanço. O desafio a ser enfrentado consiste em conciliar objetivos muitas vezes conflitantes.

Soluções inovadoras quase sempre esbarram na falta de vontade política. Esta, fortalecida no dizer de Leitão (2004), por um aparato jurídico contraditório e, às vezes, omissivo. Além disso, a falta de informação e de organização das comunidades locais faz com que não sejam priorizadas ações que venham a solucionar os impasses. Suplantar tais impasses com outras possibilidades econômicas, como o turismo, constitui-se em um desafio que deve ser superado a partir da busca da minimização das desigualdades e da equidade étnica e social.

3.2 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES SÓCIOAMBIENTAIS

A preocupação com a finitude dos recursos naturais tem sido tema recorrente nas últimas décadas. Esta situação se configura tendo a questão da conservação da biodiversidade como principal prioridade do poder público, da sociedade civil e de organizações não governamentais, principalmente nos países ditos em desenvolvimento. Segundo Diegues e Arruda (2001, p. 15), a prática conservacionista “[...] consiste em uma construção das ações humanas sobre a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos”, se constituindo em uma prática presente desde os tempos primevos, de modo a garantir a sobrevivência social dos grupos humanos.

O problema da perda da biodiversidade passa a emergir como tema de constantes debates a partir de 1980, em uma perspectiva transfronteiriça, considerada como pauta prioritária e estratégica nos mais diversos fóruns internacionais. Albagli (2001) aponta dois fatores como os propulsores deste quadro: o primeiro está relacionado à questão do apontamento dos cientistas para a necessidade de resguardar as diferentes formas de vida ainda existentes; e o segundo, a passagem do paradigma técnico-economicista de uso intensivo dos recursos para o paradigma científico-tecnológico de uso dos recursos a partir do conhecimento, informação e uso da ciência e tecnologia. Na realidade, a questão do uso dos recursos sob uma ótica economicista se constitui ainda na base dos debates vigentes.

As questões de princípios de conservação e uso dos recursos se explicitaram enquanto políticas governamentais desde o século XVIII na Europa e na Índia, no entanto, de forma restrita. Segundo Albagli (2001, p. 10), a Amazônia enquanto

[...] uma das últimas extensões contínuas de florestas tropicais úmidas da Terra, detendo cerca de 1/3 do estoque genético planetário...cerca de 60.000 espécies de árvores, 2,5 milhões de espécies de artrópodes (insetos, aranhas, centopéias, etc.), 2.000 espécies de peixes e 300 de mamíferos

constitui-se em um espaço ideal para o desenvolvimento de ações que visassem à proteção de seu ecossistema. Todavia até hoje as ações imputadas a ela vem consolidando o processo de degradação que atinge a região.

No âmbito internacional, as questões ambientais emergem a partir do surgimento dos primeiros acordos internacionais no início do século XX. A gênese deste processo não alcançou seus objetivos. De acordo com Ribeiro, W. (2005), somente em 1900 iniciam-se as ações protocolares acerca dos tratados internacionais que regulavam as ações humanas sobre o ambiente.

A trajetória desse processo se ampliou, vindo a se expandir como temática recorrente na sociedade contemporânea no final do século XX. Organismos internacionais, a academia e o próprio Estado constituem atores diretos nos debates ambientais. Nas pautas, a sustentabilidade e a inserção local se colocam como fundamentais para a consolidação de uma ordem ambiental em âmbito internacional.

Ao tratar da questão da diversidade biológica de Roraima, Domingues (2005) realiza a descrição de todos os acordos e convenções internacionais relativos à proteção do patrimônio ecológico. Enfatiza que o aparato legal instituído para a proteção da biodiversidade está baseado única e exclusivamente em acordos e tratados firmados entre países. Esta particularidade se constitui na fragilidade do sistema, uma vez que a obrigatoriedade em serem signatários dos acordos em âmbito internacional inexistem de fato. Frente a isso, sugere o estabelecimento de uma legislação interna a cada país, firmada no entendimento e nos acordos entre as partes interessadas.

Davenport e Rao (2002) postulam que a existência de áreas protegidas vem ocorrendo de diversas formas desde as primeiras culturas pré-agrícolas na Ásia e no Oriente próximo. As primeiras diretrizes sobre conservação que se tem registro ocorreram na Índia no século IV a.C., relacionadas ao respeito às florestas sagradas. Na Amazônia, práticas de zoneamento e manejo dos ambientes naturais estão presentes há milhares de anos, desenvolvidas por grupos indígenas que vem habitando a área ao longo do tempo.

As agendas e debates internacionais ecoam sobre as ações até então desenvolvidas na Amazônia, suscitando um repensar efetivo da mesma. Desde o estabelecimento da Convenção da Biodiversidade (CDB), firmado em 1992

[..] que estabelece princípios e regras gerais com relação à biodiversidade sem, no entanto, delimitar prazos ou obrigações específicas; reconhece os direitos e deveres dos Estados nacionais sobre os recursos genéticos e biológicos e incorpora a preocupação com os interesses e benefícios das populações tradicionais (ALBAGLI, 2001, p. 8).

Na década de 1990 foram recomendadas ações efetivas para as Unidades de Conservação e para as áreas adjacentes, com o intuito de consolidar as áreas protegidas já existentes, e a garantir a sustentabilidade financeira das mesmas em longo prazo. Estas questões vem sendo relativizadas no Brasil evidenciando a possibilidade de extrapolar a conservação unicamente *in situ*. Além disso, a possibilidade do uso sustentável dos recursos, principalmente em se tratando de Amazônia.

A possibilidade de desenvolvimento de práticas de baixo impacto e nos quais sejam inseridas as populações autóctones vem fazer com que a perspectiva do uso sustentável dos recursos naturais de fato se concretize. A grande questão está centrada no controle do acesso aos recursos, que deve ser associada à priorização do envolvimento local. Albagli (2001) enfatiza que este processo não é consensual, uma vez que se constitui um grande esforço desenvolver ações de proteção ambiental frente às pressões por desenvolvimento social e a realidade de exuberância e disponibilidade de recursos naturais a serem explorados por segmentos sociais ávidos por ganhos econômicos. A autora enfatiza que

[...] a Amazônia representa um campo avançado de implementação de acordos globais relativamente à proteção da diversidade biológica, bem como de experimentação de novas alternativas para lidar com esta questão. Por outro lado, tornam-se também evidentes os limites de ação institucional. Ou seja, ainda que represente importante elemento de mudança, não basta estabelecer um arcabouço jurídico-normativo de âmbito internacional ou nacional. É preciso o respaldo de uma dinâmica social muito mais ampla, que é determinada pelas práticas concretas dos atores (ALBAGLI, 2001, p. 18).

O Monte Roraima pode vir a ser uma área piloto neste sentido. O fato de ser compartilhado por três países e que tem no turismo uma realidade presente e em expansão no mesmo propicia o estabelecimento de ações integradas e colaborativas, levando-se em conta as dimensões ecológicas, econômicas, políticas e sócio-culturais, abrangendo as comunidades

indígenas e não indígenas a fim de estabelecer ações que venham a contribuir com a sustentabilidade do espaço.

Em âmbito internacional, a definição consensual de uma UC pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN) (1994, p. 185) refere-se a “[...] uma superfície de terra ou mar consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejada através de meios jurídicos e outros eficazes”. A criação de áreas protegidas com fins, de minimizar a perda da biodiversidade vem se constituindo em uma prática adotada há décadas no mundo todo. Em função das especificidades bióticas, abióticas e sociais de cada país, foram criadas várias categorias de UC com critérios de criação e manejo específicos.

Esse mosaico de áreas protegidas necessitava de uma sistematização e normalização no que diz respeito a suas criações, ficando tal incumbência a cargo da UICN. Esta organização internacional foi criada em 1948, congregando instituições governamentais e não governamentais em torno da problemática ambiental, pautando suas ações na busca da integridade e sustentabilidade ambiental. Hoje, desenvolve suas ações em parceria com outras entidades governamentais e não governamentais e congrega mais de 850 membros, espalhados em 130 países.

A Revolução Industrial se coloca como um marco nos fundamentos da criação de parques, dando origem ao que Schaik e Rijkssen (2002) denominam de Movimento Pró-Parques. Este teve início no final do século XIX e se consolidou durante o século XX, como uma reação dos países industrializados frente às rápidas mudanças da paisagem natural. A expressão contemporânea “PN” foi descrita em 1832 por George Catlin, ao defender a necessidade da criação do PN de Yellowstone, nos Estados Unidos da América (EUA). Entretanto, o que une as criações de parques no mundo todo é o fato de que suas criações geralmente são permeadas por conflitos de todas as ordens. Segundo Schaik e Rao (2002, p. 455), os parques encontram-se ameaçados por “[...] um arranjo de fatores que incluem as comunidades locais (pequenos atores) assim como o grande público e os investimentos privados (grandes atores)”.

No Brasil, foram construídos/aprimorados instrumentos legais direcionados para a conservação ambiental, sem, no entanto, haver uma iniciativa de reavaliar a eficácia destas medidas ao longo do tempo. Para Amaral et al, (2002, não paginado),

[...] a formação do arcabouço jurídico e normativo que trata dos recursos naturais brasileiros teve início no período da ditadura Vargas e Estado Novo (1930/46) e prosseguiu sem alterações conceituais até o período da ditadura militar (1964/1984). Nesta fase, o que se observou foi uma regulamentação dos recursos naturais sob o prisma do desenvolvimento econômico (NEDER, 1997) [...] o que de certa forma mantém-se até hoje.

As alterações existentes neste processo vinham ao encontro de necessidades externas ao contexto nacional, atendendo a interesses outros que não somente a preservação dos recursos existentes, como o de garantir bancos de matérias primas disponíveis às demandas do mercado capitalista.

Nesse sentido, a política de criação de áreas protegidas se constitui em uma das iniciativas que o Estado vem se utilizando como estratégia de preservação de espaços detentores de atributos ecológicos significativos. Pautada em um modelo exógeno, tal política configura-se hoje no Brasil a partir da associação de três objetivos: a preservação de *habitats* naturais ou sítios culturais significativos; a proteção dos suprimentos de recursos de alto valor e a manutenção das características e diversidades paisagísticas para gerações futuras (MILLER, 1997). Controvérsias no que diz respeito aos seus objetivos e eficácia são as principais pautas de discussão em torno desta vertente de ação do poder público no que diz respeito à política ambiental brasileira.

A trajetória da criação de áreas protegidas na concepção contemporânea surge em 1872, nos EUA, com o primeiro modelo moderno de criação de áreas protegidas, o PN de Yellowstone. Baseado na premissa de grandes áreas desabitadas, seu principal objetivo era proteger áreas naturais destacadas e a vida selvagem (*wilderness*) ameaçada, segundo seus criadores, pela civilização urbano-industrial. Conforme o entendimento de Acot (1990) e de Diegues (1994), este modelo também estava vinculado à exploração das belezas cênicas dos espaços para fins de recreação e divertimento das pessoas. Com o tempo, estas áreas passaram a atrair um grande contingente de interessados em conhecê-las e apreciá-las.

Esse modelo de parques foi transferido para outros países, e o Estado logo percebeu que essa política poderia favorecer sua atuação no que diz respeito à preservação de áreas longínquas e inexploradas. Deste modo, a criação de áreas protegidas passou a servir como estratégia de estabelecimento de fronteiras mais definidas, principalmente em áreas onde os limites eram motivos de litígios. Este padrão obedeceu a uma visão antropocêntrica, pois, segundo Rodman (apud DIEGUES, 1994), beneficiou as populações urbanas e valorizava as motivações estéticas, religiosas e culturais dos humanos.

A partir dessa concepção, a natureza – selvagem – era considerada um valor em si mesmo, digno de ser protegido. Esta visão sofreu alterações ao longo do tempo e, hoje, a categoria de área protegida está consolidada. No dizer de Brito (2000, p. 20), os parques nacionais se tornaram mundialmente conhecidos, “[...] tanto pelo público leigo, como pelo medianamente especializado”.

As preocupações com a questão ambiental em uma perspectiva internacional formal não são recentes. Segundo Ribeiro, W. (2005), a década de 1900 se constitui no momento em que são iniciados os acordos e tratados internacionais regulando a ação humana sobre os recursos. A situação de intervenção e sobre uso se dava de forma mais intensa sobre as colônias. O estabelecimento dos acordos e tratados internacionais foi perseguido desde 1923. Como exemplo pode-se citar a assinatura do Tratado Antártico,

pelo qual foi firmada a soberania sobre a Antártida, tendo sido assinado em 1959. Em 1961 foi aplicado e estabelecido o intercâmbio científico entre bases dos diferentes países signatários do Tratado, entre eles: África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, EUA, França, Inglaterra, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Alemanha, Brasil, China, Índia, Itália, Polônia, Uruguai, além de outros (RIBEIRO, 2005, p. 57).

Desde então é que acordos desta natureza – que tem a questão ambiental como pano de fundo - se efetivam de fato numa perspectiva internacional.

Segundo Brito (2000), o consenso em torno da categoria PN só se estabeleceu em 1940, por ocasião da Conferência para Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América – Convenção Panamericana, realizada em Washington. A partir deste evento, os países sul-americanos tornaram-se signatários do mesmo, com exceção da Guiana e Guiana Francesa. No âmbito da convenção, de acordo com Brito (2000, p. 24), o PN ficou definido como “[...] áreas que deveriam ser estabelecidas para proteção e conservação das belezas cênicas naturais e da flora e fauna de importância nacional, beneficiando o público, que deveria usufruir paisagens naturais colocadas sob superintendência oficial”.

Esse conceito foi ao longo do tempo aprimorado e expandiu-se principalmente em função dos conflitos emergidos entre a criação destas áreas e as populações indígenas nelas presentes. Durante as décadas de 1980 e 1990 a questão tornou-se foco de fóruns e estudos em âmbito internacional. Pode-se citar como exemplo o IV Congresso Mundial de Parques ocorrido em 1992 na Venezuela, que teve como tema a questão das populações em

áreas protegidas. Neste mesmo período, segundo Amend e Amend (apud BRITO, 2000, p. 32), a ONU e a UICN incluíram na categoria PN unidades que continham povoados, cidades, serviços, comunicação desde que “[...] permanecessem numa zona específica e não prejudicassem a conservação efetiva das demais áreas”.

O (re)pensar acerca dos parques, de acordo com Santilli (2005), foi construído com base na perspectiva de que as políticas ambientais deveriam incluir as comunidades locais, que desenvolveram ao longo do tempo conhecimentos e práticas de uso e manejo ambiental, repassados às gerações pela da oralidade. Em 1994, finalmente, a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Naturais Protegidas (CPNAP) da UICN redefiniu o conceito de *parques*. Postulou-se, então, que esta categoria seria manejada principalmente para conservar ecossistemas para as gerações futuras, permitindo a recreação, a educação ao ar livre e instalações compatíveis com as finalidades conservacionistas, com a realização de atividades antrópicas desde que se dessem de forma sustentável.

O modelo, que foi fundamentado na possibilidade de socialização do usufruto das belezas cênicas existentes e originou-se em países de economia industrial mais avançada, não se adequou a certas especificidades dos demais países. O fato foi ressaltado por Diegues (1994), ao apontar que a dicotomia entre *povos* e *parques* tornou-se mais polarizada a partir da expansão do modelo de PN estadunidenses. Diz ainda Diegues (1994, p. 89):

[...] essa ideologia se expandiu sobretudo para os países do Terceiro Mundo seu efeito foi devastador sobre as populações de extrativistas, pescadores, índios cuja relação com a natureza é diferente daquela analisada pelos primeiros ideólogos dos parques nacionais norte-americanos. É fundamental enfatizar que a transposição do modelo Yellowstone de parques sem moradores, proveniente de países industrializados e de clima temperado, para países cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos graves, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas.

Este quadro também se reproduziu no Brasil, onde a primeira proposição de criação de UC segundo o modelo americano mostrou-se inadequada aos espaços territoriais já ocupados por populações locais. Segundo Hauff (apud MILANO, 1991, p. 46), no Brasil, é comum adotar-se as expressões áreas protegidas e UC como similares, no entanto, a primeira deve ser aplicada em uma concepção mais genérica, enquanto que a segunda, de acordo com a Fundação Pró-Natureza, corresponde a porções do território nacional, incluindo as águas territoriais, com características naturais de relevante valor e legalmente instituídas pelo poder público. Pelo que se percebe em Furtado (1987, 1994), Moran (1990), Allegretti (1994) e

Simonian (1996), as populações locais e do entorno destas áreas desenvolveram uma rica e dinâmica rede de interações com o ambiente, com estilos particulares de adaptação à natureza, base de sua reprodução cultural e social.

A inserção da questão ambiental em práticas de planejamento no Brasil se constitui em um processo histórico e, para sua compreensão, há necessidade de se levar em consideração a própria formação do Estado nacional. Como colônia ibérica, o Brasil teve sua trajetória marcada por uma concepção de conquistas de novos territórios, fruto da política mercantilista dos séculos XV e XVI. Moraes (2005, p. 13) identifica tal processo colonizador como a apropriação de “[...] novos lugares, com suas populações, riquezas e recursos naturais”, que se expressavam em uma perspectiva extensiva do ponto de vista territorial, e intensiva do ponto de vista do uso dos recursos.

Esse perfil colonial não se rompeu com a Independência, e as populações autóctones ainda eram vistas como meio de obtenção da riqueza natural. A busca da edificação de um país se consolidou, no dizer de Moraes (2005), a partir de uma postura por uma ideologia geopolítica que conduzisse ao domínio do território em detrimento ao bem-estar da população local. Com a modernização do estado-nação a partir do capitalismo tardio, o planejamento se consolidou como “[...] pre-ideação da intervenção deliberada (do Estado) sobre os diferentes lugares” (MORAES, 2005, p.18) e áreas, dentre elas as áreas ambiental e de turismo, principalmente as relacionadas à criação de áreas protegidas.

No Brasil, a primeira proposição de criação de UC foi feita em 1876, pelo nobre André Rebouças, que idealizou os PN da Ilha do Bananal e de Sete Quedas, podendo ser apontado como o pioneiro no que diz respeito à ética conservacionista no Brasil. Entretanto, a primeira UC criada no Brasil foi o PN de Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro, em 1937, com base no Artigo 9 do Código Florestal de 1934, tendo como objetivos “[...] além das suas finalidades de caráter científico [...] atender as de ordem turística” (COSTA, P., 2002, p. 18), principalmente das populações urbanas, nos mesmos moldes dos parques norte-americanos. Portanto, conforme assinala Brito (2000), o próprio Código foi indutor da degradação dos recursos naturais brasileiros, na medida em que induzia os proprietários a destruir florestas primitivas e heterogêneas para transformá-las em paisagens homogêneas.

Mercadante (2001, p. 200) ressalta que

[...] na perspectiva tradicional, criar uma unidade de conservação significa, em essência, cercar uma determinada área, remover – ou alguns diriam expulsar – a população eventualmente residente e, em seguida, controlar ou impedir, de forma estrita, o acesso e a utilização da unidade criada. A preocupação básica, quase exclusiva, muitas vezes, é com a preservação dos ecossistemas.

Esta radical intervenção do Poder Público sobre o domínio e a utilização da terra é, em geral, motivada pela necessidade de se manter determinadas áreas intocadas, tendo em vista sua importância ímpar, em termos científicos, culturais e, inclusive, econômicos, para as presentes e, sobretudo, as futuras gerações. Esses motivos são inegavelmente legítimos, defensáveis e justos. Os problemas, entretanto, é que, no processo corrente de criação de unidade de conservação, incorre-se, via-de-regra, em um equívoco fundamental: as unidades de conservação são concebidas e criadas a partir de uma decisão unilateral, de cima para baixo, como se fossem entidades isoladas, alheias e acima da dinâmica socioeconômica local e regional. A visão conservacionista, a rigor, é incapaz de enxergar uma unidade de conservação como um fator de desenvolvimento local e regional, de situar a criação e gestão dessas áreas dentro de um processo mais amplo de promoção social e econômica das comunidades envolvidas [...].

Sob esta ótica, as dificuldades se redobram, na medida em que as populações locais são alienadas do processo e, como resultado, os conflitos e o isolamento até então latentes se efetivam. Esta lógica de percepção faz o Estado ser percebido como violento e injusto ao restringir as possibilidades de inserção social e de desenvolvimento integrado.

Desde 1934 até os dias atuais, inúmeras categorias de áreas protegidas foram criadas, já tendo sido tais espaços geridos desde a década de 1960 pelo Ministério da Agricultura, pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), pelo Ministério do Interior por meio da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e, finalmente, pelo IBAMA, em um primeiro momento atrelado ao Ministério do Interior e, posteriormente, ao MMA. A trajetória histórica das políticas públicas de criação de áreas protegidas é traçada por Rylands e Brandon (2005). Segundo os autores, até a década de 1980 não existiam UC estaduais na Amazônia, mas hoje tais áreas equiparam-se em número às federais, enquanto o sucesso das mesmas depende do grau de cumprimento de suas missões.

A justificativa de criação dessas áreas reside no fato de que, segundo Domingues (2005), o Brasil detém 22% das plantas do mundo. Estima-se que há cerca de 350 mil espécies catalogadas, sendo que 60 mil encontram-se no Brasil. A América Latina possui 72% da biodiversidade mundial, sendo a região do planeta Terra que mais desperta o interesse mundial. Neste contexto, a Amazônia é a principal detentora de tal diversidade que, na maioria das vezes, vem respaldando as ações de criação de áreas protegidas.

Hoje, a diversidade de categorias de manejo existentes produz uma confusão no que diz respeito aos seus conceitos e objetivos, repercutindo inclusive na viabilidade de sua

execução. É o que pensa Milano (1991) acerca da documentação legal que indica os objetivos das UC e define suas classes de manejo, pois confunde estas áreas com outros instrumentos legais de restrição do uso e da ocupação do solo. As Unidades apresentam categorias variadas, de acordo com o menor ou maior grau de eficiência para a conservação do meio natural, e os regulamentos próprios de uso, manejo e legislação que respaldam sua criação.

O Brasil dispõe de um grande número de UC. Elas são criadas e tem sua política de valoração e utilização definidas pelo SNUC, que, por sua vez, é coordenado pelo IBAMA, o principal órgão fomentador e executor da política ambiental brasileira (BRASIL, 2000a). No esclarecer de Silva, M. (2005, p. 22)

Três instituições governamentais administram o SNUC. O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, monitora a sua implementação, que é coordenada pelo MMA; a Diretoria de Ecossistemas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, autarquia vinculada ao MMA, é responsável pela criação e gerenciamento das unidades de conservação federais e as secretarias análogas e institutos florestais são responsáveis pelas áreas equivalentes em nível estadual e municipal.

Integram este sistema as unidades devidamente selecionadas que atendam de modo mais amplo possível aos objetivos nacionais de conservação da natureza, destacando-se, individualmente, a proteção de parcelas significativas de todos os ecossistemas naturais do país.

A trajetória histórica do desenvolvimento do SNUC é traçada por Mittermeir *et al* (2005), que mapeiam e pontuam as ações públicas em prol da consolidação do Sistema. Além disso, enfatizam a influência de ONG conservacionistas à consolidação de tal processo, sendo a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) a primeira ONG criada na América do Sul (Rio de Janeiro) em 1958.

Essas ONGs [sic] tomaram para si papéis complementares muito importantes, desenvolvendo fortes capacidades científica, analítica e política, além de estimular a conservação em nível regional e nacional. Elas estabelecem fortes parcerias com organizações internacionais e com o governo, principalmente para manejo e pesquisa em unidades de conservação (MITTERMEIR *et al.*, 2005, p. 18).

No entanto, muitas destas entidades tem uma ação que vai de encontro à questão acima exposta, passando a utilizar as populações locais como instrumento de manutenção de hegemonia sobre as mesmas, tornando-as tuteladas por tais organizações. Estas, por sua vez,

“usam” de modo antiético e manipulam cenários de carências sócio-econômicas, organizativa e informacional, não promovendo de fato o desenvolvimento da capacidade local.

Para terem seus objetivos alcançados a contento, as UC necessitam de dois instrumentos básicos de planejamento: o Plano de Manejo e o Plano de Uso Público (PUP). O Plano de Manejo corresponde a “[...] um documento técnico mediante o qual, com fundamentos nos objetivos gerais de uma UC, se estabelecem o seu zoneamento, as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais” (BRASIL. Ministério, 2000, p. 9). O PUP, de acordo com Badialli (2004, p. 82), é utilizado caso a UC não tenha como um dos seus objetivos as atividades de uso da área pela população e consiste em

[...] um dos documentos básicos considerados na administração de unidades de conservação. Ele deve designar locais dentro das UCs para a visitação pública e também definir a forma de manejo mais adequada para estas áreas de forma a conciliar o uso recreativo com seus outros objetivos primários como, por exemplo, a conservação dos recursos naturais e a pesquisa científica.

Tais documentos tem como finalidade permitir mecanismos para que as perspectivas ecológicas, científicas, econômicas, sociais e políticas de uma UC sejam desenvolvidas em sua plenitude de forma harmônica, tendo como base ações de planejamento atualizadas e dinâmicas.

Em virtude de sua extensão, o Brasil conta com uma área protegida muito pequena. Segundo cálculos recentes, apenas 8,13% do seu território constituem-se em áreas protegidas (BRASIL, 2000b). Apesar de quantitativamente pouco significativo, segundo os órgãos oficiais, este total pode revestir-se de algum significado, principalmente se forem consideradas as especificidades geográficas do país e as condições materiais insuficientes para a implantação e a gestão destas áreas. Além disto, existe um grande número de UC – 451 Unidades – que são criadas e administradas pelos governos estaduais e municipais, o que corresponde a uma área total de aproximadamente 29,8 milhões de hectares.

Apesar de sua grande diversidade natural, o Brasil detém maior repercussão pelas ações negativas relativas a biodiversidade. Os meios de comunicação nacionais e internacionais veiculam diariamente questões acerca do desmatamento, a ampliação de áreas para cultivo de grãos e de pastagens, o crescimento urbano desordenado e expansões industriais, que geram, assim, perdas significativas de grandes áreas naturais. Este quadro tem sua gênese no século XVI, no período do Brasil colônia, e vem ao longo do tempo tomando dimensões catastróficas.

A preocupação com essas questões por parte do Estado, no entanto, só se tornaram mais efetivas nos últimos 30 anos. Até então ações pontuais e desconectadas eram implementadas. No dizer de Mitternier et al (2005, p. 16), “[...] um estímulo-chave foi a ocupação da Amazônia, que acompanhou o milagre econômico brasileiro (1964 – 1980), impulsionada inicialmente pela construção de uma rede de rodovias, no início da década de 70, que incluía a Transamazônica”. Nas décadas de 1980 e 1990, há um investimento maciço na criação de UC e o desenvolvimento de uma massa crítica abalizada para o trato das questões ambientais.

Para Mittermeier et al (2005, p. 15), essa trajetória pode ser apontada na congregação de quatro grandes vertentes:

[...] a liderança na criação de um sistema nacional de unidades de conservação, o desenvolvimento de listas nacionais e estaduais de espécies ameaçadas, o surgimento de organizações não-governamentais conservacionistas fortes e influentes e, finalmente, o avanço da ciência da conservação no país e o importante papel que ela tem exercido.

Entretanto, as ações integradas neste sentido tem sido insuficientes, permeadas por uma trajetória de fragmentação e polaridades.

Na Amazônia brasileira, o percentual em relação ao total e em relação à extensão das UC é do mesmo modo reduzido em comparação com sua área de abrangência. De acordo com os estudos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), 9,03% da superfície da Amazônia brasileira correspondem à UC. Neste universo estão incluídas as unidades sob jurisdição federal e estadual.

Embora este número ainda seja insuficiente em relação a sua extensão territorial, a Amazônia abriga a maior extensão de áreas estaduais protegidas por unidades da federação. Segundo o FNMA (BRASIL, 1999, não paginado), a região concentra 49% destas áreas e 12% das UC estaduais do país. Entretanto, conforme estudos recentes (PINTO, P., 2000; QUARESMA, 2000a; QUARESMA, 2000b; SIMONIAN, 2000; WWF, 1999), as ações necessárias para a implantação e a estruturação destas UC distam muito das propostas idealizadas e definidas em lei, sendo que, em muitas delas, sequer existem ações desta natureza.

Desde a década de 1990, os fundos internacionais para a conservação da biodiversidade vem destinando recursos para programas de conservação do meio ambiente e biodiversidade, não só para o Brasil quanto para a América Latina e Caribe. Entre eles, cita-se

o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), Instituto de Crédito para a Reconstrução (KFW), Fundo de Ambiente Global (GEF), Conservation International (CI), World Wildlife Foundation (WWF), entre outros. Lauriola (2003) descreve de maneira detalhada valores e destinos destes recursos e de que maneira foram compartilhados no Brasil. Os valores evidenciam a importância que a questão representa, mas a eficiência das aplicações pode ser relativizada ante as taxas de desmatamento, que tem subido sem parar.

Hoje, as agendas positivas vem colaborando no sentido de reforçar a necessidade de implementação efetiva de ações que venham a reforçar a necessidade de um congregamento entre os diversos atores sociais. A agenda positiva regional é produto da negociação entre setor governamental, setor produtivo e sociedade civil. Esta teve seu início em 1999 e a partir dela sucederam-se as agendas positivas estaduais, que subsidiaram a constituição das agendas municipais.

O processo de constituição das agendas estaduais e regionais se efetivou (RONDÔNIA, 2007, não paginado) “[...] por meio de amplas consultas na região, oferecendo uma estratégia democrática de sustentabilidade para a Amazônia, em que o meio ambiente deixa de ser percebido apenas como restrição e passa a contribuir para a construção de um programa em prol do desenvolvimento sustentável para a região”. Nos referidos documentos são contempladas, além do Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE), atividades que propiciem a geração sustentável de emprego e renda. Dentre elas está o turismo, o monitoramento, o controle ambiental e a questão das áreas protegidas, entre outras.

Como signatário da Convenção sobre Biodiversidade Biológica (CBD), ratificada na Conferência das Partes (COP 7), em 2004 o Brasil conseguiu aprovar o Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas (PWPA), que propõe a contribuição dos demais países desenvolvidos com financiamentos adicionais para a sua implementação. No Brasil, ações vem se concentrando na ampliação do número de áreas protegidas a partir de iniciativas interinstitucionais. No entanto, há necessidade de se dar especial atenção à questão da criação de programas de divulgação/conscientização dos usuários possíveis destas áreas que se concentram no seu entorno, pois só assim será possível atingir os objetivos destas áreas.

É visível o avanço e a importância da criação dessas áreas nos últimos vinte anos, todavia, a qualidade e a implantação da política de manejo e de proteção das UC tem deixado muito a desejar. Tais Unidades não cumprem as finalidades a que se propõem, uma vez que as políticas e as ações a elas relacionadas são permeadas por interesses políticos e

conflitos sociais. Muitos deles são desconhecidos por parte da sociedade, bem como das comunidades diretamente envolvidas no processo, além da desconexão de outros setores/atividades que poderiam vir a colaborar com o êxito da criação destas áreas, como o turismo. Outra questão preocupante diz respeito à sobreposição de áreas de UC a áreas que são consideradas de propriedade de etnias indígenas, as chamadas TI. Exemplo disto ocorre no estado de Roraima, em que uma parte da área do PNMR está situada na TIRSS.

Essa trajetória quase sempre antagônica faz com que a maioria das UC, dentre elas os PN, sejam “parques de papel”. Segundo Terborgh e Schaik (2002, p. 26),

[...] o termo refere-se aos parques que não foram realmente implantados (demarcados e com seus planos de manejo concluídos) e tem apenas uma existência virtual, como linhas desenhadas em mapas oficiais. Como não são realmente protegidos, muitos parques de papel vem sendo degradados por atividades ilegais [...].

Este cenário se edifica em função de uma conjunção de fatores que vão desde a inadequação do processo de criação e demarcação das áreas protegidas até a questão da acessibilidade, da falta de dotação orçamentária e de recursos humanos.

Os autores acima citados ressaltam que o êxito de parques bem sucedidos não está exclusivamente relacionado à questão financeira e apontam como componentes de sucesso, a postura e a força de instituições locais que desenvolvem uma cultura de respeito ao ambiente. Esta postura é extremamente importante em países ditos do terceiro mundo, em que a disponibilidade orçamentária para áreas protegidas é restrita.

No momento em que se buscam novas modalidades de gestão e de diálogo entre os diversos atores sociais, em que o planejamento de UC, as diretrizes e as políticas ambientais são questionados, há necessidade de um repensar da política de áreas protegidas, frente às mudanças globais. A utilização destas áreas ou de seu entorno para a atividade turística, pode se constituir em um dos mecanismos de alcance efetivo de seus objetivos, por meio da prática de um turismo sustentável, de acordo com os princípios conceituais do desenvolvimento sustentável (MAGALHÃES, C., 2002), uma vez que a articulação entre Estado, sociedade civil e empresas privadas ainda deixa a desejar. Tal articulação exigiria, no mínimo, a troca de saberes, a disseminação da informação e a capacitação de recursos humanos, além da congregação de esforços entre as atividades que tem no uso dos recursos naturais sua principal razão de ser. Para Pinto, M. N. (199?, p. 29-32),

[...] a gestão dos ecossistemas e dos recursos deve resultar do equilíbrio de forças constituídas pelo Estado, pelas Empresas e pela Comunidade. Cabe ao Estado o planejamento, a coordenação e o monitoramento das instituições que lhe prestam serviço, as empresas; e a comunidade deve possuir mecanismos coercitivos, no sentido em que o planejamento atenda seus anseios. O gerenciamento dinâmico conduzirá os componentes do triângulo a uma reformulação de suas políticas, em um processo constante de revisão e de aperfeiçoamento de suas decisões.

Deste modo, as responsabilidades serão partilhadas entre os diversos segmentos sociais, o que incentivará a colaboração sistemática e consciente e contribuirá para o êxito da implantação das UC, preservando sua história, sua cultura e sua memória, tendo o turismo como um dos canais possíveis para o alcance destas metas.

Segundo Silva, M. (2005), uma perspectiva recente na trajetória de criação de áreas protegidas no Brasil é o não privilegiamento de criação destas áreas nos moldes tradicionais, nos quais somente a União se responsabiliza por sua administração. Hoje, alternativas de gestão de UC vem sendo contempladas, principalmente em áreas particulares, tendo sido criados diversos incentivos para a constituição de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN). No entanto, tais ações apresentam um caráter incipiente, principalmente no que tange às UC em áreas de fronteira que ainda não vislumbraram a perspectiva de uma gestão compartilhada.

Apesar da conduta dita participativa na elaboração dos planos de manejo e gestão das mesmas, pouca articulação efetiva se constitui neste sentido, seja com as populações locais ou demais segmentos que direta ou indiretamente transitam no processo. E ao manifestar-se acerca da busca da sustentabilidade, Rodrigues, F. (2006, p. 175) alerta que a mesma “[...] precisa ser construída socialmente, ou seja, pensa que o desafio é construir a utopia da sociedade sustentável, desenvolvendo em contínua progressão a capacidade de pensar, que é a essência da natureza humana. [E considera] que as utopias são necessárias [...]”. O atual grau de desordem ecológica da região amazônica é resultado de sua inserção no modelo de desenvolvimento nacional, por não se diferenciar do restante do país.

Em decorrência de sua inserção socioeconômica no mercado internacional, a Amazônia tem uma representação multifacetada, que inclui uma esfera política, uma ecológica e uma econômica, sendo seu desenvolvimento bastante influenciado pela ordem internacional, com destaque para a exploração e a exportação de minérios e de madeira e para as ameaças de destruição do ambiente local. Em função deste quadro, a região apresenta um desenvolvimento desequilibrado e estruturalmente dependente do capital internacional, sendo

mesma é vista apenas como *locus* de aproveitamento dos recursos naturais, que se vão degradando e esgotando, restando à população local uma baixa da qualidade de vida e a emergência de conflitos diretos entre os mais diversos atores sociais.

Pelo que se evidenciou ao longo desse processo histórico, grande parte dos problemas ambientais da região é imputável ao Estado e aos países desenvolvidos. Como se sabe, o Estado e tais países intervêm nas políticas de financiamento de projetos para a região, garantindo assim a dominação de frações do território, com apoio das empresas estatais e do aparato militar, passando a questão ambiental a ser determinada por jogos de interesses e pelas relações de força. O Estado brasileiro atua como principal intermediário neste processo, estimulando a formação de uma consciência ambientalista, mas, ao mesmo tempo, atendendo às necessidades do desenvolvimento.

O interesse do poder central pela Amazônia aumentou nos últimos 30 anos. Evidencia deisto são as políticas de desenvolvimento elaboradas para a região que objetivaram a ocupação do seu espaço e sua inserção no cenário mundial. A imposição de modelos econômicos alienígenas e, conseqüentemente, impregnados de inovações tecnológicas exteriores à região causa um profundo impacto, conforme evidenciado nos trabalhos de Almeida, A. (1991), Furtado (1987, 1994), Léna, Oliveira (1991), Magalhães, S. (1996) e Simonian (2004).

Mais precisamente, tem ocorrido transformações nos modos tradicionais de organização espacial e social das comunidades amazônidas. Tal processo vem configurando novas possibilidades de relação com os recursos naturais, entre elas, o de associação da criação de áreas protegidas com o turismo sustentável. Para Irving (2002), esta associação, embora se baseie em atrativos naturais de grande relevância e pregue a distribuição de benefícios à população local, é ainda pouco praticado no Brasil em sua concepção mais global.

Schubart (1989) enfatiza que, apesar do grande número de categorias, um dos principais problemas enfrentados é a falta de recursos para a implantação e para o controle destas áreas. O autor lembra também que muitas vezes as UC são criadas sem um rigoroso cuidado com relação a sua representatividade, fruto de um processo permeado de interesses exógenos e casuais. Mas o turismo gerado pela oportunidade de visitação a estas áreas pode, se bem administrado, trazer diversos benefícios econômicos à própria unidade a médio e

longo prazo e, sem dúvida alguma, para as comunidades do entorno, cumprindo assim com sua finalidade de sustentabilidade sócio ambiental.

Para Terborgh e Schaik (2002, p. 28), o uso de parques nacionais para fins de uso antrópico é totalmente inviável. Estes autores enfatizam que as “[...] práticas de desenvolvimento sustentável que não sejam relacionadas com ecoturismo são incompatíveis com a conservação da natureza porque por princípio seres humanos e animais silvestres não combinam bem”. Percebe-se claramente que o turismo se constitui em uma importante ferramenta para o alcance do almejado desenvolvimento sustentável em parques nacionais.

Os benefícios oriundos dos espaços criados com fins de conservação da natureza são “[...] intangíveis, relacionados com a recreação, bem estar físico e o valor intrínseco da própria natureza. [...] É a experiência de visitar os parques e cenários espetaculares que cria os aliados” (TERBORGH, SCHAİK, 2002, p. 33). Dentre estes aliados os visitantes constituem-se na realidade em futuros co-autores na proteção destas áreas.

Em março de 1999, a WWF publicou nos jornais do país o resultado de sua análise das UC brasileiras. De acordo com esta ONG, as UC da região Norte seriam mais viáveis do que as do Centro-Sul do país, apresentando as UC do estado do Pará “[...] condições de risco mediano ou normal” (PINTO, P., 2000, p. 60). A parcialidade do êxito destas áreas se constituiu na maioria das vezes em uma preocupação secundária na estrutura dos órgãos gestores de políticas públicas ambientais. Na tentativa de superar a situação, principalmente na Amazônia, Domingues (2005) enfatiza a implementação de ações que visem a elaboração de instrumentos e estratégias para proteger e orientar as decisões políticas sobre o desenvolvimento da região associada à proteção ambiental.

Como exemplo, o autor cita a criação do Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) em 1998, com fins de ampliação das áreas protegidas em florestas tropicais do mundo. Além disso, desde 1999 o MMA vem coordenando a estruturação de Agendas Positivas estaduais numa perspectiva integrada, no dizer de Domingues (2005, p.61) tais agendas se constituem em um “[...] conjunto de medidas voltadas a coibir o desmatamento ilegal e ao mesmo tempo incentivar o uso sustentável e a recuperação de áreas desabitadas e a valorização da floresta em pé, para fins de conservação e o uso de produtos madeireiros e não madeireiros”. Isto se justifica pelo fato de que as mesmas deveriam ser elaboradas com ampla participação de órgãos governamentais, do setor privado e da sociedade civil.

Além das Agendas Positivas estaduais o MMA vem coordenando também a Agenda Positiva Regional para a Amazônia Brasileira desde 2000, com a participação de todos os estados que integram a região. Mais recentemente, o Zoneamento Econômico Ecológico vem sendo desenvolvido com a perspectiva de facilitar a implantação do programa ARPA, como pano de fundo. Estas medidas visam “[...] evoluir da extração não-sustentável de recursos naturais, para a internalização de cadeias produtivas, e especialmente nos setores de maior conteúdo tecnológico” (DOMINGUES, 2005, p. 61).

Com relação ao Projeto ARPA, apesar de criado em 1998, só foi aprovado em 2000. Coordenado pelo MMA, é executado pelo IBAMA e aberto a adesão dos governos estaduais, sendo fruto da ação conjunta entre governo brasileiro, Banco Mundial, e WWF (ALLEGRETTI, 2002). Os recursos que viabilizam o projeto são oriundos do GEF – Banco Mundial, WWF-Brasil, KFW do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) e do governo brasileiro. Esta ação, para Alegretti (2002, p. 3), visa:

[...] viabilizar, em sua primeira fase, de quatro anos, a criação de 18 milhões de hectares em novas Unidades de Conservação (UCs) na Amazônia Legal, sendo metade em categorias de Proteção Integral (PI) e metade de Uso Sustentável (US). Apoiará ainda a criação de um Fundo Fiduciário para custeio de UCs de PI e para o pagamento de serviços de vigilância em UCs de US, com vistas a garantir a sustentabilidade financeira das mesmas. Para tanto o ARPA encontra-se estruturado em cinco componentes: Criação de Unidades de Conservação, Consolidação das UCs Existentes, Fundo Fiduciário para as UCs, Monitoramento de UCs e Coordenação e Gerenciamento do Projeto.

Apesar da proposta no sentido de efetivar, de fato, a ação concreta de criação de áreas protegidas, muito ainda há que ser realizado. Esta situação é ratificada por Silva (2005, p. 23), ao mencionar que “[...] embora o ARPA esteja em atividade há pouco mais de um ano, já vem realizando melhorias significativas no panorama de 29 unidades de conservação federais e estaduais da região Amazônica”. No entanto, das ações desenvolvidas pelo poder público no que diz respeito à criação de UC, o que vem se constituindo em desafio, é a demarcação das destas áreas e a conclusão de seus planos de manejo.

Silva, M. (2005, p. 24) contextualiza que

[...] dos 53 parques nacionais do país, somente 20 estão abertos à visitação pública; algumas unidades de conservação decretadas a partir da década de 1960 ainda não foram legalmente ou completamente criadas e/ou seus proprietários anteriores ainda não foram indenizados. Mais de 50% das áreas estabelecidas como unidades de conservação federais requerem algum tipo de regularização dos títulos de posse da terra e, aproximadamente, 25% reúnem pagamento de modernizações; das 254

unidades de conservação federais, somente 60 possuem um conselho consultivo em atividade.

Mesmo que o ARPA venha a se constituir em canal avançado de concepção de um sistema de áreas protegidas e de mitigação de conflitos, as UC da região Norte enfrentam, porém, os mesmos problemas das demais UC do país: insuficiência de recursos financeiros; falta de equipamentos e de materiais adequados para a fiscalização; inexistência, algumas vezes, de regularização fundiária; inconclusão ou inexistência de planos de manejo – que decorreria da falta de recursos para os estudos de zoneamento – e, principalmente, falta de demarcação de seus limites, o que as torna vulneráveis a abusos. Frente a este quadro, o turismo pode vir a se tornar de fato um dos canais a serem trabalhados de modo a minimizar tais problemas, bem como de integrar de maneira efetiva os vários segmentos sociais envolvidos no processo.

O êxito e a sustentabilidade de fato destas áreas só ocorrerão frente ao enfrentamento e revisão de condutas adotadas pela sociedade e pelo Estado. Ascher (1994) aponta cinco dilemas a serem superados: a) conservação *versus* exploração florestal, b) exploração de pequena escala *versus* desenvolvimento, c) grau de controle ambiental, d) a questão da equidade e e) autonomia e fragmentação política. Assim, ele enfatiza a necessidade da articulação e cooperação, principalmente no âmbito interno do Estado, que muitas vezes por falta de coesão interna, tolhe a participação das comunidades locais.

Atualmente, a percepção internacional acerca da importância dos recursos naturais e da preservação da Amazônia passa pela sua visão como fonte de prospecção genética, passando a ter um valor econômico bem maior do que como fornecedora de recursos extrativos. Então, há necessidade de que os ecossistemas estejam preservados. O turismo pode se converter em um importante aliado no processo, desde que inserido de forma adequada nos planos de desenvolvimento regionais.

3. 3 O TURISMO – UMA PRÁTICA EMERGENTE?

O turismo emerge no seio da sociedade capitalista como um dos meios de satisfazer a busca da sociedade pelo prazer, pelo conhecimento e pelo bem-estar. Ele produz relações sociais diversificadas. Explorando, adequada ou inadequadamente, os espaços geográficos, o turismo transcende as relações econômicas e propicia o estabelecimento de relações sociais, culturais e políticas. Ao analisá-lo, há de se levar em conta os diversos fatores que fazem parte de sua prática. Antes de tudo, o turismo deve visar à satisfação dos anseios das sociedades ou populações envolvidas e respeitar as especificidades de cada realidade socioambiental para a qual está direcionado, garantindo assim sua sustentabilidade.

Compreender o turismo e suas complexidades se constitui em um desafio e uma necessidade. Hoje tal atividade tornou-se um dos segmentos da economia que mais cresce e apresenta possibilidades de desenvolvimento em diferentes dimensões, relacionadas ao território, aos recursos naturais e aos indivíduos e suas produções. Como atividade que possui efeito multiplicador em larga escala, pode vir a se constituir em um canal de possibilidades por meio do qual sejam alcançados a médio e longo prazos perspectivas de desenvolvimento.

Para tanto se faz necessário que se leve em consideração aspectos como o avanço tecnológico; a interdependência das nações; as especificidades locais; a internacionalização do capital; a dialética entre o global e o local; as questões naturais. Neste cenário, o turismo e a questão ambiental e cultural se constituem em foco da atenção dos mais diversos segmentos sociais que transitam em torno da questão. Estes buscam alcançar patamares de desenvolvimento pautados na relação indivíduo e meio, implicando em transformações sociais, culturais e econômicas, sobretudo de ordem qualitativas.

Como atividade eminentemente relacionada à Revolução Industrial, Urry (1999, p. 34) aponta a consolidação do turismo a partir de uma nova concepção de tempo e espaço estabelecida por “[...] características particulares da industrialização do século XIX e do crescimento de novos modos de acordo com os quais se organizou e se estruturou o prazer, em uma sociedade baseada, em larga escala, nas classes industriais”. O tempo/espaço do novo modelo de trabalho imputado a partir da Revolução determinou as novas práticas de lazer a serem realizadas, desencadeando um novo fenômeno de fuga total dos espaços de trabalho (DUMAZEDIER, 1999). O turismo passou então a se estabelecer como uma das principais atividades à prática do lazer e, com o decorrer do tempo, uma atividade altamente lucrativa.

A atividade tem sido palco de disputas políticas e econômicas, contando com o discurso pseudo-ecológico e a mídia como principais instrumentos de disseminação na sociedade. Regiões, estados e até mesmo países disputam o mercado do turismo, na maioria das vezes, reduzido à comercialização estereotipada de espaços e culturas locais. Existem diversas definições de atividade turística. Algumas a associam ao lazer; outras a viagens e a aspectos relacionados à hospedagem e aos gastos no local de destino; outras, ainda, às relações com os recursos naturais.

A tentativa de conceituar a atividade remonta à década de 1930. Nesta ocasião o turismo estava associado e pautado unicamente por parâmetros relacionados ao deslocamento de turistas, à duração da viagem e à motivação da mesma. Segundo a OMT, esta atividade caracteriza-se pelo “[...] deslocamento para fora da residência por período superior a 24 horas e inferior a 60 dias, motivado por razões não econômicas” (IGNARRA, 1999, p. 23).

A definição acima se apresenta um tanto restritiva. Isto se justifica pelo fato de que a mesma não abrange a complexidade que envolve a atividade. Ignora por exemplo, aspectos outros que envolvem este deslocamento e as interações por ele provocadas.

Barreto (1995), Beni (1998), Ignarra (1999), Montejano (2001), Castro, C. (2002) e outros fazem um levantamento das definições do turismo. Estas variam conforme o pensamento dominante em uma determinada época, podendo predominar os enfoques econômicos, sociais, psicológicos, culturais, ambientais ou outro. Porém, a definição de turismo mais abrangente é a proposta por Wahab (1972, apud TRIGO, 1995, p. 24):

Uma atividade humana internacional que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre povos, tanto dentro como fora do país. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outras regiões visando à satisfação de outras necessidades que não a de atividades remuneradas.

De acordo com a definição, o turismo abrange aspectos relacionados não só à economia, mas também ao lazer, à troca de experiências e aos contatos entre povos, compreendendo diversas variáveis. Pode-se dizer que o turismo inicia quando o indivíduo sedentário passa a viajar, a buscar novos contatos, novas experiências, a deslocar-se de seu local de moradia, motivado por diversos fins.

As discussões sobre turismo tem sido permeadas por uma visão “economicista” e por uma visão “holística”. Como representante da primeira abordagem, Borman define (apud ANDRADE, 1998, p. 15) o turismo como “[...] o conjunto de viagens que tem por objetivo o prazer ou motivos comerciais, profissionais ou outros análogos, durante os quais é

temporária sua ausência da residência habitual”. Na mesma corrente, Salvati (2002, p. 153) considera o turismo “[...] uma das mais pujantes atividades econômicas mundiais, principalmente o setor de serviços, sendo considerado um dos três líderes mundiais em produtividade”.

Partidário da visão holística, Jafari define o turismo como “[...] o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físicos, econômicos e socioculturais da área receptora” (JAFARI apud IGNARRA, 1999, p. 24). Outras concepções se apresentam com enfoques diferentes ou complementares entre si, entretanto, dificilmente contemplam todos os aspectos do turismo.

Seabra (2003) reforça que, do ponto de vista econômico, o turismo só é superado pela indústria automobilística. A World Travel Tourism Council (WTTC), aponta que a atividade gerou, em 1999, 4,5 bilhões de dólares e 192 milhões de empregos em todo o mundo. Ainda de acordo com Seabra (2003), o turismo vem se constituindo no setor da economia mais expressivo.

É inegável que a atividade turística se constitui em um fenômeno do mundo contemporâneo, e como tal insere-se na lógica do mercado capitalista, assumindo uma feição própria de produto econômico como uma das alternativas às crises globais do capital. No dizer de Coriolano (2005, p. 3),

[...] a atividade é vendida como um produto para reproduzir a força de trabalho e, assim, garantir a produção do trabalho industrial, comercial e financeiro nos diversos mercados internacionais, mas, na verdade, forja respostas às necessidades humanas, pois atende preferencialmente ao capital.

Segundo a autora, o turismo se constitui de fato quando o indivíduo descobre o prazer de viajar. A sensação é uma das facetas da atividade, integra o mundo dos símbolos, ícones, idéias, sonhos e representações. A viagem turística é, antes de tudo, um conjunto de pré-concepções e percepções de imagens e valores de significado cultural. As viagens agem como estimulantes de sonhos, idéias e ações, como metáfora de enriquecimento individual e forma de esquecimento do mundo do trabalho.

Na concepção de Faria e Carneiro (2001, p. 15), o turismo corresponde a um

[...] processo completo que vai desde a divulgação correta da imagem do local a ser alcançado, por meios diversos, pelo turista, sua permanência e satisfação, até a sua volta ao local de origem, de modo que a localidade turística permanece conservada, no longo prazo, para a continuidade do atendimento qualificado, a garantia das boas condições de vida para a população local e a preservação do meio ambiente envolvido.

Esta concepção mais recente já integra em seu conteúdo a perspectiva da sustentabilidade como vontade política a ser adotada por todos os setores envolvidos com a *práxis* do fazer turístico. Já Panosso Netto (2005, p. 31), ao tratar da teorografia do turismo (estudo das teorias desenvolvidas sobre a atividade turística a partir da filosofia), concebe a atividade como “[...] fruto de uma prática humana, de homens e mulheres que agiram em seus locais físicos, de sujeitos que experienciaram algo diferente do que estavam acostumados a experimentar e que estavam longe de seus locais de residência”.

Para tanto, periodiza os estudos relativos à atividade, identificando cinco fases teóricas do turismo: a primeira, denominada de fase Pré-Paradigmática, cujos expoentes são Fuster, Jafar Jafari e Ritchie; a segunda, a fase de transição entre a anterior e a fase denominada de Sistema de Turismo (influenciada pela Teoria Geral dos Sistemas), em que destacam-se Cuervo e Wahab; a terceira é identificada como a fase paradigmática do Sistema Turístico, da qual fazem parte Leiper, Sessa, Beni e Boullón; a quarta é tida como fase de transição entre as fases do do Sistema de Turismo e a de Novas Abordagens, tendo como representantes Jiménez Martínez, Krippendorf e Molina; e a quinta fase e mais recente é a das Novas Abordagens, na qual inserem-se os trabalhos de Jafar Jafari e Tribe.

Na perspectiva de se definir uma trajetória histórica da atividade, autores como Arrilaga (1976), Barreto (1995), Ignarra (1999) e Seabra (2003) indicam as suas diversas fases, todas associadas ao deslocamento humano no decorrer dos tempos e as transformações históricas da sociedade desde seu nascimento. Descreve tal trajetória desde a Antigüidade, passando por seu desenvolvimento nos séculos XVIII e XIX, até chegar à sua consolidação no século XX. Dias (2003b), ao analisar o desenvolvimento histórico social da atividade (Quadro 16), vai além da mera periodização, apontando inclusive as motivações que impulsionaram o deslocar turístico.

PERÍODO	MOTIVAÇÕES	DEMANDA
Idade Antiga	Atividades religiosas, esportivas, comerciais, artísticas, militares, educacionais e de saúde	Aristocratas, elite social emergente e funcionários públicos
Idade Média	Peregrinações religiosas	Peregrinos europeus
Séculos XVI ao XVIII	<i>Grand tour</i> , surgimento dos balneários, retorno à natureza	Pesquisadores, aristocratas, burgueses, intelectuais, empresários e artistas
Século XIX	Revoluções tecnológicas (transporte), aventuras, protestos, liberdade e busca por aventuras	Elite burguesa, funcionários e jovens europeus
Século XX	Sol, praia, massificação	Elites, classes emergentes e operariado
Final do século XX e início do século XXI	Modelos de turismo alternativo, novos valores pós-materialistas	Pessoas engajadas, com nível maior de exigência e de informação.

Quadro 16: Desenvolvimento histórico social do turismo

Fonte: Adaptado pela autora a partir de Dias (2003a).

Em outra perspectiva de análise, Padilha (1980, apud CRUZ, S., 1999, p. 5) sugere a existência de três períodos desta trajetória:

[...] a primeira, que vai até a metade do século XIX, poderia denominar-se de ‘turismo incipiente ou elitista’. Sua prática era restrita a uma minoria com maiores recursos econômicos. A segunda, que chamamos de ‘turismo de transição’, em que se inicia a etapa de sua popularização, é precursora do turismo massivo, compreende até a primeira metade do século XX. A terceira fase designaremos de ‘turismo em desenvolvimento ou turismo massivo’, que começa a partir da segunda metade deste século e prossegue até nossos dias, na qual grande número de pessoas tem acesso à sua prática.

Perrottet (2005), definindo também esta trajetória, informa que os antigos romanos foram os responsáveis pela “invenção” da indústria do turismo, uma vez que aquela sociedade se constituiu na primeira a se deslocar em grandes grupos, por exemplo, da cidade perdida de Tróia à Acrópole, do Colosso de Rodas ao Egito e por cruzeiros pelo Nilo até às fronteiras do Império.

Lage e Milone (1996) apontam os Jogos Olímpicos como fundamentais à prática do turismo na Antiguidade. No entanto Beltrão (1999) enfatiza que na Antiguidade as viagens também eram marcadas por interesses políticos e comerciais, destacando as viagens de Heródoto e Marcopólo. Barreto (1995) indica os romanos como os primeiros povos a realizar viagens turísticas por prazer, fortalecidas pelas estradas construídas na época.

Na Idade Média, o Renascimento se constituiu no grande impulsionador do turismo por meio dos chamados *grand tours*, que consolidaram o chamado Turismo Barroco

(SEABRA, 2003), bem como as motivações religiosas (peregrinações e as Cruzadas), que possibilitavam o intercâmbio cultural e econômico. Com a Revolução Industrial (séc. XVIII) um novo perfil ao turismo foi dado a partir do tempo livre, que para Dumazedier (1999) é concebido como o tempo definido em oposição ao trabalho, e do surgimento da classe média. Barreto (1995) identifica neste período o chamado *turismo romântico*, relacionado com a questão espiritual e o valor intrínseco da natureza, não apenas no aspecto econômico da atividade.

Como resultado do processo, que se intensificou no século XIX e pela falta de um planejamento adequado da atividade, consolidou-se o turismo de massa. Este trouxe consigo uma série de impactações ao ambiente natural que se constitui no principal foco de interesse da atividade. O turismo consolida-se a partir da segunda metade do século XX, passando a deparar-se com preocupações decorrentes do uso irracional do meio ambiente, emergindo assim o chamado *ecoturismo*, que se expandiu em função do avanço tecnológico.

No Brasil, o hábito de viajar já existia nas sociedades humanas aqui existentes antes do contato com o europeu, seja para a busca de alimentos, seja para guerrear, seja por motivos religiosos. Tais deslocamentos não possuíam as características que a prática adquiriu a partir do contato com o europeu. Com o “descobrimento” do Brasil, realizado em uma viagem, os deslocamentos para o “novo continente” intensificaram-se por questões econômicas e políticas.

Com a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, ampliou-se a infraestrutura urbana, até então precária, crescendo também a demanda pelo novo país (PIRES, 2001). No início do século XIX, as constantes transações diplomáticas e comerciais geraram uma demanda por equipamentos turísticos, contribuindo para o setor. Visconde de Mauá introduz no Brasil o transporte a vapor, modificando completamente a comunicação entre as cidades e estados do país (IGNARRA, 1999). Porém, somente a partir de 1920 é que o turismo se firma como fenômeno no Brasil.

Um marco desse processo foi a criação, em 1923, da Sociedade Brasileira de Turismo, atual Touring Club. Em 1927, a Condor Syndikat – subsidiária da Lufthansa – se constitui na primeira empresa aérea que se instala no Brasil, tornando-se mais tarde a Viação Aérea rio-Grandense S.A. (VARIG). No Brasil, a atividade turística surgiu vinculada ao lazer, diferentemente do que aconteceu na Europa, e expandiu-se a partir da década de 1950, na Amazônia no pós II Guerra Mundial. Os turistas europeus começam a explorar a região, o que

antes era um privilégio de conquistadores e cientistas, se amplia para outros segmentos sociais (TRIGO, 2000). Entretanto, tal prática não conseguiu atingir a maior parte da população brasileira, principalmente devido à precariedade das condições de vida, constituindo-se ainda hoje numa atividade elitista.

Atualmente, o turismo tem contribuído para a diversificação das atividades econômicas, buscando melhorar a qualidade de vida e adequar-se às expectativas das populações e das localidades atingidas. Simultaneamente, ele tem sido alvo de inúmeras críticas em decorrência do modo como vem sendo desenvolvido (DIEGUES, 1994; RUSCHMANN, 1997). Associado a isso, vem sendo norteador por políticas públicas e privadas que, antes de tudo, visam à solidificação de uma política econômica de desenvolvimento.

As políticas públicas de turismo, no dizer de Cruz, R. (2006), devem reunir o pensamento do poder público em todas as esferas (local, estadual, regional e nacional) comuns a uma dada área a fim de que se torne referência para o planejamento do setor, direcionando assim ações públicas e privadas. Deve ser um produto construído coletivamente, independentemente dos possíveis interesses que possam vir a influenciar suas efetivações. Para tanto, requer:

[...] 1º um posicionamento pró-ativo por parte das sociedades locais; 2º o necessário discernimento de que o turismo é apenas uma pequena parte do complexo das relações que é a vida em sociedade; 3º um olhar atento sobre o território, sua história, sua gente, suas demandas e a busca permanente pelo encontro de um equilíbrio entre os diferentes interesses envolvidos no desenvolvimento do turismo: os interesses dos turistas, dos comerciantes, dos governos, da população em geral (CRUZ, 2006, p. 343)

A conjunção destes fatores permite não só a possibilidade de construir políticas setoriais efetivas, como também o êxito na condução do fazer turístico.

A trajetória histórica das políticas públicas do turismo no Brasil é traçada por Cruz, R. (2006). A autora enfatiza que este processo só pode ser compreendido como produto de contextos sociais, históricos, políticos e econômicos. Cruz sintetiza este percurso no Quadro 17, enfatizando os velhos e novos paradigmas que condicionaram as ações até então desenvolvidas na área do turismo.

	Passado (até final dos anos 80)	Presente
Infra-estrutura	Criação de facilidades para a implementação de infra-estruturas turísticas	Implementação/melhoria de infra-estrutura básica e de transporte (aeroportos, principalmente)
Desenvolvimento econômico	Geração de riqueza (desenvolvimento econômico a qualquer preço)	Geração de emprego e renda/desenvolvimento sustentável
Gestão	Centralização	Descentralização/gestão participativa
Escala	Nacional ↔ regional	Regional ↔ local
Mercado	\estado regulador/interventor	Liberalização/desregulamentação
Natureza	Objeto de atração	Objeto de atração e de proteção
Espaço/Território	Palco de ações deliberadas	Receptáculo de ações planejadas (espaço-pbjeto)

Quadro 17: Políticas públicas de turismo no Brasil – velhos e novos paradigmas.

Fonte: Cruz, R. (2006, p. 345).

No entanto, apesar da propaganda sustentabilidade e do almejado desenvolvimento sustentável de base local, o executar e efetivar este processo ainda se constitui em um desafio. Tal desafio se configura de fato frente à concepção instaurada pelo sistema econômico vigente, no qual *espaço* e *natureza* passam a ser percebidos como mercadoria. Irving (2002, p. 72) pondera que o “[...] planejamento turístico voltado para a sustentabilidade vislumbra então possibilidades inovadoras na leitura sócio-ambiental, na abordagem interdisciplinar, no olhar psicossocial, no pensar transversal e no fazer criativo”.

O turismo está cada vez mais se diversificando, em função do mercado e das exigências da sociedade contemporânea. Novos “produtos” turísticos tem sido lançados no mercado de modo a atrair cada vez mais consumidores; novos lugares são “descobertos” a fim de atrair novos mercados. Para Lage e Milone (1996, p. 29) o mercado turístico consiste na

[...] interação da demanda e da oferta de produtos relacionados com a execução e operacionalização das atividades que envolvem bens e serviços de viagens e afins. Esse mercado pode ser considerado como uma vasta rede de informações de modo que os agentes econômicos - consumidores e produtores – troquem informações e tomem decisões sobre a compra e a venda dos diferentes bens e serviços a sua disposição. A linguagem ou a forma de comunicação que estes agentes no turismo usam para o entendimento é feita por meio dos preços de seus bens e serviços, que se constituem no principal mecanismo de todo sistema de mercado.

Neste contexto, a mídia participa deste processo quando veicula matérias sobre as idílicas praias do litoral nordestino, dos recantos de beleza natural da floresta Amazônica, do Pantanal, Fernando de Noronha e Itaparica, que envolvem elementos tangíveis e intangíveis.

Nestes espaços, são investidos milhares de recursos financeiros em megaempreendimentos turísticos que envolvem bens e serviços variados.

O Brasil teve uma primeira fase da expansão da atividade turística na década de 1970. Segundo Trigo (2004), este era o tempo da ditadura militar, quando a vertente tecnoburocrata brasileira elaborou planos e linhas de financiamento à atividade, bem como autorizou a implantação de curso superior na área. Os resultados foram desastrosos frente ao quadro recessivo da época e a desatenção dada à questão ambiental. Os programas e projetos elaborados não tiveram o êxito que se esperava.

Daquele período até meados de 1990, as crises se avolumaram, vindo a afetar o setor turístico, que ficou estagnado, marcado pela informalidade, improvisação e amadorismo, comprometendo assim a qualidade dos serviços prestados. A partir de 1995, um novo cenário se estrutura para o turismo nacional com o estabelecimento da Política Nacional de Turismo pelo Instituto Nacional de Turismo (EMBRATUR), em 1996. Trigo (2004, p. 95) aponta que o século XXI traz consigo crises internacionais das mais diversas. Com isso,

[...] aliado aos discursos oficial (do governo e de alguns empresários) triunfalista, o turismo interno continua a ter problemas conjunturais e estruturais. Houve um crescimento real da área e melhoria muito significativas em diversos setores, mas o turismo brasileiro ainda precisa melhorar para atingir níveis de excelência internacionais. A verdade é que o turismo não pode ser desvinculado de uma realidade nacional global. No caso da realidade nacional, os problemas são graves e bem delimitados.

Para Gastal (2004, p. 134), a passagem do século XX para o século XXI defronta o turismo com contingências inovadoras. São elas:

[...] a) o esgotamento da natureza (hoje sobrevivendo na forma de jardins botânicos ou produtos “formatados para o mercado”, como o ecoturismo; b) a presença da máquina, intermediando todas as nossas relações sensíveis (hoje, conhecemos melhor o mar pelos filmes de Jacques Cousteau do que por longos passeios a beira da praia; c) as questões anteriores condicionando uma nova maneira de ser/estar no mundo, ou seja, gerando uma nova sensibilidade.

Há necessidade de um debate mais amplo desta questão atrelado ao modelo de desenvolvimento econômico e da sociedade como um todo perpassando por questões mais gerais como a educação, cidadania, ética, meio ambiente, inclusão e sustentabilidade.

O processo “turistificador” (CORBIM, 1989) caracteriza-se pela busca de um contato maior com a natureza por meio da aventura, sendo a Amazônia um destes espaços onde uma nova face do turismo, surge a partir das discussões sobre a degradação dos recursos

naturais. Este representa um próspero ramo de atuação, desde que priorize o uso planejado e racional dos ecossistemas naturais, principalmente em áreas de preservação natural. Além disso, que venha possibilitar a intervenção de fato dos diversos grupos existentes na região e que na maioria das vezes são invisibilizados pelo poder público e excluídos do processo do “fazer turístico”.

A partir da apropriação do espaço natural pelo setor privado, ele deixa de ser um ambiente natural, tornando-se um ambiente transformado. Os ecossistemas deixam de ser utilizados em seu estado natural, rompendo-se o seu equilíbrio, e passam a ser modificados pelo homem a fim de atender suas necessidades. Segundo Fennel (2002), o turismo engendra uma série de pressões antrópicas sobre as áreas naturais protegidas ou não. Neste sentido, há-se de buscar alternativas que possibilitem o equilíbrio entre a proteção das áreas de UC com o uso das mesmas para esta atividade.

O crescimento da atividade turística para a Amazônia nos últimos quinze anos vem propiciando-lhe alterações provocadas por inúmeras atividades. Na concepção de Rodrigues, A. (1999), estas áreas alteram-se por seguirem modelos exógenos, produzidos pela moda ou pelo desejo de consumo do espaço e difundidos pela mídia. Por um processo de “ondas”, estes modelos invadem os espaços naturais e as comunidades tradicionais, passando seu *cosmos* a ser consumido pelo turismo. Conforme entendimento de Seabra (2001, p. 32),

[...] é preocupante a velocidade com que as unidades de conservação e as demais áreas protegidas estão sendo ocupadas pelos diversos empreendedores econômicos vinculados ao turismo e, ao mesmo tempo, incentivados pelos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais.

O processo de inserção do turismo na Amazônia e a veiculação do ecoturismo em âmbito mundial vem fazendo com que a região deixe de ser percebida apenas como mera fornecedora de matéria-prima, *locus* para o desenvolvimento da pecuária, fornecedora de materiais florestais (madeira, essências ou óleos) ou minérios para a exportação.

E desde o início do século XXI, a Amazônia vem sendo percebida também como o principal destino ecoturístico, bem como a base de produção de serviços ambientais. A questão central a ser discutida é de que maneira esta mudança de perceber a região vem se consolidando. Mais ainda, de que modo o turismo vem sendo associado à questão da proteção dos recursos naturais.

A Amazônia vem sendo um dos ícones mais presentes nos discursos e mídias nacionais e internacionais como objeto de preocupação ambiental. Tavares (2006, p. 4)

ênfatiza que este fato nas últimas duas décadas emerge de maneira mais contundente “[...] face a necessidade de conservação de seus sistemas, biotas e abiotas, potenciais recursos para a sustentabilidade da vida humana, a biotecnologia, a engenharia genética e, mais recentemente, o turismo sustentável – o ecoturismo. No entanto, segundo Tavares (2006), não basta apontar o potencial turístico de uma dada realidade (capital natural), é necessário torná-lo dinâmico e concreto em âmbito local, integrando o capital natural com o capital cultural.

Esse processo tem incidido sobre as áreas naturais, não só alterando os recursos disponíveis, como também influenciando os seus moradores, que passam a mudar seus modos usuais de organização econômica, social e política, suas realidades simbólicas e valorativas. Em alguns locais, o turismo se expande para áreas protegidas, vindo de encontro aos objetivos das mesmas e constituindo-se em um vetor de impactação antrópica. Medidas para repensar o modo como o turismo vem se implantando são debatidas principalmente pelo Estado, quando este percebe serem as UC, principalmente os parques nacionais, espaços propícios para a prática da atividade.

Em seu trabalho, Sansolo (2003) aponta uma mudança na trajetória de investimentos turísticos na Amazônia. Até a década de 1980, os recursos não eram direcionados a espaços que até pouco tempo caracterizavam-se por serem periféricos: “[...] lugares em que freqüentemente vivem populações e culturas tradicionais. Lugares não incorporados pelo capital nacional e internacional, em função de estarem localizados distantes do centro político e econômico, por serem fronteiras do desenvolvimento.” (SANSOLO, 2003, p. 40). No Brasil, experiências relacionadas a áreas indígenas ainda são incipientes. Já na Venezuela vem sendo desenvolvidas ações no sentido de fomentar, executar e gerir práticas turísticas como alternativa econômica.

Pautada pela busca de um viés sustentável, e em uma perspectiva integradora (poder público, sociedade civil organizada, população local e setor privado), tais ações vem influenciando direta ou indiretamente na reorganização do território pan-amazônico. As políticas públicas emergem articulando “um querer local” e a cooperação internacional, tendo como pano de fundo a questão ambiental como reserva de valor. Convergem sobre esta área interesses sociais, locais, ambientais, do poder público e de setores internacionais.

Exemplo disso é apontado por Sansolo (2003) quando analisa o turismo promovido por populações autóctones, como processo diferenciado que articula conservação ambiental e turismo. O autor toma como exemplo três realidades, Currealinho (RO), Mamirauá

(AM) e Silves (AM). Tais experiências tem em comum o fato de serem apoiadas por ONG internacionais e poder público com certo grau de organização local e que tem no turismo uma alternativa complementar não só de renda como auxiliar no uso e gestão dos recursos naturais.

É preciso ressaltar que essa “captação” dos espaços naturais pelo turismo não ocorre de forma generalizada e uniforme, pois adquire feições particulares de acordo com as especificidades de cada realidade. No meio físico, os impactos são mais intensos em função das dinâmicas próprias de cada realidade. A respeito, explica Ruschmann (1997, p. 34):

[...] a seqüência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras está em constante transformação. As variáveis que provocam os impactos tem natureza, intensidade, direção e magnitude diversas, porém, os resultados interagem e são geralmente irreversíveis quando ocorrem no meio natural. Os impactos tem origem em um processo de mudança e não constituem eventos pontuais resultantes de uma causa específica como, por exemplo, um equipamento turístico ou um serviço. Eles são a consequência de um processo complexo de interação entre os turistas, as comunidades e os meios receptores. Muitas vezes tipos similares de turismo provocam impactos diferentes de acordo com a natureza das sociedades.

Pode-se, então, afirmar que muitas vezes o Estado age como facilitador deste processo, seja pela omissão, seja pelo incentivo à expansão do turismo para áreas nem sempre preparadas para tal.

A fragilidade política e sócio-econômica da América Latina como um todo contrasta, por sua vez, com uma abundância diversificada no que diz respeito aos aspectos naturais e culturais. Logo, o turismo pode se constituir em um vetor de desenvolvimento e consolidação. Entretanto, para Salvati (2002, p. 155), “[...] poucos países possuem um planejamento adequado para o turismo, e muito menos há planos específicos para as formas alternativas de turismo, como o ecoturismo de forma consolidada e integrada”.

Destinos turísticos naturais grandiosos, como Bonito em Mato Grosso do Sul, e Chapada Diamantina, na Bahia, vem despertando como ícones do ecoturismo no Brasil. Todavia, Salvati (2002, p. 156) aponta o turismo praticado nestes espaços como “ecoturismo de massa”, ou seja, aquele que é marcado pelo

[...] crescimento desordenado da atividade como implantação de aeroportos e grandes empreendimentos, sem observar a contrapartida em infra-estrutura básica de saneamento, saúde e educação, uso e ocupação do solo, assim como o envolvimento efetivo das comunidades receptoras.

Percebe-se, assim, que a prática efetiva do ecoturismo numa perspectiva sustentável vem sendo desvirtuada de seus fundamentos básicos e pouco contribui com as localidades receptoras.

O autor aponta a terceirização dos serviços turísticos de uso público para oferta de serviços turísticos em PN como uma alternativa para as carências e ineficiências do Estado no que diz respeito à captação de divisas para gestão dos recursos naturais. Cita o PN de Foz de Iguaçu como o primeiro a ter serviços terceirizados. Apesar de limites, este se apresenta como um exemplo que pode ser bem sucedido, desde que haja o envolvimento e comprometimento dos autóctones envolvidos com o processo. A partir do aprimoramento desta experiência e sua replicação, o setor de turismo verde tende a se consolidar de fato e a Amazônia se apresenta como *locus* ideal para tal.

No entanto, há necessidade de um envolvimento efetivo não só do poder público, como também do setor privado, de ONG e da população local. Deste modo, “[...] As formas sustentáveis de turismo tem um potencial para contribuir para a conservação da diversidade biológica dentro e fora de áreas protegidas, assim como promover melhorias na qualidade de vida das comunidades locais e regionais” (SALVATI, 2002. p, 158). Assim, o turismo, sob uma nova perspectiva, de fato constituir-se-á em um real vetor de desenvolvimento das comunidades locais.

De acordo com o Plano Nacional Estratégico de Turismo elaborado pelo Ministério da Venezuela para o interstício de 2007 a 2012, o turismo se constitui em uma prioridade a ser privilegiada pelo governo com fins de fortalecer e ampliar o setor. Para tanto, foram elencadas por este Ministério algumas áreas³⁹ a serem fortalecidas no setor. Para efetivação deste Plano o país foi dividido em sete Pólos de Desenvolvimento Turísticos (PDT),⁴⁰ (VENEZUELA, 2006) estando o Monte Roraima incluso no PDT3 – Orinoquia.

³⁹ A qualidade turística, por meio da criação de um Sistema de Qualidade Turística Nacional; o desenvolvimento de equipamentos turísticos e de núcleos turísticos; a consolidação de mecanismos de financiamento para o setor ampliando a diversificação turística; fortalecimento institucional em prol da articulação dos atores do Sistema Turístico Nacional (STN); a consolidação do mercado turístico a partir da implantação de ferramentas para o mercado turístico nacional e internacional; o fortalecimento do patrimônio turístico natural e cultural com critérios de sustentabilidade; a capacitação, formação e sensibilização turística, a fim de desenvolver valores, conhecimento e habilidades que auxiliem na consolidação da cultura turística; e, finalmente, a área do turismo popular, pela qual serão estabelecidos mecanismos que permitam a inclusão cidadã por meio não só do desfrute do patrimônio turístico do país, como também se incorporem na prestação de serviços turísticos.

⁴⁰ Pólo Patanejo, no Estado de Carabobo até o Chichiriviche, no Estado Falcon; Pólo Vela de Coro até a Península Paraguaná, em Falcon; Pólo Puerto La Cruz até a fronteira com o Sucre, especificamente no Parque Nacional Mochima, que é comum ao Anzoátegui e Sucre; Pólo Carúpano até Paria; Pólo La Tortuga; outro, que tem seu centro no Parque Nacional Canaima, especialmente para o lado ocidental, onde estão a Laguna da Canaima, Cava, Camarata e Canavayen; há outro Pólo no Estado de Nueva Esparta, que vai da praia Yaque ao

Segundo o Ministério do Turismo venezuelano, essa iniciativa visa fazer da Venezuela um multidestino “[...] capaz de generar nuevas formas asociativas de inclusión social para el desarrollo sustentable y sostenible, con base en el plan de desarrollo de la nación” (VENEZUELA, 2006. não paginado). O que é almejado é que o turismo se constitua em uma atividade estratégica no desenvolvimento endógeno integral. Percebe-se que a estrutura das propostas de ação pública na área de turismo na Venezuela assemelha-se às do Brasil.

A política de criação de pólos se constitui em uma vertente usual na área de turismo. O mesmo é adotado em âmbito nacional e internacional como uma estratégia de melhor gestão e acompanhamento das ações a serem desenvolvidas no país. Associada a isso, a polarização do produto turístico⁴¹ enquanto “[...] conjunto formado por três elementos: atrativo, infra-estrutura e serviços. É o atrativo lapidado, ou seja, é o atrativo dotado de condições que permitam uma visitação mais longa e confortável” (SERÁFICO, 2004, p. 320-321) que vem também atender às diversidades existentes em um destino turístico, podendo identificar mercados e responder a demandas da forma mais satisfatória possível.

A mais recente modalidade de turismo demandada pelo mercado mundial é o ecoturismo. Tal modalidade tenta conciliar as questões da sustentabilidade dos recursos naturais, a educação e a contemplação de áreas naturais, ou seja, integrar seres humanos e natureza. É comum na literatura acerca da questão, alguns autores utilizarem as expressões “turismo ecológico”, “turismo da natureza” ou “turismo sustentável”, como sinônimos de “ecoturismo”.

Para Pellegrini (1990) e Ruschmann (1997), por exemplo, tais modalidades são sinônimas, uma vez que são realizadas em áreas verdes, naturais. Ruschmann (1997) ainda analisa o ecoturismo como um setor emergente do turismo, voltado para uma aproximação direta com a natureza para simples observação ou estudo sistemático. Os adeptos desta modalidade seriam os chamados “turistas-cidadãos”, que defenderiam a educação ambiental, o uso dos recursos naturais de forma orientada e conservadora.

Outros autores já apontam diferenças entre aquelas expressões, como Tulik (1990), que associa o turismo da natureza apenas à prática esportiva. Conceber ecoturismo

Tirano e Manzanillo, quer dizer, todo o município Antolín do Campo; e o Pólo conformado por dois eixos artesanais, que o de Palo Negro-Magdaleno, no Estado de Aragua, e o de Tintorero-Guadalupe, no Estado Lara.

⁴¹ No caso deste estudo o atrativo é o Monte Roraima e/ou a cultura indígena, a infra-estrutura seriam os acampamento e os Pemón se enquadram nos serviços prestados, sendo que o atrativo existe independente da infra-estrutura e dos serviços.

como sinônimo de ecoturismo sustentável se constitui em uma precipitação, pois quase sempre o ecoturismo, o turismo ecológico ou de natureza se efetiva sem que haja de fato um viés de sustentável, isto é, sem que as dimensões naturais e sociais sejam levadas em consideração, tornando-se um pseudo-ecoturismo. Mesmo assim, o ecoturismo vem crescendo paulatinamente e, segundo Furlan (1996), representa hoje 8% do mercado global, apresentando no Brasil um crescimento de 30% ao ano.

As definições de ecoturismo são diversas, todas baseadas na racionalidade do uso dos recursos naturais. Boo (apud HEALY, 1992, p. 11) assim define a atividade:

Travelling to relatively undisturbed or uncontaminated natural areas with the specific objective of studying, admiring and enjoying the scenery and its wild plants and animals, as well as any existing cultural manifestations (both past and present) found in these áreas.

A EMBRATUR, em trabalho acerca da Política Nacional de Ecoturismo, define o ecoturismo como “[...] um segmento da atividade turística que utiliza de modo sustentável os patrimônios naturais e culturais, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (BRASIL, 1999, não paginado). O ecoturismo assim definido estaria, em tese, muito próximo da tão almejada sustentabilidade. Como a definição emana do órgão público responsável pela atividade turística no Brasil, pode vir a constituir-se em referência para qualquer iniciativa no setor.

Nesse sentido, o ecoturismo seria hoje a estratégia mais viável de desenvolvimento, por aliar a educação e a troca de valores e percepções ao respeito pelos recursos culturais e tradicionais. A responsabilidade pelo meio passa a ser assumida não só pela população local e pelos turistas, mas também pelos demais segmentos públicos e privados envolvidos na atividade. Países como EUA, França, Itália, África do Sul e outros já tem programas ecoturísticos consistentes e uma abalizada produção analítica a respeito da questão.

Porém, há que se conhecer a gênese do ecoturismo, cujos pressupostos teóricos tem suas bases na ecologia e no turismo. O prefixo *eco* emerge, no dizer de Yazigi (1999) como um efeito moralista frente à produção e reprodução do capital. O momento histórico contemporâneo, também denominado de pós-industrial, é marcado pela priorização do setor terciário (serviços) e pelo consumo. Nesta linha, segundo Coriolano (2006, p. 28), o turismo

apresenta-se como fruto da expansão do ócio “[...] pela expansão do mercado que acaba criando novas mercadorias e novas necessidades, direcionadas ao tempo livre e ao lazer”.

Compreender o ecoturismo no caso, segundo a autora requer a compreensão do meio ambiente.

[...] conjunto de todos os fenômenos sociais e culturais que configuram e transformam os indivíduos e os grupos humanos. É no ambiente que ocorrem as relações entre sociedade e natureza. A relação do homem com a natureza implica as complexas relações entre os homens e entre estes e a natureza (CORIOLANO, 2006, p. 31).

O ecoturismo se configura como modalidade turística eminentemente pós-fordista, haja vista ir de encontro às práxis turísticas em massa, formadas a partir do planejamento em série e da globalização de produtos turísticos. O ecoturismo rompe com este modelo na medida em que valoriza o diferencial, prioriza a prestação de serviços de qualidade e flexíveis aos clientes privilegiando, a relação indivíduo *versus* natureza com um caráter responsável e de formação/agregação de capital cultural.

No dizer de Coriolano (2006, p.39),

[..] o que se busca é colocar o ecoturismo a serviço da conservação ambiental, do desenvolvimento, minimizando os custos e maximizando os benefícios, [...] é um tipo de turismo desenvolvido em localidades de grande potencial ecológico, de forma preservacionista, procurando conciliar a exploração do turismo com meio ambiente ou harmonizar as atividades de lazer com a natureza. É o lazer que oferece aos visitantes o contato direto com os recursos naturais e as culturas das regiões visitadas, buscando sobretudo uma consciência ecológica.

Sob este prisma o Monte Roraima pode de fato ser um ícone na Pan-Amazônia, no que tange à atividade ecoturística. Mas ressalvas podem ser feitas no que diz respeito ao uso da expressão “exploração do turismo com o meio ambiente”, uma vez que o próprio termo “explorar” já envolve uma relação de desigualdade na qual alguém desfruta de benefícios em detrimento de outrem.

O Brasil, apesar de ter “cenários” ideais para a prática do ecoturismo, está ainda se organizando, ou seja, encontra-se em fase de planejamento e de estruturação da atividade, que representa uma alternativa para a conservação dos recursos naturais e para o desenvolvimento econômico das populações tradicionais. Esta situação é corroborada pela própria EMBRATUR (apud SEABRA, 2001, p. 23) ao afirmar que

[...] passados quase dez anos desde a instalação da comissão técnica, o planejamento e a gestão do ecoturismo continuam deficientes, sobretudo em razão do marketing turístico para a ocupação das unidades de conservação, especialmente os parques nacionais.

A categoria ecoturismo, contudo, vem sendo usada de maneira inadequada por determinados segmentos da sociedade, que buscam um mercado crescente.

Para Coelho (1999, p. 52),

O ecoturismo vem sendo apresentado por ecologistas, empresários, agências financeiras – internacionais, nacionais e regionais, governantes estaduais e municipais, e, não raro, pelos representantes das sociedades locais, como um achado na solução de problemas econômicos e ambientais.

As expectativas destes atores acerca do retorno imediato que o ecoturismo pode gerar estimulam o mau uso da atividade, o que pode acarretar consequências desastrosas, principalmente para a Amazônia. Conforme Seabra (2001, p. 28), “[...] em lugar de proporcionar a implantação de projetos socialmente equilibrados, no setor turístico prevalece a política de criação de pólos de desenvolvimento, comprometendo e destruindo a economia tradicional”.

Segundo Coelho (1999, p. 65), a expansão do ecoturismo de modo massificado pode causar danos às comunidades “[...] a distribuição de renda desejada pode não acontecer dando lugar à concentração ainda maior de riqueza. Esta atividade pode confirmar ou criar novas desigualdades sociais e não vir acompanhada de justiça social”. Ao se consolidar esta perspectiva, o turismo terá adquirido uma feição contrária a sua proposta inicial. Desta feita, distancia-se da perspectiva de desenvolvimento local e dos preceitos da sustentabilidade turística.

Pimentel (2006, p. 52) enfatiza que o ecoturismo “[...] é visto como um veículo potencial de conservação ambiental, valorização cultural e desenvolvimento socioeconômico”. Mas só se efetiva como tal, na medida em que haja áreas de elevado valor ecológico-cultural em graus de conservação, infra-estrutura adequada às especificidades locais e disponibilidade de recursos humanos qualificados. Faz-se necessário que o Estado esteja presente neste processo de forma integrada e efetiva consoante a gestão dos recursos naturais disponíveis. Pedrosa (1999, p. 61) pondera que

[...] a implementação de um processo de gestão ambiental adequado requer uns conjuntos amplos de instrumentos, incluindo normas, procedimentos e análises que, atuando de forma integrada, compatibilizem os usos previstos, as potencialidades e as restrições ambientais da área.

Este processo deve se constituir numa perspectiva sustentável e que deveria permear não só o setor ambiental, mas também os demais setores da sociedade contingenciados pela coadunação de interesses em prol do equilíbrio ambiental numa perspectiva integrada.

Os frágeis ecossistemas naturais não comportam a presença de um contingente maciço de visitantes, e a não-adaptação das populações locais a este processo pode fazer com que o ecoturismo se torne um veículo de conflitos sociais, dado o contato com novos valores. Por outro lado, sendo bem planejada e adequada às especificidades locais, a atividade pode servir de canal informal de educação e de exercício da cidadania, em função do conhecimento da natureza, da valorização da cultura local e do desenvolvimento sustentável. Só assim a atividade terá alcançado os objetivos visados pela política nacional de ecoturismo (BRASIL, 1999, não paginado):

[...] um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Este “modelo” constitui o principal elemento direcionador da política de ecoturismo brasileira, mas ainda não está implantado, nem garante retorno efetivo. No entender de Irving (2002, p. 72),

[...] no Brasil o turismo se constitui em uma opção emergente mas ainda periférica em políticas públicas. Mas se, por um lado, o país desperta para sua base de recursos naturais como potencialidade para o desenvolvimento turístico, a cultura, como valor patrimonial, não compõe ainda o cenário em planejamento.

Alguns segmentos socioeconômicos e políticos tem emergido como sustentáculo da atividade ecoturística, destacando-se o Estado, a iniciativa privada, e as comunidades e suas associações, que se articulam, definindo e assumindo seus papéis.

Por sua vez, o Governo tem tentado, por meio de programas que foram dirigidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), consolidar o ecoturismo no âmbito do Plano de Turismo para a Amazônia (PTA). Entretanto, as propostas dos pólos ecoturísticos da Amazônia oriental e ocidental estão impregnadas de um discurso ecologizado, adotado também pelos investidores privados. Como resultado são veiculados e comercializados programas ecoturísticos, desassociados do contexto das sociedades locais,

como se a Amazônia se restringisse à fauna, à flora e ao rio, ficando esquecido o principal agente do ecossistema, o amazônida.

Essa prática, pretensamente ecoturística, é marcada pela invisibilidade da comunidade local. Para Coelho (1999, p. 69), os

[...] textos e folders sobre turismo ou ecoturismo, entretanto, quase nunca falam das sociedades locais, de seus modos de vida, modos de produzir, de seus esforços de alcançar progressos técnicos no desenvolvimento de suas atividades [...]. Quando mencionados, os representantes da sociedade local são tratados apenas de habitantes [...]. A comunidade representa uma visão fragmentada onde se fala de uma parcela sem se importar com sua inserção num conjunto da sociedade local e regional.

Como se percebe, a visão distorcida do ecoturismo pode ser responsável por uma prática errônea da atividade, com uma via de mão única, sem que haja retorno para o ambiente e as populações tradicionais. Assim como nas demais áreas exploradas turisticamente, nas UC a prática das diversas modalidades da atividade turística conflita com os objetivos e as especificidades do projeto de criação destas unidades.

O modo como tem sido discutido o problema, revela as percepções dos setores envolvidos no processo, públicos ou privados, quase sempre desfavoráveis aos interesses do próprio ambiente e das populações tradicionais locais. Deste modo, o turismo opõe-se às propostas de criação e de implantação de UC, em virtude do seu poder impactante, que compromete o seu êxito. Em uma região como a amazônica e em um país de dimensões continentais como o Brasil, os problemas adquirem proporções maiores, dado o baixo nível de informação, a insuficiente articulação da sociedade e a pouca importância atribuída às questões ambientais. Se não houver articulação e planejamento adequados, o turismo pode contribuir para o insucesso das políticas ambientais.

Nesta perspectiva, a sustentabilidade turística é apresentada por vários autores como uma possibilidade mais ampla do fazer turístico. Para Nelson e Pereira (2004), esta perspectiva tem um grande potencial, haja vista o turismo se constituir em uma atividade interdisciplinar e ter as possibilidades de seus desdobramentos direcionadas por um leque de atividades, tanto nas áreas social, econômica e ambiental. De acordo com os postulados de Pinto e Campos (2003, p. 9)

[...] o viés da sustentabilidade passa a ser o elemento norteador do turismo contemporâneo. Isto fica mais evidente com a conferência Globo 90 realizada no Canadá em 1990, onde surgiram as metas para o turismo sustentável (Fennel, 2002:26) e com os princípios do turismo sustentável elaborado pelo Tourism Concern em 1992.

A trajetória histórica da sustentabilidade turística está assentada no paradigma do desenvolvimento sustentável, fazendo com que o turismo sustentável tivesse como parâmetro norteador não só o aspecto econômico, mas também aspectos sociais, culturais e ambientais.

Os debates em torno da sustentabilidade ou do desenvolvimento sustentável são apontados por Nelson e Pereira (2004) como difíceis de se efetivarem ou terem eco em uma sociedade globalizada, materialista e pautada no consumismo desenfreado. No entanto, os autores concebem o desenvolvimento sustentável como uma mudança do “ter” para o “ser”, ou seja, “[...] é uma maneira mais eqüitativa de viver, nivelando a distribuição dos recursos e possibilitando uma vida digna a todos” (NELSON, 2004, p.192). A partir de Barkin (1998), os autores enfatizam ainda que para uma sociedade ser sustentável, há necessidade da existência da diversidade, controle a nível local (capital social), auto-suficiência, participação e um trabalho de base comunitário. Com isso a sustentabilidade pode se tornar uma viabilidade de fato.

O turismo sustentável, apesar de ser uma perspectiva viável, não teve a relevância devida nos debates da ECO-92. A OMT lançou, em 1997, um plano de ação para o século XXI, adotado pelos governos que participaram na ECO-92 (NELSON e PEREIRA, 2004), a Agenda 21, específica para a área de turismo, a Agenda 21 para a Indústria Turística. Este documento foi elaborado com o intuito de servir de base para as instâncias que estivessem interessadas na adoção deste novo modelo de atividade, como um indutor dos setores públicos e privados a adotarem práticas sustentáveis nos produtos e serviços oferecidos pelo setor (ORGANIZAÇÃO, 1997). Alguns princípios básicos do mesmo podem ser observados no Quadro 18, devendo ser adaptados a cada especificidade local.

Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável da Indústria Turística

- A indústria turística deve assistir a humanidade a alcançar vivências mais saudáveis e produtivas em harmonia com a natureza.
 - A indústria turística deve contribuir para a conservação, proteção e restauração dos ecossistemas da Terra.
 - A indústria turística deve basear-se em modelos sustentáveis de produção e consumo.
 - Nações devem cooperar na promoção de sistemas de economia livre, nos quais o intercâmbio do produto turístico ocorre numa base sustentável.
 - A indústria turística deve fomentar paz, desenvolvimento e proteção do meio ambiente como atividades interdependentes.
 - Atividades não éticas devem ser abolidas completamente. Proteção ao meio ambiente deve ser parte integral do processo do desenvolvimento turístico.
 - Nos assuntos sobre desenvolvimento turístico local deve respeitar-se a opinião dos locais.
 - Nações devem alertar-se entre si mesmas sobre desastres naturais que possam fazer correr perigo a turistas ou área de visitação.
 - A indústria turística deve criar empregos com a mulher e os povos indígenas em mente.
- O desenvolvimento turístico deve reconhecer e apoiar a cultura, identidade e interesses de populações indígenas.
- Leis internacionais sobre proteção ao meio ambiente devem ser respeitadas pela indústria turística.

Quadro 18: Agenda 21 para a indústria turística

Fonte: ORGANIZAÇÃO (apud NELSON e PEREIRA, 2004).

Neste cenário, quatro níveis de aspirações e expectativas devem ser coadunadas – a dos turistas, do poder público, do setor privado (empreendedores) e da comunidade local – em busca da prática efetiva de um turismo racional e comprometido com a redução dos custos ambientais. Para Molina (2001, p. 196),

[...] a estratégia de sustentabilidade turística, que mantém uma relação próxima com as propostas da cultura da qualidade total, transforma explicitamente a concepção e a condução do turismo em âmbito nacional, regional e de destino, estabelecendo, ainda, uma emergente gestão para o setor empresarial. A sustentabilidade é, no fundo, uma estratégia mediadora que combina as forças da natureza e da cultura, e as une, conjuga e reconcilia [...].

Teóricos tentam estabelecer um consenso no que diz respeito à definição do turismo sustentável, mas como salienta Richarchs em Swarbrooke (2000, p. 20), estabelecer uma única definição se constitui em “[...] limitar a complexidade de tal questão”.

No entendimento de Magalhães, C. (2002, p. 29), turismo sustentável consiste “[...] em um tipo de prática turística que está de acordo com os princípios conceituais do desenvolvimento sustentável”. Ainda na visão do autor, este turismo tem como base a preocupação com a conservação do ambiente e dos modelos de organização das comunidades receptoras. Estes são, por sua vez, produzidos a partir de usos, costumes e tradições, assim

como da participação nas fases de planejamento, que, neste caso, em geral representa uma adaptação aos tempos pós-modernos.

A definição mais corrente é a apresentada no próprio Relatório Brundtland (1987), citado por Seabra (2003, p.172): “[...] formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades do turista, da indústria do turismo e das comunidades locais sem comprometer a capacidade de as gerações satisfazerem suas próprias necessidades”. Nesta linha, torna-se, na percepção de Lemos, L. (2004, p. 68), um vetor de “ressurgência social”. Tal perspectiva converge com os pressupostos do desenvolvimento turístico de base local, compreendendo-o como modelo para a dinamização da atividade turística pautada em uma perspectiva de desenvolvimento harmônico e endógeno.

Isso posto, pode-se afirmar que a atividade se configura como uma alternativa perfeitamente adequada para ser desenvolvida em UC. De fato, além de aliar o turismo às questões ambientais e culturais, o mesmo pode envolver uma escala de ações de longo prazo (futuro), ser desenvolvido em conjunto com outras atividades locais, ampliar a qualidade de vida da população envolvida e diversificar a economia local, conforme observado no Quadro 19. Logo, uma atuação integrada e sistêmica da atividade com a política ambiental de criação de áreas protegidas pode vir a se constituir em um real vetor de desenvolvimento e de integração entre seres humanos e natureza.

<p>Compreensão dos impactos turísticos. Distribuição de forma justa de custos e benefícios. Geração de empregos locais, diretos e indiretos. Injeção de capital e dinheiro na economia local e sua diversificação, favorecendo a estimulação de negócios lucrativos. Transferência de benefícios de uma região mais rica à outra região mais pobre, contribuindo para um maior equilíbrio intra-regional. Elevação das condições de vida das comunidades envolvidas, estimulando e favorecendo o crescimento de outras atividades. Integração com todos os segmentos da sociedade local, intensificando a auto-estima desta comunidade, incentivando seu engajamento no processo de desenvolvimento. Incorporação do planejamento e zoneamento. Desenvolvimento estratégico e logístico de transporte intermodal, bem como a facilitação de recreação e entretenimento. Incentivo ao uso produtivo de terras consideradas marginais, colaborando com a aquisição de recursos para a gestão ambiental. Monitorar, assessorar e administrar os impactos do turismo, desenvolvendo métodos confiáveis de gestão estratégica.</p>

Quadro 19: Ações geradas pelo turismo sustentável
Fonte: Adaptada pela autora, a partir de Beni (2004).

Frente às constantes conturbações acerca do conceito de ecoturismo e turismo sustentável, a WWF (WWF, 2003, p. 24) enfatiza que

[...] o conceito de turismo sustentável acaba sendo utilizado como definição para o ecoturismo, mas na realidade o primeiro abrange o segundo. Na realidade as estratégias a serem adotadas relativas às responsabilidades ambiental e social devem ser aplicadas a qualquer tipo de segmento da atividade. Com o intuito de dinamizar e fortalecer tal modelo de turismo, o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS) estabeleceu 7 princípios do turismo sustentável: 1) respeitar a legislação vigente; 2) garantir dos direitos das populações locais; 3) considerar o patrimônio e o valor das culturas locais; 4) estimular o desenvolvimento sócio-econômico dos destinos; 5) conservar o ambiente natural; 6) considerar a sustentabilidade da atividade; 6) considerar a sustentabilidade da atividade; 7) efetivar o planejamento e a gestão responsável.

Para tanto, Beni (2004, p.13) indica a necessidade da mudança de concepção acerca da atividade, bem como quanto ao modo de sua implantação:

As políticas públicas de turismo, nesse país, precisam ser repensadas em função da própria dinâmica da atividade e da reformulação das estratégias de desenvolvimento sustentável ora voltadas á regionalização, impondo-se a analisar com mais vagar as principais dificuldades e obstáculos à ação integrada e intersetorial do sistema institucionalizado público de turismo.

Claro está a necessidade de elaboração de um plano estratégico de turismo que crie uma estrutura de gestão que garanta a participação coletiva do setor empresarial, organizações sociais e setor público, estabelecendo diretrizes de gestão compartilhada com o turismo.

Não há dúvidas de que associar a prática do turismo de forma sustentável em áreas protegidas se constitui em um desafio, mas que pode ser um importante vetor a contribuir com a gestão destas áreas. Segundo Baudon (apud BADIALLI, 2004, p. 71), são cinco os principais benefícios das iniciativas de turismo sustentável para áreas protegidas:

[...] a) fonte de financiamento para a conservação de áreas protegidas; b) justificativa econômica para a proteção destas áreas; c) alternativas econômicas para as populações locais, no sentido da redução da exploração de áreas protegidas e seus recursos; d) “ganho de aliados”, representado pelo efeito da conservação, a partir dos visitantes que retornam ao seu lugar de origem e agem como “advogados” ou “embaixadores” da conservação da natureza; e) fomento aos esforços do setor privado para a conservação da natureza.

Além da questão ambiental, a atividade pode também desencadear ações voltadas à questão do resgate e valorização do patrimônio histórico cultural relativos às áreas protegidas, que de acordo com Casasola (2003, p. 31) se constitui “[...] por todos aqueles elementos e

manifestações tangíveis e intangíveis produzidas pelas sociedades, resultado de um processo histórico no qual a produção de idéias e do material se constitui em fator que identifica e diferencia esse país ou região”.

A questão do envolvimento comunitário é fundamental para o êxito do turismo em parques nacionais, desde que este envolvimento se efetive no início do processo. Na compreensão de Nelson (2004), esta participação deve ser efetivada, envolvendo a comunidade na atividade em suas três fases: planejamento, operacionalização e monitoramento. Assim o turismo pode vir a se constituir em um vetor de capital social, na medida em que seja estabelecido um consenso entre os interesses individuais e os coletivos dos segmentos envolvidos na atividade.

Conforme Quaresma e Campos (2005), os agentes envolvidos com o turismo precisam estar minimamente abertos e sensibilizados acerca da importância e necessidade da cooperação entre indivíduos à execução de um turismo sustentável. A efetivação desta premissa se concretizaria por meio de ações coletivas diversas. Estas podem ser efetivadas de acordo com cada especificidade local, gerando bens coletivos tanto em nível material quanto imaterial.

Alternativas são apontadas por muitos estudiosos. Cruz, S. (1999), Ferretti (2002), Malta (1996), Rodrigues, A. (2003) e Seabra (2003) defendem um planejamento participativo, que leve a uma política e a ações que coadunem os objetivos das áreas protegidas com a atividade turística. Assim, seriam garantidos o uso e a conservação dos recursos, o turismo como via de desenvolvimento em âmbito regional e ainda a disponibilidade dos recursos naturais para as gerações subseqüentes. Por sua vez, Ruschmann (1997, p. 27) enfatiza:

É preciso que o turismo e o meio ambiente encontrem um ponto de equilíbrio, a fim de que a atratividade dos recursos naturais não seja a causa de sua degradação. O Estado deve cumprir o seu papel, principalmente no que se refere à aplicação das leis ambientais e ao zelo pelo seu cumprimento, porém, é essencial que as coletividades dos locais turísticos, assim como os outros agentes do seu desenvolvimento contribuam igualmente para a proteção de seus atrativos naturais que estimulam o afluxo dos turistas. O Estado e as coletividades regionais são responsáveis por uma série de ações relacionadas com a proteção do meio ambiente, seja ele utilizado para fins turísticos ou não.

Para tanto, são necessárias algumas premissas básicas para que tais objetivos sejam alcançados. Uma delas, a fundamental, passa pela questão da participação em escala local.

Para Seabra (2003) a escala local é norteada pelo espaço geográfico pré-determinado, definido pela construção social, onde estão envolvidos, simultaneamente, laços territoriais, econômicos e culturais, fortemente relacionados as noções de identidade e pertencimento. Segundo a autora (2003, p. 177),

[...] a expressão pensar globalmente e agir localmente deve ser entendida como um princípio estratégico da ação local, que pode tornar efetivamente concreto e possível o turismo sustentável, até porque os impactos advindos do turismo, sejam eles negativos ou positivos, recaem sobre as comunidades receptoras locais.

Desta maneira, estará sendo garantido o direito à participação do processo bem como o respeito às especificidades, necessidades e anseios coletivos, facilitando a implementação de um turismo sustentável integrado ao contexto regional, nacional e internacional.

No entendimento de Ferretti (2002), a sustentabilidade deve ser a base da prática turística, associada à participação da comunidade, mas muito há que ser feito. O importante é a integração desta atividade à realidade local, tornando os moradores co-autores e parceiros para resgatar a cultural local, melhorar a qualidade de vida e promover a proteção e o uso racional dos recursos naturais. Nesta perspectiva, o turismo pode servir não só para revalorizar as atividades e o *ethos* local, mas também para assegurar a sustentabilidade econômica e a equidade social, e contribuir de fato para o êxito da implantação de áreas protegidas e seu entorno em um processo dinâmico de desenvolvimento regional.

Ao se levar em conta o turismo como possibilidade de desenvolvimento endógeno ou de desenvolvimento de base local, deve-se considerar a concepção de Rodrigues, A. (2003, p. 13) que afirma ser este “[...] uma bandeira com nítido viés ideológico, cujo maior escopo é a inclusão social através da melhoria da qualidade de vida de unidades familiares, de comunidades desprovidas de condições dignas de existência”. Sob este prisma, a efetivação deste processo é antes de tudo eminentemente social. Este autor apresenta o turismo como atividade humanista, socialmente comprometida,

Sob este prisma passa a agregar aspectos culturais e econômicos de uma determinada área como alternativa ao modelo chamado de *desenvolvimentista pós-moderno*. Este é pautado na internacionalização da economia e na globalização cultural. Este novo condutor é implementado na medida em que ocorre certo grau de organização e mobilização de sujeitos sociais em torno de um objetivo comum, definido e analisado coletivamente, e a busca de sua consecução, “[...] num projeto de reestruturação socioeconômica que definirá novas territorialidades, onde o poder local constitui o eixo condutor, caracterizando-se por

marcada endogenia” (RODRIGUES, A., 2003, p. 16), por meio da qual a dimensão humana se constitui no fio condutor do processo.

Na medida em que o turismo produz ações orientadas para a transformação social e a sustentabilidade, ele se configura como um vetor de mudanças das relações econômicas, políticas e sociais. Passa a se consolidar não mais a partir de um segmento isolado, mas sim, a partir da coletividade, de grupos e classes sociais. O turismo pode ser analisado por uma *práxis* social, que, no dizer de Vasquez (1986, p. 200) corresponde “[...] a atividade de grupos ou classes sociais que leva a transformar a organização e direção da sociedade, ou a realizar certas mudanças mediante a atividade do Estado [...]”.

Sob este ponto de vista o turismo torna-se um vetor de ações que venham implementar de fato os pilares da sustentabilidade. Desta feita pode contribuir com a questão ambiental na medida em que congrega segmentos sociais diversificados. Para tanto necessita de um patrimônio natural e cultural que sejam resgatados, pois estes se constituem a base da existência da atividade.

Em regiões detentoras de áreas fronteiriças como a Pan-Amazônia, o turismo pode ser uma ferramenta da *práxis* social na medida em que conjugado com perspectiva da gestão ambiental venha a se constituir em uma decisão efetiva de cunho político. Esta decisão, permeada por interesses diversos, choques e contraposições de idéias, projetos e objetivos diversificados, não pode estar desvinculado das múltiplas realidades amazônicas, pelo contrário, deve converter-se em um instrumento de construção social não verticalizada. Nesta direção, a atividade de gestão dos recursos naturais e do fazer turístico deve estar pautada na conquista, conservação e direção compartilhada e transformadora não só por setores como por países que compartilham entre si biomas e culturas comuns.

3.4 O TURISMO E A QUESTÃO INDÍGENA

A história das relações entre autóctones *versus* não autóctones até hoje é contingenciada pelos termos “contato”, “pacificação”, “atração”, “interação”. A história da colonização do Brasil e, principalmente, da Amazônia vem sendo pautada por este modelo, haja vista o ocorrido com os Cinta-Larga no Mato Grosso, os Kaiapó e os Assuriní no Pará,

dentre outros. Outros exemplos são descritos por Arnaud (1989) ao abordar a questão do indígena frente à rede de relações desencadeadas pela atuação do Estado em suas áreas. Roraima vem vivenciando de modo emblemático este processo, em que a negação do reconhecimento do direito indígena vem se constituindo em uma constante.

Durante muito tempo, as situações de alienação, exploração, usurpação e conflitos com os povos indígenas foram mascarados. No entanto, os estudos do *contato interétnico* vem evidenciando à sociedade o alto nível de conflito implícito nestas relações. Há que se destacar como referência o trabalho de Oliveira (1972, p. 30), que a partir do conceito de fricção interétnica enquanto a relação que se estabelece entre sociedades “[...] contraditórias, i. e., que a existência de uma tende a negar a da outra”.

Prova disso, segundo o autor, é a trajetória do contato entre índios e não índios em todo o território ancional. Esta tem sido marcada pela destruição dos indígenas, desorganização tribal, desagregação e dispersão das populações tribais, dentre outras consequências com configurações variadas (RIBEIRO, 1977). Assim, sociedades em oposição, possuem dinâmicas próprias, contraditórias e interdependentes entre si. Em Roraima, esta situação é expressa pelo conflito que até hoje se faz presente entre indígenas, o as administrações estaduais e não indígenas.

Percebe-se que na prática a fricção interétnica se constitui a partir das relações de produção e de exploração econômica conduzidas pelas frentes de expansão (OLIVEIRA, R. 1972). Fruto deste processo é o estabelecimento de relações de dependência mútua que se traduzem por interesses antagônicos,⁴² que passam a se aglutinar e se dinamizarem em torno de novas necessidades. O resultado desta trajetória no dizer de Poz (2003) é a conformação da sociedade indígena em um subsistema da sociedade dominante. No caso das áreas de fronteira, este processo está frequentemente em estado de latência uma vez que a dinâmica presente nestas áreas recria os interesses divergentes dos grupos étnicos em contato.

De acordo com Ramos (2004, p. 6), a trajetória de constituição das fronteiras pan-amazônicas sempre foi pautado pela “[...] desatenção para com os povos indígenas habitantes da faixa de fronteiras. Eles são, em geral, invisíveis e quando mencionados é como se fossem meros componentes da paisagem, pouco ou nada influenciando no curso dos acontecimentos ou um assessorio útil para a invasão de suas terras”. Quando se analisa de fato o modo como vem sendo tratadas estas populações, percebe-se que elas são condicionadas a

⁴² No caso deste estudo, indígenas e arroteiros; estes são produtores não indígenas de arroz (*Oryza sativa*).

partir de ações tuteladas, que pretendiam diminuir as especificidades em busca de uma homogeneidade regional.

Frente a essa trajetória—que já vem sendo abordada por antropólogos, sociólogos e historiadores — percebe-se que hoje as relações mantidas entre índios e sociedade envolvente são estabelecidas a partir de novas bases. O acesso à informação e o reconhecimento de seus direitos vem fazendo com que os indígenas passem a se integrar — ainda que de forma inicial — à estrutura da sociedade urbana, praticando atividades que até então não estavam inseridas em seu cotidiano. Como exemplo é possível citar o garimpo, a extração de madeira, a caça com fins comerciais e mais recentemente, o turismo.

É fato que grande parte dos ecossistemas ainda intactos ou com baixo grau de antropização estão localizados em áreas indígenas. Segundo Chernela (2004), é vital que estas sociedades possam continuar a preservar as suas terras e uma alternativa a ser levada em conta é o ecoturismo, que pode se constituir em uma possibilidade viável para a conservação da natureza, melhoria do nível de educação e da saúde. Para que isto ocorra, há necessidade de um planejamento meticuloso para que a atividade não venha a se tornar um canal de efeitos deletérios sobre a sociedade indígena.

No dizer de Grünewald (2003), a experiência turística contemporânea vem sendo marcada pela tecnologia e pelo início do turismo espacial. Paradoxalmente, o foco atual está voltado para a procura pelo diferente, pelo exótico, pelo outro. Por muito tempo (e ainda hoje o é) o turismo vem sendo analisado levando-se em conta apenas seu aspecto de impactação ambiental e cultural numa perspectiva negativa, ou a partir de seus aspectos econômicos. No entanto, a atividade também pode ser um vetor de resgate e afirmação da identidade de uma dada sociedade. Nesse caso, para Grünewald (2003, p. 144), o turismo fomenta “[...] a construção, promoção ou fortalecimento de sinais diacríticos que caracterizam (que definem culturalmente) um povo, é o próprio âmbito da etnicidade”.

Etnicidade comportaria, então, “[...] fenômenos sociais que refletem as tendências positivas de identificação e inclusão de indivíduos em um grupo étnico” (GRÜNEWALD, 2003, p. 145). O que distinguiria um grupo étnico de outro seria a noção de origem, história, simbologia, ou seja, as marcas culturais ou sinais diacríticos. A situação de Roraima, e especificamente do Monte Roraima, configura-se como perspectiva de associação entre etnicidade e turismo, haja vista que a práxis turística por excelência já se constitui em uma forma de relações étnicas. Todavia, o turismo étnico, a princípio, não seria uma

possibilidade adequada para o PN Monte Roraima de forma isolada, apesar da própria existência da fronteira étnica ser um possível fomentador da atratividade turística.

Grünewald (2003), traçando uma trajetória do modo como os estudos acerca da efetivação do turismo étnico vem se processando, evidencia que em um primeiro momento, nas décadas de 1970 e 1980, ele é visto como uma possibilidade em que os grupos podem se renovar na medida de suas necessidades de envolvimento específico com sistemas globais. Assim, as identidades ameaçadas poderiam buscar a renovação nas tradições de um grupo, isto é, imitar ou reviver estilos de um período anterior. Já na década de 1990 o foco é direcionado para a “[...] etnicidade reconstruída [...]”, identidades turísticas que emergem em resposta às pressões da cultura branca e do turismo (GRÜNEWALD, 2003, p, 147). Em outras palavras, a manutenção e a preservação de elementos étnicos reconstruídos de modo automático em uma rede de transações comerciais.

O turista étnico busca uma forma diferenciada de turismo: “[...] o nativo não está simplesmente lá para servir as necessidades dos turistas... ele está ele mesmo em exposição um espetáculo vivo a ser escutado” (GRÜNEWALD, 2003 p. 149). No entanto, esta práxis leva à própria finitude do turismo étnico, na medida em que, com a presença dos turistas a autenticidade estaria sendo eliminada, o autóctone vira ator consciente ou inconscientemente. A contrapor-se ao turismo étnico, o turismo cultural tem um foco mais amplo, a cultura é contextual e molda a experiência do turista em uma situação geral, no dizer do referido autor, sem o engajamento de grupos étnicos que buscam produzir uma identidade a ser comparada pelos turistas.

Ao se estruturar, o turismo étnico nem sempre apresenta vantagens para os autóctones na medida em que “[...] as mudanças que são necessárias para desenvolver uma comunidade para o turismo étnico raramente melhora a vida de seus membros, como algumas vezes ocorrem no desenvolvimento para outras formas de turismo” (GRÜNEWALD, 2003 p.150). Os grupos sociais “turistificados” pela segmentação étnica são enfraquecidos, perpassaram ou perpassam por uma história de exploração e limitados em visão de mundo, recurso e poder. O turismo pode se constituir em um canal de autoconsciência e corrigir o registro histórico das discriminações sofridas por minorias atuais.

O turismo pode também ser um veículo de evidenciação da variação cultural, que, para Barth (1976, p. 4), “[...] es discontinua: existen agregados de individuos, por un lado, que comparten esencialmente una cultura común y, por otro, diferencias conectadas

entre sí que distinguen a esta cultura de todas las demás”. Os grupos étnicos que interagem a partir do turismo praticado no Monte Roraima podem ser enquadrados sob esta visão, na medida em que apenas alguns indivíduos da etnia Pemón trabalham com o turismo; outros apenas produzem artesanato e outros sequer estão envolvidos com a questão. Estas maneiras diferentes de envolvimento com o turismo possibilitam níveis de integração diferenciados entre as culturas e os seus resultados, produzem também especificidades diferenciadas entre si, gerando efeitos nem sempre benéficos a partir desta relação.

A combinação de ecoturismo com o turismo cultural faz com que o consumidor tenha a possibilidade de agregar os interesses por aventuras sem confortos do cotidiano, pelo contato com autenticidade, pelo diferente (turismo cultural) com os interesses pela natureza, pela “terra selvagem” (ecoturismo). O produto turístico nesse caso é a diferença biosocial. Autores como Chernela (2004, p. 217), no entanto, expressam a ambiguidade existente no turismo em áreas indígenas, no qual o turista busca o exótico, a autenticidade e, no entanto “[...] o encontro turístico, ou, muitas das vezes, o ‘desencontro’ pode ser uma demonstração performática de práticas deliberadamente alteradas e simplificadas para a acomodação do visitante”. Por outro lado, a opção que o indígena tem de privacidade de seu povo faz com que este busque meios para que mantenham sua relativa integridade sem uma alternativa viável de melhoria de vida.

A partir do estudo de três casos de turismo cultural indígena (os Kuna, no Panamá; os Embera, na Colômbia, e os Tikuna, no Brasil), Chernela (2004) apresenta aspectos positivos e negativos que permeiam a atividade. A condução do processo em uma perspectiva sustentável requer, segundo a autora, que

[...] em longo prazo, grupos indígenas tem que prover uma “vida selvagem visível” para o cliente observador-usuário. Ao mesmo tempo, para que o empreendimento seja bem-sucedido, tem que preservar o valor do recurso que é o seu “produto” [...] descobrimos um significativo e desconcertante paradoxo no turismo cultural. Por um lado, a fonte de valor é o recurso cultural que ela “exibe ou mostra”. Contudo, o próprio ato do turismo, por si só ameaça a preservação desses recursos” (CHERNELA, 2004, p. 231).

Em síntese, se um destino desponta exitosamente, fatalmente transformará a base de sua existência, o que a autora acima citada chama de mimetização cultural, ou seja, a apresentação de uma vida tradicional imaginada.

Há necessidade de instituições mediadoras do turismo e etnicidade, no entanto, a principal delas, o Estado, nem sempre exerce esse papel de modo adequado. O turismo pode

inclusive minimizar conflitos em comunidades multi-étnicas. A questão posta é justamente perceber as diferenças e a partir delas definir estratégias a serem desenvolvidas pelos indígenas, empresários do turismo e assessorias especializadas.

Para Grünewald (2003, p.151), o turismo étnico pode ser percebido sob duas perspectivas: uma voltando-se para o que se busca no turismo e, no caso, o motivo seria o foco da viagem (visitação); e pelo o que o turista vê (encontra) durante a visitação. Surgem nesse contexto o que o autor chama de “comunidades turísticas”, ou seja, espaços estruturados para atender os turistas. Neste sentido a comunidade indígena de Paraitepui se enquadra nesta perspectiva na medida em que vem se estruturando para melhor atender os turistas que se direcionam ao PNC, mais especificamente ao Roraima, segundo relatos da comunidade.

Pode-se também constituir arenas turísticas, ou seja, espaços sociais onde ocorrem interações geradas pela atividade turística (GRÜNEWALD, 2003). Estas podem ser utilizadas para encontros, discussões e debates da comunidade local e exógena frente aos processos diversificados, inclusive da própria globalização. Como exemplo disso, pode-se citar o Acampamento Turístico de Paraitepui, que está em fase de conclusão. A ser oportunamente descrito nesta tese.

O Acampamento, segundo relatos do Sr. Otílio,⁴³ foi financiado pelo governo venezuelano e será gerido pela comunidade. Parte dos recursos do mesmo será repassada aos moradores da comunidade e outra parte revertida para a manutenção do mesmo. A necessidade de equipar o local se justifica pelo fato de que, segundo as normas do INPARQUES (VENEZUELA. Instituto, 2007, p. 1), existe um limite diário de visitação ao Monte. Logo, se houver excedente de visitantes, eles poderão ficar alojados no Acampamento até que algum grupo desça do Monte.

Experiências de turismo indígena na América Latina são analisadas pelo Programa Orígenes (CHILE, 2003). A partir do modo como vem sendo conduzida a prática do turismo em áreas indígenas no México, em especial pelo Programa Mundo Naya, no Panamá, com os Ngobes ou Guaimí, na Argentina, com os Mapuche, no Peru, com a comunidade Aymara, Equador e Bolívia, percebe-se que:

[...] la inversión turística efectuada en territorios indígenas, a nivel latinoamericano, rara vez ha considerado en la planificación la presencia de comunidades indígenas... la industria de viajes sólo las consideran como fuente de mano de obra barata para la atención de los visitantes, o para explorar lo típico o exótico de sus costumbres (CHILE, 2003, p. 18).

⁴³ O mesmo é guarda-parque do INPARQUES, lotado na parte oriental do PNC.

O contexto altera-se de caso a caso, em função de três fatores (CHILE. Ministério, 2003): a grande autonomia dos grupos, o seu nível de informação e o seu grau de associatividades. Isso influencia diretamente na capacidade/possibilidade das comunidades indígenas de serem as responsáveis efetivas pelo controle de seus recursos. Nesta direção a hegemonia de empresas exógenas sobre as mesmas se efetiva, e o turismo pode se constituir de fato como uma oportunidade de empoderamento e fortalecimento de autogestão da comunidade.

Na Gran Sabana (VE), a prática do turismo é uma constante há muitas décadas. Santos, S. (1999) analisa esta efetividade no PN Caanaima, tentando entender como os Pemón vem se dedicando ao turismo e quais as perspectivas dos mesmos em relação a atividade. A consolidação da atividade na região gerida pelos autóctones é materializada não só com a prática de serviços turísticos, mas também com o empreendimento e a gestão das áreas de transporte e hospitalidade.

O que se observa a partir da realidade venezuelana é que nem sempre há necessidade de que todos os membros da comunidade étnica se envolvam com a atividade turística. Quando uma comunidade étnica opta pelo turismo, isto não quer dizer que os limites entre a comunidade e a arena turística devam ser coincidentes. Uma comunidade étnica, quando se engaja na etnicidade para o turismo a partir das linhas étnicas, dá origem à comunidade etnoturística. “[...] trata-se de um espaço criado no mundo pós-moderno, que permite aos índios ‘aculturados’ evitarem o trabalho cotidiano em fábricas ou fazendas a partir da institucionalização de performances de primitivos para outros” (GRÜNEWALD, 2003, p. 155). Mas esta já é uma conjuntura bem sofisticada.

No Brasil, são poucas as experiências relativas ao turismo indígena. Pode ser apontado o ecoturismo desenvolvido pelos Pataxó, do sul da Bahia, na área da TI Pataxó de Jaqueira. Estudo comparativo realizado acerca de algumas experiências de turismo e desenvolvimento em alguns países da América Latina,⁴⁴ evidenciou-se que “[...] o ecoturismo esta siendo una estrategia particularmente atractiva a los paises em desarrollo, y si acaso está bien planificado, se constituya em uma mejor alternativa para los grupos indígenas frente a las empresas de petróleo, mineras, madereras y la silvicultura” (LUINDIA, 2007, p.23). O próprio caráter da atividade em si já garante de fato a demanda pelo segmento, por ecodestinos socialmente inclusivos.

⁴⁴ No Brasil, com os Pataxó, no Peru, com os Kichwa, e no Equador, com os Asháwinka e Yene-Piro.

A busca de meios alternativos capazes de atender às demandas locais, no dizer de Pellegrini (1997), pode ser efetivada sem que o turismo se torne de fato uma ferramenta de homogeneização de tradições. A autenticidade pode ser mantida e até resgatada a partir da informação da identificação e das escolhas feitas pela sociedade ou núcleo receptor. O processo é de transformação e de reconstrução, de realidades que visibilizem de fato “[...] as formas simbólicas” (THOMPSON, 1995) de culturas que passam a ter significados diversos para seus próprios integrantes como para os turistas.

Para Luíndia (2007, p. 47), o ecoturismo possibilita que “[...] los indígenas retiran sus tradiciones del pasado. De la inmovilización de un elemento estático y hacen una asociación entre la cultura y la posmodernidad. Todo este contexto se pasa en un escenario de artimañas e ingeniosidades de los más débiles al frente a los más fuertes [...]”, para tanto o turista há de estar preparado para o processo de resgate. Somente assim haverá uma compreensão totalizadora da prática turística local.

Com relação ao papel do Estado, de acordo com MacCay e Jentoft (apud LUÍNDIA, 2006, p. 54), no que diz respeito às questões ambientais e ao turismo, o Estado tem uma atitude pautada pela ausência de intervenções mais efetivas apesar de ter a chancela e o papel de promover e executar o manejo dos recursos naturais: “[...] pero, la mayoría de sus intervenciones promueven más erosión em las comunidades que los beneficios”. No entender da autora, o turismo em TI necessita ser repensado. Isto se justifica pelo fato da atividade estar sendo pautada de maneira mais emblemática em uma revitalização cultural do que em uma contribuição de fato à conservação ambiental.

Em Roraima, os debates acerca do turismo indígena estão numa fase de sensibilização, uma vez que as questões demarcatórias das TI ainda são conflituosas. Em Uiramutã, quando iniciou o trabalho com o turismo,

[...] a nossa política começou a conflitar, a gente tentando trabalhar com o turismo, a coisa amplamente aberta com acesso livre, pras pessoas e coisa e tal, e os indígenas querendo restringir um pouco a área pra ter o controle da terra. Começou parte por deles a retaliação, não é bem retaliação e sim começaram a abrir um processo, como não evoluía no mesmo ritmo que eles gostariam, eles começaram, eles próprios a fiscalizar, botaram uma barreira na estrada de acesso ao Uiramutã, começaram a fiscalizar as bolsas das pessoas e tal, e botaram uma placa contra ambulantes, turistas, e tal e tal. Quer dizer, políticos/ policiais, ambulantes e turistas, quer dizer, tinha turista pelo meio. Outra ação também isolada, eles prenderam umas motos de umas pessoas que lá estavam andando, e tal, e também prenderam máquinas fotográficas do pessoal de São Paulo e tal, isso saiu na mídia, ficou ruim pra gente e tudo, deu Polícia Federal. Conclusão, aí a prefeita decidiu acabar com a Secretaria de Turismo, naquele momento, em 2001 e 2002, porque ela

achava que não tinha, que não dava pra continuar trabalhando, e a gente ia perder a oportunidade de tá trabalhando isso no futuro com mais tranquilidade (Gestor público/ Uiramutã, informação verbal, 2006).

Hoje a situação se configura de modo diferenciado, podendo ser citadas duas experiências que já vem sendo dinamizadas no Município de Uiramutã (TIRSS) e nas Comunidades do Bananal e Boca da Mata (Pacaraima).

A primeira dessas está sendo implantada na área Ingarikó (município de Uiramutã). É gerenciada pelo COPING e Secretaria Municipal de Planejamento de Uiramutã e consiste na construção da Casa de Cultura Ingarikó (Kapon eseru Iwík), projeto que obteve financiamento do Governo Federal fruto da reivindicação de sete aldeias existentes na TI⁴⁵, com o objetivo de edificar um “[...] espaço de resgate e fortalecimento cultural, convivência social, referência, representatividade desse povo; destina-se também a práticas educativas, recreativas, de lazer e de vivência comunitária do povo Ingarikó” (PROJETO, 2006, não paginado) e das demais comunidades indígenas da Venezuela e da Guiana. Constitui-se na edificação de um malocão central circundado por cabanas menores destinadas a diversos usos, como realização de cursos, oficinas, cozinha e dormitório para visitante, “[...] podendo se constituir em uma semente para se trabalhar novamente a questão do turismo na área” (Informação verbal)⁴⁶.

A realização do projeto coaduna-se com a perspectiva de tornar o espaço, futuramente, em um Centro de Recepção de Turistas. Na visão do Sr. Dílson Ingarikó,

[...] a comunidade hoje favorece então o desenvolvimento de ecoturismo na região, só que pra isso a comunidade reivindica ainda nas assembléias que os jovens ou as pessoas que são moradoras de lá precisam ser preparados. Precisa ter investimento na formação de recursos humanos local, porque não adianta abrir um projeto de ecoturismo pra lá por questão de interesse de empresas, porque não vai ficar nada pra comunidade, a comunidade vai apenas ser usada pelas empresas que é uma das coisas que nós não queremos que aconteça, que os próprios Ingarikó, não só Ingarikó, mas outras pessoas interessadas tenham e sejam autônomos para administrar o parque nacional e viver dela da forma que é equilibrado culturalmente, ambientalmente e economicamente.

O turismo pra nós pode ser uma alternativa pra crescimento cultural, fortalecimento cultural dos povos indígenas, porque não é só mostrar e produzir para poder viver, mas que isso, é crescer culturalmente e divulgar esse conhecimento para o mundo inteiro, quem são essas sociedades, quem realmente são os povos indígenas que vivem naqueles lugares.

⁴⁵ Serra do Sol, Manalai, Kumaipá, Pipi, Awendei, Sauparu e Mapaé. No momento da pesquisa em 2007 o Projeto estava aguardando liberação dos recursos para sua execução.

⁴⁶ Gestor público de Uiramutã, 2006.

Os povos indígenas não precisam que digam qual os melhores lugares, eles sabem onde está o bom lugar onde possa se viver por muito tempo, eles sabem, ele já tem um pensamento psicológico, ele já entende tudo isso. O índio quer trabalhar, a questão da economia, venda de produto é uma parte dela, mas o que a gente realmente quer é o resgate e o fortalecimento da cultura e se eu não for trabalhar, melhorar o que eu tenho, eu nunca vou ter nada, eu tenho que sempre procurar ou criar algo acima disso e assim a cultura vai sempre crescendo (informação verbal)⁴⁷.

Já em Pacaraima, as ações estão sendo dinamizadas pelo Departamento de Turismo da Secretaria Estadual de Planejamento, denominado Projeto de Iniciação e Implantação do Ecoturismo nas Comunidades Indígenas do Estado de Roraima.

Esse Projeto tem como objetivo “[...] implantar o ecoturismo nas comunidades da Boca da Mata e Bananal... como alternativa para promover benefícios sociais, econômicos e ambientais para estas comunidades” (RORAIMA, 2007, não paginado). A partir da disponibilidade de recursos locais e da capacitação, o projeto, além de atender demandas locais, visa acima de tudo enfatizar que o ecoturismo para aquela área pode vir a se constituir em uma alternativa. Busca-se assim obter benefícios sociais, econômicos e ambientais, planejando e gerenciando a atividade turística em um contexto local e respeitando os costumes e tradições.

No caso do Monte Roraima e seu entorno, o exotismo natural é agregado indiretamente ao exotismo étnico de forma inconsistente, uma vez que, na realidade, os indígenas apenas “servem” às necessidades dos turistas. Deste modo, não se pode falar em turismo étnico, pois, para Grunewald (2003, p. 146), no turismo étnico o nativo “[...] está ele mesmo em exposição”. Tais arenas, também chamadas por Grunewald de “comunidades etnoturísticas”, podem ser utilizadas para debates acerca do mundo globalizado, ter multifunções que extrapolem o âmbito do turismo. Como exemplo pode-se citar o que vem ocorrendo no município de Uiramutã, com o projeto Kapon Eseru Iwík.

Há uma cumplicidade de atores e platéia, interligando-se em três esferas que se sobrepõem e se inter-relacionam em um mesmo espaço social (Figura 7).

⁴⁷ Dílson Ingarikó, 2007.

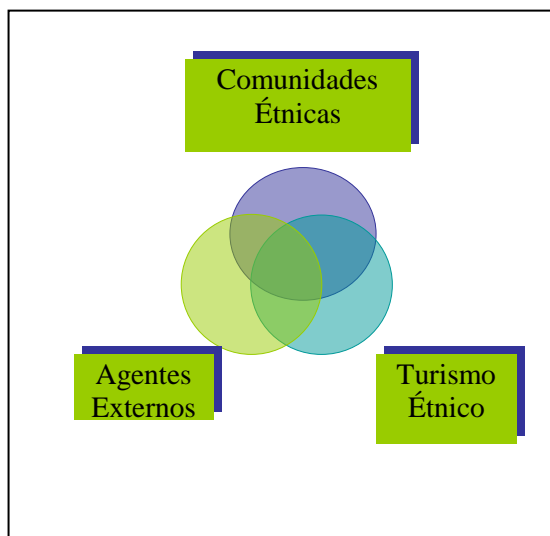


Figura 7: Esquema da Arena turística.
Fonte: Elaborado pela autora, 2007.

Integram estes espaços os membros da comunidade e mais todos de fora da mesma e que estão envolvidos na promoção do turismo étnico. Vale ressaltar que nesse processo há um núcleo central comum às três esferas. Os outros núcleos se sobrepõem apenas parcialmente, evidenciando assim diferentes momentos da atividade turística.

Em seu trabalho, Grunewald (2003) traça em linhas gerais as diferentes perspectivas acerca da prática turística envolvendo comunidades nativas e pequenas sociedades receptoras. Evidencia que ao longo do tempo a atividade foi percebida pelos estudiosos como prejudicial e benéfica, na medida em que em diferentes momentos e modos de se efetivar, possibilitou a emergência de novas etnicidades e práticas culturais. No caso deste estudo, a “Terra de Makunaima” e todo o sentido dado a este espaço, na atualidade, seria uma marca cultural ou sinal diacrítico que define um grupo étnico (Pemón e Ingarikó). Segundo Grunewald (2003, p. 4), “[...] é importante para os grupos étnicos portarem tais marcas e, quando não as possuem, muitas vezes as criam para fortalecer sua distintividade étnica”. Geralmente esses elementos de cultura são pensados (tratados) e operados como tradições.

O turismo formalmente desenvolvido por comunidades indígenas constitui-se uma perspectiva recente na Pan-Amazônia, uma vez que até final do século XX, de acordo com o BID,

[...] más del 90% de los indígenas en nuestros países latinoamericanos son agricultores sedentarios de subsistencia. Se dedican al de pequeñas parcelas y complementan sus escasos recursos con los ingresos que ganan como trabajadores asalariados de temporada, en actividades mineras, de cria de ganado y/o de producción de artesanías (PAILLALEF, PALOMERA, 2003, p. 9).

No entanto, é recorrente na literatura a afirmação de que tais segmentos, principalmente, encontram-se em dificuldades e deparam-se com limitações de acesso à educação, à saúde, até mesmo de obtenção de alimentos. Esta situação defronta-se com o aumento da taxa de crescimento da população indígena e a diminuição da disponibilidade de alimento.

Tais realidades levam os indivíduos muitas vezes a ir de encontro a sua cosmovisão e ao abandono de práticas tradicionais de uso e gestão dos recursos naturais. Na TIRSS,

[...] na questão de alimento, a produção agrícola é em pequena quantidade, então é insuficiente, como é um trabalho manual, mas também às vezes a comunidade também depende de alguma ação do governo, por exemplo, programas sociais, bolsa família, ou então cesta básica, essas coisa que não garantem a autonomia da comunidade que leva as pessoas a dependerem dessas coisinhas, mas por outro lado as pessoas conseguem comprar com qualquer dinheirinho que recebem os materiais de agricultura, ferramentas e isso ajuda também, mas tem outros que começam a defender estes programas como a aposentadoria. Os jovens vem acompanhar as mães e os pais para tirar a aposentadoria e acabam gastando o dinheiro do avô e da vovó e a comunidade não pensa de plantar nem de criar. Então esse é problema que a comunidade tem.

E o outro é que nas comunidades indígenas nós nunca tivemos saneamento básico. Com isso às comunidades e as crianças tem grande número de verminose porque nesse período de chuva o rio enche e os dejetos são carregados pelo rio, não tem privada, não tem nada, e as crianças e todo mundo consomem aquela mesma água, toma banha e consome a água. Antigamente o índio vivia solto, não tinha escola não tinha nada, por que a comunidade se fixou? Por causa da escola, porque o filho vai ter que ir para a escola e o pai vai ter que ser o responsável, até que termine o período da aula depois vão embora. Nesse período acontece muita coisa na comunidade, e as casas vão aumentando por causa disso, antigamente cada pai de família levava o filho para um lugar, vivia ali um tempo, depois passava pro outro lugar, eles viviam assim dessa forma sem ficar aglomerando dejetos, lixo. A escola recebe merenda escolar, vai enlatado, vai os plásticos, tem uma série de coisas que vai pra comunidade.

Hoje a comunidade tem laboratórios, vai material de laboratório e se a comunidade não for conscientizada, jogam em qualquer lugar, cria problemas, Então são coisas que a gente vê na comunidade, é bom? É, mas precisa de conscientização da comunidade, a alimentação é o que mais eu vejo como problema grande, é a insuficiência de alimentação e a quantidade de alimentação. Porque a comunidade só tem alimentação única de beiju, caxiri e pimenta o que mais é isso, mas não tem a diversidade alimentar e algumas das crianças ficam desnutridas (informação verbal)⁴⁸.

⁴⁸ Dílson Ingarikó, 2007.

Diante deste quadro e da pressão exógena, alternativas vem sendo buscadas a fim de garantir condições mínimas de subsistência e sustentabilidade de recursos naturais. Em função da diversificada cultura dos povos indígenas e da rica biodiversidade existente em suas áreas, o turismo vem se configurando como uma possibilidade viável para atender estas demandas.

As comunidades tem criatividade, porque que hoje as comunidades deixaram de criar as coisas pra dependerem de produtos industrializados. O povo hoje acha que desenvolvimento é ter televisão, é ter geladeira, é ter carro, é ter antena parabólica, é passar o dia inteiro assistindo televisão sem interagir com nada. A comunidade acha que isso é desenvolvimento, isso não é desenvolvimento, isto pode ser modernização sem que você tenha uma participação, sem que você contribua com o seu conhecimento, você apenas está adquirindo outros conhecimentos que você não vai saber nem como utilizar, você não sabe por que você está aprendendo aquilo. Você vai perdendo seu conhecimento, sua identidade e fica mais fácil de ser manipulado. Então para o povo Ingarikó não queremos isso. Nós queremos um processo de melhoramento da cultura, é uma construção, por exemplo, a minha cultura é bom, viver isolado lá e eu depender de caçar e pesca, tudo bem, mas com o tempo a população aumenta e não vai ter mais caça, oba! Aí eu vou ter que frear um pouco e vamos pensar, nós não podemos viver só de caçar e pescar, temos que aprender a criar, criar mesmo esses animais silvestres, cuidar deles por que eles existam sempre e para que tenhamos a comida sempre, esse pensamento a gente coloca muito nas escolas com os jovens...

A gente vê que aquela gente vê que a região é grande, mas a população vai aumentando e o pessoal vão se espalhando na floresta, vão caçando, vão pegando o que tem e a pressão aumenta e futuramente onde nós vamos achar caça se a gente continuar a viver dessa forma. Então tem que háver algum tipo de manejo, algum tipo de gestão para controlar essa situação (informação verbal)⁴⁹.

Na busca de possibilidades, o turismo pode ser uma alternativa viável para o melhoramento da qualidade de vida dos Ingarikó, bem como de organização e resgate cultural.

Fazendo uma breve retrospectiva dos conceitos que transitam com a prática do turismo com populações indígenas, Paillalef e Palomera (2003, p. 14) criticam o conceito de turismo indígena apresentado por ocasião do Encontro Nacional de Ecoturismo, ocorrido no Chile, que conceitua a atividade como

[...] una actividad turística centrada en la cultura étnica vigente y pasada, que un grupo social diferenciado de la sociedad nacional expresa a través de sus manifestaciones cotidianas y festivas materiales y espirituales, con arraigo y localización, preferentemente en un espacio rural,

Já a OMT conceitua de turismo étnico como

[...] visita a los lugares de procedencia propia o ancestral y que consiste por lo tanto en visitas motivadas por el deseo de encontrarse con sus raíces, ya sea en los lugares donde se pasó parte de su vida o aquellos donde vivieron los antepasados de la familia” (PAILLALEF; PALOMERA 2003, p. 14).

⁴⁹ Dílson Ingarikó, 2007.

Os autores criticam o fato de que tais definições não refletem de fato a participação efetiva das populações indígenas, podendo ser aplicada a qualquer tipo étnico.

A partir da realidade chilena, os autores (2003, p. 42) propõem um conceito de turismo indígena que pode perfeitamente ser aplicado a outras realidades latino americanas e pan-amazônicas, consistindo na

[...] actividade turística abordada y manejada por comunidades y/o familias indígenas, que se desenvolve em um espacio rural o natural, historicamente ocupado por pueblos indígenas, conjugando sus costumbres y tradiciones, ancestrales y contemporáneas, fomentando de este modo um proceso de intercambio cultural com el visitantes o turista.

Esta definição abrange duas possibilidades de turismo, o que está relacionado à questão cultural e o que está relacionado à questão ambiental.

A concepção enquadra-se perfeitamente no que vem sendo realizado no Monte Roraima, envolvendo os índios Pemón. Porém há que se discutir e avaliar a forma como a prática vem sendo conduzida e qual o nível de participação dos indígenas no seu processo de planejamento. As possibilidades de fortalecimento do capital social e de autonomia dos grupos nativos com relação a atividade turística são bem evidentes a partir deste prisma, reforçando inclusive a importância da gestão dos recursos naturais como um dos produtos a serem trabalhados pelos autóctones. Há que se levar em conta a participação indígena numa perspectiva coletiva por meio da qual os interesses sejam agregados e as responsabilidades compartilhadas.

O turismo no Monte Roraima passa a ser visto pelos grupos indígenas que mantem uma relação material e/ou imaterial com o mesmo de forma diferenciada. O turismo no Roraima surge a partir dos indígenas, seus caminhos, trilhas, histórias e memórias. Mas este processo, no dizer de Coriolano (2006, p. 368), efetiva-se em função da “[...] organização desigual dos territórios capitalistas, principalmente em áreas de fronteira, onde a população autóctone passa a perceber o turismo de maneira diferenciada pelas culturas e modos de produção local”. Este quadro impulsiona, em algumas áreas, as populações locais para que passem a desenvolver estratégias de beneficiar-se economicamente da atividade, o que nem sempre se dá de maneira harmoniosa e racional.

No caso dos indígenas venezuelanos, percebe-se que mesmo com uma considerável experiência com a atividade turística, o grupo ainda mantém um olhar para o

Monte sob uma perspectiva mítica, ou seja, mesmo que o turismo já tenha produzido algumas mudanças na área, a percepção dos Pemón acerca do Roraima, por mais que já tenha se distanciado - de forma sutil e lenta - da percepção de origem, ainda se conserva de forma efetiva. Para Coriolano (2006, p. 372),

[...] o turismo é uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, que vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes, e dos turistas. Compreender essa dinâmica significa entender as relações produtivas do espaço e o exercício de poder do Estado das classes empresariais e trabalhadoras em movimento e conflito. O turismo, para se reproduzir, segue a lógica do capital, quando poucos se apropriam dos espaços e dos recursos neles contidos apresentando-os como atrativos transformados em mercadorias.

É a partir desta lógica de mercado que a carga simbólico-cultural dos Pemón vai se “adequando” às novas percepções relativas ao Monte.

A literatura econômica e contábil apresenta inúmeras proposições de como calcular teoricamente quanto poderia ser cobrado aos consumidores do turismo cultural/étnico ou do turismo em áreas protegidas. Há que ser estabelecido um equilíbrio equitativo das taxas, uma vez que, no dizer de Sanders (2004), a cobrança de taxas de visitação e de concessão de uso a empresas que tem permissão para operar nestas áreas podem se constituir em uma importante fonte de captação de fundos para manutenção de tais áreas. Além disso, viabilizar licitações, contratação de recursos humanos e melhoria de infra-estrutura, assim o turismo estaria exercendo um papel importante na promoção do desenvolvimento sustentável.

Efetivar a práxis turística em áreas indígenas associada à questão ambiental contemporânea prevê acima de tudo uma mudança da concepção de planejamento. As ações de turismo para áreas protegidas (UC e TI) devem ser pensadas a partir do estabelecimento de uma rede de relações de cooperação com o projeto coletivo constituído a partir da pactuação e solidariedade. Neste sentido seguindo Rodrigues, A. (2003, p. 20), o processo de planejamento não pode ser concebido “[...] sem a participação efetiva dos sujeitos locais e é através dele que se erige o território, e que este de fato se consolida”. Isso possibilita a percepção da necessidade de uma nova concepção de ação governamental. As políticas públicas carecem de reformulação urgente, a fim de ampliar a articulação interna, com possibilidades de capiloidades intra e interregional que conduzam à inovação, condutora ao empreendedorismo e à co-gestão local.

Apesar do turismo indígena ser recente na Pan-Amazônia, na América Latina essa realidade já não é tão recente, mas tal trajetória “[...] rara vez ha considerado en la planificación la presencia de comunidades indígenas, emplenado únicamente sus tradiciones y costumbres como bienes transables, proceso que se repite en las distintas etnias que habitan la región” (PAILLALEF; PALOMERA, 2003, p. 18). No caso do Monte Roraima, os aspectos culturais não são de fato o foco da prática turística e, sim, os recursos naturais. Os Pemón, na maioria das vezes, exercem as funções de condutores, cozinheiros e portadores⁵⁰. Este contexto se constitui, de certa forma, em um paradoxo, na medida em que são eles as peças-chave da efetivação do turismo no Monte. No entanto, já se percebe que alguns guias já buscam esta interação efetiva ao compartilhar não só algumas funções no grupo, mas também a própria alimentação, fomentando a interação dos visitantes com os indígenas.

Ao se apontar o turismo como uma alternativa de sustentabilidade indígena, há de levar-se em consideração o fato de que a sustentabilidade indígena é pautada por uma lógica diferenciada das políticas públicas em prol da mesma. Na percepção de Gallois (2005, p. 5), a sustentabilidade indígena está pautada em uma lógica de produção que tem como base “[...] o dar e receber, a troca”. Há que se equacionar os “*coletivos indígenas*” articulando-os a redes de relações sociais concretas a fim de que as ações desenvolvidas junto as comunidades indígenas tenham o êxito esperado.

Ainda, há que se considerar o que Pacheco (2009) apresenta ao enfatizar que a sustentabilidade indígena como um desafio grande e permanente das sociedades indígenas frente as condições materiais de existência multifacetadas. A busca da sustentabilidade indígena, segundo a autora deve ser uma meta a ser alcançada e inserida em uma política indígena eficiente, diferente do assistencialismo que vem pautando a ação governamental para este segmento. Nesta direção, a inserção de atividades exógenas como o turismo há também de ser pautada nesta lógica.

Ações se fazem necessárias no sentido de reconhecer e fortalecer o poder das comunidades indígenas, oportunizando-lhes uma gestão que venha de fato a fazer do turismo uma estratégia de sobrevivência para as elas. Mas esta perspectiva há de fato de ser discutida e definida pelas próprias comunidades, em uma perspectiva coletiva. Também, há que se constituir espaços de reflexão crítica, debates, planejamento de propostas e intercâmbio de experiências, principalmente as que já vem sendo vivenciadas pelos Pemón.

⁵⁰ Pessoas que carregam os pertences dos visitantes mediante pagamento.

No caso do Monte Roraima e de acordo dos autores trabalhados neste estudo, acredita-se que o turismo poderá servir como uma estratégia de fortalecimento étnico na medida em que sejam reconhecidos os valores políticos e culturais dos distintos grupos que “transitam” em torno do espaço. A partir da dinamização de ações integradas entre os três países, seus direitos e obrigações seriam reafirmados não só no campo territorial, como também nos campos material, simbólico e educativo. Desta maneira, serão valorizados seus conhecimentos e saberes como grupos que possuem práticas e cosmovisões que permeiam sua identidade como grupo étnico.

As questões que gravitam em torno da homologação da TIRSS, que ao longo do tempo vem se traduzindo em conflitos das ordens mais diversas, poderiam ser minimizadas. Por se tratar de uma área de fricção interétnica, os interesses divergentes sempre estarão latentes. No entanto, há que se estabelecer um olhar e um planejamento diferenciado para aquela região, levando-se em consideração não só o fato de que a mesma integra uma área de fronteira internacional.

Efetivamente, também há de se tomar em conta o fato dessa área já ser ocupada milenarmente por um contingente humano significativo que mantém uma relação material e simbólica com o ecossistema local. A criação de uma área de proteção especial para a mesma pode vir a ser uma alternativa. Neste caso, levar-se-á em conta não apenas a possibilidade do estabelecimento de ações que integrem as comunidades indígenas no processo de planejamento e gestão ambiental, como ainda no planejamento, gestão e operacionalização da atividade turística.

4 O TURISMO NAS TERRAS DE MAKUNAIMA

O turismo vem se constituindo na terceira maior atividade geradora de emprego e renda na América Latina. Fóruns e reuniões vem sendo realizados no sentido de fomentar e melhor desenvolver a atividade, principalmente na Pan-Amazônia, o “Turismo de Fronteira” vem emergindo de modo efetivo. Como exemplo deste processo, pode-se citar a I Feira Internacional de Caracas (FITCAR), realizada em Caracas em 2005, da qual participaram mais de 20 países/entidades⁵¹. A partir deste evento, elaborou-se a Carta Turística de Caracas, na qual os signatários estabelecem, entre outras medidas, o desenvolvimento de ações conjuntas na área do turismo e do desenvolvimento sustentável.

Dessas ações, destacam-se como tendo ênfase maior as questões de transporte, segurança e promoção turística. No entanto, percebe-se que apenas três ações estão diretamente relacionadas às especificidades do Monte Roraima e seu entorno, em uma perspectiva bi ou trilateral. São elas:

Implementar acciones que tiendan al desarrollo y puesta en ejecución de productos multidestinos entre los diferentes países, como una estrategia de comercialización multilateral y de acercamiento entre los pueblos;

Unir esfuerzos para la conformación de un equipo técnico que sea capaz de conciliar visiones para dar respuestas a todas aquellas instancias internacionales que aplican regulaciones y normativas que reglamentan el desarrollo de la actividad turística en general y de aquellos sectores de incidencia directa en el área, como es el caso del transporte, conservación ambiental, seguridad, entre otros;

Fomentar la conformación de una red para el Desarrollo Sustentable del Turismo, con el objeto de diseñar y ejecutar proyectos multe e interinstitucionales concertados entre las naciones garantizando la instrumentación de mecanismos de cooperación técnico-financiera y la modernización tecnológica en procesos, productos y servicios (CARTA, 2005, p. 5-6).

Apesar do acordo feito em 2005 e da anuência dos países signatários da Carta, até o momento ações conjuntas entre Brasil, Venezuela e Guiana na área do ecoturismo associadas às questões de gestão ambiental e populações indígenas são inexistentes. As intenções não conseguem extrapolar o papel e, quando ocorrem, de fato, não geram desdobramentos. Exemplo disso evidenciou-se por ocasião do I Congresso Internacional de Biodiversidade do Escudo Guayanés, realizado em Santa Elena/Venezuela, em 2006. Durante o evento foi

⁵¹ Argentina, Bolívia, Colômbia, Cuba, Dominica, Equador, Granada, Honduras, Martinica, Paraguai, Peru, República Dominicana, Sant Kitts and Nevis, Turquia, Uruguai, Venezuela, Brasil, Chile, Filipinas, Espanha, Costa Rica, Madeira, Curaçao, OMT, Associação dos Estados do Caribe.

apresentado um projeto denominado “Expansión de las Alianzas para el Sistema Nacional de Parques”, em função das ameaças correntes na área do PNC provocadas por padrões novos de uso dos recursos disponíveis no mesmo, tais como mineração, turismo e pressão do entorno. Financiado por instituições que tratam das questões ambientais, o projeto recebeu aportes financeiros da ordem de um milhão de dólares. Ao serem questionados acerca da integração do Brasil e até mesmo da Guiana nas ações previstas para a região, uma vez que as mesmas em suas fronteiras correlatas tem também problemas e usos comuns aos do PNC, a conferência informou que não haveria nenhum tipo de integração e/ou participação com os países limítrofes.

Apesar disso, um processo de integração já vem sendo estabelecido formalmente desde agosto de 2000 – embora não diretamente envolvida com a questão do turismo – quando foi criada a Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Sulamericana (IIRSA), composta pelos doze países sul-americanos. Fruto da reunião da Cúpula dos Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília, no ano de 2000, com o objetivo de, em dez anos, “[...] promover el desarrollo de la infraestructura de transporte, energía y telecomunicaciones bajo una visión regional procurando la integración física de los doce países suramericanos y el logro de un padrón de desarrollo territorial equitativo y sustentable” (INICIATIVA, 2007, não paginado). Infelizmente, a questão ambiental não é priorizada por esta iniciativa, que privilegia aspectos que venham a alavancar e fortalecer o setor econômico, mas apenas faz referência a questões de sustentabilidade, de economia, a aspectos sociais, ambientais e político-institucionais.

As ações estabelecidas pela IIRSA estão estruturadas em princípios orientadores que percebem a América do Sul

[...] como un espacio geo-económico plenamente integrado para la cual es preciso reducir al mínimo las barreras internas al comercio y los cuellos de botella en la infraestructura y en los sistemas de regulación y operación que sustentan las actividades productivas de escala regional (INICIATIVA, 2007, não paginado).

Para tanto, foram estabelecidos eixos de integração e desenvolvimento,⁵² dos quais quatro abrangem a região Amazônica (Eixo Andino, Eixo Central do Amazonas, Eixo do Escudo Guianês e o Eixo Peru-Bolívia-Brasil) (INICIATIVA, 2007). Tais áreas serão trabalhadas

⁵² Eixo Andino do Sul (Argentina, Bolívia e Chile); Eixo de Capricórnio (Argentina, Brasil, Chile e Paraguai); Eixo do Amazonas (Brasil, Colômbia, Equador e Peru); Eixo do Escudo Guianês (Brasil, Guiana, Suriname e Venezuela); Eixo Andino (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela); Eixo do Sul (Argentina e Chile); Eixo Mercul (Chile); Eixo Peru-Bolívia-Brasil.

pelos governos a fim de articular os espaços sul-americanos. No entanto, Pain (2003) alerta que na verdade este processo está voltado

[...] para escoar mais facilmente os recursos naturais dos países sul-americanos, principalmente para mercados norte-americanos e europeus. Inclusive a opção de não consultar a sociedade civil, dos 12 países envolvidos nessa iniciativa, sobre que tipo de integração querem para seus países (PAIN, 2003, p. 5).

A autora destaca ainda que o envolvimento de agências financeiras internacionais, como o BIRD, a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FOMPLATA) não representam de fato uma preocupação com o desenvolvimento e, sim, como os interesses econômicos.

Silva, J. (2006) enfatiza que, na realidade, o IIRSA é permeado pela ausência de mecanismos democráticos que considerem efetivamente todos os atores envolvidos no processo. A efetividade do projeto se cristaliza pelo questionamento se o mesmo “[...] é realmente um projeto de integração regional, ou apenas um instrumento de incorporação compulsória de parcelas dos territórios nacionais à dinâmica da globalização capitalista como a Pan-Amazônia” (SILVA, J., 2006, p. 18). Assim mais uma vez se observa a força alienadora do Estado acerca das especificidades regionais.

O projeto é coordenado pelos doze países sul-americanos – excetuando-se a Guiana Francesa, por ser um Departamento Ultramarino Francês – privilegiando as áreas de telecomunicações, transporte e energia. No que tange ao eixo do Escudo Guianês, que compreende a região Oriental da Venezuela (estados Sucre, Autzoátegui, Monagas, Delta Amaruco e Bolívar), o arco norte do Brasil (Amapá e Roraima), a Guiana e o Suriname, é apresentado pelo IIRSA (PAIN, 2003, p. 20) como

[...] abundante em recursos naturais (bauxita, ouro, ferro, hidrocarbonetos, madeiras, biodiversidade, água fresca com alto potencial hidroelétrico) e são, em sua maioria pouco utilizados. Assim mesmo, o território combina ecossistemas amazônicos, extensas savanas, grande quantidade de rios, montanhas e uma ampla costa atlântica, para gerar um espaço de enorme potencial turístico e recreativo.

Percebe-se, neste sentido, um olhar a médio/longo prazo para o turismo como possibilidade integradora da região, no entanto, a questão ambiental fica subliminarmente a reboque destas perspectivas, não sendo sequer mencionada.

Nesse contexto, a Amazônia se configura como o grande expoente para a integração dos países sul-americanos, tendo no turismo um dos canais para a efetivação desta

possibilidade. Todavia, há que se questionar até que ponto os projetos propostos no contexto do IIRSA vem de fato promover o desenvolvimento regional. Faz-se necessário perceber até que ponto as questões ambientais (impactações) estão realmente sendo levadas em conta nesta iniciativa.

Mais recentemente, vem sendo debatida a questão do turismo de fronteiras no Brasil, a partir do evento Seminário Internacional de Turismo de Fronteiras (FRONTUR). A sua primeira edição realizou-se em Santa Maria (RS), em 2004, quando pela primeira vez debateu-se questões relativas a esta problemática. Dentre as recomendações do evento, foram apontadas a constituição de um Observatório de Turismo de Fronteira, com o objetivo de estudar as ocorrências do fenômeno e subsidiar os processos de planejamento e gestão do Turismo (CARTA, 2004). Também foi recomendada a criação de uma Rede Sul-Americana de Concertação de Fronteiras, que seria coordenada, inicialmente, pelo Ministério do Turismo, visando a um debate amplo e permanente entre todas as autoridades envolvidas no espaço fronteiriço. Foi proposto ainda o debate com a iniciativa privada, instituições de ensino superior e terceiro setor, a fim de implementar soluções conjuntas aos problemas identificados.

Em 2005, durante o II FRONTUR, realizado em Foz de Iguaçu, o foco de atenção do evento se concentrou na questão do desafio da integração sul-americana a partir da atividade turística. De acordo com Carta (2005), avanços foram realizados, e constatou-se a existência de uma série de iniciativas já apontadas para a consolidação do turismo de fronteira. Neste sentido, necessita-se apenas de maior coordenação, integração e comunicação por parte de todos os agentes envolvidos. Àquela época, apontou-se como entraves ao processo em discussão:

[...] a criação de política migratória específica para os turistas estrangeiros que visitam a região; a criação de um documento nos moldes de um cartão de identificação com tarja magnética que sirva tanto nas fronteiras terrestres quanto nos aeroportos; criação de legislação específica para os países do Mercosul referente às fronteiras; e facilitação de trânsito para operações inter-fronteiras e regiões turísticas adjacentes com harmonização de tratamentos e documentação (CARTA, 2005, p. 3).

A terceira edição do evento foi realizada em Boa Vista, em 2006, trazendo, como caráter inovador, a inserção da Venezuela, no marco da consolidação dos países latino-americanos e da inserção do país no MERCOSUL.

Posteriormente, foram definidos três eixos estruturantes durante o evento: o da produção teórica conceitual, que visa consolidar e institucionalizar a Rede de Pesquisa de Turismo e Fronteira no campo teórico-prático; o eixo dos processos e relações mercadológicos, com intuito de alcançar alternativas às problemáticas de desenvolvimento das rotas turísticas fronteiriças, e o de políticas públicas, no sentido de fortalecer ações que consolidem de forma integrada os portões de entrada de países contíguos (CARTA, 2006). A necessidade de integração do corredor Amazônia – Caribe se reforça a partir deste evento; ações conjuntas entre os países que integram estas regiões precisam ser concretizadas com a possibilidade de consolidar um cenário onde o produto turístico seja de fato um agente de desenvolvimento e integração sustentável.

Em 2007, o FRONTUR foi realizado em Cuiabá, tendo como foco de debate o turismo na América do Sul, a partir das políticas governamentais, do aparato legislativo e da infra-estrutura para o mercado de fronteiras (CARTA, 2007). Com esta edição do evento, o mesmo foi consolidado como espaço de debates e diálogo multidisciplinar e de articulação dos sujeitos envolvidos com as áreas de fronteira em âmbito local, regional e internacional. Mas há que se enfatizar a necessidade de garantir que o enfoque dado por estes eventos, tenha uma perspectiva mais ampla, agregando as demais áreas transfronteiriças e deixando as particularidades regionais para debates paralelos. Desta maneira, permite-se continuidade e amadurecimento dos debates correntes, bem como garante-se a participação contínua das pessoas/entidades interessadas pela questão.

4.1 O MONTE RORAIMA COMO PRODUTO TURÍSTICO

O aumento do fluxo de turistas para a América Latina teve como principal atrator a segmentação *sol e praia*. Países litorâneos como Argentina, Porto Rico, Uruguai, Brasil, Chile, Jamaica e República Dominicana são os principais responsáveis por este aumento que na década de 1950 contabilizaram treze milhões de visitantes e na década de 1990 ultrapassavam quarenta milhões (GUILLÉN, 2000). O resultado deste incremento foi o aprimoramento da infra-estrutura e dos serviços prestados, bem como a consolidação dos *balneários turísticos*, litorâneos ou não. Na Amazônia, os esforços tem uma concepção muito diferente das concepções européias.

De acordo com França e Cruz (2005), as realidades vem se configurando como espaços de lazer ao longo da história e apresentam concepções diferenciadas no que diz respeito a sua gênese. Entende-se por balneários turísticos,

[...] espaços localizados em áreas de igarapés ou pequenos rios, onde se instala uma infra-estrutura mínima de apoio, como bares e restaurantes, *toilets*, mesas e cadeiras em áreas cobertas ou não, sempre tendo uma ponte de madeira para que as crianças possam brincar de mergulho (FRANÇA; CRUZ, 2005, p. 123).

Tais espaços se configuram ao longo do tempo como conflitantes com as realidades sociais e ambientais dos mesmos e de seu entornos.

Esse modelo vem, no início do século XXI, passando pelo que Guillén (2000, p. 104) a partir de Salvo, denomina de “cansacio del mercado”. Segmentações novas passam a ser demandadas e pautadas em [...] mayor calidad en la gastronomía, instalaciones deportivas, tranquilidad, así como en la calidad del medio ambiente (agua y aire puros)”. Estas demandas, ainda conforme Guillén (2000, p. 104), direcionam a constituição do turismo verde ou ecoturismo como “[...] atividades menos contaminantes realizada por indivíduos menos contaminadores”.

No dizer de Guillén (2000), o desenvolvimento sustentável pode de fato se constituir em uma política ambiental explícita, ou seja, uma filosofia e ação para construção de meios alternativos de desenvolvimento para os países sul-americanos. No caso da Venezuela, as ações de ordenamento territorial tem sido conduzidas desde 1993 – ano de criação da Lei Orgânica de Organização do Território –, numa tentativa de ajustar as questões econômicas com a distribuição do patrimônio natural e uso do espaço. Não basta a estes países terem recursos turísticos, que para Dias (2000b) compreende os elementos, atividades humanas ou qualquer produto gerado pelo homem que possa motivar o deslocamento de pessoas de sua residência e permanência fora dela. Há necessidade que tais recursos sejam transformados em produtos turísticos, para tanto, faz-se necessário um conhecimento profundo dos mesmos a fim de que sejam utilizados e protegidos ao mesmo tempo e se convertam em uma alternativa de renda à população local.

A atratividade de áreas protegidas como produto turístico se constitui em evidência crescente a cada dia. Este fato foi confirmado por Boo (1995), por ocasião de uma pesquisa realizada na América Latina e Caribe, quando dos 58% dos turistas consultados revelaram ter visitado duas UC, destes 28% visitaram duas UC, e 13% mais de duas UC. A

tendência evidenciada é de que a atração por áreas naturais vem se ampliando e se consolidando como segmento que se amplia com o crescimento da consciência ambiental.

O Monte Roraima constitui-se em um destino multifacetado como produto turístico, pois é ofertado pelo marketing turístico quanto a algumas de suas particularidades, mas associando atrativos turísticos materiais e imateriais (ver Anexos A e B). Em resumo, dele apresentam-se aspectos relacionados quanto à natureza, à cultura, ao lazer, aventura, oportunidades vivenciais, esporte, encontros, beleza, fascinação, prazer, misticismo, enfim, possibilidades de encontro com “outro(s)” contexto(s) mediados pela subjetividade. A dinâmica que envolve o processo vem despertando o interesse de comunidades indígenas brasileiras, como os Ingarikó, que ainda não tem no turismo uma prática efetiva, como os Pemón, mas vem permitindo o aumento de demanda para este destino.

Ao promover o ecoturismo como uma maneira de acrescentar “valor” a recursos não em produção, e, ao fornecer receitas para os povos locais protegerem ecossistemas ameaçados e conservarem a biodiversidade, uma aliança se forma entre defensores ambientais, a comunidade internacional de desenvolvimento e as populações locais (CHERNELA, 2004, p. 215).

Até o momento, o acesso ao Roraima só pode ser efetivado pela Venezuela. É creditado ao botânico inglês Everard Im Thurn a “descoberta” da rota de acesso pelo lado venezuelano, descoberta esta que pode ser relativizada, levando-se em conta que tal área já era habitada há milhares de anos pelos Pemón, sendo, então, a “descoberta ocidental”.

Pelo lado brasileiro, em função das dificuldades de acesso, o topo só foi atingido em 1991, por três alpinistas do Clube Alpino Paulista, que levaram cinco dias para escalar o paredão. Além da ausência de acesso pelo lado brasileiro, ele ainda integra uma zona conflituosa do ponto de vista político ambiental, uma vez que está inserido em uma TI que não está aberta no presente para visitação pública. Este contexto faz com que a Venezuela seja de fato o país que mais lucra com as expedições que vão ao Monte, apesar dele pertencer a mais dois países. A respeito, parece que o Estado, o empresariado e as comunidades locais brasileira e guianense não se aperceberam das implicações econômicas e socioambientais desta realidade.

O Roraima é ofertado como produto no âmbito do segmento *turismo de aventura*, mais especificamente como *treking*. O termo, que significa *caminhar, trilhar, andar*, é oriundo da África do Sul *trek*. De acordo com Paula (2005), a técnica era utilizada por trabalhadores holandeses – *vortrekkers* - na colonização do país no século XIX e tinha

sua lógica pautada no sofrimento e na resistência física. Com o passar do tempo e a partir da invasão inglesa na África do Sul, a palavra passou a ser incorporada ao idioma inglês e a ser utilizada com o sentido de designar caminhadas longas com certo grau de dificuldade.

Em áreas com abundância de espaços naturais, o termo em questão adquiriu um significado novo, qual seja o de “[...] caminhadas feitas em trilhas naturais, localizadas em parques, praias ou em lugares de difícil acesso como picos e montanhas” (PAULA, 2005, p. 25). Tal prática vem se consolidando como um segmento do turismo de aventura e sua efetivação pode ter níveis diversos de dificuldade. Exemplo deste processo é o *treking* praticado no Roraima. Apesar de ser relativamente recente como esporte ou práxis turística no Brasil, esta proposta vem ao longo do tempo se consolidando com estruturas e serviços de qualidade para os praticantes que, inclusive, já realizam competições em âmbito nacional.

Como produto turístico, o Monte é um dos principais atrativos do norte da fronteira Brasil-Venezuela e Guiana. No entanto, algumas especificidades fazem com que tal destino seja muito mais procurado por turistas estrangeiros do que por brasileiros.

[...] lo boca a boca es muy importante y creo que es una de las mejores publicidades que hay a nivel mundial, no solamente para Roraima, para Roraima especificamente es muy bueno, pero la Internet también es muy importante porque hay muchas páginas web a nivel mundial que hablan sobre al Monte Roraima (informação verbal)⁵³.

Este quadro de predominância de visitantes internacionais se constitui em função de uma série de fatores limitantes do turismo interno brasileiro, principalmente na região amazônica. Dentre eles, pode-se apontar as longas distâncias, que oneram os pacotes turísticos – pois os preços de passagens aéreas muitas vezes são mais altos do que para destinos internacionais – a inexistência de vôos diretos para algumas capitais, como Boa Vista. Assim, o custo de se fazer ecoturismo na Amazônia é também um fator inibidor, dentre outros.

O produto Monte Roraima vem se consolidando por meio da sua associação como destino ecoturístico e como uma “experiência emocional”, pela qual “[...] o indivíduo entra em contato com seu eu interior a partir do contato com a área mais antiga do planeta, é pura troca de energia, e está tudo lá, latente!” (Operador de turismo brasileiro, informação verbal, 2007). Para tanto, os operadores de turismo do Brasil e da Venezuela vem utilizando o que Schmitt (1999) denomina de *experiential marketing*, ou seja, uma estratégia de venda baseada no valor agregado que supõe a transformação de um produto em uma experiência.

⁵³ Agente de turismo venezuelano, 2007.

Consiste em uma estratégia de marketing que surgiu no final da década de 1990 e início de 2000, tendo foco nas sensações que o produto possa proporcionar aos clientes e não meramente nas necessidades dos consumidores. Neste sentido, ao invés de comprar bens e serviços o consumidor compra experiências e sensações a partir da vivência. Esta é a principal estratégia utilizada hoje pelo mercado local para veicular o produto Roraima, associada ao marketing “tecno-comunicacional”, ou seja, através o uso da internet integrando o local e o global.

O Roraima é também comercializado por agências de Santa Elena (VE), que algumas vezes estabelecem parcerias com empresas brasileiras e de demais empresas venezuelanas. Em Santa Elena,

[...] hay diferentes tipos de empresas, hay las empresas que organizan todos, las empresas que venden sus paquetes, y las empresas que son los operadores, hay empresas de turismo hoteleras...pero entre solo las empresas operadoras que organizan lo tour y que venden lo tour hay aproximadamente unas treinta empresas (informação verbal)⁵⁴.

Estas empresas tem como principais produtos o Monte Roraima, a Gran Sabana e o PN Canaima.

Apesar do acesso pelo lado brasileiro ser inviabilizado até o momento, o produto Monte Roraima se constitui em um dos muitos destinos ofertados pelo mercado turístico roraimense. O marketing turístico utilizado não só por empresas privadas quanto públicas faz dele um dos principais produtos ofertados pelo setor.

Há um plano de marketing do município que é o instrumento norteador das ações. As ações são direcionadas a partir de duas estratégias de promoção: uma delas é Boa Vista como corredor turístico. Temos a Venezuela como um fator muito positivo pra turismo pois há muitos turistas que saem do Amazonas via BR 174 até a Venezuela, principalmente a Ilha de Margarita. Na Venezuela você vai ter um câmbio maravilhoso que favorece o Brasil a viajar pra lá, pois o real é bem valorizado em relação à moeda venezuelana e as praias e as belezas do lugar são um forte atrativo (informação verbal)⁵⁵.

No dizer do Sr. Paulo Roninson,

⁵⁴ Empresário venezuelano, 2007.

⁵⁵ Sr. Paulo Roninson, Superintendente de Turismo da Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista, 2007.

O Monte tem uma atratividade única, é um grande produto turístico, a gente tem uma situação muito complicada em termos de Brasil, muita gente tem preconceito porque se sobe pelo lado venezuelano, o lado brasileiro não tem por onde subir, mas como nossa estratégia é pólo receptor e distribuidor eu acho o Monte interessantíssimo porque o turista vem e vai passar por aqui, ótimo.

O Monte é um produto que tem um mercado muito grande no Brasil, ele já é um produto que pode ser vendido dentro dos novos conceitos de turismo que hoje a pessoa além de comprar uma experiência, ela não compra somente um destino, ela compra uma atividade, e o Monte se encaixa muito nisso porque o *treking* é uma atividade muito interessante com relação a isso. Tem uma potencialidade muito grande e é um produto muito mais segmentado, não é todo mundo que tem interesse em viver aquilo ali, fisicamente e vivencialmente.

Pelo governo Venezuelano, o Monte Roraima se constitui em um dos atrativos turísticos principais do PNC, Setor Oriental, o que é muito bem trabalhado pelo marketing turístico local.

A Venezuela investe muito bem, ela vende muito bem a imagem do turismo nessa região [estado Bolívar] e ela tem retorno. Então em Santa Elena, que é o finalzinho da Venezuela, nós temos um fluxo de turismo ali que é permanente o ano inteiro, e Roraima que estamos aqui, do lado, a gente não consegue absorver esse fluxo, porque não existe cultura turística no estado de Roraima, existe potencialidade...mas esse potencial precisa se tornar realidade...na prática isso não acontece....A Venezuela está muito mais adiantada na questão do turismo do que o Brasil, guardando as devidas proporções (informação verbal)⁵⁶.

O próprio governo reconhece que o aumento do fluxo de turistas internacionais para a área se deu após a década de 1994, quando o Monte foi declarado Patrimônio da Humanidade. A partir daí, a sua veiculação como produto em âmbito internacional se expandiu, aumentando significativamente o número de visitantes para o local.

No dizer de Criado, Baena e Fernandez (2003, p. 171),

[...] lo que se ofrece ahora es una imagen trastocada em marca ... convertido en mercancía, que circula em los espacios globales, y que oferta um paquete emocional, que según las nuevas directrices de marketing, está investido de las múltiples sensaciones que es capaz de contener y proporcionar a sus hipotéticos compradores: tradición, autenticidad, naturalidad, etc. Todas ellas consideradas como valores perdidos em los contextos urbanos, y por ello, crecientemente deseados por los nuevos gustos del consumo.

Esta percepção pode ser vinculada ao turismo étnico, estando este plenamente integrado ao mercado. A grande vantagem estratégica do Monte reside no fato de agregar ao seu entorno populações indígenas que podem desenvolver sub-produtos a partir dele como ícone, a exemplo do que ocorre com o PN Grazalema (na Espanha), que em 1977 foi declarado

⁵⁶ Empresário de Boa Vista, 2007.

Reserva da Biosfera pela UNESCO. Daí, desenvolveu a partir da marca “Parque Nacional Serra de Grazelema” uma série de produtos, não só alimentícios como artesanais, vinculados à marca do Parque, acrescentando valor diferencial ao Produto. Além disso, o próprio poder público pode se utilizar do mesmo em seu material promocional.

Pode-se afirmar que, diante deste processo, o Monte Roraima passa a ser “re-significado” pelos Pemón. Tal fato se processou na medida em que o referido Monte se consolida como produto turístico e ponto focal de transformações sociais, contradições e desejos. Ele passa a ser um lugar para o qual integram olhares distintos, percepções antagônicas e ideologias incompatíveis, instaurando a necessidade de ações para que não venha a se tornar palco de conflitos frente às transformações emergentes.

A presença da pluralidade de identidades constitui uma gama de complexas relações e o Monte Roraima tende a deixar de ser “a terra de Makunaima” para ser um “lugar turístico”. No dizer de Irving (2002, p. 73), ele pode se tornar o “[...] *locus* do conflito e da criação e fusão das subjetividades. Ali se materializa a dualidade entre percepção intrínseca e olhar exógeno e o turismo emerge como indutor de novas identidades”. Nesta cadeia, faz-se necessário levar em consideração o ator social, coadunado com o desenvolvimento de ações que não sejam permeadas por uma visão reducionista e imediatista, e sim por um espectro de turismo como alternativa de desenvolvimento local.

Nesse contexto, percebe-se que a Amazônia passa a ser cooptada pelo capital turístico transnacional, associada ao “produto verde”. A ruptura de um modelo tecnocrata de turismo, pautado no modelo sol e praia, dá lugar a uma proposta humanista de turismo, pautada no comprometimento social, cultural e econômico. No entender de Rodrigues, A. (2003, p. 14), tudo isto com “[...] o território circunscrito de uma micro escala geográfica, onde se exerce o poder das comunidade locais através do empreendedorismo”.

Sob este prisma o turismo pode ser um vetor de desenvolvimento local, na medida em que aglutina em torno de si possibilidades de inserção na concepção, implantação e gestão de projetos que mobilizem os recursos físicos e sociais. O *marketing* tem um papel fundamental na propagação do chamado *desenvolvimento de base local*, que, permeado por um viés ideológico, tenta coadunar os diversos atores envolvidos no processo a partir da apropriação dos recursos materiais e imateriais de áreas protegidas e de comunidades indígenas. São apresentados ao mercado políticas públicas integradoras e produtos sócio e ambientalmente justos.

A percepção do produto é dada a partir de visões diferentes e de modos como o mesmo é veiculado pelo *marketing* turístico de cada setor envolvido na atividade, bem como do tipo de relação estabelecida com ele. O ícone Monte Roraima também é analisado por Burgardt (2006) a partir das ambiências Venezuela e Brasil. As artes (pintura, música, poesia, fotografia etc.) tomam o Roraima como referência à construção de significados diversos. Como exemplo, pode-se citar a música de Eliakin Rufino e Armando de Paula, “Cidade do Campo”.

Corre mitos no vento
Pedra de Macunaíma
Voa o meu pensamento
Sobre o Monte Roraima

Corre rios do tempo
Águas de Pacaraima
Montes em movimento
Coração de Roraima

O comércio em seus diversos segmentos também se apropria deste ícone, utilizando-o como “marca” de seus produtos ou serviços.

Para um representante do setor empresarial da Venezuela, o “[...] Roraima, es el lugar mas visitado de Venezuela... es más que un producto para mí de negocios, es un lugar bastante importante a nivel mundial por la mezcla de lo especial y de lo antiguo que tiene esa montaña, ese tepuy” (Empresário venezuelano, informação verbal, 2007). Já para outro empresário, brasileiro (informação verbal, 2007), o mesmo local “[...] se constitui em um lugar mágico, que leva à mudanças de conduta, de reflexão”. Na visão de um dos guias venezuelanos que trabalham na área,

El Monte Roraima es una sensación única, he hecho muchos Monte Roraima, pero todo Monte Roraima es diferenciado por el día a día, por lo que se crea allí, mi cariño por la Montaña es muy grande y por el trabajo yo amo lo que hago, es muy bueno sentirse útil en ese ambiente...es desgastante mas es muy sabroso, es muy Bueno (informação verbal)⁵⁷.

Visões diferenciadas acerca do local são também percebidas no próprio material promocional produzido do mesmo e pelo modo como são “vendidos” no mercado, ficando a cargo de cada empresa enfatizar um aspecto determinado do local.

⁵⁷ Guia venezuelano, 2007.

Eu trabalho a viagem para o Monte Roraima como uma experiência de vida, todos os clientes chegam com uma expectativa grande e nós vamos preparando (por e-mail) o turista neste sentido para que ele não queira fazer a viagem do Monte Roraima como uma viagem qualquer, ela tem que ser diferente e o Monte é diferente. Então eu trabalho muito essa questão e quando você trabalha esse lado, né, da viagem, o outro lado do dia-a-dia mesmo fica mais suavizado. Faço questão de avisar pra todos que é uma viagem diferente do aspecto da logística. Quando se vai ao Nepal, quando você chega ao acampamento tem uma cabana, uma cama, um chazinho quente te esperando, em Roraima não tem, quando você sai, você levanta o acampamento todo, leva nas costas e sai. Nós fazemos uma viagem rústica e primitiva. O que falta é o conforto, o diferencial é a estrutura do trajeto.

O produto Monte Roraima é vendido como um *treking*, no âmbito do turismo de aventura mas ele tem esse perfil místico, essa parte mística está mais por conta do enfoque dado pela empresa. Há alguns anos atrás empresas de Minas, de São Paulo vendiam o Monte Roraima como um destino a mais, falavam do *treking* e tudo mais, mas ninguém explorava esse lado místico. Exploravam o lado da geologia, um lugar de bilhões de anos. Fui percebendo que tinha um diferencial, a questão mística, e é o que encanta mesmo. Eu descobri o Monte assim, então, por que não apresentá-lo desta forma? Tudo depende de como você oferece o produto, se você só oferece o *treking*, ela vai lá, sobe e desce e pronto. Mas se você prepara a pessoa para que ela se abra para o que ela vai experimentar, o que ela vai sentir, e o que ela não vai ver no Monte Roraima a pessoa já viaja com essa expectativa. É verdade, quando volta de lá, as pessoas voltam com essa sensibilidade à flor da pele, é muito legal (informação verbal)⁵⁸.

De acordo com os empresários locais, nos últimos sete anos o Roraima passou cada vez mais a ser procurado como roteiro turístico e a cada ano a demanda se avoluma. A Internet tem um papel fundamental neste processo. Consolidar o Monte como produto turístico passa pela possibilidade de consolidá-lo como produto auto-sustentável.

Tal realidade configurar-se-á na medida em que for fomentada uma maior interação entre os Pemón e os turistas, no sentido de expor de maneira mais evidente suas marcas culturais, sejam elas na forma da oralidade, seja na forma de danças, rituais e gastronomia. Há que se agregar as questões naturais (ecológicas) com as questões étnicas, o que ampliaria as vivências da “viagem” e agregaria outros valores aos serviços prestados pelos indígenas, bem como reforçaria as marcas étnicas destes grupos. Por sua vez, este processo poderia ou não estar pautado por reconstruções étnicas contingenciadas por relações globais exógenas.

⁵⁸ Empresário brasileiro, 2007.

4.2 O CENÁRIO DO TRAJETO

A possibilidade de ter acesso ao Monte Roraima remete o indivíduo ao que seria o primórdio da humanidade. Um cenário dotado de energia e conteúdo simbólico que age sobre a razão humana tornando-a um mero contemplador. A natureza adquire um significado distante da contemporaneidade, em que o silêncio é a ponte que leva o indivíduo ao reflexo de sua própria existência e da cosmogonia, tendo a natureza como o princípio e o fim de tudo.

A imensidão do tapete verde da Gran Sabana que adorna os tepuyes é infinita. Tal quadro evoca sensações que suscitam cores e odores que penetram o corpo. “[...] Parece que hemos despertado de una pesadilla y nos damos cuenta que estamos en El Paraíso Terreno. [...] Estar allí es reencontrarse a uno mismo en la soledad de lo infinito” (MARRERO, [199?], p. 35). Este pensar sobre si a partir da natureza sempre esteve presente na história universal. Blanco (2007) retrata a relação indivíduo *versus* universo, enfatizando que tal trajetória está presente desde as mais remotas civilizações. Ao traçar este processo desde a Grécia antiga (século VII a C.), enfatiza que os recursos naturais eram associados à noção de “potência criadora” até haver a cisão entre indivíduo e natureza.

A partir de então, o cartesianismo imputa a visão de que há um abismo entre esses dois universos: “[...] desta forma estabelece-se a dicotomia radical e definitiva entre o mundo natural enquanto objeto de conhecimento, e o homem, enquanto sujeito do ato de conhecer” (BLANCO, 2007, não paginado). Desde o final do século XX, vem se dando um processo inverso, no sentido de restabelecer a relação harmônica entre natureza e sociedade, a partir de uma nova postura frente ao uso dos recursos disponíveis. Tal cenário está intimamente relacionado com a questão do turismo, com a forma como o indivíduo se apropria e utiliza os recursos naturais.

O modelo de turismo até então desenvolvido no Roraima poderia ser apontado a partir desta ótica, guardando-se algumas ressalvas. O início efetivo do mesmo é apontado a partir da década de 1985, com a conclusão das estradas. O trajeto pode ser feito a partir do Brasil (Boa Vista) ou da Venezuela (Caracas ou Ciudad Bolívar), ambos envolvendo transporte aéreo e rodoviário.

No primeiro caso, o destino tem início a partir de Boa Vista, seguindo pela rodovia pavimentada BR-174, passando por Pacaraima, última cidade brasileira, conhecida

por BV 8. Cruza-se a fronteira brasileira com destino a Santa Elena de Uairén, na Venezuela, pela Troncal 10, primeira cidade venezuelana (Figura 8) até chegar em Paraitepui destino final antes do Monte. Esta rodovia recorta a Reserva Indígena de São Marcos e por ela transitam veículos de pequeno, médio e grande portes com destino a Venezuela e ao Caribe, constituindo-se na principal via terrestre de acesso a este país.



Figura 8: Trajeto rodoviário Boa Vista (Brasil) – Paraitepui (Venezuela).
 Fonte: Google Earth (2008).

Apesar do Monte Roraima em sua porção brasileira e do PNMR integrarem administrativamente o município de Uiramutã, o acesso ao primeiro se efetiva por Pacaraima, em função da proximidade física e da disponibilidade de uma malha viária em bom estado de conservação. Uiramutã situa-se no norte de Roraima, mais especificamente na Cordilheira de Pacaraima, com uma superfície de 8.065, 52 km². Limita-se ao norte com a Venezuela, a

oeste com a Venezuela e o município de Pacaraima, a leste com a Guiana e ao sul com o município de Normandia (FREITAS, A., 2001). Tem sua origem associada à atividade garimpeira de ouro e diamante na região. Núcleos e pequenas vilas integram o município, destacando-se Mutum, Água Fria e Socó, tendo sido elevado à categoria de município pela Lei Estadual n. 98, de 17 de outubro de 1995.

A população de 5.802 habitantes (IBGE, 2000) se caracteriza como uma “[...] população cabocla, fruto da miscigenação entre brancos e índios das etnias Macuxi, Ingarikó e Wapichana que constituem a maioria da população da região” (RORAIMA, 2007, não paginado). A parte maior do município integra terras indígenas e, com a homologação da TIRSS, a expansão do município se restringe e as áreas não-indígenas se reduzem à ilhas pequenas. Frente a este quadro as possibilidades de tensões e conflitos se potencializaram, bem como as dificuldades de gestão pública.

Uiramutã fica acerca de 300 km de Boa Vista, pela BR 174, com acesso precário pelas rodovias estaduais 172 e 351. A maior parte do acesso não é pavimentado e com pontes em péssimo estado de conservação. Em função disso, não existe um sistema regular de transporte para a área que venha atender a população. O acesso ao município só é possível em carro com tração, e a única forma de acesso disponível é um ônibus que diariamente se desloca para o município, retornando somente no dia seguinte ou não, dependendo do estado em que chegue o ônibus. Neste são transportados passageiros, cargas e animais, em um percurso de 300 km que dura até 10 horas.

Tais dificuldades de acesso e a ausência de equipamentos turísticos fazem com que Uiramutã não seja considerado um pólo receptor de turismo, embora o município detenha uma diversidade abundante de recursos sócio-ambientais, dentre eles o Monte Roraima e o Monte Caburaí, ideais para a prática do ecoturismo (Fotografias 9 a 12).

Trata-se de uma região de paisagens únicas, marcadas pelos rios com corredeiras e grandes quedas d’água, pela paisagem montanhosa com grandes afloramentos rochosos, campos naturais e savanas. A presença da cultura indígena pode ser sentida por todo o território, ocupado por diversas malocas (RORAIMA, 2007, não paginado).

Apesar desta sócio-diversidade presente, somente agora o turismo vem sendo colocado pelo poder público municipal como uma possibilidade a ser alcançada.



Fotografias 9 a 12: Diversidade sócio-ambiental de Uiramutã (Brasil).
Fonte: Helena Doris Quaresma (2006).

Pacaraima localiza-se ao norte do estado de Roraima. Faz divisa ao norte com a Venezuela (Figura 9), ao sul com o município de Boa Vista, a leste com os municípios de Uiramutã e Normandia e a oeste com o município de Amajari. De acordo com o Departamento Estadual de Turismo (DETUR) de Roraima, o município tem uma área de 8.029 km², com uma população de 6.990 habitantes, de acordo com o censo de 2000 (RORAIMA, 2006). Dista da capital do estado em torno de 215 km.



Figura 9: Mapa de Localização do município de Pacaraima (Brasil).
Fonte: RORAIMA, 2006.

A origem histórica do município remonta à ocupação indígena daquela área, mas a partir da década de 1940 houve um efetivo comércio de gado, criado no então território do rio Branco e vendido para a Venezuela, que tinha uma demanda efetiva em função da atividade garimpeira. Naquele período ainda não existiam estradas, somente um caminho que correspondia ao marco divisório entre Brasil e Venezuela. “[...] Como não havia estrada, o transporte do gado era feito pela mata, levavam entre cinco e seis dias para chegar com o rebanho em Santa Elena” (RORAIMA, 2006, p. 6). Esta dificuldade de acesso foi amenizada a partir da década de 1970, por ocasião do início da abertura da BR-174.

O núcleo urbano que deu origem ao município foi a Vila BV-8, que teve sua gênese a partir de 1963, recebendo este nome em alusão ao marco divisor Brasil/Venezuela nº. 8. A vila foi elevada à categoria de município de Pacaraima pela Lei Estadual nº. 96, de 17 de outubro de 1995, com terras desmembradas do município de Boa Vista, e sua instalação ocorreu em 1º. de janeiro de 1997 (RORAIMA, 2006). De acordo com Roraima (2006) integram o município de Pacaraima a vila Surumu e várias comunidades indígenas⁵⁹.

⁵⁹ Sorocaima II, Bananal, Perdiz, Cumana, Cumana 2, Santa Rosa, Pedra do Sol, Bala, Sabiá, Contão, Pato, Arai, Santa Mônica, São Bento, Monte Cristal, Urabu, Taxi, Roça, Maravilha, Boca da Mata, Colônia do Samã, Curicaca, Mato Grosso, Piolho, Nova Esperança, Guariba, Machado, Limão, São Jorge, Canta Galo, Santa Isabel, Xiriri e Maloca do Barro.

Por integrar uma área indígena, depara-se com problemas diversos, no que diz respeito à gestão pública. Tal particularidade também influencia no desenvolvimento do mesmo, que hoje tem suas atividades econômicas pautadas no comércio e na agricultura (Fotografias 13 a 16) sendo o primeiro o principal segmento empregador no mercado formal de trabalho. Além disto, há dificuldades de se expandir o turismo, uma vez que

[...] a área do município, a sede, é só isso, aqui essa cidadezinha pequena. A área rural do município não temos tudo é área indígena, e tem que trabalhar em parceria com a área indígena. É onde tá o ecoturismo, é na área indígena, cachoeira, todo o potencial do município é na área indígena, inclusive o Departamento de Turismo já está bem avançado nessa questão. Ano passado nós fizemos um projeto junto aos Tuxauas, indígena da Boca da Mata e do Bananal (informação verbal)⁶⁰.

A informalidade é muito grande na economia local, até mesmo nos empreendimentos turísticos, como na maioria das pequenas cidades do interior da Amazônia, principalmente no segmento de prestação de serviços.

A proximidade da Venezuela faz com que aos finais de semana o comércio se intensifique, sendo comum se ver carros daquele país transitando pela cidade, em busca de produtos alimentícios, principalmente o chocolate e artigos de vestuário em geral. Esta proximidade também faz com que venezuelanos trabalhem informalmente no comércio local em barracas construídas em uma das principais ruas da cidade. Há uma dinâmica muito grande entre Pacaraima e Santa Elena, o que leva à compreensão ou domínio dos dois idiomas, à circulação das moedas dos dois países, bem como ao exercício da atividade de taxista para os motoristas venezuelanos no Brasil e vice-versa.



Fotografia 13: Loja comercial na BR 174 (Brasil).
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).



Fotografia 14: Centro comercial de Pacaraima (Brasil).
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

⁶⁰ Informante local, 2007.



Fotografias 15 e 16: Zona rural do município de Pacaraima (Brasil).
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Em função da disponibilidade dos recursos naturais existentes no município, o turismo se configura como a grande perspectiva local. Os gestores locais percebem as perspectivas e também os problemas.

Sabemos que o município tem um potencial muito grande, né, o que precisa é ser explorado pra ser desenvolvido o turismo no município, coisa que desde que foi implantada a prefeitura (1997) não foi feito ainda de maneira correta... isso ocorre devido a esse problema fundiário porque o potencial turístico do município é grande, apesar de nos estarmos todos no municípi, ele é dentro da área indígena, então a gente fica impossibilitado de desenvolver (informação verbal)⁶¹.

A mesma perspectiva, de certa forma, é corroborada pela comunidade local, que também aponta para os impasses que uma gestão pública pode criar para o desenvolvimento da atividade.

A maioria dos recursos estão nas terras indígenas, a gente só pode entrar nas comunidades se eles nos convidar. A gente vai lá, faz a sensibilização, a outra questão é a questão de cursos, capacitação, o próprio SEBRAE já veio aqui, capacitou os condutores, mas falta a sensibilização para o gestor. Ele sabe que o turismo é uma coisa nova, as pessoas dizem: ah, turismo, vamos esperar!, a prioridade é educação. O turismo você tem que sensibilizar o próprio gestor, dizer pra ele onde ele pode ganhar. Claro, tudo ganha se o turismo tiver bem desenvolvido, tudo ganha, não só o gestor e a comunidade em geral (informação verbal)⁶².

⁶¹ Gestor público de Pacaraima, 2006.

⁶² Informante local, 2006.

Percebe-se a necessidade de uma sensibilização verticalizada, por meio da qual todos os níveis hierárquicos relacionados com o turismo estejam envolvidos. Inclusive o empresariado local precisa ser trabalhado neste sentido.

[...] porque o turista vem, quer conhecer uma área indígena, sai o dia todinho para área indígena, quer conhecer a gastronomia, tudo, o artesanato, só que, no final da noite, a gente como pessoa, a gente sabe que precisa de uma boa cama, um chuveiro elétrico, um conforto, um mínimo de conforto pra pessoa, então eu acredito que em Pacaraima a rede hoteleira ainda não está pronta pra isso (informação verbal)⁶³.

Como a maioria dos recursos do município se localiza em TI, inclusive a Festa do Surumu,⁶⁴ é fundamental que eles sejam contemplados nos debates, planejamento e efetivação de ações nesta direção.

É perceptível certa preocupação dos empresários e gestores públicos no que tange à prestação de serviços na área de turismo. Tanto que algumas ações de qualificação de mão-de-obra local já foram implementadas e viabilizadas pelo governo estadual nas áreas de hotelaria (repcionista e camareira), atendimento ao público, gestão financeira (fluxo de caixa), empreendedorismo, gestão de pessoas, entre outros. Esta perspectiva integradora já vem sendo apontada por estudiosos da área desde a década de 1990 tais como Boo (1995), Barreto (1995), Irving (2002), Quaresma (2003) e Dias (2003a), como condição fundamental para o sucesso da atividade turística. Porém no dizer de um de nossos informantes, o empresariado geralmente

[...] bota é uma barreira, se você sempre colocar uma barreira não vai chegar a lugar nenhum; e o empresariado daqui do município é aquela visão só do lucro. É o empreendedor de visão de alcançar coisa mais rápida [...]. Então eu acredito que em Pacaraima, a rede hoteleira ainda não foi feito nenhum trabalho com esse setor, o SEBRAE fez, mas foi de uma semana, treinar os garçons, hotelaria aquela coisa rápida, mas se não capacitar o responsável, o dono, o empreendedor, não adianta capacitar o garçom, porque o garçom vão vai conseguir convencer o seu patrão que precisa mudar (informação verbal)⁶⁵.

Tal possibilidade também já é vislumbrada pelas populações indígenas e alguns debates já vem sendo realizados por demanda local, principalmente nas comunidades de Boca da Mata e do Bananal, que vêm no ecoturismo, além de uma fonte alternativa de renda, uma possibilidade de resgate e fortalecimento da cultura local, principalmente do artesanato.

⁶³ Informante local, 2006.

⁶⁴ Festa que existe há mais de 50 anos na comunidade indígena do Surumu. Envolve dança, música, gastronomia, constituindo-se em um atrativo turístico-cultural em potencial.

⁶⁵ Informante local, 2006.

E de acordo com as informações coletadas no DETUR, as comunidades solicitaram cursos de sensibilização turística, de condução local, noções de planejamento, formatação de preço, bem como consultoria acerca de meios de hospedagem ambientalmente corretas e que mais se adequam a sua região.

Primeiro nós chegamos com eles, conversamos, explicamos, colocamos a questão do turismo, o que pode ser desenvolvido o que eles podem ganhar com isso, sensibilização da população. Então eles foram muito acolhedor, a área indígena é boa pra trabalhar porque você chega lá pra conversar, eles te ouvem, nós é igual, o pessoal na cidade o pessoal não tá nem aí. Eles chegam, você ouve, eles foram muito, muito receptivos, muito bacana, eles tem ofício deles, tanto do Bananal como da Boca da Mata. Eu acredito que até o final de maio, até o dia 20 agente consegue trazer três cursos (informação verbal)⁶⁶.

Estas iniciativas acenam para o fato do ecoturismo vir a se constituir em um vetor de desenvolvimento efetivo do município.

Em Pacaraima a infra-estrutura turística existente é de pequeno porte, segundo o levantamento feito pelo DETUR. Apesar de o município abranger significativos atrativos naturais, não pode de fato estabelecer ações efetivas para o desenvolvimento do setor, haja vista as questões fundiárias existentes. Na percepção do representante do poder público local, apesar de o município já ter tido uma Secretaria de Turismo formalmente estruturada, não teve condições de desenvolver trabalhos a contento, por não ter havido um foco direcionado para o turismo de fato. Este quadro se configurou “[...] devido a esse problema fundiário [...] a gente fica impossibilitado de se desenvolver, existe um bloqueio” (gestor público de Pacaraima, informação verbal, 2007).

Tradicionalmente, nos pacotes turísticos comercializados para o Monte, não há uma integração do município nos roteiros. Ele se constitui em uma rota de passagem, onde a única parada feita é para o registro de passaportes de entrada e saída do país. A exemplo de outras localidades que vivenciaram este processo, tais como a própria comunidade de San Francisco de Yuruaní, na Venezuela, ações poderiam ser efetivadas no sentido de fomentar no município produtos e serviços que exerçam atratividade aos visitantes.

Ter-se-á, assim, um diferencial a ser estabelecido pelas populações indígenas brasileiras. Neste sentido, a Prefeitura de Pacaraima se coloca como uma possível dinamizadora do processo.

⁶⁶ Informante local, 2006.

Nós deveríamos buscar parceria com os indígenas, pra que em parceria desenvolver isso, porque eles também precisam se desenvolver, eles apoiariam a prefeitura e vice-versa né, pra que a gente pudesse desenvolver o turismo, eles ganhariam alguma coisa... O interesse da prefeitura não seria ganhar, mas desenvolver o turismo no município, porque, na verdade, seria um incentivo pras comunidades, algumas comunidades poderiam até se auto-sustentar (informação verbal)⁶⁷.

Para tanto, algumas ações já vem sendo realizadas a pedido das próprias comunidades.

Ano passado nós fizemos um projeto junto aos Tuxauas. Aqui tem uma, localidade Boca da Mata e Bananal, que estão se desenvolvendo muito na parte de turismo. No Bananal nós colocamos ele ano passado no Salão Brasil⁶⁸ na questão do artesanato, foi muito divulgado (informação verbal)⁶⁹.

Tais ações se efetivaram em conjunto com o DETUR e já há previsões para a continuidade das capacitações com o apoio de outras entidades.

Outro aspecto interessante a ser observado em Pacaraima relaciona-se aos marcos divisórios de fronteira internacional. Estes dividem a fronteira entre Brasil e Venezuela e interceptam o município em ruas, praças e terrenos, formando um verdadeiro caminho (conforme Fotografias 17 e 18). Há relatos, inclusive, de que alguns dos marcos foram “deslocados” de modo irregular para dar acesso à edificação de residências e muros.



Fotografias 17 e 18: Marcos fronteirizos delimitando os territórios da Venezuela e do Brasil.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

⁶⁷ Gestor público, 2007.

⁶⁸ Evento promovido pelo Ministério do Turismo, que se constituiu em uma vitrine para os novos produtos e destinos turísticos.

⁶⁹ Informante local, 2006.

Ao entrarem no Brasil ou Venezuela, os visitantes tem seus pertences revistados pelas autoridades competentes. Isto é feito a cada vez que alguém cruza as respectivas fronteiras, a fim de evitar os contrabandos constantes em áreas de livre comércio, onde é comum burlar tais fiscalizações. O processo é evidenciado por Machado (1998, p. 3), em Foz do Iguaçu:

Esses lugares de comunicação, ao estarem sujeitos à legislação especial, permitem a realização de operações comerciais e cambiais não sujeitas à regulamentação específica dos estados respectivos. A fluidez dos limites e a consequente possibilidade de driblar os circuitos oficiais podem beneficiar os habitantes da faixa de fronteira, mas existem indicadores de que o maior beneficiário é a economia paralela dos países limítrofes.

Esta situação é recorrente no caso deste estudo. Santa Elena e Pacaraima confrontam-se entre a fiscalização/monitoramento intensivo e as práticas da não legalidade. A quota máxima para se trazer mercadorias entre Venezuela e Brasil é de US\$ 300,00 (trezentos dólares), exceto objetos pessoais ou algo de valor que tenha sido declarado na fronteira antes de passar ao país vizinho. Toda mercadoria que ultrapassar este valor e que não caracteriza comércio pagará um percentual de imposto sobre o que exceder ao valor estipulado pela Receita Federal e pela Secretaria Estadual da Fazenda.

Na área de fronteira localiza-se também um escritório do IBAMA, responsável pelo PNMR (Fotografias 19 e 20), no qual estão lotados quatro técnicos. A atuação deles no momento da pesquisa se restringia a ser o elo de ligação entre o escritório central de Boa Vista e o Parque, participar de reuniões com outras entidades relativas à questão ambiental tanto do Brasil quanto da Venezuela, realização de palestras divulgando a importância do PNMR, visitas técnicas de vistoria e monitoramento do próprio Monte.

Vamos uma vez por ano no monte Roraima, olhamos a situação, fazemos o nosso relatório. Temos um satélite, Brasilsat que nos acompanha nessa parte de dados de controle de incêndio. Assim, mas *in loco* ainda não temos como trabalhar, e falta mais uma pessoa,... Tu sabes o que nós temos feito? Muita palestra. Este ano a gente preparou aqui, nós temos diversas palestras, e temos ido também aqui, nas reservas indígenas, eu vou muito a Bananal, vou pro Surumu, o Ponciano tá sempre lá na Serra do Sol, existem vídeos dos encontros que houveram do IBAMA lá, eu ainda não tava no IBAMA, mas já houve, eles ficam conhecendo o Parque, e o que o IBAMA faz, são vários os temas sobre as palestras, inclusive era sobre isso, quem era o IBAMA? Não é um 'bicho-papão', então a gente explicou mais. Aí nós colocamos o IBAMA em três frentes, ele tem frente ambiental, tem a parte administrativa e vai ter a fiscalização. O que hoje realmente há é a fiscalização, mas só vai ser um 'bicho-papão' se você realmente não souber obedecer a lei, então a

gente tá trabalhando as leis ambientais pros índios, a gente tem conversado, e eles também estão bem atentos agora para isso (informação verbal)⁷⁰.

Atualmente, em função da reestruturação do órgão, os técnicos estão lotados no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, criado em 2007, tendo como missão institucional a administração das UC federais, além de executar as políticas de uso dos recursos naturais renováveis e apoiar o extrativismo e as populações tradicionais nas referidas unidades de uso sustentável, sendo o responsável pela gestão do PNMR.



Fotografia 19: Placa do PNMR (Pacaraima/Brasil).

Fotografia 20: Escritório do IBAMA em Pacaraima (Brasil).

Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Ao ultrapassar a fronteira (Figuras 21 a 23), um novo cenário se configura ao turista de forma surpreendente. Ao longo da rodovia, cujo estado de conservação e sinalização é invejável, é comum ver filas infindáveis de veículos oriundos do Brasil aguardando para abastecer (Fotografias 24 e 25). O que se justifica pelo fato do custo do combustível naquele país ser muito reduzido.

⁷⁰ Técnico do IBAMA, 2007.



Fotografias 21 a 23: Área de fronteira entre Brasil e Venezuela.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).



Fotografias 24 e 25: Fila para abastecimento de combustível no lado venezuelano.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Até meados de 2005, muitos conflitos existiam entre brasileiros e venezuelanos, motivados pelo contrabando de combustível. Isto não foi encerrado, mas foram tomadas medidas no sentido de tentar regularizar ou pelo menos minimizar tal prática. Uma destas medidas foi a construção de um posto de gasolina na fronteira dos dois países. A partir de então estabeleceu-se normas para o abastecimento de veículos.

Há uma considerável diferença nos preços de combustível entre Brasil e Venezuela. O valor cobrado em 2008 pelo combustível (gasolina) no posto da fronteira é em média R\$ 1,00 (um real) e, no interior do país, cerca de R\$ 0,09 (nove centavos de real), variando de acordo com o câmbio local⁷¹. Mesmo com as restrições e fiscalizações impostas pelo governo da Venezuela, ainda são freqüentes ações ilícitas de comercialização de combustível pelos “pampeiros”⁷², gerando algumas vezes prisões ou acidentes com óbitos nas estradas durante fugas e perseguições.

Santa Elena de Uairén é a primeira cidade da Venezuela depois da linha da fronteira, localizando-se ao sul do estado Bolívar. De acordo com Marrero (199?, p. 64), Uairén significa “[...] que tiene camazas (canoas pequeñas para elaborar la bebida de yuca fermentada, kachiri)”. Uairén é também o nome de um rio da região, que nasce no tepuy Chirikayén e deságua no rio Kukenán. A cidade de Santa Elena surgiu a partir de uma missão de adventistas oriundos da Guiana Inglesa que se estabeleceram na região na década de 1920.

Em 1923 deu-se início a colonização da região por Don Lucas Fernandez Pena (Fotografia 26) que, além de construir sua casa, deu início à prática da agricultura intensiva e criação de gado. Em 1924 é fundada por Don Lucas a cidade de Santa Elena de Uairén e em 1931 se instalou uma missão religiosa de Capuchos da Ordem Franciscana na região. Hoje é reconhecida como “[...] capital del municipio Gran Sabana” (MARRERO, 199?, p. 66). Ao seu redor se encontram muitas jazidas de exploração de ouro, diamantes e cristal de rocha. De acordo com o que foi apurado, a denominação da cidade está associada ao nome da primeira filha de Don Lucas – Elena – e ao rio que corta a cidade – Uairén.

⁷¹ Até 2007 a moeda venezuelana era o Bolívar. Em dezembro, R\$ 1,00 (um real) chegava a corresponder de 2.000,00 a 2.500,00 (dois mil a dois mil e quinhentos bolívares) no câmbio não oficial. A partir de 2008 houve uma mudança da moeda local, passando a se denominar Bolívar Forte (foram retirados três zeros da antiga moeda). No entanto, isso não provocou grandes mudanças econômicas em um país que tem a maior inflação da América Latina, crises de abastecimento de produtos básicos e um câmbio paralelo fora de controle. No câmbio oficial, US\$ 1 passou a equivaler a 2,17 bolívares forte.

⁷² Pessoas que trabalham na comercialização ilícita de combustível. Segundo relatos locais, alguns indígenas já atuam também nessa atividade. Tal denominação está associada ao veículo Pampa, utilizado para transportar o combustível e que algumas vezes tem o tanque de combustível adulterado para aumentar a capacidade de armazenamento (de combustível).



Fotografia 26: Sr. Lucas Fernández Pena com Padre Cesáreo, ao lado de um dos primeiros marcos fronteiriços entre Brasil e Venezuela.

Fonte: Santa Elena de Uaiaren, 2005.

A cidade ocupa uma área de 55 hectares (55.000 m²), tem uma população aproximada de 20.000 habitantes e constitui-se em uma área de livre comércio desde 1999. Dista cerca de 15 km da fronteira brasileira e localiza-se a cerca de 907 metros acima do nível do mar. Este fato, lhe confere um clima ameno e agradável, ideal para amenizar o calor amazônico e ser um fator de atratividade para o município.

Em função da desvalorização da moeda local em relação à moeda brasileira, é intenso o fluxo de brasileiros que se deslocam para esta cidade – principalmente aos finais de semana – oriundos de Boa Vista a fim de adquirir produtos produzidos ou importados de outros países e vice-versa, similarmente ao que ocorre em outras áreas fronteiriças do país. A proximidade de Boa Vista e as ótimas condições das estradas venezuelanas exercem uma influência muito grande neste sentido, sendo comum a aquisição de produtos eletroeletrônicos, informática, pneus, bebidas, alimentos e material de higiene (Figuras 27 e 28). Esta situação fomenta a prática da comercialização clandestina, haja vista existirem limites de compra e impostos a serem pagos por ocasião do retorno ao país.



Fotografias 27 e 28: Ruas do centro comercial de Santa Elena (Venezuela).
 Fonte: Helena Doris Quaresma (2006/2007).

Santa Elena tem sua origem associada à atividade mineradora, clandestina ou não, mais especificamente ao garimpo, sendo ainda comum encontrarem-se lojas de comercialização de ouro e pedras preciosas. O número de brasileiros que trabalha nesta atividade ilegalmente é muito grande. Hoje a atividade é desenvolvida legalmente nas cercanias do PNC. Como em toda área fronteira, existem pessoas das mais diversas nacionalidades na cidade, principalmente brasileiros e asiáticos, que atuam nos setores do comércio formal ou informal local.

De acordo com Magalhães (2006), o relacionamento comercial entre Roraima e Venezuela data do início do século XX, e ultrapassa o perfil do *comércio formiga*, ou seja, há “[...] uma forma cotidiana de intercâmbio comercial, no qual as pessoas abastecem-se de produção da dieta básica, fenômeno que ocorre entre as localidades limítrofes, é um comércio incipiente” (MAGALHÃES, M., 2006, p. 124). No entanto, segundo a autora, o fator que mais influencia as relações comerciais entre Pacaraima e Santa Elena é a questão cambial, que é o principal fator de expansão ou retração do desenvolvimento.

Ações conjuntas dos dois países em suas fronteiras foram definidas a partir de programas específicos. Na Venezuela, denominou-se de Proyecto de Desarrollo Sustentable de Sur (PRODESUR), que abrange os estados do Amazonas, Apure, Bolívar e Delta Amaruco. No Brasil, o correspondente a este programa foi o Calha Norte que, apesar de anterior, abrange os estados do Amazonas, Amapá, Pará e Roraima. De acordo com Cardin (2003, p. 170), “[...] ambos tem por escopo zelar pela respectiva soberania, melhorar a qualidade de vida das populações locais, assegurar boas condições para as populações indígenas, desenvolverem suas potencialidades econômicas e proteger os recursos naturais”.

Resultados efetivos dessas iniciativas são questionados. Diversos segmentos sociais os questionam principalmente pela feição militarizada que os programas adotaram, pelo descaso com as questões sócio-ambientais e por resultados incipientes. Todos condicionados pela falta de vontade política dos setores envolvidos no processo.

Santa Elena tem hoje no comércio e no turismo as principais fontes de renda, por se constituir na principal via de acesso ao PNC e às ilhas caribenhas por via terrestre. Pelo clima ameno e mais frio, devido à altitude, tanto Pacaraima quanto Santa Elena vem sendo procuradas como espaços de veraneio aos finais de semana (Fotografias de 29 e 30). É comum pessoas moradoras de Boa Vista construíram casas que são utilizadas apenas para o lazer nos finais de semana e feriados prolongados.



Fotografias 29 e 30: Casas de veranistas em Pacaraima (Brasil).
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

A infra-estrutura turística local é satisfatória. Possui um Centro de Recepção Turística (Fotografia 31) que funciona na entrada da cidade de segunda-feira a sábado, das 08h00 às 17h00, no qual são oferecidas informações gerais para o turista, tais como pacotes, meios de hospedagem, guias, além de atuar como órgão responsável pelo cadastro das empresas e de pessoas físicas que atuam regularmente na área da atividade turística no município.



Fotografía 31: Centro internacional de visitantes de Santa Elena de Uairén (Venezuela).
 Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Segundo dados coletados no local acerca do Setor Oriental do PNC, existem na área, cadastrados no Ministério do Turismo, cerca de 40 alojamentos. Dentre eles se encontram pousadas, pensionatos, residências habilitadas para hospedar, hotéis e acampamentos turísticos, atendendo as mais diversas demandas e segmentos do mercado turístico. Segundo Marrero (199?), na década de 1990, Santa Elena possuía mais de onze meios de hospedagem. Hoje este número já se ampliou, diversificando as categorias, inclusive com a inauguração de um hotel cassino – o Anaconda – (Fotografias 32 e 33).



Fotografias 32 e 33: Hotel Cassino Anaconda (Venezuela).
 Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Além de meios de hospedagem diversificados (Fotografiasras 34 a 39), existe na cidade uma Cooperativa de Transporte Turístico, oito agências de viagem e cerca de 80 guias de turismo regularizados, ou seja, com seus registros em dia, aptos a exercerem a atividade de guia. Mesmo os indígenas necessitam estar credenciados junto ao Ministério para o exercício da atividade de guia. Em Santa Elena há uma Câmara de Turismo que congrega empresários da área, pois não existe uma cooperativa ou associação que congregue todos os operadores da cidade.

O que ocorre é que nós, empresas pequenas e privadas, nos organizamos em uma representação que é a Câmara de Turismo e estamos, digamos, um pouco organizados... A Câmara mais que tudo quando trabalha com esta consciência para a gente de Paraitepui, através da questão da conscientização ambiental (informação verbal)⁷³.

Na Câmara, tem mais ou menos 30 empresários. A Câmara de Turismo tem muitas ações. Ela é formada por nós mesmos que trabalhamos com turismo e a Câmara está nos ajudando da seguinte maneira: pelo menos aqui em Santa Elena nós tem muito muito problema com combustível, então o presidente e o vice-presidente, a gente fala lá com os responsáveis e nos tem a possibilidade de abastecer o combustível sem fazer aquela fila (informação verbal)⁷⁴.

Além destas ações, a Câmara atua também apoiando as ações de limpeza realizadas periodicamente no Monte Roraima, bem como de instalação de containeres para captação de lixo em períodos de alta temporada na cidade de Santa Elena.

No dizer de um dos próprios associados, a entidade poderia desenvolver muito mais atividades se todos que a integram trabalhassem de fato. Ela existe com a finalidade de ajudar a melhorar a questão do turismo na região, que ainda deixa muito a desejar, principalmente no que diz respeito à sinalização turística, infra-estrutura e pessoal qualificado. Esta falta de coesão mais efetiva muitas vezes leva a conflitos internos, fazendo com que as ações da própria entidade se pulverizem. Este quadro se configura pela falta de integração efetiva dos membros que compõe a entidade.

⁷³ Empresário integrante da Câmara, 2007.

⁷⁴ Empresário venezuelano, 2007.



Fotografias 34 a 39: Equipamentos de hospedagem em Santa Elena de Uairén (Venezuela).
 Fonte: Helena Doris Quaresma (2006/2007).

Há, na cidade, um aeroporto que está sendo ampliado e recebe vôos regulares ou charter – fretamento de aviões para serviços comerciais reservados não sujeitos a itinerário, calendários, horários fixos e tarifas mais econômicas (MONTEJANO, 2001, p. 185) - em aeronaves de porte pequeno. Os destinos principais são as cidades de Uriman, Woken,

Ikaburú, Ciudad Bolívar, Camarata, além de outros pontos da Gran Sabana, dentre eles o PNC. Quando há necessidade de algum resgate emergencial no Monte Roraima, é deste aeroporto que os helicópteros partem, não sendo freqüente a ocorrência de acidentes.

O turismo está se constituindo na fonte principal de crescimento da cidade e a tendência é que este venha a se expandir de modo a se consolidar como fonte precípua de renda local. Neste sentido, ações vem sendo desenvolvidas pelo próprio Ministério do Turismo por meio da Corporación de Turismo de Venezuela (CORPOTURISMO) – (responsável pelos registros), – pelo Instituto Nacional de Promoción y Capacitación Turística (INATUR) – (responsável por ações de capacitação) – e pela Secretaria de Turismo. A criação de medidas que facilitem o trânsito entre Pacaraima e Santa Elena de Uairén vem sendo desenvolvidas por ambos os países.

Inclusive, para cruzar a fronteira em veículo particular, o dono necessita estar no veículo e apresentar a identidade, os documentos do carro e o passaporte. É solicitado também o certificado de vacinação atualizado⁷⁵ emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Aos demais integrantes, são solicitados apenas o passaporte e certificado de vacinação. E, se menores, solicita-se a autorização dos pais registrada em cartório.

Existe também um convênio entre as duas prefeituras no que se refere à questão da educação e da saúde. Brasileiros são atendidos pelo sistema de saúde municipal de Santa Elena e vice-versa. Na área da educação, alunos venezuelanos estudam no Brasil e vice-versa, sendo que o transporte dos estudantes fica a cargo dos respectivos países de origem. Esta abrangência também se estende ao curso superior, havendo inclusive uma turma de alunos da Universidade Estadual de Roraima (UERR) que fazem o Curso de Turismo em Pacaraima, cuja turma é composta de alunos brasileiros e venezuelanos⁷⁶. Muitos deles são de origem indígena, fomentando assim a possibilidade de troca de experiências e de ações integradas entre os dois países na área do turismo.

Por sua vez, em Santa Elena existe o Curso de Medicina, desenvolvido em parceria com o governo de Cuba, que funciona no quartel, em um hospital militar, cujas turmas são também mistas. Os brasileiros que lá estudam recebem bolsas para se manter

⁷⁵ Na última etapa de campo, realizada entre novembro e dezembro de 2007, estavam sendo exigidas os comprovantes de vacinas contra febre amarela e tríplice viral.

⁷⁶ O Curso teve início no município em agosto de 2006, com 38 oito alunos, sendo nove venezuelanos e 29 brasileiros, que se encontram no quinto semestre. Existe também uma outra turma no terceiro semestre, composta unicamente de brasileiros (30 alunos), em decorrência de problemas no convênio entre os dois países, que já estão em vias de solução (Profª. Juliana Viegas, Coordenadora do Curso de Turismo da UERR, 2008).

durante o curso, a maioria deles residindo em Santa Elena. Ao serem questionados sobre o reconhecimento do curso no Brasil, eles informaram que o Curso é de qualidade ótima e que posteriormente poderão exercer sua profissão na própria Venezuela.

Outro trabalho conjunto existente entre as duas cidades é na área da energia elétrica, pois o abastecimento de Pacaraima e até mesmo de Boa Vista é feito a partir de linha de transmissão de Guri, na Venezuela. O mesmo acontece no âmbito das festas carnavalescas, associadas ao chamado “carnaval fora de época” que, neste caso, recebe o nome de Micaraima (Fotografia 40). A partir de um acordo estabelecido entre as prefeituras de Pacaraima e Santa Elena, a cada ano o evento é realizado em uma cidade, sendo seus gestores os responsáveis pela organização do evento.



Fotografia 40: Palco de apresentação do Micaraima (Pacaraima/Brasil).
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Durante o evento há shows geralmente de bandas brasileiras, que apresentam músicas baianas similares às tocadas nos trios elétricos da Bahia. Paralelo a isso, vende-se alimentos e bebidas. Além de aumentar o movimento nas cidades e a geração de renda, o Micaraima constitui-se em um grande evento para os jovens, que possuem poucas opções de lazer tanto em Santa Elena como em Pacaraima.

Em função da proximidade e da crescente absorção de mão-de-obra brasileira pelo mercado informal, é comum o domínio dos dois idiomas (português e espanhol). No comércio local, aceita-se tanto o Bolívar Forte quanto o Real, muitas vezes não sendo necessário cambiá-los. O mesmo ocorre em Pacaraima, onde é comum encontrar

venezuelanos trabalhando no comércio local, assim como taxistas que transitam entre os dois países.

A distância entre as duas cidades é de aproximadamente 15 km, tal proximidade entre as mesmas facilita o tráfego pela BR 174 (Brasil) e Troncal 10 (Venezuela), que se constituem no principal corredor de acesso ao Caribe a partir de Boa Vista. De acordo com as informações obtidas no consulado brasileiro, existe um número significativo de brasileiros na cidade, no entanto, a maior parte deles está em território venezuelano ilegalmente, somente com visto de turistas, o que reforça a existência de muitos profissionais não regularizados que ocupam funções que não requerem uma formação específica, podendo ser considerados como sub-empregados. Por outro lado, muitos empresários brasileiros, estão investindo no mercado venezuelano, abrindo lojas principalmente de eletro-eletrônicos.

Outro aspecto interessante na cidade, e que poderia ser inserido nos roteiros que incluem o Monte Roraima, é a feira que ocorre ao ar livre toda sexta-feira. Ela congrega produtores oriundos da área urbana e rural do município, principalmente das comunidades indígenas, que trazem seus produtos – em maior quantidade gêneros alimentícios – para serem comercializados (Fotografias 41 a 44). Além destes, vendem-se artesanatos, plantas, roupas, calçados e produtos importados, muitos deles de qualidade duvidosa e “pirateados”.





Fotografias: 41 a 44: Feira livre de Santa Elena de Uairén (Venezuela).
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

De acordo com Rodrigues, F. (2006, p. 202), na feira ocorre um fluxo fronteiriço internacional em que “[...] podem ser encontrados colombianos, ‘chinos’, indígenas de diversas etnias, peruanos, bolivarianos, brasileiros e guianenses”. De acordo com a autora há mais brasileiros migrando para a Venezuela do que venezuelanos vindo para o Brasil. A maioria destes brasileiros trabalha no ramo comercial e no garimpo, no caso dos homens, e no caso feminino, como domésticas, garçonetes, em salões de beleza ou em casas noturnas e, eventualmente, também nos garimpos.

Pacaraima e Santa Elena como *loci* fronteiriços vem tendo seus espaços profundamente alterados, seja por questões tecnológicas, transporte, comunicação, seja pelas atividades comerciais (legais ou não), pelo número de turistas, migrantes, trabalhadores e seus fluxos culturais e simbólicos.

As zonas transfronteiriças são zonas de empréstimos e apropriações culturais e, por isso, um lugar privilegiado para a compreensão do fenômeno migratório internacional. Essas fronteiras tanto podem se configurar como lugar de controle como de transgressão, seja das fronteiras geopolíticas seja das fronteiras culturais e da subjetividade (RODRIGUES, F., 2006, p. 197).

De acordo com ta autora, a região Guayana, na Venezuela, e Amazônica, no Brasil, podem ser apontadas como fronteiras internas de seus respectivos países, compreendendo-as como áreas de expansão onde a ordem sócio-econômica da nação deve ser implantada, pautadas por limites imaginários e sob o signo de espaço vazio a ser ocupado.

Em comum, ambas as regiões tiveram uma ocupação baseada na doutrina da segurança nacional, haja vista integrarem áreas de fronteira internacional, palcos de constantes tensões e conflitos por índios, garimpeiros, militares, *arrozeiros*, fazendeiros, empresários e poder público. Além disso, tem suas terras milenarmente ocupadas por povos indígenas que ao longo do tempo vem sendo inseridos no cenário de transformações correntes. No entanto, tanto Pacaraima quanto Santa Elena possuem baixa densidade demográfica e uma constante flutuação de estrangeiros.

A presença de atividades ilícitas é uma constante em áreas fronteiriças. No caso deste estudo, a fronteira em questão se tornou uma das rotas identificadas do narcotráfico, e também para o tráfico de mulheres e adolescentes, cujo eixo é Manaus (AM) - Iracema (RR) - Boa Vista (RR) - Pacaraima (RR) – Santa Elena (VE) – Puerto Ordaz (VE) – Puerto la Cruz (VE) – Islas Margaritas (VE) – Caracas (VE) (RODRIGUES, F., 2006). Constitui-se na porta de entrada/saída para emissão e recepção de “produtos” para outros destinos como a Europa e o Caribe, ou seja, é um *locus* de trânsito diário motivado pelos mais diversos fins.

Dentre os fatores que colaboram para tal quadro pode-se citar o cotidiano das populações transfronteiriças, marcado pela precariedade social, econômica e política, como reflexo de um modelo econômico que na região foi pautado também pela precariedade social, econômica e política (SILVA; TAVARES, 2006). As autoras, ao analisarem os saberes culturais de uma pequena comunidade ribeirinha do interior da Amazônia (São Domingos do Capim, PA), evidenciam um padrão de cotidiano quase constante na região, podendo ser encontrado não só na Amazônia brasileira, mas também nos demais países que integram a Pan-Amazônia. Tal contexto é mais contundente ainda em áreas transfronteiriças, onde o papel do Estado como provedor de uma série de ações se apresenta ineficiente.

Nesse cenário, muitas vezes o turismo se configura uma “máscara” para encobrir outros interesses nem sempre legalmente constituídos. No caso da Amazônia, a porosidade de suas fronteiras possibilita que a exploração humana e ambiental passe a ampliar a degradação regional. Há que se reverter este quadro, fortalecendo as ações internacionais nestas áreas, pelo fortalecimento do poder local, tornando suas populações em sujeitos participativos no processo de uso e gestão dos recursos locais.

4.3 O TRAJETO E SEUS ATORES

O destino Monte Roraima configura-se a partir de muitos momentos específicos, como uma espécie de preparação para a grande jornada. Após a saída do Brasil e em prosseguimento à viagem ao Monte, em Santa Elena há necessidade de troca de veículo por um mais potente, com tração nas quatro rodas e adaptado à atividade de ecoturismo (Fotografia 45). Somente assim se chega à comunidade de Paraitepui, distante 70 km de Santa Elena, ponto de partida do trajeto final, onde também se faz o cambio de moeda.



Fotografia 45: Preparação do transporte para à viagem ao Paraitepui (Santa Elena / Venezuela).
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Esse tipo de veículo se configura como o mais adequado para o trajeto (aproximadamente 22 km de extensão), pelo fato da estrada que leva ao Paraitepui ser muito íngreme (somente a Troncal 10 é asfaltada) e não pavimentada (Fotografias 46 a 48), com trechos de acesso difícil. As pessoas que se aventuram a ir ao Monte sem o suporte de uma agência terão que contactar com uma empresa de turismo local, para viabilizar não só a questão do transporte, uma vez que inexistente transporte regular para a comunidade, como também os contatos com o INPARQUES e com os guias locais. Quando a viagem é agenciada, geralmente ela é feita com grupos pré-formados de pessoas, ou por pessoas que se agregam a partir da agência. Neste último caso, a heterogeneidade do grupo permite o

conhecimento de novas pessoas, oriundas de realidades diversificadas que possibilitam um enriquecimento maior durante o trajeto pela da troca de experiências.



Fotografia 46: Indicação de acesso ao Paraitepui (Venezuela).

Fotografia 47: Troncal 10 (Venezuela).

Fotografia 48: Via de acesso ao Paraitepui (Venezuela).

Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Pelos relatos de Kock-Grunberg a partir de sua expedição na região do Roraima e Orinoco, a área próxima ao Roraima era bem mais povoada no início do século XX, mais precisamente entre os anos de 1911 e 1913. Segundo Kock-Grunberg (2006, p. 111), existia próximo à área uma aldeia denominada Roroíma ou Kauliánalemóng,

[...] por causa da savana onde ela se encontra, consiste em 7 cabanas habitáveis de planta redonda até elíptica ou retangular, com parede baixa, de pau-a-pique e teto cônico de palha de palmeira; além delas, há algumas cabanas em estado ruinoso e umas novas inacabadas.

Ao fazer um paralelo com o que se observa hoje no Paraitepui, as mudanças pelas quais tais comunidades passaram em função do contato mais próximo e efetivo com os não índios são evidentes. Tais mudanças dizem respeito não só à vestimenta, como pode ser visualizado nas Fotografias de 49 a 52, mas também as questões de número de habitações, material utilizado nas mesmas, e sua distribuição geográfica sobre o território.



Fotografia 49: Comunidade Indígena – ao fundo os Montes Roraima e Kukenáng em 1911.
Fonte: Koch-Grunberg (2006, p. 119).



Fotografia 50: Comunidade de Paraitepui – ao fundo os Montes Roraima e Kukenáng.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).



Fotografia 51: Habitação indígena tendo ao fundo o Monte Roraima, em 1911.
Fonte: Koch-Grunberg (2006, p. 126).



Fotografia 52: Acampamento do rio Té, tendo ao fundo o Monte Roraima.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Contemporaneamente, algumas casas já são em alvenaria e/ou cobertas com telhas de zinco. No entanto é ainda possível encontrar algumas casas em estilo original, ao lado de habitações menos “tradicionais”. No centro do vilarejo, há uma igreja católica em construção e uma praça com o busto de Simon Bolívar (Fotografias 53 a 58).



Fotografia 53: Vista parcial da comunidade de Paraitepui (Venezuela).

Fotografia 54: Padrões habitacionais de Paraitepui (Venezuela).

Fotografia 55: Comunidade de Paraitepui (Venezuela).

Fotografia 56: Igreja católica em construção (Paraitepu/Venezuela).

Fotografia 57: Campo de futebol – Paraitepui (Venezuela).

Fotografia 58: Busto de Simon Bolívar – Paraitepui (Venezuela).

Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

O abastecimento de energia elétrica da comunidade é feito por um gerador que funciona das 18h00 às 22h00. Há um campo de futebol que se constitui no principal espaço de lazer local. De acordo com os nossos informantes, o termo *Paraitepui* significa “sandálias que levam ao tepuy”. Em função da inexistência de transporte regular entre Santa Elena e a comunidade, os Pemón se deslocam até a primeira em dois veículos doados a mesma pelo Ministério de Turismo. São basicamente utilizados para transporte de pessoas ou de visitantes, em caso de aluguel ou emergência⁷⁷. Quando estão enfermos, os Pemón se dirigem a Santa Elena utilizando este transporte também.

O cotidiano feminino local gira em torno das atividades domésticas e agrícolas. No entanto, estas práticas não são muito diferenciadas das executadas pelas mulheres na época de Koch-Grunberg (Fotografias 59 e 60).



Fotografia 59: Índia Pemón alimentando animal, em 1911.
Fonte: Koch-Grunberg (2006, p. 121)



Fotografia 60: Índia Pemón vindo da roça.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007)

É possível afirmar que desde o início do século XX, as mulheres já se deslocavam pela região como porteadoras, apesar de serem escassas as expedições na região.

⁷⁷ Na trilha, o veículo só chega até próximo do Acampamento Kukenáng, utilizando uma trilha alternativa para isto. O aluguel do veículo era de 300 mil bolívares em dezembro de 2007.

Apesar da carga pesada e do calor intenso, especialmente ao meio-dia, meus carregadores estão sempre alegres e de bom humor [...]. As mulheres, é claro, estão mais carregadas, já acostumadas a levar cargas pesadas de seu trabalho na roça. Teodoro leva somente uma calça de reserva nas costas, na mão esquerda, uma pequena lanterna furta-fogo para o teodolito, na direita duas varas de pescar, enquanto sua mulher e sua filha seguem ofegantes carregando cestos pesados. (KOCH-GRUMBERG, 2006, p.110).

É perceptível também a presença de jovens nas expedições.

Algumas mulheres também estão integradas na atividade turística (Fotografias 61 a 64) como porteadoras, auxiliando seus familiares. Pode-se citar o exemplo de Gladys e Emília, duas irmãs que ajudam o pai na atividade turística, e Maria, que auxilia o marido. De acordo com os entrevistados, não há uma diferença de preços pelos serviços prestados pelos porteadores do sexo feminino e masculino, muito menos do peso a ser transportado por cada um. O que ocorre é a cobrança de um adicional, caso haja a necessidade de um cozinheiro que é responsável pelo traslado do lixo produzido. Neste caso, a diária aumenta de 60 mil bolívares para 80 mil bolívares. Tais valores são atualizados anualmente e “[...] lo INPARQUE y lo capitán definen los precios cobrados por los porteadores” (Informante local, informação verbal, 2007).

As mulheres, hoje, inserem-se na atividade turística porque “[...] las señoras que están la en cima, ellas necesitan reales para comprar la comida, algo, mas, zapato, comprar algo para los niños. Ellas necesitan de trabajo y el turismo es muy importante” (Porteador Pemón, informação verbal, 2007). Este contingente segundo os indígenas entrevistados é superior ao dos homens envolvidos com o turismo “[...] hay más mujeres porteadoras de que hombres” (Porteador Pemón, informação verbal, 2007). Além de serem porteadoras, elas auxiliam na preparação dos alimentos durante o trajeto, na montagem/desmontagem das barracas e acompanham os visitantes na atividade de guia.



Fotografias 61 e 62: Índias Pemón porteadoras e auxiliando no preparo dos alimentos.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).



Fotografias 63 e 64: Índias Pemón vendendo artesanato em San Francisco de Uairén (Venezuela).
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Algumas comercializam produtos (geralmente bebidas em lata) com os visitantes que já estão retornando do Monte (Fotografias 65 e 66) e coletam as latas vazias para revenderem. Outras ainda fabricam artesanato ou outros produtos que são comercializados em San Francisco, ou na feira em Santa Elena. “[...] Cuando no hay trabajo con turismo las mujeres hacen artesanía y cachiri” (Guia Pemón, informação verbal, 2007). Percebe-se, assim, que a mulher tem um papel fundamental na complementação econômica do núcleo familiar.



Fotografia 65: Índia Pemón com alimento.

Fotografia 66: Índia Pemón transportando latas vazias de cerveja.

Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Essa mudança no cotidiano feminino da mulher Pemón está inserida em um contexto mais amplo de aumento da atuação feminina em setores até então identificados como eminentemente masculinos. Este contexto vem sendo traçado na América Latina e Caribe por Brasileiro (1996), associando a questão da participação feminina no processo de desenvolvimento sustentável, bem como de crescimento econômico familiar. “[...] Women are using their brains, ingenuity, practical skills and dedication to overcome the threats to the health and economic security of themselves and theirs families” (BRASILEIRO, 1996, p. 3). É o que se evidencia em Paraitepui onde algumas mulheres tem uma participação efetiva e fundamental na economia familiar, a partir da atividade turística, uma atividade recente que vem se ampliando a partir do final do século XX.

Contexto similar é encontrado em sociedades haliêuticas amazônicas em que o trabalho das mulheres era invisibilizado pela pesca, conforme os estudos de Alencar (1997) e Almeida, M. (2002), que evidenciam o modo como se dá a divisão sexual do trabalho em uma dada sociedade, a partir da necessidade de garantir o sustento familiar. Situações similares são descritas por Harvey (1996) em pequenas ilhas do Caribe, onde as mulheres tem um papel fundamental no desenvolvimento de projetos pautados na perspectiva sustentável, sendo reconhecido: “[...] the realization of sustainable development will never be possible without consideration of the role that women play and can play in the process” (HARVEY, 1996, p. 47). Tal perspectiva é corroborada por Valentina Nieto (2007) ao estudar os valores pautados no cotidiano feminino de mulheres colombianas, como sujeito central na dinâmica social.

Nessa direção, Simonian (2001) vem traçando um panorama da atuação feminina no contexto da região amazônica. As mulheres vem ao longo do tempo construindo uma trajetória coletiva a partir do cotidiano familiar, contribuindo significativamente para a gestão dos recursos naturais. “[...] Desde o final da última década de sessenta, a questão ambiental tem contribuído para o processo de revelação da importância da mulher nos programas de desenvolvimento [...] (SIMONIAN, 2001, p. 37). As mulheres indígenas estão em busca de avanços e, nesse sentido, ampliam suas áreas de intervenção sócio-econômica.

Na comunidade de Paraitepui, atualmente, vivem aproximadamente 600 pessoas (Informante local, informação verbal, 2007). Quase todos falam o espanhol além da língua Pemón, com exceção dos mais velhos. Deste contingente, cerca de 100 pessoas trabalham com o turismo (Informante local, informação verbal, 2007). Há um “posto” do INPARQUES em Paraitepui que funciona como uma representação da instituição, responsável pelo controle de quem se destina ao Monte, bem como pela expedição das autorizações de acesso e contratação de guias⁷⁸ e porteadores⁷⁹. O cotidiano da comunidade hoje transita em torno da atividade turística, uma prática consolidada e na qual as crianças participam desde os nove ou dez anos acompanhando seus pais. Todavia, para se tornar efetivamente um porteador a pessoa deve ter entre 14 e 15 anos, podendo exercer a atividade geralmente até os 45 anos.

Os Pemón, além de trabalharem com a atividade turística, vivem da caça, principalmente de anta (*Tapirus terrestris terrestris*), veado (*Cervideos*), capivara (*Hydrochoerus hidrichaeris*), onça (*Pantera onca*) e tamanduá (*Myrmecophaga tridactyla*). Desenvolve também a agricultura de subsistência nos poucos lugares que permitem sua prática, uma vez que o solo da savana é pobre e inapropriado para tal atividade. Entre os produtos cultivados pode-se citar a mandioca (*Manihot utilíssima*), a banana (*Musa paradisiaca*), o abacaxi (*Ananas sativus*), inhame (*Colocasia antiquorum*) e pinha (*Annonaceae*). Os mesmos são geralmente produzidos em pequena escala para o consumo interno do grupo familiar, sendo o pequeno excedente vendido na Feira em Santa Elena.

O uso das queimadas (Fotografias 67 a 69) se constitui em uma alternativa utilizada para tentar solucionar a questão da infertilidade do solo local, mas que em longo prazo tende a piorar a questão de pobreza do mesmo, sendo comum encontrar algumas áreas queimadas também no trajeto do Monte. A prática, segundo os relatos locais, foi herdada dos

⁷⁸ A obrigatoriedade do acompanhamento de um guia autóctone para ter acesso ao Monte Roraima se deu a partir de 1992, por uma lei venezuelana.

⁷⁹ Pessoas contratadas para carregar (“portear”) os pertences do visitante.

antepassados. Hoje as queimadas tem também a função de “limpar” o terreno próximo a trilha do Monte a fim de evitar as temidas cobras.



Fotografia 67: Queimada em Paraitepui (Venezuela).
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).



Fotografias 68 e 69: Áreas queimadas na trilha de acesso ao Monte (Venezuela).
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

A questão das queimadas vem sendo uma das questões mais debatidas por instituições de pesquisa na região. O problema não envolve apenas a Venezuela, mas também os países a ela limítrofes, sendo os principais vetores de emissão de gases do efeito estufa

(FEARNSIDE, 2003). Como exemplo pode-se citar a experiência de Cavalcanti, K. (2002), vivenciada no final da década de 1990.

Sairíamos de Boa Vista às onze e meia e iríamos até a fronteira do Brasil com a Venezuela, onde se encontram as cidade de Pacaraima, no Brasil, e Santa Helena, na Venezuela. [...] Durante todo o percurso sobrevoamos a BR-174. O prejuízo ambiental era muito maior do que pensávamos. A floresta pegava fogo como se de papel se tratasse. Os igarapés e lagos da região estavam completamente secos. Em alguns trechos, o rio Branco, o maior e mais caudaloso de Roraima, havia sido resumido a poças d'água. Muitos animais morreram dentro das chamas e outros tantos corriam desorientados.

Na pequena vila indígena, a agonia estampada nos olhos de todos era impressionante. 'A gente só tascou fogo para limpar a roça. Mas veio um vento forte e fez essa desgraça. Tá tão seco que o fogo saiu destruindo tudo e a gente não pode fazer nada', nos disse um dos rapazes da aldeia (CAVALCANTI, K., 2002, p. 15-16).

Ao visar à reversão de tal processo, campanhas de conscientização vem sendo desenvolvidas por setores específicos dos governos brasileiros e venezuelanos.

Na comunidade existe uma escola que atende alunos até a 7ª série do Ensino Fundamental. Posteriormente, quem tiver interesse em completar o ensino formal necessita deslocar-se até San Francisco (Ensino Médio) ou Santa Elena, este o município mais próximo que oferece até o nível superior, ou mesmo Pacaraima, no Brasil. O responsável pela comunidade é chamado de *Capitão*, é ele quem responde por todas as questões relativas aos problemas e demandas locais.

O responsável do INPARQUES na comunidade é o Sr. Otílio Ayuso, um Pemón. Como funcionário do INPARQUES exerce a função de guarda-parques, no entanto, por mais dinâmica que seja a pessoa, ela sozinha não consegue atender as responsabilidades que lhes são imputadas, pois é o único funcionário do referido órgão lotado para aquela parte do PNC. De acordo com as informações coletadas,

[...] a maioria dos guarda-parques são de lá mesmo, são indígenas, eles absorvem os indígenas mesmo ... Eles envolvem toda a comunidade, seja a comunidade indígena ou não, são os indígenas que operam como guarda-parques e operadores a partir da própria comunidade, isso em todo o Canaima. Já na Gran Sabana isso não é possível, ter um operador indígena em cada sítio (informação verbal)⁸⁰.

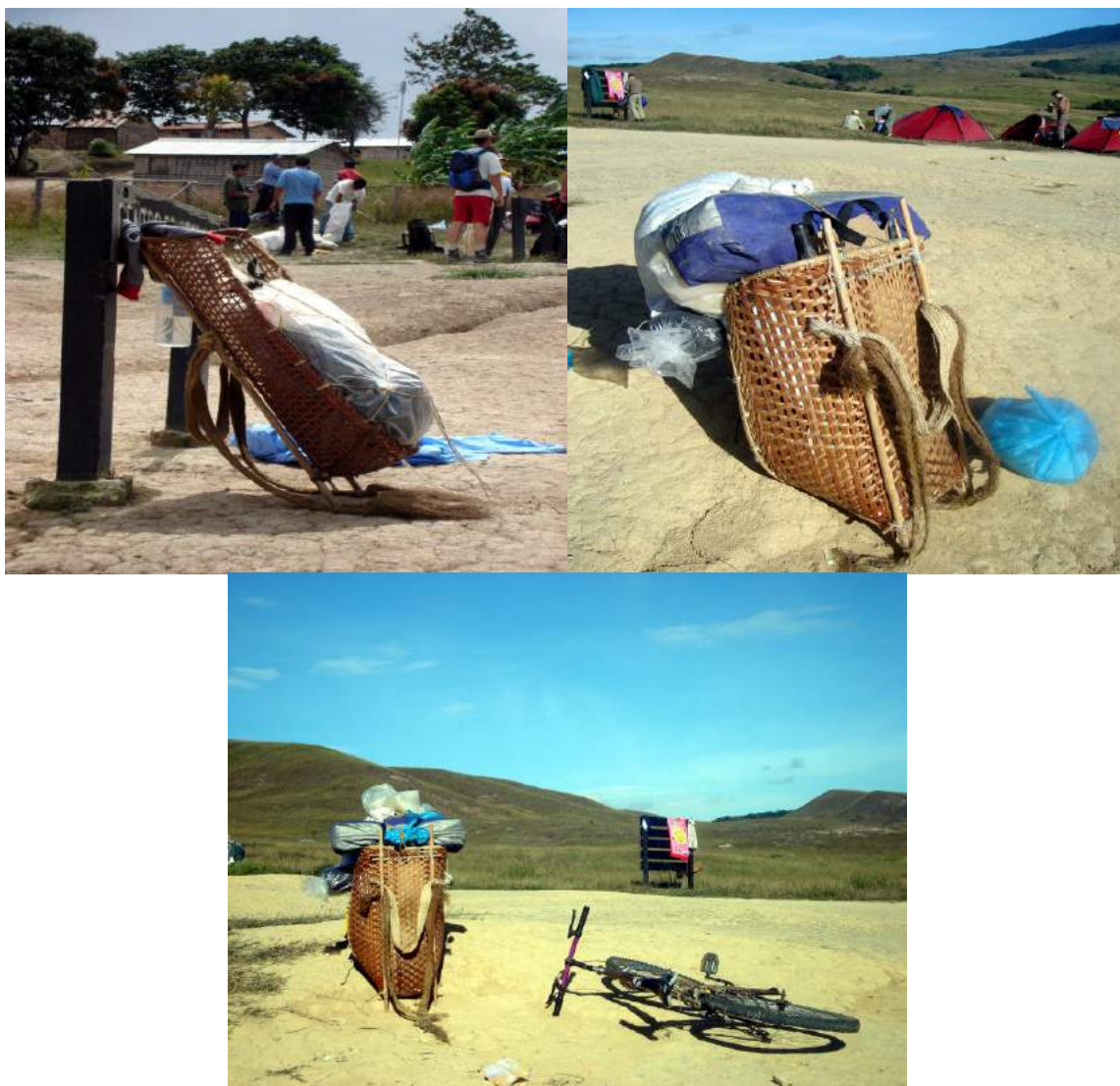
Não ha nenhum trabalho formalmente estabelecido entre o Instituto e os indígenas, no sentido de atuarem como agentes ambientais ou guarda-parque. Quando atuam, fazem-no de forma espontânea e em um caráter colaborativo.

⁸⁰ Informante local, 2007.

É em Paraitepui que são feitas as negociações e contratações de guias e porteadores. Cada guia Pemón geralmente pode acompanhar grupos de até 20 pessoas, cabendo ao guia da agência a responsabilidade pelas negociações. Após as devidas apresentações, é feito o acondicionamento das bagagens em uma espécie de suporte feito de madeira, folha de buriti (*Mauritia vinifera*, Mart.) e cipó trançado, chamado de *goyares*⁸¹. Constituem-se em uma espécie de bagageiro para transportar a carga (mochilas, barracas e demais materiais), depois recobertos de plástico para proteger a bagagem, caso chova, e amarrados com fios de *nylon*.

Os cestos são carregados nas costas (Fotografias 70 a 72). Alguns jovens porteadores já se utilizam de bicicletas para diminuir o tempo e o desgaste físico durante o trajeto, mas, tal veículo não pode ser utilizado durante todo o percurso em função das irregularidades do terreno. Algumas pessoas preferem carregar os próprios pertences, dispensando o porteador, que cobra em média cerca de R\$ 40,00 (quarenta reais) ao dia pelo trabalho.

⁸¹ Na língua Pemón é chamado de *guayare* e em espanhol e português *jamanchin*.



Fotografias 70 a 72: Cestos utilizados para o transporte das mochilas e demais objetos.

Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Todo esse processo é realizado em uma área da comunidade definida para tal. Nela estão localizados área para descarga; estacionamento; uma espécie de barraca de alvenaria, coberta de palha, na qual os visitantes se reúnem antes da saída ou na chegada do Monte (Fotografias 73 a 76) e banheiros, que geralmente se encontram em péssimo estado de conservação, limpeza e sem condições adequadas de saneamento. Para reverter a situação poderia ser cobrada uma taxa de uso que fosse direcionada à manutenção e higienização dos mesmos.



Fotografia 73: Cabana utilizada para reunião com os turistas (Paraitepui/Venezuela).

Fotografia 74: Área de descarga (Paraitepui/Venezuela).

Fotografia 75: Banheiro feminino (Paraitepui/Venezuela).

Fotografia 76: Área de estacionamento e banheiro masculino (Paraitepui/Venezuela).

Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Na lateral existe uma estrutura que deveria ser utilizada como um mural de informações. No entanto, nele estão sendo colocados sacos de lixo (Fotografia 77), para depois serem depositados em containeres existentes na rodovia, segundo os relatos locais, ou transportados até Santa Elena, dando uma impressão não muito agradável ao turista, conforme alguns depoimentos coletados:

Ainda falta um pouco de conscientização dos visitantes do monte com relação ao descarte de lixo no local. Também creio que poderia haver um plano de manejo com relação ao uso de saponáceos nos rios.

Muita, muita sujeira na vila e no caminho que leva ao monte. Me impressionou que ninguém se incomoda. Milhares de latas de cerveja pelo caminho. Devem beber muito!

Há lixo jogado ao longo de toda a trilha. Outro fator preocupante é o descaso com os dejetos/excrementos humanos, feitos em áreas próximas dos rios, fatalmente contaminando a água (informação verbal)⁸².

⁸² Turista, 2007.

Cabe ao guia ou visitante ser responsável pela observação do acondicionamento adequado do lixo produzido durante o trajeto, sendo recomendado pelo INPARQUES que seja trazido de volta ao Paraitepui, caso contrário se torna um fator negativo à imagem do Monte.

Um fator extremamente negativo é que apesar do plano de manejo que o INPARQUES - similar ao IBAMA (Brasil) - está implantando, está exigindo das agências e dos indígenas, na verdade ele não está sendo cumprido. Então a gente ainda vê muito lixo, a questão das fezes que a gente trabalha muito para as pessoas para trazerem de volta, porque ali é um manancial de água, a nossa agência procura fazer isso com bastante rigorosidade, mas tem agências ainda locais, de Santa Elena, que estão pecando bastante. Agora há dois ou três meses mais ou menos o INPARQUES foi bastante rigoroso com agências locais e parece que já está melhorando neste aspecto, mas o ponto mais negativo que eu acho é a falta de cuidado com a área do Monte Roraima (informação verbal)⁸³.



Fotografia 77: Sacos de lixo para serem depositados em *containers* e placa educativa à direita⁸⁴.

Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

⁸³ Agente de viagem brasileiro, 2007.

⁸⁴ “Amigo visitante, ud esta em uma comunidad indigena. Respete sus costumbres y la paz de este lugar, acampe solo en los sitios establecidos para tal fin.

Por su seguridad recuerde debe realizar la excursión al Roraima con un guia local y acatar sus instrucciones. Respete el señalamiento de los caminos y mantengase dentro de los senderos establecidos.

Las fogatas destruyen la vegetación utilice cocinas portateles. Por ningun motivo debera romper o extraer cristales de cuarzo. Coloque la basura en bolsas plasticas y traigala consigo de regresp incluyendo el papel higienico utilizado”.

Documento emitido pelo INPARQUES, aos operadores turísticos prevê limites à rotina turística diária:

[...] motivado a que la capacidad de carga y pernocta en la cima de tepuy, es de CINCUENTA (50) personas. Las reservaciones tienen que ajustarse a esta cifra, las excursiones deben salir inter diario (dejando un día por medio), para garantizar la conservación de este área y el disfrute de las próximas generaciones (VENEZUELA, 2007, p. 1).

Para efetivar a viagem, cabe as operadoras (agências) realizarem as reservas no INPARQUES com, no mínimo, uma semana de antecedência, para obtenção do “permiso”⁸⁵. As permissões devem ser acompanhadas com a identificação de cada pessoa, número de passaporte e carteira de identidade, além dos dados do responsável pelo grupo⁸⁶. São também solicitadas aos encarregados dos visitantes a responsabilidade pelos banheiros ecológicos, em qualquer de seus modelos, levados pelas agências.

Há críticas quanto ao descumprimento das normas existentes.

As normas do INPARQUES é uma coisa muito recente, existiam normas que não eram cumpridas, agora elas estão mais eficazes. O que eles exigem que o roteiro seja operacionalizado através de uma agência, no caso do Brasil nós atuamos em consórcio (parceria) porque não podemos atuar diretamente lá. No entanto me deixa triste porque às vezes eu chego lá na aldeia com o meu grupo e eu vejo os carros chegam lá, estacionam, contratam os índios e levam assim mesmo, contratam os guias e os carregadores, não passou por um controle. Isso é uma regra, mas tem muitas exceções. Os guias tem que ser todos cadastrados, mas eu também observo situações de ter guias índios e estes não serem cadastrados ou acontece também do fato de chegar à aldeia e você contratar um índio qualquer como guia e nem sempre ele é cadastrado, ele é apenas um índio que está ali, conhece e vai, eu não vejo isso como uma coisa positiva (informação verbal)⁸⁷.

Muito há que ser realizado para que as normas de fato sejam cumpridas a contento, não vindo a ser um instrumento de hegemonia e barganha do fazer turístico local..

O início da caminhada só pode ser realizado, de acordo com as normas do INPARQUES, até as 14h00, para que haja tempo suficiente do visitante chegar ao primeiro acampamento ainda com a luz do dia. Às pessoas que contratam porteadores cabem levar uma pequena mochila com um cantil, lanche para o trajeto (barra de cereal, doces, castanhas), repelente, filtro solar, câmera fotográfica ou filmadora e algum outro objeto que se faça necessário ao longo da caminhada. Apesar do limite diário de visitantes ao Monte ser de

⁸⁵ Autorização emitida pelo INPARQUES para o acesso ao Monte.

⁸⁶ Identificação, telefone de contato, empresa a qual está prestando serviço (se for o caso) e número da credencial do guia.

⁸⁷ Agente de turismo, 2007.

cinquenta pessoas, de acordo com as normas estabelecidas, observa-se que esse número pode ser extrapolado, haja vista a quantidade de visitantes encontrados ao longo do trajeto.

A fragilidade do controle de visitantes ao Monte pode acarretar uma série de problemas das mais diversas ordens. O mais contundente consiste na pressão de carga exercida sobre o ecossistema local e o relato de um visitante expressa bem isso: “[...] eu fiquei assustado com a quantidade de pessoas que eu vi ali, eu não sabia que se veria tanta gente indo e vindo no caminho” (Turista, informação verbal, 2007). Na percepção dos profissionais que vem atuando na área, assim como de visitantes, o controle deveria ser mais efetivo por parte dos órgãos competentes.

Talvez em função da inexistência de meios de hospedagem em Paratepuy, e na perspectiva de tentar cumprir as normas do INPARQUES, está sendo finalizado na comunidade um acampamento turístico. O empreendimento está sendo construído pela própria comunidade, financiado pelo governo venezuelano. A partir da inspiração arquitetônica local, como se vê nas Fotografias 78 a 81, consiste em chalés com quarto e banheiro privativo, com cama de casal ou de solteiro, além de uma grande área que poderá ser utilizada para reuniões, eventos, mostras culturais e exposições entre outras atividades.



Fotografia 78: Vista do acampamento turístico de Paratepuy tendo ao fundo o Monte Roraima (Venezuela).

Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).



Fotografias 79 e 80: Aspectos externo e interno dos chalés (Paraitepui/Venezuela).
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).



Fotografia 81: Espaço aberto para atividades variadas (Paraitepui/Venezuela).
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

O complexo, ao todo, é composto por 19 cabanas (espécie de chalés), perfazendo 38 leitos, e um salão maior. A diária cobrada na época estava em torno de 30.000 bolívares (sem café da manhã) e 40.000 bolívares com café da manhã. No momento da pesquisa ele estava funcionando em caráter experimental, sem, no entanto, ter sido inaugurado de fato.

A existência de complexos turísticos indígenas já é uma realidade no PNC. Exemplos são descritos por Santos, S. (1999) no caso da Gran Sabana. Outras experiências nesse sentido, agregando a questão da gestão ambiental em áreas protegidas tendo o turismo

como uma possibilidade de desenvolvimento na América Latina, são apresentadas por Frank Calvo e Zárate Botía (2001) e Luíndia (2007).

Após as negociações, o que sempre agrega muitas pessoas, as crianças participam como expectadoras (aprendizado informal para o turismo) e futuros guias/porteadores (Fotografias 82 a 85). A caminhada tem início a partir do que aparentemente se apresenta como um terreno plano e, posteriormente, se configura como elevações (colinas). Estas tem que ser conquistadas paulatinamente, a fim de adaptar o físico às questões climáticas e de altitude.



Fotografias 82 a 85: Contratação de porteadores/guias sob o olhar das crianças (Paraitepui/Venezuela).
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

O grupo sai em conjunto e os porteadores são os últimos, pois as dificuldades na região preparam os pemón desde crianças a utilizarem o corpo como principal meio de locomoção (Fotografias 95 e 96), conferindo-lhes mais agilidade e por conseguinte acabam alcançando e até mesmo ultrapassando os visitantes. Ao longo da trajetória, o grupo vai dando lugar a duplas ou a indivíduos solitários que caminham tendo como meta a imensa muralha existente no horizonte. A vegetação baixa, com alguns pontos de floresta, torna o trajeto mais cansativo. Apesar do vento, o sol é muito forte e as poucas manchas de vegetação de médio porte existentes, estão concentradas às margens dos cursos d'água (Fotografias 86 e 87).



Fotografia 86: Início da trilha (Paraitepiu/Venezuela).

Fotografia 87: Caminhada no primeiro dia (Paraitepui/Venezuela)..

Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

O Monte, ao fim de uma trilha longa que se perde no horizonte, está à espera de seus visitantes (Fotografias 88 a 90). As trilhas se constituem em uma das rotas de viagem mais antigas do mundo, estando presente na história da sociedade humana desde o nomadismo, quando o indivíduo percorria caminhos em busca da sobrevivência. Associadas à questão das AP, “[...] as trilhas costumam ser o primeiro dos elementos de infra-estrutura desenvolvidos sempre que uma nova área protegida é declarada e, com frequência, isso ocorre antes que o planejamento formal ou mesmo um plano de manejo sejam implantados” (LECHNER, 2006, p. 13). No entanto, há que se enfatizar que para que as trilhas venham a

contribuir com os objetivos das áreas protegidas, há que ser incorporada a presença dos autóctones no planeamento e efetivação das mesmas de maneira integrada.



Fotografias 88 e 89: Trilha de acesso ao Monte (Paraitepui/Venezuela).
Fotografia 90: Manchas de vegetação ao longo dos cursos d'água na trilha de acesso ao Monte (Paraitepui/Venezuela).
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

A regulamentação e a profissionalização dos guias e porteadores Pemón (Fotografias 91 e 92) se dão geralmente por meio da Corporación de Turismo de Estado Bolívar, responsável por cursos para Paraitepui e para o pólo São Francisco, de acordo com a informação de agente de viagem venezuelano. Por mais capacitados que sejam os guias de Santa Elena, eles deveriam anualmente realizar cursos, mas eles não ocorrem com frequência. Quando existem costumam ser promovidos pela Coorporação de Turismo ou pela Cámara del Turismo. Ao serem questionados se há alguma ação do INPARQUES no sentido de promover cursos de atualização ou formação especializada para os guias, observou-se que isso não acontece nem na forma de parceria: “[...] lo INPARQUES simplemente da apoyo logístico cuando la Corporación o la Cámara hacen los cursos, mas el INPARQUES no” (Guia venezuelano, informação verbal, 2007).



Fotografia 91: Porteadores Pemón.

Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Fotografia 92: Porteador Pemón da expedição de Koch-Gunberg em 1911.

Fonte: Koch-Grunberg (2006, p. 110)

Com relação à qualidade dos serviços prestados pelos guias, alguns empresários acham que eles

[...] fazem um bom trabalho. Tem guia que guia e faz a parte de cozinheiro. A maioria fala inglês ou outro idioma. Nos tem guia aqui em Santa Elena que eles falam inglês, alemão e espanhol e também brasileiro. Em Santa Elena deve ter uns 70 guias, incluindo indígena, não indígena e até inglês, mas não tem mercado pra tudo isso, só na temporada alta, na baixa não tem. Agora os guias estão cumprindo as normas do INPARQUES, mas antes não cumpriam mesmo, agora tem que

cumprir porque senão tem até multa e são suspensos do trabalho (informação verbal)⁸⁸.

No entanto, outros tem restrições com relação à atuação dos guias, ressaltando que

[...] os índios tem muita confusão com bebida também, e às vezes tem confusão com os turistas, não muito e aí quem tem problemas com as bebidas são os porteadores, não o guia, ele vai naturalmente sem bebida nem nada, mas é o guia que tem que controlar eles (porteadores), mas como controlar o indígena se o guia é crioulo? Tu fala pra eles, entra por um ouvido e sai por um ouvido, é difícil controlar. Teve um cara agora que se afogou no Kukenan, foi por causa de bebida, não foi por causa de outra coisa não, era indígena, tavam bebendo e ele queria ser maior que tudo, ele se jogou no rio. Por causa de bebida (informação verbal)⁸⁹.

Na visão de um dos empresários brasileiros entrevistados com relação ao problema com os índios que trabalham com o Roraima, “[...] o problema maior é a bebida, droga não há, quando há é o turista que leva, o problema maior é a bebida”. Para um guia venezuelano, que trabalha na Gran Sabana há 12 anos,

[...] el trabajo con los indios es muy conectado con el del guía, es una dependencia absoluta, tanto el guía de ellos como ellos del guía en cualquier decisión. En gran parte la gente se envuelve mucho (en mi estilo de trabajo), no estoy generalizando, hay un grupo de tres o cuatro guías que trabajamos igual con un estilo ya creado. Hay guias que no se llevan bien, se tratan diferente, los hombres solamente cargan, y no trabajamos lo más integrado posible, con el grupo, con el turista, nosotros trabajamos diferente de la mayoría. Intentamos hacer la cosa más amena, más extrovertida, los demás tienen un trabajo más duro, mas criollo (informação verbal)⁹⁰.

Percebe-se assim a necessidade de ações mais efetivas no que diz respeito à prestação de serviços turísticos no Monte, a fim de garantir a sustentabilidade de fato do turismo, bem como da manutenção da qualidade dos serviços prestados, agregando valor ao mesmo.

No trajeto, as paradas são realizadas de acordo com o ritmo de cada pessoa. Afinal, o trajeto “[...] é uma viagem pessoal, individual” (Guia brasileiro, informação verbal, 2007), As paradas geralmente são feitas para ingerir água, fazer um pequeno lanche e, principalmente descansar do desgaste físico. Sempre se busca uma sombra ainda que pequena de um arbusto ou rocha para fazer o descanso que, apesar de curto, revigora.

⁸⁸ Agente de turismo venezuelano, 2007.

⁸⁹ Empresário venezuelano, 2007.

⁹⁰ Guia venezuelano, 2007.

Eu trabalho a viagem para o Monte Roraima como uma experiência de vida, todos os clientes chegam com uma expectativa grande e nós vamos preparando (por e-mail) o turista neste sentido para que ele não queira fazer a viagem do Monte Roraima como uma viagem qualquer, ela tem que ser diferente e o Monte é diferente. Então eu trabalho muito essa questão e quando você trabalha esse lado, né, da viagem, o outro lado do dia-a-dia mesmo fica mais suavizado. Faço questão de avisar pra todos que é uma viagem diferente do aspecto da logística. Quando se vai ao Nepal, quando você chega ao acampamento tem uma cabana, uma cama, um chazinho quente te esperando, em Roraima não tem, quando você sai você levanta o acampamento todo leva nas costas e sai. Nós fazemos uma viagem rústica e primitiva. O que falta é o conforto, o diferencial é a estrutura do trajeto (informação verbal)⁹¹.

Enfrentar o Monte, suas dificuldades e ultrapassar os limites tem não só um conteúdo físico mas simbólico muito forte.

No primeiro dia de caminhada, são percorridos aproximadamente quinze quilômetros. A primeira refeição do dia geralmente é um café da manhã reforçado, o almoço é leve e rápido e, no início da noite, uma refeição mais reforçada para repor o desgaste energético do dia. Nesta etapa da trajetória é necessário atravessar efetivamente o primeiro curso de água existente, o rio Tékk, nome dado ao primeiro acampamento do trajeto.

A responsabilidade de montar e desmontar as barracas para dormir e do sanitário⁹² (Fotografias 93 a 96) fica a cargo dos indígenas contratados que, por sua habilidade e constituição física, acabam por chegar primeiro do que o grupo. O material pertence à agência de viagem e geralmente está incluso no pacote, mas, para quem vai sozinho, é possível alugar na própria comunidade barracas, saco de dormir, isolantes e demais apetrechos necessários para o trajeto. A única maneira de comunicação é feita por *walk talks* (rádios), por meio dos quais são passadas informações entre eles (indígenas), o guia, assim como com a base no Paraitepui. Esta medida se torna muito eficaz no caso de algum acidente, a fim de ser providenciado o resgate necessário.

⁹¹ Empresário e guia brasileiro, 2007.

⁹² O sanitário só deve ser utilizado para dejetos sólidos, que são acondicionados em sacos plásticos com cal e depositados em um recipiente próprio, transportado de volta para Paraitepui.



Fotografias 93 e 94: Vista geral do acampamento do rio Téck (Venezuela).
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).



Fotografia 95: Sanitário.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Fotografia 96: Café da Manhã.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

O acampamento do rio Téck consiste em uma área mais ou menos plana, localizada às margens do referido rio e está aproximadamente a 1.050 metros acima do nível do mar (EMÍLIO PEREZ, WARREN, 200?). A estrutura existente consiste em cinco cabanas, uma delas somente com cobertura, que serve de apoio para o preparo da alimentação. O uso do espaço se dá à medida que os grupos vão chegando e ocupando-o de forma espontânea, mas organizada.

Esse acampamento é o maior de todos e não tem infra-estrutura adequada.

[...] uma coisa que eu acho que é uma falha muito grande é que no primeiro acampamento que é o ponto mais crítico, onde fica acumulada a maior quantidade de pessoas não há um banheiro químico, então eles usam um lugar do morro e lá fica isso é uma coisa que eu tenho lutado muito, o acampamento é muito sujo. Isso é culpa dos turistas, dos índios que ainda não se conscientizaram do cuidado e culpa das agencias que estão operando e que não estão se preocupando com isso. No primeiro acampamento poderiam ser construídos um pequeno complexo com cozinha, banheiros e um espaço de convivência.

Não há uma preocupação efetiva com o manejo do Parque, isso não é preocupação só minha, mas quem está ali para fiscalizar, tem que ser efetivo nesta hora. (informação verbal⁹³).

Existe um certo código de ética respeitado por todos os visitantes. Conversas, músicas e qualquer outro tipo de atividade podem ser feitos desde que não atrapalhem o sono/ descanso dos demais usuários daquele espaço e não se estenda até tarde da noite. Isso se justifica pela necessidade de descanso para enfrentar a jornada do dia seguinte.

As cabanas são de barro ou palha, com formato variando entre oval, redondo ou retangular, cobertas por palhas e protegidas por um teto cônico. Elas estariam harmoniosamente inseridas no cenário das savanas se não fosse o uso de algumas telhas de zinco (Acampamento do rio Kukenán) ou de pedaços de plásticos coloridos como cobertura (Acampamento Base), onde já houve deterioração das palhas da mesma. Encontram-se com elevado grau de desgaste, seja pela ação antrópica, seja pela degradação mesológica (Fotografias 97 e 98).



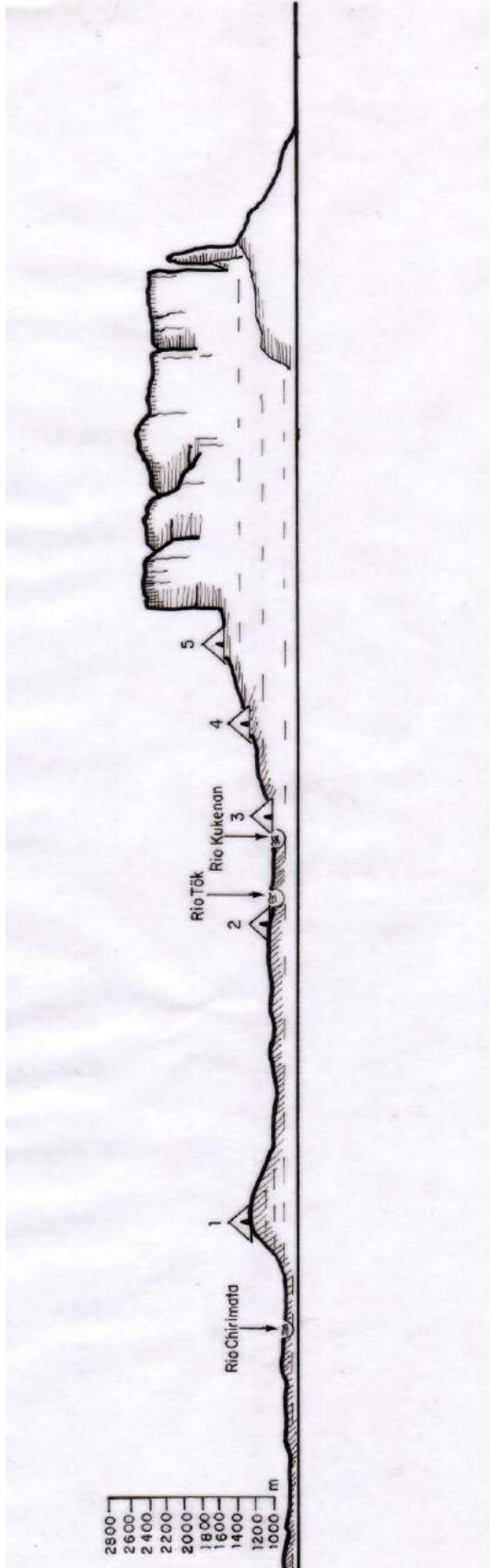
Fotografia 97: Acampamento do rio Kukenán (Venezuela).

Fotografia 98: Acampamento Base (Venezuela).

Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

⁹³ Guia brasileiro, 2007.

O mesmo padrão de cabanas é observado nos demais acampamentos, localizados em pontos estratégicos da trilha (Figura 10), permitindo ao visitante certa adequação aos níveis de altitudes diferenciados ao longo da mesma. Dos acampamentos, o único que não dispõe de cabanas é o Acampamento Militar. Por este motivo, é utilizado apenas para um rápido descanso e não para pernoites.



Legenda:

- 1 - Paraitepui.
- 2 - Acampamento do rio Téck - 1.050 m.
- 3 - Acampamento do rio Kukenán - 1.050 m.
- 4 - Acampamento Militar - 1.500 m.
- 5 - Acampamento Base - 1.870 m.

Figura 10: Croqui dos acampamentos.

Fonte: Adaptado por Helena Doris Quaresma. Desenho de J. Mardock (2008) a partir de Emílio Perez e Warren (200?).

Essas habitações existiam em número maior segundo Kock-Grunberg, por ocasião de sua ascensão ao Monte em 1911. Então, ele descreveu que durante a trajetória era comum encontrar índios que vinham pescar nos córregos existentes na área: “[...] parte deles instalava-se, então, em pequenas cabanas que se vêem espalhadas aqui e ali, na savana, no vale e nas elevações ao redor, entre as malocas” (KOCH-GRUNBERG, 2006, p. 106). O uso dos “alojamentos” se dava sazonalmente e a descrição do autor deixa transparecer que havia um número maior de cabanas do que as existentes hoje.

A água para o preparo dos alimentos é retirada de uma parte mais distante do rio, por ser mais limpo. Próximo ao acampamento ele é utilizado para higiene pessoal e travessia, quando muitas pessoas aproveitam para se banhar (Fotografias 99 e 100). Apesar do calor, a água é extremamente gelada e, por ser um rio com pedras, o limo formado sobre as mesmas, juntamente com a correnteza, torna a atividade de banhar-se e de atravessá-lo um tanto perigosas. No final do dia, é comum o aparecimento de insetos, sendo o mais comum o “pium” (Simuliidae).

A questão da poluição dos recursos hídricos é uma preocupação existente tanto entre empresários brasileiros e venezuelanos, quanto entre guias não indígenas que atuam na região. Na percepção de um dos nossos informantes, como tem sido conduzidos os turistas “[...] estragam os rios, porque tem muita contaminação com os detergentes, porque quando vai pouco turismo não tem muito estrago, mas quando vai muito tem muito estrago (Agente venezuelano, informação verbal, 2007). Por mais que os visitantes sejam informados para a questão do uso de produtos de higiene que sejam biodegradáveis, eles nem sempre acatam tal solicitação, vindo também a contribuir de forma direta com a poluição dos recursos hídricos.



Fotografias 99 e 100: Travessia do rio TéK (Venezuela).
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Estudos acerca da poluição da água vem sendo desenvolvidos com enfoques diversos. Becker (2003) trabalha a questão da inserção da Amazônia na geopolítica da água, e o desafio da gestão desses recursos, enfatizando que “[...] a Amazônia sul-americana poderia ser capaz de tornar a água efetivamente um bem comum para a população regional e mundial” (BECKER, 2003, p. 189). Brasil (2003) apresenta a questão da necessidade de consolidar uma política de gestão dos recursos hídricos como um elemento de transformação da sociedade amazônica. Em Brasil (2003, p. 250), tem-se um paralelo entre as políticas de gestão do Brasil e da Venezuela, no qual propõe-se que “[...] um futuro promissor para a Amazônia e para aqueles que nela habitam, somente será sustentável, se for feita de modo que todos os países amazônicos adotem políticas e diretrizes de desenvolvimento regional, de maneira compartilhada e harmônica, isto é, se houver uma gestão”.

Ao fundo do cenário, o objetivo do visitante se apresenta altivo e aparentemente inatingível. No período em que há maior incidência de chuvas, é possível visualizar a água descendo pelo seu paredão (Fotografia 101). Então, é comum nesse período a formação de quedas d’água, o que torna o trajeto mais difícil, não só pelo fato do solo ficar mais escorregadio, como também pelo peso dos objetos molhados.



Fotografia 101: Água escorrendo no paredão do Monte Roraima.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Em toda a sua grandiosidade, o Monte Roraima soergue-se à frente de seu visitante margeado pela verde e ondulada savana e pelo vizinho Kukenán, muitas vezes ornados pela bruma das águas que dele escorrem como cascatas.

O olhar embevecido passa pela extensa região montanhosa e se prende no enorme grupo do Roraima, que se ergue acima dos arredores e surpreende por sua forma singular. Parecendo castelos gigantescos erguem-se dois colossos de rocha, separados um do outro por uma profunda depressão, cerca de 1.500m acima do planalto a sua volta (KOCH-GRUNBERG, 2006, p. 102)

Quando não chove e pela distância, percebe-se o Monte como um ícone azulado ao horizonte e que em alguns momentos é cortado por nuvens brancas que na maioria das vezes escondem parcialmente o cume. Metaforicamente, sua porção sul é conhecida como Popa, por onde se dá o acesso, e a porção norte é conhecida como Proa, cujas paredes chegam a ter 500 metros de altura.

Ao anoitecer, o frio requer o uso de roupas pesadas (casacos, luvas e gorros) que remetem o indivíduo (principalmente um amazônida) a outra região, onde o calor inexistente. Com a noite e a inexistência de energia elétrica ou a motor, o céu se configura como um véu com pequenos brilhantes, sendo possível de fato se perceber toda a infinitude do universo e a fragilidade humana.

Céu aberto, muita caminhada, pura contemplação... rios lindos para banhar-se, céu de estrelas para observar antes de dormir, ou um barulhinho de chuva que amanhã deixará os rios ainda mais lindos, paisagens para sonhar. Que imensidão... É só respirar fundo; para onde se olhe, não há limites, o que se tinha o caminho do Monte já te ensinou a perder. Um presente de Deus, um céu que se abriu em puro espetáculo... Os olhos mal alcançam (DEPOIMENTOS, não paginado).

Depois do jantar, o frio e o cansaço fazem com que todos se recolham a fim de se recuperarem para o dia seguinte.

No segundo dia amanhece cedo, a temperatura ainda é baixa, as brumas das nuvens ainda estão presentes no acampamento, mas anunciam um dia ensolarado e muito ativo. A serração que se abate sobre a região confere ao Monte uma nova perspectiva – “misteriosa” – ofuscada pelas nuvens.

A beleza da paisagem e o mistério do local chega a ser indescritível, nos proporcionando vários momentos de paz e reflexão, superando quaisquer dificuldades da caminhada e da trilha até o topo do Monte Roraima (DEPOIMENTOS, não paginado).

Depois do café⁹⁴ da manhã, geralmente à base de arepas,⁹⁵ levanta-se acampamento para mais um dia de caminhada. Desta vez o trajeto, apesar de menor, apresenta um grau de dificuldade maior, haja vista o aumento da altitude e o calor excessivo durante o dia.

Nessa etapa são percorridos aproximadamente nove quilômetros. Durante o trajeto é cruzado o rio Kukenán, onde existe outro acampamento, sendo que de menor porte, que recebe o nome do rio. A travessia dele apresenta-se com um grau de dificuldade bem maior do que a do rio Ték, primeiro por estar localizado numa área de acesso com um desnível muito acentuado; segundo, em função do tamanho das rochas existentes no mesmo – muito grandes e muito escorregadias (Fotografias 102 a 105) e, finalmente, pela correnteza do rio, que vem do rochedo do mesmo nome do grupo Roraima.

Primeiro ele corre para o sul, então toma uma direção oeste-noroeste e une-se ao Yuruaní, que nasce no lado norte do rochedo Kukenáng. Os dois rios formam juntos o Caroni, o maior afluente direito do baixo Orinoco. Os índios tomam o Yuraní pelo verdadeiro afluente do Caroni, no qual o Kukenáng deságua (KOCHGRUNBERG, 2006, p. 104).

⁹⁴ Produto feito a partir dos grãos do cafeeiro (*Coffea arábica*).

⁹⁵ Espécie de pão redondo frito, à base de milho, e que deve ser ingerido ainda quente.

No período de menor intensidade de chuvas, o nível fica bem baixo, mas quando está muito cheio, há necessidade da utilização de cordas e pequenas embarcações de madeira para a travessia. .

Há uma completa mudança de feição do rio Kukenán por ocasião das chuvas.

Agora o Kukenáng corre em numerosas corredeiras e quedas d'água maiores. Pode-se ver com que esforço ele abriu seu caminho pelo planalto. Os rochedos do Roraima estão sempre à nossa frente, encerrando o amplo vale, que é cercado pelas encostas do platô. De ambos os lados abrem-se ora talvegues planos, ora valesinhos profundos, nos quais correm límpidos riachinhos que desaguam alegremente no Kukenáng em altas quedas d'água ou em cascatas em degraus. Encantadores grupos de esbeltos miritizeiros acompanham seu curso. As vezes essas brilhantes correntes de água desaparecem na vegetação exuberante, que deve sua existência à grande umidade (KOCH-GRUNBERG, 2006, p. 107).

Esta dinâmica natural é a responsável pela diversidade da paisagem, e referenda o notório título de “mãe de todas as águas”.



Fotografias 102 a 105: Travessia do rio Kukenán.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

No trajeto depara-se com uma pequena capela construída com pedras da própria região sobre uma colina, denominada Ermida de Santa Maria de Tokwono. Segundo os relatos, foi construída pelos indígenas em homenagem aos frades franciscanos (Fotografia 106), que vem atuando na região há dezenas de anos (MARRERO, 199?). A utilização da capela é esporádica, haja vista a dificuldade de padres no local que possam realizar atividades com certa regularidade.

O trajeto é surpreendente, a vista se perde pelas colinas verdejantes de savanas, onde a cada ascensão uma nova colina se apresenta. No entanto, a beleza da savana montanhosa não é absorvida em sua plenitude, uma vez que a atenção deve estar direcionada ao caminho (trilha) seguido a fim de que sejam evitados quedas ou acidentes mais perigosos.



Fotografia 106: Ermita de Santa Maria de Tokwono (Venezuela).
Fonte: Paulo Roninson Souza (2007)

A partir do segundo dia de caminhada a visão que se tem do Monte altera-se ao longo do trajeto, que também passa a ter elementos diferenciados em seu conjunto, não só do ponto de vista florístico, como do próprio solo pelo qual se efetiva a trilha. Esta possui trechos que se alteram de um solo compacto e argiloso a solo com fragmentos de rochas, trechos com gretas que variam em até um metro de profundidade aproximadamente, assim como de terra escura e úmida (pantanosas), geralmente próximo a cursos d'água (Fotografias 107 a 110).

Outro ponto de descanso é o Acampamento Militar, que tem essa denominação por já ter servido de ponto de apoio à força militar venezuelana. Segundo Emilio Pérez e Warren ([200?]), o acampamento está a aproximadamente 1.500 metros de altitude.



Fotografia 107: Solo compactado (Venezuela).

Fotografia 108: Solo arenoso e com gretas (Venezuela).

Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).



Fotografia 109: Solo úmido (Venezuela).

Fotografia 110: Solo pedregoso (Venezuela).

Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Ao final do dia chega-se ao tão esperado Acampamento Base (Fotografias 111 a 113), o menor deles, tendo como apoio apenas uma cabana que se encontra em estado deteriorado, se for comparada ao primeiro acampamento.

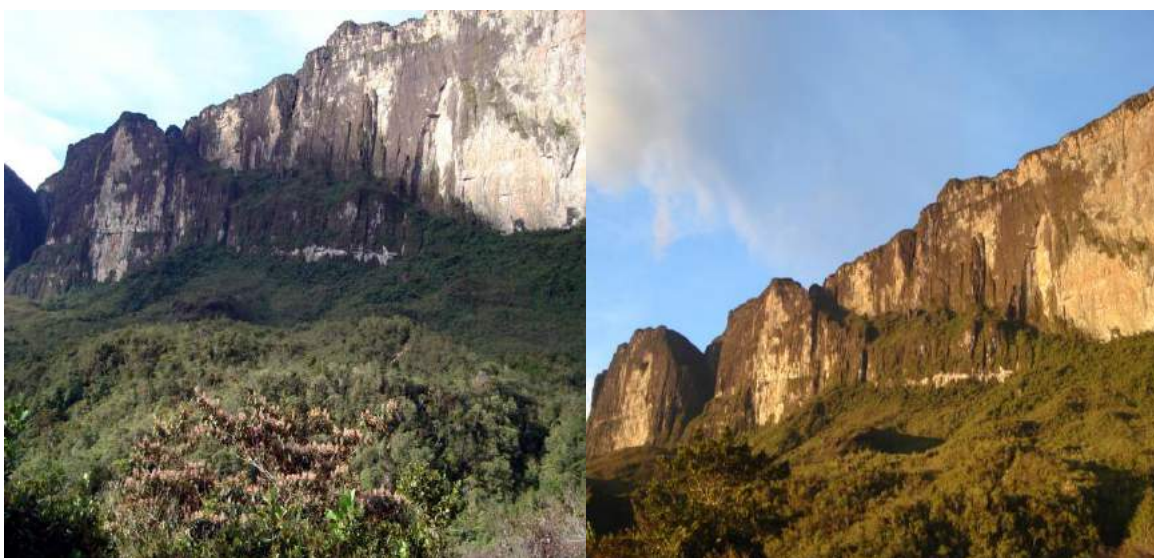
É uma marcha penosa entre rochas altas, por uma trilha que mal se pode conhecer coberta de cortante cascalho de quartzo. Íngreme é a subida, íngreme é a descida, mas sempre subindo pouco a pouco, com rápidos passos de índio, ora sob o sol escaldante da savana, ora à sombra de pequenas ilhas de mata incrustadas nos vales (KOCH-GRUNBERG, 2006, p. 99).

Os contornos do Monte ficam mais nítidos, adotando nuances diferenciadas ao longo do dia.



Figuras 111 a 113: Acampamento Base.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Ao entardecer, o sol lança seus raios laranjados sobre o paredão (Fotografias 114 e 115), fazendo com que este passe a ter uma coloração laranjada, realçando as cores da rocha que o compõe. O céu se torna uma moldura matizada que vai do laranja ao violeta, contornando o verde tapete de savana que se estende a perder de vista naquela região. “No início era mais um sonho, uma viagem para um lugar distante e remoto – o que despertava o desafio do desconhecido, das dificuldades. Mas o Monte Roraima se mostrou mais do que isso. Havia um significado que não estava claro no início da expedição” (DEPOIMENTOS, não paginado).



Fotografias 114 e 115: Vista do Monte em horários diferenciados.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Esse momento constitui-se na última parada antes de ascender ao Monte. O frio é mais intenso, bem como as correntes de ar, sendo necessário se abrigar nas barracas ou na única cabana existente, para realizar qualquer tipo de refeição a partir da tarde. A percepção que se tem desse ponto (1.870 m de altitude) é que não há caminho possível de acesso ao Monte. A pergunta que paira a qualquer visitante é: cadê a trilha? (até então bem demarcada). Por onde será realizada a subida? Não há caminho!

O que a princípio parece inatingível, aos poucos vai sendo apontado pelo guia, pois a vegetação não é mais a savana, que até então encobre o caminho. Arbustos, palmeiras e samambaias gigantes encobrem o trajeto a ser percorrido e não permite visualizá-lo (Fotografias 116 e 117). O caminho agora é constituído de fato de rochas, que em função de estarem soltas, exigem mais atenção e cuidado. O trecho a ser percorrido, apesar de ser o

menor, aproximadamente cinco quilômetros, é o mais difícil, em função da altitude e do grau de inclinação das duas rampas que são necessárias subir.



Fotografias 116 e 117: Rampas que dão acesso ao Monte.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

É comum algumas pessoas desistirem nesse ponto e retornarem com grupos que já estão descendo, pois se toma consciência da real dimensão que o Monte tem, assustando o visitante de primeira viagem e tornando-o ciente das dificuldades pessoais (físicas e emocionais) que terão que ser superadas para atingir a “morada de Makunaima”. Não há qualquer tipo de equipamento (cordas, pinos ou corrimão) para facilitar a caminhada, a não ser a mão de seu companheiro de viagem. Nesse trecho, o que existe é a confiança no outro (guia) e a perseverança de atingir o objetivo proposto. À medida que se sobe atinge-se o primeiro platô, a impressão é de que é impossível ultrapassar as barreiras existentes e atingir o topo.

O guia é fundamental nesta fase final, é o verdadeiro condutor ao “território de Makunaima” e indica o trajeto a partir de uma pequena faixa de terra/ rochas, que dá origem a uma rampa natural que margeia o paredão. As rampas a serem escaladas são compostas, em sua maioria, por rochas e o caminho se estreita, passando a ter uma largura média, na maior parte dos trechos, por volta de um metro, não sendo possível a passagem de duas pessoas ao mesmo tempo (Fotografias 118 e 119). O cansaço é imenso, mas não ofusca a percepção da diversidade natural existente.



Fotografias 118 e 119: Trechos de acesso ao Monte.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

O Passo das Lágrimas (Paso de Las Lagrimas) é o trecho de maior dificuldade, todo em fragmentos de rochas soltas (Fotografias 120 a 121). Aos pés do visitante, há um imenso desfiladeiro de savana, que faz com que o indivíduo se sinta ínfimo e frágil frente à grandiosidade visualizada abaixo ou acima de seus pés. Quando chove a travessia do Passo das Lágrimas é mais difícil, pois por ele escorre uma cortina de água que torna o trecho mais perigoso e com um grau de dificuldade maior, levando o visitante muitas vezes a usar pés e mãos para atravessá-lo.



Figuras 120 a 121: Travessia do Passo das Lágrimas.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

O termo “mãe de todas as águas” não é dado em vão a esse local: a água brota de rochas de forma espantosamente inesperada. Translúcida, dá origem a pequenas poças e córregos de vários tamanhos, utilizados pelos visitantes para beber e/ou cozer alimentos. A pureza da água permite visualizar as inúmeras formações existentes sobre sua superfície muitas dando origem à formação de verdadeiros tapetes que se perdem no horizonte. No entanto, a preocupação com a proteção desses recursos ainda deixa muito a desejar, segundo guias, empresários e visitantes.

A temperatura da água é extremamente baixa, tendo-se a impressão de que a mesma foi gelada artificialmente. Muitos dos cursos d’água só se tornam visíveis na época da chuva e alguns deles tem seu volume e dimensões ampliadas. Tal expansão permite a formação de cachoeiras - torrente de água que corre ou cai, formando borbotão (DICIONÁRIO, 2006, p. 478) - e cascatas - queda d’água provocada por desnível brusco do leito de um rio (DICIONÁRIO, 2006, p. 565) - ao longo do caminho até o topo do Monte.

O clima durante o trajeto é muito variado, de acordo com a altitude. Pode haver uma mudança da temperatura durante o dia. Nas partes mais baixas a variação oscila entre 19°C e 36°C, o vento forte amenizando um pouco a sensação do calor. Mais próximo ao Monte, onde a altitude é maior, a temperatura chega a medir durante o dia 16 °C e a noite, abaixo de 10°C. Por ocasião da chuva, pode chegar próximo a 0°C. As correntes de ar que

existem sobre o topo dificultam as caminhadas e a respiração, principalmente para os iniciantes da atividade de *treking*.

A etapa final não é fácil e pode ser descrita a partir da experiência de Kock-Grunberg (2006, p. 122)

[...] continuamos marchando por um desordenado campo de ruínas de rochas gigantescas, pelo visto arrancadas da penha com o passar do tempo ou por um repentino fenômeno da natureza [...] O céu cobriu-se de nuvens escuras. As penhas encarpadas estão cada vez mais ameaçadoras. [...] Ora subíamos por rochas e troncos apodrecidos, ora nos arrastamos com dificuldade por baixo deles. Subimos metro a metro, até o alto, por raízes escorregadias e cipós finos [...] Quanto mais subíamos mais estranha se torna a vegetação. Os galhos retorcidos das árvores baixas estão cobertos de líquens verdes claros ou mesmo esbranquiçados, com numerosos outros parasitas, também orquídeas em flor

Esse cenário florístico confere ao visitante a minimização do cansaço e a possibilidade de observar exemplares singulares (Fotografias 132 a 137) que existem somente nesta área, e estão em perfeita harmonia com a solidez da muralha de pedras.





Fotografias 122 a 127: Registro visual das espécies da flora local.
 Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Aliás, toda essa profusão de biodiversidade se constitui em um dos aspectos do Monte que mais vem sendo impactado pelos visitantes. A realidade se configura em função da retirada ilegal das espécies, tanto das existentes no topo, quanto das existentes no caminho, principalmente de orquídeas endêmicas. Por mais alertados que sejam antes do trajeto, e que os guias estejam alertas para evitar esta ação, alguns visitantes não cumprem as normas do INPARQUES e, com o intuito de “levar uma recordação”, acabam por depredar patrimônio natural tão significativo.

A prática de “coleta” de orquídeas raras existentes na região não é recente, já sendo apontada por Kock-Grunberg (2006) desde o início do século XX. Algumas vezes o espaço vem sendo ao longo do tempo mutilado também em nome das “pesquisas científicas”

e de pessoas que fomentam o acervo de colecionadores. Expedições realizadas desde o século XIX e financiadas pelo governo britânico coletaram espécies endêmicas da área. E de acordo com Tate (*apud* EMÍLIO PEREZ, WARREN, [200?]): “[...] de cada diez trampas, al menos una captura alguna criatura que no es posible encontrar en otra parte del mundo [...] la mayoría de estas, eran pequeñas ranitas negras”.

O trajeto até o platô é cansativo e duro e o tempo que se leva para alcançá-lo depende das condições físicas de cada indivíduo.

Finalmente a vegetação mais alta cessa, por inteiro e começa o trecho mais difícil. A esquerda, o abismo terrível, misericordiosamente encoberto por nuvens; a direita, o paredão que aspira chegar ao céu. Subimos por rochas lisas, em cujas fendas as mãos trêmulas se agarravam. Mais um último esforço e chegamos ao nosso destino (KOCH-GRUNBERG, 2006, p. 122).

A cada passo o paredão apresenta-se mais majestoso, uma trilha percorre uma mata semi-aberta cheia de pequenas quedas d’água que surgem das fendas do paredão (Fotografias 128 a 130). Na etapa final, esculturas naturais estão a aguardar o visitante, é Makunaima e seus guardiões (Fotografias 131 e 132), que acolhem os “visitantes que tem o coração aberto”. A chegada é emocionante e o cansaço dá lugar às sensações de paz, segurança e liberdade.





Fotografias 128 a 130: Trechos da etapa final de ascensão ao topo.
Fonte: Paulo Ronison Souza (2007).



Fotografia 131: Formação que representa Makunaima. Fotografia 132: Guardiões do Monte Roraima.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007). Fonte: Paulo Ronison de Souza (2007).

Durante a trajetória, tendo ao fundo o Monte majestoso, o objetivo é um só, o momento esperado está muito próximo. Passo a passo, cada um no seu ritmo, os visitantes chegam ao seu destino. Percebe-se o respeito e a emoção que guias e Pemón apresentam antes de acessar o território de Makunaima. Um ritual presente entre eles é o pedido de consentimento para adentrar no território e, ao mesmo tempo, o agradecimento pelo trajeto exitoso até então percorrido.

Ao visitante, resta a emoção que se traduz na alegria, nas lágrimas e no aconchego da mão ou do abraço do companheiro de jornada. A sensação de estar no local que é considerado o embrião do mundo torna a experiência mais fantástica ainda. A porta de um mundo fascinante e enigmático está aberta, permitindo aos visitantes o ingresso a um mundo novo, distante e até mesmo surrealista, ofertando ao visitante o deleite da contemplação.

4.4 A TERRA DE MAKUNAIMA E SEUS VISITANTES

Sob os pés do visitante, a extensa savana se apresenta como um tapete infinito, o sentimento de infinitude, de poder e ao mesmo tempo de se constituírem um ser ínfimo, porém livre diante de tamanha grandeza permeiam a mente dos visitantes em frente a esse cenário. Ao lado do Monte Roraima, o não menos majestoso Kukenán (Fotografias 133 e 134) testemunha o fluxo constante de visitantes ao Roraima. Neste, no dizer de Kock-Grunberg (2006, p. 122), os indígenas acreditam que nas matas aos seus pés vive em uma catarata próxima, uma cobra grande e onde,

[...] a exuberante vegetação esconde o terrível abismo; somente através de estreitas e isoladas aberturas na vegetação é que se pode ter uma visão do amplo Vale do Kukenáng e do invencível colosso de pedra vizinho, só um pouco mais baixo. O temor e respeito cercam sua área, achando os indígenas que o mundo terminava no vizinho Roraima.

O Kukenán tepuy é considerado o irmão do Roraima. No entanto, tem dimensões menores, 2.650 metros de altura e 20,63 km². Segundo Emílio Perez e Warren (2000?), o termo *Kukenán* significa “[...] aguas turbias, una caída de agua no permanente de 610 metros que se desprende desde la cumbre de este mismo cerro en la pared sur occidental.” Por sua altitude, possui a segunda maior queda d’água do mundo. Tate (1930), ao descrever o Monte Roraima, o percebe como

[...] as montanhas de Roraima, das quais o Monte Roraima é o maior e o Kukenan o segundo, constituem uma série de admiráveis tabuleiros de massa quartzíticas, cujos lados formam usualmente perigosos precipícios de mais de 300 metros de altura. Estes blocos de quartzito cor-de-rosa fazem como carpas acima dos remanescentes de um espesso sill de diabasio, desgastados em declives uniformes (TATE, 1930, p. 57).

O acesso ao Kukenan só foi atingido oficialmente por não índios, pela primeira vez, em 1963, por um grupo de escaladores ingleses.



Fotografias 133: Kukenán.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Fotografias 134: Visão parcial do Kukenán ao fundo.
Fonte: Paulo Roninson Souza (2007).

O brilho do entardecer oferece ao Monte e à savana grandiosa a exata perspectiva do pôr-do-sol, com nuances de cores que se fundem ao acorde das notas do silêncio profundo. Ao visitante cabe admirar o ritual da natureza, refletindo acerca de sua fragilidade frente àquele cenário, e da perfeição da chegada do anoitecer. O cansaço desaparece e uma imensa paz se apodera do visitante diante de um antigo novo cenário.

O monte é lindo, é diferente de tudo que já vi, é misterioso. Sempre ouvi dizer que era um lugar inóspito. Inóspito??? Que nada!!!! Na hora que cheguei lá em cima pude ver que era um lugar totalmente povoado por Figuras humanas e animais. É só olhar através das pedras. Essa sensação foi tão forte que pedi licença. Não tinha como fazer diferente. Sentiria-me uma invasora. E seria uma total falta de respeito. Ninguém entra na casa dos outros sem se apresentar e perguntar se pode entrar. Várias coisas, realmente me impressionaram. A dinâmica da natureza lá é muito diferente. Os ventos, o céu, as nuvens!!! O movimento das nuvens é algo incrível lá em cima. Jamais vi aquilo! A beleza das plantas, a quantidade de flores, as formações rochosas... tudo impressionante!!!!As janelas, que momento único, que paz, que certeza do acolhimento. É tão forte isso, que você é capaz de acreditar que pode se jogar dali e nada de ruim vai te acontecer (DEPOIMENTOS, não paginado).

Percebe-se pelos relatos de quem já vivenciou esse trajeto que a sensibilidade chega a ser potencializada ao máximo.

Serpa (2007), ao trabalhar a questão dos parques públicos nas cidades contemporâneas, ressalta um aspecto interessante da questão do intersubjetivo da paisagem natural sobre o indivíduo, podendo estas “vivências” serem individuais e/ou coletivas, do grupo. “[...] O processo simbólico é um vivenciar da e na imagem! Esse processo é sempre deflagrado quando o sujeito vivencia determinados lugares, caminhos, paisagens ou situações” (SERPA, 2007, p. 124). No caso do Roraima esse processo se constitui no encontro do indivíduo consigo mesmo. A escalada representa esforço, superação e o seu topo é o objetivo final

Engana-se quem pensa que é o Monte Roraima e mais um troféu a ser vencido pelos amantes do montanhismo. É uma experiência pessoal tão profunda que você só percebe quando ela já está se processando dentro de você. Parece que o vento que sopra lá no topo não somente traz as nuvens ou as leva, ele faz mais do que isto, ele coloca e tira sentimentos, guardados ou inertes, parece que um grande redemoinho passou por você, aproveite a grande oportunidade para conversar com você e sentir o poder mágico desta montanha (DEPOIMENTOS, não paginado.).

A esse “caminhar” em busca do topo mesclam-se sensações físicas agregadas ao medo, incertezas, poder, solidão e firmeza que, no dizer de Serpa (2007), são aspectos conexos ao Monte. Nesta mesma linha, Hammil e Besançon (2003) postulam que as áreas protegidas podem ter diversos significados ou representações distintas, de acordo com cada indivíduo ou grupo social que tem acesso ao mesmo.

A imagem que se constrói do platô durante o trajeto é totalmente diferente do que é encontrado após a chegada, lá nem tudo é plano. O topo do Monte revela-se uma inesperada surpresa: o terreno é irregular, ornado por diversas formações de feições e tamanhos variados. No dizer de Medaglia (2007, não paginado), “[...] o topo do monte, por sua vez, é um retrato do planeta há 150 milhões de anos. Há samambaias pré-históricas, bromélias carnívoras e rãs que guardam parentesco com espécies africanas, 34,4 km² é a área de superfície da montanha”.

A percepção humana permite observar, a partir da erosão sobre o Roraima, formas esculpidas nas rochas que se assemelham a homens, animais (Fotografias 135 a 140) e edificações como se fossem labirintos a serem desvendados, ornados por pequenos jardins naturais que harmoniosamente dão um toque colorido ao imenso cenário de pedras escuras.

A aparência malévola das pedras dos tepuis se deve a uma escorregadia camada negra que se depositou sobre elas, composta por algas e cianobactérias. Sem esse limo, as rochas areníticas do Roraima são na verdade de um benigno cor-de-rosa pálido (NATHAN, 2004, p. 72).

Semelhantes a ruínas rochosas, revelam a íntima harmonia entre o universo biótico e o abiótico, onde os seres humanos são intrusos e, como ta, cabe-lhes o respeito e a mera contemplação.

Para mim, foi mais uma superação pessoal. Uma sensação deliciosa de poder, de enriquecimento físico e espiritual. Não diria que foi difícil, tampouco exaustivo, pois, além do prazer que senti, nosso grupo foi brindado com muitos dias ensolarados, alguns igualmente belos dias enevoados, ausência de ventos e apenas uma chuvarada, bem providencial, que fez brotar no tepui pequenas cascatas, um visual fantástico ao entardecer, além de encher a cachoeira no Passo das Lágrimas. No percurso final, a névoa nos encobriu, mas, ao chegarmos ao topo, os guardiões nos saudaram e limpam a paisagem, trazendo novamente o sol. Como nos havia dito o Magno, a montanha recebe muito bem quem vem a ela com humildade, respeito e alto astral.

Algumas coisas, em particular, me impressionaram. Uma delas, claro, as fantásticas formações rochosas, algumas lembrando um zôo petrificado, outras, um projeto arquitetônico, com castelos, arcos, pagodes chineses. Nunca vi nada sequer parecido. Outro momento que me tocou muito foi o entardecer. No acampamento base, o céu emoldurou o Kukenán e se pintou de belos matizes, um deleite visual ! Em outra ocasião, estávamos regressando do Marco Tríplice, quando as brumas surgiram de repente, um cenário sobrenatural, por vezes assustador. Podia até imaginar um ser pré-histórico seguindo nossos passos, arrepiante! ((DEPOIMENTOS, não paginado).

Estas sensações se reconstroem a cada instante. Um novo olhar, uma nova luz, uma nuvem ou até mesmo a chuva conferem ao Roraima momentos únicos de contemplação, reflexão e paz de espírito.



Fotografias 135 a 140: Formações rochosas sobre o Monte.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

É possível encontrar algumas poucas áreas planas, nas quais há possibilidade de pouso de helicópteros. Algumas pessoas utilizam-se desse transporte para chegar ao topo. No entanto, esta é uma modalidade de turismo muito cara e arriscada, assim como para resgate em caso de acidentes graves⁹⁶. É uma modalidade de acesso que requer muita habilidade do piloto, pois as correntes de ar existentes no Roraima são muito fortes e as nuvens muito densas, exigindo um conhecimento empírico das especificidades do Monte. Mesmo os pilotos mais experientes só pousam sobre ele até as 12h00.

No platô existe uma diversidade exclusiva de fauna e flora (Fotografias 141 a 146) que de maneira harmoniosa, constituem verdadeiros jardins, alimentados por uma rede fluvial que se interligam. Em função da ausência de solos férteis e das chuvas constantes, a vegetação existente sobre o Monte se localiza em pequenas áreas, sendo consideradas endêmicas por terem desenvolvido condições de resiliência às intempéries locais. “[...] La roca desnuda es baja en minerales y pobre en nutrientes (especialmente Fósforo, Calcio y Nitrógeno), la turba es ácida y yace directamente es rápidamente lavado por el agua de las lluvias y los suelos son constantemente erosionados por rápidas inundaciones” (EMÍLIO PEREZ; WARREN, 2000?). Esta situação faz com que os seres vivos existentes na área sobrevivam mediante uma quantidade restrita de alimento, exposição a uma sazonalidade de temperatura e à radiação solar extrema.

⁹⁶ Em 2006, um turista francês escorregou durante a descida e teve fratura exposta, para socorrê-lo foi feita uma maca e o mesmo foi trazido semi-inconsciente até o acampamento do rio Téek. Em 2007, um senhor de mais de 70 anos escorregou no Passo das Lágrimas e rompeu os ligamentos, tendo sido levado em uma maca improvisada até o topo e, no dia seguinte, resgatado de helicóptero.



Fotografias 141 a 146: Registro visual de espécies endêmicas do platô.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

As principais espécies vegetais encontradas na área podem ser visualizadas no Quadro 20. Destacam-se pela cor e variedade as orquídeas, as plantas carnívoras e as insetívoras.

ESPÉCIE	CARACTERÍSTICAS
<i>Utricularia queichii</i> (<i>Lentibulariaceae</i>)	Cresce em forma terrestre e suas flores são vermelhas.
<i>Heliamphora nutans</i> (<i>Sarraceniaceae</i>)	Planta carnívora, é conhecida como “Jarra dos Pântanos”, pelo seu tubo foliar coletam água e atraem os insetos.
<i>Utricularia humboldtii</i> (<i>Lentibulariaceae</i>)	Sua flor é lilás e está geralmente associada à bromélia., Em suas cápsulas possui uma tampa que aprisiona pequenos insetos.
<i>Drosera roraimae</i> (<i>Droseraceae</i>)	Carnívora, suas flores possuem pequenos tentáculos pegajosos com os quais captura pequenos insetos.
<i>Brocchinia reducta</i> (<i>Bromeliaceae</i>)	Bromélia insetívora, a cor intensa de sua folhas (amarelo esverdeado) atrai os insetos, que são digeridos pela planta.
<i>Brocchinia tatei</i> (<i>Bromeliaceae</i>)	Em suas folhas desenvolvem-se amplas rosetas de cor amarelo-verdoso.
<i>Stegolepis guianensis</i> (<i>Rapataceae</i>)	Encontradas também na África, domina o topo do Monte. Suas flores pontiagudas e amarelas nascem em um talo semelhante a uma varinha de condão.
<i>Orectanthe sceptrum</i> (<i>Xirydaceae</i>)	Possui folhas grisáceas pontiagudas que formam uma roseta semelhante a uma pinha.
<i>Tillandsia turneri</i> (<i>Bromeliaceae</i>)	Pode crescer na forma terrestre e aérea sobre o galho de algumas árvores, alimentando-se da umidade da neblina.
<i>Epidendrum secundum</i> (<i>Orchidaceae</i>)	Orquídea adaptada ao ecossistema tepuyano, integrando as mais de 30 espécies existentes no Roraima.
<i>Helecho arborescente</i> (<i>Cyathea sp.</i>)	Tem mais de 400 milhões de anos e é considerada uma das plantas mais antigas do planeta.

Quadro 20: Espécies vegetais do Monte Roraima.

Fonte: Criado pela autora a partir de Emílio Perez e Warren ([200?]).

Dessas espécies, as mais abundantes são as orquídeas, que chegam a 900 espécies e, no Roraima, já foram identificadas mais de 30. Estudos mais recentes vem sendo realizados por pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) sede Roraima, Universidade Federal de Roraima (UFRR) e demais institutos de pesquisa venezuelanos que vem atualizando esses dados. Kock-Grunberg (2006, p.122) descreve a diversidade vegetal local, enfatizando que

[...] quanto mais subimos, mais estranha se torna a vegetação. Os galhos retorcidos das árvores baixas estão cobertos de musgo espesso e compridos líquens verde-claros ou mesmo esbranquiçados, com numerosos outros parasitas, também orquídeas em flor. Entre eles vicejam fetos gigantes, cujas folhas largas ora crescem diretamente do solo, ora estendem-se como palmeiras do tronco alto e vacilante.

No entanto, pesquisas necessitam ser realizadas com uma constância maior e serem mais efetivas frente às transformações correntes naquele espaço, principalmente nas porções brasileira e guianense.

Consoante as especificidades geomorfológicas e vegetais existentes sobre o Monte, a fauna no mesmo (Quadro 21) é muito restrita (Fotografias 147 e 148). Segundo Emílio Perez e Warren ([200?]),

[...] muchos animales de la cumbre del Tepuy Roraima muestran una alta cantidad de melanina. Son de un color marrón oscuro, casi negro; el cual les protege de la intensa radiación ultravioleta presente evitándoles la pérdida de agua por evaporación y proporcionándole al mismo tiempo un seguro camuflaje entre las piedras negras.

Uma destas espécies é a “ranita negra”, endêmica do Monte e que conserva características primitivas.

ESPÉCIES	IDENTIFICAÇÃO
Répteis	<i>Euspondylus leucosticus</i> (lagartixa)
Aves	<i>Zonotrichia capensis macconnelli</i> <i>Catamenia homochroa ducari</i> <i>Diglossa major</i> <i>Campylopterus hyperythus</i> <i>Elaenia dayl</i> <i>Phylloscartes nigrifons</i>
Mamíferos	<i>Thomasomys macconnelli</i> <i>Podoximis roraimae</i> <i>Nasua Sp</i>
Anfíbios	<i>Oreophrynella quelchii</i> <i>Oreophrynella macconnelli</i>
Insetos	<i>Protopedalioidis Kukenáni</i> <i>Protopedalioidis ridouti</i>

Quadro 21: Fauna do Monte Roraima.

Fonte: Criado pela autora a partir de Emílio Perez e Warren (200?).



Fotografias 147 e 148: Rã negra e lagartixa.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Frente a tal diversidade, o Roraima se constitui em um dos poucos lugares do mundo onde a intervenção humana ainda se encontra em níveis baixíssimos, diante da incalculável beleza e raridade de seus recursos. No entanto, pode-se perceber ao longo do trajeto, as marcas deixadas pelo turismo sobre a savana “frágil”, não só ao longo da trilha mas também nos acampamentos utilizados para chegar ao Monte (Fotografias 149 a 154), onde os visitantes passam um tempo maior. Elas são de todo tipo, mas as mais visíveis são o lixo deixado ao longo do trajeto, como papéis de bombons/chocolate, sacos plásticos, latas de bebidas, pontas de cigarro, óleo, o que contamina os nascedouros de água; detritos fisiológicos; produtos químicos como o cal; restos de utensílios domésticos, entre outros.

Esse quadro se configura seja pela falta de conscientização de alguns visitantes, seja pela ausência de depósitos apropriados para acondicionar o lixo e posterior coleta, seja pela falta de cuidado do próprio *trade* envolvido com a atividade. Associada a isso, há a depredação não só do substrato físico (capacidade de carga), como também da fauna e flora (coleta de bromélias, orquídeas e plantas carnívoras), alterando o equilíbrio da biota local. Pode-se constatar, ainda, a questão da coleta dos cristais de rocha existentes no topo do Monte. Segundo os guias pesquisados, cerca de 40% da área onde os mesmos se encontram já está deteriorada.

O vale dos cristais, por exemplo, quando eu estive lá em 92 na primeira vez eu tive o prazer de ver canaletas de cristais e os canais de água correndo por dentro dos cristais, hoje eu sempre digo que os vale dos cristais a propaganda, é melhor que o produto. Então eu sempre procuro preparar as pessoas que vão pra lá, para prepará-las de que elas não vão encontrar os cristais na forma maravilhosa como todos imaginam, mas sim tentar absorver aquilo que não se vê. Procura-se levar a coisa para o lado mais místico, mágico da experiência, do lado existencial mesmo, do que

propriamente o que se pode ver dos cristais, porque ele já está bastante danificado (informação verbal⁹⁷).

Esta situação pode vir a diminuir sensivelmente a disponibilidade desse atrativo no Monte, cabendo ao guia e porteadores, também, a tarefa de fiscalizar a conduta dos visitantes com relação aos recursos do Roraima.



⁹⁷ Guia brasileiro, 2007



Fotografias 149 a 154: Lixo encontrado ao longo das trilhas e acampamentos.
 Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

A questão dos dejetos sólidos e até mesmo líquidos vem sendo uma das mais preocupantes. Apesar das campanhas anuais de limpeza do Roraima e seu trajeto,

[...] se faz limpieza trimestralmente al año, hacemos unas tres limpiezas. Se cera la Montanha por unos días, se haz una coleta geral, guías, porteadores, empresas de turismo, la Cámara de Turismo, se hace un cariño con el Parque, mas acho que es muy poco, debería ser algo mas continuo, assim como un régimen criado (informação verbal⁹⁸).

É preciso enfatizar que ao longo do trajeto não havia um só depósito para acondicionamento do lixo, ou ações no sentido de recolher o que já estava depositado pelas pessoas que transitaram naquela área anteriormente, nem mesmo nos acampamentos, locais onde a concentração de lixo é bem maior. Na percepção de alguns informantes, com relação ao lixo,

[...] debería haber un poquito más de conciencia tanto como de las personas que hacen el tour y para nosotros operadores porque a través del tiempo se ha ido, digamos, destrozando un poco la ruta, el lugar, se ha ido, digamos, deteriorando quizás por la mala práctica de hacer turismo porque no estamos acostumbrados en su mayoría. Los clientes que vengan acá y no están acostumbrados a la buena naturaleza o creen que es parecida la otra y piezan las plantas, plantas muy antiguas que van a pasar muchos ciclos para formarse, a vece la basura, hay algunos pequeños puntos negativos (Agente de viagens venezuelano, informação verbal, 2007).

⁹⁸ Guia venezuelano, 2007

O grande problema para mim é o lixo, nós temos muito, muito problema com lixo porque o lixo não é recolhido no dia que deve ser e passa muito tempo aí, apodrece, vem urubu e aí isso é ruim, ruim pro turista mesmo (informação verbal⁹⁹).

Es necesaria la higienización del camión, hay que tener un lugar donde se pueda hacer un pipi, donde se pueda defecar, la no ecología que ocurre allá arriba va a hacer con que el Monte Roraima se convierta en un basurera. Este es el punto más crítico, el control de la basura en Monte Roraima, ese control en dónde defecar, dónde orinar porque aquello se vuelve una playa (informação verbal¹⁰⁰).

Fiquei decepcionado com o que vi, principalmente no rio Té. Dos grupos que estavam lá, somente dois tinham banheiro, não sei se com o mesmo sistema de coleta. Falta um controle com relação a banheiro, tem muita degradação, e existem normas, mas não está tendo fiscalização e isso é muito sério (informação verbal¹⁰¹).

Pode-se ressaltar que esta realidade se configura a despeito das diversas sinalizações existentes ao longo da trilha (Fotografias 155 a 158), tanto no que diz respeito ao lixo produzido pelo visitante, quanto ao zelo com o Parque e proibições relativas à coleta de qualquer coisa encontrada ao longo da trilha até o Monte.

Com relação à questão do lixo, a realidade dos parques nacionais australianos poderia servir como modelo a ser seguido pela maioria dos parques latino-americanos. No interior dos parques da Austrália, não se coloca nenhum tipo de equipamento para coleta de lixo. A filosofia que sedimenta a prática local é que o visitante deve levar para fora do parque todo dejetado por ele produzido.

No Brasil, estudos vem sendo desenvolvidos no sentido de viabilizar ações de combate a uma prática degradadora e que vem em desencontro aos objetivos das UC. Rettziat e Stipp (2004) que trabalharam esta questão no Parque Estadual Guterlá (PR), e Nobrega e Carvalho (2002), que desenvolveram trabalhos no Parque Nacional da Tijuca (RJ), são unânimes em enfatizar a necessidade de ações educativas no que tange ao lixo em áreas protegidas envolvendo de fato todos os segmentos que direta ou indiretamente transitam nesses espaços, podendo fazer dos dejetos inclusive uma fonte de renda alternativa para as comunidades locais. A realidade do Monte Roraima revela uma total ausência de ações mais eficazes nesta direção, bem como a falta de políticas e ações conjugadas entre os países que compartilham aquela área, no sentido de preservar o ecossistema local.

⁹⁹ Guia/motorista venezuelano, 2007.

¹⁰⁰ Guia venezuelano, 2007.

¹⁰¹ Turista brasileiro, 2007.



Fotografias 155 a 158: Placas informativas ao longo do trajeto.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

O topo do Monte é marcado por uma rede de gretas pequenas, vales e cânions produzidos pela erosão eólica e fluvial. Em determinados locais esta configuração chega a se constituir um obstáculo para os visitantes, sendo necessário contorná-los para que sejam ultrapassados, tornando as distâncias mais longas e os trajetos mais difíceis. Em alguns locais, a rede hídrica existente sobre o Monte dá origem a lagos e formações hídricas diversas

(Fotografias 159 a 162) com águas de cor escura e com baixos nutrientes, destacando-se o lago Gladys,¹⁰² o Fosso e as Jacuzzi¹⁰³.

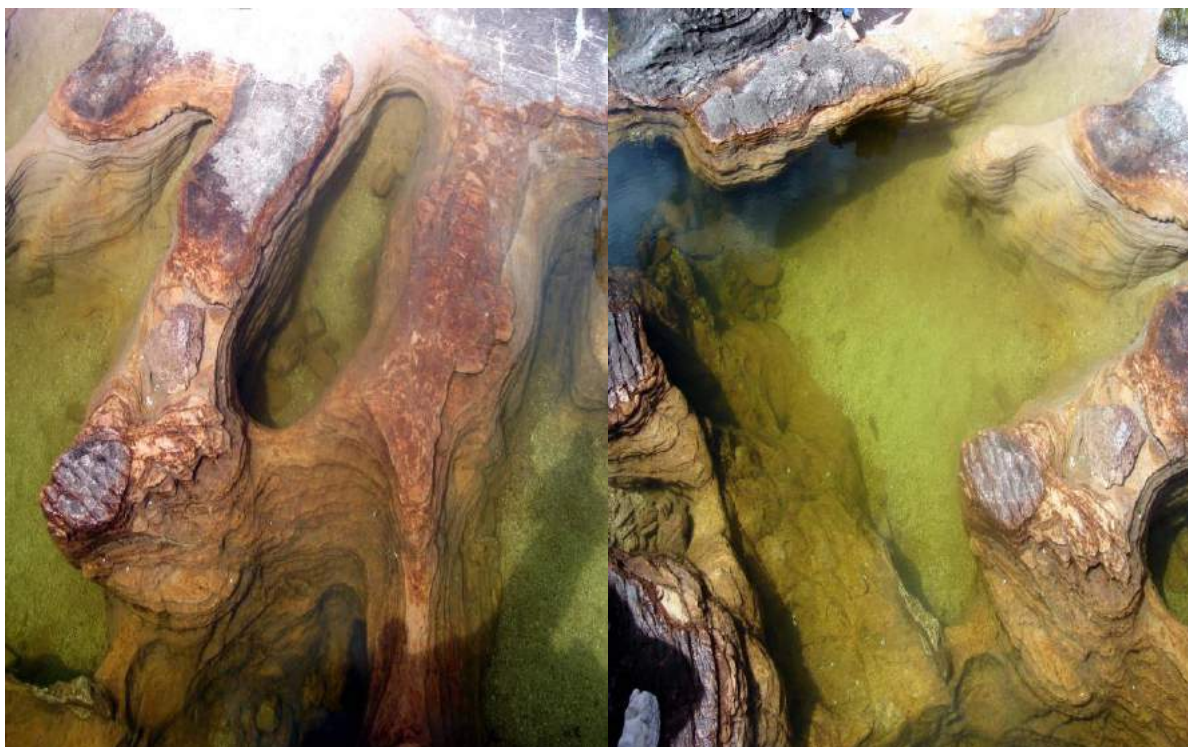
Céu aberto, muita caminhada, pura contemplação... rios lindos para banhar-se, céu de estrelas para observar antes de dormir, ou um barulhinho de chuva que amanhã deixará os rios ainda mais lindos, paisagens para sonhar. Que imensidão... É só respirar fundo; para onde se olhe, não há limites, o que se tinha o caminho do Monte já te ensinou a perder. Vale dos Cristais, Lago Gladys, Fosso, a Proa... AH! A Proa... Um presente de Deus, um céu que se abriu em puro espetáculo... Os olhos mal alcançam (DEPOIMENTOS, não paginado).



Fotografias 159 e 160: O Fosso, localizado no topo do Monte.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

¹⁰² Este nome é dado em função de uma personagem do romance de Connan Daley, O Mundo Perdido (EMILIO PEREZ; WARREN, [200?]).

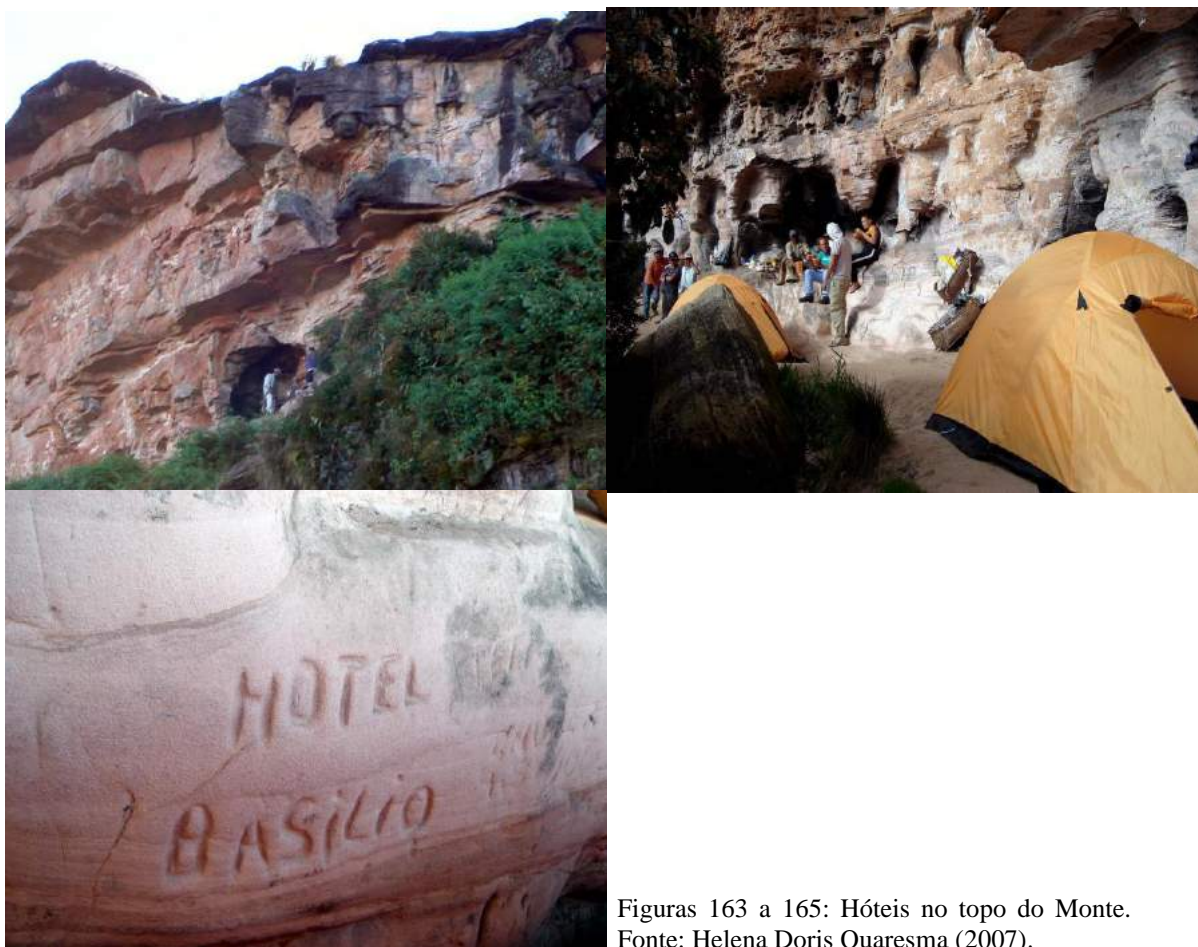
¹⁰³ Piscinas naturais com pouca profundidade, que tem no seu fundo cristais de quartzo e são semelhantes a piscinas de hidromassagem.



Fotografias 161 e 162: Jacuzzi.
Fonte: Leo Tarole (2007).

No Monte, a temperatura da água é muito baixa, tornando difícil a execução de hábitos de higiene, como escovar os dentes e tomar banho. Quando há precipitação de chuva, a situação piora, pois há um aumento da umidade, sendo necessário que todos os pertences sejam acondicionados em sacos plásticos resistentes. O uso dos recursos hídricos do Monte é racionalizado, ou seja, há locais específicos para banho ou higiene pessoal, outros para obtenção de água para ingestão e outros que tem seu uso vedado.

Uma vez no topo, os visitantes se alojam nos “hotéis” disponíveis. Caso estejam com a lotação completa, armam suas barracas em locais próximos a eles. Os chamados *hotéis* (Fotografias 163 a 165), na realidade, se constituem em espécies de “cavernas” formadas a partir da erosão, dando origem a cavidades enormes com tetos de proteção utilizados como refúgio para o acampamento. Muitas vezes ocorre ser o número de pessoas do mesmo grupo maior que a capacidade do hotel e, nesse caso, o grupo é dividido, ocupando o hotel mais próximo.



Figuras 163 a 165: Hóteis no topo do Monte.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Esses recursos não se constituem em equipamentos turísticos de hospedagem e, sim, formações naturais adaptadas para tal, cujo solo arenoso permite a montagem das barracas. Ao todo, existem oito hotéis (Quadro 22) com as seguintes capacidades:

Hotéis	Capacidade (*)
Principal	08 pessoas
Uno	08 pessoas
Índio	08 pessoas
Basílio	12 pessoas
São Francisco	08 pessoas
Guácharo	14 pessoas
Jacuzzi	06 pessoas
Coati **	14 pessoas

Quadro 22: Hotéis do Monte Roraima (2007).

Fonte: Informação verbal (2007).

(*) Valores aproximados.

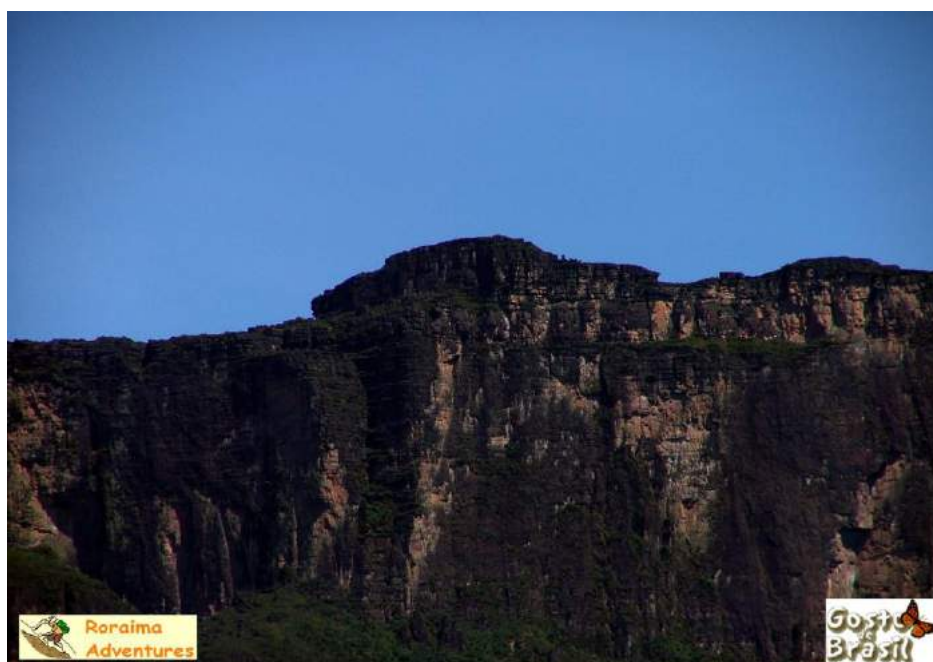
(**) Localizado na porção brasileira.

Uma questão preocupante consiste no uso indevido desses locais, uma vez que muitos visitantes já os vem depredando (Fotografias 166 a 168), além do uso de tais locais não só para cozer os alimentos, como também para colocar lamparinas para iluminação à noite. A comida é feita em fogareiros à base de querosene (assim como as lamparinas), que expõem fumaças que impregnam as paredes das formações rochosas tornando-as negras, vindo a deteriorá-las. Há que se buscar alternativas para tais práticas que não venham comprometer ainda mais os recursos naturais existentes no Monte.



Fotografias 166 a 168: Hotéis com sinais de impactação no topo do Monte.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Os atrativos naturais existentes no topo permitem ao visitante caminhar de modo efetivo sobre o mesmo. Pode-se citar, além do que já foi mencionado anteriormente, o Carro Maverick, uma formação rochosa que se constitui no ponto mais alto do Monte, e que se assemelha a um carro (Fotografia 169); as Janelas do Roraima (Las Ventanas) (Fotografias 170 a 173), que consistem em uma espécie de mirador, de onde se pode observar em plenitude toda a grandiosidade da savana; Cueva de Los Guácharos, fenda existente na parede do Monte onde habita uma espécie de ave denominada de Guácharos (*Steatomis caripensis*); e o Vale dos Cristais. Neste, concentra-se uma infinidade de cristais de rocha (Fotografias 174 e 175), e que ao longo do tempo, vem tendo sua extensão significativamente diminuída em função da retirada dos mesmos como *souvenir*; e a Proa, ponto mais extremo do norte do Monte.



Fotografia 179: Carro Maverick – ponto mais extremo do Monte.
Fonte: Acervo Roraima Adventures (2005).



Fotografias 170 a 173: As Janelas. Fonte: Paulo Roninson Souza (2007).



Fotografias 174 e 175: Vale dos Cristais.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

A disponibilidade desses atrativos está distribuída entre Brasil, Venezuela e Guiana, conforme se pode visualizar no croqui abaixo (Figura 11). A distribuição dos hotéis também se dá próximo a esses atrativos, facilitando de certo modo a dispersão dos visitantes entre os sítios. Assim, a possibilidade de impactação intensa sobre um mesmo local se torna diluída, sendo que o ideal seria minimizá-la de outra maneira.

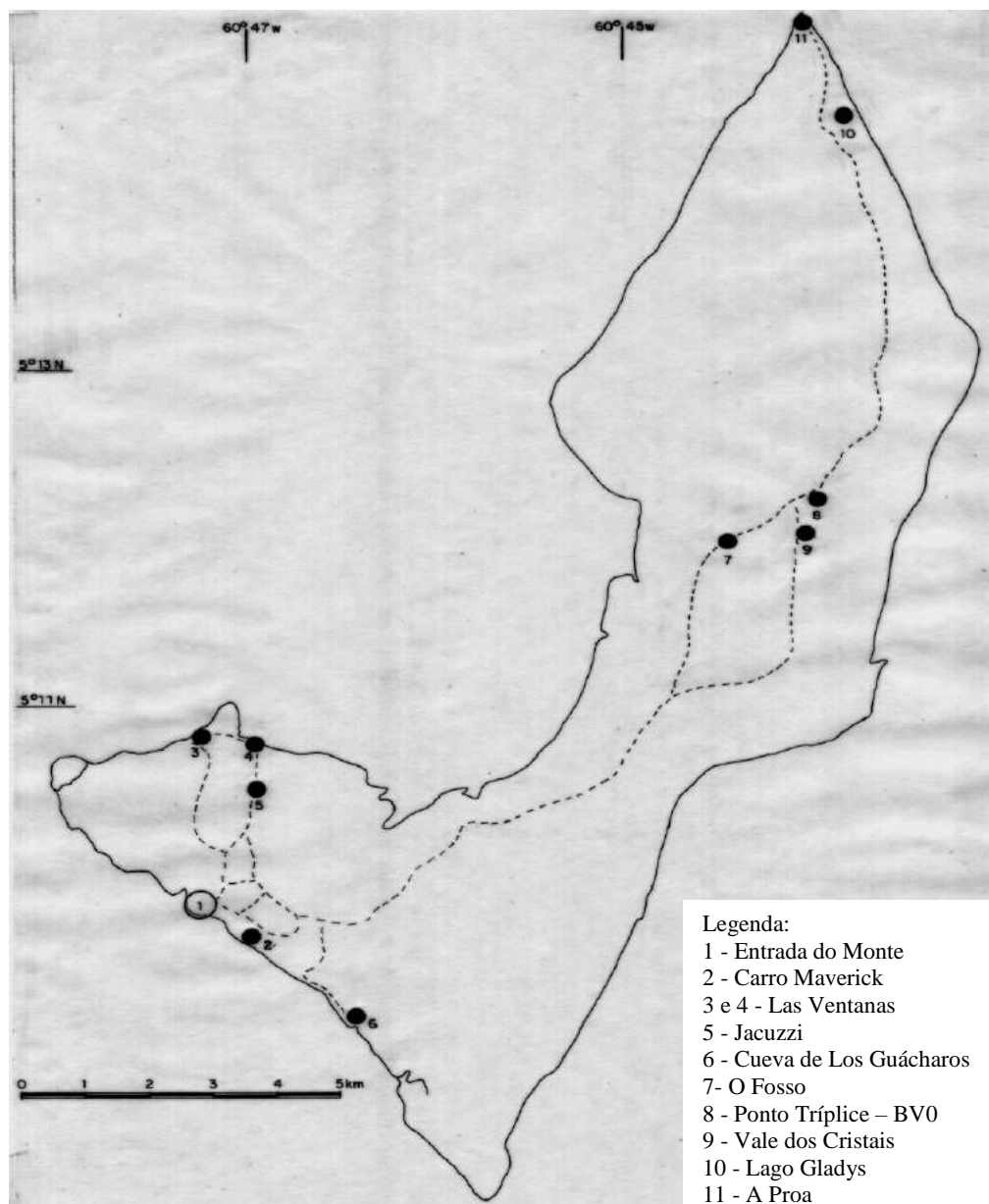


Figura 11: Croqui dos atrativos do topo do Monte.

Fonte: Adaptado por Helena Doris Quaresma. Desenho: J. Mardock (2007) a partir de Emílio Perez e Warren ([200?]).

Esses atrativos são identificados como naturais. Como atrativo exógeno ou humanamente construído (em um contexto político), pode-se citar o Ponto Tríplice (Fotografias 177 a 181). Esse marco delimita a tríplice fronteira do Brasil, Venezuela e Guiana, estabelecida pelo Marechal Cândido Rondon em 193. No entanto, a delimitação da Guiana não é reconhecida pela Venezuela, estando esta área inserida na “zona de

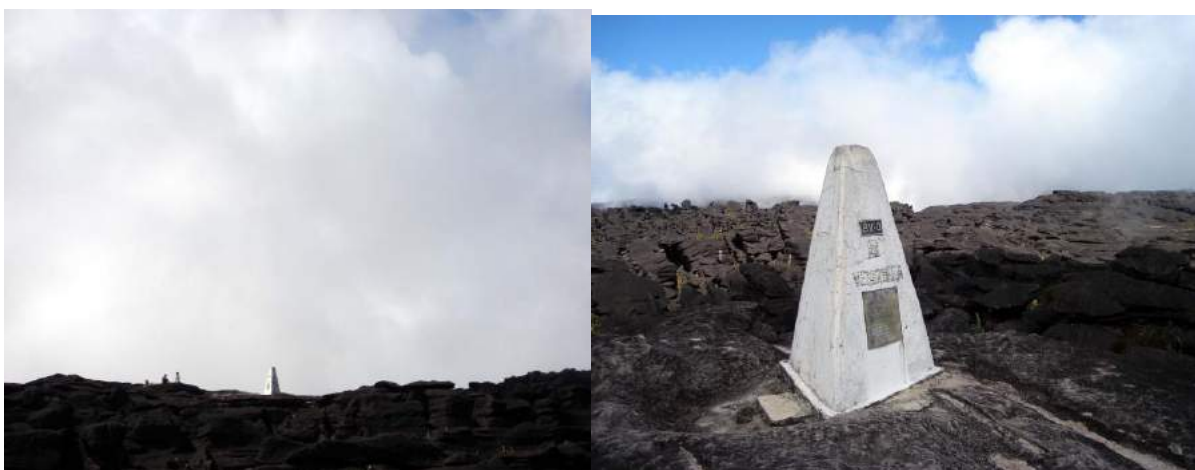
reclamación”¹⁰⁴. Por esse motivo, na face em que deveria constar a placa da Guiana, ela foi retirada por ato de vandalismo (Fotografia 181). O marco piramidal estabelece os limites do Vale dos Cristais de um lado, um labirinto intrincado quase desconhecido do lado da Guiana, e, do lado brasileiro, uma área cheia de fendas e lagoas que levam ao paredão brasileiro

A outra questão é que o Monte Roraima, pelo lado brasileiro, ele é inviolável, porque não tem condições de andar do lado do Monte Roraima do lado brasileiro. É muito precipício, a parte bonita do Monte Roraima ficou pra Venezuela, e a ponta do Brasil, que são 10 %, e a ponta da Guiana, são impraticáveis, impraticáveis, então não teria nem como, trabalhar turismo (informação verbal¹⁰⁵).

Não existe acesso pelo lado brasileiro, pouquíssimas pessoas já tiveram acesso até a parte brasileira, até mesmo porque o custo é muito mais elevado, só pode ser realizado sob consulta, o acesso é mais complicado e tem mais riscos, há fatores de limitação. No entanto, pode ser que haja público para isso, só que com muito mais restrições (informação verbal¹⁰⁶).

Não há acesso pelo lado brasileiro, há uma fenda onde talvez haja uma possibilidade de se desenvolver uma trilha por ali, mas mesmo que esta possibilidade se concretize, daí fazer uma trilha regular por aqui é outra história. Ir para o Monte Roraima pela Venezuela já envolve um certo risco, é pequeno, mas envolve um certo risco, pra cá a coisa se complica (informação verbal¹⁰⁷).

As dificuldades podem perfeitamente se constituir em um dos principais indutores de demandas para o turismo na porção brasileira. A segmentação turística é diversificada e como tal possibilita atender os mais diversos perfis de usuários. O difícil, o exótico, o inesperado e inóspito, podem exercer uma atratividade turística muito grande para aquela porção do Monte.



¹⁰⁴ No trabalho de Nathan (2008), é mencionado que a localização da divisa foi determinada a partir de uma expedição conjunta dos três países em 1904, segundo o princípio Divisor de Águas, no local onde ficavam as nascentes dos rios Contigo e Arabopó.

¹⁰⁵ Técnico do IBAMA, 2006.

¹⁰⁶ Agente de viagem brasileiro, 2007.

¹⁰⁷ Guia brasileiro, 2007.



otografias: 177 a 181: Marco Piramidal no ponto tríplice sobre o Monte.
 Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

No topo não há nenhum tipo de fiscalização constante ou periódica por parte do INPARQUES, do IBAMA ou do Ministério do Meio Ambiente da Guyana. A única maneira de comunicação é por meio de *walk talk* e fonia, que funcionam de forma satisfatória, apesar da distância. Na percepção de um agente de turismo venezuelano,

[...] El INPARQUES está intentando hacer lo mejor que puede, hay que se resaltar que Canaima es uno de los más grandes de Suramérica y INPARQUES está intentando hacer lo mejor que puede con sus traslados, sus movimientos de helicópteros, sus toyota, pero pienso que le falta un poquito más de vigilancia en la área de protección del Parque (informação verbal¹⁰⁸).

Na percepção de outro agente brasileiro, no entanto,

[...] o INPARQUES é muito falho, porque há um certo preparo dos agentes que estão operando e tudo, mas há uma fiscalização muito branda, e na Venezuela a gente sabe que tem muita corrupção. Isso tem causa sociais e diversos fatores que levam a isso e o órgão acaba sofrendo essas consequências, mas pelo que se visita na Gran Sabana, Monte Roraima, Canayma e alguns locais onde o INPARQUES é presente, acho que a ação é muito falha, ele poderia ser um órgão mais eficiente nesta questão, chegando próximo do ideal que a gente imagina até para proteger aquela região, porque a gente vê que as coisas são muito livres (informação verbal¹⁰⁹).

Na realidade, o fato de não haver nenhum tipo de controle e monitoramento mais rígido e efetivo das pessoas que transitam no Monte se constitui em uma das maiores fragilidades da área.

¹⁰⁸ Guia venezuelano, 2007.

¹⁰⁹ Agente de viagens, 2007.

Essa situação passa também pela dimensão das duas UC nas quais o Monte está inserido e a falta de recursos humanos e materiais para fiscalização das mesmas, tanto por parte do Brasil quanto da Venezuela e da Guiana. Esta ausência física possibilita ações inadequadas ao ambiente. Tanto por parte dos visitantes como também de alguns guias, associado ao não acompanhamento efetivo da qualidade ambiental da aera.

Em casos de atividades irregulares no trajeto, qualquer denúncia há de ser formalizada ao INPARQUES, que também aciona o escritório do PNMR em Pacaraima, quando há brasileiros envolvidos na questão. Como exemplo, pode-se citar uma denúncia feita de que haveria dois brasileiros portando equipamento para garimpagem, atividade ilegal na área, sem guia local e pedindo alimentos aos visitantes do Monte. O fato foi comunicado ao escritório do IBAMA de Pacaraima, que acionou a sede em Boa Vista, que, por sua vez, tomou as medidas necessárias à averiguação das denúncias, muitas vezes infundadas. No entanto, há uma parceria mesmo que não formalizada no sentido de ambos os países colaborarem para o uso racional do Monte e obediência às normas estabelecidas.

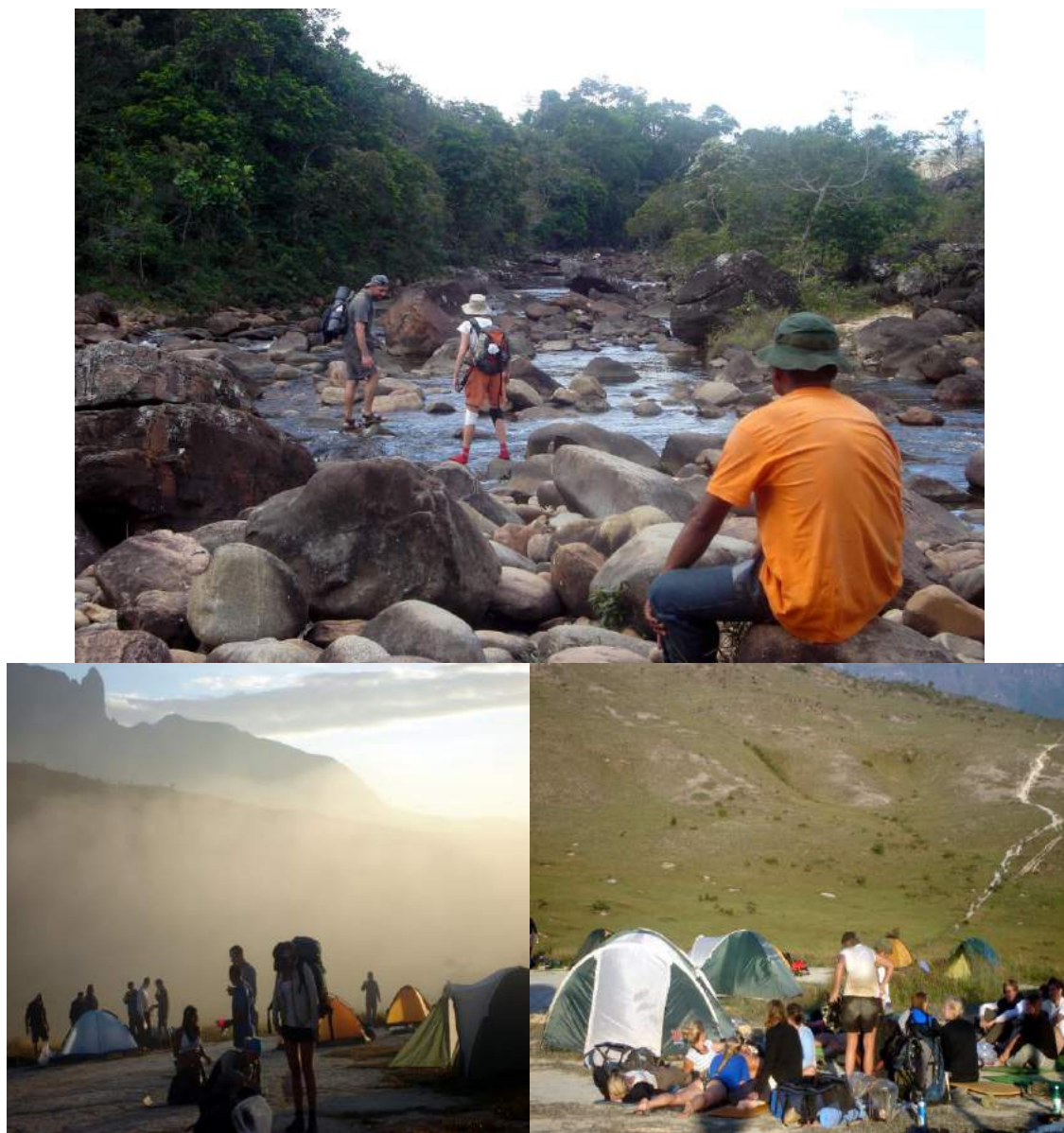
O fluxo de visitantes ao Monte tem uma predominância de estrangeiros, mais especificamente europeus: “[...] la mayoría son europeos que vienen acá al final de julio hasta final de setiembre, los brasileños e venezolanos vienen en las vacaciones, Semana Santa, Carnaval y septiembre” (agente de turismo venezuelano, informação verbal, 2007). Os visitantes internacionais geralmente vem por Caracas ou Ciudad Bolívar, sendo comum encontrá-los solitários (com guia), em duplas (geralmente casais) ou em grupos grandes (Figuras 182 a 184). Pelo fato do ecoturismo ser uma atividade relativamente cara, isso já seleciona e limita de certa maneira seus praticantes. No entanto, no caso do Roraima não há uma rigidez no controle efetivo desse número, fato esse comprovado em campo.

Antigamente, não tava quase vindo brasileiros, mas hoje já vem bastante, mas vem mais estrangeiros, alemães, o turismo aqui todo ano é alemão, japoneses só vem de julho a dezembro, os espanhol só vem em agosto a setembro, os italiano vem tudo agosto, um pedacinho de setembro e janeiro, os brasileiro vem em janeiro, é muito, muito brasileiro mesmo. Mas o Monte Roraima não tem dia pra brasileiro, tem muito brasileiro que vem em julho, agosto, pelo menos dois grupos (informação verbal¹¹⁰).

Do público geral que frequenta o Monte Roraima, 70% é europeu que vem pela Venezuela, uns 10% de venezolanos tá vindo muito pro Monte Roraima e os outros 20% é de americanos, brasileiros, e outros lugares. O Brasil começou a conhecer o Monte Roraima de dois anos pra cá, então o fluxo maior é de europeu e

¹¹⁰ Guia venezuelano, 2007.

que vem pela Venezuela porque a Venezuela vende muito bem o Monte Roraima e os outros atrativos (informação verbal¹¹¹).



Fotografias 182 a 184: Visitantes do Monte ao longo do trajeto.
Fonte: Helena Doris Quaresma (2007).

Talvez essa predominância de alemães possa ser justificada pela própria divulgação dos trabalhos do alemão Kock-Grumberg na região. A moeda forte dos países que integram a União Econômica Européia (UEE) pode ser também uma das variáveis que

¹¹¹ Agente de turismo brasileiro, 2007.

determinam esse fluxo que, similarmente à descrição de Ojeda acerca do turismo praticado em áreas de mineração, em áreas indígenas tem um comportamento respeitoso no que diz respeito aos recursos naturais e às questões simbólicas de populações locais. Para Ojeda (2002, p. 202), “[...] el turista aprecia y está dispuesto a pagar por la preservación de la artesanía, el cultivo y pastoreo, ceremoniales, historia y tradiciones diversas que son elementos constituyentes de la identidad cultural”. Esta perspectiva há de ser levada em conta até mesmo para possibilitar a diversificação/aprimoramento de serviços a serem prestados pelos indígenas. Como exemplo pode ser citada a venda de produtos gelados nos acampamentos,¹¹² bem como de alimentos típicos indígenas.

São poucos os brasileiros que efetivam esta modalidade de turismo e, deles, a maioria é formada por pessoas do sul e sudeste do Brasil e que já tem uma práxis consolidada de *treking* ou turismo de aventura. No entanto, há um crescimento significativo a demanda, que vem evoluindo de modo acelerado nos últimos anos, haja vista os dados coletados em uma das agências que trabalha com o Roraima (Quadro 23). Menor, ainda, é o número de visitantes oriundos da própria região amazônica.

Ano	Número de Visitantes ao Roraima
2004	41
2005	95
2006	267
2007	117
Até março 2008	48

Quadro 23: Visitantes brasileiros agenciados ao Monte Roraima.
Fonte: Trabalho de Campo (2007/2008).

Convém salientar que muitas operadoras de turismo brasileiras trabalham em parceria, ou seja, captam uma determinada demanda ao Monte e as repassam a outro operador, que efetiva o pacote. Muitos trabalham em conjunto com empresas venezuelanas.

A partir do que foi coletado acerca das informações dos visitantes brasileiros que se direcionaram ao Roraima, no ano de 2007, percebeu-se que apesar do roteiro ser um tanto “pesado”, da amostra pesquisada, 60% é do sexo feminino e 40 % do sexo masculino, havendo um equilíbrio entre as faixas etárias dos mesmos (ver Figura 12 abaixo).

¹¹² Esse é o caso da comercialização de cerveja e refrigerante gelados para os turistas.

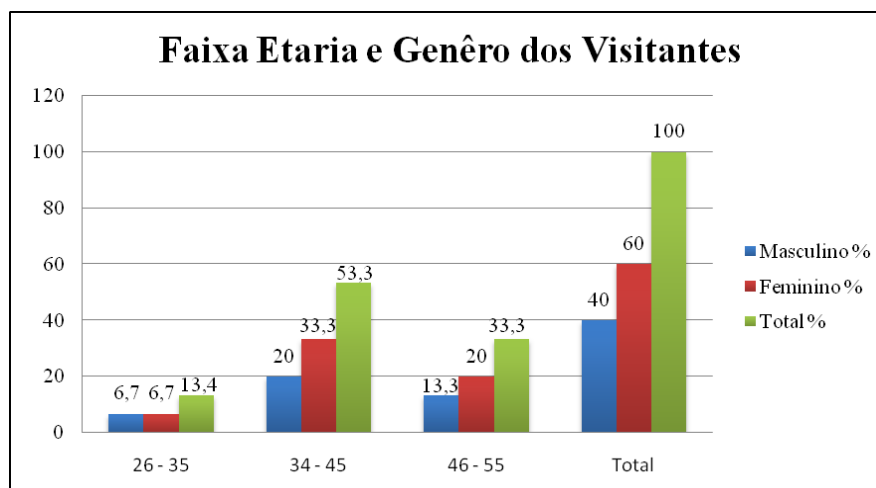


Figura 12: Faixa etária e gênero dos visitantes brasileiros ao Monte Roraima em 2007.
Fonte: Helena Doris Quaresma, pesquisa de campo (2007).

O predomínio da faixa etária (34 – 45 anos) reflete que este segmento do turismo no Brasil, é demandado por pessoas com certa maturidade física e cultural. Sua prática tem um custo elevado, necessitando de estabilidade econômica para adquirir tais pacotes, pois fazer ecoturismo na Amazônia requer certa reserva financeira. Diferentemente do mercado europeu, no Brasil

[...] existe uma cultura a ser desenvolvida para este segmento, o jovem europeu de 19 ou 20 anos põe o mochilão nas costas e vai fazer isso em turma, as universidades organizam eventos, cursos para esse tipo de atividade, o que no Brasil não é muito comum, no Brasil todo mundo se junta, pega um ônibus e vai pra praia, nós temos no Brasil um mercado muito grande a ser explorado (informação verbal¹¹³).

Os jovens europeus e norte americanos, tem como prática comum realizar viagens internacionais, de forma mais simples e sem muita estrutura financeira. São os chamados “mochileiros”, geralmente fazendo trajetos longos com o mínimo possível de gastos, levando somente “as mochilas” nas costas.

O principal canal de informação acerca do roteiro Monte Roraima, tanto entre turistas internacionais quanto nacionais é o famoso boca a boca¹¹⁴, que vem se constituindo ao longo da história da sociedade em um importante instrumento de publicidade, quando amigos que já realizaram a viagem indicam para outros amigos e assim sucessivamente. No caso dos

¹¹³ Turista, 2007.

¹¹⁴ Um dos mais conhecidos canais de comunicação pessoal, no qual se faz a recomendação de produtos ou serviços entre pessoas; outro é o uso de pessoas influentes em propagandas de testemunho, associando a sua imagem à deste produto (ROSA, 2006).

turistas brasileiros, 46% tomaram conhecimento do “produto” através de amigos; 26% por revistas especializadas e 13% pela televisão e internet. Aliás, esta última tem sido uma importante ferramenta na divulgação do produto Roraima.

Normalmente todos nosotros las empresas privadas, tenemos nuestra página web, por allí hacemos una pequeña promoción, hacemos fotografías, tenemos publicidad, pero la mayor publicidad debería ser y la hace la Corporación de Turismo del Estado Bolívar que reparte la acción a nivel nacional, no sólo en el Estado Bolívar. Cuando hay temporada alta, se preparan todos en las cabalías dan recomendaciones y dan publicidad sobre los lugares turísticos del Estado Bolívar (informação verbal¹¹⁵).

Guias, *folders*, material impresso e multimídia também consolidam o produto e podem ser facilmente divulgados em qualquer localidade. No entanto, percebe-se que todo o *marketing* feito do produto Roraima, é desenvolvido pela Venezuela e pelo Brasil de maneira desagregada, sem a participação da Guiana.

A Venezuela investe muito bem, ela vende muito bem a imagem do turismo nessa região (estado Bolívar) e ela tem retorno. Então em Santa Elena que é o finalzinho da Venezuela, nos temos um fluxo de turismo ali que é permanente o ano inteiro, e Roraima que estamos aqui, do lado lá, a gente não consegue absorver esse fluxo, porque não existe cultura turística no estado de Roraima, existe potencialidade.... Mas esse potencial precisa se tornar realidade... Na prática isso não acontece....A Venezuela está muito mais adiantada na questão do turismo do que o Brasil, guardando as devidas proporções (informação verbal¹¹⁶).

Outra questão importante é que no material produzido por cada país, pouco ou quase nada se enfatiza do país vizinho. Esta postura se constitui na realidade em um entrave para a ampliação e consolidação do turismo na Pan-Amazônia, criando dificuldades para a efetivação do corredor turístico Brasil-Caribe.

Com relação ao perfil profissional dos visitantes do Roraima, a totalidade tem o curso superior completo. Ocupam funções no mercado de trabalho nas áreas de saúde, informática, engenharia, pedagogia, educação, comunicação, pesquisa e tendo uma renda mensal acima de treze salários mínimos (66,66%). Tal perfil assegura a constituição de certa reserva econômica para a realização da viagem.

Esta costuma ser planejada antecipadamente, até mesmo porque, para quem não dispõe de preparo físico, há necessidade de obtê-lo antes da jornada. Dos pesquisados, 80% se prepararam fisicamente e fizeram leituras sobre a região antes da viagem, que geralmente é

¹¹⁵ Empresário venezuelano, 2007.

¹¹⁶ Empresário brasileiro, 2007.

realizada com amigos e parentes (Figura 13), contratando os serviços de uma agência de turismo. As agências na maioria das vezes estabelecem um canal de acesso com os possíveis clientes, mantendo-os informados sobre as principais características do produto e indicando material para leitura.

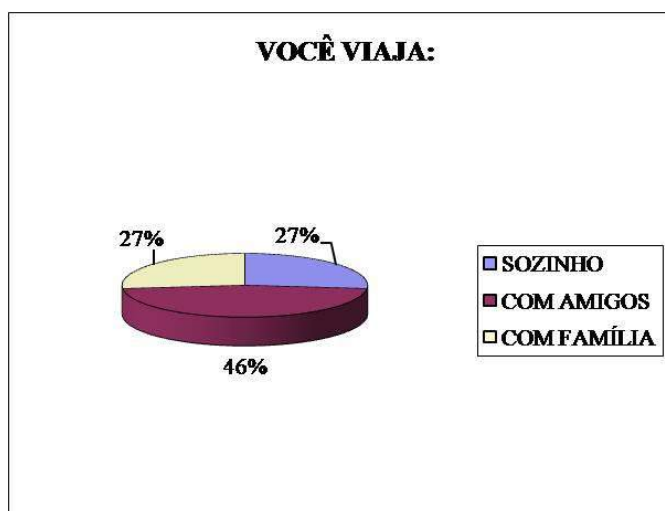


Figura 13: Com quem viaja?

Fonte: Helena Doris Quaresma, pesquisa de campo (2007).

A origem dos visitantes é também um reflexo dos altos custos financeiros que envolvem fazer turismo na Amazônia, por isso há um maior predomínio de turistas internacionais. Dos turistas brasileiros pesquisados, a maioria é oriunda das regiões Sudeste e Centro Oeste, perfazendo um total de 80 %, (Quadro 24). Apenas 13, 3% eram oriundos da região Norte, o que reforça o fato de que pouco ou quase nada o amazônida conhece realmente de sua região.

Procedência	N. de Visitantes
Sudeste	
São Paulo	09
Minas Gerais	01
Centro-Oeste	
Brasília	03
Sul	
Minas Gerais	01
Norte	
Roraima	01
Pará	01

Quadro 24: Origem dos visitantes do Monte Roraima entrevistados.

Fonte: Helena Doris Quaresma, pesquisa de campo (2007).

Em função do grau de escolaridade dos visitantes e até mesmo da preparação feita por eles antes da viagem. A maioria tinha conhecimento do que era uma UC e sua importância (Figuras 14 e 15). Tal universo amostral sabia que o Roraima integra dois parques nacionais e também em que consiste tal categoria de área protegida.

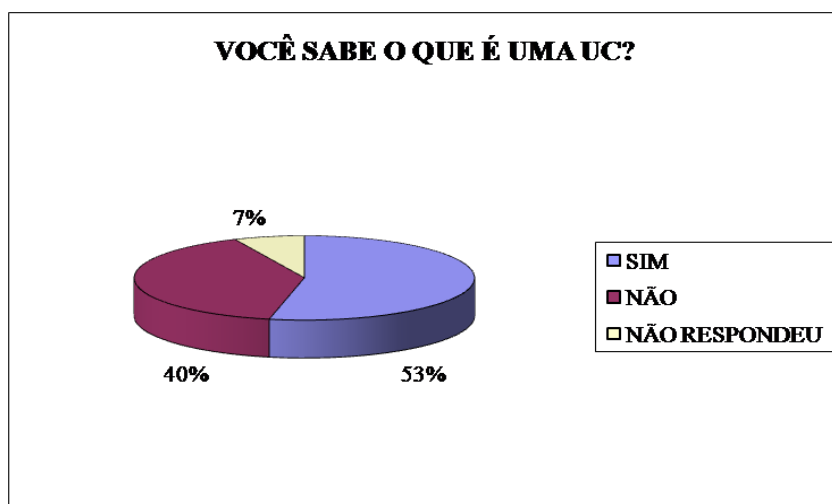


Figura 14: Você sabe o que é uma UC?
Fonte: Helena Doris Quaresma, pesquisa de campo, (2007).

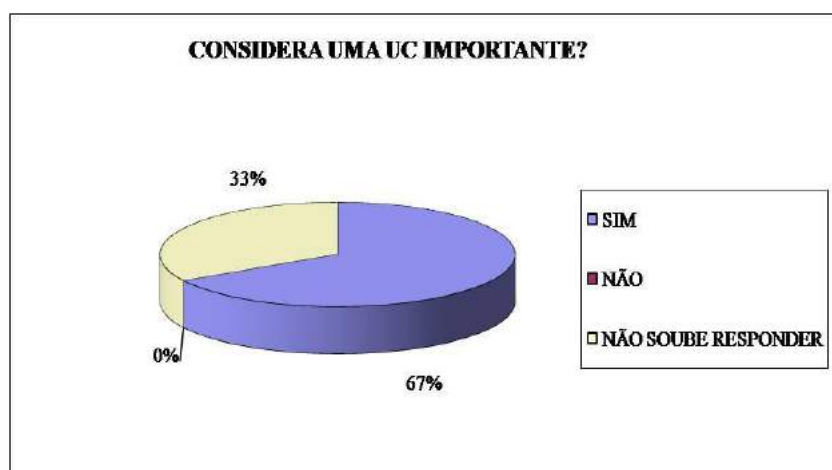


Figura 15: Considera uma UC importante?
Fonte: Helena Doris Quaresma, pesquisa de campo (2007).

Partindo dessas informações, é de se esperar que as pessoas tenham um mínimo de convivência harmônica com a natureza, até mesmo pelo seu grau de maturidade. No entanto, as próprias agências já desenvolvem ações no sentido de preparar seus clientes

Yo trato de crear conciencia, sobre todo con los pasajeros que yo organizo el tour, les doy una pequeña charla antes de subir y les explico porqué no se debe asociar y porqué no se debe pisar estas plantas o romper una roca en la ruta y porque deberíamos ayudar a recorrer un poquito de la basura que consigamos arriba aunque no sea nosotros no habíamos botado y aunque no se responsabilidad directa de nosotros, es una responsabilidad indirecta porque Monte Roraima no está en Venezuela, está en el mundo y o mundo el de todos (informação verbal¹¹⁷).

Ao serem questionados sobre o que os motivou a realizar a viagem ao Monte, 73,3% responderam que “o contato com a natureza e as belezas naturais” foram os principais fatores motivacionais. Alguns desses visitantes já praticam atividades de *treking* ou montanhismo¹¹⁸ e já realizaram caminhadas similares em outras partes do país e/ou do mundo.

A questão ecológica, mais do que nunca, vem se constituindo em um dos principais atrativos na área do turismo, ganhando espaço nas discussões científicas, nos âmbitos político e social e no mercado de turismo, emergindo, assim, não só uma nova ética do desenvolvimento que incorpora a qualidade ambiental e a inclusão social, mas também novos segmentos do mercado turístico.

Com relação à viagem, a maioria dos pesquisados achou o roteiro *bom* (66,66%), mas foram recorrentes as informações de que se a fizessem novamente, ficariam mais dois dias no topo. Isso revela aos empresários a possibilidade de elaborar pacotes que venham a atender tal anseio. Outras sugestões foram apontadas (Quadro 25) e também poderiam ser incorporadas no sentido de adequar expectativas do visitante as complexidades do roteiro.

RESPOSTAS DOS VISITANTES – SUGESTÕES
Incluiria mais dois dias no topo; Passaria um dia a mais em Boa Vista antes de ir ao Roraima; Viria pela Venezuela e não pelo Brasil; Partiria de Santa Elena; Maior interação com os indígenas/ Ficaria mais dias em Paraitepui.

Quadro 25: O que faria de diferente?

Fonte: Helena Doris Quaresma, pesquisa de campo (2007).

¹¹⁷ Empresario/guia venezuelano, 2007.

¹¹⁸ Caminhada, escalada ou ambos, praticada em ambiente de montanha (BRASIL, 2008).

Dos pesquisados, somente uma pessoa não repetiria a experiência, apesar de todos responderem unanimemente que a viagem atendeu suas expectativas, conforme o relato abaixo

A viagem/trilha - uma grande experiência com a natureza, com um lugar absolutamente exótico, exuberante, místico, cheio de surpresas.

A viagem/interior - uma grande experiência de vida, uma vivência deslumbrante, incluindo o desapego das pequenas coisas de todos os dias, a valorização de outras que nem percebemos e a forte ligação com a sucessão de dias e noites repletas de possibilidades de crescimento pessoal. Recomendo fortemente. Se você desejar dicas, fale comigo. Tenho muitas (DEPOIMENTOS, não paginado).

A viagem ao Monte Roraima foi emocionante. Ela ensina: perseverança; respeito e carinho pela nossa nave Terra; a não se perder em múltiplos objetivos; a testar nossos limites e principalmente a ter consciência do nosso próprio potencial.... Enfim, ainda não encontramos as palavras que descrevam o que vivemos (DEPOIMENTOS, não paginado).

Com relação à infra-estrutura de acesso ao Monte, 80% dos visitantes, classificaram o quesito entre *regular* e *bom*, enfatizando “a necessidade da construção urgente de banheiros nos acampamentos da base; e autorização de camping apenas em áreas sem risco de destruição da vegetação” (Turista, informação verbal, 2007). Entre as sugestões mais apontadas pelos pesquisados pode-se citar a instalação de banheiros ecológicos nos acampamentos e de chuveiros. No que tange a infra-estrutura do Monte em si, 66,6% avaliou a mesma como *regular* e *bom*.

Quanto à conservação dos recursos naturais, principalmente no trajeto de subida ao Roraima, a maioria dos pesquisados (66%) considerou *regular*, apontando entre os problemas: áreas deterioradas pelo pisoteio, queimadas ao longo da trilha, lixo, excrementos humanos próximos aos rios ¹¹⁹. Esse cenário vem se constituindo em função da falta de uma gestão efetiva na área, apontada pelos turistas. Isto é corroborado pela fala das pessoas que trabalham com o turismo na área.

O que acontece em Monte Roraima hoje é muy impactante a natureza, ao platô, a comunidade, ao meio donde es envolto esse tipo de *treking* até uma parte, depois envolve montanhismo. Monte Roraima es muito bom de fazer só que deixa conseqüências por falta de projetos por falta de albergues, refúgios em melhores condições. Existe um órgão (não vou citar o nome) que ele cobra muito das cooperativas de guias, dos registros, os impostos são todos pagos na hora, se não não sobe, pero esse grupo ele não estan retribuindo tudo isso que a Montanha esta dando pra eles.

¹¹⁹ Os dejetos humanos são produzidos por visitantes sem os serviços de agencias de turismo especializadas e que não possuem sanitários adaptados ao trajeto.

No primeiro refúgio em local de ter aquela savana toda contaminada atrás poderia ter banheiros ecológicos que a própria comunidade poderia gerar uma economia o emprego, eles mesmo poderiam custonear aquilo e manter para que aquilo funcionasse, e muito impacto ambiental sobre el y algunas personas son mea desobedientes y escreben algo na roca, tudo isso (informação verbal¹²⁰).

No que tange ao contato dos turistas com os Pemón, esse é estabelecido a partir dos prestadores de serviços durante o trajeto. A percepção dos turistas acerca dos mesmos é construída em cinco ou oito dias (período de duração do trajeto), período em que laços de confiança e solidariedade permeiam a relação. De acordo com a percepção dos visitantes, os Pemón já “vem tendo parte de sua cultura transformada e tentam se adaptar ao modelo econômico social moderno, prestativos, vem a partir do turismo, buscar alternativas complementares de renda por suas condições de vida precárias” (Pesquisa de campo, 2007). Os visitantes percebem-nos como pessoas sensíveis, simples.

Questionados acerca da contribuição do turismo para a conservação dos recursos naturais existentes, 53% dos pesquisados afirmaram que a atividade vem de fato contribuindo para a conservação, e 20% opinam que isto vem se dando de forma parcial, uma vez que “não há uma consciência ecológica adequada por parte de todos os visitantes, a presença da degradação ambiental e dos recursos hídricos é visível principalmente nos acampamentos e a falta de fiscalização reforça tais condutas” (informação verbal, 2007). O mesmo cenário é recorrente em outras UC, principalmente nas que possuem uma extensão significativa frente à disponibilidade de recursos humanos e orçamentário insuficientes.

Com relação à contribuição do turismo e à geração de renda local, 80% dos pesquisados acreditam que, de fato, os recursos oriundos da atividade vem contribuindo significativamente para isso. No entanto, 20% acham que a maior parte dos recursos fica diluída entre os operadores turísticos, as pousadas e os guias não indígenas.

Quando se promove o destino Monte Roraima, é pela Venezuela que se faz. Com relação aos recursos oriundos deste roteiro, poderia ficar bem mais aqui, só que não fica, mas, felizmente, da forma como se trabalha hoje, de cada pacote vendido para o Monte Roraima, em média 80% do recurso é retido aqui no estado de Roraima, porque o que nós utilizamos dentro da Venezuela é o transporte 4x4, os guias e os passeios que a gente faz aqui dentro pré-Monte Roraima, o lucro da empresa também é gasto todo aqui, então o Monte Roraima é altamente rentável para o Estado de Roraima (informação verbal¹²¹).

¹²⁰ Guia venezuelano, 2007.

¹²¹ Empresário brasileiro, 2007.

Então, apesar do pouco investimento no que tange à divulgação do produto no Brasil, ele vem de fato se constituindo em um vetor de geração de renda, porém, diferentemente do que ocorre na Venezuela, os recursos não chegam até as populações indígenas brasileiras. Talvez o próprio fato das comunidades indígenas brasileiras ainda se depararem com questões conflituosas no que diz respeito a TIRSS seja um dos fatores para que o turismo hoje praticado no Roraima ainda não seja um propulsor de desenvolvimento.

Esta questão passa também pela ação do próprio poder público no Brasil:

A principal dificuldade para o turismo no estado é a falta de apoio do próprio estado. Seria necessário que o governo incentivasse as empresas que operam, que criassem infra-estrutura nos atrativos de uma forma sustentável e equilibrada, envolvendo toda a comunidade, seja a comunidade local, sejam os indígenas, ou seja, toda a cadeia, então que o governo saísse só da retórica, e desse condições para que todos pudessem trabalhar e se desenvolver....é falta de acreditar de verdade, o que eu vejo hoje é que se tem uma visão, mas não se acredita, não põe a mão na massa pra ver o que vai acontecer (informação verbal¹²²).

Associado a isso percebe-se a falta de ações integradas efetivas nos países que detem posses sobre o Roraima. Na realidade, o que se observa é a presença de uma retórica integrada do turismo, mas a prática deixa muito a desejar, fato esse corroborado por um empresário local.

Há um interesse muito grande da Venezuela (estado Bolívar) em fazer uma parceria efetiva com o Brasil (Roraima) com relação ao turismo, mas, por outro lado o Brasil, Roraima tem uma sede muito grande, nós precisamos muito mais do que eles, mas as coisas não se encaminham, quando se busca resultados práticos, não há esse intercâmbio (informação verbal¹²³).

Com a geração de renda a partir do turismo, questionou-se a percepção de mudanças no local a partir da atividade, quando 60% dos pesquisados apontaram que transformações vem sendo dinamizadas não só na área do Paraitepui, como também em Santa Elena. Neste sentido, foram apontados o crescimento das cidades do entorno do Roraima (Santa Elena e San Francisco), e do próprio PNC, a variação de trilhas, o crescimento do número de visitantes e, como ponto negativo, a depredação da área, indicando a necessidade, inclusive, da implementação de um plano de manejo urgente. Estas mudanças também são apontadas na análise do empresariado local.

O impacto na área está sendo em todas as áreas. De 10 anos pra cá, o que mudou a característica da aldeia é uma coisa impressionante. Hoje eles construíram um local que é pra ser de hospedagem pra turismo, a gente fala em infra-estrutura, eu acho

¹²² Empresário brasileiro, 2007.

¹²³ Empresário brasileiro, 2007.

legal, tem que ter mesmo infra-estrutura, a coisa tá andando, mas o visual que foi colocado ali nos meus olhos – talvez por ser romântico ainda – ela fere a harmonia do ambiente, poderia ter sido feita uma estrutura adequada ao ambiente. E tudo isso foi feito com a autorização do INPARQUES (informação verbal¹²⁴).

Uma questão deve ser enfatizada: todas as pessoas, por mais críticas que sejam, foram unânimes em afirmar que a viagem atendeu todas as expectativas por elas suscitadas, não só pelo mérito da própria natureza, bela e válida por si só, mas também pelos serviços prestados dentro das limitações impostas pela própria natureza.

No início era mais um sonho, uma viagem para um lugar distante e remoto, o que despertava o desafio do desconhecido, das dificuldades. Mas o Monte Roraima se mostrou muito mais do que isso. Havia um significado que não estava claro no início da expedição. Mais do que isso, tenho a impressão de estar em um outro mundo um lugar que tenta esconder os mistérios de uma terra antiga, que impõe respeito e surpreende pelas belezas que se escondem por detrás das nuvens. O mais belo cenário que já vi em toda a minha vida.

A lição que ficou nos ensina sobre os valores que temos, as pessoas que conhecemos, a vida que temos e levamos. Não importa se somos ricos ou pobres, feios ou bonitos, homens ou mulheres, velhos ou crianças. O monte é igual para todos (DEPOIMENTOS, não paginado).

Viagens assim, tais como ir ao Monte Roraima, são sempre experiências absolutamente únicas e intransferíveis, onde a palavra não alcança sua totalidade. Mas as palavras existem como ponte para a comunicação, mesmo daquilo que é quase incomunicável.

Além de alcançar o topo do monte, que em si é um processo absolutamente interno, apesar de fisicamente exaustivo, onde passo-a-passo enfrentamos limites e sua superação em todos os registros, estar lá, e permanecer por um tempo, pequeno que seja (eu teria ficado mais alguns dias, para mim foi pouco tempo de permanência, o que me faz ficar com muita vontade de retornar), foi como olhar para o nosso passado ancestral. As pedras imemoriais, os cristais eternos diante de sua permanência cristalina, o céu recheado de estrelas que talvez nem existam mais, a diversidade de bromélias incrustadas naquelas pedras com formas sem fim, a nuvem batendo no paredão e subindo para o céu como se fosse uma cachoeira ao contrário, dormir naquele silêncio (quando não venta) e que ecoa no corpo como um som surdo constante conversando com a nossa corrente sanguínea afinada com o batimento do coração...além do quê, a vivência com pessoas que nunca tinha visto antes e que, de um segundo a outro, tornam-se íntimas e cúmplices desta experiência avassaladora! (DEPOIMENTOS, não paginado).

A preocupação, de fato, com a preservação do local, possibilitou enumerar algumas sugestões (Quadros 26 e 27) que viessem a contribuir realmente para a proteção do Monte, bem como ao aprimoramento dos serviços turísticos prestados durante o trajeto.

¹²⁴ Guia, 2007.

SUGESTÕES
<p>Desenvolvimento de um programa de ações de educação ambiental para os indígenas e visitantes, vinculados a administração do Parque;</p> <p>Vistorias periódicas efetivas;</p> <p>Coleta de lixo semanal;</p> <p>Parcerias entre poder público e empresariado;</p> <p>Aplicar efetivamente a legislação de visitação do Parque e aumentar a fiscalização;</p> <p>Desenvolvimento de técnicas que levem a proteção e sustentabilidade do ecossistema;</p> <p>Reversão da taxa de entrada ao PNC para limpeza da área;</p> <p>Melhoria do acesso;</p> <p>Instalação de banheiros nos acampamentos;</p> <p>Proibição de visitantes com animais;</p> <p>Aumento do controle do número de visitantes;</p> <p>Delimitação áreas para <i>camping</i>;</p> <p>Recuperação das áreas já degradadas;</p> <p>Controle das queimadas;</p> <p>Desenvolvimento de um programa específico para a proteção dos recursos hídricos.</p>

Quadro 26: Sugestões dos visitantes para a proteção do Monte Roraima.
 Fonte: Helena Doris Quaresma, pesquisa de campo (2007).

SUGESTÕES
<p>Maior preparo dos visitantes para o respeito do que será encontrado no Monte;</p> <p>Diversificação do cardápio;</p> <p>Criação de uma estrutura do lado brasileiro;</p> <p>Produção de mais informativos sobre o Monte e o trajeto;</p> <p>Agilidade dos trâmites burocráticos na fronteira;</p> <p>Diversificação das opções de passeios;</p> <p>Desenvolvimento de ações de educação ambiental direcionadas para os turistas;</p> <p>Inclusão dos aspectos culturais no trajeto (contos, mitos, gastronomia local, música).</p>

Quadro 27: Sugestões dos visitantes para o aprimoramento dos serviços turísticos.
 Fonte: Helena Doris Quaresma, pesquisa de campo (2007).

A percepção crítica de outros atores que integram a prática do turismo no Roraima é reforçada pela fala de um empresário venezuelano: “esse turismo para o Monte Roraima não é muito bom para o Parque porque estão estragando mesmo com o Monte, mas a necessidade desta comunidade de Paraitepui é o único meio que eles tenho de viver” (Empresário venezuelano, informação verbal, 2007).

De uns quatro anos pra cá foi elaborado um plano de manejo e o turismo está acontecendo de forma mais organizada, mas ainda muito longe do ideal.

Como pontos positivos do turismo, o local é um atrativo único no mundo, a montanha com dois bilhões de anos, com muita história para contar, com muita vida animal e flora endêmicos da região então tem uma gama de estudos infundáveis para serem realizados, esse é um ponto fortíssimo do Monte Roraima. Também outro ponto bastante forte na questão do turismo pra lá é que um destino relativamente novo, o Brasil principalmente tá começando a conhecer agora e isso conta muito a nosso favor por estar nas proximidades, já ter uma experiência de expedições pra lá. Ponto positivo nas expedições para o Monte já é a experiência adquirida ao longo desses anos todos de viagem pra lá e já se aprendeu uma série de coisas bacanas para se aplicar lá.

Ponto negativo que eu considero é a falta de infra-estrutura, a infra-estrutura lá é totalmente zero, tudo que se precisa você tem que levar, mas por outro lado, eu acho que isso tem um ponto positivo também, porque a partir do momento que se você começa a criar uma infra-estrutura numa área como o Monte Roraima você acaba a descaracterizar o lugar, começa a impactar mais, facilita o acesso, que hoje eu acho que já facilitou muito, porque antigamente nas primeiras viagens que eu ia pra lá, eram duas horas de viagem do asfalto até a comunidade indígena, hoje se faz em 30 minutos, então hoje qualquer pessoa está indo pro Monte, e esse é um fator negativo e positivo ao mesmo tempo (informação verbal¹²⁵).

Para tanto,

Todos os viajantes deveriam passar por uma agencia, seja no Brasil seja na Venezuela; todos os guias deveriam assumir a responsabilidade de fato pelo que acontecesse durante a trilha e hoje não é assim a maior parte dos guias fica inibida e não controla seus grupos, o cara fica inibido e isso não acontece, então seria dar essa autoridade e responsabilidade ao guia; dar essa responsabilidade de uma forma bem mais dura aos indígenas que estão operando ali, porque os indígenas são os que menos se preocupam com o manejo dentro do parque inclusive uma formação seria interessante, pois ainda há uns problemas de bebida muito grande, deveria haver uma formação com os guias e índios que trabalham na região, e o cuidado com o fluxo, pois é possível que haja um controle rigoroso ... Esse tipo de cuidado deveria haver também lá em cima da Montanha, porque hoje existem trilhas demarcadas para que você caminhe mas não quer dizer que você não possa abrir novas trilhas, elas podem ser abertas, mas tendo esse cuidado para não danificar o caminho. Eu desconheço a vistoria da Venezuela (informação verbal¹²⁶).

Ações vem sendo dinamizadas pelos próprios empresários do setor no sentido de minimizar as impactações: pequenas reuniões preparatórias para o trajeto, distribuição de sacos para acondicionamento dos detritos, mala direta com informações acerca das especificidades do trajeto e recomendações de conduta durante o mesmo (Quadro 28).

¹²⁵ Agente de turismo/guia brasileiro, 2007.

¹²⁶ Guia brasileiro, 2007.

Amarás a Deus sobre todas as coisas, e assim respeitarás suas obras, e que o MONTE RORAIMA seja um santuário;
 Somente trarão desta montanha as fotos que tirares, as imagens que fizeres, e a experiência mística que viveres nos dias no topo;
 Santificarás toda esta natureza, que é tão ou mais sagrada que qualquer igreja;
 Honrarás o Monte Roraima e toda a Gran Sabana, protegendo-a de todas as maneiras;
 Não matarás nem plantas, nem animais. Caminhe sempre pelas trilhas evitando pisar em qualquer ser vivo inclusive plantas;
 Não cometerás atos impuros (traga de volta os excrementos produzidos, inclusive papéis usados e tudo que não pertencer ao lugar);
 Não roubarás nada que seja do Monte Roraima: nem animais, nem plantas, nem cristais, nem pedras. Eles pertencem a este lugar há mais de 2 bilhões de anos. Respeite!
 Não dirás falso testemunho. Cumpra todos os mandamentos;
 Não consentirás pensamentos e nem desejos impuros. Se vires pessoas maltratando as plantas, os animais ou recolhendo qualquer coisa da montanha, não hesite, chame-lhe a atenção ou DENUNCIE-O!
 Não compares o Monte Roraima com outra montanha. Esta é única no mundo.

Contamos com sua colaboração.
 Se cada um de nós fizer sua parte, a natureza fará a dela naturalmente.

Quadro 28: Mandamentos do Monte Roraima.
 Fonte: Roraima Adventures , 2007.

Com relação ao turismo no Roraima, a compreensão do IBAMA passa pela visão de que tal prática, inclusive no PNMR, é viável.

Deveria ser uma coisa controlada, que os turistas fossem bem orientados. O nosso ideal era que pudesse ser trabalhado (o turismo) como é trabalhado pela Venezuela, o turista não vai só, ele é obrigado a ir sempre acompanhado pelo índio, entendeu? Que estão ali e que controlariam né, porque a preservação ali tem que ser integral (informação verbal¹²⁷).

No entanto, apesar do turismo ser uma perspectiva viável a ser considerada pelos técnicos da instituição, não foi contemplada pelo decreto de criação do Parque (Decreto nº 97.887, de 28.06.1989).

Para acontecer teria que mudar no decreto, porque realmente não tá previsto turismo nessa área por vários motivos né? Pela normatização, e outra questão é que pelo lado brasileiro, ele é inviolável, porque não tem condições de andar no Monte Roraima do lado brasileiro, é muito precipício (informação verbal¹²⁸).

¹²⁷ Técnico do IBAMA, 2007.

¹²⁸ Técnico do IBAMA, 2007.

Há que se pensar no entorno da área também e, nesta direção, existe próximo ao Roraima outra formação semelhante a ele denominado de Roraiminha (Figura 16).

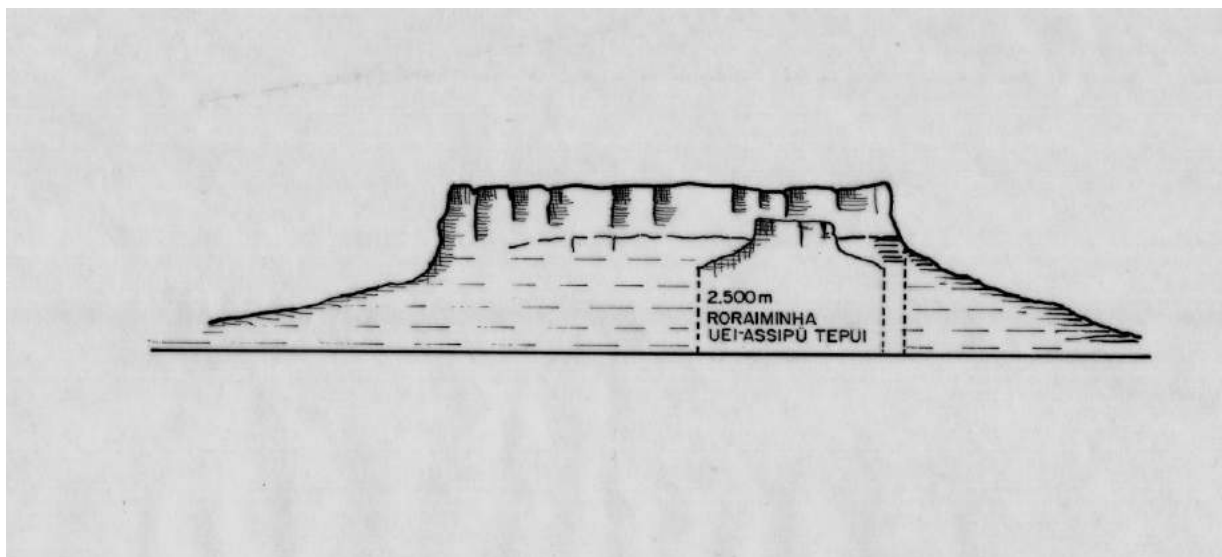


Figura 16: Croqui do perfil do Roraiminha.

Fonte: Adaptado por Helena Doris Quaresma/ Desenhado por J. Mardock a partir de Emílio Perez e Warren (200?).

Este tepuy é menor que o Roraima, está inserido somente em território brasileiro, no PNMR e na TIRSS, e se configura como alvo de atenção do próprio IBAMA.

[...] o que a gente tá tentando fazer, que é o nosso projeto pra 2007, é desenvolver o Roraiminha ... Mas o Monte Roraima para os índios é uma coisa endeusada, sabe? Pra eles é aquela coisa da água sagrada, da grande mãe, já o Roraiminha não, ele ainda não foi trabalhado, mas nós já sobrevoamos e há condições de turismo por ali. É possível fazer turismo por ali (informação verbal¹²⁹).

Associado a isso ainda há a questão da cosmovisão dos Ingarikó, “[...] o que tá preservado do Monte Roraima pelo lado brasileiro é fruto da própria consciência indígena, eles não gostam, do nosso caminho lá por cima (Técnico do IBAMA, informação verbal, 2007)”. A viabilidade do turismo no Roraiminha está por conta da autorização das instâncias competentes, a fim de viabilizar a prática do mesmo em consonância com os demais atores envolvidos.

Uma visão crítica do processo se faz necessária. Do ponto de vista de um dos informantes,

¹²⁹ Técnico do IBAMA, 2007.

Juntar los tres países para la práctica del turismo sería una de las mejores formas de preservar la Montaña y cuidarlo porque si tienen la capacidad de hacer la cosa organizada por parte de los tres países, ya sea que el país que ahora tiene el lado mayor la Venezuela, podría dar la iniciativa, con apoyo de Brasil e invitar a Guyana, porque si un país fuerte da iniciativa a Venezuela, los demás van a tener el compromiso de acompañarlo para que sea más auto sustentable el turismo en la zona norte del Brasil, sur de Venezuela, este guyanés. Es posible que los tres vengan a ían trabajar en prol de organizar el Monte Roraima y el Monte Roraima va a desarrollar mucho las tres comunidades.

En norte del Brasil estamos en la edad de la piedra, en sur de Venezuela las cosas no han sucedido como deberían suceder ante un escenario como esse, porque deberían tener verbas ya listas, si saben que esto existe y es tan fantástico el gobierno debería hacer el Plano de organizar Monte Roraima como algo principal. Falta iniciativa, hoy en día las cosas son más para el lado individualista de la persona de la sociedad y todos están por su dinero, por su gano, por todo, después que usted se siente en un estado de que estoy bien económicamente, que estoy consiguiendo lo que quiero mientras isso o que se sucede el contorno se deteriora. Hay un ciclo de vida acá. Si comenzamos a trabajar sostenible será mucho más fácil para todo el mundo organizar, ese el primer elo....deberíamos primero preservarla, organizarla y ahí sí trabajar.

A pesar de todas las dificultades, las falhas de INPARQUES, y de algunos otros órganos yo creo que el turismo en el Monte Roraima es auto sostenible, porque muchas personas están generando su economía, generando una economía nacional por medio de la Montaña. Ahora si está poco cuidada es otra cosa. Yo pienso que el turismo allí es un poco auto sostenible porque mucha gente en Gran Sabana, o en Santa Elena, que es la sede del municipio ellos después de la economía de minería años atrás, lo que les ha sobrado es el turismo. Pero podría ser mucho más auto sustentable si se organizan de una forma mejor con proyectos serios en prol de la comunidad primero y después a los terceros, a los privados (informação verbal¹³⁰).

De qualquer forma, a percepção do poder público também deve ser levada em consideração nesta questão. No entanto, se percebe a ausência de um discurso ou prática efetiva que venha a coadunar a questão do turismo com o alcance dos objetivos de uma UC. Mais ainda no que tange a ações integradas para esse espaço.

Eu acho que o Monte pode ser um grande motivador e um símbolo do desenvolvimento do turismo amazônico, há que se pensar como desenvolver estes produtos no norte, pois temos que vender um produto que não tem muito a ver com a cultura brasileira no mercado nacional. Na região Norte nós temos uma grande dificuldade de captar mercado por serem produtos muito diferenciados, você não vai conseguir colocar luxo nos produtos da região Norte, porque é uma coisa muito particular, são situações diferenciadas, tem que se trabalhar a cultura de mostrar o valor que tem a diferenciação do norte. Aí eu vejo o Monte neste sentido, como um grande símbolo deste turismo.

Brasil e Venezuela precisam passar por uma etapa de mais integração. A integração de mercado ainda é muito deficiente e eu acho que os dois países podem ganhar muito se integrarem produtos, porque eu não posso competir com a Gran Sabana,

¹³⁰ Guia venezuelano, 2007.

todo mundo que chega em Santa Elena é louco para vir ao Brasil...existe uma curiosidade mutua dos mercados de cada país...As agências brasileiras e venezuelanas poderiam se integrar mais pois isso vai render bons frutos para os dois países, a Venezuela vai se posicionar muito mais no Brasil e o Brasil na Venezuela, e a gente vai ter o crescimento de produtos integrados. O Monte era para ser o símbolo dessa integração de produtos turísticos porque ele está no meio, no caso do Brasil, o problema é o acesso, mas isso não inviabiliza o produto para o Brasil, acho que vai chegar uma hora que essa integração vai se dar até mesmo porque o próprio mercado vai demandar isso.

Inúmeras questões envolvem o incentivo do mercado brasileiro ao produto Monte Roraima. A primeira delas é à relativa a gestão pública, é a questão do preço da malha aérea, onde estão os maiores mercados? Onde tem mais gente, onde tem mais renda, Sul e Sudeste do Brasil. Os principais mercados de turismo estão no Sul e Sudeste do Brasil, a possibilidade de redução do preço do custo aéreo. A tendência natural é que um dia as pessoas se cansam de praia e busquem o novo, o diferente e o turismo no Monte Roraima é o novo, vender a experiência, o diferente mesmo para as pessoas muito urbanas, isto pode interessar.

Tem que ter um olhar diferente para promoção e captação da região Norte. O Ministério do Turismo tem uma grande responsabilidade no sentido de dar um olhar diferenciado para a região Norte. E eles olham muito pouco para a região Norte, eles sofrem pressões também, deveria ter um setor específico para tratar do turismo na Amazônia (pesquisa de campo¹³¹).

Talvez, a problemática fronteira que hoje é vivenciada, principalmente entre Brasil e Venezuela, perpassa pela questão também da inserção da Venezuela no Mercosul, como algo ainda pouco consistente.

Diante dessas questões, faz-se necessário resgatar a percepção totalizadora da natureza, colocando-se de lado modelos paliativos de criação de “bosque saudável” (BLANCO, 2007), como reserva para um consumo futuro. Há que se considerar uma relação construtiva entre *ser* e *natureza*, com possibilidades de convívio sustentável, a exemplo do que vinha sendo praticado pelas populações indígenas e que hoje já se alterou em função de vários fatores. A marca desta práxis é a visão de que a natureza é a fonte da vida orgânica e não orgânica. No dizer de Blanco (2007, não paginado), “[...] a natureza sempre foi o princípio gerador e unificador do ser com algo que está para além da própria compreensão humana. Faria-nos muito bem um pouco de humildade em relação à natureza, a fim de entendermos que somos apenas uma parte em relação ao todo incognoscível”.

Pretender fazer do turismo um instrumento de desenvolvimento em cidades fronteiriças passa pela ruptura da percepção de que “[...] la frontera es una percepción de encuentro para La sociedad allí asentada, que se convierte en una trinchera de políticas de seguridad nacional de los países y en una limitante para El desarrollo económico y social de

¹³¹ Gestor público da FETEC, 2007.

las sociedades fronterizas” (OCHOA Z.; WOOD, S. e ZARATE, B., 2006, p. 25). Nesse sentido, ações paralelas podem ser integradas, oportunizando melhoria da qualidade de vida das populações locais. Tal fato já vem ocorrendo de forma não tão intensiva em Pacaraima (Brasil) e Santa Elena (Venezuela).

O Roraima como *locus* fronteiro é um espaço onde se trava “o encontro com o outro”. Encontro esse que pode ser apresentado a partir de Galvão (1955), quando expõe o encontro de índios e brancos aqui configurado a partir da sazonalidade de visitantes (turistas) que se dirigem ao tepuy, confrontando culturas e tempos diferenciados. Além disto, o Roraima também pode, à luz de Galvão (1955), ser apresentado como “encantado”, ou seja, de uma magia própria e à qual é atribuído feitos sobrenaturais que vem sendo relatados oralmente de geração a geração. A existência do encantamento extrapola os *encantados* da água e se estende à floresta e à savana. Nesse caso, vem ao encontro do que Morin (1986) apresenta como mito, ou seja, narrativas que descrevem a origem dos homens e as relações desses com os deuses e os espíritos.

Assim como identificado por Adrião (2003, p. 77) em uma comunidade pesqueira no nordeste paraense (Amazônia Oriental), que tem no turismo uma atividade presente, em Paraitepui também este vem contribuindo significativamente para as transformações sociais e econômicas na região. A população passa a conviver com certos valores e a privilegiá-los. Um novo ritmo de vida advém desta relação e que todos deveriam estar preparados para lidar com a dinâmica.

No Roraima, o encantamento está presente por meio do som do silêncio, no movimento das pedras, no espelho da água translúcida, nas cores das flores e no vento que em um sopro transporta a vida para infinitos cenários. A névoa é uma constante no topo, as nuvens integram o cenário gótico que ora se apresenta limpo e cristalino, ora se apresenta como surrealista. Não perdê-lo é o grande desafio.

5 DISCUSSÕES

A região do norte da Amazônia, também chamada *Calha Norte do rio Amazonas*, se consolidou nos séculos XVII e XVIII como posto de trocas francesas, espanholas, portuguesas, holandesas e inglesas. Trabalhos diversos vem sendo desenvolvidos no sentido de resgatar tal trajetória. Como exemplo pode-se citar o trabalho de Queiroz e Gomes (2002. p. 1), no qual é enfatizado a existência na área “[...] de micro-sociedades indígenas migrando, comunidades de escravos negros fugidos movimentando-se, soldados desertando e índios aldeados entre economias camponesas e o comércio das canoas que faziam os caminhos fluviais da região”. Percebe-se a partir desse cenário que, ao longo do tempo, interesses, objetivos e estratégias vem se re-construindo em escala internacional a partir de uma dinâmica de redefinição política, econômica e étnica que emerge na Amazônia colonial e vem se perpetuando até hoje.

A Amazônia vem se deparando com um quadro de mudanças no que tange às questões ambientais. Neste cenário contracenam a sociedade civil organizada, os governos em suas diversas instâncias e a cooperação internacional nas mais diversas escalas. Fruto da interação desses atores surge uma diversidade de interesses, muitas vezes conflitantes entre si, dificultando a construção e implementação de políticas eficazes e articuladas.

Em seu trabalho acerca da geopolítica¹³² da Amazônia, Becker (2005) evidencia que a região sempre se defrontou com a presença de pressões e disputa por seus recursos. Redes passam a ser construídas a partir das potencialidades do território, onde relações e investimentos passam a transnacionalizarem. No dizer da autora, a América Latina vem sendo percebida a partir da relação sociedade-natureza que Bowlding denomina de economia de fronteira, ou seja, o crescimento econômico é baseado na contínua incorporação da terra e dos recursos naturais no crescimento, sendo ambos infinitos.

Hoje essa percepção está sendo colocada em desuso e sustá-la é o grande imperativo não só local como internacional. Na Amazônia os atores autóctones já constituem resistências à alienação e expropriação de seus saberes e recursos naturais, lutando por seus direitos. Podem ser citados como exemplos a RESEX Chico Mendes e a homologação da TIRSS, marcados por conflitos das mais diversas ordens que norteiam de forma direta ou indireta as ações do poder público.

¹³² Relações entre poder e espaço geográfico (BECKER, 2005).

Na América Latina, o grau de deterioração ambiental atinge níveis altíssimos, sendo recorrentes os debates acerca da relação entre desenvolvimento, uso e proteção do meio ambiente. A complexidade que envolve tal questão está associada a variáveis históricas, culturais e tecnológicas na medida em que se constitui em um processo que vem sendo edificado há centenas de anos. A necessidade de minimizar custos, tempo e o descompasso entre as ações relativas à gestão ambiental turística que vem sendo implementadas em âmbito internacional na Pan-Amazônia, segundo Almeida, Mello e Cavalcante (2004), necessitam ser coadunadas por uma linha mestra de ação a partir de três níveis básicos de ação: a recuperação do ambiente degradado; a avaliação da degradação futura e a potencialização dos recursos ambientais.

Na Amazônia, os problemas ambientais ultrapassam as fronteiras políticas e assumem uma perspectiva internacional. Associada a isso, a dimensão continental da região, bem como a carência de recursos humanos e financeiros e as evidências existentes permitem afirmar que as ações relativas à temática deste estudo vem sendo marcadas por práticas isoladas e alienadoras. Tal perfil tende a se consolidar na medida em que a ausência de produção teórica acadêmica e científica acerca da questão é fortalecida pela falta de vontade política que permite de fato a perspectiva de apontar possibilidades de intervenção e de mudança. A utopia de que a construção de uma sociedade local, regional e global mais equitativa e sustentável é possível, é o fio condutor deste estudo, esperando-se com ele contribuir não só com a questão acadêmica, mas também no apontar caminhos que permitam a condução efetiva de um turismo sustentável, dinamizador e integrador de ações que viabilizem a gestão ambiental.

As transformações correntes na região não se dão de forma homogênea, apesar dessa região ser heterogênea, em seu território, diferentes atores transitam em escalas horizontais e verticais. Para Becker (2005, p. 74), a Amazônia hoje, constitui-se como a fronteira do capital natural em nível global, onde existem dois grandes projetos identificáveis: “[...] o primeiro é um projeto internacional para a Amazônia, e o segundo é o da integração da Amazônia sul-americana, continental”. Para a autora, o primeiro projeto emerge como produto do aprimoramento tecnológico e propõe a percepção da Amazônia como uma imensa unidade de conservação, pautada na revalorização da natureza como reserva de mercado e como garantia da vida, em que os elementos da natureza são valorados e transformados em

mercadorias fictícias por não terem sido produzidas para serem vendidas no mercado onde transitam atores incógnitos.

O segundo projeto está associado basicamente ao processo de coesão e interatividade sul-americana que, por sua vez, pode pôr em cheque “as potências” hegemônicas “exógenas”, fortalecendo os interesses sul-americanos de forma integrada, especialmente no que tange ao aproveitamento da biodiversidade, principalmente em cidades gêmeas. Esse contexto fortalece o combate às atividades não lícitas por meio da militarização das fronteiras, o que torna as fronteiras consideradas mortas vivificadas novamente, a exemplo de Tabatinga – Letícia e Santa Elena de Uairén – Pacaraima. Nesse sentido, Becker (2005, p. 79) enfatiza que “[...] realiza-se uma articulação sul-americana por meio do resgate do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)”.

Hoje, a grande questão está relacionada ao confronto entre a expansão da indústria graneleira, madeireira e pecuária *versus* o uso conservacionista da floresta em pé defendida por ambientalistas, cientistas, produtores familiares e outros setores locais organizados. As reestruturações das esferas federais, estaduais e municipais oportunizaram uma outra dinâmica ao processo de expansão regionais com características e dinâmicas distintas entre si. Becker (2005, p. 83) identifica que a Amazônia se constitui uma região com especificidades próprias e com três macroregiões: o “[...] arco do povoamento consolidado, porque é onde estão as cidades, as densidades demográficas maiores, as estradas e o cerne da economia [chamada de arco do fogo]”; a “[...] Amazônia central, que corresponde ao restante do estado do Pará, que é a porção mais vulnerável da Amazônia, porque é cortada pelos eixos, pelas estradas” e a Amazônia Ocidental “[...] que tem a maior área de fronteira política e é a mais preservada (porque não foi cortada por estradas e seu povoamento foi pontual)”. Tais especificidades conferem à Amazônia Ocidental uma potencialidade ímpar no que tange ao desenvolvimento do ecoturismo, bem como à possibilidade de desenvolvimento de corredores de uso turístico e a gestão ambiental.

Essa trajetória vem sendo marcada por elaborações de políticas públicas desagregadas e episódicas. Na área ambiental, no entanto, o planejamento se consolida no Brasil na década de 1980, quando de uma perspectiva eminentemente preservacionista as ações governamentais passaram a ser elaboradas numa perspectiva intervencionista de fato, amadurecendo no âmbito de suas ações. Contudo, as ações públicas ainda ressentem-se da necessidade da transversalidade, requerem diálogos horizontalizados e

articulações/integrações intersetorial em níveis diversificados, extrapolando até mesmo o âmbito nacional e abrangendo patamares internacionais.

Coadunar o desenvolvimento e a política ambiental se constitui no grande desafio a ser superado. Para tanto, a transversalidade é apontada por Becker (2005) como um novo princípio a ser seguido, na medida em que o ambiente deixa de ser tratado como variável independente e perpassa por todos os temas a serem discutidos e ações a serem implementadas. Sob esta lógica, foi criado o Plano Amazônia Sustentável (PAS)¹³³ com cinco eixos estratégicos: gestão ambiental e ordenamento do território, novo padrão de financiamento, inclusão social, infra-estrutura para o desenvolvimento e produção sustentável com inovação tecnológica e competitividade.

A questão do uso e proteção dos recursos naturais em âmbito nacional e internacional envolve uma rede complexa de relações que vão desde questões políticas a geográficas, econômicas, naturais e sociais. O cerne da questão está relacionado às diferenças regionais, bem como à vontade política, seja do ponto de vista da esfera governamental, seja da esfera local, em desenvolver e implementar mecanismos que de fato venham consubstanciar a defesa do patrimônio ecológico e cultural. Nesse sentido, as UC podem vir a ser de fato uma alternativa que viabilize tal intento.

Apesar de acreditar nessa possibilidade, percebe-se que a legislação hora vigente em âmbito nacional e internacional não vem garantindo o êxito da proteção dos recursos, muito menos sua inviolabilidade. Construir ações que possibilitem reverter tal situação se fazem necessárias. Para tanto, a articulação de estados e países que tem em comum não só o fato de serem limítrofes entre si, como é o caso de Brasil, Venezuela, Guiana, Paraguai, Argentina dentre outros, mas que comungam biomas, cultura e problemas se constitui em uma prioridade, a fim de que os resultados sejam exitosos e os custos minimizados.

O controle do espaço territorial se configura a partir de dois níveis estabelecidos: a ação do poder público – em âmbitos federal, estadual e municipal – e o poder privado. “[...] A dinâmica espacial produz uma complexa forma de controle e uso do espaço, muitas vezes re-organizando novos domínios, que invariavelmente tornam-se alvo e palco de disputas entre poderes constituídos e/ou diversas frações sociais” (MENEZES, 1999, não paginado). No caso deste estudo, pode-se apresentar como exemplo a forma como vem se estabelecendo as relações entre o Estado, populações autóctones, ONG e sociedade civil sobre

¹³³ Programa elaborado pelo governo federal pelo qual pretende superar a polaridade conflitiva entre política ambiental e desenvolvimento.

a área do Monte Roraima e seu entorno. Menezes (1999) enfatiza que um novo papel para a Amazônia vem sendo redefinido, tornando-a mais complexa e re-direcionando a ação dos agentes interessados na gestão ambiental. Esse novo papel tem no plano internacional um efetivo ator sobre a região:

As interferências sobre a região se fazem através dos mecanismos de investimentos e empréstimos que tendem a condicionar a preservação do meio ambiente e de comunidades autóctones, as experiências de um modelo de desenvolvimento sustentado para definir linhas de crédito; do incentivo ao turismo na região baseado em experiências de “hotéis de selva” que introduz o turista diretamente nestes locais, sem que haja necessidade de utilização de infra-estrutura de serviços urbanos (MENEZES, 1999. não paginado).

As políticas de conservação da natureza nem sempre vão ao encontro dos anseios e necessidades das diferentes populações locais. Hoje, as ações vem sendo configuradas pela tomada de decisões ecológicas globais contingenciadas pela exigência de fundos e programas internacionais para o meio ambiente, o mercado de serviços ecológicos e “commodities ambientais”. As especificidades culturais são ignoradas nesse processo. Segundo Lauriola (2005, p. 166), em estudo acerca dos Ingarikó, “[...] adotar a perspectiva cultural indígena para entender e esclarecer suas regras efetivas de uso e manejo dos recursos naturais pode representar o ponto de partida para desenvolver e implementar planos de manejo ecologicamente eficazes e socialmente benéficos”.

Na Amazônia Ocidental, principalmente em áreas fronteiriças, esse processo traz consigo, além da alienação local, a operacionalização de uma práxis turística pautada pela exploração, baixo investimento e uso e controle do espaço, inserindo um novo padrão de consumo ao mercado. Por se constituir em uma presença relativamente recente na Amazônia, principalmente em áreas ditas *de fronteira*, o turismo se apresenta como um potencial imenso como alternativa para a diversificação da cadeia produtiva. A possibilidade de desenvolvimento, a partir de um turismo integrado em áreas de fronteira, é viável na medida em que agregue em torno de si os mais diversos segmentos envolvidos com a questão, oportunizando o compartilhamento efetivo de responsabilidades e dos frutos oriundos da atividade. A partir de uma perspectiva sustentável, o turismo pode se constituir em uma opção de parceria efetiva à gestão ambiental e integração internacional, na medida em que as opções locais, nacionais e internacionais tenham umnexo comum: o desenvolvimento de ações para a coletividade a partir de práticas alternativas e não apenas para as elites e para a manutenção do *status quo*.

Cidades como Pacaraima e Santa Elena (fronteiras contíguas do Brasil e Venezuela, respectivamente) tem suas histórias relacionadas à história da definição de limites internacionais e a influência da “borda fronteiriça”. Esta situação é marcada por uma série de mudanças políticas, administrativas e naturais, fruto emblemático do desenvolvimento de *bonderlands* e *bodertowns* que, segundo a concepção de Menezes (1999), são cidades que surgem relacionadas às linhas fronteiriças, à defesa da fronteira e à manutenção da soberania nacional (como exemplos podem ser citadas as cidades de Letícia, Tefé, Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira, dentre outras). A questão da nacionalização do território e da população é o pano de fundo desse contexto no qual a fronteira também passa a se inserir na vida social, produzindo construções sociais e simbolismos específicos sobre áreas que na realidade já vem sendo habitadas por uma significativa população indígena já possuidora de uma carga histórico-social estabelecida com o espaço em que se encontra.

O quadro social emergente nessas áreas de fronteira precisa ser compreendido a partir da percepção de que o território fronteiriço possui uma vivência e uma cultura frutos de influências diversas e que se manifestam em âmbitos materiais ou simbólicos. No dizer de Menezes (1999) estas áreas condensam a pretensa homogeneidade imposta pelo Estado-Nação, mas que, na realidade, mascaram as múltiplas demarcações nas fronteiras. É a partir do Estado que a lógica natural e a endogenia territorializante são postas de lado na busca da subordinação ao interesse governamental.

O tema *Parques Nacionais e Fronteira na Amazônia* constitui-se em uma questão estratégica para pesquisas e gestão de políticas governamentais e soberania em uma perspectiva transversal. Compreender e empreender ações pautadas na gestão integrada destas áreas se coloca como desafio diante das inúmeras demandas econômicas naturais e sociais frente a perspectiva de sustentabilidade. No caso da Amazônia, no dizer de Irving (2004, p. 27),

[...] os espaços de fronteira estão intimamente vinculados à discussão de soberania e integridade territorial, à violência itinerante, à exploração ilimitada e inconsequente de recursos naturais, à ausência quase neutralizada do Estado e a uma diversidade étnica e cultural de difícil interpretação, pelo olhar urbano, distante da realidade da floresta e dos povos que ali habitam, historicamente, numa relação ancestral com a base dos recursos naturais.

Nesse quadro, os Parques tornam-se áreas onde os conflitos e tensões estão estabelecidos entre um passado histórico e um mercado em busca do exótico.

Não há um consenso em torno da definição de *fronteira* e *limite* para Irving (2004). A fronteira deve ser vista como dinâmica, que transcende a barreira política, imposta sobre a base de um território contínuo. É comum a utilização do termo *Parques Fronteiriços*, no entanto, a Constituição brasileira estabelece indiretamente que todos os PN situados em áreas de fronteira constituem-se em áreas protegidas uma vez que estão localizados na faixa de 150 km de largura ao longo das fronteiras terrestres, sendo tais espaços considerados como fundamentais para o território nacional.

A concepção de Parques Transnacionais é oriunda de um modelo americano de Áreas Protegidas Transfronteiriças (APT)¹³⁴ que implica, segundo Irving (2004), em cooperação internacional e a cooperação entre duas ou mais áreas protegidas constitui um pré-requisito para uma APT. Esta nova concepção de modelo de gestão apresenta um cenário fértil para experiências e consolidação de iniciativas bi ou tri-nacionais. A região Norte tem em sua área 13 PN, sendo que cinco localizam-se em áreas de fronteira¹³⁵.

A origem das Áreas Protegidas Transfronteiriças está relacionada com o estabelecimento, em 1932, do Parque Internacional para a Paz Waterton-Glacier, com o objetivo de comemorar a história pacífica e a amizade entre o Canadá e os EUA (HAMMILL, BESANÇON, 2003; SANDWICH et al., 2001), por iniciativa do Rotary Internacional. As APT tem crescido nos últimos anos. Segundo Sandwich et al (2001), existem pelo menos 169 complexos de duas ou mais área protegidas adjacentes que são divididas por fronteiras internacionais. Elas perfazem um total de 666 AP e representam 113 países. Desse total, muitas já são APT e outras tem potencial para se tornarem.

Por APT entende-se:

[...] uma área de terra e/ou mar que ultrapassa uma ou mais fronteiras entre estados, unidades sub-nacionais tais como províncias e regiões, área autônomas e/ou áreas além do limite da soberania ou jurisdição nacional, cujas partes constituintes são especialmente dedicadas à proteção e manutenção da biodiversidade, e da natureza e recursos culturais associado, e gerenciadas cooperativamente por meio legal ou outro meio efetivo (SANDWICH et al, 2003, p.3).

Algumas APT também tem sido chamadas de Parques para a Paz, em função de se constituírem em uma alternativa à solução de conflitos sociais ou militares em áreas abertas, onde as populações locais dependem economicamente dos recursos naturais para sua sobrevivência,

¹³⁴ Transboundary Protected Areas (TBPA)

¹³⁵ PN Serra do Divisor, PN Pico da Neblina, PN Cabo Orange, PN Monte Roraima e PN Montanhas do Tumucumaque.

ou onde estas se localizam em áreas remotas, a exemplo dos ocorridos em Serra Leoa e Burundi, Nepal, Índia e Colômbia.

No entanto, para Dufour (2008), há uma distinção entre as Áreas Protegidas Transfronteiriças e os Parques para a Paz, uma vez que o segundo de acordo com o autor, tem como um dos seus objetivos a promoção da paz. A tipologia destas áreas avança à medida que emergem especificidades a serem trabalhadas. Um avanço considerável vem sendo apontado neste sentido, já existindo até uma rede de AP para a paz que em 1989 abrangia 59 unidades; em 2001, 169; em 2005, 188; e em 2007, 227 componentes (DUFOR, 2008, p. 5). A tendência é a de ampliação desse número, como instrumento do alcance da sustentabilidade sócio-ambiental, principalmente em zonas conflituosas, como é o caso da tríplice fronteira Brasil, Venezuela e Guiana, que abrange uma “zona de reclamación” e a TIRSS.

Existe um grupo de instituições que tem trabalhado para estabelecer os princípios norteadores e práticas relacionadas ao conceito de Parques para a Paz. Entre elas está a WWF, que desempenha um papel importante na promoção e implementação de projetos de planejamento e manejo de APT. Por Parques para a Paz entendem-se as “[...] áreas protegidas transfronteiriças que são formalmente dedicadas à proteção e manutenção da diversidade biológica, e da natural e recursos culturais associados, e para a promoção da paz e cooperação” (SANDWICH et al, 2003, p.3). Isso porque *fronteiras* são construções políticas cujos interesses diversos se interpõem e como tal poderiam funcionar com mecanismo de inclusão e exclusão social. Em muitos países, especialmente naqueles identificados como em desenvolvimento, muitas das atuais fronteiras foram criadas de maneira arbitrária pelos colonizadores que negligenciaram as comunidades indígenas e os territórios herdados pelo uso histórico.

Essas situações tem criado tensões e conflitos entre nações. Por esta razão, as ATP podem representar uma maneira viável de desenvolver ou estabelecer a paz em regiões com conflitos históricos. Se forem gerenciadas adequadamente, podem ajudar nas questões relacionadas às causas dos conflitos, tais como a pobreza, degradação ambiental e relação entre os Estados.

A efetivação desses espaços se dá a partir do estabelecimento de acordos internacionais (iniciativas de alto nível), iniciativas de base local ou cooperação e ONG que apóiam o manejo cooperativo transfronteiriço, a exemplo do que vem ocorrendo no Camboja, Laos e Vietnan (SANDWICH et al., 2003). Os Parques podem ser criados entre países,

províncias, estados, territórios indígenas, áreas autônomas ou outras áreas que tenham outros tipos de jurisdição, podendo abranger ecossistemas terrestres e/ou marinhos. O fato de o Monte Roraima pertencer a três países não inviabiliza esta possibilidade, haja vista a experiência de cooperação trilateral existente entre Dinamarca, Alemanha e Holanda sobre uma área de 8.000 km² denominada Wadden See, desde 1982.

O envolvimento da comunidade local é uma premissa básica em todo o processo, a saber,

[...] community involvement, especially where indigenous peoples are concerned, is however particularly important in transboundary situations. Many communities living the borders between countries or sub-national jurisdictions have suffered from artificial divisions imposed by political boundaries that separate families and peoples, and even turn neighbouring communities into adversaries (SANDWICH et al, 2001, p. 19/21).

As opções de gestão destas áreas podem se dar de forma variada, segundo as especificidades e entendimentos locais, tais como acordos formais, tratados bilaterais ou acordos multilaterais, instrumentos administrativos (memorandos de entendimentos), acordos limitados para questões específicas e acordos informais.

Exemplos de ATP evidenciam que é possível a solução de conflitos entre nações. Na América Central, o Parque Internacional La Amistad é um dos mais antigos projetos transfronteiriços de conservação da biodiversidade, pela cooperação binacional entre Costa Rica e Panamá. As iniciativas começaram em 1970 com uma cooperação de planejamento e economia; em 1979, os presidentes dos referidos países assinaram uma declaração conjunta para o estabelecimento do parque, mas a declaração teve seu efeito em 1982 com a criação da APT, que foi ratificada em 1992.

Na América do Sul, um exemplo do êxito desta ação se efetivou na Pan-Amazônia, mais especificamente entre Peru e Equador, tendo como intermediador o Brasil, em 1998. Como resultado da resolução dos conflitos, foi criado um parque ecológico binacional, abrangendo os povos Shuar, que tem quatro comunidades: os Shuar e Ashuar, no Equador, e os Gambis e Aguaranas, no Peru. Esta trajetória é traçada por Alcade e Espinel (2004, p. 1), evidenciando que hoje na área está se implantando o Corredor de Conservação Condor-Kuluku, como resultado positivo destas ações, pautado “[...] el énfasis entre los lazos biológicos y el manejo de las áreas de conservación transfronteriza en ambos lados de La frontera, como una sola unidad”.

O êxito dos Parques para a Paz só se efetivará de fato a partir da inserção da participação real dos autóctones. No caso do Monte Roraima, a participação dos Pemón e Ingarikó se constitui como fundamental para o êxito das ações que venham a ser desenvolvidas nesta direção. Para tanto, há necessidade de que os governos nacionais respeitem e reconheçam de fato os reais direitos dos povos indígenas, colaborando para o desenvolvimento e na manutenção dos recursos locais.

Criados em uma perspectiva verticalizadora poderiam se tornar áreas piloto para o estabelecimento de modelos de gestão integrados tomando como base os modelos exitosos existentes na África – os Parques para a Paz (SANDWICH et al., 2001). O Monte Roraima, nesse caso, poderia perfeitamente se constituir em um laboratório para o processo, haja vista estar inserido em duas UC contíguas (PNC e PNMR), em países limítrofes e que já apresentam uma trajetória em acordos envolvendo questões internacionais. Além disso, considerar a perspectiva participativa nesse processo se constitui em uma possibilidade de efetivar uma retórica até então estabelecida no SNUC.

O turismo nessas áreas pode colaborar para o alcance dos objetivos dos Parques para a Paz, na medida em que se constitui no elemento desencadeador de programas na área de educação patrimonial; fomentar uma política cultural integral que valorize os produtos locais; desenvolver uma rede de atores que transitam na área que possam conduzir um programa de educação, capacitação e re-qualificação para os segmentos que trabalham com o turismo; potencializar a qualidade da experiência vivenciada pelo turista; manter a qualidade do ambiente cultural e ambiental. Associado a isso, gerar maiores níveis de benefícios que sejam equitativamente distribuídos, mantendo um pacto de sustentabilidade e equilíbrio; garantir o cumprimento do plano de manejo destas áreas, ratificando o zoneamento turístico definido no mesmo; garantir que as ações dos gestores públicos e/ou privados atendam os reais interesses dos locais de acordo com seus anseios e especificidades; fazer das comunidades locais verdadeiros atrativos turísticos e não apenas meros prestadores de serviços. Assim, o turismo será um meio de suprir as populações locais de muitas respostas e lacunas existentes, não excluindo a perspectiva avaliativa de todo processo, a fim de corrigir os possíveis erros de percurso inerentes ao próprio conduzir da ação de uso e gestão dos recursos sócionaturais.

Espaços como o Monte Roraima, constituem-se relevantes não só do ponto de vista da biodiversidade mas para o desenvolvimento geopolítico e de diálogo entre países

limítrofes, pautado no respeito à soberania, à ética e à inclusão social. A gestão desse espaço não pode estar dissociada do fato de estar inserido em duas UC, integrar áreas indígenas e de se constituir no *locus* de delimitação de uma tríplice fronteira. Tais especificidades se configuram como ideais para a gestão ambiental em áreas de fronteira, na medida em que o compartilhamento de ações e os mecanismos de inclusão social podem ser debatidos e aprimorados com fins à eficiência do uso do próprio Monte. Poderes públicos federais, estaduais e municipais podem se articular em prol do desenvolvimento regional, pautado na gestão da biodiversidade e na construção de corredores ecológicos pan-amazônicos.

Diante dessas especificidades, outro fator vem consolidar a importância estratégica de tal área. É a presença do turismo, como atividade corrente na região desde o século passado. De acordo com Coriolano (2006), o turismo se constitui em uma forma de lazer relacionada com a expansão do mercado e do tempo livre, podendo vir a se tornar um novo modelo de desenvolvimento ou um modelo alternativo. A depender do modo como o turismo é dinamizado, no entender de Coriolano (2006, p. 28), este pode “[...] carrear para os núcleos receptores a necessidade de proteção do patrimônio natural, cultural e as bases educativas necessárias para sustentar e desenvolver o setor, que termina por desencadear um processo sócio-educacional nas áreas visitadas”.

Essa perspectiva vem consolidar uma prática recente e que se reafirma a cada dia, ou seja, a busca de destinos e serviços que primem pela proteção, conservação e preservação dos recursos naturais, hábitos e costumes locais, bem como a inclusão da população no planejamento e execução da práxis turística. Tal modelo vem atender uma prática recente na área, ou seja, os selos de conservação ambiental que possuem reconhecimento nacional e internacional. No entanto, a realidade presente na prática turística do Roraima precisa ser revista em muitos aspectos. Um acompanhamento mais efetivo por parte das instituições venezuelanas poderia minimizar os problemas detectados no roteiro. A integração com o governo brasileiro e guianense facilitaria as ações.

No âmbito do Brasil, aportes e iniciativas específicas para o Monte Roraima a partir do ARPA e PROECOTUR não se constituíram de fato. Deste último foram realizadas as oficinas da primeira fase, mas a liberação dos recursos ainda não se efetivou, ficando “no plano do discurso”, segundo alguns interlocutores locais. A forma como se efetiva a ordenação do segmento turístico no Monte Roraima pode em curto ou médio prazo levar a área a um cenário negativo.

Hoje, a Venezuela desponta como maior potência energética (petróleo e gás) da América Latina. Esta potencialidade vem se defrontando com críticas e resistências de grupos ambientalistas. A Venezuela, até a descoberta das abundantes reservas de petróleo era um país eminentemente agrícola, no pós-Primeira Guerra se efetiva como produtor de recursos energéticos (petróleo e gás), como exemplo tem-se a perspectiva de construção do Gasoduto do Sul, interligando Venezuela, Brasil e Argentina. As questões ambientais e demais setores que possuem uma interface direta com as mesmas como o turismo, não são priorizadas nem levadas em conta na elaboração de políticas econômicas integradas ou não.

No dizer de Merentes (2007), o crescimento econômico da Venezuela vem acontecendo no sentido de ampliar os investimentos sociais, recebendo a denominação de Missões.

As missões sociais representam um instrumento estratégico, por meio do qual é possível enfrentar as expressões mais extremas de desigualdade, discriminação e pobreza que originam a insuficiência, alimentam os déficits sanitários, o analfabetismo, o desemprego e a ausência de mecanismos de participação cidadã que até 1998 haviam convertido o país em uma gigantesca fábrica de exclusão social (MERENTES, 2007, p. 243).

No entanto, o que se percebe principalmente no interior do país e em áreas indígenas é a existência de muitas lacunas efetivas que ecoem de fato para esses segmentos.

Na Guiana, até mesmo em função de sua recente emancipação política, se comparada ao Brasil e Venezuela, as questões relativas à gestão ambiental e turística ainda estão se conduzindo de forma embrionária. A sua trajetória como colônia ainda imputa limitações das mais diversas ordens. O estabelecimento de parcerias com países limítrofes como o Brasil e a Venezuela podem se constituir em um fator positivo para o mesmo, uma vez que as ações exitosas desenvolvidas por ambos os países podem servir de modelos de replicação (adequando-se à realidade guianense). As ações contrárias devem ser discutidas e re-elaboradas, minimizando esforços e ampliando o êxito de iniciativas em prol de um turismo sustentável integrado com a gestão ambiental.

No contexto sul-americano, a prática do turismo em comunidades indígenas vem sendo pautada pela lógica economicista, desvinculando-as do desenvolvimento, do planejamento de políticas e de práticas turísticas. Esta conduta foge de fato da sustentabilidade, na medida em que a participação local se dá de forma parcial, limitando a perspectiva da equidade social. A inexistência de um consenso no que tange ao conceito e à prática do turismo gerida pelos povos indígenas faz com que as práxis se dêem na maioria das

vezes pautadas pelo imprevisto e pela prestação de serviços de baixa qualidade, comprometendo, assim, a sustentabilidade da atividade.

Ações isoladas se efetivam, como a limpeza anual feita no trajeto e topo do Monte. Entretanto, não acompanham o crescimento efetivo da demanda para o mesmo, portador de belezas cênicas incomparáveis e significativa herança cultural existente na área. Frente ao cenário, as potencialidades locais tornam-se mal ou sub-aproveitadas, não gerando os efeitos positivos da atividade turística que venham contribuir à conservação e proteção ambientais, bem como se converta em uma alternativa de desenvolvimento econômico e social para a população local, podendo tais benefícios, inclusive se estendidos aos grupos humanos autóctones dos demais países que compartilham o Monte Roraima.

As políticas de gestão ambiental, associadas às políticas de turismo, podem ser desenvolvidas harmonicamente de modo a alcançar a mais abrangente gama de benefícios que dele possa decorrer. No caso do Monte Roraima, faz-se necessária a conjunção de esforços governamentais em uma perspectiva internacional, como indutor desta postura, a iniciativa privada como promotora na implementação de ações criativas e práticas em prol da valorização do patrimônio bio-social.

Os Parques Transfronteiriços podem se constituir, no caso da realidade estudada, como uma possibilidade para a sustentabilidade do Monte. Esta perspectiva se concretiza na medida em que Brasil, Venezuela e Guiana se propusessem de fato a aproveitar as potencialidades naturais da área com vistas ao seu desenvolvimento, coadunando as ações de ecoturismo com a conservação ambiental, oportunizando a participação efetiva das comunidades indígenas e não indígenas e dos segmentos que atuam direta e/ou diretamente com a atividade. Assim procedendo, a condução à sustentabilidade será alcançada na medida em que ações em prol da minimização das restrições ao turismo sustentável sejam desenvolvidas, construindo um modelo de gestão específico para a área e integrando as especificidades locais, tornando-se um marco referencial para outras realidades similares.

Os problemas ambientais com os quais Brasil, Venezuela e Guiana vem ao longo de suas histórias se deparando assemelham-se entre si. Frutos da entrada de migrantes em toda a Pan-Amazônia, foram se ampliando as periferias ao redor dos núcleos urbanos e, com isso, a falta de saneamento básico, assistência a saúde, acesso a educação, dentre outros. As pressões sobre os recursos naturais disponíveis passaram a se intensificar, gerando uma significativa perda da biodiversidade, fruto da ausência de uma visão integrada de

planejamento e desenvolvimento regional pautada no uso racional dos recursos e a garantia da integridade dos mesmos.

As limitações que hoje comprometem a sustentabilidade turística do Roraima podem ser aglutinadas em três grandes eixos: as de ordem estrutural, as de ordem operacional e as de ordem sócio-ambientais. Na primeira categoria estão inseridas as questões relativas à gestão, uso e manejo daquele espaço. As ações deveriam ser dinamizadas no sentido de fazer com que a legislação vigente seja implementada. Poderia ser ampliado o número de guarda-parques existente na área, utilizando-se para isso, inclusive, parcerias com os próprios Pemón.

Talvez uma fiscalização mais efetiva pelos próprios condutores/guias ou uma pequena sessão de palestras no Paratepuy antes do início do trajeto fosse uma alternativa para minimizar tais questões. A possibilidade de inserir os próprios jovens (alunos) da comunidade como agentes de um programa de sensibilização ambiental a ser desenvolvido pela mesma pode ser uma alternativa viável a este problema, a partir de um treinamento adequado por estudiosos de cada área – Botânica, Pedologia, Zoologia, – de instituições de ensino e pesquisa venezuelanas e brasileiras. Esta seria uma possibilidade não só de troca de conhecimento, mas também de fomento ao interesse das jovens em preservar a terra onde vivem e mantêm uma estreita relação cognitiva.

Associado a isso, desenvolver estudos de capacidade de carga, na trilha, nos acampamentos e no ambiente do topo, com o intuito de redimensionar o número de visitantes, a fim de garantir a proteção do ecossistema local, cumprindo de fato o limite desse contingente. Desta maneira, garantir-se-á não só a possibilidade da sustentabilidade ambiental, mas o compartilhamento de responsabilidades entre os segmentos diversos existentes, não vindo assim a consolidar o que expõe Ranauro (2004, p.26) acerca da possibilidade de comunidades locais, serem considerados atores ativos na condução de suas histórias: “[...] tendendo orientar a ação de atores num grau de compromisso em que a mudança dar-se-ia no sentido da participação multilateral”. Neste sentido, as APT poderiam perfeitamente garantir tal perspectiva.

As limitações de ordem operacional dizem respeito não só à infra-estrutura presente, ou melhor, inexistente no trajeto, nos acampamentos e nos hotéis no topo. Há necessidade do desenvolvimento de tecnologia (tecnologia limpa) adequada que permita o uso de fogareiros menos poluentes e a instalação de banheiros ao longo do trajeto cujo uso poderia ser cobrado para que a renda fosse revertida para a manutenção dos mesmos e dos

acampamentos. Outra possibilidade seria o aluguel de equipamentos portáteis que pudessem ser transportados ao topo. Além disso, seria viável a criação de uma equipe de manutenção da qualidade da paisagem ambiental, responsável pela coleta e destino dos detritos produzidos pelos visitantes. Também, indígenas poderiam ser (re) qualificados periodicamente, em especial que trabalham com a atividade turística nas áreas de hospitalidade, manipulação/elaboração de alimentos, guias, monitores ambientais bem como de primeiros socorros, associando o uso de produtos alopatas e naturais.

As limitações de ordem sócio-ambientais dizem respeito à manutenção da qualidade ambiental do Monte e seu entorno, associada à perspectiva de inclusão social. Neste sentido, deve-se capacitar os guias Pemón para obter maior conscientização a fim de orientar melhor os visitantes em suas condutas durante o trajeto, promovendo, assim, a “educação” dos visitantes e prestadores de serviço no trato com aquele espaço. O turismo na área pode vir a se constituir de fato em canal de consolidação do sentimento de pertencimento, de participação comunitária e sustentabilidade sócio-cultural e ambiental bem como do fortalecimento do poder local e ampliação do seu capital social.

A questão da dimensão internacional na Amazônia se constitui em uma realidade presente e pautada por um alto grau de complexidade. Estabelece-se em um cenário onde as ações desenvolvidas se mesclam por um compromisso ético com a região e por interesses escusos que escamoteiam ações ilegais. Há que efetivar um olhar diferenciado sobre a região, que possibilite de fato ações específicas, tanto as capitaneadas pelo poder público, quanto as demais. O alcance da sustentabilidade turística, associado à gestão ambiental, constitui-se em um desafio que pode ser alcançado na medida em que haja um comprometimento de todo o *trade*, dos governos nas várias esferas organizacionais internacionais, grupos ambientalistas, população local e visitantes, permitindo, assim, a efetivação prática do desenvolvimento sustentável.

O Roraima pode de fato vir a se tornar uma área piloto na Pan-Amazônia, no que diz respeito à conjugação de países limítrofes em prol da articulação entre gestão ambiental e turismo, e a inserção de comunidades indígenas no processo. Por meio da criação de APT para a área é possível fazer do espaço um exemplo de interdependência e cooperação internacional exitosa na área ambiental, (re) definindo usos e percursos para a área. Neste contexto, a atividade de pesquisa tem um papel fundamental, na medida em que pode se

constituir no balizador e norteador das ações a serem encaminhadas para o Monte, consolidando a região como um possível ícone do ambientalismo sul-americano.

A possibilidade de transformar o Monte Roraima em um espaço público internacional talvez fosse uma alternativa viável para o uso e gestão integrada da área. Esta possibilidade efetivar-se-á de fato a partir da concepção de Bucci (2005, p. 83) que afirma que

[...] a categoria de espaço público como sabemos só pode ser dada como existente quando amparada por uma teia de relações econômicas e por um nível de institucionalização mesmo que incipiente. [...] é uma esfera constituída pela formulação compartilhada de sentidos e significados comuns a seus agentes, seus sujeitos, seus cidadãos, em torno de temas que a todos digam respeito, de modo simultâneo.

Neste caso, os temas em questão seriam o turismo e a gestão ambiental, que poderiam se constituir a partir de práticas comunicativas democráticas e negociações inter-regionais, estabelecendo uma rede recíproca que definirá o caráter do novo espaço público. Este estudo possibilitou a compreensão de que há necessidade de se construir socialmente uma concepção de conservação interligada com as demais esferas sociais. Esta interface deve ser constituída a partir do entendimento de que a área destinada à conservação deve ser percebida como *locus* da gestão das relações sócio-ambientais e das dimensões que envolvem a disponibilidade do ambiente.

Por meio de ações integradas, o turismo no Monte Roraima pode vir a se tornar um indutor do etnodesenvolvimento que, no dizer de Ribeiro, S. (2002, p. 125), se efetiva a partir da articulação e elaboração conjunta de projetos que viabilizem o desenvolvimento de práticas produtivas sustentáveis, tendo como “[...] moeda de troca fundamental a proteção ambiental”. Stavenhagen (1984, p.7) postula que etnodesenvolvimento “[...] significa que uma etnia autóctone, tribal ou outra, detem o controle sobre suas próprias terras, seus recursos sua organização e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses”. Sob esta concepção, o que é almejado é a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas em vez de priorizar o crescimento econômico. A partir de uma perspectiva endógena buscar resposta aos problemas locais, valorizar o conhecimento e cultura local a manutenção do equilíbrio com o ambiente natural e da auto-sustentação.

A Amazônia pode vir a ser um *locus* dinamizador da integração sul-americana, da sustentabilidade, a partir da *práxis* efetiva da não exclusão e da solidificação de identidades que extrapolam os limites políticos. Hoje, parâmetros novos passam a ser adotados para a criação de UC, pautados em novos modelos de áreas protegidas. Um processo novo vem se

edificando, a construção de modelos pautados no diálogo verticalizado, integrando populações locais (indígenas, quilombolas, seringueiros) com gestores públicos, tendo como suporte um aparato jurídico atualizado e que contemple de fato a perspectiva da sustentabilidade. Nesta direção, comportamentos passam a ser alterados. Os atores envolvidos tendem a assumir suas responsabilidades, maiores porcentagens de recursos são direcionados para as UC e emergem novas possibilidades de gestão dos recursos.

Na medida em que novas territorialidades são edificadas, há necessidade de fomentar na população em áreas de fronteira político-administrativas limítrofes entre si o sentimento de pertencimento, de participatividade, criando uma consciência de compartilhamento coletivo do uso e gestão dos recursos das áreas naturais onde transitam. Para aproveitar melhor tais questões há necessidade de uma visão estratégica por parte do *trade* turístico, mais especificamente do poder público. Esta atitude desencadearia uma perspectiva de aproveitamento de experiências já consolidadas no que tange à questão de interfaces bi ou tri-nacionais em outras áreas (energética) e ampliá-las para o setor de turismo. Com o desenvolvimento de uma ação integradora e aproveitando o potencial de articulação regional a partir do ecoturismo, a Amazônia poderia se consolidar pelo seu diferencial como pólo dinamizador do turismo sustentável, e arrecadar apoio para a proteção de seus ecossistemas.

Na percepção de Coriolano (2006, p.40), “o ecoturismo é uma forma de valorizar o patrimônio natural, histórico, cultural e a participação das comunidades locais. É o turismo motivado pela valorização ambiental e pela descoberta da natureza como valor estético transformado em ativo ambiental”. No entanto, há necessidade de que cada indivíduo tenha consciência de que, além do valor estético, a natureza envolve também valores de ordens cultural, material e simbólica, e que podem abranger em suas áreas – protegidas ou não – a atividade de ecoturismo na medida em que pode ser realizada com baixo impacto ambiental e se constituir em uma possibilidade de sustentação econômica para as populações que mantem estreita relação com estas áreas e seu entorno, de forma harmoniosa.

Diante desse quadro é que o turismo se constitui, interagindo com leis sociais e naturais. Todavia, pensar turismo com equilíbrio ambiental em um modelo de desenvolvimento altamente predatório como o atual leva as pessoas a vislumbrarem perspectivas contraditórias na medida em que a atividade vem se consolidando como

depredadora. Por mais que iniciativas contrárias estejam em emergência, são pontuais e sem uma amplitude em média ou larga escala.

O contexto faz com que críticas e ponderações sejam feitas ao turismo, concebendo a atividade unicamente pelo viés negativo. Há que percebê-la como uma atividade transversal a diversos setores da sociedade e não como uma mono atividade, como um fim em si, mas como uma alternativa, uma possibilidade. O que deve ser estabelecido de forma conscienciosa e criteriosa são os critérios de uso e técnicas apropriadas aos contextos ambientais e sociais específicos e modalidades de turismo condizentes com o tipo de desenvolvimento a ser atingido. Para Sachs (1986, p. 130), “[...] a história jamais forneceu modelos que devam ser reproduzidos, mas sim anti-modelos que é preciso superar”.

A busca de reversão dos modelos embrionários de turismo, atualmente, suscita uma prática solidária levando em consideração os valores ambientais, culturais e sociais. Tal prática requer uma inversão dos interesses econômicos pautados na maximização do lucro e do imediatismo. O papel das políticas públicas frente aos interesses divergentes consiste na administração de conflitos entre os “consumidores da natureza” e a sociedade em geral, pondo por terra o domínio da natureza pela integração a ela, instaurando uma gestão racional do meio ambiente. Boo (1992) enfatiza que no caso de áreas protegidas o ecoturismo pode também se constituir em um vetor de ampliação de fundos para serem reinvestidos nestas áreas.

Faz-se necessário que o poder público se torne menos ausente em áreas com especificidades semelhantes a deste estudo e suas ações se constituam de maneira mais efetiva, haja vista a possibilidade de que instituições internacionais se tornem presentes na região desenvolvendo práticas nem sempre compatíveis com os objetivos para os quais foram criadas, muito menos com os anseios e as especificidades locais. Na maioria das vezes, possuem recursos humanos e materiais suficientes e até mesmo superiores aos públicos para desenvolverem ações nestas áreas chanceladas por ações de parceria que muitas vezes são estabelecidas de forma não legal. Os limites políticos não deveriam se constituir em entraves para a gestão da biodiversidade, ao contrário, deveriam ser propulsores de ações conjuntas em prol do desenvolvimento regional. Nesse contexto, o turismo pode se constituir em um relevante contribuidor para a efetivação desse modelo de gestão-tripartite.

No dizer de Irving (2004, p. 34)

[...] ainda que no plano de gestão intraterritorial das áreas protegidas de fronteira na Amazônia brasileira [(e na Pan-Amazônia)], algumas perguntas ainda permanecem sem respostas. Estratégias eficazes para a conservação da biodiversidade regional só poderão ser construídas a partir de mecanismos consistentes e participativos de gestão, envolvendo, minimamente Planos de Manejo realistas e operacionais e, Conselhos de Gestão eficazes e representativos, o que ainda não parece ser o caso da maioria dos parques nessa condição.

Se não houver disponibilidade de países vizinhos de cooperação nesse sentido, pouco ou quase nada será efetivado, pois ações paralelas ou concomitantes muitas vezes retardam a proteção dos recursos naturais para atender as demandas sociais e as possibilidades de cooperação internacionais.

Canais de diálogo precisam ser construídos, passando pela questão da aproximação efetiva entre *ciência*, e *políticas públicas* regionais e/ou internacionais, contribuindo não só à proteção dos recursos naturais, mas também para atender as demandas sociais oriundas das populações inseridas ou que fazem uso dos PN e de seus entornos. Há necessidade do desenvolvimento de ações coerentes envolvendo países limítrofes que conduzam ao fomento do desenvolvimento regional. Todo esse desenho deve ter como pano de fundo a questão da soberania e do Tratado de Cooperação Amazônica como estratégia para o êxito de ações no âmbito da Pan-Amazônia, indo ao encontro dos objetivos do Plano de Convenção da Diversidade Biológica.

No dizer de Irving (2004, p. 36) existe um potencial ilimitado que poderá ser progressivamente fortalecido: “[...] a pesquisa conjunta pode colaborar para a construção de modelos de cooperação baseados na simetria das relações e na possibilidade de aprendizagem mútua”. O fio condutor desse processo deve ser a ética, em todas as ações a serem desenvolvidas, ética aos valores sociais e naturais que conduziriam ao respeito ao patrimônio natural, transcendendo os limites fronteiriços. Para Lauriola (2003, p. 167) “[...] será possível agregar o exercício do poder político pelos povos tradicionais locais, na sua diversidade cultural e a conservação da biodiversidade em direção a um futuro sustentável comum”.

No caso do Monte Roraima, poderia ser concebido a partir do que Peter e Brown apresentam como por *regime ambiental global*, ou seja, um conjunto de normas e regras que são especificadas por um instrumento privilegiado de governabilidade e um espaço propício ao debate e à negociação dos diferentes pontos de vista com respeito à temática do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. Nesse caso, a gestão ambiental e o turismo

poderiam ser contemplados não só para a área do Monte Roraima como para seu entorno, o PNMR e o PNC. Tais questões se colocam como prioritárias nas agendas internacionais, o primeiro por ser uma questão de sustentabilidade da biodiversidade, o segundo por se constituir de fato em uma alternativa viável de integração e desenvolvimento local. De acordo com Medauar (2005, p. 142), estaria sendo um instrumento de cumprimento da Constituição Federal no Capítulo VI, Art. 225 “[...] todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Há que se encontrar o bom senso e o equilíbrio frente às inúmeras diversidades de interação entre o turismo sustentável e as UC. As ações em prol desta conjugação devem ser capazes de captar tendências internacionais exitosas, inovar, desenvolver modelos alternativos com base endógena, conservar a base biosocial e garantir o engajamento das populações locais no processo de efetivação e gestão de tomada de decisões. Tendo como parceiro efetivo a pesquisa na condução desse processo, a sustentabilidade de fato poderá ser garantida, desde que esta trajetória não fique “engessada” entre os trâmites tecnoburocratizantes.

6 CONCLUSÕES

A relação do indivíduo com os recursos naturais sempre foi contingenciada por contextos diversos ao longo do tempo. Esses contextos se constituem desde a busca por alimento, até ao sobre uso dos recursos motivado por pressões econômicas, políticas e sociais. A Amazônia, nesse contexto, vem sendo ao longo de sua ocupação e contato com o europeu, um espaço onde diversidades bio-sociais vem se reconstruindo frente aos debates correntes acerca da deterioração ambiental.

As áreas de fronteira na Amazônia se constituem em *locus* onde as dinâmicas sociais se efetivam de forma acelerada. Os espaços se defrontam com uma série de questões relativas à pressão sobre os recursos naturais, migração, limites geopolíticos, tensões e conflitos sociais, re-estruturação econômica, etnicidade e, mais recentemente, a criação de áreas protegidas e a inserção da atividade turística.

O turismo é considerado uma atividade econômica complexa não apenas pelas características de seu produto, mas porque sua efetivação está diretamente associada à movimentação de diversos outros setores da economia. Constitui-se em um fenômeno contemporâneo de importância mundial e a região amazônica – estendendo-se esta à sua perspectiva internacional (Pan-Amazônia) – apresenta um potencial enorme pelo fato de despertar grande interesse e curiosidade internacional. Possui uma variedade de ecossistemas, uma diversidade de paisagens e uma sócio-diversidade que retratam modalidades diferentes de interação do indivíduo com o meio natural, possibilitando uma oferta bem diferenciada de atrativos turísticos.

A segmentação da atividade faz com que a cada dia novos produtos e serviços sejam demandados, de modo a gerar conexões novas e complexas com outros setores de atividades, bem como a ampliar a oferta de produtos diferenciados que direta e/ou indiretamente implementam transformações dos mais variados modos possíveis em uma dada localidade. No caso da Amazônia, o principal produto está vinculado à questão ambiental, uma das áreas que se apresenta com uma estreita ligação com o turismo, sendo a partir de então apontada como o principal destino do ecoturismo (turismo verde, turismo de natureza, turismo alternativo, entre outras denominações). Seja qual for o enfoque dado a esta práxis, a máxima que vem sendo articulada a sua prática é o viés da sustentabilidade.

Durante muito tempo a região amazônica foi considerada um espaço vazio que precisava ser povoado, desconsiderando as populações autóctones que vivem na região desde os tempos primevos. No caso do Brasil, a partir da década de 1970, vários fatores convergem para a implementação de um arrojado projeto de “conquista” da região, com o estímulo da transferência de excedentes populacionais de regiões populosas para o grande “espaço vazio.” Implementam-se projetos voltados para a colonização rural e a ocupação das fronteiras. Programa de Integração Nacional (PIN), instalação de colonos em assentamentos rurais, implantação de cidades ao longo de eixos viários novos, como a Transamazônica, a BR-364 e a Transguianense. Registram-se aumentos populacionais significativos em muitos estados, principalmente naqueles limítrofes com outros países (Roraima, Rondônia e Acre).

Frente a esse quadro, o território amazônico apresenta 24% de sua extensão considerada como propriedade privada, 29% são áreas legalmente protegidas, incluindo as UC e as TI. Os demais 47% da Amazônia Legal são áreas públicas e/ou terras devolutas (BRASIL. Ministério, 2004a). O fortalecimento das políticas preservacionistas em grande parte dos países da América Latina, apoiadas pelas ONG, contribui à consolidação do Sistema de Áreas Protegidas. As áreas protegidas, em suas mais diversas categorias, transformaram-se em um dos principais destinos do turismo alternativo, tendo como maior apelo a conservação dos biomas presentes nas mesmas.

Na América Latina, o grau de deterioração ambiental atinge níveis altíssimos, sendo recorrentes os debates acerca da relação entre desenvolvimento, uso, gestão e proteção dos recursos naturais. A situação se configura pelo grau de complexidade, que envolve variáveis históricas, culturais, políticas e tecnológicas que se edificam há centenas de anos e que ultrapassam as fronteiras políticas. A Pan-Amazônia, nesse contexto, vem deparando-se com a necessidade de minimizar custos, tempo e descompasso entre as ações relativas à gestão ambiental e turística implementadas em âmbito internacional.

Há necessidade de se ampliar e fortalecer ações no sentido de evidenciar as possibilidades de coadunação de melhoria de qualidade de vida de populações em áreas de fronteira da Amazônia, associada ao uso e gestão dos recursos naturais disponíveis em uma perspectiva de sustentabilidade. O Monte Roraima, nesse contexto, constitui-se no espaço ideal para ser trabalhado como área piloto, por apresentar particularidades específicas que permitem conhecer e analisar em que medida vem se efetivando a prática das políticas ambientais e do turismo em UC: a) ser uma das mais antigas áreas do continente americano

(Escudo Guianense), e que vem despontando como destino ecoturístico internacional; b) estar inserida no limite de três países (Brasil, Venezuela e Guiana), abrangendo diferentes comunidades indígenas; c) possuir dois Parques Nacionais legalmente constituídos, o Parque Nacional Monte Roraima (Brasil) e o Parque Nacional Canaima (Venezuela), o primeiro sobreposto à TI Serra Raposa do Sol; d) parte de sua área (PN Canaima) é decretada Patrimônio da Humanidade desde 1994 e insere-se em uma área de fronteira que vem se expandindo em âmbito internacional a partir da inserção da atividade turística e com a expansão da malha viária entre Brasil (Manaus e Boa Vista), Venezuela (Porto Ordaz) e Caribe.

Frente a essas particularidades e pelo que a pesquisa evidenciou, percebe-se que a atividade turística vem de fato criando oportunidades para o crescimento local, mas de forma fragmentada, desigual e impactante. Isso se evidencia quando se percebe que na Venezuela alguns grupos indígenas da etnia Pemón já se inserem na atividade de modo direto, seja como guias, “porteadores” ou prestando serviços em empresas diretamente ligadas ao setor turístico. Já há inclusive programas de capacitação turística voltados às comunidades indígenas, financiados por inúmeras agências. No entanto, no Brasil, a realidade está um pouco distante da venezuelana, seja pelo fato do PN de Monte Roraima estar sobreposto a uma TI, seja pela falta de ações voltadas à inserção e sensibilização turística dos Ingarikó, que ocupam a área do MR.

Talvez o turismo possa se tornar um canal de desenvolvimento local e de sustentabilidade, a partir de ações das populações autóctones, e que os visitantes passem a desenvolver uma mudança de comportamento frente às questões ambientais. Percebe-se que além das especificidades geopolíticas entre os três países, vem se constatando a inexistência de similaridades nos modos de gerir as questões ambientais em países amazônicos limítrofes. No caso do Monte Roraima, a exceção reside no fato do mesmo integrar UC no Brasil e na Venezuela e na Guiana existir uma perspectiva de que a área em que se localiza o Monte venha a se tornar uma área protegida.

A realidade observada desde 2005 permitiu visibilizar situações emblemáticas no que tange à forma como vem se dando a prática da atividade turística no Monte, indicando a ausência de uma interação efetiva entre os segmentos envolvidos no processo. Além disso, contradições de natureza política, social e econômica são encontradas na medida em que se evidencia a existência de programas de gestão ambiental e de turismo alienadores de

pequenos empresários e da população local; o uso da mão de obra indígena em atividades que requerem menos capacitação e a desconsideração da perspectiva internacional na elaboração e implementação de políticas de gestão ambiental para o Monte. Em uma região que vem sendo alvo de atenção e de debates acerca da diversidade bio-social e sua possível finitude, a questão da sustentabilidade turística se configura como perspectiva a ser alcançada.

A fragilidade do controle do fluxo de visitantes no Roraima também se configura como uma das dificuldades que mais tem impactado a área. Associado a isso, a falta de estrutura adequada nos acampamentos contribuem para o comprometimento da manutenção da qualidade ambiental do espaço. Ações necessitam ser fomentadas e dinamizadas no sentido de reverter tal processo, de forma a agregar esforços conjuntos de todos os atores direta ou indiretamente envolvidos na questão em uma perspectiva internacional.

O fundamental para o êxito de ações em prol da gestão ambiental em áreas de fronteira na Pan-Amazônia seria de que os países limítrofes entre si percebessem de que forma ações integradas e conjuntas poderiam fortalecer a proteção ambiental do ecossistema amazônico. Uma perspectiva a ser considerada, seria a associação de setores que tradicionalmente vem sendo alvo de ações integradas entre os países fronteiriços, como o setor petroquímico e energético, ao turismo, que vem se efetivando em áreas fronteiriças da região e pode ser consolidado a partir dos pressupostos do turismo sustentável, vindo a se constituir em um elemento agregador dos atores locais e do desenvolvimento endógeno em uma perspectiva regional. Observa-se que os pontos de estrangulamentos para o desenvolvimento pleno do turismo sustentável dizem respeito principalmente à infra-estrutura de transporte, ao saneamento, à baixa qualificação da mão-de-obra local e à exclusão da população autóctone no processo da *práxis* turística.

As condições infra-estruturais repercutem no desenvolvimento do turismo, principalmente em termos de acesso à energia, às comunicações, à condição das estradas rodoviárias e de transporte, ao saneamento, à atenção à saúde e ao nível de conforto da rede hoteleira. É sabido que grandes investimentos em infra-estrutura foram o principal vetor de transformação do espaço e da dinâmica social na Amazônia ao longo das últimas décadas. Estes, por sua vez, são ora defendidos como condição essencial ao desenvolvimento e à integração da região, ora criticados como vetor de devastação ambiental e fragmentação territorial. Em muitos casos, a mera expectativa de realização de grandes obras estimula a

especulação fundiária, a grilagem de terras públicas, as migrações, a abertura de novas frentes de desmatamento e as ocupações desordenadas, estando todos esses processos distantes da almejada sustentabilidade.

As áreas de fronteira, por si só, constituem-se em *locus* aonde a pressão sobre os recursos naturais vem se dando de forma contínua e intensa, principalmente na Amazônia, uma região continental e frágil do ponto de vista do controle do uso dos recursos disponíveis. Tais áreas são percebidas na maioria das vezes como “marginais”, na medida em que não são definidas como pólos prioritários de políticas públicas, ficando o Estado quase sempre ausente destas localidades – ou com uma ação ineficiente – a exemplo do que vem ocorrendo em Pacaraima e Uiramutã (Brasil), Santa Elena (Venezuela) e Lethem (Guiana). A criação de UC em áreas de fronteira, bem como a prática de um turismo nos moldes da sustentabilidade, podem de fato minimizar tais questões, principalmente se forem transformadas em APT.

A questão ambiental é tida como uma das mais delicadas e importantes, com a qual os Estados vem se deparando de maneira efetiva. Base da vida planetária, os recursos naturais vem ao longo do tempo sendo alvo de políticas públicas no sentido de controlar efetivamente seu uso racional e predatório. Em um cenário de globalização econômica e fragmentação social, as políticas públicas direcionadas à gestão ambiental e turismo precisam partir em busca de práticas mais coerentes e de uso de ferramentas que venham garantir o uso racional e a proteção dos recursos naturais.

Na América Latina, o grau de deterioração ambiental atinge níveis altíssimos, sendo recorrentes os debates acerca da relação entre desenvolvimento, proteção e uso do meio ambiente. O turismo, nesse contexto, pode ser uma importante ferramenta para colaborar com as ações públicas de gestão ambiental, mais especificamente de APT. Na Amazônia, os problemas ambientais, de natureza diversas, ultrapassam as fronteiras políticas e assumem uma perspectiva internacional.

Além disso, a dimensão continental da região, bem como a carência de recursos humanos e financeiros e as evidências existentes permitem afirmar que as ações relativas à questão do turismo e da gestão ambiental vem sendo marcadas por práticas isoladas e impactantes. Tal perfil tende a se consolidar na medida em que a ausência de produção teórica e científica acerca da questão é fortalecida pela falta de vontade política que permita de fato a perspectiva de apontar possibilidades de intervenção e de mudança. A utopia de que a construção de uma sociedade local, regional e global mais equitativa e sustentável é possível é

o fio condutor desta reflexão, na busca por desenvolver caminhos que permitam a condução efetiva de um turismo sustentável, dinamizador e integrador de ações que viabilizem a gestão ambiental.

Desse modo, é de se esperar que possam ser identificadas e apontadas ações que consolidem parcerias efetivas para a adoção de medidas que gerem impactos positivos acerca da questão. Dentre eles, o envolvimento da população local no processo há de ser considerado como essencial, pois só assim a sustentabilidade poderá ser atingida a médio e longo prazos. Assim sendo, consolida-se um processo coletivo de construção e conquista da cidadania plena, ecológica e sustentável.

Os atores envolvidos com as questões ambientais e de turismo no Roraima precisam ser preparados no sentido de planejar e desenvolver ações que fomentem o uso e gestão dos recursos em prol do ambiente global. A produção acadêmica teria que ser o principal norteador desse processo. Por certo, é fundamental se ter o reconhecimento de que os pesquisadores e sua produção sobre turismo, em uma perspectiva interdisciplinar, tem um papel importante quanto à geração de ações político-pedagógicas a partir da pesquisa.

As políticas públicas de gestão ambiental e turismo podem de fato se integrar frente ao processo de reconfiguração espacial ora instalado em âmbito mundial, desde que alicerçada por uma base científica participativa. As transformações correntes em âmbito físico e social no Roraima, em sua maioria, são evidenciadas como perturbadoras e danosas distanciando-se da perspectiva da sustentabilidade. O estabelecimento de redes de cooperação em nível internacional nas áreas de gestão ambiental e turismo pode ser uma viabilidade de reversão desse processo.

Enfatiza-se, no entanto, que para a efetivação das mesmas não há necessidade do estabelecimento de condutas homogeneizadoras, mas sim uma valorização da identidade local e das especificidades naturais presentes. A partir de uma perspectiva sustentável, o turismo pode se constituir de fato em uma opção de parceria efetiva à gestão ambiental, na medida em que as opções locais, nacionais e internacionais tenham umnexo comum: o desenvolvimento de ações para a coletividade a partir de práticas alternativas e não apenas para as elites e manutenção do *status quo*, consolidando a condução de uma história que valorize as questões naturais, saberes e diversidades culturais.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, A. G. Amazônia: ocupação e reorganização do espaço urbano. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE MEIO AMBIENTE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA – SINDMAZONIA. **Anais...** Belém: Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, 1992. p. 16-20.

ACOT, P. **História da ecologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 212 p.

ADRIÃO, D. G. S. **Pescadores de sonhos**: um olhar acerca da mudança nas relações de trabalho e na organização social entre as famílias dos pescadores diante do turismo balnear em Salinópolis-Pa. 2003. 295 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 2003.

AGENCIA Metropolitana da Baixada Santista. **Turismo sustentável**. 2002. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=332>>. Acesso em: 09 ago. 2003.

ALBAGLI, S. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: IBAMA, 1998. p. 199-221.

ALCADE, M.; ESPINEL, L. **La increíble cordillera del Cóndor**. Lima: OIMT, 2004. 5 p. Disponível em: <[http://www.itto.or.jp/live/Live_Server/885/tfu.2004.04\(07-11\).s2.pdf](http://www.itto.or.jp/live/Live_Server/885/tfu.2004.04(07-11).s2.pdf) >. Acesso em: 07 jul. 2008.

ALENCAR, E. Trabalho feminino e a participação política como instrumento para a manutenção e renovação da qualidade de vida. In: FURTADO, L. (Org.). **Amazônia**: desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida. Belém: UFPA, NUMA, 1997. p. 102-133.

ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais** – Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. 2002. 827 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Gestão e Política Ambiental) – Universidade de Brasília, 2002.

_____. **Programa Áreas Protegidas da Amazônia**: documentos sócioambientais. Brasília: MMA 2002. Documento para discussão pública. 37 p. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sca/arpa/index.html>>. Acesso em: 31 ago. 2003.

_____. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, A. (Org.). **O destino da floresta**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 17-47.

ALMEIDA, A. W. B. O intransitivo da transição: o estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia. In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A. E. (Orgs.). **Amazônia, a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 259-290.

_____. **Carajás: a guerra dos mapas**. Belém: UFPA; NAEA, 1995. 330 p.

ALMEIDA, J. R.; MELLO, C. S.; CAVALCANTI, Y. **Gestão ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação**. Rio de Janeiro. THEX, 2004. 220 p.

ALMEIDA, M. P. de. Trabalhos femininos e papéis sociais em uma comunidade do nordeste paraense. In: HÈBETE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. (Orgs.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002. p. 85-110.

ALMINO, J. A filosofia política do ecologismo. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (Orgs.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: UNAMAZ, 2003. p. 21-40.

AMARAL, W. A. N. *et al.* **Políticas públicas em biodiversidade: conservação e uso sustentado no país da megadiversidade**. 2002. Disponível em: <http://www.hottops.com/havard1/politicas_publicas_embiodiversidade.htm>. Acesso em: 25 jul. 2003.

AMBIENTEBRASIL. **Parques Nacionais**. 7 p. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/agenda>>. Acesso em: 10 out. 2005.

ANDRADE, J. V. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1998. 216 p.

APPADURAI, A. Disjuncture and difference in the global cultural economy. In: INDA, J. X; ROSALDO, R. (Eds.). **The anthropology of globalization: a reader**. Oxford: Blackwell, 2002. p. 46-64.

ARAÚJO, R. Campo religioso e trajetórias sociais na Transamazônica. In: LENÁ, P.; OLIVEIRA, A. E. (Orgs.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 125-143.

ÁREAS Protegidas no Brasil. Disponível em: <<http://www.meioambiente.gov.br>>. Acesso em: 13 set. 2003.

ARNAUD, E. **O índio e a expansão nacional**. Belém: CEJUP, 1989. 485 p.

AROUCK, R. Brasileiros na Guiana Francesa: novas migrações internacionais ou exportação de tensões sociais na Amazônia? **Revista Lusotopie**, p. 67-78. 2000. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencesporbordeaux.fr/>>. Acesso em: 07 jul. 2005.

ARRILAGA, J. I. **Introdução ao estudo do turismo**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976. 310 p.

ASCHER, W. Government support for forestry communities. In: **COMMUNITIES sustainable forestry in developing countries**. San Francisco: Institute for Contemporary Studies, 1994. p. 125-157.

ATLAS Atualizado da Venezuela. Caracas: Grupo Editores Venezolanos, 2001. 144 p.

A ÚLTIMA arca de Noé. **Patrimônios da humanidade**: definição e importância. Disponível em: <<http://www.ultimaarcadenoe.com/patromoniodefine.htm>>. Acesso em: 22 out. 2005.

AYRES, J. M. **As matas de várzea do Mamirauá**: médio rio Solimões. Brasília: CNPq, Sociedade Civil Mamirauá, 1995. 123 p.

AZEVEDO, J. L. **Os jesuítas no Grão-Pará**: suas missões e a colonização. Belém: SECULT, 1999. 366p.

BADIALLI, J. E. L. Unidades de conservação e o turismo sustentável no Brasil. In: NELSON, S. P.; PEREIRA, E. M.: _____ (Orgs.). **Ecoturismo**: práticas para turismo sustentável. Manaus: Vale, Uninorte, 2004. p. 69-99.

BAINES, S. G. **Indianidade e nacionalidade na fronteira Brasil-Guiana**. Brasília, 2004. 13 p. (Série Antropologia, n. 360). Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie360empdf.pdf>>. Acesso em: 09 mai. 2007.

BALEÉ, W. Cultura na vegetação da Amazônia brasileira. In: NEVES, W. A. (Org.). **Biologia e ecologia humana na Amazônia: avaliação e perspectivas**. Belém: MPEG, 1989. p. 95-109. (Coleção Eduardo Galvão).

BANKS, M.; MORPHY, H. (Eds.). **Rethinking visual anthropology**. London: Yale University, 1997. p. 139-169.

BARBOSA, P. F. **O lago dos espelhos** – etnografia do saber sobre a fronteira em Tefé/Amazonas. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, FUNTEC, 1998. 215 p.

BARBOSA, R. I. et al. **Notas de uma expedição às nascentes do rio Mau (Ireng) Roraima, Brasil**. Manaus: INPA, 2000. 28 p. (Série Documentos, 7).

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. São Paulo: Papirus, 1995. 164 p.

BARRY, W. C. E. **Venezuela: a visit to the gold mines of Guyana and Voyage up the river Orinoco during 1886**. London: Marshall Bros, Amen Corner, 1886. 159 p.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. (Orgs.). **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 185-227.

_____. Los grupos étnicos y sus fronteras. Introdução. In: BARTH, F. **La organización social de las diferencias culturales**. México: FEC, 1976. p. 9-49.

BASTOS, A. C. T. **O vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas**. São Paulo: Companhia Nacional, 1975. 247 p. (Brasiliana, v. 106).

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 168 p.

_____. Inserção da Amazônia na geopolítica da água. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PROBLEMÁTICA DO USO LOCAL E GLOBAL DA ÁGUA DA AMAZÔNIA. **Documentos Básicos...** Belém: UFPA, NAEA, UNESCO, 2003. p.161-190.

_____. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, C. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: UnB; Paris: ORSTOM, 1988. p. 60-79.

BELTRÃO, O. **Turismo**: a indústria do século XXI. São Paulo: Siciliano, 1999. 129 p.

BENI, M. C. Um outro turismo é possível? A recriação de uma nova ética. In: MOESCH, M. M.; GASTAL, S. (Orgs.). **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 11-24.

_____. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 1998. 426 p.

BENTES, R. A Intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, v. 19, n. 54, p. 225-240, 2005.

BERNARDES, J. A.; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e natureza. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **A questão ambiental**: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 17-42.

BLANCO, E. O **Turismo ecológico sustentável e a autoconsciência do homem contemporâneo**: uma abordagem filosófica da questão ambiental. Disponível em: <<http://www.senac.br/BST/293/boltec293e.html>>. Acesso em: 13 jul. 2007.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese**, Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociol. Pol. da UFSC, 2005, p. 68-80. Disponível em: <<http://www.emtese.ufsc.br>>. Acesso em: 25 out. 2005.

BOO, E. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Orgs.). **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: SENAC, 1995. p. 31-56.

_____. **The ecotourism boom**: planning and development and management: wildlands and human needs program. Washington: WWF, 1992. (Technical Paper, 2).

_____. **Ecotourism**: the potentials and pitfalls. Washington: WWF; USAID, 1990. 165 p.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1999. 752 p.

_____. A identidade e a representação. In: _____. **O poder simbólico**. São Paulo: DIFEL, 1989. p. 106-132.

BOURDIN, A. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001. 237 p.

BRANDON, K. *et al.* Conservação brasileira: desafios e oportunidades. **Megadiversidade**, Belo Horizonte, v. 1, n.1, p. 7-13, jul. 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999. 62 p.

_____. **Decreto n. 96.944, de 12 de outubro de 1988**. Dispõe sobre a criação do Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.lei.adv.br/96944-88.htm>>. Acesso em: 19 out. 2005.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Lei n. 9.985, de 18. 07. 2000**. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/legis/leis/9985_2000.html>. Acesso em: 02 nov. 2000a.

_____. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Instituto Brasileiro de Turismo **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Disponível em: <<http://www.geocities.com/yosemite/Rapids/4055/direteco>>. Acesso em: 04 jun. 1999.

_____. Ministério da Integração Nacional. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Amazônia Sustentável – PAS.v.1**. Brasília: 2004a.

_____. Ministério da Justiça. **Homologação de Raposa Serra do Sol dá posse permanente aos índios**. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/noticias/2005/Abril/rls150405homologacao.htm>>. Acesso em: 10 out. 2005a.

_____. Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Lei n. 9.985 de 18 de Julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc/pdf>>. Acesso em: 18 jun. de 2003.

_____. Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Unidades de Conservação**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/apconser.html>>. Acesso em: 21 jan. 2000b.

_____. Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Biodiversidade brasileira**: avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros. Brasília: SBF, 2001. 404 p.

_____. Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Roraima**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sca/proeco/rorail.html>>. Acesso em: 01 jan. 2005c.

_____. Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Áreas protegidas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/apconser.html>>. Acesso em: 20 ago. 2005d.

_____. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Plano de Manejo do Monte Roraima**. Disponível em: <http://www.2.ibama.gov.br/siucweb/unidades/parna/planos_de_manejo/59/html/indice_encartes.html>. Acesso em: 15 jun. 2004b.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Divisão da América Meridional II**. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/daa/dam2.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2006.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Divisão da América meridional II**. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/daa/dam2.htm>>. Acesso em: 23 out. 2005b.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Interacionais. **Decreto n. 4.351**, de 27 de agosto de 2002. Dispõe sobre o ajuste complementar ao convenio básico de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_vene_924731.htm> . Acesso em: 23 fev. 2007a.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Interacionais. **Atos em vigor assinados com a República Bolivariana da Venezuela**. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/bivenez.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2007b.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Interacionais. **Atos em vigor assinados com a República Cooperativista da Guiana**. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/bigua.htm>>. Acesso em: 23 fev. 2007c.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Relatório de serviço técnico: **Venezuela: 1929-1934**. Rio de Janeiro. Mimeografado.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Roraima. **Revistas Texto do Brasil**. Brasília, n. 2, 6 p. 200?. Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/dc/textos/revista2-mat5.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2007d.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Tratados. **Venezuela: 1882**. Relatório de 1884. Rio de Janeiro, 212 p. Mimeografado.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo de aventura: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008. 56 p.

BRASIL, C. L. **História, lendas e mitos**: caderno cultural. Boa Vista: Ler, 1996. 67 p.

BRASIL, I. Gestão dos recursos hídricos como elemento de transformação da sociedade Amazônica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PROBLEMÁTICA DO USO LOCAL E GLOBAL DA ÁGUA DA AMAZÔNIA. **Documentos Básicos...** Belém: UFPA, NAEA, UNESCO, 2003. p. 231-251.

BRASILEIRO, A. M. (Org.) **Gender and sustainable development a new paradigm: reflecting on experience in Latin America and Caribbean**. New York: United Nations Development Fund for Women, 1996. 78 p.

BRITO, M. C. W. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000. 230 p.

BUCCI, E. América do Sul: da divisão prematura à integração que amadurece. In: **Reunião de chefes de estado da comunidade sul-americana de nações**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005 p. 79-88.

BURGARDT, V. H. V. **Bravas gentes**: cotidiano, identidade e representações Terra Indígena Raposa/Serra do Sol e Parque Nacional Canaima, ambiências de Boa Vista (Brasil) e Cidade

Bolívar (Venezuela) (1970-2005). 2006. 412 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006. Mimeografado.

CÂMARA, I. G. **Índios e parques**. Disponível em: <[http:// www.ambientebrasil.com.br](http://www.ambientebrasil.com.br)>. Acesso em: 10 fev. 2007.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Duas Cidades, 1971. 374 p.

CANDOTTI, Ê. **Ciência e ética**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação, 2002. 25 p.

CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996. 256 p.

CARDOSO, R. C. L. A aventura de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: _____. (Org.). **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-105.

CARIBBEAN Programme for Economic Competitiveness. **Guyana** – tourism. Disponível em: <<http://www.cpechrd.org/guytourism.htm>>. Acesso em: 18 out. 2005.

CARTA Frontur. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO DE FRONTEIRAS**, 1. 2004. Santa Maria. 15-17 ago. 2004. 3 p. Mimeografado.

_____. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO DE FRONTEIRAS**, 2. , 2005. Foz de Iguassu. 02-04 nov. 2005. 4 p. Mimeografado.

_____. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO DE FRONTEIRAS**, 3. , 2006. Boa Vista. 04-06 set. 2006. 4 p. Mimeografado.

_____. 4 p. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO DE FRONTEIRAS**, 4. , 2007. Cuiabá. 21-23 nov. 2007. 4 p. Mimeografado.

CARTA Turística de Caracas. 6 p. **Feira Internacional de Turismo de Caracas**, 1. , 2005. Caracas. 6 de out. 2005. Mimeografado.

CASASOLA, L. **Turismo e ambiente**. São Paulo: Rocca, 2003. 104 p.

CASTRO, C. A. P. **Sociologia aplicada ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2002. 192 p.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). **Faces do tropico úmido**: conceitos e questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente. Belém: CEJUP, NAEA, UFPA, 1997. p. 221-242.

CAVALCANTI, C. Breve introdução à economia da sustentabilidade. In: _____ (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. p. 17-25.

CAVALCANTI, K. **Direito da selva**: as aventuras de um repórter na Amazônia. São Paulo: Geração, 2002. 257 p. (Coleção Vida de Repórter).

CENTRO PARA LA INVESTIGACIÓN FLORESTAL INTERNACIONAL. **Explorando la biodiversidad, el médio ambiente y las perspectivas de los pobladores em áreas boscosas**. Jakarta: CIFOR, 2004.

CENTRO DE INFORMAÇÃO DA DIOCESE DE RORAIMA. **Índios de Roraima**. Boa Vista: Coronario, 1989. 106 p. (Coleção histórico-antropológica n. 1).

CERVO, A. L. A Venezuela e seus vizinhos. In: GUIMARÃES, S. P.; CARDIM, C. H. (Orgs.). **Venezuela**: visões brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2001, p. 153-175

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica para uso de estudantes universitários**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977. 144 p.

CHAVES, O. E.. **Fronteiras do Brasil**: limites com a República da Colômbia. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1943. 219 p. v. 43.

CHERNELA, J. M. Povos indígenas e turismo cultural: condições para a sustentabilidade. In: NELSON, S. P.; PEREIRA, E. M. (Orgs.). **Ecoturismo**: práticas para turismo sustentável. Manaus: Vale, Uninorte, 2004. p. 214-234.

CHILE. Ministerio de Planificación y Cooperación. Programa Integral de Desarrollo Indígena – Orígenes. **Turismo**: una apuesta al desarrollo de las comunidades indígenas de Chile. Santiago: Programa Orígenes, 2003. 61 p.

CIVITA, V. **Novo conhecer**. São Paulo: Abril Cultural, 1977. p. 1217-1520. v. 6.

_____. **Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa**. São Paulo: Abril Cultural, 1971. 590 p. v. 6.

COELHO, M. C. N. Reflexões sobre o ecoturismo na Amazônia. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). **O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia**. Belém: NAEA; UFPA, 1999. p. 75-126.

COMISSÃO BRASILEIRA DE SÍTIOS GEOLÓGICOS E PALEOBIOLOGICOS. **Proposta de descrição de sítio geológico do Brasil para registro no patrimônio mundial da humanidade**. Disponível em: <http://www.unb.br/ig/sigep/propostas/038_Monte_Roraima.htm>. Acesso em: 09 abr. 2006.

CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA. **Homologação da TI Raposa Serra do Sol**. Disponível em: <http://www.cir.org.br/noticias_050416_geral.asp>. Acesso em: 10 out. 2005.

CORBIN, A. **O território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 385 p.

CORBIN, H. P. **Brazilian migration to Guyana as a livelihood strategy**: a case study approach. 2007. 177 f. Dissertação (Mestrado de Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

CORBIN, R. H. O. Guiana: impacto da política externa sobre os desafios do desenvolvimento. **DEP, Diplomacia, Estratégia e Política**. Brasília, n. 8, p. 137-158. out/dez. 2007.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Bases conceituais do desenvolvimento e do ecoturismo. In: QUEIROZ, O. T. (Org.). **Turismo e ambiente, temas emergentes**. Campinas: Alínea, 2006. p. 11-48

_____. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, 2006. p. 367-378.

_____. Turismo e meio ambiente: a (in) sustentabilidade em questão. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO DE BASE LOCAL, 9, 2005, Recife: **Anais...** Recife: UFPE, 2005. 2 p. CD-ROM.

COSTA, D. Infra-estrutura e integração na América do Sul. In: **REUNIÃO de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações**, 1. , 2005, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005. p. 31-41.

COSTA, P. C. **Unidades de conservação, matéria-prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002. 163 p.

COSTA, V. C.; COSTA N. M. C. O desafio do ecoturismo em unidades de conservação. In: **ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL**, 4. , 2000, Joinville: Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus, 15-18 nov. 2000. Disponível em: <<http://www.redebonja.cbj.g12.br/ielusc/turismo>>. Acesso em: 14 set. 2003.

COUDREAU, H. **La France equinoxiale: a travers les Guyanes et l'Amazones**, v. 1. Paris: Chahamel Aine, 1887. 436 p.

CREVAUX, J. **Viajes por la América del Sur**. Paris: Libririe Hachette et C. 1883. 333 p.

CRIADO, E. A.; BAENA, D. M.; FRENANDEZ, M. M. Cultura, políticas de desarrollo y turismo rural en ambito de la globalización. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 20, v. 9, p. 161-183, out. 2003.

CROCIA, N. **The frontier cycle: a study of the agricultural frontier settlement in the Southeast of Roraima, Brazil**. Durham: University of Durham, 1994. 32 p. (Working Paper, 4).

CRUZ, R. C. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, 2006. p. 337-350.

_____. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000. 167 p.

CRUZ, S. H. R. Turismo: a percepção dos residentes da vila do Pesqueiro, município de Soure, ilha do Marajó/PA. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). **O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia**. Belém: UFPA, NAEA, 1999. p. 175-204.

CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. Política e gestão ambiental. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 43-79.

DAVENPORT, L.; RAO, M. A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. In: TERBORGH, J. et al. (Orgs.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: UFPR, Fundação O Boticário, 2002. p. 52-73.

D'AZAMBUJA, J. M. N. **Limites do Brazil com as Guyanas Franceza e Ingleza**. Rio de Janeiro, 1892. 210 p. v. 2.

DEPOIMENTOS. **Roraima Adventure**. Disponível em: <<http://www.roraima-brasil.com.br/depoimentos.html>>. Acesso em: 11. ago. 2008.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003a. 226 p.

_____. **Sociologia do turismo**. São Paulo: Atlas, 2003b. 251 p.

DICIONÁRIO Enciclopédico Ilustrado. São Paulo: Abril, 2006. v. 5.

DIEGUES, A. C. S. A.; ARRUDA, R. S. V. (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176 p.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB, USP, 1994. 163 p.

D'INCAO, M. A. Limites culturais na responsabilidade de conservação da biodiversidade. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (Orgs.). **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 25-39.

DINIZ, A. A evolução da fronteira em Roraima: o caso das confianças I, II e III. In: ALVES, C. L. E. (Org). **Formação do espaço amazônico e relações fronteiriças**. Boa Vista: UFRR, 1998. p.150-179.

DOMINGUES, J. B. M. **Diversidade biológica de Roraima**: controle do acesso ao patrimônio genético. Cuiabá: Cathedral Publicação, 2005. 136 p.

DOMINGEZ, D. Salto Angel. **Lagransabana. com**. Disponível em: <<http://www.lagransabana.com/angel.htm>>. Acesso em: 25. maio. 2005.

DUFOUR, J. **Parques para la paz em América Latina**: espacios transfronterizos protegidos para La paz y La cooperación. Global Research, 11 jan. 2008. 11 p. Disponível em:<<http://www.globalresearch.ca/PrintArticle.php?articleId=7773>>. Acesso: em: 18. ago.2008.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, SESC, 1999. 244 p.

EMÍLIO PÉREZ, A.; WARREN, A. **Un mapa-guia de referencia para el excursionista**: Monte Roraima [200?] (Serie Tepuyes de Venezuela). Ediciones especial para guias y porteadores. Folder.

ENDRES, A. V. Sustentabilidade e ecoturismo: conflitos e soluções a caminho do desenvolvimento. **Turismo em análise**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 37-50, maio 1998.

_____. **Ecoturismo na área de proteção ambiental de Algodal/Maiandeuá**. 1996. 70 f. Monografia (Especialização) –Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém; 1996.

ESPARTEL, L. **Curso de topografia**. Porto Alegre: Globo, 1975. 676 p.

ETGES, N. J. Ciência, interdisciplinaridade e educação. In: JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (Orgs.). **Interdisciplinaridade**: para além da filosofia do sujeito. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p. 51-84.

EVANS, C.; MEGGERS, B. J. Archeological investigation in British Guiana. **Bulletin of Bureau of American Ethnology**. Washington, Smithsonian Institution, v. 177, p. 1-418, 1960.

FARIA, D. S.; CARNEIRO, K. S. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Brasília: UNB, 2001. 95 p.

FARIAS, E. A. Evolución de la Economía en Venezuela. In: PICON-SALAS, M. et al. (Orgs.) **Venezuela independiente: 1810– 1960**. Caracas: Fundación Eugenio Mendoza, 1962. p. 345-742.

FATHEUER, T.; ARROYO, J. C.; MACHADO, J. A. C. (Orgs.). **Relatos e reflexões a partir do Simpósio Internacional Amazônia: estratégias de desenvolvimento sustentável**. Belém: FAOR, 1998. 84 p.

FEARNSIDE, P. M. **A floresta amazônica nas mudanças globais**. Manaus: INPA, 2003. 134 p

FENNEL, D. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002. 284 p.

FERREIRA, I. C. B. Ceres e rio Verde: dois momentos no processo de expansão da fronteira agrícola. In: AUBERTIN, C. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: UnB; Paris: ORSTOM, 1988. p. 38-59.

FERREIRA, M. G. **História das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1966. 62 p.

FERREIR, D. PN Kaieteur y sus habitantes. In: AMEND, S.; AMEND, T. (Eds.). **¿Espacios sin habitantes?** Parques nacionales de América del Sur. Caracas: UICN, 1992. p. 253-261.

FERRETTI, E. R. **Turismo e meio ambiente: uma abordagem integrada**. São Paulo: Roca, 2002. 170 p.

FIGUEIREDO, L. **Limites do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa Henrique Velho, 1936. 220p.

FIGUEIREDO, S. L. **Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia**. Belém: NAEA, UFPA, 1999. 207 p.

FIORGEOGRAF Pré-Cambriano. **Pré-Cambriano**. Disponível em: <http://www.fiorgeograf.com.br/pre_cambriano.htm>. Acesso em: 21 out. 2005.

FISHER, K.; FISHER, M. **Simon Bolívar (1783-1830)**: south american liberator. Disponível em: <<http://www.carpnoctem.tv/bolivar.html>>. Acesso em 02 jan.2006.

FONSECA, M. M.. **Arte naval**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha. 2000, 518 p.

FRANÇA, J. P.; CRUZ, S. H. R. Balneários amazônicos: do conceito à prática do lazer. In: BAHL, M.; MARTINS, R. C. R.; MARTINS, S. F. (Orgs.). **Turismo como responsabilidade social**. Belo Horizonte: ABBTUR, Roca, 2005. p. 117-129. Coletânea XXV CBTUR.

FRANK CALVO, C. E.; ZÁRATE BOTÍA, C. G. (Orgs.). **Imani Mundo**: estudios em la Amazônia colombiana. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia. 2001. 558 p.

FRANK, E. H. A construção do espaço étnico roraimense ou: os Taurepáng existem mesmo? **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 287-310. 2002.

FREITAS, A. **Geografia e história de Roraima**. Boa Vista: DML, 2001. 160 p

_____. **Fronteira Brasil/Venezuela**: encontros e desencontros. São Paulo: Corpint Gráfica, 1998. 79 p.

FREITAS, M. L. D. Meio ambiente e política ambiental na Venezuela. In: GUIMARÃES, S. P.; CARDIM, C. H. (Orgs.). **Venezuela**: visões brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisas de Relações Interacionais, 2003, p. 21-51.

FREITAS, S. M. **História oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas. 2002. p. 79-125.

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E TECNOLOGIA DE RORAIMA. **Roraima**: o Brasil do Hemisfério Norte. Diagnóstico científico e tecnológico para o desenvolvimento. Boa Vista: AMBTEC, 1994. 512 p.

FURLAN, S. A. Unidade de conservação insular: considerações sobre a dinâmica insular, planos de manejo e turismo ambiental. In: LEMOS, A. I. G. (Org.). **Turismo**: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 1996. p.114-137.

_____. Florestas culturais: manejo sociocultural, territorialidades e sustentabilidade. In: **Agrária**, São Paulo, n. 3, p. 3-15. 2006.

FURTADO, L. G. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: SILVEIRA, I. M.; DINCA'O, M. A. (Orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 67-74.

_____. **Currallistas e rendeiros de Marudá**: pescadores do litoral do Pará. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987. 366 p.

FURTADO, L. G.; QUARESMA, H. D. A. B. (Orgs.) **Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002. 256 p.

GADGIL, M. People's biodiversity register: a record of índias wealth. In: VIEIRA, P. F. (Org.). **Conservação da diversidade biológica e cultural em zonas costeiras**: enfoques e experiências na América Latina e Caribe. Florianópolis: APED, 2003. p. 47-73.

GALBADÓN, M. **Parques nacionales y conservación ambiental**. Caracas: Fundación Banco Consolidado, 1992. 116 p. (Parques Nacionales y Conservación Ambiental, n. 1).

_____. Política de habitantes en los parques nacionales de Venezuela. In: AMEND, S.; AMEND, T. (Ed). **¿Espacios sin habitantes?**: Parques Nacionales de América del Sur. Caracas: UICN, 1992. p. 415-421.

GALLOIS, D. T. Cultura indígena e sustentabilidade: alguns desafios. In: **Revista Tellus**. Campo Grande, n. 5, v. 8/9, **8 p.** abri./out. 2005.

GALVÃO, E. **Santos e visagens um estudo da vida religiosa de Ita, Baixo Amazonas**. São Paulo: Nacional, 1955. 202 p. (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 5, Brasiliana, v. 284).

GARCIA HERRERO, M. I. Relaciones diplomáticas entre Venezuela y Brasil (1843-1997). **Boletín del Archivo de la Casa Amarilla**, n. 5, v. 5, p. 11-30, 1998.

GASTAL, S. Da prática à teoria: pensando o turismo. In: MOESCH, M. M.; GASTAL, S. (Orgs.). **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004. p.131-137.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 213 p.

GIANINI, I. V. A construção do novo com os índios Xikrin. In: LIMA, A. C. S.; HOFFMAN, B. M. (Orgs.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas**: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002. p. 107-129.

GILLIN, J. Tribes of the Guianas and the left Amazon tributaries. In: STEWARD, J. H. (Ed.). **Handbook of South American indians**: the tropical forest tribes. v. 3. Washington, D.C.: Smithsonian Institution, 1948. p. 799-860.

GOLDENBERG, M. (Org.). **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004. 107 p.

GOMES, E. L. dos S. **Turismo no entorno do Parque Nacional do Cabo Orange, Amapá**. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007. Mimeografado.

GONDELLES, R. **Venezuela Canaima Parque Nacional**. Caracas: Ecograph Proyectos y Ediciones C.A, 1997. Folder.

GOOGLE. **Rotas e Destinos**, maio, 2005. Disponível em: <<http://www.rotas.xl.pt/0505/100.shtm>>. Acesso em: 30. mai. 2005a.

_____. **National Geographic**. Disponível em: <<http://www.http://nationalgeographic.abril.com.br/ngbonline/diariodaterra/0602/inex.shtml>>. Acesso em: 30 mai. 2005.

_____. **Ecochallenger**. Disponível em: <<http://www.ecochallenge.ws/Images/canaima/mapa.jpg>>. Acesso em: 12. jan. 2008.

GRAY, A. O impacto da conservação da biodiversidade sobre os povos indígenas. In: SILVA, A. L.; GRUPIONO, D. B. (Orgs.). **A temática indígena na escola**. Distrito Federal: MEC, MARI, UNESCO, 1995. p. 109-124.

GRIMSON, A. Los procesos de fronteirización: flujos, redes y historicidad. In: GARCIA, C. I. (Org.). **Fronteras**: territórios y metáforas. Medelin: Hombre Nuevo Editores, 2003. p. 15-45.

GRÜNEWALD, R. A. Turismo e etnicidade. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, n. 20, v. 9. p. 141-159, out. 2003.

GUILLÉN, I. El turismo como propuesta de desarrollo de una comunidad indígena en el ordenamiento territorial del Amazonas. **Revista Geografica Venezolana**, Mérida, v. 41, n.1, p. 101-115, 2000.

GUIMARÃES, R. P. Modernidade, meio ambiente e ética: um novo paradigma de desenvolvimento. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMAZÔNIA 21: uma agenda para um mundo sustentável. **Anais...** Brasília: UNAMAZ, 1998. p. 47-70.

GUYANA. Environmental Protection Agency. **Proposed national protected areas**. Disponível em: <<http://www.epaguyana.org/upas/proposed.htm>>. Acesso em: 19 out. 2005.

_____. Government Information Agency. **Government of Guyana focus on amerindian development**. 26 p. Disponível em:

<http://www.gina.gov.gy/gina_pub/amerindian_booklet.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2007a.

_____. Ministry of Tourism, Industry & Commerce. **National development strategy – 2001-2010**. Disponível em: <<http://www.ndsguyana.org/document.asp>>. Acesso em: 08 mar. 2007b.

_____. Ministry of Tourism, Industry & Commerce. **Tourism – key developments**. Disponível em: <http://www_cpechrd_org-guytourism_>. Acesso em: 08 fev. 2007c.

_____. Ministry of Tourism, Industry & Commerce. Disponível em: <<http://www.mintic.gov.gy>>. Acesso em: 16 out. 2005.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1997. 224 p.

HAMMIL, L.; BESANÇON, C. Promoting conflict sensitivity in transboundary protected areas: a role for peace and conflict impact assessments. In: WORLD PARKS CONGRESS, 5., 2003. Durban. **Paper...** sept. 2003. 12 p.

HARDIN, G. La tragedia de los bienes comunes. In: SMITH, R. C.; PINEDO, D. **El cuidado de los bienes comunes: gobierno y manejo de los lagos y bosques en la Amazonía**. Lima: IEP; Instituto del Bien Común, 2002. p. 33-48. (Estudios de la Sociedad Rural, 21).

HARVEY, E. An island vision: sustainable development in small island in the Caribbean. In: BRASILEIRO, A. M. (Org.) **Gender and sustainable development a new paradigm:**

reflecting on experience in Latin America and Caribbean. New York: United Nations Development Fund for Women, 1996. p. 36-47.

HEALY, R. G. **The role of tourism in sustainable development**. Durham: School of the Environment Duke University, 1992. Mimeografado.

HEBÉTTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: UFPA, 2004. 388 p.

_____. Grandes projetos e transformações na fronteira. **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 5, n. 15, p. 75-86, 1985.

HEBÉTTE, J.; MARIN, R. E. A. Colonização e fronteira: articulação no nível econômico e no nível ideológico. In: HEBÉTTE, J. (Org.). **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: UFPA, 2004a. p. 75-88. v. 1.

_____. Mobilidade do trabalho e fronteira amazônica: a Belém-Brasília. In: HEBÉTTE, J.; (Org.). **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: UFPA, 2004b. p. 107-152. v. 1.

HERMAN, J. Cenário de encontro dos povos: a construção do território. In: VAINFAS, R. (Org.). **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. p.17-33.

HERNÁNDEZ, J. **División regional de Venezuela**. Disponível em: <<http://www.ucab.edu.ve/estudiantes/venezuela>>. Acesso em: 23 out. 2005.

HISTORY of Guyana. Disponível em: <http://www.wikipedia.org/wiki/History_of_Guyana>. Acesso em: 29 out. 2006.

HUMBOLDT, A. **Voyage aux régions équinoxiales du nouveau continent de Humboldt et Boupland**. Premier Partie. Relation Historique. tomo III. Paris: Avec Deus Atlas, 1825. 501 p.

HURTIENNE, T. O que significa a Amazônia para a sociedade global? In: D' INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (Orgs.). **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994. p. 155-158.

IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002. 191 p.

IBAMA. **Unidades de Conservação**. 1 p. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/unidades>>. Acesso em: 15 set. 2003.

IBGE. **IBGE calcula nova altitude do Monte Roraima**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias>>. Acesso em: 29 jul. 2005.

_____. **Censos demográficos e econômicos**: nacionais, estaduais e do Território de rio Branco e Roraima. 1970, 1980, 1991, 2000, 2007.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999. 135 p.

INICIATIVA para la Integración de la Infraestructura Regional Sulamericana. Buenos Aires. Disponível em: <<http://www.iirsa.org>>. Acesso em 11 ago. 2007.

IRVING, M. A. Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque (AP-Brasil): “ultraperiferia” ou laboratório para a cooperação em gestão da biodiversidade nos espaços amazônicos de fronteira? **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 6, n. 10, p. 26-37, jul. , 2004.

_____. Refletindo sobre o turismo como mecanismo de desenvolvimento local. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 4, n. 6, p. 69-73, jul. , 2004.

_____. Refletindo sobre ecoturismo em áreas protegidas: tendências no contexto brasileiro. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO J. (Orgs.). **Turismo**: desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002. p. 47-68.

IRVING, M. A.; RODRIGUES, C. G. O; NEVES FILHO, N. C. Construindo um modelo de planejamento turístico de base comunitária: um estudo de caso. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. (Orgs.). **Turismo**: desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002. p. 93-112.

JIMENEZ DE ARECHAGA, E. **Curso de derecho internacional público**. Montevideú: Centro de Estudiantes de Derecho, 1960, 380 p.

JOAQUIM, J. S. S. **Makunaima x Macunaíma**. 1995. 48 f. Monografia de Curso (Especialização em Metodologia da Pesquisa Científica) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 1995. Mimeografado.

KEOHANE, R. **Después de la hegemonía**: cooperación y discordia en la política económica mundial. Buenos Aires: GEL, 1988. 317 p.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em Parques Nacionais**. Campinas: Papirus, 2002. 224 p. (Coleção Turismo).

KIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. 189 p.

KLEIN, J. T. **Crossing boundaries**: knowledge, disciplinarity, and interdisciplinarity. New York: University Press of Virginia, 1996. 57.p.

KOCH-GRUNBERG, T. **Do Roraima ao Orinoco**: observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913. v. 1. São Paulo: UNESP, 2006. 374 p.

KUHN, T. **Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectivas, 1982. 257 p.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Economia do turismo**. São Paulo: Papirus, 1996. 232 p.

LAIRET, R. C.; RODRIGUEZ, E. B. **Venezuela y su geografía**: región de Guyana. Caracas: Minerva, 1989, 101 p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996. 288 p.

LAKATOS, I. **The methodology of scientific research programs**. Cambridge, 1999. 15 p.

LAURIOLA, V. Parque nacional? Kaané! Os índios dizem não à implementação do Parque Nacional do Monte Roraima. In: RICARDO, F. (Org.). **Terras indígenas & unidades de conservação da natureza, o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, p. 422-431.

_____. Global ecology versus cultural diversity? Conversation of nature and Indigenous peoples in Brazil. Roraima Mount: National park vs. Raposa-Serra do Sol. **Ambient & Society**, v. 6, n. 1, p. 165-189, 2003. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artex&pid=S1414-753X2003000200010&Ing=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 out. 2005.

_____. Unidades de conservação, terras indígenas e conflitos políticos na Amazônia. O caso do PN de Monte Roraima. In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. C. C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB, USP, 2001. p. 239-266.

LECHNER, L. **Planejamento, implantação e manejo de trilhas em unidades de conservação**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção a Natureza, 2006. 28p. (Cadernos de Conservação, n. 3).

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002. 240 p

_____. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001. 343 p.

LEITÃO, S. Superposição de leis e de vontades: porque não se resolve o conflito entre terras indígenas e unidades de conservação? In: RICARDO, F.; MACEDO, V. (Orgs.). **Terras indígenas & unidades de conservação da natureza, o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 17-23.

LEMOS, L. Convergência turística: o valor turística, a rede mercocidades e os sistemas locais de produção. In: MOESCH, M. M.; GASTAL, S. (Orgs.). **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 67-82.

LEMOS, A. I. G. (Org.). **Turismo: impactos sócio ambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996. 305 p.

LENÁ, P.; OLIVEIRA, A. E. Notas sobre expansão de fronteira e desenvolvimento na Amazônia. In: _____; (Orgs.). **Amazônia a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: CEJUP, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 9-20 (Coleção Eduardo Galvão).

LENÁ, P. Diversidade da fronteira agrícola na Amazônia. In: AUBERTIN, C. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: UnB, Paris: ORSTOM, 1988. p. 90-129.

LEONARDI, V. P. de B. **Fronteiras amazônicas do Brasil: saúde e história social**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000. 181 p.

LESBAUPIN, I. **Poder local x exclusão social**. Petrópolis: Vozes, 2000. 102 p.

LÉVI-STRAUSS, C. **A origem dos modos a mesa**. São Paulo: CoisacNaif, 2006. 524 p. (Mitológicas 3).

_____. **O cru e o cozido**. São Paulo: CoisacNaif, 2004a. 442 p. (Mitológicas 1).

_____. **Do mel as cinzas**. São Paulo: CoisacNaif, 2004b. 500 p. (Mitológicas 2).

LIMA, D. M. Equidade, desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). **Faces do tropico úmido**: conceitos e questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente. Belém: CEJUP, NAEA, UFPA, 1997. p. 285-314.

LIST of States for Guyana. Disponível em: <<http://www.pgrc3.agr.ca/cgi-bin/npgs/html/statelist.pl?Guyana>>. Acesso em: 23 out. 2005.

LOVEJOY, T. E. O Brasil em foco. **Megadiversidade**. Belo Horizonte: Conservação Internacional, v. 1, n. 1, p. 5-6, jul., 2005.

LÓPEZ GARCÉS, C. L. Etnicidad y nacionalidad en la frontera entre Brasil, Colombia y Perú: los Ticuna frente a los proceso de nacionalidad. In: GARCIA, C. I. (Org.). **Fronteras**: territórios y metáforas. Mendelin: Hombre Nuevo, 2003. p. 147-160.

LUINDIA, L. A. **Ecoturismo indígena**. Quito: Abya-Yala, 2007. 266 p.

LUZ, F. J. F. **Aspectos da vegetação do topo do Monte Caburai**: orquídeas. Relatório de Pesquisa. 1998. 3 p. Mimeografado.

MACDOUGALL, D. The visual in Anthropology. In: BANKS, M.; MORPHY, H. (Eds.). **Rethinking visual anthropology**. London: Yale University, 1997. p. 113-119.

MACHADO, L. O. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, Rio de Janeiro, LAGET, UFRJ, v. 5, n. 8. p. 7-23, jan./jun, 2000.

_____. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, T. M. et al. (Org.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 41-49.

MAGALHÃES, A. C. **Os Parakanã**: espaços da socialização e suas articulações simbólicas. 1994. 314 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Mimeografado.

MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002. 187 p.

MAGALHÃES, M. G. S. D. **Amazônia brasileira**: processo histórico do extrativismo vegetal na mesorregião sul de Roraima. 2006. 316 f. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MAGALHÃES, S. B. O Desencantamento da beira – reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela UHE de Tucuruí. In: MAGALHÃES, S. B. et al. (Orgs.). **Energia na Amazônia**. v. 1. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, UFPA, UNAMAZ, 1996. p. 697-746.

MAGNOLI, D. Horogênese das fronteiras amazônicas. In: ALVES, C. L. E. (Org.). **Formação do espaço amazônico e relações fronteiriças**. Boa Vista: UFRR, 1998. p. 5-26.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné e da Melanésia. São Paulo: Abril, 1976. 436p. (Coleção Os Pensadores).

MALTA, F. J. N. C. Planejamento e gestão do turismo no litoral paulista. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (Orgs.). **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 201-212.

MANESCHY, M. C. **Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada**. Belém: UFPA, CFCH, 1993. 167 p.

MÁRQUEZ, H. **Áreas protegidas de papel**. Disponível em: <<http://www.tieramerica.info/nota.php?lang=esp&idnews=17488&olt=228>>. Acesso em: 12 out. 2005.

MARRERO C. R. A. **La gran sabana**: guía turística. Estado Bolívar: La Gan Sabana Publicaciones, [199-?]. 150 p.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro lado nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997. 243 p.

MASI, D. Turismo e tempo livre: uma alternativa para o terceiro milênio. In: FARIA, I. F. (Org.). **Turismo: lazer e políticas de desenvolvimento local**. Manaus: Universidade do Amazonas, 2001. p. 1-11.

MATTOS, C. M. **Uma geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1980. 216 p.

MATTOSO, E. **Limites da república com a Guyana inglesa**. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1898. 154 p.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004. 288 p.
McGRATH, D. Biosfera ou biodiversidade: uma avaliação crítica do paradigma da biodiversidade. In: XIMENES, T. (Org.). **Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia**. Belém: UFPA, NAEA, UNAMAZ, 1977. p. 33-69.

MEDAGLIA, T. Monte Roraima: **Revista Terra**. n. 184, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.revistaterra.com.br/revista/184/textos/18>>. Acesso em: 03. abr. 2008.

MEDAUAR, O. (Org.). **Constituição Federal: coletânea de legislação de direito ambiental**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. 1117 p.

MELCHIORRI, B. F. **Monte Roraima**. Boa Vista: Diocese de Roraima. 1990.

MELLO, A. F. Capitalismo pesca e empobrecimento na Amazônia: a contraface da modernização. In: D' INCAO M. A.; SILVEIRA, I. M. (Orgs.). **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 473-488.

MENEZES, M. L. P. Fronteiras e bordas na Amazônia brasileira: considerações sobre três cidades. **Scripta Nova, Revista eletrônica de Geografia y Ciências Sociais**, Barcelona: Universidade de Barcelona, n. 45(38), ago., 1999. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-45-38.htm>>. Acesso em: 24 out. 2005.

MERCADANTE, M. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da lei do SNUC. In: BENJAMIN, A. H. (Org.). **Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2001. p. 190-231.

MERENTES, N. A Atual fase de crescimento da economia venezuelana: **DEP, Diplomacia, Estratégia e Política**, Brasília, DF, n. 7, p. 231-249, jul/set , 2007.

MILANO, M. S. **Conservação *in situ* e Sistemas de Unidades de Conservação**. Brasília, DF. 1991. 45 p. Mimeografado.

MILLER, K. R. Evolução do conceito de Área Protegidas: oportunidades para o século XXI. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UC, 9., 1997, Curitiba. **Anais...** Curitiba: IAP, UNILIVRE, 1997. p. 3-21.

MINAYO, M. C. S. et al. (Orgs.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. 80 p.

MITTERMEIER, R. et al. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. **Megadiversidade**, Belo Horizonte, v. 1 n. 1, p. 14-21, jul. 2005.

MOLINA, S. **Turismo e ecologia**. Bauru: EDUSC, 2001. 215 p.

MONTEJANO, J. M. **Estrutura do mercado turístico**. São Paulo: Roca, 2001. 426 p.

MONUMENTO Natural. Disponível em:

<http://www.wikipedia.org/wiki/Monumento_natural>. Acesso em 30 out. 2006.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Anablume, 2005. 161 p.

MORAN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Zahar, 1990. 367 p.

MOREIRA, A.; ANDERSON, A. Unidades de Conservação no Brasil: populações tradicionais, Estado e sociedade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PRESENÇA HUMANA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF, 26 a 29 nov. 1996. p. 1-4.

MORIN, E. **A cabeça bem feita**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002. 128 p.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Stori, 1990. 177 p.

_____. **O método: o conhecimento do conhecimento.** Lisboa: Biblioteca Universitária, 1986.

MOTA, J. E. L. La Frontera: un concepto en construcción. In: GARCIA, C. I. **Fronteras: territorios y metáforas.** Mendelin: Hombre Nuevo, 2003. p. 61-83.

MOUTINHO, P. rio + **10 e a Amazônia: e daí?**. Disponível em:
<<http://www.ipam.org.br/eventos/rm10/rm10art.php>>. Acesso em: 22 set. 2003.

MOYSES, A. Desenvolvimento sustentável e atividades turísticas. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local.** São Paulo: Hucitec, 1997. p. 42-64.

MUÑOZ CABRERA, M. **Breviario indígena:** compilación de datos basico sobre la población indígena. Caracas: Consejo Nacional de Seguridad y Defensa, 1998. 90 p.

NAISBITT, J. **Paradoxo global.** Rio de Janeiro: Campus, 1994. 333 p.

NATHAN, A. Monte Roraima: o eterno sentinela. **Revista Caminhos da Terra,** Rio de Janeiro, n. 150, v.12, p. 68-81, out. 2004. Disponível em:
<<http://www.revistaterra.com.br/revista/184/textos/16>>. Acesso em: 03. abr. 2008.

NELSON, S. P. Envolvimento comunitário em turismo: benefícios e desafios. In: NELSON, S. P. ; PEREIRA, E. M. (Orgs.). **Ecoturismo: práticas para turismo sustentável.** Manaus: Vale, Uninorte, 2004. p. 183-211.

NELSON, S. P. ; PEREIRA, E. M.. Turismo sustentável, uma introdução. In: _____. (Orgs.). **Ecoturismo: práticas para turismo sustentável.** Manaus: Vale, Uninorte, 2004. p. 28-64.

NEPSTAD, D. C. Empobrecimento biológico da floresta amazônica por seringueiros, madeireiros e fazendeiros. In: XIMENES, T. (Org.). **Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia 21.** Belém: UFPA, NAEA, UNAMAZ, 1997. p. 311-334.

NEWS Frontiers Adventures. **Los Tepuyes.** Disponível em:
<<http://www.newfrontiersadventures.com/ve/txtTepuive.html>>. Acesso em: 12 set. 2004.

NIEFER, I. A.; SILVA, J. C. G. L.; AMEND, M. Ecoturistas ou não? Análise preliminar dos visitantes do PN de Superagui. **Turismo: visão e ação**, Curitiba, ano 3, n. 6, p. 49-68. abr./set. 2000.

NÓBREGA, M. T.; CARVALHO, P. R. S. O Projeto de coleta seletiva no Parque Nacional da Tijuca. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 22, 2002, Curitiba. 8p. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGP2002_TR104_0960.pdf>. Acesso em: 15. abr. 2008.

OCHOA Z, G. I.; WOOD S, A. A.; ZÁRATE B, C. G. **Puerto Nariño**: el pueblo que se sustentable en los municipios amazónicos. Leticia: Instituto Latinoamericano de Servivios Legales Alternativos, 2006. 211p.

OJEDA, J. M. Minería sustentable y turismo: desarrollo del capital social y humano en comunidades indígenas de la región de Antofagasta. **Ambiente y Desarrollo**, v. 18, n. 2-4, p. 198-203. 2002.

OLIVEIRA, M. J. S. **O Parque Nacional da Amazônia**: ecoturismo e participação local? 2007. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Departamento de Turismo da Universidade Federal do Pará, Campus de Soure. 2007. Mimeografado.

OLIVEIRA, J. A. Trilhas e atalhos: cidades amazônicas no final do século XX. In: ALVES, C. L. E. **Formação do espaço amazônico e relações fronteiriças**. Boa Vista: UFRR, 1998. p.27-46.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

_____. **O índio e o mundo dos brancos**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1972. 139p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Agenda 21 for the travel and tourism in developing countries**. Londres: International Thomson Business Press, 1997. 78 p.

PACHECO, R. A. S. Sustentabilidade indígena: desafios e possibilidades. 13 p. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/IIseminario/pdf_reflexoes/reflexões_25.pdf>. Acesso em: 30.jan.2009.

PAILLALEF, K. C.; PALOMERA, P. L. **Turismo**: una apuesta al desarrollo de las comunidades indígenas de Chile. Chile: Programa Origenes, BID, 2003. 61 p.

PAIN, E. S. **IIRSA é esta a integração que nós queremos?** Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2003, 37 p.

PALMEIRA, M. Emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste. **Anuário antropológico**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, n. 76, p. 201-238, 1977.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do turismo**: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005. 160 p.

PAREJO HERNÁNDEZ, H. J. Relaciones diplomáticas entre Venezuela y Guyana (1966-1997). **Boletín del archivo de la casa amarilla**, Caracas, ano 5, n. 5. p. 329-430, 1998.

PARKS Watch. **PN Canaima Sector Ocidental**: perfil de parque. Disponível em: <<http://www.parkswatch.org/parkprofile.php?l=spa&country=ven&park=cep&page=thr>>. Acesso em: 16 out. 2005.

PAULA, F. Passeio pela natureza. **Living**, Belém, Leal Moreira, ano 2, n. 6, p. 24-25, set., 2005.

PEDROSA, I. L. **A gestão ambiental e o Pólo Turístico Cabo Branco**: uma abordagem sobre o desenvolvimento e meio ambiente. 1999. 161 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.

PEIXOTO, R. Ação cultural e concepção política entre a igreja católica e os camponeses (um estudo na região de Marabá). In: LENÁ, P.; OLIVEIRA, A. E. (Orgs.). **Amazônia**: a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 145-160.

PELLEGRINI, A. **Ecologia, cultura e turismo**. São Paulo: Papirus, 1997, 192 p.

_____. A problemática do patrimônio natural/cultural. **Turismo em análise**, São Paulo, v. 1. n. 1, p. 55-61, 1990.

PERROTTET, T. **Férias pagãs**: na trilha dos antigos turistas romanos. Rio de Janeiro: Rocco, 2005. 412 p.

PICÓN, D. **Acuerdos bilaterais de Venezuela**. Caracas: Ministério de Relaciones Exteriores, 1995. 102 p.

PILO, D. **Un breve passeio por la historia de Venezuela**. Disponível em: <<http://www.auyantepui.com/historia/colnia.html>>. Acesso em: 24 ago. 2006.
 PIMENTEL, C. E. Gestão ambiental para o turismo. In: QUEIROZ, O. T. (Org.) **Turismo e ambiente temas emergentes**. Campinas: Alínea, 2006. p. 49-74.

PINTO, M. J. S. **O fetiche do emprego**: um estudo sobre as relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa. 2008. 338f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

PINTO, P. M.; CAMPOS, R. I. R. Educação patrimonial, turismo sustentável e responsabilidade social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO, 23. 2003, Recife. **Anais...** Recife: ABBTUR, 2003. p. 572-585.

_____. **Turismo ecológico**: uma proposta de desenvolvimento sustentável para a área de proteção Ambiental de Belém. Belém: NUMA, UFPA. 1994. 65 p.

PINTO, P. M. Unidades de Conservação da Amazônia: o ecoturismo no Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZEL, N. (Orgs.). **Estado e políticas públicas na Amazônia**. Belém: CEJUP, 2000. p. 55-69.

PINTO, M. N. **Meio ambiente e interdisciplinaridade**. [S.l.: n.s]. [199?]. Xerox.

PINTON, F.; AUBERTIN, C. O extrativismo entre conservação e desenvolvimento. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). **Faces do trópico úmido**: conceitos e questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente. Belém: CEJUP, NAEA, UFPA, 1997. p. 263-284.

PIRES, M. J. **Raízes do turismo no Brasil**. São Paulo: Manole, 2001. 236 p.

POSEY, D. A. Time, space and interface of divergent cultures: the Kayapó Indians of the Amazon face the future. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 25, p. 81-97, 1982.

_____ et al. A ciência dos Mebêngokrê: alternativas contra a destruição. In: **CATÁLOGO da Exposição “A Ciência dos Mebêngokrê: alternativas contra a destruição”**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1988. p. 12-35.

POZ, J. D. A etnia como sistema: contato e identidade no Brasil indígena. **Sociedade e Cultura**. Goiânia, Universidade Federal de Goiânia. V. 6, n. 002, jul-dez., p. 177-188. 2003.

PROJETO **Casa da Cultura Ingarikó**. Boa Vista: COPING, 2006. Xerox.

PROJETO Radambrasil. **Roraima**: levantamento de recursos naturais. v. 8. Rio de Janeiro: DNPM, 1975. 427 p.

QUARESMA, H. A. B; CAMPOS, R. I. R. O turismo como instrumento de ação coletiva em Unidades de Conservação da natureza no estado do Pará. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO DE BASE LOCAL. 9., 2005, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2005. CD-ROM.

QUARESMA, H. D. A. B. **O desencanto da princesa**: pescadores tradicionais e turismo na Área de Proteção Ambiental de Algodual/Maiandeuá. Belém: NAEA, 2003. 254 p.

_____. **O desencanto da princesa**: pescadores tradicionais e turismo na Área de Proteção Ambiental de Algodual/ Maiandeuá. 2000a. 233 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2000a.

_____. Unidades de conservação: a experiência da área de proteção ambiental de Algodual/Maiandeuá/PA. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Orgs.). **Estado e políticas públicas na Amazônia**. Belém: CEJUP, 2000b. p. 71-82.

QUEIROZ, J. M.; GOMES, F. Amazônia , fronteiras e identidades – reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas – séculos XVIII – XIX). **Lusotopie**. n. 1, 2002. p. 25-49. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/2002/02/>>. Acesso em: 07 ago. 2006.

RAM, C. Guiana: entre a história e a realidade. **DEP, Democracia, Estratégia e Política**, Brasília, DF, p. 95-105, abr./jul, 2005.

RAMOS, A. R. O pluralismo brasileiro na berlinda. **Etnográfica. Série Antropologia**. Lisboa, v.8, n. 2, p. 165-185, 2004.

RAMOS, C. A. **Entendendo a rio + 10**. Disponível em: <<http://www.ipam.org.br/eventos/rm10/rm10art.php>>. Acesso em: 22 set. 2003.

RAMPERSAUD, R. Economia da Guyana: avaliação e projeções. **DEP, Diplomacia, Estratégia e Política**. Brasília, DF, n. 7, p. 151-165, jul/set., 2007.

RANAURO, M. L. Sustentabilidade numa perspectiva endógena: contribuição das “comunidades” no plano simbólico do desenvolvimento sustentável. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, n. 14, p. 21-28, 2004. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/14/ranauro/ranauro1.htm>>. Acesso em: 08 mai. 2008.

RANGEL VALE, J. V. Presentación. In: VENEZUELA. Ministério das Relações Exteriores. **Acuerdos multilaterales de Venezuela en matéria ambiental**. Caracas: Instituto de Altos Estudos Diplomático Pedro Gual. 2000. 539 p. (Investigación, n. 6.).

REDE Nacional Pró-Unidade de Conservação – uso público em UCs, 23-25 set. 2002. Disponível em: <<http://www.redeprouc.org.br>>. Acesso em: 13 set. 2003.

REIS, N. J. Monte Roraima, RR: sentinela de Macunaíma. In: WINGE, M. *et al* (Org.). **Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil**. v. 38. 2006. 7 p. Disponível em: <<http://www.unb.br/ig/sigep/sitio038/sitio038.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2007.

REIS, N. J.; CARVALHO, A. S. Coberturas sedimentares do mesoproterozóico do estado de Roraima – avaliação e discussão de seu modo de ocorrência. **Revista Brasileira de Geociências**, v. 26, n. 4. p. 217-226, 1996. Disponível em: <http://www.sbgeo.org.br/rgb/vol26_down/2604/2604217.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2005.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2005. 176 p.

RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 34, p. 59-101, 1991.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, 1977. 559 p.

RIBEIRO, S. I. G. T. Etnicidade e política indigenista: breve ensaio sobre suas manifestações no oeste do Paraná. **Diálogos**, Maringá, EDUEM, n.1, v.6, p.123-136, 2002. Disponível em: <<http://www.dialogos.uem.br/viewarticle.php?id=109>>. Acesso em: 04.jul.2006.

RODRIGUES, F. Migração transfronteiriça na Venezuela. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, v. 20, n. 57, maio/ago. p. 197-207, 2006.

RODRIGUES, A. B. Patrimônio, território y empreendedorismo: pilares del desarrollo Del turismo em base local. **Revista Aportes y Transferências**, Mar del Plata, Universidade Nacional de Mar del Plata, año 7, v. 2I, p. 11-30, 2003.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento sustentável e a atividade turística. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 42-54.

RONDÔNIA. **Agenda positiva regional**. 11 p. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/sedam/agenda/agend_pr.htm>. Acesso em: 26 jan. 2007.

_____. Turismo local: oportunidades para inserção. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec. 2002. p. 55-64.

_____. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1999. 158 p.

_____. **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996. 274 p.

ROJAS, A. **Estudios históricos orígenes venezuelanos**. Caracas: Oficina Central de Información, Imprenta Nacional, 1972. 482 p.

RONCAGLIO, C. **O emblema do patrimônio natural no Brasil: a natureza como artefato cultural**. 2007. 209f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, com habilitação em Metodologia e Epistemologia Ambiental). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

RORAIMA. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento- Departamento de Turismo. **Projeto de iniciação e implantação do ecoturismo nas comunidades indígenas do Estado de Roraima**. Boa Vista, 2007. 3 p. Mimeografado.

_____. Departamento Estadual de Turismo. **Inventário turístico de Pacaraima**. Boa Vista, 2006. 19 p. Mimeografado

ROSA, L. F. **A eficiência da propaganda e a mídia sensorial**. 2006. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração e Marketing) – União Educacional Minas Gerais, Uberlândia, 2006.

ROSA, L. P. A integração energética do Brasil na América do sul. In: **REUNIÃO de chefes de estado da comunidade sul-americana de nações**, 1., 2005, Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005. p. 45-60.

ROSALES, J. Introducción. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE BIODIVERSIDAD DEL ESCUDO GUAYANÉS: compartiendo conocimientos...diversidad y vida, 1, 2006, Santa Elena de Uairén. **Resúmenes...** Centro de Investigaciones Ecológicas de Guyana, 2006. p. 11-13.

RETZLAF, J. G.; STIPP, N. A. F. Turismo e meio ambiente no Parque Estadual Guartetá, **Geografia**, Londrina, v.13, n. 1, p. 116-132, 2004.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente: São Paulo. HUCITEC, 1997. 199 p.

RYLANDS, A. B.; BRANDON, K. Unidades de conservação brasileiras. **Megadiversidade**. Belo Horizonte, v. 1 n.1, jul., p. 27-35. 2005.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993. 103 p.

_____. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986, 280 p.

SALIM, C. A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, Campinas. **Anais...** Campinas: ABEP, 1992. p. 119-144.

SALVATI, S. S. Turismo responsável como instrumento de desenvolvimento e conservação da natureza. In: _____. (Org.). **Diálogos entre as esferas global e local**: contribuições de organizações não-governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária. São Paulo: Peirópolis, 2002. p. 153-162.

SANDERS, E. Ecoturismo e aspectos econômicos. In: NELSON, S. P.; PEREIRA, E. M; _____. (Orgs.). **Ecoturismo**: práticas para turismo sustentável. Manaus: Vale, Uninorte, 2004. p. 237-273.

SANDWICH, T. et al. **Transboundary protected areas for peace and co-operation**. Switzerland: IUNC, 2001. 111 p.

SANSOLO, D. G. Turismo e sustentabilidade na Amazônia: um novo conteúdo territorial e a experiência no município de Silves, Amazonas, Espanha, **Revista de turismo e patrimônio cultural**. v. 1 n. 1, p. 39-50, 2003. Disponível em:

<<http://www.pasosonline.org/Publicados/1103/PS040103.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2006.

_____. Turismo: aproveitamento da biodiversidade para a sustentabilidade. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. (Orgs.). **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002. p. 69-91.

SANTA Elena de Uiarén. **LaGran Sabana.com**. Disponível em:

<<http://www.lagransabana.com/santaelena.htm>>. Acesso em: 08. mai. 2005.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005. 287 p.

_____. **Fronteiras da república: história e política entre os macuxi no vale do rio Branco**. São Paulo: NHII-USP, FAPESP, 1994. 119 p.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2004. 92 p.

SANTOS, N. P. D. **Políticas públicas, economia e poder: o estado de Roraima entre 1970 e 2000**. 2004. 271 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

SANTOS, S. F. R. **Pemoton karambammnam: uma análise do trabalho com turismo realizado pelos índios Pemón na Gran Sabana – Venezuela**. 1999. 65 f. Monografia (Especialização em Relações Fronteiriças) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 1999. Mimeografado.

SANTOYO, M. J. Antropologia, projetos de desenvolvimento e movimentos sociais. In: ARANTES, A. A.; RUBEN, G. R.; DEBERT, G. G. (Orgs.). **Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo**. Campinas: Unicamp, 1992. p. 69-78.

SCHAIK, C. VAN; RAO, M. O Modelo de desenvolvimento de fronteira e sua relevância no manejo de áreas protegidas. In: TERBORGH, J. et al. (Orgs.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: UFPR, Fundação O Boticário, 2002. p. 455-472.

_____. RIJKSEN, H. D. Projetos integrados de conservação e desenvolvimento: problemas e potenciais. In: TERBORGH, J. et al. (Orgs.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: UFPR, Fundação O Boticário, 2002. p. 37-51.

SCHMITT, B. **Experiential marketing: how to get customers to sense feel, think, act and relate to you company and brands**. New York: The Free Press, 1999. 280 p.

SCHUBART, H. R. **A questão ecológica na Amazônia: certezas e incertezas**. [S. l.: s. n.], 1989. p. 75-119.

SEABRA, G. Turismo sustentável: planejamento e gestão. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 153-189.

_____. **Ecos do turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas**. Campinas. Papyrus, 2001. 95 p.

SEBRAE. **Município de Boa Vista**. Boa Vista: [s.n.], 2007. 47 p. (Série Diagnóstico Municipal).

SERÁFICO, L. M. Ecolodges: equipamentos turísticos sustentáveis. In: NELSON, S. P.; PEREIRA, E. M.:_____ (Orgs.). **Ecoturismo: práticas para turismo sustentável**. Manaus: Vale, Uninorte, 2004. p. 319-356.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007. 205 p.

SERRANO, C.; BRUHNS, H. T.; LUCHIARI, M. T. D. P. (Orgs.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papyrus, 2000. p. 171-188.

SILVA, J. G. C. **Oiapoque, uma parabólica na floresta: estado, integração e conflitos no extremo norte da Amazônia**. 2006. 152 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, NAEA, Belem, 2006.

SILVA, M. G.; TAVARES, M. G. C. Saberes locais e manejo sustentável dos recursos da floresta. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3., 2006, Brasília: ANPPAS, 2006, 13 p.

SILVA, M. O programa brasileiro de unidades de conservação. **Megadiversidade**, Belo Horizonte, v. 1 n. 1, p. 22-26. jul. 2005.

SILVEIRA, I. M. Quatipuru: agricultores, pescadores, coletores em uma vila amazônica. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 34, p. 1-82, 1979.

SILVEIRA, I. M.; GATTI, M. Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, v. 4, n. 1, p. 43-64, 1988. (Série Antropologia).

SILVEIRA, F. C. **As fronteiras**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1979. 181p.

SIMONIAN, L. T. L Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: KAHWAGE, C.; RUGGERI, S. (Orgs.) **Imagem e pesquisa na Amazônia: ferramentas de compreensão da realidade**. Belém: Alves, 2007. p. 17-52.

_____. Saberes locais e biodiversidade. In: SEMINÁRIO SABER LOCAL/INTERESSE GLOBAL: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia, 2005a, Belém. **Anais...** Belém: CESUPA, MPEG, 2005a. p. 59-93.

_____. Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, v. 1, n. 2, p. 5-19, maio-ago. 2005b. (Série Ciências Humanas).

_____. Devastação e impasses para a sustentabilidade dos açazais no vale do rio Maracá-AP. In: JARDIM, M.; MOURÃO, L.; GROSSMANN, M. (Orgs.). **Açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) possibilidades e limites em processos de desenvolvimento sustentável no estuário amazônico**. Belém: CEJUP, 2004. p. 233-252. (Coleção Adolpho Ducke).

_____. (Org.). **Gestão em ilha de muitos recursos, história e habitantes: experiências de Trambioca (Barcarena, PA)**. Belém: NAEA, 2004. 381 p.

_____. **Mulheres da Amazônia brasileira: entre trabalho e cultura**. Belém: NAEA, UFPA, 2001, 270 p.

_____. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia Brasileira. In: COELHO, M. C. N., SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Orgs.). **Estado e políticas públicas na Amazônia**. Belém: CEJUP, 2000. p. 9-53.

_____. Hidrelétrica de Samuel (RO) e populações tradicionais: deslocamento compulsório e outras questões. In: MAGALHÃES, S. B; BRITO, R. C.; CASTRO, E. (Org.). **Energia na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1996. p. 571-589.v. 2

SIMONIAN, L. T. L. et al. **Floresta Nacional do Amapá**: breve histórico, políticas públicas e (in) sustentabilidade. Belém: NAEA, 2003. 44 p. (Série Paper, 167).

SINCLAIR, D.; JAYAWARDENA, C. The development of sustainable tourism in the Guianas. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**. v. 15, n. 7, p. 402-407, 2003, Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/0959-6119.htm>>. Acesso em: 08 mai. 2007.

SINCLAIR, D. Developing indigenous tourism: challenges for the Guianas. In: **International Journal of Contemporary Hospitality Management**. v.15, n. 3, p. 140-146, 2003. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/0959-6119.htm>>. Acesso em: 08 mai. 2007.

SINGH, J. G. The enforcement experience in Guyana on exploitation of natural resources. In: INTERANTIONAL CONFERENCE ON ENVIRONMENTAL ENFORCEMENT. 205-211. Disponível em: <<http://www.inece.org/3rdvol1/pdf/singh.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2005.

SOSA A, A. El programa nacionalista de modernización de Venezuela. In: BETANCOURT, R. (Org.). **La segunda independencia de Venezuela**: compilación de la columna “Economía y Finanzas” del diario “Ahora” 1937-1939. tomo 1. Caracas: Fundación Romulo Betancourt, 1992. p. 3-341.

SOUZA, A. L. L. **Meio ambiente e desenvolvimento sustentável**: uma reflexão crítica. Belém: FCAP, Serviço de Documentação e Informação, 1996. 50 p.

STRAUSS K, R. A. **El tiempo pré-hispanico de Venezuela**. Caracas: Fundación Eugenio Mendoza, 1992. 279 p.

STRONZA, A. Anthropology of tourism: forging news ground for ecotourism and other alterantives. **Annual Review of Anthropology**. California, v. 30, p. 261-283, 2001.

SUNIAGA, F. La democracia como principio rector de un régimen interamericano administrado por la Organización de Estados Americanos. In: **VENEZUELA**. Ministerio de las Relaciones Exteriores. La organización de estados americanos y sus retos. Caracas: Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual, 2000. p. 59-75. (Série Investigación, n. 5)

STAVENHAGEM, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**. Brasília, n. 84, p. 13-57, 1984.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: conceitos e impactos ambientais. v. 1. São Paulo: Aleph, 2000. 140 p.

TATE, G. H. H. Notes on the Mount Roraima region. **Geographical Review**. New York, v. 20, n. 1, p. 53-68, 1930.

TAVARES, M. G. C.. Políticas públicas, turismo e desenvolvimento local na orla da Ilha de Mosqueiro, Belém-PA. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3., 2006, Brasília: ANPPAS, 2006, 12 p.

TAYLOR, G. **El sol, la luna, las estrellas no son Dios...**: la evangelización en quechua (sec. XVI). Lima: Instituto Francés de Estudios Andinos, Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2003. 184 p.

TERBORGH, J.; SCHAİK, C. VAN. Porque o mundo necessita de parques. In: TERBORGH, J. *et al.* (Org.). **Tornando os parques eficientes**: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: UFPR, Fundação O Boticário, 2002. p. 25-36.

THOMPSON, J. B. **Ideologia y cultura moderna**: teoria social crítica en la era dos medios de comunicación de masa. Petrópolis: Vozes, 1995. 427 p.

TIRAPELI, P et al. (Orgs.). **Patrimônios da humanidade no Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2000. 287 p.

TRIGO, L. G. Problemas e possibilidades do turismo brasileiro. In: MOESCH, M. M.; GASTAL, S. (Orgs.). **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 94-105

_____. **Viagem na memória**: guia histórico das viagens e do turismo no Brasil. São Paulo: SENAC, 2000. 152 p.

_____. **Turismo básico**. São Paulo: SENAC, 1995. 88 p

TULIK, O. O turismo e repercussões no espaço geográfico. **Turismo em Análise**, São Paulo, USP, v. 1, n. 2, p. 63-77, 1990.

TURISMO en el PN Canaima. Disponível em: <http://www.areas-protegidas.org/venezuela_turismo_en_el_paruqe_canaima.php>. Acesso em: 16 out. 2005.

UNESCO. **Canaima National Park**: world heritage nomination. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/701.pdf>. Acesso em: 30. jan. 2005.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DOS RECURSOS NATURAIS. **Diretrizes para las categorías de manejo de áreas protegidas**. Gland: 1994. Disponível em: <<http://www.iunc.org>>. Acesso em: 25 nov. 2005.

UNIVERSIDADE Federal de Pernambuco. Projeto Sistema de Informações para Gestao Territorial da Região Metropolitana do Recife. **História geológica**. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/recife/turismo/historia.pdf>>. Acesso em 11. ago. 2008.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel, 1999. 345 p.

VALE, A. L. F. **O “Ceará” em Roraima**: migração de cearenses: 1980/1999. Jaboticabal: FUNEP, 2005. 173 p.

VALENTINA NIETO, J. Mujeres de La abundancia. In: _____; PALACIO CASTAÑEDA, G. A. (Orgs.). **Amazonia desde dentro**: aportes a la investigación de la Amazonia colombiana. Imani Mundo II. Bogota: Universidad Nacional de Colombia - Sede Amazônia, 2007. p. 25-50.

VARGAS, J. I. Introdução. In: TIRAPELI, P. (Org.). **Patrimônios da humanidade no Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2000. p. 12.

VASQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 454 p.

VENEZUELA. **Documents and correspondence relating to the question of boundary between British Guiana and Venezuela**. London: Majesty's Stationary Office, 1896. 441 p.

_____. Gaceta Oficial de la República de Venezuela. Año CXVIII, Mes x – Caracas 1991. n. 34758. **Decreto 1.640**. Dispõe sobre o Plano de Ordenamiento e Regulamento de Uso do Setor Oriental do Parque Nacional Canaima. p. 278178-278183.

_____. **Información sobre Venezuela**. Disponível em:
<<http://www.venezuela.network.com.ve>>. Acesso em: 25 out. 2005.

_____. Instituto Nacional de Estadísticas. **Censo Demográfico**. Disponível em:
<<http://www.ine.gov.ve>>. Acesso em: 26 out. 2006.

_____. Instituto Nacional del Parques. **Parque Nacional Canaima**. Disponível
<<http://www.inparques.gob.ve/index.php>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

_____. Ministerio del Turismo. **Propuesta del plan nacional estratégico de turismo 2002/2012**. Consulta Nacional–Otubre 2006. Disponível em:
<http://www.mintur.gob.ve/portal//index2.php?option=com_content&task=view&id339&Itemid=...>. Acesso em: 31 out. 2006.

VENEZUELA Virtual. **Guyana Essequiba**. 8 p Disponível em:
<http://www.mipunto.com/venezuelavirtual/temas/1er_trimestre05/guyana_eseuiba.html>.
Acesso em: 21 nov. 2006.

VIECO, J. J. Desenvolvimento sustentável, organização social e ambiente na Amazônia. In: FRANK, C. E.; ZÀRATE, C. G. (Orgs.). **Imani mundo**: estúdios en la Amazônia colombiana. Colômbia: Universidad Nacional da Colômbia, 2001. p. 47-59.

VIEIRA, J. G. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima**: a disputa pela terra – 1777 a 1980. Boa Vista: UFRR, 2007. 248 p.

VIEIRA, I. C. G., SILVA, J. M. C.; D'INCAO, M. Â. (Orgs.). **Diversidade biológica e cultural da Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. 421 p.

VITOUSEK, P. M. et al. Human appropriation of the products of photosynthesis. **BioScience**, Washington D. C., v. 36, n. 6. p. 368-373, 1986.

WICKHAM, H. A. **Notas de un viaje a traves de la selva desde Trinidad a Brasil pasando por las grandes cataratas del Orinoco, Atabapo y rio Negro**. Londres: W. H. Cartes, 1872. 118 p.

WIKIPEDIA. Disponível em: <<http://www.wikipedia.org/wiki/Tel%c3%AAmetro>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

WILLIS, A. The question of free-lance gold prospecting in Brazil and Guyana. In: BELTRÃO, J. F.; VILLAS, R. N. (Orgs.). **Ciência e tecnologia: desafio amazônico**. Belém: UFPA, UNAMAZ, 1992. p. 1-29.

WOORTMANN, E. F. **Comparação, método e família**. 22 p. Disponível em: <<http://www.clacso.edu.ar/>>. Acesso em: 16 set. de 2003.

WWF. **Áreas protegidas ou espaços ameaçados**. Brasília, DF: IBAMA, 1999. (Série Técnica , 1).

YAZIGI, E. **Turismo uma esperança condicional**. São Paulo: Global, 1999. 190 p.

YERENA, E. **Áreas protegidas, corredores y paramos**. Venezuela. Disponível em: <<http://www.condensai.org.br/e-foros/cdpp/cdpp33.htm>>. Acesso em: 12 out. 2005.

APÊNDICE A



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO-PDTU
INPARQUES**

1. Nome:
2. Escolaridade: Ocupação?
3. Há quanto tempo trabalha na instituição?
4. Como avalia a atuação da instituição?
5. Quais são os principais problemas?
6. Como se deu a criação do Parque Nacional Canaima?
7. Quais os principais recursos naturais e culturais existentes no Parque? Estes estão ameaçados ou intactos?
8. Que inventários ou estudos foram elaborados sobre a fauna e a flora do Parque? De que modo estes estão sendo utilizados para o planejamento do ecoturismo no Parque?
9. Existem dados estatísticos do fluxo de visitantes do Parque?
10. O Parque sempre foi aberto ao público?
11. Como é feito o controle dos visitantes? Quantas pessoas sobem ao Monte por ano?
12. Como pode ser realizada a subida ao Monte Roraima?
13. Qual é a infra-estrutura existente no Parque? Ela é propriedade de quem? Do governo? É privada? Outros?
14. Que instalações/ infra-estrutura dentro do Parque contribuem financeiramente para o mesmo? Ex: cobrança de ingresso, alojamentos, restaurantes, tendas de artesanato.
15. Estas instalações também contribuem com as populações de dentro ou do entorno do Parque? Como?
16. Foram feitos estudos para quantificar o impacto do turismo sobre os recursos do Monte e do Parque?
17. Quais as vantagens que o turismo traz ao Parque e ao Monte?
18. Quais os danos da atividade turística para estas áreas?
19. Quem são os visitantes do Parque? De donde vem?
20. Há restrições para o acesso ao Parque?

21. Quais são os períodos de maior e de menor visitação? Por que?
22. Que atividades são geralmente realizadas pelos visitantes no Parque e no Monte?
23. Ha um registro prévio para as empresas e guías que visitam (trabalham) na área?
Como eles são selecionados?
24. De que modo o setor privado participa do turismo no Parque?
25. O sector privado participa de algum projeto ligado a conservação do Parque e das áreas vizinhas? De que modo?
26. Que grupos indígenas vivem na área do Parque e seu entorno?
27. De que modo participam da atividade turística?
28. Existem cursos de capacitação para as pessoas que atuam na área? Quais? Quem os promove?
29. Quais os principais problemas enfrentados na gestão do Parque?
30. Existem projetos na área de turismo e educação ambiental para o Parque?
31. A prática da atividade turística é contemplada no Plano de Manejo do Parque?
32. O Parque dispõe de zonas específicas para o desenvolvimento de determinadas atividades? Há uma zona turística?
33. Como analisa o fato do Monte estar localizado em uma área indígena e de fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana?
34. Existem ações conjuntas entre estes países para a área do Monte? Quais?
35. Como avalia o grau de conservação do Monte?
36. Como avalia o modo como o turismo vem sendo implantado nesta área?
37. Existem problemas de desobediência das normas de acesso ao Monte? Por parte de quem?
38. Quais as ações/políticas do governo direcionadas para o Monte/Parque?
39. De onde vem os recursos para manutenção/ gestão do Parque?
40. Quantas pessoas trabalham no mesmo? São suficientes? Destas, quantas trabalham diretamente com os turistas? Que atividades desenvolvem?
41. Há voluntários no Monte/ Parque? O que fazem?
42. Há campanhas promocionais ou de marketing para divulgar o Monte/Parque para atrair turistas, quem as promove?
43. Existem outras instituições (ONG) que trabalhem com a questão do turismo na área do Monte? Quais são? Como vem atuando?

44. Há cooperativas ou associações que trabalhem com o turismo na área do Monte?
Quais são?

APÊNDICE B



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO-PDTU
GUIAS DE TURISMO**

- 1 Nome e Idade:
- 2 .Estudou ate que série?
3. Ha quanto tempo trabalha nesta atividade?
4. Fez algum curso? Qual? Onde?
5. Integra alguma etnia indígena? Qual?
- 6.Qual a tua naturalidade e onde moras?
7. Ha quanto tempo trabalha no Monte Roraima?
- 8.Tem outra fonte de renda?
- 9.O que o Monte representa para você?
10. O que pensa do turismo praticado no Monte?
11. Quais os pontos positivos?
12. Quais os pontos negativos?
13. Ha alguma associação de guias aqui?
14. Você faz parte dela? Por que?
15. Quais os principais problemas que vocês guias enfrentam aqui?
16. Como analisa a ação do INPARQUES?
17. Tem idéia de quantos guias estão autorizados para trabalhar no Monte? Onde posso encontrá-los?
18. Como os donos de agencias entram em contato com vocês para contratar os seus serviços?
19. A maioria dos visitantes é de onde? De que paises?
20. Há descumprimento das normas do INPARQUES? Quando isso acontece há punições?
21. Quais?
22. O que poderia ser feito para a melhor conservação do Parque e do Monte?
23. Quais as principais reclamações dos turistas que visitam o Monte?
24. Você faz parte de alguma cooperativa ou associação que trabalha com turismo na área do parque?

25. Quais os principais problemas e dificuldades encontradas na atividade turística praticada no Parque?

26. O que poderia ser feito para resolver estes problemas?

APÊNDICE C



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO-PDTU
OPERADORAS TURISTICAS**

1. Nome e idade
2. Empresa
3. Função na Empresa
4. Ha quanto tempo trabalha nesta atividade?
5. Fez algum curso específico da área? ¿Qual?
6. Quais os roteiros que sua empresa operacionaliza. ¿ Qual o mais procurado
7. Ha quanto tempo trabalha no Monte Roraima?
8. O que o Monte representa para você?
9. O que pensa do turismo praticado no Monte?
10. Quais os pontos positivos?
11. Quais os pontos negativos?
12. Existe alguma associação ou cooperativa de empresas que trabalhem com o turismo no Parque ?
13. Você faz parte de alguma? Qual? Por que?
14. Quais os principais problemas que vocês enfrentam aqui?
15. Como analisa a ação do INPARQUESS no Parque Canayma?
16. Tem idéia de quantos guias estão autorizados para trabalhar no Monte? ¿Onde posso encontrá-los?
17. A maioria dos visitantes que vai ao Monte é de onde? Vocês tem o controle do fluxo dos mesmos? ¿Como posso consultar estes dados?
18. Quais as normas estabelecidas pelo INPARQUESS para a prática do turismo na área do parque? ¿Há descumprimento das normas do INPARQUES? Quando isso acontece há punições? Quais?
19. O que poderia ser feito para a melhor conservação do Parque e do Monte?
20. Quais as principais reclamações dos turistas que visitam o Monte?
21. Como avalia a qualidade dos serviços do guias?

22. Como avalia a infraestrutura existente no Parque?
23. Considera viável ações conjuntas entre Brasil e Venezuela para o uso e gestão do Monte Roraima? ¿Sugira algumas?
24. Existem muitos conflitos nesta área?
25. Quais? Porque isso acontece?
26. Há participação do governo na divulgação do produto “Parque Nacional Canaima” ou Monte Roraima? De que modo?
27. Existem fontes de financiamento ou linhas de créditos para o turismo? Para que? Qual a origem dos recursos? (governo, bancos, ONG)
28. De que forma a Internet vem contribuindo ou não para a ampliação do turismo local?

APÊNDICE D



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO-PDTU**

Questionário n°:

Data da Coleta:

Local da Coleta:

1. Sexo: () M () F

2. Faixa etária: () de 18 a 25 anos () 26 a 35 anos () 36 a 45 anos () 46 a 55 anos
() 56 a 65 () acima de 66 anos

3. Escolaridade: () Ensino Fundamental Completo () Ensino Fundamental Incompleto
() Ensino Médio Completo () Ensino Médio Incompleto () Curso Superior
() Não Estudou

4. Profissão: _____

5. Cidade de Residência: _____

6. Cidade de Procedência: _____

7. Objetivo da viagem: _____

8. Viaja: () sozinho () com amigos () com a família () com acompanhante

9. É a primeira vez que veio ao Monte? () sim () não ; quantas vezes
veio? _____

10. Qual o trajeto feito para chegar ao Monte? _____

11. Como tomou conhecimento do local? () revistas () amigos () folders () TV
() agências especializadas () internet ()

outros; _____

12. Viaja sozinho () ou por pacote turístico ()

13. Você fez alguma preparação antes da viagem? () palestras () leituras () condicionamento
físico () outros,

cite: _____

14. Quais os meios de transporte utilizados para chegar ao Monte?

15. Esta hospedado em: hotel/pousada casa de amigos casa própria casa alugada barraca de camping Outros:_____
16. Quais as localidades que você conhece além do Monte?_____
17. O que o motivou sua vinda para cá? _____
18. Você sabe o que é uma Unidade de Conservação? não sim
explique:_____
19. Você sabe o que é um Parque Nacional? não sim Explique:

20. Você considera uma Unidade de Conservação importante e necessária? não sim ,
porque?:_____
21. Você sabia que o Monte Roraima Integra dois Parques Nacionais? não sim Como
tomou conhecimento?_____
22. Como avalia a infra-estrutura turística de acesso ao Monte?
 0 1 a 3 4 a 6 7 a 9 10
23. Como avalia a infra-estrutura turística do Monte?
 0 1 a 3 4 a 6 7 a 9 10
24. Teve contato com a população local existente ao longo do trajeto? não sim De que
tipo?_____
25. Qual a percepção que você tem acerca da população
local?_____
26. Como avalia o roteiro de sua viagem? 0 1 a 3 4 a 6 7 a 9 10
27. A viagem atendeu as suas expectativas? sim não
Porque:_____
28. Como avalia a questão da conservação dos recursos naturais? 0 1 a 3 4 a 6
 7 a 9 10 Comentários:_____
- 29: O que aponta como sugestão para contribuir com a proteção do Monte?_____
30. Como avalia a experiência de conhecer o Monte? 0 1 a 3 4 a 6 7 a 9
10 Comente:_____
31. Se tivesse que repetir esta viagem, o que faria de
diferente?_____
32. O que poderia ser feito para aprimorar os serviços turísticos prestados aos visitantes do
Monte?_____

33. Em sua opinião a modo como vem se dando a prática do turismo em Monte Roraima vem contribuindo à:

a) conservação dos recursos naturais? sim - como?

não, porque?

b) geração de renda? sim - como?

não, porque? _____

c) mudanças na área? sim, muito – quais

sim, não muito –quais? _____

não, nem um pouco

devido a que? _____

34. Sua renda mensal é de: menos de 1 SM de 1 a 3 SM de 4 a 8 SM
 de 9 a 12 SM acima de 13 SM

Outras observações:

ANEXO A



Monumento aos Pioneiros



Monte Roraima



Lago Caracaranã



Vila Surumu

MONTE RORAIMA

Uma Viagem Inesquecível

O MONTE RORAIMA é um dos lugares mais exótico, misterioso e fantástico do Brasil, e que ainda é pouco conhecido do público brasileiro .

Um dos lugares mais antigos do planeta, o MONTE RORAIMA é um enigma para cientistas, aventureiros, esotéricos e místicos. O tempo parece ter parado no alto da montanha. Um lugar sinistro e ao mesmo tempo maravilhoso. Um mundo totalmente diferente de tudo o que já se viu. Uma fonte infindável de energia cósmica, captada através dos inúmeros cristais espalhados por toda a superfície de rochas, com pedras monumentais esculpidas pela água e pelo vento há milhares de anos. Por estar a 2.875m de altitude, está sempre envolto em nuvens, aumentando assim o clima de mistério e magia de um lugar que nos leva a repensar os verdadeiros valores da vida e a questionar o ideal de nossa existência neste universo. Depois desta viagem você nunca mais será a mesma pessoa. Esta é uma experiência impossível de se relatar com exatidão, somente quem já esteve lá tem a consciência exata do que é ter visitado a casa do deus Makunaima.

ANEXO B

Você precisa conhecer

Roraima

Místico, exótico e inexplorado.

Guia Turístico Janeiro 2006 **★ Número 01**

Distribuição gratuita



MONTE RORAIMA
Conheça as belezas e mistérios.

BOA VISTA
Linda de se ver.

ECO ROTEIROS
Roraima e Venezuela ao natural.

Foto: Camilla Droubek